



UNIVERSIDADE DA CORUNHA

FACULDADE DE FILOLOGIA

DEPARTAMENTO DE GALEGO-PORTUGUÊS, FRANCÊS E LINGUÍSTICA

**Sociolinguística e tradução de português do Brasil:
problemas de norma e repercussões didáticas**

Tese de doutoramento realizada por

Sandra María Pérez López

Dirigida pelos professores

Dr. Xosé Ramón Freixeiro Mato e

Dr. Xosé Manuel Sánchez Rei

A Corunha, setembro de 2015

**Sociolinguística e tradução de português do Brasil:
problemas de norma e repercussões didáticas**

Sandra María Pérez López

Tese de doutoramento UDC/2015

Visto e praze

Xosé Ramón Freixeiro Mato

Xosé Manuel Sánchez Rei

Departamento de Galego-português, Francês e Linguística



As palavras também têm a sua hierarquia, o seu protocolo,
os seus títulos de nobreza, os seus estigmas de plebeu.

Com as palavras todo cuidado é pouco, mudam de opinião como as pessoas.

Saramago, J. (2005:196, 65)

AGRADECIMENTOS

Às minhas universidades e mestres, pelo que lhes devo, e em especial ao professorado de galego-português da Universidade da Corunha, que me ensinou um estar respeitoso sem o qual não há caminhos. Muito obrigada.

Ao Professor Freixeiro, pela disposição, a simpatia e a clareza. Muito obrigada.

Ao Professor Sánchez Rei, pela gentileza.

À Universidade de Brasília e ao Brasil, que tão bem me receberam sempre, pelo apoio para a realização desta pesquisa.

A colegas e estudantes, que de longa data me mostraram como a dificuldade das coisas as faz mais interessantes.

Um abraço especial ao Danilo e à Ivone, ao Júlio, à Magali e à Lucie, como também à Carol, à Jana e à Gabi, e ao coletivo de estudantes de Tradução Espanhol da Universidade de Brasília. Sem o seu tempo e sagacidade, não teria sido possível este trabalho.

Aos tradutores e tradutoras que são ou virão, por continuarem na luta com a palavra.

À minha família e amizades, na Galiza e no Brasil, e ao Luís, com amor, pela paciência e o olhar atento.

RESUMO

Esta tese discute implicações sociolinguísticas relacionadas à comunidade tradutória e às tensões configuradas pela situação de padronização do português do Brasil no século XXI. Após acompanhar discursos sobre essa variedade, num percurso sócio-histórico, apresentam-se contribuições da Sociolinguística como base do arcabouço teórico adotado: as comunidades de prática (Eckert 2000, Wenger 1998, 2006), as interações virtuais (Herring 2013) e a higiene verbal (Cameron 1995). Localizando a pesquisa em âmbitos como as primeiras e afirmando a relevância do estudo da avaliação linguística explícita ou higiene verbal, analisa-se como são representados (Moscovici 2015) conflitos sobre norma linguística por profissionais, docentes e estudantes da prática tradutória numa lista de discussão – TRAD-PRT – e num curso superior de Tradução brasileiro. Os resultados mostram que a insegurança que esses sujeitos declaram se relaciona tanto à atividade tradutória, quanto a problemas de norma linguística, geradores de interações tensas onde frequentemente se negam as implicações ideológicas na atividade languageira e se recorre a termos religiosos – indicativo do componente emocional presente nas ideologias linguísticas. Após análise, conclui-se a necessidade de elaboração didática de problemas de norma linguística na formação em Tradução numa perspectiva crítica, que reconheça ainda fatores alheios à racionalidade, mas de base social, como inerentes ao fazer língua.

Palavras-chave: português do Brasil, norma linguística, tradução, formação.

RESUMEN

En esta tesis se discuten implicaciones sociolingüísticas relacionadas con el ámbito de la traducción y las tensiones derivadas de la situación de estandarización del portugués de Brasil en el siglo XXI. Tras acompañar discursos sobre dicha variedad, en un recorrido sociohistórico, se presentan contribuciones de la Sociolingüística como base del marco de referencia teórico adoptado: las comunidades de práctica (Eckert 2000, Wenger 1998, 2006), las interacciones virtuales (Herring 2013) y la higiene verbal (Cameron 1995). Localizando esta investigación en ámbitos como las primeras y defendiendo la relevancia de estudiar la evaluación lingüística explícita o higiene verbal, se analiza cómo representan (Moscovici 2015) los conflictos sobre norma lingüística profesionales, docentes y estudiantes de la práctica traductora en una lista de discusión –TRAD-PRT– y en un curso superior de Traducción brasileño. Los resultados muestran que la inseguridad que declaran sentir estos sujetos está relacionada tanto con la actividad traductora, como con problemas de norma lingüística, los cuales dan lugar a interacciones tensas donde con frecuencia se ven negadas las implicaciones ideológicas de la actividad lingüística y se recurre a términos religiosos – indicativo del componente emocional que se hace presente en las ideologías lingüísticas. Tras el análisis, se concluye que resulta necesaria una elaboración didáctica de problemas de norma lingüística en la formación en Traducción desde una perspectiva crítica, que también tome en cuenta factores ajenos a la racionalidad, aunque de base social, como inherentes al hacer lengua.

Palabras clave: portugués de Brasil, norma lingüística, traducción, formación

ABSTRACT

In this thesis, sociolinguistic implications related to translation and to tensions arising from the situation of standardization of Brazilian Portuguese in the XXI century are discussed. The theoretical framework adopted in this study was Sociolinguistics, namely from a socio-historical perspective. The concepts of communities of practice (Eckert 2000, Wenger 1998, 2006), virtual interactions (Herring 2013) and verbal hygiene (Cameron 1995) were applied in order to analyze speeches about the aforementioned variety. By locating this research in areas such as those mentioned above and by defending the importance of studying the explicit language assessments or verbal hygiene, analysis was carried out in order to find out how conflicts concerning linguistic norms are represented (Moscovici 2015) by professional translators, translation teachers and translation students. The corpus for the research consists of information from a Brazilian Translators' forum– TRAD-PRT – and of interviews with students and professors from a Brazilian Translation Studies undergraduate degree course. The results show that the insecurity that these subjects feel is related to both the translation activity and linguistic standards, which lead to tense interactions where ideological implications of linguistic activity are frequently denied and religious terms – indicative of the emotional component in the linguistic ideologies – are often found. After the analysis, it became evident that there is a need to pay attention to standard language problems in Translation training from a critical perspective, as well as to take into account factors beyond rationality and its social base.

Key-words: Brazilian Portuguese, linguistic norms, translation, training

PRINCIPAIS SIGLAS MENCIONADAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

Abrates - Associação Brasileira de Tradutores

ALiB - Atlas linguístico do Brasil

ANECA - Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación

ARPA - Agência de Projetos de Investigação Avançada

CMC - Comunicação Mediada por Computador

CT - Competência Tradutória

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ITU - União Internacional de Telecomunicações

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Projeto NURC - Projeto Norma Urbana Culta

NGB - Nomenclatura Gramatical Brasileira

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PISA- Program for International Student Assessment

RAE - Real Academia Espanhola

TRAD/ESP - Tradução Espanhol

UnB - Universidade de Brasília

USP - Universidade de São Paulo

VOLP - Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

TABELAS E FIGURAS

Tabela 1: Exemplos de atividades das comunidades de prática (Wenger 2006).....	157
<u>Tabela 2: Promédio mundial de acesso à Internet em 2013 e 2014 (Relatório ITU 2014)</u>	174
Tabela 3: Categorias de Comunicação Mediada por Computador (Baron 2013).....	176
<u>Tabela 4: Quantidade de mensagens/ano em TRAD-PRT de 1998 a 2014</u>	196
<u>Tabela 5: Mensagens de TRAD-PRT arquivadas de 1989 a 1996</u>	197
<u>Tabela 6: Piso conversacional e ratificações por gênero em TRAD-PRT no dia 16/10/1998</u>	244
<u>Tabela 7: Participantes e mensagens por gênero na linha conversacional de TRAD-PRT iniciada por 161765 (de 19/09/2005)</u>	247
<u>Tabela 8: Quantidade de participantes e mensagens por gênero e dia na mesma linha conversacional</u>	248
<u>Tabela 9: Ráti0 diária de mensagens por participante e gênero na mesma linha conversacional</u>	248
<u>Tabela 10: Período compreendido e horário da primeira e da última postagem por dia na mesma linha conversacional</u>	249
<u>Tabela 11: Quantidade de mensagens e promédio de minutos entre elas por dia na mesma linha conversacional</u>	249
<u>Tabela 12: Número de participantes, mensagens e palavras por gênero e dia na mesma linha conversacional</u>	250
<u>Tabela 13: Mensagens mais longas por dia e gênero na mesma linha conversacional</u>	251
<u>Tabela 14: Número de participantes por gênero segundo a quantidade de mensagens enviadas à mesma linha conversacional</u>	252
<u>Tabela 15: Participantes por gênero que enviaram os maiores números de mensagens e palavras à mesma linha conversacional</u>	252
<u>Tabela 16: Quantidade de concordâncias e discordâncias por gênero na mesma linha conversacional</u>	253
<u>Tabela 17: Turnos não ratificados por gênero na mesma linha conversacional</u>	254
<u>Tabela 18: Turnos ratificados mais duma vez por gênero na mesma linha conversacional</u>	254
<u>Tabela 19: Identificação de quem teve um turno ratificado mais duma vez por gênero na mesma linha conversacional</u>	255
<u>Tabela 20: Exemplos da família léxica de (CON)SAGR- em TRAD-PRT</u>	327
<u>Tabela 21: Exemplos da família léxica de (CON)SAGR- com conotação pejorativa em TRAD-PRT</u>	328
<u>Tabela 22: Exemplos de higiene verbal sobre contrações em TRAD-PRT</u>	333

<u>Tabela 23: Objetivos de aprendizagem para formação em tradução sobre a primeira língua estrangeira (Albir 1999:64) e a denominada língua “materna” (Albir 1999:90)</u>	342
<u>Tabela 24: Argumentos mínimos e máximos de ingresso na Universidade de Brasília e em Letras/Tradução Espanhol, do 1º semestre letivo de 2010 ao 2º de 2012</u>	369
<u>Tabela 25: Demanda mínima e máxima de ingresso na Universidade de Brasília e em Letras/Tradução Espanhol, do 1º semestre letivo de 2010 ao 2º de 2012</u>	369
<u>Tabela 26: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 1º/2010</u>	393
<u>Tabela 27: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 2º/2010</u>	395
<u>Tabela 28: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 1º/2011</u>	397
<u>Tabela 29: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 2º/2011</u>	398
<u>Tabela 30: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 1º/2012</u>	399
<u>Tabela 31: Redes semânticas sobre Redação de 1º/2010 a 1º/2012</u>	400
<u>Tabela 32: Redes semânticas sobre Tradução de 1º/2010 a 1º/2012</u>	400
<u>Tabela 33: Mensuração da distância entre Redação e Tradução percebida por participantes de 1º/2010 a 1º/2012</u>	401
<u>Tabela 34: Número de participantes por curso/área e gênero</u>	433
<u>Tabela 35: Número de participantes de Tradução Espanhol com matrícula noutros cursos, concluídos ou incompletos</u>	433
<u>Tabela 36: Idades máxima, média e mínima de participantes por curso/área</u>	434
<u>Tabela 37: Adaptações em instrumento de pesquisa sobre concordância</u>	435
<u>Tabela 38: Adaptações em instrumento de pesquisa sobre pronomes complemento</u>	436
<u>Tabela 39: Outras adaptações em instrumento de pesquisa</u>	436
<u>Tabela 40: Total geral de intervenções e de intervenções selecionadas por curso/área</u>	437
<u>Tabela 41: Média geral de intervenções e de intervenções selecionadas por participante e área/corso</u>	438
<u>Tabela 42: Quantidade de intervenções por área/corso sobre concordância</u>	438
<u>Tabela 43: Quantidade de intervenções por área/corso sobre pronomes complemento</u>	453
<u>Tabela 44: Quantidade de intervenções por área/corso sobre “presidenta”</u>	457
<u>Tabela 45: Quantidade de intervenções por área/corso sobre o Acordo Ortográfico de 1990</u>	461
<u>Tabela 46: Quantidade de intervenções por área/corso sobre outros assuntos selecionados</u>	462

<u>Figura 1: Gráfico da quantidade de mensagens/ano em TRAD-PRT de 1998 a 2014.</u>	196
<u>Figura 2: Seção inicial da tela de abertura de TRAD-PRT</u>	199
<u>Figura 3: Gráfico com o número de participantes por gênero segundo a quantidade de mensagens enviadas à mesma linha conversacional.</u>	252
<u>Figura 4: Índice de frequência de “consagração” em Barbosa (2012) segundo o concordanciador AntConc</u>	325
<u>Figura 5: Gráfico de distribuição de ocorrências de “consagração” em Barbosa (2012) segundo o concordanciador AntConc</u>	326
<u>Figura 6: Gráfico de distribuição de ocorrências de “consagrada” em Barbosa (2012) segundo o concordanciador AntConc</u>	327
<u>Figura 7: Gráfico da distância percebida entre Redação e Tradução de 1º/2010 a 1º/2012</u>	401
<u>Figura 8: Gráfico de Número de participantes de Tradução Espanhol (com outros estudos, concluídos ou incompletos), e de estudantes doutros cursos, por faixa etária</u>	434

ÍNDICE

<u>PARA INÍCIO DE CONVERSA</u>	15
<u>JUSTIFICATIVA</u>	30
<u>METODOLOGIA DE PESQUISA: OBJETIVOS, PERGUNTAS E ASSERÇÕES</u>	32
<hr/>	
<u>CAPÍTULO 1. PARA APRESENTAR O CONCEITO DE NORMA: O CASO DO PORTUGUÊS DO BRASIL</u>	43
1.1. <u>REVISITANDO O CONCEITO O CONCEITO DE NORMA</u>	44
1.2. <u>NORMA LINGUÍSTICA: PENSANDO NO PORTUGUÊS DO BRASIL</u>	60
1.2.1. <u>Mapeando pontos numa história discursiva da norma linguística no Brasil</u> ..	62
1.2.2. <u>Estudos linguísticos e a norma linguística no Brasil</u>	109
<u>CAPÍTULO 2. PROBLEMAS NA PESQUISA (SOCIO)LINGUÍSTICA: ESPAÇOS, LIMITES E CONTEXTOS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS</u>	142
2.1. <u>PROBLEMAS (SOCIO)LINGUÍSTICOS: CONCEPÇÕES ENTRE O INDIVIDUAL E O SOCIAL</u>	144
2.2. <u>ABORDAGENS SOCIOLINGUÍSTICAS E LÓCUS DE ANÁLISE: DIRECIONANDO O FOCO</u>	147
2.3. <u>PESQUISANDO IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS EM COMUNIDADES DE PRÁTICA: O DESCONFORTO NA (SOCIO)LINGUÍSTICA</u>	158
2.4. <u>AS INTERAÇÕES VIRTUAIS E A PESQUISA (SÓCIO)LINGUÍSTICA</u>	170
2.5. <u>SOCIOLINGUÍSTICA E TRADUÇÃO: CONTATO DE LÍNGUAS</u>	184
<u>CAPÍTULO 3. PROBLEMAS DE NORMA NA LÍNGUA PORTUGUESA: AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA POR TRADUTORES E TRADUTORAS PROFISSIONAIS</u>	189
3.1. <u>LISTAS E COMUNIDADES DE PRÁTICA VIRTUAIS: UM HISTÓRICO DE TRAD-PRT</u>	192
3.2. <u>TRAD-PRT: MAPEANDO DOMÍNIOS E IDENTIDADES</u>	197
3.2.1. <u>Domínio em TRAD-PRT: fazendo recortes</u>	202
3.2.2. <u>Posições-sujeito em TRAD-PRT: fazendo identidade na lista</u>	209
3.2.3. <u>Práticas em TRAD-PRT: a construção numa comunidade</u>	239
3.3. <u>FAZENDO (SOCIO)LINGUÍSTICA: A LÍNGUA PORTUGUESA EM TRAD-PRT</u>	258
3.3.1. <u>Panorama geral das questões abordadas: macro-eixos de análise</u>	259

3.3.2. Norma linguística: categorias enunciadas em TRAD-PRT.....	264
3.3.3. Avaliando a variação linguística: diferenças geoletais	271
3.3.4. A passagem do tempo e a variação linguística em TRAD-PRT	291
3.3.5. Retomando discursos construídos pela Comunidade de Prática: o consagrado, o tabu e preconceito linguístico em TRAD-PRT	318

CAPÍTULO 4. AS LÍNGUAS NA FORMAÇÃO TRADUTÓRIA: JUÍZOS AVALIATIVOS DA VARIAÇÃO DO PORTUGUÊS POR ESTUDANTES DE TRADUÇÃO..... 338

4.1. LÍNGUAS, SOCIOLINGUÍSTICA E FORMAÇÃO TRADUTÓRIA	338
4.2. A GERAÇÃO DE DADOS E A RELEVÂNCIA DO CONTEXTO: OS CURSOS DE TRADUÇÃO DUMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA DO CENTRO-OESTE.....	357
4.3. FORMANDO AGENTES DA PRÁTICA TRADUTÓRIA DE PORTUGUÊS DO BRASIL: DOCENTES EM CONTEXTOS DE AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA	361
4.3.1. A professora formada em Letras, entre a tradução e o ensino	365
4.3.2. O professor formado em Tradução e o predomínio da reflexão no campo literário	377
4.4. DISCENTES DUM CURSO DE TRADUÇÃO: O LUGAR DA INSEGURANÇA.....	385
4.5. CONFLITOS DE AVALIAÇÃO DE NORMA LINGUÍSTICA EM TRADUTORES E TRADUTORAS BRASILEIRAS EM FORMAÇÃO.....	404
4.5.1. Retratando tensões nos últimos estágios da formação: concepções sobre avaliação linguística de três tradutoras brasileiras num Projeto Final de curso de graduação	404
4.5.2. Panorama da avaliação linguística por integrantes do corpo discente dum curso superior de formação tradutória no Brasil	431

RESULTADOS E CONCLUSÕES. IMPLICAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS NA FORMAÇÃO TRADUTÓRIA EM PORTUGUÊS DO BRASIL..... 472

1.1. RESULTADOS: ASSERTÇÕES INICIAIS RETOMADAS.....	472
1.2. CONCLUSÕES: REPERCUSSÕES DIDÁTICAS E NOVOS CAMINHOS POSSÍVEIS.....	497

BIBLIOGRAFIA..... 515

ANEXOS..... Erro! Indicador não definido.

PARA INÍCIO DE CONVERSA

No dia seguinte ninguém morreu. O facto, por absolutamente contrário às normas da vida, causou nos espíritos uma perturbação enorme, efeito em todos os aspectos justificado, basta que nos lembremos de que não havia notícia nos quarenta volumes da história universal, nem ao menos um caso para amostra, de ter alguma vez ocorrido fenómeno semelhante, passar-se um dia completo, com todas as suas pródigas vinte e quatro horas, contadas entre diurnas e nocturnas, matutinas e vespertinas, sem que tivesse sucedido um falecimento por doença, uma queda mortal, um suicídio levado a bom fim, nada de nada, pela palavra nada. Até à meia-noite em ponto do último dia do ano ainda houve gente que aceitou morrer no mais fiel acatamento às regras, quer as que se reportavam ao fundo da questão, isto é, acabar-se a vida, quer as que atinham às múltiplas modalidades de que ele, o referido fundo da questão, com maior ou menor pompa e solenidade, usa revestir-se quando chega o momento fatal.

Saramago, J. (2005:11-2)

Muitas são as polémicas que perpassam hoje em dia o ensino da língua falada majoritariamente no Brasil. Assim, por exemplo, em relação ao “artificialismo da norma padrão brasileira” e a sua presença na escola, Araujo (2008:11) afirma que as dificuldades apresentadas por alunos e alunas brasileiras na realização de atividades linguísticas

são tratadas como se estas ocorressem em função de falta de capacidade, quando, na verdade, estão relacionadas ao desconhecimento da escola em relação às variedades linguísticas existentes no Brasil, que tenta trabalhar a língua materna como se fosse algo estático, homogêneo ou, até mesmo, intocável; como, aliás, defendem muitos gramáticos.

Na verdade, essas polémicas não divergem tanto como se poderia pensar das relativas, por exemplo, ao português europeu e ao seu “dialeto da escola”, especialmente no tocante às críticas dirigidas à imposição coercitiva dessa variedade como modelo exemplar de escolarização desde os primeiros anos do processo. Ignora-se, desse ponto de vista, o devido respeito à diversidade linguística trazida por estudantes ao âmbito escolar, que no século XXI vem merecendo uma atenção em aumento na Europa em função, especialmente, de fenômenos demográficos ligados aos movimentos migratórios contemporâneos (Matos e Silva 1988:16). Entretanto, como é óbvio, não poderia haver apenas coincidências entre Portugal e o Brasil na abordagem da norma linguística, quer seja em âmbitos escolares, quer em contextos acadêmicos.

De fato, segundo Matos e Silva (1988:16), até a atualidade os estudos da variação diastrática no português europeu têm sido menos desenvolvidos do que os da diatópica, “fato que parece decorrer, não apenas de uma tradição de estudos dialetais

horizontais, mas também porque os **problemas**¹ sociolinguísticos não devem ser tão marcados quanto os regionais”. Essa ponderação da ilustre linguista brasileira resume a percepção da natureza da problematidade que rodeia outras variedades do português, como a falada no Brasil, para diversos campos dos estudos linguísticos. Como disse Teyssier (1982:79),

A realidade, porém, é que as divisões “dialetais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical.

Dita abordagem da variação linguística no português do Brasil é reflexo das contradições duma sociedade marcada por uma intensa hierarquização interna, com o qual a avaliação linguística é um elemento especialmente polêmico e sensível. É isso que põe de relevo Teyssier (1982), consoante o qual no Brasil “[e]xiste uma zona em que a vulgaridade ainda é normalmente aceitável e que podemos considerar como um grau avançado na familiaridade. (...) Outros brasileirismos são nitidamente mais marcados e, por isso, sentidos como ‘incorretos’”. Neste caso, o estranhamento em relação aos “brasileirismos” pode provir do fato de serem olhados com um certo viés externo, como a existência do próprio termo parece ilustrar. Porém, as tensões derivadas da avaliação sociolinguística de variantes do português do Brasil também são perceptíveis para um olhar dirigido a elas a partir do seu interior, como põe de relevo o processo de delimitação do localmente correto, encarnado na descrição da(s) norma(s) urbana(s) culta(s) brasileira(s) em que se encontram submersos no Brasil estudos sociolinguísticos, geolinguísticos e instrumentos de gramatização, em especial desde finais do século XX.

Seja lá como for, cada vez mais se faz presente a relevância da contribuição dos estudos da Sociolinguística na forma de (re)pensar o ensino das línguas, campo no qual de grande importância é o espaço e formulação concedidos à reflexão sobre o conceito de norma linguística. No dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:1415), o verbete correspondente ao vocábulo “norma” apresenta as seguintes acepções:

norma. [Do lat. norma] **S. f. 1.** Aquilo que se estabelece como base ou medida para a realização ou a avaliação de alguma coisa: *norma de serviço, normas jurídicas, normas diplomáticas.* **2.** Princípio, preceito, regra, lei: *Tem como norma não deixar carta sem*

¹ O negrito é da que escreve.

resposta. 3. Modelo, padrão: *norma de conduta, de ação*. 4. *Bibliogr.* Título abreviado de obra, que acompanha a assinatura (q. v.). 5. *E. Ling.* Numa comunidade, o ideal lingüístico de correção. 6. *Filos.* Tipo concreto ou fórmula abstrata do que deve ser, em tudo o que admite um juízo de valor (...)².

O verbete anterior ilustra o cerne por volta do qual se articula a constelação de ideias organizadas em torno dum conceito nuclear associado com “avaliação”, “preceito”, “modelo”, “padrão”, “ideal lingüístico de correção”, “do que deve ser”. No entanto, conforme lembra Rey (2001:116), por trás do termo “norma lingüística” se escondem dois conceitos diversos e, em ocasiões, conflitantes: “um atinente à observação, o outro à elaboração dum sistema de valores; um correspondente a uma situação objetiva e estatística, o outro a um feixe de intenções subjetivas”.

A abordagem lexicográfica acima reproduzida coincide, contudo, com a ideia popularmente (pre)dominante no senso comum sobre norma lingüística, a qual remete em especial para a segunda acepção, imbuída por um espírito prescritivo passível de associação com a sua origem etimológica. Tanto “norma” (do grego *gnomon*, “esquadro”, pelo latim) como “régua” (proveniente, como “regra”, do latim *regulam*) – “uma reta materializada que permite a criação de outras retas conformes” (Rey 2001:117) – têm assim a sua origem em modelos geométricos. Já um terceiro vocábulo, “lei”, amiúde vinculado aos anteriores, “acrescenta, primeiramente, num contexto religioso, o elemento imperativo, a obrigação ditada pela vontade do ‘juiz’” (Rey 2001:117).

Tudo aponta de início, portanto, para o universo do modelar, duma rigidez conceitual, dum padrão avaliativo. Foi “somente pela influência do adjetivo *normal*, transportado por um uso teimoso do domínio ético para o da quantidade, que norma pôde passar do ‘bom’ e do ‘justo’ para o ‘habitual’ e ‘frequente’; do ‘desejável’ para o ‘usual’” (Rey 2001:117). Mas não deixam, por isso, de ecoar com força nos sentidos de norma o discurso da matemática, que lhe deu origem, mas também o do direito e, ainda, da religião, todos eles padrões sociais por antonomásia.

E, embora possa resultar surpreendente, esses ecos dum suposto misticismo que parece afetar o conceito de “norma”, como ilustra a sua ligação com “lei”, seguem aí, resultado duma sacralização maior que atinge, em último caso, a língua e os seus usos. Segundo Bagno (2002:22), abordando a sua transcendência histórica, a língua é

² Seguem, a partir deste ponto, outras acepções técnicas que não interessam aqui.

concebida, desde a Grécia antiga, “como se não estivesse neste mundo, como se fosse um objeto místico a ser buscado sem jamais poder ser alcançado”. No que tange à avaliação da variação linguística, Lucchesi (2011:172) afirma que:

Impressiona o nível de ignorância que se observa em pleno século XXI em relação à língua. Qualquer pessoa minimamente informada já ouviu falar de Freud, Lévi-Strauss e Max Weber, tem alguma idéia sobre o que seja o Complexo de Édipo e o Tabu do Incesto e não ousa falar em raças superiores e inferiores, ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato do seu crânio, mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como aberrações.

A língua como campo de reflexão do saber consensual, constantemente colocada nos limites dos seus modelos do dever ser, faz-se prática comum nos mais diversos estratos sociais, não sendo considerada como uma arena de debates de acesso restrito apenas a especialistas na área. Isso resulta facilmente compreensível, já que o conhecimento da língua, para o coletivo de falantes, é percebido como algo natural, passível de reflexão e, se for o caso, de coerção sobre outrem. A autorização para tecer disquisições e avaliação sobre os usos linguísticos se dá de forma automática, despercebida, uma vez que a competência linguística sobre o seu falar a toda a comunidade pertence.

Como Lucchesi (2011:172), já em 1972 Rey (2001:139) apontara que parece impor-se

uma explicação psicológica profunda do purismo. Sua agressividade mobilizada para defender a “língua materna” suprimindo as impurezas, a noção de “proteção”, de “defesa” contra os contatos estrangeiros não seriam de natureza edipiana? As relações lícitas entre a língua materna e a norma (fantasma do incesto autorizado e garantindo paradoxalmente a pureza da língua), a defesa contra as agressões por eliminação (fantasma da castração), esse simbolismo ainda é demasiado superficial, decerto, mas, em seu nível, pouco contestável.

Estes comentários acerca da norma encontram-se explicitamente (a)tingidos por ecos duma matriz psicanalítica, com projeções, desde a sua emergência, em diversos campos do saber. Não foi por acaso que as pesquisas acerca das representações sociais³ vieram à luz em diálogo com esse campo, ou que tenha se desenvolvido no Brasil a uma linha nos Estudos da Tradução centrada na abordagem de questões ligadas à psicanálise, da qual fazem parte trabalhos de destaque como Frota (2000) e Lages (2002). Curiosamente, não entra no foco de interesse de nenhuma dessas

³ O termo, cunhado por Moscovici (2015), remete para o conhecimento correspondente ao senso comum e será apresentado com mais detalhe na seção 2.3. deste trabalho.

pesquisadoras o conceito de “tabu”, o qual será mencionado a seguir em relação a duas contribuições diversas, originárias dos campos da Antropologia e dos Estudos da Tradução, e elaboradas por Douglas (1976) e Robinson (1996), respectivamente, pela sua potencialidade heurística para a explicação de questões que ordem sociolinguística.

O caminho do conceito do “tabu” é longo. O termo, registrado pela primeira vez pelo navegador inglês James Cook, na sua visita a Tonga, na Polinésia, em 1771, foi introduzido na língua inglesa, a partir da qual ela se difundiu para outros idiomas. No dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:1914), é definido como:

tabu [Do polinésio *tabu*, ‘sagrado’, ‘intocável’, ‘proibido’, pelo inglês *taboo*.] **S. m. 1.** Em certos povos e sociedades, proibição ou restrição de natureza ritual e religiosa, que determina que certos objetos, indivíduos, lugares ou atos, por serem considerados sagrados ou esp. imundos e perigosos, sejam evitados, e que como instituição social ger. está associada a fortes sanções e à crença de que sua violação traz castigo sobrenatural. **2. P. ext.** Proibição convencional imposta por tradição ou por costume a certos atos, modos de vestir, temas, palavras, etc., tidos como impuros, e que não pode ser violada, sob pena de reprovação e perseguição social: *tabus alimentares*. **3.** Aquilo que é objeto de alguma dessas proibições: *O incesto é um tabu em todas as sociedades*. **4. P. ext.** Aquilo cujo uso, prática ou menção é objeto de forte censura, ger. por pudor, vergonha, etc.: *Para eles, sexo ainda é um tabu*. **5.** Escrúpulo sem justificativa ou fundamento positivo: *É uma pessoa cheia de tabus*. **Adj. 2g 6.** Que tem caráter sagrado, sendo interdito a qualquer contato: *armas tabus*. **7.** Que é proibido, perigoso, por ser considerado impuro, impudico. **8. Fig.** Que é objeto de forte censura; que é interdito, proibido: *assuntos tabus*. [Sin. ger. (lus.): *tabo*]

Se, na Psicanálise, Freud editara *Totem e tabu* já em 1921, Sahlins (2008) retoma em 1981 os estudos sobre o assunto na Antropologia, uma constante entre a comunidade de especialistas na área, com *Metáforas históricas e realidades míticas*. Nesse volume, acompanhando a história dos ingleses no Havaí, desde a chegada do capitão Cook em 1779 até a sua morte pelo chefe local, Sahlins discute a forma como os momentos de crise e de confronto entre culturas constituem contextos privilegiados para a observação das mudanças históricas. Já no ano de 1966, também no campo da Antropologia Cultural, e ainda dum ponto de vista eminentemente estruturalista, Douglas (1976), em *Pureza e perigo*, desenvolveu a ideia do paralelo entre a religião, o sagrado e o puro, e conceitos a princípio ligados ao campo higiene: limpeza e sujeira.

Douglas (1976), nas suas análises de rituais religiosos, além doutros espaços como mecanismos de estruturação social, defende que “a sujeira é essencialmente, desordem. Não há sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem a vê” (Douglas

1976:12). Trata-se, portanto, duma convenção, de algo relativo ao lugar de fala (Douglas 1976:19). Embora pudesse parecer não existir relação entre a sujeira e o sagrado, ela é perceptível inclusive do ponto de vista etimológico: “A própria palavra *sacre*, por exemplo, tem este significado de restrição totalmente pertencente aos deuses. (...) Similarmente, a raiz hebraica de k-d-sh, que usualmente é traduzida como Santo, baseia-se na idéia de separação” (Douglas 1976:21).

Limpeza e sujeira são, portanto, categorias simbólicas que organizam o mundo, ao condenar os elementos capazes de confundir ou contradizer classificações, pois sujeira “não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira há sistema” (Douglas 1976:50). No *continuum* do mundo, categorias supostamente estáveis são construídas, conformando um padrão em relação ao qual certos elementos se encaixam, enquanto outros, as “anomalias”, podem ser ignorados, condenados, ou servir de instrumentos para reorganizar o padrão (Douglas 1976:54). Por isso eles têm poder:

Admitindo que a desordem estraga o padrão, ela também fornece os materiais do padrão. A ordem implica restrição; de todos os materiais possíveis, uma limitada seleção foi feita e de todas as relações possíveis foi usado um conjunto limitado. A desordem simboliza tanto perigo quanto poder (Douglas 1976:117).

Portanto, a desordem, a variação linguística, inerente à natureza das línguas, encarna tanto perigo do caos, da anomia, da ausência de normas, como o poder da possibilidade, do que pode vir a ser, ambos componentes ineludíveis do real da língua. O perigo/poder “está nos estados de transição, simplesmente porque a transição não é nem um estado nem o seguinte, é indefinível” (Douglas 1976:119). É nessa luta pela definição dum *status quo* que as dinâmicas de poder que organizam a sociedade se implicam, tentando manter separado o tabu, o sujo, aquilo que deve ficar afastado, interdito, encapsulado, para não subverter estabilidades construídas.

Na língua, a limpeza como metáfora faz parte da interpretação das margens, encarnadas na língua literária:

O poeta é um reciclador
Das palavras de todo dia
Do verbo de toda hora
Que usa e bota fora.
Separa o descartável
Do reaproveitável
E o belo da bobagem.

A poesia
É o **lixo limpo**⁴
Da linguagem.

Luís Fernando Veríssimo, “Limpeza pública” *apud* Neves (2010)

Pureza remete nitidamente para o purismo linguístico, fundamental para entender a relação/sensação das sociedades no que tange à(s) norma(s) linguística(s) e à avaliação da variação. Se no campo da língua a separação lembra as atitudes em relação aos neologismos, no tradutório remete para a visão da língua em tradução e do discurso traduzido como “o separado”: o não discurso, o discurso sem direito de pertença, sem autoria, ameaçado pela presença do Outro, pela hibridação com o impuro, que deve, ou deveria ficar afastado para garantir a manutenção intacta do eu, da Língua.

Trinta anos mais tarde da publicação de *Pureza e perigo* por Douglas, o conceito de “tabu” entra no campo dos Estudos da Tradução com *Translation and Taboo*, de Robinson (1996), associando a sobrevivência de antigos tabus relativos a textos religiosos com a teoria e prática da tradução em Ocidente. A natureza da prática tradutória está associada à sua origem, milenar enquanto afazer cuja origem se remonta no tempo, herdeiro de características ligadas ao seu caráter originário de técnica e não de *techné*.

Para Oliveira (2008:2), “a técnica, a ‘techné’ e a tecnologia correspondem às três fases do desenvolvimento histórico da técnica”. A técnica nasce com a humanidade, como um saber fazer, um conhecimento procedimental imbuído por um caráter mágico e simbólico. Segundo Vargas, (1994:19 *apud* Oliveira 2008:3), “[t]odas as técnicas tiveram origem mágica. (...) [P]ode-se pensar a invenção das técnicas e a sua transmissão de geração a geração como baseado num instinto esclarecedor inato ao homem – a partir, talvez, do inconsciente”. Abbagnano (2000:939-40) confirma este vínculo entre a técnica e o campo religioso, assim como com a arte:

TÉCNICA (in. *Technic*; fr. *Technique*. ai. *Technik*, it. *Técnica*). O sentido geral desse termo coincide com o sentido geral de *arte* (v.): compreende qualquer conjunto de regras aptas a dirigir eficazmente uma atividade qualquer. (...) Nessa esfera de significado generalíssimo incluem-se, portanto, os procedimentos mais díspares; estes, porém, podem ser divididos, *grosso modo*, em dois campos diferentes: A) [Técnicas]

⁴ O negrito é da que escreve.

racionais, que são relativamente independentes de sistemas particulares de crenças, podem levar à modificação desses sistemas e são auto-corrigíveis; B) [Técnicas] *mágicas e religiosas*, que só podem ser postas em prática com base em determinados sistemas de crenças; não podem, portanto, modificar esses sistemas e apresentam-se também como não-corrigíveis ou não-modificáveis. Essas [técnicas] constituem um dos dois elementos fundamentais de qualquer religião e podem ser indicadas com o nome genérico de *ritos* (v.).

Ciência ou arte, os ecos da religião no imaginário da tradução proviriam da importância do sacro desde a sua origem, cujas pegadas permaneceriam hoje sob a forma duma relação peculiar com a formulação das suas dinâmicas, não avessa ao campo das crenças, do sistema prático e simbólico. Afinal, as técnicas racionais apenas “são relativamente independentes de sistemas particulares de crenças”, como lembra Abbagnano (2000:939-40). A tradução herda ainda a sacralização doutros “objetos legítimos” com os quais mantém uma íntima ligação – as línguas –, que “estão protegidos por sua legitimidade contra o olhar científico e contra o trabalho de dessacralização que o estudo científico dos objetos sagrados pressupõe” (Bourdieu 1983:206).

Para Oliveira (2008), uma “*techné*” é um saber que precisa dispor duma vocação prática, destinada à resolução de problemas, um alto nível de desenvolvimento, ao longo das gerações, e ser transmitido através da educação,

chegando mesmo a ser apresentada e descrita em livros e compêndios e não simplesmente sabida quase em segredo – como era a magia – pelos profissionais. A instituição da “*techné*” tira o mágico das técnicas. Os tratados de medicina de Hipócrates e os de arquitetura de Vitruvius nada têm de mágico (Oliveira 2008:5).

Mais um aspecto esse em que a tradução se encontra num limbo: o configurado por uma prática que oscila entre os espaços acadêmicos e o dum fazer aprendido pela simples realização do ofício, marcado tradicionalmente por um autodidatismo intenso e a desregulamentação do mercado. Quem seria, então, a comunidade tradutória? Aqueles e aquelas que transitaram por espaços de formação específicos, e coletivos por definição, ou pessoas que construíram as suas competências diretamente no âmbito do afazer profissional, em grande medida isoladas do coletivo que o pratica? Na contemporaneidade, estarão tradutoras e tradutores numa situação tão marcada pelo isolamento como costumaram estar durante séculos?

A originária vinculação entre a técnica e o sagrado irá sendo proscrita, com o advento da Modernidade, por causa da inserção dum terceiro elemento na tríade composta, junto à ciência e à técnica (relida como tecnologia), pela razão:

A razão se liberta da sobrenaturalidade e é impulsionada pelas necessidades colocadas pelos novos modos de se construir a vida, novos esquemas de pensamento – quantitativos e experimentais – e novas práticas: técnicas, financeiras, comerciais – foram criadas as condições para surgimento, também de novos métodos e novos saberes. O eixo epistemológico que se estabelece pode ser representado da seguinte maneira: *ciência + técnica = tecnologia* (saber é poder) (Oliveira 2008:6).

Oscila-se agora entre a mitificação da redenção pela tecnologia e a denúncia do “problema da técnica”, com as suas consequências sobre a vida individual e social derivadas do seu desenvolvimento no mundo moderno (Abbagnano 2000:939). Além dos três itens em que Abbagnano (2000:941) resume as influências negativas da tecnologia sobre o mundo natural, os dois seguintes retratam os seus efeitos sobre a humanidade:

4ª sujeição do trabalho humano às exigências da automação, que tende a transformar o homem em acessório da máquina;
5ª incapacidade da T. de atender às necessidades estéticas, afetivas e morais do homem; portanto, sua tendência a favorecer ou determinar o isolamento e a incomunicabilidade dos indivíduos.

A inserção na contemporaneidade do ser humano e da sua maior tecnologia, as línguas naturais, vem gerando espaços de encontro e de conflito onde se reelaboram e ressignificam ideias como as anteriores, quer seja acerca do que sejam as línguas e de como funcionam, quer, ainda, em relação às próprias interações humanas. Sobre a língua – não mais “espelho da realidade”, mas constitutiva dela enquanto instituição social (Cameron 1995) – se voltam discursos na pós-modernidade em novos âmbitos virtuais, percorrendo caminhos que constroem as formas idiossincrásicas conforme as quais as comunidades se imaginam. Esse processo de criação se remonta discursivamente aos primeiros movimentos de articulação das comunidades, nos quais língua e religião se entrecruzam. No âmbito do Brasil (e não só, é claro),

a relação língua-nação (...) faz parte da colonização lingüística em seu ideal comunicativo de produção (...) de transparências, uma série de práticas “linguageiras”, ou melhor, de rituais sócio-discursivos oriundos, em sua maioria, de práticas religiosas associadas à manutenção do poder real. No entanto, [p]ara a igreja(...) o caminho mais direto para a expansão da evangelização realizava-se através da adoção do vernáculo local, no caso, da utilização do tupi, a língua indígena majoritariamente falada na costa

do Brasil, e que nas primeiras décadas da colonização era chamado de *língua brasilica* (...), eleita como *geral* pelos jesuítas (Mariani 2008:34).

Neste processo homogeneizador, as comunidades indígenas, a população local não índia e a de origem africana foram traduzidas pelo Império para o português, dando uma língua àqueles que, para o Império, não a tinham, e “persuadindo-lhes os próprios dictames da racionalidade, de que viviaõ privados”. Assim reza no *Diretório dos Índios*, ordem régia expedida com o aval do Marquês de Pombal que ordena o uso exclusivo da Língua Portuguesa na colônia brasileira” (Mariani 2008:36), com o qual se negou, em meados do século XVIII, o poder simbólico atribuído pelos jesuítas à língua geral e se inaugurou uma segunda fase de homogeneização linguístico/discursiva, com as devidas distinções de gênero, pois

haverá em todas as Povoações duas Escólas públicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruidas na Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os mais ministérios proprios daquelle sexo.

No entanto, o Diretório é ainda, e especialmente, bem conhecido pelo fato de indicar que a comunidade indígena não poderia mais ser chamada negra, coisa que não deixa de lembrar o decreto de San Martín, que, em 1821, determinará que: “No futuro, os aborígenes não serão chamados índios ou nativos; eles são filhos e cidadãos do Peru e serão conhecidos por peruanos” (Lynch *apud* Anderson 2008:264). Trata-se de mais um apagamento no processo de construção de comunidades imaginadas, nas quais as comunidades indígenas não o serão mais, passando a fazer parte e a ter obrigações com os estados nacionais que se formavam na América da época.

Esta constituição duma nova homogeneização de que se falava acima foi agora implementada, ou melhor *imaginada* discursivamente, sobre a memória da língua de Portugal, que não começará a ser relativizada até o século XIX, com a independência política e a configuração de

três regiões de significação, marcadas por lugares enunciativos conflitantes em termos de autoridade simbólica sobre a língua: o primeiro (...) é o da lei com suas indefinições; os outros dois lugares enunciativos referem-se ao de alguns filólogos, gramáticos e historiadores, e ao de literatos (...); dum lado, aqueles que falam sobre as línguas, os gramáticos e os filólogos, pensando dominar um saber sobre estas e julgando-se no direito de classificar, modelizar e avaliar os usos literários e não-literários; e, de outro, os escritores que falam sobre a língua que usam, comprometidos que estão com os regimes enunciativo-literários de sua época, muitas vezes inseridos em projetos

históricos e estéticos opostos aos saberes hegemônicos em circulação (Mariani 2008:41).

Nesse caldo primordial é que vem à luz, diz Mariani (2008:43), “a contradição constitutiva da memória de nossa língua, uma língua que, se nos seus começos foi uma língua de colonização em luta com outras línguas, para firmar-se como língua nacional apagou essas outras línguas bem como sua heterogeneidade interna”, firmando a hegemonia dos colonizadores e a sua cultura sobre os povos nativos.

Qual a relação de tudo o dito acima com praticantes da tradução do português? Tudo o anterior faz do coletivo tradutório que tem o português do Brasil como uma das línguas de trabalho um caso intenso de utentes caracterizados pela “insegurança linguística” (Labov 2008⁵), referida às reações negativas (desprestígio) em relação aos usos linguísticos, essenciais ao seu labor profissional.

Insegurança linguística é, precisamente, a descrição que Lucchesi (2011:179) dá para a sociedade brasileira no geral, derivada em grande medida da assunção, em finais do século XIX, de fenômenos gramaticais que forjaram “a atual norma culta portuguesa” (Pagotto 1998:54). Trata-se em especial da ênclise dos clíticos derivada da redução das vogais átonas que caracteriza a prosódia do português europeu contemporâneo, diferentemente da tendência à colocação pré-verbal que se encontra no português clássico e apesar do fortalecimento das vogais átonas no Brasil. Fenômenos como a próclise – característica dos usos cultos da língua no país, mas contrária ao padrão prescritivo adotado – produzem um sentimento de insegurança linguística que afeta a todos os segmentos da sociedade brasileira, conforme deixam transparecer afirmações do tipo: “o português é muito difícil” e “brasileiro não sabe falar português” (Pagotto 1998:54).

Trata-se dum problema de legitimidade, a qual afeta não só às próprias formas linguísticas, como às situações de uso e aos interlocutores e interlocutoras que dela participam, carregada ainda com o peso das hierarquizações culturais cuja organização foi empreendida no processo de colonização das Américas. Para Bourdieu (2008),

⁵ Em 1972, referindo-se aos dados obtidos em pesquisa com falantes de Nova Iorque sobre a pronúncia do *r*, Labov (2008:146) afirma que a insegurança linguística é posta de relevo “pelo intervalo bastante amplo de variação estilística (...); por seu esforço consciente de correção; e por suas atitudes fortemente negativas para com seu padrão de fala nativo”.

[p]odemos, assim, enunciar as características que um discurso legítimo deve preencher, os pressupostos tácitos de sua eficácia: ele é pronunciado por um locutor legítimo, isto é, pela pessoa que convém – por oposição ao impostor (linguagem religiosa/padre, poesia/poeta etc.); ele é enunciado numa situação legítima, isto é, no mercado que convém (no oposto do discurso do louco, uma poesia surrealista lida na Bolsa de Valores) e dirigida a destinatários legítimos; ele está formulado nas formas fonológicas e sintáticas legítimas (o que os lingüistas chamam de gramaticalidade), salvo quando pertence à definição legítima do produtor legítimo transgredir essas normas.

As distintas línguas, variedades e variantes usadas por uma sociedade estão submetidas ao mercado linguístico, que lhes atribui valores diferentes, de modo mais ou menos conscientemente conhecido por quem as usa, pois fundamental à atuação da língua legítima é “o desconhecimento de sua verdade objetiva, princípio da violência simbólica que se exerce através dela”, acionando mecanismos de monitoramento e a impressão dum modelo:

A disposição que leva a “se vigiar”, a “se corrigir”, a procurar a “correção” através de correções permanentes nada mais é que o produto da introjeção duma vigilância e de correções que inculcam, senão o conhecimento, pelo menos o reconhecimento da norma lingüística; através desta disposição durável (que, em certos casos, está no princípio duma certa insegurança lingüística permanente), se exercem continuamente, sobre aqueles que a reconhecem mais do que a conhecem, a vigilância e a censura da língua dominante (Bourdieu 2003:159).

Essas formas de vigilância vêm sendo qualificadas no Brasil como formas de “preconceito linguístico”, termo de extenso uso no Brasil desde a edição do volume de Bagno (1999) sob esse título, amplamente reeditado desde o seu lançamento. Sobre esse conceito, Bagno (1999:40) diz: “O preconceito lingüístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários”. Trata-se, é claro, duma “crença”, pois, de fato, todas as línguas, como também o português, constituem feixes de variedades e “[a] esse entrecruzar-se de dialetos sociais, espaciais e de normas linguísticas impõem-se as normas específicas da língua escrita que neutralizam muitas das diferenças da fala quotidiana, mas estão longe de anulá-las” (Mattos e Silva 1988:2).

Como qualquer outro conceito proveniente de espaços científicos, o “preconceito linguístico” vem sendo acolhido no seio das representações sociais pelas quais as pessoas encaixam categorias novas nas anteriores, de modo a elas não entrarem em conflito com o seu *habitus*. Nesse sentido, na denúncia do “preconceito linguístico” no Brasil ecoa a criminalização do preconceito racial, numa projeção de

campos que pode ter tido uma consequência ou efeito colateral, no sentido de tender a integrar os juízos da avaliação linguística no campo do que deve permanecer não explicitado por proibido, por impuro. Embora a origem do “preconceito linguístico” (Bagno 1999) não seja concebida como atinente a um fenômeno da ordem do individual (posteriormente Bagno⁶ dirá que não há preconceito linguístico, mas social), termina sendo representado como tal, numa generalização que nega a ação de contradições sociais e de conflitos de poder como condicionantes da sua operação⁷. Nesse movimento de representação, mulheres e homens sujeitos – aqui agentes, embora talvez inconscientes – reduzem o “preconceito linguístico” – como quiçá o façam com qualquer outra modalidade de discriminação – a uma recusa do respeito pela diferença, à qual se lhe nega uma igualdade que lhe pertence por direito. É apagada, então, a consciência de que o preconceito não é distribuído socialmente de forma equitativa; isto é, nem todas as formas padecem idêntico nível de estigmatização (na verdade, muitas desfrutam de um *status* de privilégio, que com frequência se apresenta como natural ou inato).

Nesse cenário, especialmente difícil é a situação do coletivo de profissionais da tradução, não apenas pelo fato de terem o português como uma das línguas de trabalho, mas também por se dedicarem a essa prática. É bem conhecido o adágio “*traduttore, traditore*”, que denota nitidamente a descrença tradicional a que o saber consensual condena a prática tradutória. No mercado linguístico, pelo menos no brasileiro, agentes profissionais da tradução raramente constituem locutores ou locutoras legitimadas, como põem de relevo tanto as representações sociais que rodeiam o ofício, quanto as próprias condições laborais a que o coletivo que o realiza está com frequência submetido.

⁶ A esse respeito, Bagno (2003:16) afirma: “o preconceito linguístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo e entranhado *preconceito social*. Se discriminar alguém por ser negro, índio, pobre, nordestino, mulher, deficiente físico, homossexual etc. já começa a ser considerado ‘publicamente inaceitável’ (o que não significa que essas discriminações tenham deixado de existir) e ‘politicamente incorreto’ (lembrando que o discurso do ‘politicamente correto’ é quase sempre pura hipocrisia), fazer essa mesma discriminação com base no modo de falar da pessoa é algo que ‘passa’ com muita naturalidade (...). É que a linguagem, de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil, sobretudo depois que, ao menos no mundo ocidental, a religião perdeu sua força de repressão e de controle oficial das atitudes sociais e da vida psicológica mais íntima dos cidadãos”.

⁷ Ocorre, assim, um fenômeno semelhante ao tradicionalmente denominado auto-ódio na Galiza: é atribuída a atitudes individuais anti-éticas a causa de atos de discriminação que não se verificam tanto em função do caráter individual de quem os exerce, mas como produto de uma discriminação gerada no seio maior da sociedade. O sintoma é, portanto, tomado pela doença.

Aparecem, portanto, neste trabalho, dois campos (Bourdieu 1983) que se entrecruzam: o tradutório e o linguístico. Enquanto campos, ambos são microcosmos, espaços em que são estabelecidas relações conforme uma lógica própria, irreduzível à doutros campos. Resultam de processos de diferenciação social organizados pela criação dos diversos objetos (linguístico, tradutório, artístico, educacional, político, religioso, etc.), como também pela delimitação dos princípios que governam a sua compreensão, segundo um “campo de forças” que constrange a atuação de agentes neles envolvidos.

O campo tradutório – um daqueles por volta dos quais este trabalho se constrói – é abordado aqui enquanto uma prática articulada por uma constelação de agentes que abrange profissionais, estudantes e docentes da área, num coral de vozes onde as representações do saber consensual dialogam com o conhecimento especializado. Já o campo linguístico implica outro fazer, com uma problematicidade dotada duns contornos específicos, os do português do Brasil no século XXI, que serão apreendidos pela análise de formações discursivas de agentes como os anteriormente citados. Sendo o fazer língua um fazer situado, ele será estudado em relação a quem o pratica sob formas socio-historicamente situadas – a tradução – e que, ao mesmo tempo, constrói coletivamente um dizer sobre ele, sobre o seu ser e o dever ser, em certos *loci* em que as suas percepções são elaboradas (e, eventualmente, reelaboradas).

Apesar da relativa autonomia de cada um dos campos onde ocorrem as dinâmicas sociais, eles se inter-relacionam, seja pelos conflitos existentes (que implicam no mútuo reconhecimento), quer pelas homologias que possam manter entre si. Pode haver algum tipo de paralelo entre as transformações internas e externas aos campos (Bourdieu 1983:156-7), mas

[c]ada campo tem suas próprias formas, de revolução e, portanto, sua própria periodização. E as rupturas dos diferentes campos não são necessariamente sincronizadas. O que ocorre é que as revoluções específicas têm uma certa relação com as mudanças externas.

É sobre esse universo, organizado em torno do português do Brasil, da tradução, da formação e das crenças de tradutoras e tradutores, que girará o texto que se apresenta logo a seguir. Antes de começar, apenas uma tentativa de resposta a um questionamento curioso: por que epigrafar com Saramago um trabalho acerca do

português do Brasil? Deslize? Mera provocação? Lembre-se, apenas, que Saramago começou a sua vida profissional em grande medida como tradutor, revisor e político, antes de escritor. Aliás, a subversão que *As intermitências da morte* opera literariamente no campo religioso confirma a ferrenha resistência desse campo em se retirar das mentes, que ainda bebem das suas fontes o léxico de que se valem para ancorar⁸ as suas experiências noutros campos da experiência humana. A obra de Saramago nada mais é do que um excepcional encontro da oralidade com a escrita. Por isso, com a devida irreverência: por que não Saramago, como poderia ter dito Raimundo Silva?

⁸ Ancoragem consiste no “processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser adequada” (Moscovici 2015:61).

JUSTIFICATIVA

Ao princípio, como é natural, houve invejas, houve conspirações, deu-se um ou outro caso de tentativa de espionagem científica para descobrir como o havíamos conseguido, mas, à vista dos problemas que desde então nos caíram em cima, cremos que o sentimento da generalidade da população desses países se poderá traduzir por estas palavras, Do que nós nos livrámos. A igreja, como não podia deixar de ser, saiu à arena do debate montada no cavalo-de-batalha do costume, isto é, os desígnios de deus são o que sempre foram, inescrutáveis, o que, em termos correntes e algo manchados de impiedade verbal, significa que não nos é permitido espreitar pela frincha da porta do céu para ver o que se passa lá dentro.

Saramago, J. (2005:74)

Em que pese a antiguidade do afazer tradutório, pouco se tem produzido ao longo dos séculos em que ele tem se desenvolvido, ou mesmo nas últimas décadas, em relação ao ensino da tradução e, sobretudo, menos ainda no que diz respeito ao ensino de línguas para essa prática. Mas o que são as línguas para o afazer tradutório e quem o pratica? E, ainda, em que aspectos podem os estudos sociolinguísticos contribuir para um melhor entendimento dessa relação, aqui no caso de contextos como a prática tradutória em que o português do Brasil intervém como uma das línguas de trabalho?

Sobre certos campos, como o da tradução profissional, pesam contradições socioeconômicas, sociolinguísticas e relacionadas ao próprio senso comum que rodeia dita prática. Nele, o espaço da formação é só mais um cenário, dentre outros possíveis onde localizar as consequências da ação do poder sobre indivíduos que a padecem. Mas definitivamente o campo da tradução constitui um âmbito onde ocorrem tensões muito esclarecedoras da relação de falantes de português do Brasil com a sua língua.

Com efeito, constitui já um lugar comum a afirmação de que as línguas, enquanto caracterizadas pela variação, são objetos instáveis, dinâmicas, aversas à estática pela sua natureza, ou mesmo pelas concepções que especialistas têm sobre elas. No entanto, apesar desse quadro, deve se destacar que a ideia de instabilidade e a sua percepção estão atreladas em boa parte à situação de padronização e aos esforços dedicados a esse processo. No tocante ao português do Brasil, o problema pode se resumir no depoimento duma intérprete brasileira na presença da que escreve, ao realizar uma pergunta onde mostra o desejo verbalizado dum “dever ser”, dum como se comportar. Estas frases encerram as suas inquietações: “A questão é: como que eu

traduzo? Como eu escrevo ou como eu falo?”. Colocações desse tipo podem ser úteis como ponto de partida para elaborar o saber consensual das representações sociais, ou pelo menos os dramas em que se coloca, entre especialistas, a relação do coletivo tradutório com o português do Brasil. Outro dilema, derivado dessa macro-colocação, remete para o fato de se inferir do questionamento acima que o coloquial/vernáculo pode ser percebido, por parte de tradutores e tradutoras de português do Brasil, como um elemento que, ao ficar de fora da norma padrão, não se encontra na e pela escrita suficientemente representado, ou não é aceito em determinadas esferas de distintas camadas sociais e de usos formais. Nesse caso, como traduzir para português do Brasil o vernáculo de línguas em que este fenômeno não se percebe dessa forma? Para o português do Brasil, o vernáculo dessas línguas seria, então, “intraduzível”? Ou traduzível dentro dum campo imaginário, também duma norma avessa ao uso, porém estabelecida dentro duma perspectiva política, em prol da estética ou dum novo padrão presumível?

Esse espaço de desconforto, de contornos senão desconhecidos, ao menos flexíveis e hoje polêmicos – o da avaliação dos usos linguísticos, intimamente associado ao universo consensual do preconceito – é construído de forma implícita na prática tradutória profissional e, já de maneira explícita, na formação de agentes da tradução, a qual não tem como se furtar à reflexão acerca do valor que lhes é atribuído, ou não, aos distintos usos linguísticos.

Assim, é a vontade de pensar como capacitar tradutores e tradutoras reflexivas, com autonomia para lidar com a heterogeneidade linguística no contexto do português do Brasil, que levará o pensamento a partir deste ponto. Trata-se de refletir sobre a relação existente entre um campo aplicado mais rígido e singular dos usos da língua – o tradutório – e as possibilidades expressas na pluralidade do dia a dia, mas tentando fugir a esse “afanoso e ingrato mister gramatical de catar pulgas em juba de leão” (Cunha 1981:40).

METODOLOGIA DE PESQUISA: OBJETIVOS, PERGUNTAS E ASSERÇÕES

as três fotografias que levavam no bolso não deixavam dúvidas de que a morte, se chegasse a ser encontrada, seria uma mulher ao redor dos trinta e seis anos de idade e formosa como poucas. De acordo com o padrão obtido, qualquer delas poderia ser a morte, porém, nenhuma o era em realidade.

Depois de ingentes esforços, depois de calcorrearem léguas e léguas por ruas, estradas e caminhos, depois de subirem escadas que todas juntas os levariam ao céu, os agentes lograram identificar duas dessas mulheres, as quais só diferiam dos retratos existentes nos arquivos porque haviam beneficiado de intervenções de cirurgia estética que, por uma assombrosa coincidência, por uma estranha casualidade, haviam acentuado as semelhanças dos seus rostos com os rostos dos modelos reconstituídos.

Saramago, J. (2005:128)

A emergência nos anos 1920 do paradigma interpretativista, em reação ao positivismo clássico herdeiro do século XIX, incentivou a atenção ao contexto sócio-histórico em que se inseriam as ciências humanas e sociais. Dá-se então início a um movimento de transformação em elementos centrais dum paradigma que, a partir desse ponto, passou a ser compreendido como superado, abrindo-se um caminho mais amplo à construção de modelos cognitivos e socioculturais de investigação. Isso trouxe consigo mudanças tanto nas práticas de pesquisa em si quanto no pensamento sobre elas, em especial pela reconsideração da possibilidade de pesquisas neutras, e da neutralidade dos e das agentes que as realizam. Afinal, nenhuma observação é possível sem estar ancorada numa perspectiva determinada, nem que seja pela tomada de decisão de ser levada a cabo. Não há discurso nem ação que não partam dum certo lugar de fala e dum ponto de vista alheio a valores ou intocável a críticas.

Diversos métodos e práticas fazem parte dos empregados na pesquisa interpretativista, qualitativa, no intuito de determinar os significados atribuídos a ações na vida social, tangenciando a compreensão de distintas camadas discursivas e referendando-se entre o senso comum e a norma acadêmica. Trata-se de entender fenômenos sociais cujo sentido emana do (con)texto em que estão inseridos e tentar entendê-los desde a sua localização na complexidade das redes culturais de significados nas quais se desenvolve a sociedade estudada.

A abordagem qualitativa não pretende alcançar a verdade, o que é certo e errado, posto que se ocupa prioritariamente com entender a lógica que permeia as práticas que se dão no dia a dia, envolvidas por atos, símbolos e discursos, tanto dos

realizados quanto dos reprimidos, tanto do dito quanto do silenciado. Minayo (1999:21) descreve as tessituras dessa extensa rede que forma o que se chama aqui realidade, do ponto de vista da pesquisa qualitativa:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Pelos objetivos que se almeja alcançar, esta que começa aqui é uma pesquisa social, que estuda imbricações, nem sempre claras ou desprovidas de cortinas turvas de fumaça, entre valores, crenças, representações, atitudes e opiniões. Remete para uma realidade social que é específica, condicionada pelo momento histórico, pelo lugar, pela organização econômica, pelo imaginário e as mentalidades do contexto específico em que está inserida. Há, então, historicidade, situando no tempo e no espaço cenários e agentes em estudo, pois as especificidades dos eventos sociais abordados marcam as cores e os tons da investigação nestes campos. Na abordagem qualitativa, completa assim a autora:

[os] autores (...) não se preocupam em quantificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (Minayo 1999:24).

Existem diversas formas de se buscar esse qualitativo que se espraia desde a Filosofia à Sociologia, desde os livros da antiguidade grega ao trabalho de campo contemporâneo. Uma das abordagens mais marcadas da pesquisa interpretativa é a de cunho etnográfico – de *ethnoi*, “os outros”, e *graphos*, “escrita, registro” –, que vem se desenvolvendo desde o final do século XIX. A etnografia tradicional moderna implica a inserção de pesquisadores e pesquisadoras durante um longo período na vida numa comunidade, de cuja cultura se aproxima pela observação dum outro, a inquirição e anotação de todas aquelas informações consideradas relevantes na sua caderneta de campo para a sua posterior interpretação, como, a partir dos postulados de Lévi-Strauss em *Regarder, Ecouter, Lire*, propôs Roberto Cardoso de Oliveira (2006:17), ao refletir sobre o método etnográfico no seu “Olhar, ouvir, escrever”. Trata-se de encontrar a lógica do relativismo que rege a interpretação de cada cultura

do ponto de vista do coletivo que a integra; quer dizer, de identificar formações discursivas e “a forma como se encaixam em uma matriz social mais ampla, matriz essa que as condiciona, mas é também por elas condicionada” (Bortoni-Ricardo 2008:49).

Do ponto de vista metodológico, este estudo é organizado a partir dos objetivos geral e específicos que são expostos logo a seguir. A fim de explicitar as intuições primeiras da pesquisadora, independentemente de se elas foram confirmadas ou não após a coleta e análise dos dados, são formuladas também, já de início, as asserções subjacentes à busca de possíveis respostas implícita na questão de pesquisa. Assumem-se, então, as orientações de Bortoni-Ricardo (2008:53), segundo as quais

[n]a pesquisa qualitativa, não se levantam hipóteses como na pesquisa quantitativa, mas é aconselhável elaborar asserções que respondam aos objetivos. A asserção é um enunciado afirmativo no qual o pesquisador antecipa os desvelamentos que a pesquisa poderá trazer.

Em concreto, e dentro duma abordagem qualitativa, que não pretende ter relevância estatística, recorre-se à revisão de bibliografia e a técnicas que implicam a utilização de diversos instrumentos de coleta de dados, como questionários, guias de entrevista semi-estruturadas e para grupo focal – que se juntam nos anexos 1 a 10 –, com os quais se objetiva alcançar distintas estratificações dos discursos emitidos sobre o tema em estudo. Como se verá, a perspectiva é em ocasiões longitudinal (como na seção 4.4.). Já em 4.5.2., a aplicação dos mesmos instrumentos a grupos distribuídos ao longo dos distintos semestres dum curso universitário de Tradução pretende oferecer subsídios para um panorama geral sobre a abordagem dos assuntos pesquisados pelo corpo discente.

Por meio do leque de técnicas de pesquisa adotadas, pretende-se embasar do ponto de vista teórico-metodológico e colher informações para refletir sobre a forma como o coletivo responsável pelo afazer tradutório do português de Brasil se relaciona com alguns dos fantasmas que o perseguem. A princípio, esse grupo de profissionais deveria aprender, na prática ou por formação, a lidar com a variação linguística, simplesmente ajustando o registro ao ponto em que o gênero textual traduzido se localiza no continuum fala-escrita, do menos ao mais monitorado. Mas a possibilidade da pergunta “como é que eu traduzo? Como eu escrevo ou como eu falo?” – ouvida pela que escreve, como foi dito, duma tradutora brasileira, com curso superior

completo na área – põe de manifesto que, ao menos no relativo a profissionais da tradução de português do Brasil, a questão tem as suas peculiaridades e que, do ponto de vista da sua formação, o problema não é resolvido simplesmente obviando a sua existência.

Traçando um panorama que problematiza questões de norma linguística do ponto de vista de praticantes da tradução de português do Brasil, este trabalho pretende contribuir para que sejam melhor conhecidos dois universos pouco atendidos até hoje pelas pesquisas acadêmicas de diversas áreas, ainda que por motivos diferentes: o das tradutoras e tradutores em formação no Brasil, pela escassa inserção nos ambientes universitários do país que vem caracterizando tradicionalmente essa área; e o do coletivo de profissionais da área, cuja também tradicional atomização no campo laboral dificulta o desenvolvimento de estudos sobre as suas concepções acerca das práticas que desenvolvem. Agregada a isso está a pouca visibilidade do trabalho de tradução, uma vez que o seu produto final é praticamente naturalizado, desde que não existam nele problemas graves o suficiente para chamarem a atenção na hora da recepção. Fora em relação a especialistas, a agentes que participam diretamente no processo de tradução ou a quem trabalha em áreas de fronteiras linguísticas ou em ambientes multilíngues, a tradução, por via de regra, não aparece aos olhos de quem recebe os seus produtos.

Assim, pela inserção desta pesquisa em cenários específicos, povoados por pessoas que às vezes não falarão desde o anonimato, tenta-se retratar espaços que, embora não pretendam ser definitórios da totalidade de agentes e ambientes que poderiam fazer parte deles, dentro do macrocosmos da tradução do português do Brasil, constituem microcontextos indicativos, isso sim, da problematicidade que neles caracteriza a norma linguística. De fato, consoante Bourdieu (1996:15),

não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”.

Fica ressalvado, desde já, que também não se pretende aqui “transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (...) as propriedades que lhes cabem em um momento dado a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis” (Bourdieu 1996:18). Nem todo o coletivo de profissionais da tradução será ouvido, nem todos e

todas as aprendizas de tradução serão consultadas, não se diferenciando nesse aspecto esta das demais pesquisas. Os informantes, homens e mulheres, que participam deste estudo são seres cujas falas se configuram a partir das suas próprias concepções éticas e da sua situação sócio-histórica específica. São, contudo, agentes duma prática que transita entre dois campos, ambos carregados hoje no Brasil duma tensão que padecem, como elas e eles o entendem e declaram, em alto grau.

Em concreto as seguintes serão as questões, objetivos e asserções que orientarão a pesquisa que neste ponto se inicia:

Questão de pesquisa:

Quais as concepções sobre norma linguística de agentes da prática tradutória, profissionais e em formação, que têm o português do Brasil como uma das suas línguas de trabalho?

Objetivo geral:

Mostrar a problematicidade presente em concepções sobre norma linguística de agentes da prática tradutória, profissionais e em formação, que têm o português do Brasil como uma das suas línguas de trabalho, levando em consideração pesquisas sociolinguísticas que colocam os problemas de norma dum ponto de vista não apenas descritivo, dialetológico, mas especialmente no que diz respeito à sua avaliação a partir dum processo, dum momento e dum lugar sócio-histórico concretos.

Objetivos específicos:

1. Traçar um panorama que pontue momentos relevantes nas concepções sobre norma linguística do português do Brasil, com especial interesse em pesquisas geolinguísticas, sociolinguísticas e discursivas acerca dele, realizadas sobretudo desde finais do século XX.

2. Descrever juízos avaliativos sobre norma linguística de profissionais e aprendizas da tradução que trabalham com o português do Brasil.

3. Mostrar contribuições da Sociolinguística para pensar a abordagem didática das línguas na formação tradutória, especialmente em relação a profissionais que trabalham com português do Brasil.

Asserção geral:

A problematização explícita de questões relativas ao português do Brasil por agentes da tradução, profissionais ou estudantes, está relacionada com a situação de padronização local, a qual precisa ser considerada nos processos de formação de especialistas da área.

Subasserções:

1.1. Se ainda nos anos 1980 Cunha e Cintra (1985:15) afirmavam que o português do Brasil era menos heterogêneo que o europeu, em especial desde os 1990 a Linguística brasileira investe em ressaltar a heterogeneidade linguística do país.

1.2. A descrição da variedade linguística do português do Brasil veio acompanhada de debates acerca do ser e o dever ser, formulados em termos do par dicotômico que contrapõe a Gramática (com que se remete para a delimitação duma norma padrão, não para o sistema morfossintático) e a Linguística (que alude à descrição e defesa da variação linguística e, fundamentalmente, das formas não padrão). Essas controvérsias podem ter sido representadas de formas peculiares no Brasil por coletivos como o de estudantes de Tradução como o aqui estudado.

1.3. As polêmicas acima citadas se unem a uma teia discursiva onde convergem diversos momentos, no percurso sócio-histórico do português do Brasil, em que a questão da norma linguística foi problematizada em termos da relação com o Outro, o português.

2.1. No discurso de praticantes da tradução profissionais, estudantes e quem forma esse grupo, podem ser encontradas problematizações da norma que apontam para uma insegurança linguística relacionada com a situação de padronização do português do Brasil.

2.2. Enquanto “profissionais da língua” e apesar da sua heterogeneidade, interna e entre ambas as categorias, a norma linguística é alvo de tensos debates por parte de agentes da tradução de português do Brasil, tanto em formação como profissionais, quando se integram em espaços de interação que se debruçam sobre a prática tradutória.

2.3. Os ecos do campo religioso se fazem presentes no Brasil em relação à língua e à tradução, considerando os seus espaços de poder enquanto normas, pois alusões a estas duas são formuladas não raro naqueles termos por aprendentes e profissionais da tradução.

3.1. No Brasil, a possibilidade de se atribuir uma natureza preconceituosa à higiene verbal ou avaliação linguística explícita (Cameron 1995) – independentemente de esse caráter ser de fato adequado em todos os casos – vem na contramão da sua realização por estudantes de tradução em contextos de ensino formal. De fato, o tratamento de questões problemáticas do ponto de vista da norma linguística parece ser evitado em contextos de formação tradutória, exceto naqueles em que não há alternativa à sua abordagem e onde ficam em grande medida encapsuladas.

3.2. Como discurso racional e prática não necessariamente coincidem, pode existir um fazer contrário ao dito, no tocante ao uso linguístico, por parte de agentes da tradução, como de qualquer falante. Em contextos de ensino-aprendizagem, cabe ao professorado criar espaços de verbalização dessas contradições, único mecanismo para que sejam reelaboradas por estudantes de tradução, e tratadas no sentido em que, enquanto agentes, decidirem.

Para dar tratamento suficiente às questões colocadas, a presente tese é organizada em cinco capítulos. O primeiro deles destina-se a apresentar o conceito de norma linguística, para, a seguir, refletir mais precisamente sobre o caso do português do Brasil, buscando um itinerário sócio-histórico e um cenário em termos geolinguísticos, sociolinguísticos e discursivos. O segundo capítulo discute contribuições da Sociolinguística na delimitação e abordagem de problemas de norma. É central nessa seção a reflexão acerca do lócus da pesquisa sociolinguística

(da comunidade de fala, passando pelas redes sociais em direção às comunidades de prática), incluindo uma discussão acerca da inserção das interações virtuais dentro desse campo, um ambiente importante no Brasil para a ocupação dum espaço anteriormente difuso e atomizado como o do afazer tradutório. Disserta-se também sobre o papel da avaliação explícita (ou “higiene verbal”, segundo Cameron 1995) no tocante à norma linguística e sobre as relações entre os campos da Sociolinguística e dos Estudos da Tradução, observando o Brasil e o português como espaços de pesquisa. No capítulo terceiro, são mapeadas e analisadas concepções sobre norma linguística de agentes profissionais da prática tradutória que trabalham com português do Brasil. Para tanto, recorre-se a uma lista de discussão da Internet, TRAD-PRT – disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/trad-prt/> –, a qual se apresenta como a mais antiga em atividade dentre aquelas que reúnem profissionais do ramo, fundada em 1995. São comentados ainda os resultados obtidos da análise de duas entrevistas sobre questões pertinentes a esta pesquisa, efetuadas com profissionais da tradução do Brasil com reconhecimento no ramo, vinculação à história virtual da comunidade tradutória do português, e cujos perfis formativos são contrapostos: Danilo Nogueira e Ivone Benedetti. O capítulo quarto traça um panorama de ideias sobre norma linguística colhido num contexto específico de ensino público brasileiro de nível superior, destinado à formação de profissionais da tradução. Para isso serão considerados olhares de aprendentes e de membros do corpo docente inseridos no ambiente pesquisado, que serão retratados através de informações obtidas por meio de instrumentos de coleta de dados como entrevista, grupo focal e questionários. A observação mais próxima, diária, vivenciada, e o mergulho no universo do Outro e do “eu professora e tradutora”, com inspirações etnográficas, marcam o recolhimento de dados do universo pesquisado neste estudo. No quinto e último capítulo, a modo de considerações finais, serão retomadas, como resultados, as subsasserções enunciadas nesta seção, discutindo a sua confirmação ou não à luz das informações coletadas e discutidas nas seções anteriores. A seguir, como conclusões, defende-se a relevância de contributos da Sociolinguística no tocante ao melhor entendimento da configuração das relações que tradutoras e tradutoras, profissionais e em formação, mantêm com a norma linguística do português do Brasil, para refletir sobre repercussões didáticas derivadas de se levar em consideração esse tipo de questões em contextos formais de ensino-aprendizagem da prática tradutória. Finalmente, outras problematizações são sugeridas no tocante a problemas de norma e formação em tradução do português do

Brasil, enquanto caminhos possíveis para pesquisas posteriores no campo geral em que este estudo se insere.

Esta tese pretende também, portanto, contribuir para um campo pouco desbravado, observando a Tradução como fazer laborioso, tanto acadêmico como prático, duma das mais antigas profissões, senão tanto, no exercício duma humanidade sempre plural e curiosa – pela necessidade ou pela imaginação – em relação ao fantástico ou à alteridade, e como um fazer também inserido hoje, localmente, de determinadas maneiras no mundo do trabalho.

Não é possível dar por terminada esta seção, relativa a questões metodológicas, sem fazer algumas considerações a respeito das questões ligadas à linguagem inclusiva de gênero.

Este trabalho foi elaborado a partir da decisão de adotar estratégias para evitar a ambiguidade linguística e a ocultação da presença das mulheres nos discursos, através da substituição de termos utilizados tradicionalmente no masculino por outros que obedeçam a dois princípios fundamentais: a visibilidade e a simetria das representações de gênero.

Consciente da flexibilidade que caracteriza as possibilidades de concretização dos recursos linguísticos passíveis de enveredar na linha duma linguagem inclusiva de gênero, a que escreve optou por privilegiar soluções que considera não suscetíveis de crítica nem enquanto mera importação subalterna de modelos forâneos, nem como obstáculos à compreensão do texto aqui apresentado⁹ (Abranches 2009:20-1). Para tanto, recorre-se à neutralização ou abstração da referência sexual, combinada com a especificação do gênero, sob a forma do par masculino/femenino, em ordens alternadas. Entende-se aqui que o impacto duma atitude inclusiva, afirmativa quanto à busca de igualdade de tratamento, deriva mais da consciência da sua necessidade do que da consistência absoluta e sistemática da marcação de todas quantas ocorrências apareçam no texto suscetíveis de dito tratamento. Portanto, se houver neste trabalho algum contexto questionável desse ponto de vista, a ressalva fica feita desde já.

Por outro lado, não serão adotadas aqui formas com barras, parênteses, arroba ou “x” para marcar a presença dum dos gêneros, não por assumir uma posição

⁹ Críticas brasileiras nesse sentido podem ser encontradas, dentro dos Estudos Linguísticos, em Hawad (2013).

acanhada em relação ao tratamento da problemática de gênero na língua, mas a fim de mostrar que pode não haver qualquer razão para um texto não ser escrito e lido com consciência inclusiva de gênero sem grande estranhamento por parte de quem escreve e fala português. Por esse mesmo motivo, será frequente aqui o uso de genéricos que tenham a mesma forma quando referidos a homens ou mulheres, de coletivos ou nomes representando instituições/organizações/atividades em lugar do masculino genérico, de substantivos abstratos não sexados ou soluções neutras, a eliminação do artigo, quando possível, nas situações de substantivos comuns aos dois gêneros, e a utilização de pronomes sem marca de gênero, determinantes empregados indistintamente para o masculino e o feminino, e frases impessoais ou passivas.

A língua não é apenas reflexo da sociedade, pois os seus contornos são suscetíveis de intervenção, podendo chegar a produzir transformações mútuas. E, ainda que a intervenção inclusiva sobre as línguas possa não ocasionar necessariamente uma mudança nas contradições e hierarquias sociais que mereçam tratamento, entende-se aqui não haver dúvida acerca do fato de que contribui para denunciá-las. Nesse sentido, não há como esquecer as palavras de Abranches (2009:11), ao lembrar que:

já Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da língua portuguesa, evidenciou a incorrecção substancial do masculino genérico ao escrever:

“Marido e mulher ambos são bons homens”, enfim, posto que muitas desproporções ou dissemelhanças se cometem na nossa língua... (Gramática da linguagem portuguesa 1536, Cap. XLIX.)

Assim, este trabalho visa, também, a contribuir modestamente para integrar as contradições de gênero na agenda da Sociolinguística brasileira.

Já encerrando esta seção, vale mencionar que no presente estudo, embora enquadrado predominantemente na área da Sociolinguística, serão também abordadas questões relativas à História das Ideias Linguísticas e da própria língua portuguesa. Em concreto, este trabalho opera um alargamento do campo de aplicação da que Bortoni-Ricardo (2004, 2005) denominou Sociolinguística Educacional, a qual “tem se debruçado sobre vários fenômenos da variação lingüística que ocorrem no português brasileiro, vendo suas implicações no processo ensino e aprendizagem da linguagem, sobretudo, em relação ao ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental” (Bortoni-Ricardo, s/d).

“Sobretudo”, disse Bortoni-Ricardo (s/d), mas não só; e esta pesquisa pretende ser uma busca disso, num percurso traçado por caminhos constituídos por normas, atos e discursos, a fim de propor uma relevante consideração de contribuições que podem provir da Sociolinguística em contextos de formação de agentes da prática tradutória do português do Brasil.

CAPÍTULO 1. PARA APRESENTAR O CONCEITO DE NORMA: O CASO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

O país encontra-se agitado como nunca, o poder confuso, a autoridade diluída, os valores em acelerado processo de inversão, a perda do sentido de respeito cívico alastra a todos os sectores da sociedade, provavelmente nem deus saberá aonde nos leva.

Saramago, J. (2005:58)

Certamente, línguas e comunidades parecem ter as suas próprias paranoias de norma linguística. Se falantes de espanhol costumam conhecer as denominações prescritivas das realizações da variável “que” / “de que” contrárias à norma culta – chamadas “queísmo” e “dequeísmo” –, raramente se encontra uma percepção semelhante entre brasileiras e brasileiros, ainda que a prescrição tradicional em português do Brasil pouco divirja nesse aspecto da norma do espanhol e ambos os fenômenos já tenham sido estudados em profundidade em ambientes acadêmicos (Mollica 1991, Bagno 2011:895-9). No entanto, um brasileiro ou brasileira não raro sentirá uma intensa surpresa ao ouvir alguém falar “vou ir passear”, por considerar essa expressão uma redundância risível, característica da fala infantil. As restrições à gramaticalização do verbo “ir” para indicar futuridade fazem parte da norma subjetiva de falantes do português do Brasil, como põem de manifesto as seguintes palavras de Penhavel (2013:74), o qual, em artigo científico sobre o fenômeno da gramaticalização, afirma ao exemplificar o conceito que discute: “podendo, inclusive, no registro coloquial, resultar em construções como ‘vou ir’, em que, claramente as funções de ‘ir’ são diferentes: a primeira, um auxiliar de futuro, e a segunda, um verbo de movimento”. A modalização do discurso é clara: a presença de marcas como “podendo”, “inclusive” e “no registro coloquial” indica o estranhamento e rejeição de Penhavel (2013) a uma locução como “vou ir”, apesar de que, do ponto de vista da racionalidade (pois “claramente as funções de ‘ir’ são diferentes”), o pesquisador tenha que reconhecer que o seu uso faz todo o sentido.

Até o olhar dum sociolinguista como Bagno (2007:156), comprometido na luta contra a discriminação social com base em questões linguísticas, pode se trair a si próprio “corrigindo” uma locução extremamente habitual no Brasil como “apesar que”, quando, ao exemplificar marcas do vernáculo brasileiro, aponta que a expressão “apesar de que” estaria começando a substituir “apesar de”, “também em alguns textos escritos mais monitorados”.

Os exemplos anteriores mostram como, nas línguas que passaram pelo processo de gramatização, há uma distância entre os fenômenos efetivamente encontrados, nas dimensões individual e coletiva – até entre os setores da sociedade considerados “cultos” pela Sociolinguística – e o(s) modelo(s) prescrito(s) por gramáticas e dicionários. A essa diferença vem se somar a avaliação que, sobre diversos elementos linguísticos, realizam sujeitos e coletividades, nem sempre acorde com aquilo que os instrumentos de gramatização prescrevem. Acerca esse conjunto de possibilidades, e os conceitos de norma que subjazem a elas, vai se refletir a partir deste ponto, orientando a exposição em direção ao caso abordado especificamente neste trabalho: o do português do Brasil.

1.1. REVISITANDO O CONCEITO DE NORMA

Na Sociologia moderna, a partir de finais do século XIX os olhares dirigidos à ideia de norma tendem a se articular por volta de duas formas contrapostas de conceber a sociedade. Por um lado, na linha de Durkheim, entende-se que a obediência das normas sociais resulta duma convergência espontânea da sociedade por volta dum conjunto de prescrições, exteriores e impostas ao indivíduo, mas necessárias à manutenção do contrato social e para que se evite o estado de anomia (Álvarez 2004:203-4). Numa situação desse tipo, a desintegração social adviria do enfraquecimento das normas sociais, o qual constituiria a ameaça mais grave a que pode estar submetida uma sociedade. Por outro lado, com Weber, afirma-se o conflito que implica a imposição de regras sociais, as quais, ainda que imprescindíveis ao convívio no seio da sociedade, não existem sem a negação doutras alternativas e a sua sobreposição à vontade de indivíduos ou grupos (Álvarez 2004:204).

A ênfase weberiana na ação de agentes individuais para a definição das normas, mais do que no consenso social, questiona já o fato de que a organização de normas sociais – ou culturais, melhor diria a Antropologia – atue unicamente como um elemento pré-construído, imposto a membros do corpo social, que, quando a elas não se dobram, o fazem, quer por haver no sujeito que não se submete a elas alguma individualidade psicológica específica que o torna uma pessoa capaz de agir como

desvio¹⁰, quer porque o sistema cultural onde se insere está momentaneamente em crise, num estado de anomia. O reconhecimento da existência de situações anômicas – caracterizadas pela ausência de normas hegemônicas – implica a passagem “de uma *patologia do indivíduo* para uma *patologia do social*” (Velho 2003:14), onde as estruturas passariam por uma fase excepcional e transitória de transformação, “um tempo ‘perigoso’, ‘imprevisível’, propício às desordens” (Velho 2003:15), mas sempre rumo a um idealizado equilíbrio inicial. Nesses momentos de crise, perante a ausência ou conflito de normas as soluções individuais, contrárias ao saber consensual, derivariam da situação de impasse vivenciada no sistema cultural, pela sua deficiência temporária, mais do que do reconhecimento da tomada de decisões voluntárias por parte de cada sujeito.

Assim, seja pacífica ou conflituosamente, haveria sempre uma estrutura maior, prévia, que negaria a agência do sujeito individual exceto dum ponto de vista psicologicista, atribuindo-lhe características específicas, tradicionalmente patologizadas (Foucault 1975), que lhe permitiriam assumir um comportamento “insano”, por contrário ao fazer esperado (normal) e esperável (normativo) na sua sociedade. Houve, sem dúvida, a ponderação de essa normalidade variar duma cultura para outra (Mead¹¹ 1969), essência do relativismo cultural, mas seguiu a se afirmar a existência duns constrangimentos culturais rígidos, definitórios em boa parte do fazer

¹⁰ Durkheim (2007:58) refere-se a desvio como fenômeno mórbido que se afasta relativamente a um tipo normal, médio ou padrão, delimitado estatisticamente. Após aplicar o conceito ao campo médico, ligando-o à doença, explica que a sua utilização na área sociológica resulta bem mais difícil porque nela “a complexidade e a mobilidade maiores dos fatos obrigam a muitas precauções, como provam os julgamentos contraditórios feitos sobre o mesmo fenômeno por diferentes partidos” (Durkheim 2007:66). Para Durkheim (2007), o desvio pode ainda ter um caráter positivamente renovador para as sociedades, mesmo não sendo percebido desse modo contemporaneamente à sua ocorrência. Exemplificando com a condenação de Sócrates uma ruptura histórica que, no entanto, “se reproduz periodicamente na história”, Durkheim (2007:72-3) lembra em 1895 que: “A livre filosofia teve por precursores os heréticos de todo tipo que o braço secular justamente perseguiu durante toda a Idade Média, até as vésperas dos tempos contemporâneos”.

¹¹ Após pesquisa em Nova Guiné, Mead (1969) traça uma etnografia de três povos – Arapesh, Mundugumor e Tchambuli – visando a descrever identidades de gênero em cada um, que divergem por completo. “[E]nquanto os Arapesh padronizavam a personalidade tanto de homens como de mulheres num molde que, fora de nossa tendência tradicional, descreveríamos como maternal, feminino, não masculino, os Mundugumor chegaram ao extremo oposto e, novamente desprezando o sexo como base para o estabelecimento de diferenças de personalidade, padronizaram o comportamento de homens e mulheres como ativamente masculinos, viris e sem quaisquer das características suavizadoras e adoçantes que estamos acostumados a crer inalienavelmente femininas” (Mead 1969:168). “Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente. Estas três situações sugerem, portanto, uma conclusão muito definida (...) [N]ão nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo” (Mead 1969:268).

individual. Oscila-se, então, entre um indivíduo “puro” – psicologizado ou patologizado quando apresenta comportamentos desviantes –, e um meio social “puro”, autônomo, independente da ação individual. Porém, em ambas as perspectivas o sistema cultural seria essencialmente definitório do comportamento do sujeito e, em última instância, do comportamento humano.

No entanto, o que humanizou as sociedades, garantindo a sua existência, não foi a existência prévia de culturas enquanto sistemas dados, anteriores à humanidade, mas um processo de retroalimentação que fez que, ao mesmo tempo em que as estruturas culturais se complexizavam, os seres humanos fossem desenvolvendo características fisiológicas – como as redes neuronais e a habilidade manual – fonte e produto da cultura. Desde a sua origem, então, cultura e indivíduo, sistema e agente estão intrinsecamente associados, como mostra o fato de que, longe de apresentarem uma natureza estática, tenham se desenvolvido em paralelo.

Desse ponto de vista, “[a] Cultura não é, em nenhum momento, uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que não só desempenham ‘papéis’ específicos, mas que têm experiências particulares” (Velho 2003:21), podendo assumir discursos e práticas diversas das hegemônicas não só por assumirem perspectivas críticas, mas sobretudo por serem diretamente questionadas em relação a elas (Velho 2003:23). Também não se deve pensar na existência de apenas dois grupos homogêneos, central e periférico – “os estabelecidos” e “os *outsiders*”, como os denominariam Elias e Scotson (2000) –, já que não raro as perspectivas se multiplicam e convivem sob tensões e polêmicas mais ou menos explícitas. As discordâncias se multiplicam, ainda, quando se pensa no espaço da divulgação científica e das representações sociais, que articulam o individual e o social pelo trânsito do saber entre os ambientes controlados e as releituras populares pelas quais coletivos se apossam de conceitos técnicos, devorando-os antropofagicamente, a fim de que façam para eles e elas sentido. A cultura é, portanto, um prisma que reverbera olhares provindos de perspectivas diversas e ditas contradições não são nem conjunturais nem desviantes, mas resultado da heterogeneidade nas posições de poder de quem está inserido em cada contexto social.

No campo da Linguística, o conceito de norma também é relativo e múltiplo, e não somente pelo lugar comum que remete para o fato de ele oscilar¹² entre o normal e o normativo, ou, melhor, entre uma normalidade, o uso real, a “norma objetiva” – verificável em toda variedade linguística e definida “pela presença, frequência e pautas de distribuição, segundo certos parâmetros, de determinado conjunto de traços” (Monteagudo 2011:41) – e um modelo avaliado como ideal, o da “norma prescritiva” – que “implica a vigência de determinados códigos de comportamento, entendidos como conjuntos de regras imperativas, instruções e recomendações contidas num *corpus* metalinguístico (gramáticas, dicionários, livros didáticos e outros textos)” (Monteagudo 2011:41), descritos, portanto, pelos instrumentos de gramatização¹³ que formulam a “norma padrão”. Da margem de variação reconhecida nas distintas propostas e das divergências entre as obras que gramatizam as línguas emerge a elasticidade da norma padrão, que se encontra em graus diferentes nos diversos momentos e contextos linguísticos, consoante a maneira como o processo de gramatização tenha se articulado em cada caso.

O conceito de norma linguística é relativo ainda por existir, junto às normas objetiva e prescritiva, a “norma subjetiva”, “a atitude que o falante assume perante a norma objetiva” (Castilho 2004:30) ou o “sistema de valores em que esta se sustenta e que guiam a avaliação subjetiva do desempenho linguístico dos falantes e a qualidade dos textos” (Monteagudo 2011:42). A sua existência resulta mais facilmente verificável quando observadas as diferenças na atribuição de valor a variantes linguísticas diversas por parte de grupos que entram em conflito na hora de definir qual a solução correta, normativa, a ser “imposta” – consoante Crystal (2008:332-3) – aos demais coletivos sociais. Crystal (2008:332-3) define assim norma linguística:

¹² Nesse sentido, o verbete “norma” do dicionário *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:1361) inclui, como quarta acepção: “LING GRAM conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser us[ado] numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais”. Já a quinta acepção diz: “LING tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais”

¹³ Auroux (1992:65) define “gramatização”, como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Na sua gênese, está relacionada a dois fenômenos fundamentais na constituição das sociedades: o desenvolvimento de sistemas de escrita e a aprendizagem de idiomas estrangeiros. No surgimento dos saberes linguísticos intervém todo um leque de fatores de natureza cultural e sócio-histórica, relacionados ao desenvolvimento, por exemplo, do comércio, a expansão militar e a religião, que exercem um complexo movimento de retroalimentação sobre o seu ponto de origem, já que: “As grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem” (Auroux 1992:29).

norm (*n.*) The general sense of this term is used in linguistics to refer to a standard practice in speech or writing. The ‘norm’ in question may apply to groups of varying size within a speech community, or to the community as a whole. For example, several kinds of scientific English make use of impersonal constructions much more frequently than is the case in conversational English, which may be seen as the norm for purposes of stylistic comparison. Often, the norms of different groups conflict, and **normative rules** may be imposed by one group on another (e.g. stating the ‘correct’ use of *whom*, *shall* or *will*; insisting that prepositions should not be used at the end of sentences). A collection of such rules is known as a **normative grammar**: such grammars were particularly current in the eighteenth and nineteenth centuries, and this tradition still exercises considerable influence. In contrast with this prescriptive concern to maintain an imagined set of linguistic standards, linguistics emphasizes the description of actual usage in the community, and sociolinguistics emphasizes the need to take into account the relative appropriateness of different varieties of language in different situations.

As diversas orientações da Sociolinguística, como da Antropologia, prestam atenção não só a comportamentos reais e o seu ajuste ao contexto – a adequação –, como à distância entre o comportamento real, o considerado ideal pela comunidade e aquele que é declarado como adotado por membros do grupo, coincida ou não com o verificado na prática. Os olhares funcionalistas tendem a focar no ser, na sua multiplicidade; já o estruturalismo procura o sistema de categorias que organiza o ser. O ponto de partida da Linguística moderna, o estruturalismo saussureano, menospreza o uso, pois, ainda que cronologicamente predecessor do sistema e elemento que o comprova empiricamente, é entendido como mera excrescência dele, simples confirmação de modelos prévios, internalizados. O objetivismo predomina: pouco interessam o enunciado concreto e menos ainda quem o enuncia, somente o sistema subjacente. Contradições sociais – ligadas ao ato do dizer e ao ser social que o diz – resultam irrelevantes e potencialmente obstaculizadoras da análise estrutural.

No estruturalismo, esse movimento de rejeição do papel do sujeito está relacionado com a dicotomia saussureana que distingue diacronia e sincronia. Para Saussure (2006:98), “[a] oposição entre os dois pontos de vista – sincrônico e diacrônico – é absoluta e não admite compromissos”. Efetuar essa operação fora necessário para se afastar do modelo filológico predominante nos estudos linguísticos na passagem do século XIX para o XX, o qual requeria negar quaisquer determinações externas da língua (históricas, fisiológicas, míticas). Segundo Saussure (2006:16-7), para construir o verdadeiro objeto da Linguística, era “necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua [da *langue*] e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem”. O estruturalismo não pretendeu explicar

a mudança linguística, adscrita ao domínio da fala, da “*parole*”, mas descrever as relações horizontais entre as unidades linguísticas, que se constituem como campo da língua, da “*langue*”. Para a Linguística saussureana não há sequer nenhuma equivalência em termos de relevância entre os fatos da diacronia e os da sincronia, já que seria somente nesta que residiriam as unidades com valor significativo para o sistema, pelas relações que estabelecem em presença. Menos ainda foi reconhecida intencionalidade na mudança linguística, à qual Saussure (2006:101) apenas se refere de passagem quando, ao se perguntar sobre a natureza dos fatos da diacronia, afirma que: “estabelecemos que as alterações se produzem fora de toda intenção”.

A Linguística de Saussure condena, então, o sujeito falante ao silêncio. O problema erguido por esse mutismo constitui, aparentemente, a herança mais radical do *Curso de lingüística geral*, mas, a partir do ato fundador que supõe o nascimento da Linguística moderna no século XX de mãos do estruturalismo saussureano, outros questionamentos também foram colocados às suas pedras fundacionais. Entre eles se encontra o caminho percorrido pelo conceito de norma linguística, das propostas iniciais de Coseriu (1980) até releituras posteriores pela Sociolinguística.

Para Coseriu, a dicotomia saussureana maior – “*langue*” (sistemática, social) versus “*parole*” (assistemática, individual) – implica pelo menos duas imprecisões, visto que, por um lado, há regularidades supraindividuais na fala, e, por outro, nem todo o social faz parte do sistema, isto é, apresenta pertinência funcional. É isso que acontece com determinadas variantes que, embora careçam de valor distintivo, resultam frequentes no interior duma comunidade determinada. Trata-se das denominadas por Coseriu variantes normais, adscritas a um nível de abstração intermediário entre o sistema e a fala, o da norma, o qual “contém tudo o que, no falar correspondente a uma língua funcional, é tradicional: todo fato que se diz e se entende ‘dessa maneira e não de outro modo’” (Coseriu 1980:122). Nessas palavras há implícito um reconhecimento da importância do ato interpretativo – pois alguém “diz” e “entende” – e, portanto, da agência do sujeito que o realiza. Já nas seguintes sequências há a constatação da marca prescritiva com que Coseriu (1980:122) trata a norma linguística: as realizações “normais” o são “porque manda assim a norma”, que “pode em certos casos, exigir a realização de aspectos não funcionais e aceita a sua possível redundância”. A tradição abre passagem ao normativo, que “manda” e “exige”.

Através do conceito de norma, Coseriu pretendia não inserir, mas isolar as determinações sociais e retirá-las do sistema, de modo a poder estudá-lo unicamente de acordo às suas características funcionais, deixando a variação da língua histórica para o que denominou “arquitetura” da língua:

a circunstância de uma língua histórica encerrar uma coleção de línguas funcionais, em parte coincidentes, em parte diferentes, representa a sua arquitetura ou “estrutura externa”, enquanto a circunstância de, entre os elementos duma mesma língua funcional (isto é, de uma língua unitária e homogênea), existirem determinadas relações, constitui a “estrutura interna”, ou simplesmente – *estrutura* – desta língua (Coseriu 1980:120).

Dentro da arquitetura se encontram as diversas dimensões da variação linguística, em que podem ser incluídos ainda fenômenos derivados do contato de línguas, como aqueles que tipicamente se fazem presentes na prática tradutória e que constituem a variação intersistêmica ou diglôssica (Monteagudo 2011:24). Já na perspectiva interna à arquitetura duma língua história, a variação se articula:

a) Numa dimensão coletiva ligada ao território, seja do ponto de vista da geolinguística (dialeto) ou da norma linguística adotada, especialmente no caso de línguas pluricêntricas (nomoleto).

b) Também coletivamente, mas com foco na estrutura social (socioleto).

c) E no tocante à variação dependente do contexto comunicativo-funcional, quer nos campos de especialidade (tecnoleto), no que tange ao nível de monitoramento (estilo) ou ao *continuum* oral/escrito (variação diamésica).

Do leque anterior, Coseriu (1980) delimitou três eixos com que organiza as variantes e variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas¹⁴, relacionadas respectivamente ao espaço geográfico, às camadas socioculturais e à modalidade expressiva. Soma-se a eles, consoante Coseriu (1980), a variação linguística que se verifica ao longo do tempo, a diacrônica.

No entanto, a proposta do conceito de norma – no intuito de encapsular a variação para mantê-la afastada das unidades distintivas que conformam o sistema linguístico – não evitou o fato de se poder detectar, dentro das realizações normais, a

¹⁴ Para Coseriu (1980:110-1), “as variedades linguísticas que caracterizam – no mesmo estrato social – os grupos ‘biológicos’ (homens, mulheres, crianças, jovens) e os grupos profissionais podem ser consideradas como ‘diafásicas’”. Contudo, entende-se aqui, com Monteagudo (2011:23), que gênero e faixas etárias são categorias culturais, não biológicas.

presença de características diferentes daquelas que se atribuem às unidades funcionais do sistema. Por isso, a Sociolinguística optará por tratar norma e sistema como uma unidade, considerando a variação parte do sistema funcional da língua, que passa a ser vista como um sistema heterogêneo e variável, a fim de cumprir de forma satisfatória as diversas funções que lhe correspondem no interior da sociedade.

Da heterogeneidade inerente ao sistema/norma provém a dificuldade de se categorizar os fenômenos linguísticos sob as etiquetas língua/dialeto/variedade, que é de sobra conhecida. Definir os objetos pesquisados, sendo por um lado imprescindível para a ciência, não deixa de resultar complicado com realidades fluídas e culturalmente “evidentes” como as línguas. É nesse sentido que Mané (2012:40), contextualizando o problema entre os âmbitos do lusófono e do continental, questiona a relatividade política dos conceitos de “língua” e “dialeto”. Diz Mané (2012:40): “‘Você fala que dialeto?’ para um angolano e ‘você fala que língua?’ para um europeu, são perguntas muito frequentes no dia a dia das pessoas. Mas, afinal, somente os europeus têm língua?”

Em ocidente, a pretensão de neutralidade científica originou a tendência ao abandono do termo “dialeto” nos estudos sociolinguísticos, em que se viu substituído pelo de variedade, “objetivo, técnico, livre de toda emotividade” (Mané 2012:43), em prol do afastamento de potenciais conotações pejorativas que têm ainda, como tão bem exemplifica Mané (2012:40), leituras locais.

As diversas abordagens que os termos “língua” e “dialeto” têm recebido ao longo dos séculos estão relacionadas a todo um leque conceitual que destaca ou um viés formal, essencialista – com foco na estrutura imanente, fundamentalmente a gramatical –, ou um olhar funcional, ligado ao uso – com destaque nas hierarquizações operadas, as posições de poder e os percursos discursivos construídos por sujeitos e comunidades.

O próprio Ferguson (1959:233), responsável pela primeira popularização do termo “diglossia” (que diz ter tomado do francês “*diglossie*”), estreitamente relacionado com a segunda das abordagens acima referidas, prefere não definir “língua” e “dialeto” de forma precisa, trabalhando com uma ideia lata de “variedade” a efeitos de apresentação do seu modelo.

Conforme Ferguson (1959), contextos diglössicos são aqueles em que, junto ao vernáculo (ou variedade “baixa”), é feito uso duma segunda variedade, altamente codificada (denominada “alta”) em determinadas situações, como na literatura ou no sistema educativo, mas não em interações do dia-a-dia. Ainda segundo a definição de Ferguson (1959), as variantes alta e baixa estão sempre estreitamente relacionadas do ponto de vista linguístico, mas há entre elas uma rigorosa separação de contextos de uso (Ferguson 1959:235-6), importante para garantir a sua estabilidade, a qual com frequência se estende ao longo dos séculos (Ferguson 1959:240). A abordagem que problematiza a diglossia se verifica, para Ferguson (1959:247), quando há uma extensão do acesso ao letramento, melhoram as comunicações entre regiões ou segmentos da sociedade, ou nos casos em que é associada à reclamação por um padrão pleno para a língua “nacional” – entre aspas em Ferguson (1959:247) –, em função duma vontade de autonomia ou soberania. Nessas ocasiões haverá partidários e partidárias de resolver o impasse recorrendo à variedade alta ou à baixa, e mais raramente a uma mistura de ambas, o qual implicará a aparição de debates entre quem defender cada uma das opções que de fato ocorram (Ferguson 1959:247-8).

No Brasil, os questionamentos sobre norma linguística vêm a luz no século XIX, marco da Independência brasileira, em 1822, momento de início da implantação de projetos de extensão da escolarização infantil (Saviani 2006) e de posta em funcionamento da imprensa no país, com a fundação da Imprensa Régia¹⁵ em 1808. Esses processos incentivarão um movimento não só de difusão da língua portuguesa pelo país, quanto de contato, desigual, da cidadania com uma norma padrão que fornecerá a ideia de unidade aos usos falados, variados por definição, e, por extensão, à identidade nacional. Da desigualdade no acesso aos usos prestigiados deriva a descrição por Bagno (2004:185) da situação brasileira de polarização de normas como de “conflito linguístico”, ou “antropo-linguístico”, segundo Mollica *et alii* (2008:64).

É com base na interpretação do contexto brasileiro que Lucchesi (2004:74) propõe o resgate do termo “norma”, cuja leitura original teria ficado obsoleta dentro da teoria linguística, para caracterizar a realidade sociolinguística brasileira, a qual

¹⁵ De 1500 até a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, “era proibido instalar tipografias no território. Todas que se instalavam eram destruídas, sob as ordens restritivas do governo português, que impedia qualquer movimento que pudesse dar origem à imprensa brasileira” (Sant’Anna 2010:54). Durante esse período, apenas se podia ter acesso a periódicos publicados em Portugal, a materiais contrabandeados ou a obras ilegalmente impressas em solo brasileiro.

“não é apenas variável e heterogênea, mas também plural, mais precisamente polarizada, podendo-se definir nela dois grandes subsistemas” (Lucchesi 2004:76), que denomina normas: a “norma culta”¹⁶, por um lado, e a “popular”, por outro. Trata-se, então, duma dicotomia que contrapõe as falas das elites urbanas letradas – mais orientadas em direção a um terceiro polo, o da norma padrão –, com as falas da maior parte da população brasileira, caracterizadas por uma intensa variação.

Resulta especialmente conhecida a descrição, realizada por Kato (1993:19), da situação linguística do português do Brasil como um caso de “diglossia”, afirmação relacionada com o fato de se verificarem nele características gramaticais que a gramática gerativa considera representativas duma mudança paramétrica em comparação ao português europeu:

o progressivo empobrecimento de sua morfologia flexional, o uso extensivo de categorias vazias cuja identificação não pode ser feita através da flexão; a falta de mobilidade, ou de movimentos longos, de elementos distintos, como verbos, pronomes interrogativos e clíticos. Por outro lado, mesmo quando a morfologia é capaz de identificar um pronome nulo, é o pronome lexical que se manifesta. O “sujeito”, seja como a categoria que concorda com o verbo, seja como tópico, pede realização fonológica.

Com base nesses fenômenos, Kato (1993:20) entende que “[o] Brasil apresenta assim um caso extremo de ‘diglossia’ entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão de escrita que ele deve adquirir”, implicações didáticas também destacadas por Mattos e Silva (2004b:142), sem assumir explicitamente, contudo, a validade do qualificativo “diglósico” para interpretar o contexto brasileiro¹⁷. Bortoni-Ricardo (2003:132), por sua vez, entende a situação sociolinguística do português do Brasil como:

uma diglossia sem bidialetalismo extensivo, uma vez que às diversas variedades do português são atribuídas funções diferentes no repertório das comunidades de fala, mas o bidialetalismo não se estende a toda a população em virtude das dificuldades de acesso à variedade de prestígio.

¹⁶ Entende-se neste trabalho por “norma culta”, como é habitual na Sociolinguística e na Geolinguística contemporâneas, a constituída pelos usos linguísticos de falantes que tenham nascido em contextos urbanos, com estudos de nível superior completos. No Brasil, essa perspectiva foi a base da seleção de informantes do Projeto NURC já nos anos 1970 (Silva 1996:84-5). O termo “norma popular” responde pelos usos linguísticos de falantes que não atendem algum ou nenhum desses dois critérios.

¹⁷ Preti (2003:30) faz um uso lato do termo “diglossia” em relação ao Brasil ao aplicá-lo aparentemente como sinônimo de registro, como se deduz da afirmação de que os limites entre a “*linguagem culta* ou *padrão*” e a “*linguagem popular* ou *subpadrão*” “são sempre precários, havendo, constantemente, a superposição dos dialetos, a troca de um pelo outro”.

Entretanto, a atribuição do termo “diglossia” na acepção de Ferguson (1959:245) à situação linguística no Brasil resulta problemática, já que, para ele, a variedade alta não pode fazer parte do vernáculo:

As characterized here, diglossia differs from the more widespread standard-with-dialects in that no segment of the speech community in diglossia regularly uses H[igh variety] as a medium of ordinary conversation, and any attempt to do so is felt to be either pedantic and artificial (...) or else in some disloyal to the community.

Portanto, a utilização do termo diglossia no sentido de Ferguson (1959) para o caso brasileiro implica uma decisão inicial acerca da perspectiva adotada: como há de se tomar como variedade alta alguma que não seja em modo algum adequada a usos coloquiais, terá que ser a norma padrão mais conservadora, por incluir prescrições inaceitáveis em qualquer coloquialidade brasileira, “cultas” ou “populares”. Diverge, contudo, a distância entre essas duas normas linguísticas e a “norma padrão”: se, por um lado, as variedades “cultas” e “populares” do português do Brasil mantêm grandes diferenças entre si, como afirma Lucchesi (2004:87)¹⁸, estas últimas também apresentam, como é lógico, uma distância muito maior em relação à norma padrão do que aquelas.

Pensando, em primeiro lugar, sobre a distância entre a norma culta e a norma padrão, constata-se, efetivamente, a existência de usos linguísticos que ocorrem hoje em dia na norma culta brasileira, os quais divergem dos prescritos pela norma padrão mais conservadora. Então, certa distância diglósica, ainda que reduzida comparativamente às normas populares, existe em relação à fala culta, do momento em que determinados fenômenos padrão, como os relativos à presença e posição dos clíticos, não acontecem no vernáculo e muito raramente na elocução formal. Contudo, para se avaliar a distância entre os usos cultos e a norma padrão, tem que se determinar, de início, de qual norma padrão se está falando dentre as prescritas pela gramatização: duma mais conservadora e discriminatória (como poderia defender Almeida 2002), doutra mais contemporânea (na linha de Neves 2000 e 2003) ou de

¹⁸ Vale mencionar a distorção da leitura de Lucchesi (2004) feita por Bagno (2004:185), quando sugere que aquele, no mesmo volume, ao se referir “a uma realidade linguística ‘polarizada’”, estaria remetendo ao fato de que: “De um lado, temos a norma-padrão lusitanizante, ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; do outro, temos as diversas variedades cultas, usos reais da língua por parte das classes sociais urbanas com escolaridade superior completa”. A bem da verdade, quando Lucchesi (2004:87) fala “da realidade linguística como um sistema bipolarizado”, afirma repetidamente que está “constituído por dois subsistemas distintos: a NORMA CULTA e a NORMA POPULAR”, apenas aludindo à norma padrão ao dizer que a primeira “é tributária dos modelos (...) inspirados na língua da Metrópole portuguesa”.

modelos mais heréticos (como Bagno 2011:5 se define). Dentre as duas últimas, divisores de águas poderiam ser o tratamento dos clíticos e os fenômenos de concordância não estigmatizados, como no caso de ocorrência de sujeitos em posição pós-verbal. Ambos os fenômenos são tratados com destaque na seção 4.5.2. deste trabalho, destinada a levantar a saliência de determinados elementos de norma linguística entre um coletivo de estudantes de tradução que têm o português do Brasil como uma das suas línguas de trabalho.

No primeiro caso, o da próclise absoluta, ela recebe avaliações divergentes em instrumentos de gramatização como Neves (2000, 2003) e Bagno (2011). Bagno (2011:761) a aceita sem restrições, até por negar o uso obrigatório da ênclise no Brasil em qualquer tipo de contexto, enquanto a posição de Neves (2000:451-70) precisa ser deduzida por o assunto não ser abordado diretamente, mas serem apresentados, nas obras da pesquisadora, exemplos com ênclise em abundância e nenhum caso de próclise absoluta. Já no tocante a fenômenos de concordância não estigmatizados, contrariamente a Neves (2003:200-1), Bagno (2011:651-7, 995) defende o reconhecimento, dentro da norma padrão brasileira, da ausência de marca de concordância verbal em caso de sujeitos em posição pós-verbal como solução alternativa à solução padrão tradicional, que é aquela que apresenta dita marca.

Pensado agora na polarização entre as normas culta e popular do português do Brasil que Lucchesi (2004) postula, ela provém de desigualdades sociais históricas, alimentadas pelo desejo das elites do país de construir uma identidade para si marcada pela diferença. No século XIX, após a Independência, a primeira questão nacional a se resolver no Brasil era a delimitação do espaço das elites e, sem dúvida, isso foi feito pela exclusão da imensa maioria da população brasileira e a negação a ela do acesso a recursos fundamentais. O capital linguístico faz parte desses bens que lhe foram alienados. Agora bem, se a colonização portuguesa instaurara certas formas discriminação, coube às elites locais a responsabilidade por prolongá-las. Onde provêm, então, as tensões, os “problemas de norma” a que se refere o título deste trabalho? Da polêmica sobre o que seja a língua do Brasil, e, portanto, o Brasil: a resolução de contradições normativas espelha conflitos outros, tão profundos quanto, que também se projetam sobre a forma como se entende a origem da situação “diglósica” brasileira em relação ao percurso sócio-histórico da língua/povo do país.

O papel do contato de línguas/povos na formação histórica do português do Brasil tem sido abordado pela Linguística de três pontos de vista:

a) Na década de 1980, dois linguistas estadunidenses, Gregory Guy¹⁹ e John Holm²⁰, o primeiro a partir de análises variacionistas da fala de pessoas não escolarizadas naturais do Rio de Janeiro e o segundo, comparando o Brasil com o sul dos Estados Unidos, o Caribe, a África do Sul e colônias francesas no Oceano Índico, afirmaram que as condições sociais dos primeiros séculos da colonização do Brasil teriam favorecido a aparição dum crioulo do português, hipótese hoje questionada, sobretudo, pela ausência de provas documentais que a sustentem.

b) No início da década de 1990, Anthony Naro e Marta Scherre (2007), afirmando que a criouliização do português no Brasil seria pouco provável e invocando o conceito de “deriva”, apontaram que os processos de variação na concordância nominal e verbal observados atualmente no português do Brasil seriam uma tendência da língua portuguesa anterior à colonização, em abono do qual tentam recolher evidências empíricas no português arcaico e em variedades populares do português europeu contemporâneo. Porém, “[o]s dados do português arcaico têm recebido questionamentos de natureza filológica e os dados das variedades rurais e populares do português europeu contemporâneo vão de encontro à opinião corrente na comunidade de linguistas portugueses” (Lucchesi 2012:268).

c) No ano de 1992, Alan Baxter e Dante Lucchesi dão início a um trabalho de campo com comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do estado da Bahia. Fundamentado teoricamente no conceito de transmissão linguística irregular, a pesquisa colheu evidências empíricas de que o contato de línguas teve uma importância fundamental na formação das variedades populares do português do Brasil. “[A] aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de

¹⁹ Guy (2003:135) dirá – com uma modalização digna de destaque, embora também possa ser atribuída ao pedido de benevolência característico do discurso acadêmico –, referindo-se aos resultados das pesquisas de Lucchesi na Bahia, que: “A number of similar cases (...) have been reported by a number of researchers, suggesting that a creole may once have been widespread among Brazilian slaves”.

²⁰ Como Guy, também Holm continuará as suas pesquisas nesse campo, como ilustra a publicação em 2010 dum artigo em que localiza no crioulo da Guiné-Bissau o *apagamento da cópula* na construção de clivagem (exemplificado por “Ela **que** sabe”), pelo qual conclui que: “while the incorporation of **que** as a focus marker into such [B]razilian [V]ernacular [P]ortuguese in structures was likely to have been facilitated by the existence of the Portuguese emphatic structure **é que** for native speakers of that language, its original motivation was more likely to have been the obligatory marking of focus on fronted elements for native speakers of Portuguese creoles and their substrate languages” (Holm 2010:52).

milhões de índios aculturados e africanos escravizados” fez que diversos fenômenos “se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares do português do Brasil” (Lucchesi 2012a:250). A transmissão linguística irregular de tipo leve tem por agente população adulta e é originada pelo acesso a um *input* linguístico caótico ou em quantidade insuficiente para a plena aquisição da língua. “Diferentemente do processo radical, a transmissão linguística irregular de tipo leve se caracteriza não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na pidginização/crioulização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional” (Lucchesi 2012a:250), como as regras redundantes de concordância nominal e verbal. Consoante Lucchesi (2012b:57), os seguintes fatores inibiram o processo de crioulização no Brasil: a percentagem de falantes do grupo dominante, duns 30% entre os séculos XVI e XIX, superior à das situações típicas de crioulização; a presença de línguas francas indígenas e africanas; e o elevado grau de mestiçagem da sociedade brasileira. Este último fator tem grande importância, como se verá a seguir, na forma como são construídas as identidades étnico-raciais no Brasil e o preconceito nesse sentido – denominado o preconceito de marca (Nogueira 2006) –, o qual exerce um peso intenso nos distintos processos de avaliação e de exclusão que se identificam nos processos de socialização brasileiros.

Independentemente da causa, ou causas, registram-se no português do Brasil diferenças gramaticais entre normas efetivamente em uso, e delas em relação a modelos da norma padrão, maiores ou menores segundo o caso. Essas duas categorias correspondem às denominadas normas “objetiva” e “prescritiva” (Lucchesi 2011, Monteagudo 2011), as quais também têm projeção na perspectiva discursiva. De modo semelhante a como acontece no relativo à Sociolinguística com os dois termos anteriores, na abordagem discursiva a língua também é concebida a partir de duas perspectivas, com foco respectivamente na heterogeneidade e na homogeneização, às quais correspondem designações específicas (Orlandi e Souza 1988): “língua fluída” e “língua imaginária”. A primeira é associada à norma descritiva, ao ser, carregada de sentidos e socio-historicamente construída; pressupõe o movimento, a mudança contínua. Já a “língua imaginária” está ligada à norma padrão e ao dever ser. É disciplinada para monopolizar os sentidos, constituindo-se em instrumento político –

ao estar, como a literatura, a serviço da constituição da identidade linguística nacional – e é responsável pela produção da “realidade” numa língua homogênea e imutável.

O estado de tensão entre uma língua nacional (“imaginária”) e a multiplicidade e variação da língua “fluída”, embora permanente, passa por fases de agudização relacionadas à instauração de “polêmicas” (Maingueneau 2008:107), onde se dá uma interpelação que implica “relações explícitas entre duas formações discursivas”. As “polêmicas” constituem, conforme Maingueneau (2008:31), momentos em que a “heterogeneidade mostrada” se ativa; isto é, em que se recorre a enunciados aos quais lhes é atribuída uma alteridade, linguisticamente marcada enquanto tal, mediante o recurso a aspas, citações, auto-correções... Ainda que também se faça presente na polêmica, não se trata aqui da “heterogeneidade constitutiva” inerente a todo discurso. Nela, o Outro, longe de ser entendido como a pessoa com quem se mantém interlocução, constitui “o interdito de um discurso. A formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível faltoso” (Maingueneau 2008:37). Tanto o dito como o silenciado, o esquecido, estão presentes nos acontecimentos enunciativos, cujo sentido se inscreve sempre, dalgum modo, numa memória discursiva constituída por dizeres anteriores.

O discurso da descoberta, do achamento, do trazer, apaga no senso comum brasileiro o discurso da invasão, da conquista, o do levar, que é esquecido. Trazida foi a língua, deslocada do ponto de origem, Portugal, da situação de língua própria, para o lugar de destino, o da “língua emprestada”, estando a passagem para língua própria intrinsecamente atrelada à constituição da nação e ao tratamento das contradições nacionais. A questão da língua constitui, assim, mais um lócus de conflito, onde tensões das condições de desigualdade, sócio-historicamente construídas, são reelaboradas e questionadas. Ao saírem do silêncio, conflitos de língua, como os de gênero ou os étnico-raciais, são renegociados por sujeitos que, discutindo os espaços de poder estabelecidos, desestabilizam os discursos tradicionais. Esses “sujeitos livres, ao optarem por aquilo que desejam, participam ativamente do processo de sua construção. Os assujeitados, todavia, nada mais são que repetidores de discursos pré-existentes, sem ideologias próprias, incapazes de produzir o seu discurso particular” (Vieira 2005:213). Certamente, enquanto seres sociais, é uma impossibilidade sujeitos livres pensarem fora de qualquer influência ideológica. Porém, o questionamento

crítico, ao levar em consideração “aspectos estruturais, culturais e contextuais”, “faz emergir o sujeito reflexivo, o qual, ao lidar com ideologias e com estruturas estabilizadas de poder que dominam hegemonicamente os demais sujeitos, altera a constituição de sua identidade” (Vieira 2005:214).

Tratar criticamente da norma linguística implica em boa medida abordar questões relativas à “norma subjetiva” – sistema de valores por volta do qual se orientam os juízos subjetivos sobre a atuação linguística, o valor atribuído à forma como as coisas são ditas/escritas –, como Cunha (1985) a define, contrapondo-a à “norma objetiva”, “supostamente observável” (Lucchesi 2004:65), refletida na forma como as coisas de fato são ditas/escritas. Não deixa de resultar possível a existência de sistemas de valores divergentes, e até em conflito, no interior duma comunidade, apesar de essa homogeneidade já ter sido tomada como ponto de partida pela Sociolinguística para a definição da denominada “comunidade de fala” (Labov 2008:287). Igualmente, a distinção entre as normas objetiva e subjetiva tampouco é tão nítida como se poderia supor, pela complexa interação que ocorre entre ambas (Lucchesi 2004:66). O mesmo fenômeno se dá na inter-relação entre a norma prescritiva e a subjetiva, pois os valores socioculturais atribuídos às variantes pelos autores e autoras de instrumentos de gramatização, que conformam a segunda, servem de leme na sua elaboração, donde as divergências entre as posições de obras lexicográficas e gramaticais, sobretudo no tocante à avaliação linguística.

Embora, desde as suas origens, tenha se constatado nos estudos linguísticos a existência de dois sentidos associados, grosso modo, ao termo norma – que remetem para frequência e avaliação, respectivamente (Cunha 1985:52) –, e apesar da consciência da relevância da segunda ideia para, por exemplo, a Sociolinguística de matriz laboviana, boa parte dos esforços destinados ao estudo do português do Brasil têm se voltado para a primeira das acepções. Tanto é assim que o projeto NURC, de que se falará na seção seguinte, descartou o professorado de língua como possíveis informantes sobre os usos linguísticos cultos brasileiros por considerar o coletivo, utente duma norma arcaizante e purista (Cunha 1985:35); “inautêntica”, portanto, consoante avaliações subjetivas. Idêntica suspeita poderia ter pairado sobre profissionais da tradução, nem tanto necessariamente pela sua prática profissional (isto é, pela “norma objetiva” de que fazem uso), como, em especial, pela sua relação com a norma padrão e, portanto, com a avaliação dos fenômenos linguísticos, com a

“norma subjetiva”. Nela não há só presente, enunciados, mas discurso, vozes do passado que seguem aí, projetando-se e sendo questionadas agora também nos novos espaços que trouxe consigo a modernidade.

1.2. NORMA LINGUÍSTICA: PENSANDO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

O pensamento humano carrega em si o lastro doutros dizeres, aos quais se reporta num movimento raramente voluntário. Em relação às línguas, isso acontece amiúde, já que muitos são os vínculos que os saberes consensuais estabelecem entre elas e o estado “civilizacional” dos povos, com frequência em discursos alienados duma necessária contextualização sócio-histórica. Por exemplo, quando em 1968 Ferguson fala de “desenvolvimento” linguístico, organizando um olhar etapista sobre a evolução das línguas – que passariam pelos estágios de “*graphization*”²¹, “*standardization*”²² e “*modernization*”²³ –, só o faz depois de certa *captatio benevolentiae* em que dá a entender que o que pretende é remeter para e arremeter cientificamente contra discursos sobre o suposto atraso atribuído a determinadas línguas, o qual não existiria em termos estruturais (Ferguson 1996:41). Com efeito, o texto de Ferguson, como qualquer outro, é datado, ancorado numa conjuntura ideológica maior (como ilustra o fato de o próprio artigo começar lembrando o caráter multidisciplinar com que a questão da padronização precisa ser abordada). No momento de produção do texto de Ferguson, o termo “*linguistic development*” parece a forma politicamente correta de se dizer evolucionismo (esse sim tabu naquela

²¹ A emergência da escrita acrescenta uma nova variedade ao repertório linguístico do corpo social, dotando-a com frequência de características e olhando para ela com atitudes específicas que podem coincidir com as que membros da sociedade apresenta em relação a discursos formais, rituais religiosos ou assemelhados (Ferguson 1996:42). Essa nova variedade costuma ser concebida como a língua autêntica, sendo a fala uma simples versão corrompida dela.

²² Padronização linguística consiste no processo pelo qual uma variedade linguística é amplamente aceita pela comunidade de fala como uma norma supradialetal, sobreposta aos dialetos sociais ou regionais, embora o uso destes possa ser mais adequado em determinadas situações. É considerado um processo de complexa interpretação por implicar diversos fatores e um leque ingente de contextos, mas Ferguson (1996:44) destaca que, normalmente, nos espaços avaliados por ele, a padronização se desenvolveu atendendo as seguintes características: a base do padrão foi a norma da classe média urbana educada; implicou o deslocamento de funções doutra língua, que antes usada na escrita; um ou poucos escritores e escritoras forneceram o modelo para a escrita literária; e o padrão se converteu em símbolo duma identidade religiosa ou nacional.

²³ Por modernização linguística compreende-se o processo de equalização duma língua com outros sistemas linguísticos enquanto meios de comunicação intertraduzíveis, o qual habitualmente requer expansão léxica, seja pela criação ou importação de termos, e o desenvolvimento de novos estilos e formas discursivas (Ferguson 1996:45).

altura), engajada com o contexto das ciências sociais da época. A *captatio benevolentiae* realizada por Ferguson (1996:41) seria, então, um indício do desconforto que então produziria, e ainda produz, a abordagem do normativo dentro dos estudos linguísticos.

Hoje, como os discursos e teorias, as línguas não mais evoluem, elas mudam. Ultrapassada a concepção linear do processo de mudança linguística, entende-se que diversas variantes linguísticas, enquanto formas concorrentes, competem pela hegemonia a cada momento, e que a vitória de alguma delas numa das normas da língua não implica a necessária desaparecimento das demais. A Linguística Histórica, justamente, visa a determinar quais as fases (e os fenômenos concretos) que organizariam o *continuum* dessa mudança nos diversos sistemas linguísticos. Trata-se de propostas, sempre contingentes e convencionais, que pretendem defrontar o “problema da periodização” sob a forma de recortes tão defendíveis quanto criticáveis²⁴.

Para integrantes dos coletivos estudados neste trabalho pensarem como se (re)construam as ideologias linguísticas de uma determinada comunidade, pouco importam, a bem da verdade, esses recortes. Importa mais seguir as linhas que, a partir de uma posição hegemônica ou crítica, configuram concepções sobre a norma linguística, na base de debates sobre o ser e o dever ser da língua que se entrecruzam com as tentativas, também, de ressignificar conflitos sociais. Interessa focar, nesse sentido, momentos pontuais que chegam a constituir discursos fundadores, enquanto instauradores de rupturas, de lombadas aparentes nas águas calmas da continuidade da ordem do discurso, para em seguida construir tradições, agora por sua vez hegemônicas. Trata-se de verdadeiros acontecimentos do processo ritual linguístico (Turner 1974), ritos de passagem estabelecidos entre os símbolos mais caros à abstração e compreensão do sujeito enquanto identidade coletiva.

É nesse sentido que serão comentados aqui momentos em que as tensões represadas da norma linguística do português do Brasil, ao saírem à luz, precisaram ser metabolizadas pelo senso comum e colocadas no seu devido lugar para, reorganizando o mundo, mantê-lo como estava. Ou quase.

²⁴ Mattos e Silva (1991) apresenta uma comparação entre as cronologias propostas por Leite de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Pilar Vázquez Cuesta e Lindley Cintra. Os marcos temporais coincidem, mas não o número de recortes operados nem a nomenclatura adotada para se referir a cada fase.

1.2.1. Mapeando pontos duma história discursiva da norma linguística no Brasil

Há, no Brasil de hoje em dia, contradições geradas pelos embates entre discursos hegemônicos sobre a língua, herdeiros diretos do discurso da Modernidade colonial, e contestações que também se filiam a outras tradições discursivas brasileiras. Acompanhando a construção social do conhecimento linguístico no Brasil, encontra-se que, dentro dos primeiros,

[a]tos de fala reiterados têm construído hegemonias (consensos e coerções) sobre língua no Brasil, sendo as principais hegemonias a unidade linguística (variação monolíngue), a hierarquia escrita/oralidade e a correspondência linear língua/escrita/cognição. Essas hegemonias remetem a três modelos interpretativos da Modernidade colonial: o modelo romântico alemão de língua (uma língua, uma cultura, um povo), o modelo filológico de estudos das línguas (a escrita como fonte principal de conhecimento sobre as línguas) e o modelo evolucionista de escrita (a escrita como ícone de civilização) (Pinto 2012:174).

Esses olhares centrais têm se visto submetidos ao confronto com outros, questionadores sobre a identidade da língua portuguesa no Brasil, dos quais também se encontram pegadas nos pensamentos e ações de sujeitos que, como a comunidade tradutória que a tem como uma das suas línguas de trabalho, com ela se debatem contemporaneamente, seja pelo uso diário, seja pela ação reflexiva consciente.

A fim de delinear os contornos desses discursos, cuja presença será procurada em vozes de profissionais, docentes e estudantes da prática tradutória, acompanham-se a partir daqui enunciados que balizam dizeres hegemônicos e contra-hegemônicos, de cujos (des)encontros emergem tensões das quais ações e depoimentos de distintos grupos vinculados à tradução do português do Brasil são testemunhas.

1.2.1.1. Ecos hegemônicos e a herança colonial no discurso sobre o português do Brasil

A construção da imagem dum Brasil monolíngue e pouco diverso do ponto de vista dialetológico – que pervive nos estudos linguísticos até os anos 1980 – contribuiu para a legitimação do massacre colonial, ao tratar como ser o dever ser, como fato a necessidade, eliminando do dizível a variedade linguística/humana e marcando intensamente o saber consensual acerca da unidade linguística brasileira. Esse apagamento nem sempre teve a sua configuração organizada a partir da língua portuguesa, como testemunham as “línguas gerais”, mas atuou intensamente como

modelo do dever ser linguístico brasileiro, ao ressaltar a validade da língua disciplinada, regulada, padronizada, una, frente à heterogeneidade atribuída ao estado selvagem e à desordem.

Os inícios da produção dum saber linguístico especializado no Brasil baseou-se no modelo filológico, em que a escrita simboliza a civilização (Pinto 2012:175). “Símbolo da civilização conquistadora, *Tékhnē* oposta à ‘naturalidade’ da fala, considerada transposição da língua oral, reificada como transparente e acessível em si mesma (...), a escrita cristalizou-se como ícone da evolução dos povos” (Pinto 2012:175). Disciplinar as línguas pela escrita e a gramatização era mais um dos instrumentos utilizados para legitimar o massacre colonial impresso na América portuguesa, devorando discursivamente culturas ágrafas que passaram a dizer, mesmo que ainda com as suas próprias palavras – agora também escritas – os sentidos do Outro.

Na lógica colonial, é através do dizer por meio duma escrita monolíngue e padronizada que se processa a cognição e se reconhece o certo. O vigor dessa crença no saber consensual se projeta hoje na mídia e nas escolas brasileiras, quando, “por exemplo, insistem que a oralidade e a diglossia são situações pré-civilizatórias” (Pinto 2012:177).

Há nesses discursos ecos de discurso fundador, de sentido teleológico, aquele que “cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância. O discurso fundador se faz em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento” (Orlandi 1993:23-4). É aquele que muda o horizonte do dizível, da possibilidade, embora não tenha uma origem pontual, localizada num enunciado concreto, pois não é o ato da enunciação que instaura a nova discursividade, mas a sua historicidade, a sua presença no interdiscurso, num processo apagado da memória, mítico, como se sempre tivesse estado aí. Os discursos fundadores são o saber/poder introjetado,

enunciados que ecoam (...) e reverberam sentidos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica. (...) Não são os enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam. O que vale é a versão que “ficou” (Orlandi 1993:12).

Semelhante ao que acontece com as representações sociais (Moscovici 2015), desvelando o discurso fundador acompanha-se a forma como o saber consensual processou, digeriu, ressignificou um enunciado “original”, que passou assim a fazer parte dos pressupostos coletivos, orientadores das interpretações sobre ditos e atos por parte duma comunidade.

No caso do Brasil, vários são, é claro, os discursos fundadores em termos de emergência primeira duma identidade que virá a ser nacional a partir do século XIX. Mostras do discurso fundador por volta do exórdio brasileiro são as comentadas a seguir.

O lugar e o agente que o constrói: entre o primeiro “Terra à vista!” e a Carta de Pero Vaz de Caminha

Para Orlandi, a exclamação “Terra à vista!” nada mais é do que o “enunciado inaugural do Brasil” (2008:17), o primeiro choro ao qual seguirá a sua certidão de nascimento, ao menos como constructo de memória. Há nele pegadas dum dizer estereotipado: o da pirataria, da aventura, da descoberta. É a voz de quem chega, não de quem que lá está; de quem “vê”, quem (des)cobre o que lá estava, quem apreende e quem, a seguir, descreve. Na certidão de nascimento de Pero Vaz de Caminha ecoa o discurso do descobrimento científico, o qual, numa cientificidade moderna incipiente, constrói aquilo que só então saiu da latência, da potência, para vir ao ser, ao ato. “[O] discurso das descobertas é um discurso que domina a nossa existência como brasileiros, quer dizer, ele se estende ao longo de toda a nossa história, produzindo e absorvendo sentidos” (Orlandi 2008:18). São esses processos discursivos que, fornecendo uma ideia de nação e da sua comunidade, perdidos na memória duma historicidade negada (Orlandi 2008:19) e ancorados em dizeres sublimados – cujo enunciado é para tanto transformado, quando necessário –, atuam na organização do imaginário da sociedade brasileira. “É esse processo que faz com que o ‘ter sido colonizado’ deixe de ser uma marca histórica para significar uma essência. Uma vez colono...”, sempre colono (Orlandi 2008:20).

Em 1º de maio de 1500, a Carta de Pero Vaz de Caminha²⁵ documenta rigorosamente a datação do “acha mento”²⁶ e da chegada à América da língua portuguesa, numa terça-feira, dia 31 de abril desse ano. É suporte dum exemplo de discurso fundador sobre as ideias consensuais que circulam no país acerca do que seja o Brasil: “Em se plantando, tudo dá”, diz o adágio, sempre na ponta da língua de quem lá nasceu. Terra pródiga, edênica, “gigante pela própria natureza” – diz o atual hino brasileiro –, ótima fonte para a rapina, o saque, pelo português “semeador”, não um “ladrilhador” como os seus vizinhos hispânicos, segundo dirá Holanda (1988:75). Embora ouro ou prata não tenha:

neela ataagora nõ podemos saber que aja ouro nem prata nem nhuia cou sa de metal nem de fero, nem lho vjmos. / pero a terra em sy he de muito boos aares asy frios e tenperados coma os dantre doiro e mjnho por que neste tenpo dagora asy os achauamos coma os de la. agoas sam muitas imfmdas. Em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem.

Assim, apagaram-se do discurso as águas, que explicam a literalidade escondida por trás de “em se plantando, tudo dá”, e que mostram um dos deslocamentos que fez dele um lugar de memória. Essa releitura do texto original, agora abrasileirado, é inserida numa nova rede de sentidos, pois Caminha não fala somente das águas, que também, mas, sobretudo, da evangelização do Outro, que já estava naquelas terras. Diz ele: “pero o mjlhoro fruto que neela se pode fazer me parece que sera saluar esta jemte e esta deue seer a principal semente que vosa alteza em ela deue lamçar”.

O primeiro sujeito assujeitado: a comunidade indígena

Não é só a metáfora do animal, a dúvida entre o selvagem e o manso/humano (Cheyfitz *apud* Robinson 1997:73), que organiza a aproximação inicial europeia em relação aos povos indígenas americanos; também o é a sua eloquência²⁷.

²⁵ A digitalização completa do documento é disponibilizada *online* pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, onde se conserva: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4185836>. Acesso em 15/03/2015.

²⁶ Assim aparece escrito no manuscrito citado na nota anterior. As marcas ortográficas são igualmente respeitadas nas transcrições do documento que se incluem a seguir.

²⁷ O discurso sobre a América, a sua natureza e os seus habitantes foi recorrente desde os primeiros anos do contato entre a Europa e os povos indígenas. Desde relatos de Colombo ou Cortês (Todorov 2003), as visões do continente americano pendulam entre uma ideia positiva e uma negativa, pois os estereótipos e a incompreensão do Outro balizam debates e disputas sobre a essência do Novo Mundo. Ao longo dos séculos, intelectuais recorreram acerca de ideias como a “imaturidade” do continente americano ou a sua “infantilidade”, como o fizeram Cornelius de Pauw e o Conde de Buffon, ou sobre a recorrência da reflexão binária do mau/bom selvagem, presente nos discursos do filósofo genebrino

Apesar de o interesse ser aqui focalizado na América portuguesa e no contato produzido nesse encontro tão distintos no tocante ao *ethos*, as experiências em terras vizinhas colaboram para a reflexão sobre construção desse novo Outro. Os povos que habitavam o continente são centrais para o mundo moderno, podendo considerar que “a descoberta da América, ou melhor, dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história” (Todorov 2003:5), ao implicar a descoberta dum Outro do qual até o final do século XV nada se conhecia.

Buscando decifrar os interesses de Cristovam Colombo na descoberta e conquista da América, Todorov interpreta o comportamento de navegantes frente à descoberta cultural como a de algo para além daquela natureza que tanto impressionara, como se vê nas suas cartas e diários. Para Todorov (2003:35), um dos primeiros interesses de Colombo em relação aos humanos que encontrara estava relacionado ao uso e apropriação da língua local:

Os sinais humanos, ou seja, as palavras da língua, não são simples associações, não unem diretamente um som a uma coisa, passam por intermédio do sentido, que é uma realidade intersubjetiva. Primeiro fato que chama a atenção: Colombo, em matéria de linguagem, parece notar só os nomes próprios, que, em certos aspectos, são os que mais se assemelham aos indícios naturais.

Além de dar nome a lugares, enquanto batismos de posse, Colombo buscou também nomear elementos da natureza a partir do novo vocabulário encontrado, porém sem competência técnica e sem realizar maiores esforços para compreender de fato as línguas locais. No que tange à variedade linguística presente entre as diversas etnias,

Colombo não reconhece a diversidade das línguas e, por isso, quando se vê diante de uma língua estrangeira, só há dois comportamentos possíveis, e complementares: reconhecer que é uma língua, e recusar-se a admitir que seja uma língua [...] Mais tarde, consegue admitir que eles têm uma língua, mas não chega a conceber a diferença, e continua a escutar palavras familiares em sua língua, e fala com eles como se devessem compreendê-lo, e censura-os pela má pronúncia de palavras ou nomes que pensa reconhecer (Todorov 2003:42).

Por sua vez, na América portuguesa, nus, os índios e as índias com que Caminha se encontrara foram tidos como selvagens, posto que careciam das vestimentas que simbolizariam o estado de eloquência que, para os portugueses²⁸, lhes

Rousseau. Agregando mais amostras à lista, podem-se elencar os escritos elogiosos do naturalista Humboldt sobre a América ou mesmo as ideias negativas do influente Hegel (Gerbi 1996).

²⁸ No masculino, já que só havia homens.

faltava. Ela não lhes seria dada pela língua do povo colonizador, mas tomada delas e deles por degradados homens que ficariam naquelas terras para virarem “lingos”, tradutores. Não era possível ensinar o português à comunidade indígena, uma tecnologia crucial no domínio colonial (Cheyfitz *apud* Robinson 1997:64-5), porque uma dúvida primeira governava a decisão: a necessidade de saber se o seu discurso era ou não uma língua, por não se parecer com nenhuma conhecida na Europa até então, mostrando também aí uma das ideologias mais marcantes do processo de colonização: o etnocentrismo. A “primeira política linguística implícita, a ser implantada na colônia” é descrita já, portanto, na Carta de Pero Vaz de Caminha (Mattos e Silva 2004a:73), colocando o império em termos dum problema de tradução interlinguística, de entendimento do Outro, da alteridade. Perante a radical diferença linguística e cultural, impôs-se a primeira dúvida, e o desejo: o de descobrir se aqueles seres podiam ser transformados, traduzidos, em europeus e europeias, ou seja, membros do povo cristão (Cheyfitz *apud* Robinson 1997:64). Diz Caminha:

pareçeme jente de tal jnoçencia que se os homem emtendese e eles a nos que seriam logo christaaños porque eles ão teem nem emtendem em nhuúa creemça seg^o parece. E portamto se os degradados que aqui am de ficar aprenderem bem a sua fala e os em tenderem. / nom douido seg^o a santa tençam de vosa alteza fazeremse xpãaos e creerem na nossa samta fe, aa qual praza a nosso Snõr que os traga porq çerto esta jente he boa e de boa sijnprezidade e enpremarsea ligeiramẽte neeles qualquer cru nho que lhes quiserem dar e logo lhes nosso S^{of} deu boos corpos e boos Rostros comaa boos homeês, e ele que nos per aquy trouue creio que nom foy sem causa.

Pela mesma linha envereda o *Dialago sobre a Conversão do Gentio*²⁹, considerada a primeira obra literária brasileira. Escrita na Bahia em 1556-7 pelo padre Manuel da Nóbrega, é concebida por Orlandi (1993:18-23) como outro discurso fundador brasileiro por desse modo ter sido tratada pelo cânone da historiografia literária. Consoante essa obra, o Brasil nada era antes da chegada do povo português, pois lá não haveria organização, somente caos. Aquelas terras estariam, então, à espera de virar alguma coisa; seriam “o país do futuro”. Por isso no Brasil não teria havido uma “conquista”, mas uma “formação”, através da passagem do nada ao ser, da potência ao ato, da “descoberta”. Nela, a sujeição das comunidades indígenas passará por uma ação civilizatória que, como Caminha já anunciara, que não conteria de início a língua portuguesa, mas sim a sua catequização pela Companhia de Jesus, avançando com o processo de cristandade.

²⁹ Disponível em: http://www.ibiblio.org/ml/libri/n/NobregaM_ConversaoGentio_p.pdf. Acesso em 15/03/2015.

O *Dialago sobre a Conversão do Gentio* consiste numa conversação entre um “língua”, o intérprete, e um ferreiro. A metáfora da fundação do Brasil constrói-se pela desconfiança da dupla protagonista no sucesso da empreitada: de que adiantam a língua e a forja, perguntam as personagens, perante indígenas inconstantes, com o vício da mentira e que não merecem confiança (“que hia e nunca foy”, diz o *Dialago* sobre o coletivo indígena)? Mas agora trata-se já duma conversação de dois que se colocam como “brasileiros” (“nossos Irmãos, os jesuítas”), não mais como portugueses, à maneira de Caminha e os navegantes que chegaram com ele, pois as vozes das personagens do *Dialago* tecem uma rede de sentidos numa língua que, ainda se parecendo com a de Portugal, começa a ter uma filiação discursiva heterogênea, a qual

joga no caso da “nossa” língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga no entanto um “outro”, um “diferente” que o constitui na aparência da mesmidade: o português brasileiro e o português de Portugal se recobrem como se fossem a mesma língua. E não são. Discursivamente é possível vislumbrar esse jogo de prestidigitação pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos duma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Nós, brasileiros, ao falarmos português estamos nesse ponto de disjunção obrigada. A nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. São duas as formações discursivas como se fossem uma só (Orlandi 1993:22).

A homogeneidade discursiva é, de fato, o alvo do projeto colonial, do Império, independentemente da língua que o veicule; por isso não se negará a valer-se doutras línguas, que não o português. Se multilinguismo não implica necessariamente heterogeneidade discursiva, por que o monolinguismo implicaria a sua homogeneidade? A heterogeneidade das formas não é garantia dela, nem a sua homogeneidade a impede. Nas palavras do escritor indígena Daniel Munduruku (2008:s/p), como de tantas outras vozes pós-coloniais,

se estes povos fizeram apenas a “tradução” da sociedade ocidental para seu repertório mítico, correrão o risco de ceder “ao canto da sereia” e abandonar a vida que tão gloriosamente lutaram para manter. É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada. A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro.

Justo para com os povos, injusto para com a tradução, à qual se lhe nega o ato interpretativo, reduzindo-a a mera repetição impensada. Os jesuítas sabiam que isso

ela não é. Construíram e aprenderam a “língua geral”, que seria chamada até o século XVII “língua brasílica” (Rodrigues 2005:35, Mattos e Silva 2004a:77), para, devidamente disciplinada, criar uma voz para si através da do Outro, apossando-se dos sentidos originários, metamorfoseando-os para inseri-los (e inserir a própria língua) numa nova ordem do discurso. Então, “a política linguística jesuítica não apenas gramatizou o tupi, como também fez circular nesta língua, de tradição oral, textos católicos, conferindo uma colonização discursiva pela língua do outro” (Severo 2013:461).

A homogeneização discursiva operada pelos jesuítas (destinada a traduzir as comunidades indígenas à imagem e semelhança do povo colonizador) implicou a disciplinarização³⁰ das línguas locais, também à imagem e semelhança da Língua (o português, arremedo do latim), que precisavam ser separadas, contadas e, se possível, domesticadas por uma gramatização mais ou menos subserviente ao português [como mostra o recurso ao seu sistema ortográfico e à própria tecnologia da escrita, até hoje criticamente observada (D’Angelis 2005)].

Afirma-se atualmente ser impossível dispor dum cálculo exato de quantas eram as línguas indígenas faladas em território brasileiro em 1500³¹. A partir de “umas 170 línguas” registradas em finais do século XX, e das 181 computadas em 2005 (Rodrigues 2005:35) – “mesmo porque línguas são coisas muito difíceis de contar” (Rodrigues 2002:18-9) –, calculou-se inicialmente que “[é] provável que (...) o número das línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje” (Rodrigues 2002:19). Em 1993, o cômputo foi estimado em cerca de 1.200 (Rodrigues 2005:35). Somente de três delas se elaboraram gramáticas e dicionários no período colonial: do tupinambá, do kiriri e da língua dos maramonins ou guarulhos, tendo sido os instrumentos relativos a esta última perdidos (Rodrigues 2005:35).

³⁰ O século XVI foi em grande medida o da *Era das Gramáticas*, em que a teologia escolástica medieval se viu substituída por uma filologia poliglota que deu lugar a que, quase na mesma época em que eram publicadas as primeiras gramáticas do francês, do espanhol e do português, viessem à luz as de línguas que, como as ameríndias, eram até então, como o mundo onde nasceram, completamente desconhecidas na Europa. Entretanto, se a gramatização dos vernáculos europeus era um fato caracteristicamente renascentista, a gramatização de línguas americanas seria fruto do trabalho missionário, da Contra Reforma católica, que não se identificava com o Renascimento, pelo contrário, negava seus postulados fundamentais (Navarro 2007).

³¹ Dos cinco milhões de indígenas que se calcula ter havido em 1500, admite-se haver por volta de 800.000 no fim da colônia, talvez 300.000 no Império e 260.000 aproximadamente na atualidade (Mattos e Silva 2004:94).

Essa falta de documentação sobre as línguas faladas no território brasileiro em 1500 está intensamente relacionada à política monolíngue jesuítica³² imperante na colonização portuguesa, que se valeu de línguas gerais de base indígena para a comunicação com as diversas comunidades locais, além do recurso a intérpretes também indígenas para os contatos iniciais com grupos que não as conhecessem. Delas, a elaborada sobre o idioma tupinambá recebeu um papel de destaque na historiografia linguística, que “já no fim do século XVI foi consignado no título da gramática feita por José de Anchieta, [como] ‘a língua mais usada na costa do Brasil’ (Anchieta 1595)” (Rodrigues 2005:35), precisamente sendo este o título da obra do jesuíta.

Da Babel que o padre Antônio Vieira descreve no século XVII têm-se, contudo, preciosas informações provenientes de cronistas que, a partir da segunda metade do XVI, retratam, numa construção discursiva que valoriza a homogeneidade, certa uniformidade linguística no litoral, em que predominavam línguas do tronco tupi, contraposta à heterogeneidade linguística e cultural que se atribui aos povos tapuias, os grupos que habitavam o interior, neste caso com preponderância de línguas do tronco macro-jê (Mattos e Silva 2004a:76-7). Teria sido essa maior tendência à homogeneidade, para além do contato efetivo, que incentivou o padre Anchieta, chegado ao Brasil em 1553, a escolher o tupinambá como base da “língua brasílica”, cuja gramática elaborou e colocou em uso inicialmente em 1555 em São Paulo de Piratininga, onde passaria os primeiros anos no Brasil, tendo sido impressa somente em 1595 em Coimbra, quase no final da sua vida (Mattos e Silva 2004a:77, Navarro 2007).

A larga expansão documentada do uso do denominado tupi jesuítico, no entanto, dificilmente pode ter se dado através da escrita e da alfabetização. Bem mais provável resulta, é claro, ter ocorrido uma transmissão por via oral, sem uma escolarização sistemática e em situações de aquisição imperfeita, pois veículo de comunicação em

³² O conhecimento do tupi jesuítico chegou a ser considerado uma condição indispensável para a admissão dum candidato à Companhia de Jesus, desse ponto de vista sendo visto como dispensável até o próprio conhecimento de latim. É isso que indicam as palavras de Navarro (2007), que informa: “A Congregação Provincial de 1568 pede que se dispensem os que conhecem a língua indígena da exigência de estudos muito aprofundados para a ordenação sacerdotal e para a profissão dos votos”. Segundo Mariani (2004 *apud* Borba 2006:51), falando sobre o espaço do tupi dos jesuítas, “essa língua passou a ser ensinada aos jesuítas ainda em Portugal”.

contextos bilíngues e multilíngues, ao ter se somado ao português e a línguas indígenas e africanas (Mattos e Silva 2004a:78).

A heterogeneidade original do tupinambá seria negada pelo congelamento operado na língua brasílica, “protótipo de língua ‘boa’” (Souza 2001:156), instrumento do domínio português graças à sua generalização, que instaura “um processo de diglossia entre um tupinambá tribal e um destribalizado”, o qual “passa a funcionar numa ordem discursiva alheia à tribal, como língua superétnica” (Borges 2001:203). O tupi jesuítico, disciplinado pelos jesuítas, apagou a Babel indígena, substituindo-a no imaginário coletivo brasileiro pela “língua de índio”. Essa ideia “subjaz à concepção de uma categoria genérica – o índio – que indiferencia todos os grupos indígenas, (...) um subproduto do processo colonizatório” (Borges 2001:215), constituído pelo ensino baseado na negação do Outro. A língua brasílica, imaginada como comum a todas as comunidades indígenas, seria por elas sentida ao mesmo tempo como remota e próxima, estranha e familiar. “Estranha porque se diferenciava do tupi tribal, mas, ao mesmo tempo, familiar, porque preservava a maioria de seus traços como originariamente tupi” (Souza 2001:158). Desse ponto de vista, a presença discursiva indígena no português do Brasil não pode ser reduzida a vestígios, como meras listas de topônimos, termos da biologia e alguns afixos. Está inscrita na materialidade discursiva brasileira pela dupla negação da heterogeneidade que precisou ser operada para legitimar a ordem colonial: a da heterogeneidade linguística que a antecedeu e aquela da qual o próprio tupi jesuítico virou portador, uma vez se deu a sua transmissão vernacular. Durante o período colonial o tupi jesuítico foi adquirindo novas formas ao ter se difundido, por um lado, para o centro-sul do país, como a língua familiar do Brasil caipira até o século XVIII, e, por outro, para o norte, onde a partir do século XVII acompanhou a colonização em direção à Amazônia sob a denominação de nheengatu, ainda vivo na região do Rio Negro e fronteiras com a Venezuela. Configuraram-se, deste modo, no mínimo, duas grandes línguas gerais: a paulista e a amazônica.

Certamente não é fácil determinar, em especial no tocante à segunda, da qual parca documentação se dispõe, até que ponto era de fato a língua veicular comum em grande parte do Brasil até o século XVIII. Consoante Mattos e Silva (2004a:80), é possível que a língua falada por esses pagos – considerada “língua geral” por algum observador português – outra coisa não fosse além do que um português altamente

interferido pelas línguas indígenas e africanas, além da própria “língua geral”, com as quais estava em contato. Nesse caso, dentro da sociedade colonial, o ambiente teria sido propício à interação linguística entre diversas comunidades étnicas, que incluíam uma base média de 30% de luso-descendentes brancos ou brancas, somada a populações escravizadas de origem indígena, ou bem africana e afrodescendente, o terceiro actante que convém observar para entender as dinâmicas do Brasil colônia, cuja presença ficou durante esse período num patamar médio de 50%.

Mais sujeitos assujeitados: africanas e africanos no Brasil colônia

O ingente volume de africanas e africanos – crianças, jovens e pessoas adultas –, levado à força para o Brasil, começou a chegar ao país oficialmente a partir de 1549, ainda que em 1539 o donatário Duarte Coelho, da capitania de Pernambuco, já tivesse solicitado mão de obra escravizada africana à coroa³³. O tráfico regular começou de fato em 1549, com a instalação do primeiro governo geral, num processo que já nos finais do século teria levado a todas as capitanias brasileiras, fundamentalmente às de Pernambuco e da Bahia, uma presença africana de em torno de 42%, frente a 30% de portugueses e portuguesas, estas em proporção ínfima, e 28% de população indígena (Mattos e Silva 2004a:96)³⁴. A origem predominante do contingente africano, ao longo dos séculos, oscilou conforme os vários ciclos do tráfico: no século XVI, o ciclo da Guiné, escravos e escravas provinham do norte do Equador; no ciclo Congo-Angola, com o coletivo banto, da África Central e Equatorial; do Sudão no ciclo sudanês, no século XVIII; e no XIX, ilegalmente a partir de 1830, voltaria o predomínio banto.

Estimativas afirmam que ao Brasil teriam sido levadas da África de três milhões e meio até mais de seis milhões de pessoas (Mattos e Silva 2004a:100), cuja diversificação de origens indica a sua heterogeneidade linguística, a qual deve ter abrangido entre 200 e 300 línguas tipologicamente variadas, porém com a constante banto, tanto proveniente da costa leste (Moçambique) como da costa oeste africana (Angola, Congo e Zaire). Essa coincidência não teria permitido, contudo, o recurso no Brasil a uma língua africana pelo contingente africano escravizado, devido à política

³³ A instituição da escravidão africana foi transportada para o Brasil por Portugal como uma extensão dos seus próprios hábitos. Já no século XV Portugal começara a utilizar africanas e africanos como escravos em Portugal e nas plantações de cana-de açúcar no arquipélago da Madeira (Magalhães 2009).

³⁴ O primeiro censo no Brasil, realizado em 1872, registrou uma população de 10 milhões de habitantes, 58,1% dos quais classificados como descendentes de africanos (Fonseca 2011:62).

adotada pela metrópole portuguesa, que nunca permitiu a concentração de africanas e africanos duma mesma origem em cada capitania³⁵.

A dificuldade de intercompreensão gerada por esse contexto multilíngue teria originado um processo de aquisição incompleto da língua dominante no contexto colonial, um vernáculo aprendido na oralidade, sem normatização escolar, num conhecimento precário, iniciado pelos feitores e visando apenas ao entendimento das suas ordens. Somente os escravos e escravas domésticas, e as suas filhas e filhos, devem ter se tornado, de fato, bilíngues (Mattos e Silva 2004a:98).

É claro que isso não significa acesso à alfabetização, nem ao letramento, embora cada vez mais se saiba sobre a situação educacional na colônia, com o qual é possível ponderar afirmações tradicionais como a de que: “Quanto à educação escolar do escravo, era totalmente proibida no Brasil até para os forros e isso perdura ainda na 2ª metade do século XIX” (Mattos e Silva 2004a:98). No entanto, na década de 1830 e no estado de Minas Gerais – onde a população negra rondava os 74% e a branca, os 26% (Fonseca 2011:67) –, “[q]uando utilizamos as informações relativas aos primeiros censos que foram realizados (...), fica evidente que a maioria das crianças que se encontrava nas escolas de instrução elementar era negra” (Fonseca 2011:73).

No Brasil, o estado de Minas Gerais foi uma das primeiras províncias a operar com contagens populacionais. A primeira que abrangeu toda a capitania data de 1776, quando ao primeiro censo³⁶ brasileiro é apenas de 1872 (Fonseca 2011:73). Nele foi apurado um número de 1.562.851 (22,80%) pessoas livres que sabiam ler e escrever, e

³⁵ Foi comum a prática da mistura de etnias e de grupos de línguas distintas como estratégia para evitar organização que fomentasse rebeldias e fugas de escravos e escravas. Um dos episódios conhecidos de contestação à ordem escravocrata é a Revolta dos Malês, acontecida em 1835 em Salvador, onde um coletivo de escravos de origem islâmica, um bom número alfabetizado em árabe e utilizando a escrita, se articulou contra a ordem estabelecida, reivindicando o fim da escravidão e do catolicismo.

³⁶ A elaboração de censos no século XIX esteve intensamente ligada à necessidade de ordenar o caos, criar a unidade nacional num contexto considerado hostil por ser heterogêneo internamente e em relação ao “modelo”: as “nações” europeias. Trata-se de fabricar ou, melhor, de achar o que sempre, desde tempos imemoriais, se diria ter estado lá. E para isso vieram os censos e as estatísticas: “naquele duplo gesto de conhecer e ao mesmo tempo construir a população, a operação básica era recortar conjuntos e subconjuntos, estabelecer diferenças, principalmente diferenças de cor, de condição livre ou escrava, de nacionalidade” (Lima 2003:339). Os censos não contam unicamente com um objetivo instrumental, mas também simbólico: permitem sair do estado do não saber (qual a população, qual a língua...) para outro em que um povo, sabendo, seja (ainda que transitoriamente heterogêneo, mas já classificado, evoluído). Põem-se limites ao tudo poder ser, passando ao que se é, fixo, determinado, estável. O primeiro passo para homogeneizar discursivamente consiste em construir uma ideia de si, na qual o cientificismo da quantificação – mesmo que não negue a diversidade do real – funciona como mecanismo de organização simbólica. Não se é mais um *continuum* informe, mas uma unidade, embora disforme, pois ainda sem a necessária regularidade, mas já una frente ao Outro.

de 6.853.668 (77,20%) analfabetos (Gonçalves 2013:11). Essas cifras não contemplam o percentual da instrução escolar, entre 6 e 15 anos, correspondentes a 16,8% da população. À época havia ainda menos de 12 mil estudantes secundaristas e chegava a 8.000 o número de pessoas com educação superior no país (Mattos e Silva 2004a:98).

Esse caos na escolarização, com um analfabetismo de massas e um abismo cultural entre elas e a elite letrada, precisa ser ponderado ainda no que tange aos vernáculos usados durante o período colonial e à reação do Estado português perante a heterogeneidade linguístico/cultural da colônia, tanto a internamente remanescente quanto em relação à metrópole. A expedição em 1757 do *Diretório dos Índios* (1755) veio para, negando o poder simbólico atribuído pelos jesuítas à “língua brasílica”, ou “língua geral”, inaugurar uma segunda onda de homogeneização linguística, agora dotando de novos sentidos a língua portuguesa.

Na verdade, a efetivação do ensino de língua portuguesa no Brasil ocorreu só depois da instalação do *Diretório dos Índios*, em 1757, e não no início da colonização (Gindri 2010). Isso porque, apesar de terem sido expedidas diversas ordens régias nesse sentido no final do século XVII e começo do XVIII, a política educacional jesuíta – na linha contrarreformista da qual a Companhia era ponta de lança desde o Concílio de Trento (1545-63) – adotava o vernáculo para a catequização, independentemente de qual fosse, visando como objetivo maior à introdução posterior de conhecimentos do latim (Gindri 2010), ele sim a Língua. A assinatura do tratado de Madri em 1750, que trouxe o uso do princípio do *uti possidetis*³⁷ para delimitar a partilha³⁸ da América entre as coroas ibéricas, impediu que Portugal seguisse

³⁷ Trata-se dum princípio do direito internacional – *uti possidetis, ita possideatis* – que implica e resolve o problema do *terra nullius*, isto é, a não existência de propriedade de terras prévia à sua ocupação, com base numa data em que um acordo internacional fixa fronteiras entre Estados em determinado ponto e momento. Foi utilizado com motivo do Tratado de Madri e voltaria a ser usado após as independências latino-americanas e na fase de descolonização na África, para resolver litígios fronteiriços relacionados à fase de ocupação colonial (Cuba 2007).

³⁸ A assinatura do Tratado de Madri, em substituição ao de Tordesilhas, gerou a produção intensa de mapas do território, que voltaria a se intensificar no oitocentos, após a independência. Anderson (2008:222) considerará precisamente que o papel dos mapas, como o dos censos e os museus, é a geração dum sentimento de que todas e todos estão presentes neles, dentro duns limites espaciais que conformam um – e apenas um– território, essencial à imaginação da nação. Mesmo o primeiro censo geral brasileiro sendo datado de 1872, como foi citado, essa maneira de criar um imaginário coletivo já tinha sido adotada, localmente, pelo Estado colonial, o qual põe de relevo a consciência da sua potencialidade articuladora de antigo. Para Biaggi (2011:2), os mapas, por sua vez, também serão “meios de compilação de conhecimentos, mas também argumentos indispensáveis na afirmação territorial”, além de identária, nacional. Afinal, a nação decimonônica precisa dum território, uma língua, um povo, um fenótipo, e eles terão que ser fabricados. O território e o povo serão medidos pelos

admitindo a prática linguística jesuítica nos seus domínios, agora por razões de Estado. Estava assim quebrado o pacto do padroado entre a Igreja católica e o Estado português, da forma como se tinha dado até a altura, pelo qual “por um lado o papa atribuía à Coroa portuguesa atividades da hierarquia religiosa e as despesas eram tributadas ao Rei; por outro, cabia a Portugal a tarefa de evangelizar os habitantes das terras descobertas” (Mariani 2003). Na prática, o poder da Companhia de Jesus – pelo seu acesso direto ao Papa e menor subserviência aos reis portugueses – tinha resolvido à sua maneira a *questione della lingua*³⁹ no Brasil, pois “jamais entre os brasileiros fora possível escrever o que e como falavam” (Silva 1996). Foi a instauração da obrigação do uso do português, na oralidade e na escrita, que trouxe consigo a tensão da percepção da distância entre elas, encarnada na figura do professorado régio, que, enviado pela coroa portuguesa para substituir o nacional, “eram considerados como estrangeiros pelos brasileiros” (Silva 1996).

As aulas régias foram criadas em Portugal e as suas colônias pelo alvará de 28 de junho de 1759, para implantar um ensino público oficial e laico após a expulsão dos jesuítas, dentro das reformas pombalinas, inspiradas pelo despotismo esclarecido. Compreendiam, junto às aulas de Gramática Latina, Grego e Retórica, e doutras áreas a partir de 1770, os estudos menores, ou seja, o ensino de primeiras letras e humanidades, em substituição à formação que tinha estado em mãos até então dos jesuítas, cujas escolas foram extintas pelo mesmo ato. “Mas o ritmo foi muito lento, já que foram criadas em toda a colônia apenas dezessete aulas de ler e escrever, quinze de gramática latina, seis de retórica, três de grego e três de filosofia, a instrução

mapas³⁸ e contados pelos censos; portanto, a sua existência será garantida. A mestiçagem terá que ser sublimada, seja como caminho para o embranquecimento, seja como riqueza primeira do país, dotado, pela miscigenação, de benéfices várias.

³⁹ A expressão *questione della lingua* remete para a complexa contradição entre a identidade nacional italiana, concebida como una, e a realidade linguística múltipla e variada dos dialetos. O primeiro em pensar sobre a questão foi Dante Alighieri, que no século XIV tornou o florentino a base da língua nacional italiana, junto aos seus contemporâneos Boccaccio e Petrarca. Após a revolução linguística começada por Dante, a literatura retornou para o latim culto. A polêmica ficou adormecida até que no final do século XVI recomeçaram os debates sobre a língua nacional, quando se propuseram três modelos para a norma linguística do italiano: o toscano, o florentino contemporâneo e uma linha arcaizante do florentino, baseada na língua de Dante, Petrarca e Boccaccio, que foi a tomada como referência pela Accademia della Crusca para a elaboração dum dicionário, impresso em 1612. Desde então, se, por uma parte, a norma da língua italiana é considerada arcaica, muito diferente da falada pela população, ela permitiu resolver os conflitos internos derivados do pluricentrismo cultural italiano. Nesse sentido, para Coelho (2003:116): “Innanzitutto è opportuno dire che nessuna nazione dell’Europa e forse del mondo è stata attraversata, come l’Italia, da un’eterna questione della lingua. Le ragioni di questo fatto sono tante, ma la principale è che la penisola italiana, a differenza delle altre nazioni, non ha mai avuto un centro culturale veramente predominante, come per esempio: Parigi in Francia”.

secundária em prejuízo da primária” (Silva 1996). O modelo jesuíta fora, então, substituído por uma escola laica, mas praticamente inexistente.

O impacto do *Diretório* ultrapassou em muito, portanto, o alvo homogeneizador declarado – as comunidades indígenas –, já que a população local não índia e a de origem africana precisavam também de ser civilizadas pela sua tradução para o português, “persuadindo-lhes os próprios dictames da racionalidade, de que viviaõ privados”. Consoante mencionado na introdução, as devidas distinções de gênero, contudo, precisaram ser mantidas para organizar o mundo, na prática até de maneira mais intensa do previsto na ordem régia⁴⁰. O dispositivo legal previa que as alunas, além de catequizadas, aprendessem “a ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os mais ministérios propios daquelle sexo”, mas os ajustes a que o *Diretório* foi submetido na sua implantação nas diversas capitanias brasileiras nem sempre previam todos esses conhecimentos, embora sempre preservassem a perspectiva segregacionista de gênero. Por exemplo, descrevendo a situação durante três décadas, desde 1770, na Aldeia dos Anjos, na região do Rio Grande, Garcia (2007) retrata a situação conventual a que eram submetidas as alunas indígenas no recolhimento – como era chama a instituição onde ficavam enclausuradas até o casamento. “Já a escola não significava o isolamento dos meninos, pois possuíam maior liberdade para deixá-la durante os dias santos e de sueto, assim como para receberem visitas” (Garcia 2007:31). Meninas e meninos seguiam uma rotina rigidamente organizada, mas com uma diferença de abordagem essencial, pelo menos no caso da Aldeia dos Anjos, visto que elas não tinham acesso à alfabetização, contrariando o postulado pelo *Diretório*, mas provavelmente coincidindo com as práticas que já antes vinham sendo adotadas nas reduções jesuíticas. “Por outro lado, ao fazer esta concessão, o governo do continente não se desviou do projeto principal do *Diretório* relativo à educação das meninas índias, cujo objetivo era a realização do maior número possível de casamentos mistos” (Garcia 2007:35).

A negação da existência das comunidades indígenas operada pelo *Diretório*, pela sua forçada inserção étnica e linguística no Brasil, como também aconteceria

⁴⁰ O segmento do *Diretório* que versa sobre o tema, já reproduzido na introdução, é o seguinte: “[H]averá em todas as Povoações duas Escólas públicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruidas na Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os mais ministérios propios daquelle sexo”.

noutros estados nacionais que começariam a se formar na América da época, efetiva-se também pelo fato de ter proibido a atribuição aos seus membros da denominação de “negros da terra”, ou simplesmente “negros”⁴¹, por considerá-los civilizáveis pela tradução, pois

[s]empre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistáraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idioma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes.

Preciso era, então, emendar a situação criada “pelos primeiros conquistadores” – apagando os jesuítas da memória coletiva brasileira, ao mesmo tempo em que eram expulsos do país e da América espanhola em 1767 –, a qual condenara a índios e índias a uma “situação diabólica” de que precisavam ser salvas e salvos pela bondade régia. Diz assim o *Diretório*:

Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e solido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamaráõ geral; invençaõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeiçaõ, em que até agora se conservá vaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoes o uso da Lingua Portugueza, naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucçaõ nesta materia, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado.

Está instaurada uma nova ordem do discurso, que não apenas esquece a Companhia de Jesus, mas a desvincula – a ela e à “língua geral” – da formação da nação e da história da língua portuguesa no Brasil, nos seus diversos caminhos e

⁴¹ Sobre o assunto, em maiúsculo, diz o *Diretório*: “Entre os lastimosos principios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos Indios o abatimento ponderado, he sem duvida hum delles a injusta, e escandalosa introducçaõ de lhes chamarem *NEGROS*; querendo talvez com a infamia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa de Africa. E porque, além de ser prejudicialissimo á civilidade dos mesmos Indios este abominavel abûso, seria indecoroso ás Reaes Leys de Sua Magestade chamar *NEGROS* a huns homens, que o mesmo Senhor foi servido nobilitar, e declarar por isentos de toda, e qualquer infamia, habilitando-os para todo o emprego honorifico: Naõ consentiraõ os Directores daqui por diante, que pessoa alguma chame *NEGROS* aos Indios, nem que elles mesmos usem entre si deste nome como até agora praticavaõ; para que comprehendendo elles, que lhes naõ compete a vileza do mesmo nome, possaõ conceber aquellas nobres idéas, que naturalmente infundem nos homens a estimaçaõ, e a honra”.

diálogos, já que nada anterior à vigência do *Diretório* – que não maldito – teria existido (Mariani 2001:102).

O que o *Diretório* traz para discussão é a raiz histórica da formação lingüístico-discursiva da sociedade brasileira. Nela encontra-se de fato uma diferença entre o mundo português e a colônia brasileira. E tal diferença o *Diretório* de Pombal ordena que deve ser eliminada através do uso obrigatório e único da língua portuguesa (Mariani 2001:111).

Interessa nesse sentido o tradicional esquecimento com que o *Diretório* foi tratado pela historiografia e pelos estudos da história da língua portuguesa no Brasil, com a notável exceção de Celso Cunha, que por meio das três vezes em que se refere a ele, “dimensiona o édito de Pombal enquanto discurso fundador, ou seja, enquanto ‘referência básica no imaginário constitutivo desse país’ (ORLANDI, 1993, p.7) a respeito da língua” (Mariani 1995:140). E ilustrativa pode ser a primeira delas – em “Linguagem e condição social no Brasil”, de 1979 – pelo processo de modalização que implica a abordagem do assunto e por aparecer quase como um corpo estranho num texto dedicado a discutir, predominantemente, a oposição rural/urbano e as suas consequências em termos dialetológicos sobre o que, ao longo que quase todo o texto, parece ser a língua portuguesa no Brasil. Unicamente nas últimas páginas é introduzida uma alusão ao *Diretório*, prévio pedido de autorização em que se confundem a permissão para citá-lo e para dizer o que será dito a seguir (Mariani 1995:138). Pretende-se deste modo não unicamente reconhecer o caráter imprevisto da referência, mas sobretudo articular uma *captatio benevolentiae* pelo fato de ir levantar um assunto tenso, silenciado até esse ponto. A dureza com que será abordado também precisa de licença. Consoante Cunha (1979:72), “a decadência vertiginosa no falar indígena” teve como “fator decisivo a expulsão dos jesuítas e as medidas tomadas pelo *Diretório* (...) que tornaram obrigatório o uso oficial da língua portuguesa”. Ao respeito, Cunha (1979:73) ainda afirma que:

De que essas medidas tiveram um resultado prático não pode restar dúvida. As objeções que lhe quiseram opor, ao tempo, os defensores do bilingüismo não tiveram força para impedir que a 12 de maio de 1798, quando o *Diretório* foi abolido por recomendação de D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, Governador do Pará, a língua portuguesa não mais precisasse ser imposta para dominar inconcussamente, com exceção da Amazônia, as próprias regiões brasileiras quarenta anos antes de predominante influência Tupi.

A partir de então, a língua portuguesa não precisará mais “ser imposta” como hegemônica, pois dominará “inconcussamente” o Brasil a partir do século XVIII,

negando a multiplicidade linguística como um estágio anterior a ela – num processo que a “língua geral” já iniciara. No entanto, elevar o português à posição de poder requeria o esquecimento do *Directorio*, num apagamento que conforma a memória discursiva brasileira pela censura, pelo incômodo silêncio por cuja quebra Cunha (1979:73) tem que se desculpar e que esconde o preço pago pela constituição da nação, uma nação “civilizada”: a sua construção sobre a língua do dominador, do Outro, do qual é impossível se libertar por completo por ter dado ao Nós a sua essência humana, a língua. Após os correspondentes apagamentos, sobre essa língua de suposta presença imemorial – pois o Nós sempre teria falado português – poderá construir-se a identidade nacional brasileira.

“Independência ou morte”

Mas uma nação não pode ser construída apenas de apagamentos: discursos precisam ser criados ou reformulados, e então canonizados para provar a sua existência na memória coletiva nacional, fundando-a. No caso brasileiro, a quebra discursiva com a situação colonial é representada pelo famoso enunciado “Independência ou morte!”, conhecido na historiografia brasileira como o Grito do Ipiranga, que remete a D. Pedro I, filho do rei português, o qual dá continuidade à dinastia da família real portuguesa no Brasil. Trata-se, ainda assim, do “enunciado que inaugura a nação brasileira” (Guimarães 1993:28) e nele estão inscritas tanto as pegadas dum discurso fundador livre das amarras do tempo, quanto duma enunciação que, a partir do locutor individual e da elite a que representa, institucionaliza a proteção duma ordem social e discursiva excludente para o país.

A sua origem se remonta a 29 de novembro de 1807, quando, perante a invasão francesa a Portugal, se iniciou o deslocamento da família real portuguesa e o seu séquito, de mais de quize mil pessoas, para o Brasil. Por esse motivo, a partir de 1808 o aparelho de Estado português passou a funcionar a partir da colônia, situação que se estendeu até 25 de abril de 1821, quando após uma permanência de treze anos no Brasil D. João VI, sob pressão dos seus súditos e súditas do outro lado do oceano, embarcou de regresso para Portugal, não sem antes ter nomeado regente D. Pedro de Alcântara, o seu primogênito.

As pressões para o imediato retorno de D. Pedro a Portugal e a obediência das províncias brasileiras a Lisboa (não ao Rio de Janeiro) começaram em 09 de

dezembro de 1821, com o chegada ao Rio de decretos das Cortes portuguesas que determinavam a adoção de medidas nesse sentido, com o qual se instaurou uma intensa inquietação política na colônia. Um abaixo-assinado que pedia a permanência de D. Pedro no Brasil foi elaborado no Rio de Janeiro e entregue a ele em 09 de janeiro de 1822, em resposta ao qual o Príncipe Regente decidiu desobedecer as ordens das Cortes portuguesas e continuar no país, pronunciando a célebre frase: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Digam ao povo que fico!”. O episódio, conhecido como o Dia do Fico, não constitui, contudo, o enunciado de fundação da nação brasileira. Foi apenas em 07 de setembro quando, ao voltar de Santos, às margens do riacho Ipiranga, D. Pedro, ao receber uma carta com ordens do seu pai para que voltasse a Portugal, duas, impelido pelas circunstâncias, pronunciou a famosa exclamação “Independência ou morte!”. O longo processo da emancipação culminaria em 12 de outubro de 1822, com o Príncipe sendo aclamado Imperador e coroado em 1º de dezembro desse ano⁴².

O acontecimento enunciativo que instauraria a nação brasileira foi marcado, ainda, pela ineficácia da convocação duma Assembleia Constituinte em junho de 1822 – que, hegemônica pelo partido conservador, terminaria se declarando favorável à continuidade da união entre o Brasil e Portugal –, apagada na memória discursiva brasileira pela eficácia histórica de “Independência ou morte!”, esse sim um enunciado carregado de efeitos de sentido. O Grito do Ipiranga significou “a força do Imperador e não da Constituinte, nem do povo” (Guimarães 1993:29), mas não só. “Independência” e “morte” não do Imperador, mas dum “Nós”, os proprietários e proprietárias radicadas no Brasil, independentemente da origem, com quem se comprometeu a manter o país livre do jugo português. “E aqui a ‘Independência’ não é uma declaração de guerra, mas a afirmação da sobrevivência, não necessariamente física, mas como classe social. Ou seja, a enunciação inaugural da nação brasileira é uma enunciação sobre a sobrevivência dos proprietários de terras” (Guimarães 1993:30).

No imaginário brasileiro, operou-se, então, sobre essa exclusão primeira enquanto fundadora oficial da nação, mais um apagamento essencial: aquele que “interpreta como ‘universal’ para todos os brasileiros o que era específico para uma

⁴² Para consultar a respeito deste período da história do Brasil, veja-se o célebre e tradicional trabalho organizado por Sérgio Buarque de Holanda (1978).

classe social” (Guimarães 1993:30). Foi a solução encontrada para resolver o problema discursivo derivado da necessidade de harmonizar a ruptura com a metrópole e a manutenção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira, de forma que tudo mudasse, mas sem ocorrerem transformações significativas nas estruturas sociais e políticas do novo país. Numa época de paradoxos tensos e conflituosos, a ruptura política com o passado colonial teve que ser acompanhada dum aproximação cultural da metrópole, legitimadora do novo projeto em prol dum estado civilizatório para o Brasil, concebido à moda europeia e no seio da modernidade. As elites brasileiras, que comandam o processo de independência, precisavam se distinguir da população para manter o seu *status*. Com esse fim, durante o século XIX recorreram ao uso dum norma linguística para o português o mais distante possível dos usos falados no país, de modo a garantir a preservação da sua hegemonia sobre as massas, na sua maior parte analfabetas e alheias aos acontecimentos políticos.

Durante o oitocentos, portanto, não apenas se difundiu a língua portuguesa entre a população brasileira, uma vez proibida e esquecida a “língua geral”, como se nunca tivesse existido. Também teve lugar um movimento que agiu na disciplinação do português por meio da documentação pública, um dito articulado através do feito, que implicou o abandono da norma do português clássico, dominante no Império, em direção a um padrão lusitanizante, na República. É isso que põem de relevo, no plano linguístico, as constituições de ambos os períodos – a do Império, de 1824, e a da República, de 1892 –, como também dão testemunho desse processo os próprios textos pessoais elaborados por sujeitos que percorreram esses cenários e que mostram o processo de articulação por que passou o português do Brasil no oitocentos. Acerca desses dois contextos são exemplares, respectivamente, os estudos de Pagotto (2013) e Duarte e Pagotto (2005).

No primeiro deles, Pagotto (2013) retoma o estudo comparativo dos textos constitucionais que emolduram o século XIX, observando comparativamente a ocorrência dum leque de fenômenos gramaticais, entre os quais se destaca a posição dos clíticos. Em textos normativos como os estudados, separados por menos de sete décadas, e que a princípio “seriam os representantes máximos do cuidado com a linguagem, não se esperaria que houvesse grandes diferenças entre eles, no que diz respeito à gramática em que foram escritos” (Pagotto 2013:32). Entretanto, o

contraste no tocante à posição dos pronomes átonos mostra um movimento divergente em relação à situação que se verificava no vernáculo brasileiro – proclítico, como predominava no português clássico, estendendo a posição do clítico ao início absoluto – e convergente com as dinâmicas do português europeu, que optaria pela ênclise – nos contextos em que procedesse, como é sabido –, recorrendo nos usos cultos a formas de origem popular (Martins 2011). Assim, a Constituição do Império, de 1824, é claramente proclítica, enquanto no final do século, na Constituição da República (1892), a posição dos clíticos segue essencialmente os usos europeus. Em concreto, Pagotto (2013:35) levanta 29 ocorrências de próclise (78,37%) num total de 37 clíticos na Constituição de 1824, frente a 5 casos de próclise (11,62%)⁴³ em 43, no texto de 1892.

Portanto, nesses por volta de 70 anos teria ocorrido uma mudança no uso linguístico modelar, em aspectos como a posição dos clíticos – que Pagotto (2013) destaca como o de maior saliência –, pelo qual a norma linguística do português do Brasil se afastaria com nitidez tanto do vernáculo local, quanto da norma padrão lá utilizada no início do oitocentos.

Em diálogo com textos públicos como os constitucionais, Duarte e Pagotto (2005) colocam um estudo acerca de comunicação epistolar íntima escrita entre os anos de 1879 e 1892 por um casal de avós que nasceram no Brasil de começos do XIX e residentes no Rio de Janeiro. O casal escreveu aos netos, que se encontravam com o pai e a mãe em Paris. “Suas cartas representam uma espécie de instantâneo entre dois mundos: o do seu português brasileiro vernáculo e o do português brasileiro normativo” (Duarte e Pagotto 2005:68). Essa polifonia – legível também como a interseção entre oralidade e escrita – adquire neste caso uns contornos diferentes do que no caso dos textos constitucionais mencionados acima. No casal estudado, a variável de gênero parece decisiva na interpretação dos seus usos linguísticos, no tocante à questão dos clíticos. Pertencente à elite política e econômica da época, o homem – engenheiro e senador –, tendo exercido funções na vida pública, inclinou-se por formas mais ligadas à norma adotada nos finais do oitocentos. Já a mulher, limitada à vida doméstica, restringiu a sua atuação linguística a soluções mais tradicionais, com maior presença de próclise. Em concreto, pensando, a modo de

⁴³ No caso, Pagotto (2013:35) arredonda para 12% essa percentagem e calcula de forma errada a anterior, atribuindo-lhe 7% de próclise à Constituição do Império.

ilustração, apenas nas estruturas com formas verbais simples, a avó utiliza 51 de 55 ocorrências de clíticos (93%) em próclise, enquanto a percentagem de pronomes átonos nesta posição cai para 53% no caso do avô (correspondentes a 30 das 57 ocorrências pesquisadas). “Os dados parecem mostrar que o senador opta por uma norma lingüística mais lusitana e sua esposa deixa emergir mais fortemente as formas do português do Brasil”, dizem Duarte e Pagotto (2005:80).

O problema, nesta ocasião, consiste em determinar se o que há aqui consiste numa diferente “‘opção’ estilística pessoal” (Duarte e Pagotto 2005:70), ou na influência de fatores de gênero e de questões lingüísticas ligadas à história da língua portuguesa no Brasil. Ou dos três, desde que se entenda haver pelo menos um certo nível de agência no que tange à seleção de formas adotadas. Não necessariamente se pode afirmar que tenha ocorrido, como tampouco negar, uma manipulação consciente de marcas de estilo, ainda mais em contexto de alta monitoração – como podem ser as cartas estudadas. A verbalização, não pensada no momento – e talvez anacronicamente impensável – poderia ter esclarecido os porquês dessas diferenças, do ponto de vista dos responsáveis diretos por elas. Avó e avô estão, já nos finais do século XIX, na encruzilhada do que viria a ser um dos dramas de coletivos como os de profissionais, docentes e estudantes de tradução do português do Brasil, estudados neste trabalho. Se no Brasil já se esteve entre a cruz e a espada, ou a pena, agora parece se estar num conflito normativo, metabolizado de formas diversas por quem o padece e sobre o qual serão ouvidas múltiplas vozes nesta pesquisa, dentro do universo da prática tradutória.

Montando o quebra-cabeça

No Brasil, a relação com a língua portuguesa, a ideia de norma lingüística e a sua concretização em usos e avaliações específicos são produto dum pensamento de abrangência maior, nacional, marcado pela classificação de categorias, a sua hierarquização e o posterior esquecimento delas, que resulta fundamental na constituição sócio-histórica do ser brasileiro. Frente a sucessivas homogeneizações lingüísticas e discursivas, a progressiva descrição e a assunção discursiva da heterogeneidade inerente ao português do Brasil a partir de finais do século XX trouxeram consigo a necessidade de reorganizar, taxonomicamente, o caos aparente que ambas põem de relevo. Em “Parâmetros Sociolingüísticos do Português

Brasileiro” (2006:86), Lucchesi afirma que o grande desafio da Sociolinguística brasileira reside em “[i]ntegrar na análise da estrutura lingüística, bem como nos processos de mudança que definiram a sua configuração atual, a complexidade da história social do Brasil, a violência de suas diferenças econômicas e a riqueza de seu mosaico étnico”. Então, em prol da “solução desse grande quebra-cabeças” foi trazido por ele à baila o conceito de norma lingüística, reformulado sob a forma dum par dicotômico onde encontra a chave dum modelo sociolinguístico de organização da variação que pretende dar conta de explicar a emergente complexidade das diferenças encontradas no português do Brasil. Diz Lucchesi (2006: 86):

A identificação de distintos sistemas de avaliação social de variantes lingüísticas e processos independentes de variação e mudança dentro do cenário lingüístico brasileiro foi o fundamento da visão de uma realidade lingüística brasileira polarizada, distinguindo, como unidades autônomas de análise, os padrões de comportamento lingüístico dos segmentos funcionalmente escolarizados, que ocupam o topo da pirâmide social, frente às variedades lingüísticas da grande maioria da população brasileira, alijada da educação e demais direitos sociais. Define-se, assim, uma oposição entre uma *norma lingüística culta* e uma *norma lingüística popular*, ou *vernácula*, no grande e complexo diassistema do português brasileiro.

Quais são os componentes desse “grande e complexo diassistema do português brasileiro”, prisma que reverbera a complexidade cultural e a constituição sócio-histórica da sua população? Na articulação desse par dicotômico em que Lucchesi (2006) organiza o *continuum* do português se fazem presentes ecos doutros momentos constitutivos da identidade brasileira, enquanto produto, também, duma necessária ordenação do caos. Essa capacidade de arrumação é precisamente um dos papéis que DaMatta (2010) atribui à fábula das três raças, que conta com um peso fundamental nas formações ideológicas brasileiras, especificamente no que ele denominou “racismo à brasileira”.

Para DaMatta (2010), o imaginário popular brasileiro no que tange às “raças formadoras” do país incide sobre um triângulo em cujos vértices são colocados, respectivamente, “o índio”, símbolo da “preguiça”, “o negro”, caracterizado pela “melancolia”, e “o branco lusitano”, marcado pela “estupidez”. O trio é por esse imaginário considerado causador do atraso econômico e social, da indigência cultural e da necessidade brasileira de autoritarismo político, elemento esse que se apresenta como um corretivo essencial num universo que, se entregue a si mesmo, só poderia tender à degeneração (DaMatta 2010:66). Mas, para DaMatta (2010:69), a

importância do triângulo das três raças não reside tanto na convergência com o imaginário coletivo brasileiro, quanto na potencialidade de harmonizar, num único discurso, o popular e o elaborado, “o vivido” – ou seja, os aspectos empíricos (associados ao popular) – e a teoria (que remete para “o concebido”, o olhar científico, aquilo que impõe a distância e as intermediações). Constitui, assim, um recurso ideológico essencial na construção da identidade cultural do país, independentemente da orientação política dos seus e das suas intérpretes, dado que direitas e esquerdas se utilizam dessas três unidades básicas, homogeneizadas – “branco”, “negro”, “índio” –, ao mesmo tempo em que proclamam unanimemente a importância local da mestiçagem (DaMatta 2010:70), pois, certamente, “o Brasil não é um país dual” (DaMatta 1984:40). Nele tudo se passa “entre”, num “conjunto infinito e variado de categorias intermediárias em que o *mulato* representa uma cristalização perfeita” (DaMatta 1984:41). O leque classificatório não se articula em modo algum, contudo, de forma aleatória, mas é submetido a um severo sistema de organização taxonômica que responde ao “credo segundo o qual, dentro dele, ‘cada um sabe muito bem o seu lugar’” (DaMatta 1984:47).

A força da fábula das três raças na construção das mentalidades deriva ainda, consoante DaMatta (2010), da sua capacidade de estabelecer uma ordenação do mundo, ao fornecer um lugar para cada coisa e colocar cada coisa no seu lugar. Formula e, à vez, valida a hierarquização da sociedade brasileira, herdada já nas suas origens da matriz portuguesa e confirmada, a posteriori, pelas doutrinas deterministas decimonônicas.

Conforme DaMatta (2010:75), o português colonizador, longe de ser um indivíduo “degradado e degradado”, um marginal “sem eira nem beira”, reconstruiu no Brasil a sociedade portuguesa original, caracterizada pela manutenção das hierarquias tradicionais (com a aristocracia e a igreja católica no topo do corpo social) e por um mercantilismo peculiar, desprovido da mentalidade burguesa e dos seus ideais individualistas e igualitários.

As estruturas desse modelo de sociedade, racionalizada e justificada a partir duma ordenação derivada do fato de tudo nela ter seu lugar definido, foram abaladas em momentos pontuais, como no processo de independência, quando as elites dominantes se viram obrigadas a buscar uma nova identidade brasileira, o qual implicou a concepção dum novo arranjo ideológico que legitimasse as diferenças

internas à sociedade do país. Em concreto, na visão de DaMatta (2010:76), é no momento de promulgação da Lei Áurea (1888) que é concebida a fábula das três raças⁴⁴, uma ideologia que permite estabilizar a sociedade brasileira pela conciliação no plano simbólico dos impulsos contraditórios existentes no seu seio, para contornar a emergência de desejos de transformação após a queda do formalismo jurídico português. Essa ideologia, ao lado da manutenção das relações sociais baseadas na patronagem, veio fornecida pelo “racismo à brasileira”, nascido de dois impulsos contraditórios: um caracterizado pelo projeto reacionário de manutenção do *status quo*, por meio duma libertação *de iure*, mas não *de facto*, da população escrava; o outro, que recorre ao racismo como uma força poderosa para integrar idealmente a sociedade brasileira e individualizar sua cultura (DaMatta 2010:77).

Para DaMatta (2010:77), a fábula das três raças tem ainda o estatuto duma “ideologia dominante: um sistema totalizado de ideias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura” brasileira, ao permitir conceber uma sociedade altamente dividida como uma unidade integrada; e, finalmente, entendê-la como algo singular, cuja especificidade deriva do idealizado encontro harmonioso das três “raças”. Portanto, o mito das três “raças” cria simbolicamente a sociedade brasileira nos planos “biológico” e “cultural”, apagando a potencialidade de revolta derivada das contradições extremas que a caracterizam. Se na mestiçagem, no entre-lugar, são resolvidas as contradições raciais, haverá que achar um espaço onde as linguísticas também o sejam.

Com efeito, quando a dicotomia de Lucchesi (2006:86) pretende organizar o mundo do português do Brasil, e o faz em dois polos excludentes, denominados normas, esquece-se de integrar discursivamente o entre-lugar, conflituoso se não ordenado. Trata-se dum terceiro lugar – de cuja existência lembra Britto (1997:66) – emergente com intensidade nos finais do século XX e começos do XXI pela redução das pressões normativas sobre o português do Brasil, cuja existência é esperável num

⁴⁴ Na verdade, a fábula das três raças se apresenta anteriormente na cultura brasileira decimonônica, inclusive podendo ser observada a sua construção oficial dentro da incipiente historiografia que se iniciava nas décadas posteriores à proclamação da Independência, em 1822. Um dos principais responsáveis por criar a história da nova nação que se concebia nos anos 1830 na América foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, com apoio de D. Pedro II (Diehl 1998; Guimarães 1995). Em 1840, o IHGB propôs um concurso sobre questões da escrita da história do Brasil. O ganhador foi o bávaro Karl Friedrich Von Martius (1844) com o artigo “Como se Deve Escrever a História do Brasil”, publicado pela revista do Instituto Histórico em 1844. Em seu texto, Von Martius traz como ponto nevrálgico da identidade brasileira a composição baseada nas três raças, apresentando qualificações referidas a cada uma delas.

contexto como o brasileiro, culturalmente construído sobre espaços intermediários como o da miscigenação étnico-racial.

[A]dmittindo que a fala permeia a escrita, haverá sempre um espaço de intersecção, que se torna maior à medida que se reduz a pressão normativa, como é o caso de características gramaticais que não sejam identificadas como erro pela avaliação subjetiva dos falantes. Isto será tanto mais possível quanto menor for a insistência das instâncias reguladoras (a escola, os revisores gramaticais) sobre a regra, tornando-as menos salientes.

Nesse momento há, também, mudanças nos discursos sobre a língua, e não apenas na intensidade da sua difusão, os quais podem estar na base dum processo de problematização das fronteiras entre as normas culta e vernácula no português do Brasil do século XXI. De fato, o abismo entre as normas que Lucchesi (2006:86) denomina culta e popular tendeu a ver-se reduzido durante o século XX, pela progressiva nivelção⁴⁵ dos dois polos devido a uma aproximação da norma popular em relação à culta, combinada com um afastamento da norma culta em relação ao padrão de matriz europeia, que pervive como a “norma padrão” retratada no discurso normativo mais conservador. Entretanto, se este processo não chegou a apagar, objetivamente, a polarização de ambas as normas, entre outras coisas pela permanência das profundas desigualdades sociais em que se baseia, menos ainda

⁴⁵ O processo de nivelção de normas linguísticas tem relação com a história da geografia humana brasileira. O histórico da população brasileira é caracterizado por um grande crescimento até meados do século XX. No século XIX a população do país se multiplicou cinco vezes e quase dez no século XX, passando de cerca de 3,4 milhões em 1800, para 17 milhões em 1900 e 170 milhões de habitantes no ano 2000 (Diniz 2010:10). O ritmo de crescimento, de 50 vezes em 200 anos, foi se acelerando até a década de 1960, quando começou a cair, ficando em 2006 abaixo do nível de reposição; isto é, 2,1 filhas ou filhos por mulher (IBGE 2009:33)⁴⁵. Mesmo assim, de acordo com as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (disponíveis em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm; acesso em 01/07/2015), a população brasileira continuará a crescer até 2042, quando alcançará o seu ápice populacional, com perto de 228,4 milhões de habitantes. As médias de crescimento populacional brasileiras têm relação com as características etárias da população do país. Até os anos 1970, o Brasil apresentou uma estrutura etária piramidal praticamente constante, com uma ampla base de menores de 15 anos, seguida de adultos e adultas (de 15 a 64) e com a população idosa, de 65 anos ou mais, no topo (Carvalho e Rodríguez-Wong 2008:598). A queda da fecundidade, iniciada em meados dos anos 1960, fará que esta faixa etária supere a juvenil só por volta de 2040, fenômeno ocorrido em países mais ricos em 1998 (Organização das Nações Unidas 2013:19). Outra diferença com países capitalistas mais avançados consiste numa velocidade muito superior do processo de urbanização. Apenas na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, cada ano, um promédio de mais de 2,3 milhões de habitantes foi acrescido à população urbana. Sendo o par rural/urbano um dos *continua* que caracterizam o português do Brasil (Bortoni-Ricardo 2004) – junto com oralidade/letramento e monitorado/não monitorado –, as transformações na distribuição populacional em favor do polo urbano (tradicionalmente associado pela Sociolinguística à norma culta) têm exercido um importante papel na aceleração da progressiva nivelção das normas culta e popular no país, muito especialmente pela amálgama do dialeto caipira, representativo da área rural, em relação a variedades urbanas de pouco prestígio (Bortoni-Ricardo 2011:37, Mollica *et alii* 2008).

eliminou, duma perspectiva subjetiva, a avaliação das variedades e das variantes linguísticas. Trata-se da “norma subjetiva”, conforme Cunha (1985) denominou, como já foi dito, um sistema de valores imposto sobre a atuação linguística, relativamente uniforme dentro duma comunidade de fala, contraposto à “norma objetiva”, “supostamente observável” (Lucchesi 2004:65).

Em “Racismo linguístico ou ensino pluralista e cidadão?”, Lucchesi (2011b) aponta que:

A tensão entre a norma padrão e a norma culta é normal em qualquer sociedade letrada, na medida em que a norma padrão constitui uma forma fixa e idealizada de língua a partir da tradição literária, enquanto a norma culta, constituída pelas formas linguísticas efetivamente em uso está sempre se renovando. Porém, no Brasil o desacordo entre as duas é grave desde as origens do estado brasileiro.

É nessa distância entre o dito e a sua avaliação, entre o ser e o dever ser, que se corporeizam as tensões. Mas essa distância, embora não se verifique apenas no campo do português do Brasil, adquire aqui uns contornos locais⁴⁶ específicos, como o relativo à guerra contemporânea entre linguistas e quem defende o purismo, que chega a níveis surpreendentes de agressividade (Mendes 2009), ou na intensa presença de certas vozes que constituem marcos na construção do dizer histórico das/sobre as línguas, pelo impacto que exercem sobre indivíduos e grupos.

⁴⁶ Nesse sentido envereda a escassa relevância, comparativamente a outros contextos, como os hispano-americanos, da Academia Brasileira de Letras. Fundada em 1897, o seu foco é – como declara Machado de Assis, no discurso da sessão inaugural que lhe coube pronunciar – “conservar, no meio da federação política, a unidade literária” (<http://www.academia.org.br/academia/discurso-de-machado-de-assis>). No mesmo sentido, o artigo 2º dos seus estatutos versa: “Só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário”. Cabe a ela elaborar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), cuja 5ª edição, de 2009, está disponível *online* (<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>) e oferece igualmente um serviço virtual de consultas sobre gramática e ortografia, ABL Responde (<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/abl-responde>). Mesmo sem as academias da época terem exercido esse papel no Brasil, no século XIX países da América espanhola verificarão um movimento de aproximação da norma padrão do espanhol em relação à antiga metrópole semelhante ao vivenciado no Brasil com o português. Já em Hispano-américa, foi fundamental nesse sentido a atuação das Academias Correspondentes da Real Academia Espanhola, fundadas a partir duma iniciativa colombiana, somente com críticas argentinas, seguidas pelas Academias de cada país. Assim, sobre a região, Süselbeck (2014:280) indica que: “los intelectuales americanos del siglo XIX no se desvían de la actitud purista y tradicional hacia la lengua. Ya en la segunda mitad del siglo XIX la mayoría de las publicaciones americanas defienden una posición conservadora (...). [E]l deseo purista de mantener el patrimonio lingüístico heredado de España es en América incluso más fuerte que en España”.

1.2.1.2. Algumas contestações ao olhar colonial acerca o português do Brasil

A situação, o hegemônico, convive no poder/saber com o seu contraditório: “lá onde há poder há resistência, e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault 1999:91). Esse convívio, em termos de norma do português do Brasil, gera a contestação da legitimidade de enunciados conformes com padrões hegemônicos, o que mostra que:

Não basta que conheçamos o ato de fala e suas circunstâncias prescritas (o que se pode dizer, onde, quando, para quem): tais circunstâncias precisam ser renovadas em um momento único de repetição, que, ao mesmo tempo que depende das circunstâncias conhecidas, também precisa atualizar-se para ter efeito (Pinto 2012:172).

O ato de fala é sujeito a condições de enunciação que não são dependentes apenas da sua conformação ao um ideal de forma adequada, mas também da legitimidade emanada do discurso hegemônico, passível de mudanças por contestável. Quando o discurso linguístico hegemônico é submetido a uma contestação intensa, a adequação deixa de ser um critério de validade suficiente, gerando tensões na avaliação linguística. Em contextos como esses, a insegurança linguística não reside mais no (des)conhecimento das formas hegemônicas, mas numa crise de reconhecimento por elas estarem imersas num estágio de suspensão, de contestação de contornos local e socio-historicamente conformados.

Esse movimento contestário também tem sua tradição discursiva no Brasil, como contraditório imprescindível para que o poder atue. O apagamento não requer necessariamente a exclusão doutras vozes, especialmente se elas servem, dalguma maneira, à manutenção do *status quo*. A heresia dizível, quando dita, pode até realinhar caminhos, mas mais dificilmente subverterá essências. Para isso está a ordem do discurso, que encaixará os discursos heréticos dentro duns limites que os viabilizam dentro da situação. Isso acontecerá com as subversões no campo literário – pois a arte é o domínio do possível –, ou, na contemporaneidade, com a defesa da atribuição do *status* de língua ao português do Brasil, mas arquitetada sobre uma ortografia comum – a do Acordo Ortográfico de 1990 – e a partir da norma culta, isto é, das falas da elite.

O oitocentos foi um momento essencial não unicamente na definição formal, mas na articulação discursiva do português do Brasil. Ambas foco de intensas

“polêmicas” (Maingueneau 2008:107), geraram disputas sobre o sentido da língua falada no país e as suas formas escritas, num debate cuja historicidade confrontava imaginários sobre ela entre “gramáticos” e “românticos” (com José de Alencar como o seu maior expoente), em que aquele grupo sairá vitorioso. Referindo-se aos “gramáticos” decimonônicos implicados no confronto com Alencar e as projeções atuais dos seus discursos, Mariani (1995:136) diz:

[n]uma perspectiva purística, eles queriam preservar o *bom português* e este era o *dos escritores de boa nota* do século XVI. Do século XIX aos dias de hoje, ainda é possível detectar o predomínio da formação discursiva dos gramáticos, sobretudo no que se refere ao ensino. Isto não significa, porém, que a polêmica tenha deixado de existir. Ao contrário, além daqueles sentidos resistirem, novas questões foram formuladas, dando margem à produção de novos sentidos (Mariani 1995:136).

Novos sentidos esses – como a polêmica atual entre coletivos denominados no Brasil “os gramáticos” e “os linguistas” – que recuperam colocações já presentes no século XIX, fundamentalmente quando, ultrapassada com Alencar a fase polêmica da primeira parte da centúria, se instaure, já a partir da década de 1940, o predomínio do discurso científico, o mesmo a que Melo (1972) recorrerá acerca da polêmica alencariana, arrumando o caos novamente “para assentar as diferenças em lugares devidos” (Pagotto 1998:60).

José de Alencar e a constituição duma língua literária nacional brasileira

Na construção decimonônica da nação, a heterogeneidade linguística brasileira, entendida como a do não português, precisava ser esquecida na sua literalidade, para, expurgada da sua impureza original, convertê-la em estágio de transição prévio à consolidação unificada. Unificada e “civilizada”, posto que aí residia o dilema: como conformar uma identidade diferente da de Portugal se unicamente a identidade com ele garantiria o estágio civilizatório; quer dizer, como construir uma irmandade que aceitasse a convergência vista como imprescindível e preservasse a distância necessária para a elaboração identitária brasileira. Para Lima (2003:341), “[o]s limites da diferenciação estavam dados: ‘somos cristãos e falamos português’”. Na construção dum “consenso em torno da suposta unidade moral, cultural, histórica da nação” brasileira, o movimento romântico “teve um papel central” (Lima 2003:336).

Assim, no bojo dos conflitos do Romantismo estão tanto as ideias de língua literária – portanto, mesmo com a sua especificidade, de língua – e de literatura nacionais, quanto da própria nação, cuja existência está implícita nas primeiras.

Até onde se sabe, foi Juan Valera⁴⁷ (1996), em 1855, no ensaio intitulado “De la poesía del Brasil”, o primeiro autor a tratar numa obra exclusivamente da literatura do Brasil, sem colocá-la como apêndice da literatura portuguesa. Essas mesmas tensões classificatórias, e identitárias, afetaram as concepções, no Brasil e em Portugal, acerca da língua e da língua literária brasileiras.

No Brasil, a escrita romântica debateu-se amiúde entre filiações e afastamentos de Portugal, travando uma relação ambígua que passou, em boa parte, pelo recurso à oralidade como meio de afirmação e comprovação dos rumos diferenciados do português do Brasil. Para tanto, era necessária uma sublimação prévia que imprimisse às falas uma dignidade literária atingível pela depuração dos seus defeitos inobres, já que não procedia para esses usos uma absorção indistinta de tudo aquilo que por ventura fosse encontrado na oralidade vernacular, em que pese a sua “autenticidade”. Para tanto, muito precisou ser recortado, silenciado ou sublimado. As marcas africanas tiveram que sumir; já as indígenas, como a sua população, puderam ser objeto de depuração pela escolha do tupi como a língua indígena por definição. As comunidades índias puderam então ser devoradas antropofagicamente, tanto como tema de obras ficcionais e poéticas, como na própria escrita, através da introdução de vocábulos, no geral de alegada origem tupi-guarani. Nessa linha, José de Alencar publicaria em 1865 o romance *Iracema*, onde ao papel duma indígena na trama se acrescentava a presença de palavras que se diz estarem em tupi, traduzidas em notas de rodapé.

De fato, o romance foi o gênero predileto do público leitor brasileiro durante o século XIX (Cruz 2011:30), pelo qual exerceu um papel fundamental na difusão da leitura, e sob o prisma desse sucesso deve ser olhada a importância da questão linguística que Alencar levantou. No entanto, muito contribuiu para o êxito conseguido pelo autor o recurso à fórmula do romance-folhetim, tão bem aceita por

⁴⁷ Já no tocante ao espanhol, Valera será favorável, nos finais do XIX, à instituição na América de Academias Correspondentes da Real Academia Espanhola – de que era membro desde 1861 – porque, através delas, “el centro académico de Madrid, en nombre de España, ejerce cierta hegemonía, tan natural y suave, que no engendra sospechas, ni suscita celos ó enojos ” (Valera *apud* Süselbeck 2014:273)

todo o solo brasileiro, sobretudo entre as décadas de 1840 e 1880, e cujo maior impacto se deu em 1854, quando Alencar publicou *O Guarani* (Cruz 2011:52). Em “Como e por que sou romancista”, Alencar (1893:13) fala acerca do seu ingresso no mundo do jornalismo, que lhe facilitaria a edição como folhetins, sucessivamente, de *Cinco Minutos* (1856), *A Viuvinha* e *O Guarani*:

Ao cabo de quatro anos de tirocínio na advocacia, a imprensa diária, na qual apenas me arriscara como folhetinista, arrebatou-me. Em fins de 1856 achei-me redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro. É longa a história dessa luta, que absorveu cerca de três dos melhores anos de minha mocidade.

Apesar do seu suporte escrito, a difusão das obras em questão esteve ligada também à transmissão oral. Sabe-se, nesse sentido, que os capítulos de *O Guarani* eram lidos em voz alta (Cruz 2011:70-1) na rua e nas casas, tendo causado uma autêntica comoção social. O sucesso parece ter sido devido: à onda de ufanismo e lusofobia do momento; à presença duma burguesia incipiente, que já conformava um público leitor nacional; e à divulgação do livro via jornal, sob a forma de folhetim – de fácil acesso, aquisição economicamente viável e redação que explorava ao máximo a captação da atenção do público. A leitura em voz alta dessas obras aponta para o fato de a influência da imprensa jornalística na formação da consciência nacional decimonônica (Anderson 2008), num cenário de analfabetismo galopante como o brasileiro, poder ter sido viabilizada não pelo contato direto de cada leitor ou leitora com a publicação em si, sem ter por isso inexistido por completo. Num contexto como esse, as preferências formais, em termos linguísticos, foram guiadas tanto pelo desejo de conformar um público leitor, quanto pelo papel nacionalmente fundante que a elas se podia atribuir.

José de Alencar, polemista como poucos, embrenhou-se em diversas controvérsias⁴⁸ ao longo da vida, dentre as quais as que tocam de modo mais direto a questão linguística brasileira são as que manteve, respectivamente, com o escritor e crítico português Manuel Pinheiro Chagas, pouco depois da primeira edição de *Iracema*, com Antônio Henriques Leal, cujas primeiras críticas já respondera Alencar no pós-escrito do mesmo volume, e com José Castilho e Franklin Távora, autores da revista *Questões do Dia*.

⁴⁸ Uma tabela com a sistematização de 11 debates alencarianos está disponível em Leite (2006a:68-9).

A relevância – e canonização – dos debates originais produzirá e será produzida pela sua retomada posterior, fundamentalmente por parte de Melo (1972) e quem elaborou dizeres sobre o português do Brasil dentre o coletivo de vozes que mais tarde viria discutir a rede tecida pelos discursos dos dois debatedores iniciais⁴⁹.

A argumentação de Melo (1972) incidirá sobre o recurso ao arcabouço do discurso científico estruturalista para, anacronicamente aplicado – no sentido da constatação, reconhecida por ele próprio, da sua não aplicação passada – interpretar as concepções de Alencar sobre o português do Brasil. A fim de se afastar do senso comum e dos juízos de valor que pode carregar consigo, Melo (1972) organiza em duas seções – olhando, sucessivamente, para o dito e o feito alencarianos – as reflexões que realiza sobre as posições de Alencar a respeito da questão linguística. Na primeira delas, analisa mostras de higiene verbal sobre o que seria a língua portuguesa falada no Brasil segundo o escritor. Já na segunda, descreve como esse dito se concretiza num fazer linguístico específico em *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*.

Na opinião de Melo, não teria Alencar defendido a existência duma língua brasileira, tipologicamente próxima da portuguesa, por não ter recorrido de fato a denominações dessa ordem, mas a outras que, difusas, retratam um vaivém de aproximações e afastamentos, na procura dum lugar sobre o qual construir não só uma língua literária, mas uma identidade nacional para o Brasil. Indica Melo (1972:23) sobre o *corpus* de contestações feitas por Alencar aos seus críticos: “nem uma vez falou em ‘língua brasileira’; sempre se refere à ‘língua portuguesa’. Fala, sim, em ‘dialeto brasileiro’, e em ‘abrasileiramento’ da língua portuguesa”.

A calma e pretensa neutralidade que Melo (1972) se atribui – em função do seu lugar de fala como cientista – lhe permitem desqualificar, como produtos do descontrole, aqueles momentos nos quais um tom mais duro de Alencar o afasta do discurso que Melo quer ouvir. Assim o expõe Melo (1972:37): “Como foi atacado e se pôs em campo para defender-se, não tem sua linguagem a serenidade do doutrinador, que de resto êle não era em matéria linguística: tem o calor do polemista,

⁴⁹ De fato, haverá discordâncias acerca da avaliação posterior das motivações das posições de Alencar sobre a questão linguística brasileira (Leite 2006a:71). A esse respeito, desponta o contraste entre Melo (1972), e a brasilidade que lhe atribui, e a abordagem individualista de Pinto (1988), para a qual o maior interesse de Alencar seria defender as suas próprias posições, sendo o “estilo brasileiro” apenas mais um argumento, romântico, em prol das suas opções estéticas. Por isso Alencar recorre, quando necessário, a obras clássicas, como João de Barros, para justificar as suas opções (Leite 2006a:70).

que aqui e ali atira fora do alvo ou fere com mais força do que devera”. Alternativamente, são descritos esses momentos como correspondentes ao biologismo e evolucionismo linguísticos, em voga à época, exemplificados em afirmações sobre a língua portuguesa como a “destinada a servir de raiz a uma das mais belas e mais opulentas entre as línguas que dominarão na América, antes de um século” (Alencar *apud* Melo 1972:39).

Trata-se duma empolgação, uma emoção ainda não domesticada, ligada à terra, que Elias apresentará como característica do progressivo controle civilizatório dos sentimentos, mais característico, contudo, de aspectos atinentes à relação com o mundo natural do que com o social. Como aponta Elias (1991:27):

A nossa relação com a natureza não humana está marcada por uma desmistificação e uma secularização muito avançadas do saber social sobre as conexões com a natureza. (...) Em contrapartida, a atitude dos homens em relação à sua vida em comum, em sociedades de diversos níveis, é ainda muito determinada por imagens de desejos e de medos, por ideais e contra-ideias, numa palavra, por representações mítico-mágicas. A orientação objetiva das representações é muito menor no domínio da sociedade do que no da natureza, sendo tanto maior a sua subjetividade e o peso do seu significado emocional para o respetivo sujeito do saber.

O dizer de Pagotto (1998) indica a percepção de que a interpretação das reações de Melo (1972) pode passar pela interface entre os campos científico e religioso. É o que se deduz das maneiras como Pagotto (1998) retrata as argumentações a que Melo (1972) recorre em abono da sua tese – consoante a qual Alencar não mereceria ser condenado ao inferno dos hereges nem pelas suas posições, nem pela sua atuação linguística concreta. Para Pagotto (1998:61-2) – valendo-se do campo religioso, bem mais presente nas palavras de Alencar do que nas do seu crítico⁵⁰ –, Melo (1972) tentaria “salvar das garras da tentação do inferno a própria pessoa de Alencar” e “mostraria o quanto o nosso escritor não estaria contaminado por ‘pensamentos impuros’”. “E por que tanta preocupação? Porque Alencar estava definitivamente com o diabo no corpo”.

“[Ga]rras da tentação do inferno”, “pensamentos impuros”, “com o diabo no corpo”, expressões com que Pagotto (1998:61-2) indica as suas suspeitas frente ao sereno discurso científico de que Melo (1972) faz gala, exercendo o papel da avaliação justa, não preconceituosa, “neutra”. Pretende-se naturalizar a lei, a norma,

⁵⁰ Como se verá adiante, Alencar (*apud* Melo 1972:37) afirma, sobre o português: “Parece que os cânones desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV”.

não enquanto imposição, mas a modo de decisão consciente, produto duma sensata racionalidade, plenamente científica e objetiva. No entanto, Melo “às vezes se trai”, afirma Pagotto (1998:64), como quando fala sobre a posição dos clíticos, numa reação que em pouco diverge do purismo que criticou em Pinheiro Chagas. Diz Melo (1972:140):

Não se trata, é claro, de liberdade absoluta e caótica. Não se trata de sinal verde para os ignorantes e solecistas profissionais, semi-analfabetos de pai e mãe: trata-se, isso sim, de liberdade *estilística*, consagrada por dois mestres do tope de Said Ali e Sousa da Silveira.

Tudo precisa ser ordenado, sair do caos, para preservar os efeitos de sentido que a própria ordenação conseguiu: a “consagração” de certas formas linguísticas. Se há identidade formal entre a escrita portuguesa e brasileira, ela existe porque foi implementada, não foi implementada porque a identidade já existisse previamente, como também a própria língua portuguesa é a Língua falada no Brasil porque assim foi decidido por Pombal, não foi por ele decidido que seria desse modo porque já somente se falasse essa língua no país. “Obviamente, após todo o trabalho de construção da norma culta no Brasil, é fácil provar a unidade linguística Brasil-Portugal. É que, tendo sido constituída, passa de efeito de discurso a fato” (Pagotto 1998:65). E nesse processo o papel da ciência linguística é fundamental.

Desse modo, as referências a fenômenos linguísticos brasileiros que Melo (1972) encontra em Alencar – ao não atingirem o nível do sistema saussureano – seriam apenas pegadas dum “estilo” que, mesmo não afetando só a fala, por ser coletivo, ficaria restrito, no máximo, à norma linguística. Diz Melo (1972:36), sobre Alencar: “Pressentiu um pouco confusamente que já se tinha estabelecido um *estilo nacional* brasileiro, a que era necessário dar consagração literária, mas, desaparelhado de noções lingüísticas seguras, justifica mal sua intuição”. Trata-se duma noção de estilo composto de traços nacionais que se articulariam nas falas de sujeitos da mesma nacionalidade; quer dizer, variação supraindividual, adscrita à nação. Como Coseriu (1980), Melo reescreve a dicotomia saussureana com o acréscimo da categoria que denomina “estilo”, aqui de âmbito nacional. Haveria, então, especificidade brasileira, mas ordenada dentro das taxonomias estruturalistas e harmonizada, nas suas diferenças, no bojo comum da língua portuguesa. Cita Melo (1972:39) o texto alencariano: “Se nós, os brasileiros, escrevêssemos livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores

emprestados; renegaríamos nossa Pátria e não só ela, como a nossa natureza, que é o berço dessa pátria”.

Quase um século e meio depois do enunciado inicial, ecos contemporâneos há do discurso alencariano, que virá a ser recuperado na atualidade – como se verá, por exemplo, nas conclusões a esta tese –, quando diz em 1874 (Melo 1972:37):

Uns certos profundíssimos filólogos negam-nos a nós brasileiros o direito a legislar sôbre a língua que falamos. Parece que os cânones dêsse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV. Êsses cânones só têm o direito de infringi-los quem nasce da outra banda, e goza da fortuna de escrever nas ribas históricas do Tejo e do Douro, ou nos amenos prados do Lima e do Mondego. Nós os brasileiros, apesar de orçarmos já por mais de dez milhões de habitantes, havemos de receber a senha de nossos irmãos, que não passam de um têrço daquele algarismo!

Em sentido semelhante se pronunciará Monteiro, professor brasileiro de tradução ouvido aqui em entrevista analisada na seção 4.3.2., quando diga:

O Brasil não foi, na minha opinião pessoal, não foi ousado o suficiente como para dizer: “Olha, o português do Brasil é este aqui e este ponto de vista do Brasil é língua oficial deste país”. Nós usamos uma norma que ainda é baseada no português europeu dos autores do século XVII no Brasil do século XXI.

Monteiro Lobato, abrindo alas para o modernismo

Mais um dos momentos de intensa efervescência no Brasil no tocante ao processo de se pensar o país e a sua identidade cultural, com notáveis projeções no pensamento sobre a norma linguística, foi o vivenciado por volta do ano de 1922, um século depois da sua Independência. Nesse ano, a Semana de Arte Moderna viria a coroar um percurso iniciado anos antes, no qual figuras⁵¹ como Gilberto Freyre ou

⁵¹ Nesse período, em concreto de 1902 até 1907, vivenciou-se também a famosa polêmica sobre a redação do Código Civil, entre o professor e filólogo Caneiro Ribeiro, revisor do texto, e o seu redator, o senador Rui Barbosa, um dos seus antigos alunos. Em defesa das modificações que realizara, Ribeiro escreveu *Ligeiras Observações*, às quais Barbosa respondeu na *Réplica*, que aquele, de novo, contestou na *Tréplica*. Nenhum deles se considerava purista (Leite 2006a:76), embora no fazer ambos o fossem (Leite 2006a:78). As autoridades sobre as quais constroem a defesa das suas opções linguísticas são obras antigas e modernas, na sua maior parte portuguesas (Leite 2006a:79-80). Concebiam as línguas como organismos vivos, numa perspectiva naturalista em linha com o darwinismo dominante à época (Leite 2006a:82), cuja evolução deveria ser preservada do ataque de tudo aquilo que, sendo-lhes estranho, pudesse deteriorá-las. Purismo seria, para eles, negar a evolução, necessária aos seres vivos (Leite 2006a:85). O paradoxo para ambos consistiria no seguinte: “A língua não podia ficar enclausurada no passado, mesmo que consagrado; mas a força do ‘bom uso’, este efetivado por autores de séculos anteriores, era o que materia a língua incólume, livre do perigo da corrupção, deterioração e morte” (Leite 2006a:85), esta sim o grande medo. O tema mais batido durante os debates entre Barbosa e Ribeiro é a questão dos clíticos. A essência do problema residiria em que: “a argumentação linguística em termos prescritivos não é sólida nem definitiva. Há sempre a sensação de se estar em

Monteiro Lobato terão uma importância fundamental, também no tocante a reflexões de ordem linguística como as que aqui são abordadas. “O advento do Modernismo não se dá de uma semana para outra”, conforme lembra Becker (2006:11). Do caldo de cultivo pré-modernista, correspondente às duas primeiras décadas do século XX, participaram desde o parnasianismo, passando por resquícios românticos e realistas, até escritores preocupados com voltar o seu olhar problematizador para o Brasil e desenvolver o que seria um novo regionalismo. Tratava-se de mostrar ao público leitor uma realidade que literariamente lhe era desconhecida: a dum país caracterizado por desigualdades sociais severas.

O modernismo de 1922 está vinculado com o *Manifesto regionalista* de Gilberto Freyre não apenas pela coincidência cronológica (pois este foi divulgado em 1926, pouco antes, portanto, do *Manifesto antropófago*, de Oswald de Andrade, de 1928), mas pelo fato de ambos abordarem o debate intelectual relativo à composição duma cultura “genuinamente brasileira”, numa busca da sua “identidade nacional” articulada a partir de interpretações divergentes do que sejam a “autenticidade” e a “inautenticidade” em relação ao país (Santos 2011). Para o *Manifesto regionalista*, o representante da autêntica brasilidade encontra-se no passado rural do Nordeste, numa sociedade colonial organizada por volta do engenho da cana de açúcar que se opõe ao futuro das cidades e metrópoles, encarnado especialmente em São Paulo, onde, vinculada ao passado antropofágico pré-cabralino, os manifestos modernistas fazem residir a autenticidade nacional brasileira.

Do ponto de vista linguístico, Freyre (2003:219), em *Casa grande e senzala*, destaca a importância da língua geral jesuítica – a qual, ainda inautêntica, “seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil” –, como também o papel da mestiçagem, posto que a cordialidade entre as raças – a “democracia racial” que permeia toda a obra freyreana – também se faz presente nas passagens em que o autor discorre sobre a língua nacional. Diz Freyre (2003:220), apontando para a dicotomia fala/escrita:

Quando mais tarde o idioma português – sempre o oficial – predominou sobre o tupi, tornado-se, ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reino;

terreno movediço quando o propósito é ‘legislar’ sobre a língua, pois a norma se faz do uso e esse é variável, principalmente se se trata de um uso, o literário, tomado como modelar, de cuja descrição se extraem as regras prescritivas” (Leite 2006a:89-90).

amolecera-se num português sem *rr* nem *ss*; infantilizara-se quase, em fala de menino, sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os *columnis*.

Ficou-nos, entretanto, dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto – dualidade que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros nas senzalas – um vício, em nosso idioma, que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos, vai sendo corrigido ou atenuado: o vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada.

Esse “vácuo enorme entre a escrita e a fala” é resolvido pelo olhar freyreano na valorização das diferenças internas que produzem uma língua rica, ou enriquecida pelas soluções brasileiras, submissas – “[m]odo bom, doce, de pedido” –, mas imprescindíveis à expressão nacional. É o que Freyre (2003:417-8) exemplifica tratando da questão da posição dos clíticos:

Um exemplo, e dos mais expressivos, que nos ocorre, é o caso dos pronomes. Temos no Brasil dois modos de colocar pronomes, enquanto o português só admite um – o “modo duro e imperativo”: *diga-me, faça-me, espere-me*. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: *me diga, me faça, me espere*. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois. Ora, esses dois modos antagônicos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimônia, por um lado, e de intimidade ou de súplica, por outro, parecem-nos bem típicos das relações psicológicas que se desenvolveram através da nossa formação patriarcal entre os senhores e os escravos; entre as *sinhás-moças* e as *mucamas*; entre os brancos e os pretos. “Faça-se” é o senhor falando; o pai; o patriarca; “me dê” é o escravo, o filho, a *mucama*. Parece-nos justo atribuir aos escravos, aliados aos meninos das casas-grandes, o modo brasileiro de colocar pronomes. Foi a maneira filial e meio dengosa que eles acharam de se dirigir ao *pater familias*. Por outro lado o modo português adquiriu na boca de senhores certo ranço de ênfase hoje antipático: “faça-me isto”; “dê-me aquilo”.

O recorte dum momento pré-modernista acima referido é produto não tanto duma delimitação cronológica, como da necessidade de resolver impasses como os derivados da questão classificatória originada pela existência de autores que criam um caldo de cultivo para as discussões sobre a nacionalidade, como Gilberto Freyre e, mais ainda no atinente à língua, José Monteiro Lobato. O paulista é conhecido pelo caráter contraditório que marcou a sua figura pública. Trata-se do paradoxo estabelecido entre as inovações presentes na sua produção artística – moderna pela simplicidade e oralidade da língua adotada, como pelas suas posições de denúncia perante problemas nacionais brasileiros – e as críticas ferozes à obra de Anita Malfatti (em “Paranóia ou mistificação”, de 1917), uma das maiores representantes das artes plásticas modernistas no Brasil.

A publicação desse artigo implicou a exclusão de Lobato do movimento modernista, ainda ele tendo afirmado que “o verdadeiro ‘Marco Zero’ do Oswald de Andrade são os meus ‘Urupês’” (Lobato *apud* Andrade 1981:196). Anos mais tarde, em 1953, Oswald de Andrade voltaria sobre o assunto, reconhecendo que: “De fato *Urupês* é anterior ao ‘Pau Brasil’ e à obra de Gilberto Freyre. Mas voce, Lobato, foi o culpado de nao ter a sua merecida parte de leão nas transformações tumultuosas, mas definitivas, que vieram se desdobrando desde a Semana de Arte de 22” (Andrade 1981:196). Dificilmente teria se encaixado o paradoxo duma escrita renovadora com do apreço pelo academicismo nas artes plásticas que fazem de Lobato um escritor “moderno à custa de posições, muitas vezes, reacionárias” (Becker 2006:22).

Nem por isso deixou Lobato de reconhecer, com ressalvas, a importância do modernismo, por ter promovido uma reflexão profunda acerca daqueles que entende ser os dois empecilhos fundamentais para o sucesso da literatura brasileira entre o público do país: “escrever em português de Portugal o pensamento francês, o que faz fracassar os escritores brasileiros junto ao público leitor, que não os lê porque ‘nao lhes entende nem as ideias nem a lingua’” (Lobato *apud* Becker 2006:23).

Com efeito, é conhecido o comprometimento pessoal de Lobato com a criação dum público leitor no Brasil⁵². Para tanto, traçou um caminho, cheio de percalços financeiros, que implicou a edição da *Revista do Brasil* a partir de 1916 (que ele compraria dois anos mais tarde), a abertura de três editoras e, sobretudo, a organização duma estratégia comercial que incluía publicidade e uma rede de distribuição das suas publicações em comércios diversos, onde os livros eram deixados em consignação.

A partir de 1920, paralelamente à *Revista do Brasil*, começou a funcionar a primeira editora de Lobato – Monteiro Lobato e Companhia –, germe em 1924 da grande Companhia Gráfica-Editora Monteiro Lobato. A situação econômica, no entanto, forçou a sua liquidação em 1925, junto à da *Revista do Brasil*. Esse monumental projeto editorial retornou, então, aos modestos moldes iniciais com a Companhia Editora Nacional, que Lobato fundaria com o seu antigo sócio da Monteiro Lobato e Companhia, Octalles Marcondes, ainda no mesmo ano. Após o

⁵² À época, não haveria em todo o Brasil mais de 40 ou 50 livrarias, e até 1914 boa parte das publicações de autores e autoras brasileiras precisavam ser realizadas em Portugal por falta de casas editoras no país (Garcia 2012).

sucesso inicial, a crise complicou novamente a vida da editora, da qual Monteiro se afastaria em 1927, quando foi ocupar o cargo de adido comercial do Brasil nos Estados Unidos.

Também como tradutor foi notável a relevância da obra de Lobato. A reação contra traduções feitas em Portugal, com frequência através doutras línguas – principalmente do francês – levou Lobato a incentivar traduções feitas diretamente da língua do original para o português do Brasil, simples e fluentes, com permissão total a ele, enquanto tradutor, e a profissionais dessa prática, para a adoção de procedimentos domesticadores (Venuti 1995), visando à facilitação da leitura, com a eliminação de quaisquer elementos que pudessem obstruir o entendimento do público leitor.

Além de pela sua prática tradutória, editorial e literária, dentre a produção pública de Lobato duas obras destacam especificamente pela abordagem da problemática linguística brasileira. Em 1924, publicou, numa coletânea de contos intitulada *Negrinha*, a história de “O colocador de pronomes”, num tom satírico que é a marca inconfundível do texto, cujo caráter inovador deve ser avaliado considerando que, se em 1916 tinha sido editado o *Curso de lingüística geral*, as reflexões de Saussure ainda demorariam décadas a chegar ao Brasil e serem aplicadas ao português, de mãos de Mattoso Câmara, nos anos 1940.

Em “O colocador de pronomes”, o gesto inicial do narrador passa a falsa impressão de que a obra constitui um panegírico ao protagonista, o filólogo Aldrovando Cantagalo, cuja vida teria sido de todo insossa, não fosse pelo seu amor incondicional pela gramática. Entretanto, logo se esvai essa primeira impressão da *laudatio* em prol dum possível processo de beatificação de Aldrovando, que implica a realização de inúmeras comparações entre os campos da ciência (a Filologia, no caso) e da religião. “[O] filólogo flerta com o santo”, aponta Martins (2010:14), pois o protagonista é um “mártir” da gramática. Aldrovando, embora ávido leitor de literatura portuguesa, devota a sua atenção não ao texto, mas apenas à gramática, ao considerar as obras do cânone lusitano exemplos dum código linguístico perfeito, qual revelação divina. Literalmente, Lobato afirma que, para o protagonista do conto: “A língua lusa era-lhe um tabú sagrado que atingira a perfeição com Frei Luís de Sousa, e daí para cá, salvo lucilações esporádicas, vinha chafurdando no ingranzéu barbaresco” (Lobato 2008:117).

Mas um erro tipográfico inesperado – mácula infernal na sua alma, impressa nas milhares de cópias editadas do primeiro tomo da sua obra prima, um tratado sobre a colocação dos pronomes – deixa Aldrovando em pecado e a público, perante os seus leitores e leitoras, pelo qual tem uma morte fulminante. Lobato relata desta forma o instante da fatal descoberta, prévia à morte do protagonista: “Aldrovando abancou-se à velha mesinha de trabalho e deu começo à tarefa de lançar dedicatórias num certo número de exemplares destinados à crítica. Abriu o primeiro, e estava já a escrever o nome de Rui Barbosa quando seus olhos deram com a horrenda cinca: ‘*daquele QUE SABE-ME as dores*’” (Lobato 2008:125).

A insistência de Lobato na comparação entre norma linguística e religiosa é uma constante nesse conto, indicativa não apenas de que a doutrina daquela se apoia na tradição, no argumento de autoridade, quanto de que essa é a única verdade revelada a respeito da língua, intocável enquanto tal e que precisa ser separada das potenciais impurezas pelos “pais da igreja”, como Frei Luís de Sousa. A revelação é identificada por Aldrovando com o português de Portugal e sublimada na questão da colocação pronominal, sendo tida qualquer alternativa como heresia. Cabe ainda legitimar a verdade absoluta das soluções dessa variedade correlacionando o certo com o belo, pelo qual resta somente a feiura para descrever o incorreto: “Impera o desprimor, e o mau gosto vige como suprema regra” (Lobato 2008:117).

Junto a “O colocador de pronomes”, a obra *Emília no País da Gramática*, escrita em 1934, é a mais representativa do pensamento de Lobato acerca da língua portuguesa. O volume apresenta, ao longo de vinte e sete capítulos, as aventuras vividas por Emília e outras personagens quando visitam o País da Gramática. Desses capítulos aqui interessa especialmente o XV, “Uma nova interjeição”, e o XVIII, “Gente de fora”, que abordam a variação do português, sobretudo no tocante à dimensão diatópica. No primeiro caso, diz Lobato (1978:35):

- Tomemos a palavra latina *Speculum* – continuou a velha. – Essa palavra emigrou para Portugal com os soldados romanos, e foi sendo gradativamente *errada* até ficar com a forma que tem hoje – *Espelho*.
- E os ignorantes de hoje continuam a mexer nela – observou Narizinho. – A gente da roça diz *Espeio*.

De fato, a variação das consoantes líquidas constitui um dos fenômenos característicos do dialeto caipira, segundo Bortoni-Ricardo (2011:75-8), em especial a vocalização da lateral palatal, traço descontínuo – isto é, com um grau elevado de

estigmatização – sobre o qual se voltará a falar na seção 4.5.1 deste trabalho, quando uma estudante de Tradução, nos últimos momentos da sua formação acadêmica em nível de graduação, recorra a ele como modalizador humorístico do seu discurso. Interessa a sobreposição da adscrição dialetológica da variante, já que, efetivamente, responde por uma distribuição geoletal (“A gente da roça”) – o interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás –, como também diastrática (“os ignorantes”), enquanto traço descontínuo.

Já no segundo capítulo mencionado – o XVIII, “Gente de fora” –, após passar pela variação diacrônica, em especial no que tange ao léxico, Lobato (1978:42) aborda o nível fonético para ilustrar algumas variantes que marcam diferenças entre soluções brasileiras e europeias (a cidade nova e a cidade velha, para o escritor), como a palatalização de /εj/ > /aj/ (em “peito”) ou de /ε/ > /α/ (em “tenho”), o betacismo ou a queda de vogais átonas em Portugal.

- Sim, o povo de lá troca muito o V pelo B e vice-versa.
 - Nesse caso, aqui nesta cidade se fala mais direito do que na cidade velha – concluiu Narizinho.
 - Por quê? Ambas têm o direito de falar como quiserem, e portanto ambas estão certas. O que sucede é que uma língua, sempre que muda de terra, começa a variar muito mais depressa do que se não tivesse mudado. Os costumes são outros, a natureza é outra – as necessidades de expressão tornam-se outras. Tudo junto força a língua que emigra a adaptar-se à sua nova pátria.
- A língua desta cidade está ficando um dialeto da língua velha. Com o correr dos séculos é bem capaz de ficar tão diferente da língua velha como esta ficou diferente do latim. Vocês vão ver.

O apelo à historicidade convive com a atribuição ao meio desse movimento divergente, de forma determinista (“a natureza é outra”, diz Lobato), que retoma o olhar freyreano, visto que “mostra a fusão do mundo à língua” (Nunes 1993:54). O predomínio do físico sobre o antropológico será invertido pelo modernismo e o redirecionamento que opera do lugar de fala. Se Freyre partia da mistura de raças e “do discurso sobre a paisagem”, que já desde Caminha observara o Brasil como espaço povoado de “singularidades e curiosidades, para chegar aos valores regionais e nacionais”, o modernismo “trabalha a posição do índio para desenvolver a noção de antropofagia” (Nunes 1993:48). Muda-se, então, o lugar de fala, rumo a uma voz, a de indígenas praticantes da antropofagia, que se quer liberta das amarras coloniais num país anterior à chegada dos europeus – no masculino, pois eram homens –, rumo à construção duma identidade linguística e nacional pela apropriação da alteridade

discursiva. O Outro será, assim, devorado, com o qual inimigos e inimigas respeitadas passarão a fazer parte do Nós. Com o modernismo, a procura por uma identidade estanque, determinada, é ultrapassada por uma vontade de construção autocentrada; “desaparece o autêntico a ser preservado, fixado, a força está na capacidade de deglutir o outro por seus próprios termos” (Morel 2013:106).

O modernismo e a procura por uma língua literária nacional

O modernismo brasileiro resulta da concepção dum conjunto heterogêneo de estratégias encontradas por intelectuais e artistas da primeira metade do século XX, em reação ao choque produzido pelos avanços científicos e da saturação das técnicas estéticas vigentes na época, que não conseguiam mais apreender a realidade do mundo contemporâneo. No Brasil, essa estagnação nas artes foi a base de divergências estéticas e teóricas, em especial entre o parnasianismo e o modernismo, mas as suas pegadas se encontram também na polêmica entre Lobato e Anita Malfatti, assim como entre Oswald de Andrade e Lobato, de que se falou acima.

Do ponto de vista linguístico, como Lobato já indicara, nos finais do século XIX vigorava na literatura – como nos bancos escolares – a exacerbação duma norma padrão pautada no purismo. No momento em que a perspectiva antagônica entra em cena pela valorização oralidade e da coloquialidade, há uma transformação tanto do modelo de língua quanto de público leitor, que deixam o campo do ideal para entrar no do real. Já o século XX será marcado por um movimento pendular de fluxo e refluxo, avanços e retrocessos no tocante à língua literária, entre os polos conservador, da ortodoxia purista, e o vanguardista, da heterodoxia partidária da inserção no texto da oralidade. Excluídas as duas primeiras décadas, Pinto (1988:10) propõe a distinção de três grandes momentos da língua literária no Brasil durante o século XX:

1. O primeiro momento (1920-45) corresponde ao início da caracterização daquilo que viria a ser a língua literária representativa do século, (...) de adesão à ruptura, relativamente aos padrões tradicionais da língua literária luso-brasileira
2. De 1945 a 1960, aproximadamente, ocorre um certo refluxo em relação ao pólo da ortodoxia, sem que isso, no entanto, implique volta ao antigo purismo. (...)
3. A partir de 1960, aproximadamente, abre-se uma terceira etapa, que, até certo ponto, se prende aos ideais do primeiro momento, dada a supervalorização da oralidade.

No entanto, para Pinto (1988:16) a atenção pela oralidade implica a operação de recortes que distinguem a escrita literária da não literária (onde “o culto” “se firmou”) e que, mesmo dentro daquela, requerem

selecionar um dos registros principais – o culto, o corrente, o popular. (...) O popular, que se opõe mais incisivamente ao literário e é sentido como “mais vivo”, “mais autêntico”, penetra eventualmente a literatura, em momentos de preocupação social mais aguçada, como nos dias atuais ou nos anos 30-40. O corrente, menos agressivo, sentido como “natural”, começa a ganhar a literatura desde os anos 20, concorrendo com o culto, que se firmou na variante escrita não-literária.

Nessa terceira fase, mesmo retomando de certa forma a primeira no tocante à ênfase na oralidade, a necessidade de “forjar uma expressão” (Pinto 1988:10) – pelo desconhecimento dialetológico de que Andrade dá testemunho – é superada graças aos avanços da Sociolinguística, cujas pesquisas começaram a tentar fornecer subsídios e informações contrastadas sobre a variação linguística, uma das fontes da literariedade a partir desse período, como também reflexões que se encontram as suas raízes do redirecionamento da filosofia de ensino do português, sobretudo nos níveis secundário e superior.

Leite (2006a:53), por sua vez, propõe uma releitura das fases em que Pinto (1988) organizara a representação da língua literária no Brasil do século passado, delimitando quatro momentos:

1º *A exacerbação purista lusitane*: (1900-1920)

a. Polêmica linguística entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro.

2º *A implantação da norma linguística brasileira*: fluxo e refluxo (1920-1930):

a. Monteiro Lobato e o conflito de posições: lusismo e antilusismo;

b. Mario de Andrade e a tentativa de instituir uma norma genuinamente brasileira.

3º *A busca de equilíbrio*: fixação da norma brasileira – a crônica (1930- 1960).

4º *A aproximação fala/escrita*: (1960 em diante) Alguns preceitos da sociolinguística e sua repercussão no uso da língua.

O modernismo articula as suas soluções para a língua literária em boa medida sobre a crença no papel essencial dos “erros”, no início para ultrapassar a literatura passadista, e posteriormente para a criação duma nacionalidade brasileira original. Nesse sentido, Oswald de Andrade no “Manifesto da poesia pau-brasil” (1924:s/p) propugnava uma “língua sem arcaísmos. Sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros”. Trata-se duma reação a um modelo de ensino prescritivo, organizado sobre uma concepção modelar da língua, que não admite a necessária elasticidade tanto para a expressão da subjetividade e o exercício

da identidade, quanto para a expressão da literariedade. Para Lara (1980:159), “sua aprendizagem escolar da língua sem dúvida foi tirânica. Escrever de uma forma menos artificial foi para todos eles resultado de esforço consciente, luta pelo descondicionamento da formação”.

Na mesma linha de Oswald, Mário de Andrade fez da sua obra a manifestação dum esforço por escrever numa língua inspirada pela fala corrente e os modismos populares, desde que legitimados pelo uso brasileiro. De fato, a reflexão proposta pelo movimento sobre o ingresso do país na modernidade, enquanto ordem universal inexorável, e as suas implicações culturais na produção de novas representações da nacionalidade tiveram em Mário de Andrade o seu maior expoente, como depositário do dito e do feito da ortodoxia modernista.

No seu caso, o intuito de falar brasileiro por escrito começou nos poemas de *Pauliceia desvairada*, em 1922, para assumir uma expressão mais radical nos anos seguintes, até se convencer de que bastava para isso “esquecer Portugal”. Se no “Prefácio interessantíssimo” à *Paulicélia desvairada* (Andrade 1987:73) aponta, com uma ênclise, que “Pronomes? Escrevo brasileiro. Si uso ortografia portuguesa é porque, não alterando o resultado, dá-me uma ortografia”, em 1929 escreve a Manuel Bandeira dizendo: “Não reaja não. Reagir enfraquece. Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim. É o que fiz” (Bornemann e Cox 2013:314).

Mário de Andrade tentou, ainda, desdobrar o projeto literário de estilização do vernáculo brasileiro na realização de estudos linguísticos, de cuja sistematização deveria ter vindo à luz a *Gramatiquinha da fala brasileira*, projeto do qual o autor acabou desistindo no final da década de 1920. Pretendia não falar em regras nem em normas, só em constâncias acima dos geoletos e socioletos. Não cabe, então, a afirmação de Marques (2012:34), conforme o qual: “As intenções são ousadas e, como se vê, também contraditórias: como seria possível submeter a regras o que se define justamente pela inconstância e falta de correção?”. Tratava-se, a bem da verdade, de fugir da prescrição rumo à descrição, porém carecendo do instrumental dialetológico para a tarefa, numa dicotomia entre língua e fala

que antecipa, em décadas, a distinção sistema/norma proposta por Coseriu (1979). Quando se referia à fala brasileira, Mário estava pensando em uma norma brasileira, diferente da lusitana. A fala, para ele, apresenta, portanto, uma dimensão

coletiva e não individual como faz supor a dicotomia saussureana *langue/parole* (Bornemann e Cox 2013:294).

Aliás, a abordagem mais teria sido apropriada a uma estilística do que a uma gramática, pelo seu foco estético, com o qual “se configuraria como uma obra pioneira no Brasil” (Guimarães 1994:158).

A distância entre a língua escrita e a falada é ressaltada com ironia no nono capítulo de *Macunaíma*, a “Carta pras Icamiabas”, marcada por uma notória intertextualidade com a carta de Pero Vaz de Caminha, como se viu a ata fundacional do Brasil: “Mas cair-nos-íam as faces, si ocultáramos no silêncio, uma curiosidade original desse povo. Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra” (Andrade 1988:84). O tom grandiloquente do anti-herói precisa ser contrabalançado com as posições que Mário de Andrade explicita nas suas relações epistolares, em que esclarece: “Ninguém escreve como fala e eu sou como todos. Porém sucede que a maioria pra escrever veste fraque, alguns casacas e o resto o paletó de domingo, ao passo que eu me dispo até do paletó semanal” (Andrade *apud* Marques 2012:35). A metáfora da nudez, do encontro com o Brasil pelo “erro”, desfaria o equívoco inaugural que vestira comunidades indígenas brasileiras não somente com roupas, mas com todo o peso da gramática, da moral e da religião. Para descolonizar o Brasil teria que ser refeito o encontro fundacional, invertendo o sentido da colonização pela devorada do Outro. Deste modo o expressa Oswald de Andrade (1971:177):

Erro de Português

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.

Em carta a Manuel Bandeira, de 1924, Andrade, mostrando convicção e embasamento para o que defendia, revela, além da essência do projeto – “escrever brasileiro” –, o papel dos “erros” nele e uma formulação entre o sociolinguístico e o psicanalítico, na qual se denuncia a força do condicionamento em relação à atividade

linguística: “Tudo está em se observar o que é psicologicamente aceitável e o que não é”. Diz Andrade (*apud* Sampaio 2004:127):

Sobre isso, Manuel estou disposto a me sacrificar. É preciso dar coragem a essa gentinha que ainda não tem coragem de escrever brasileiro. Dante não surgiu sozinho. Antes dele uma porção de poetas menores começaram a escrever em língua vulgar e prepararam Dante. Não são regionalistas grifando os erros ditos pelos seus personagens que prepararão Dante, mas os que escrevem por si mesmos na língua vulgar, lembrando erros passíveis de serem legitimados. Tudo está em se observar o que é psicologicamente aceitável e o que não é. O pronome complemento pode iniciar o discurso. Eu o emprego. *Ir na cidade*, é regência perfeita. Em italiano já se diz *andare in città*. Em francês *aller en ville*. Os portugueses dizem *ir à cidade*. Os brasileiros: *na cidade*. Eu sou brasileiro. Não tenho a mínima pretensão de *ficar*. O que eu quero é viver o meu destino, é ser badalo do momento. Minha obra toda badala assim: Brasileiros, chegou a hora de realizar o Brasil.

O modernismo não pretendia “ficar”, mas experimentar. “Um dos resultados mais evidentes é a heterogeneidade da produção modernista – de um autor para outro ou no conjunto da produção de um só autor”, aponta Lara (1980:156). No entanto, não é incomum a responsabilização por esse caráter transitório de certas soluções linguísticas à inconsistência entre o dizer e o fazer, ou, melhor, a “mais rebeldia nos gestos que nas obras” (Barbadinho *apud* Bechara 2010:79). Interessa aqui, contudo, traçar um percurso dos fenômenos mais marcantes da língua literária modernista, seguindo Bechara (2010), que para tanto acompanha em boa parte um dos estudos mais conhecidos sobre a língua literária modernista, de Raimundo Barbadinho.

A fim de pôr de relevo a distância entre o dito e feito modernistas, Bechara (2010:79) começa pelo assunto que considera mais batido nessa seara: “o da colocação do pronome átono a começar período”. Em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, só aparece um único caso de próclise absoluta, contra 16 de ênclise. Quem sim recorria à próclise absoluta com frequência era Mário de Andrade, inclusive com “o” e “a”, pelo qual foi criticado por Manuel Bandeira (*apud* Bechara 2010:80),

por não se basearem estes casos em fatos da língua falada, popular ou culta: o povo não diz *O vi*, diz (e muita gente boa também) *Vi ele*, forma que Mário só admitiu quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte (*Vi ele fazer*): ninguém, nem povo nem pessoa culta, diz *Se diria*. Discuti muito esses dois pontos com o meu amigo, sem que nenhum de nós lograsse convencer o outro”.

Outro dos aspectos que se destacam no relativo à língua modernista remete para “o emprego de *ele* em lugar do tradicional *o* como complemento dos verbos

transitivos diretos” (Bechara 2010:81), mencionado acima por Manuel Bandeira. Interessa frisar a inconseqüência, claro que anacronicamente atribuída, da posição de Mário de Andrade, em relação ao recurso a formas tônicas apenas “quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte (*Vi ele fazer*)”, sendo que esse uso é comum no vernáculo brasileiro em função de objeto direto.

As pesquisas de Barbadinho e Lessa mostram que, apesar de corrente, está longe de ser absoluto esse uso e até se dá o fato seguinte: à medida que se sucederam as obras de modernistas e se sucedem as dos contemporâneos, esse uso vai diminuindo a olhos vistos (Bechara 2010:81).

Já no tocante à primeira pessoa gramatical, Barbadinho (*apud* Bechara 2010:82) mostra que, dentre as formas *deixe eu ver* e *deixe-me ver*, os modernistas “sem sombra de dúvida, se decidiram em benefício da última das duas”. Analisadas as ocorrências do fenômeno na língua literária contemporânea, Bechara (2010:83) afirma ser “mais um uso moderno que não ganhou foros de cidade para ser agasalhado pela gramática normativa”.

Mais um elemento apontado como divisor de águas dos usos modernistas remete para “o emprego de *lhe* por *o* junto a verbos transitivos diretos, como ocorre nas construções ‘Eu *lhe* vejo’, ‘Nós *lhe* estimamos’, ‘José *lhe* convidou para a festa’ e similares” (Bechara 2010:83). Há no português do Brasil, sobretudo no Nordeste (nos estados de Alagoas e Pernambuco), casos de *lheísmo* na terceira pessoa do singular (“*lhe/lhes*”, no lugar de “*o/a/os/as*”), documentados já no português medieval e clássico (Almeida 2011) e relacionados com o traço [+humano]. Esse uso está presente em autores da época, mas não de forma exclusiva, como mostram as suas ocorrências no romance regionalista *O Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, onde “dos noventa pronomes complementos, vinte só atestam o emprego de *lhe* nesta construção, contra setenta em consonância com o uso padrão” (Bechara 2010:86).

Já no relativo ao emprego da preposição “em” indicando direção, Bechara (2010:87) indica não se tratar duma preferência geral no momento. Em Mário de Andrade, a presença cai ao longo do tempo, desde o uso absoluto em obras da década de 1930 ao equilíbrio entre ambas em publicações dos anos 1930 e 1940 (Bechara 2010:88).

Finalmente, Bechara (2010) aborda o emprego do verbo *ter* pelo *haver*, com significado existencial. “Sob a responsabilidade do narrador ocorrem entre os

modernistas numerosos exemplos de *ter* e *haver*. O fato é tão corriqueiro, que dispensa documentação”, afirma Bechara (2010:90). Há uma presença variável do fenômeno em autores e autoras modernistas, mas com frequente uso majoritário de *haver* (Bechara 2010:90-1). Apenas Mário de Andrade privilegia claramente *ter* no lugar de *haver*, num fazer que destoia, curiosamente, do seu dizer ao respeito. Assim, “nas anotações à *Gramática Secundária*, de Said Ali, que pretendia usar de modelo para a sua *Gramatiquinha da fala brasileira*, põe lado a lado os dois verbos com valor existencial: ‘O verbo *haver* usado com o sentido de *existir* é impessoal’, (...) ‘Os verbos *ter* e *haver* usados com sentido de *existir* são impessoais’” (Bechara 2010:91).

Mas, independentemente das inconsistências, há no modernismo, e fundamentalmente em Mário de Andrade, relacionada com o feito, e com o feito linguístico concreto, uma vontade de saber que o levou, inclusive, a realizar duas viagens etnográficas pelas regiões Norte e Nordeste do Brasil na década de 1920, mais precisamente em 1927 e depois, entre os anos de 1928 e 1929. As suas viagens são produto não duma curiosidade inata⁵³, mas da necessidade de arrecadar subsídios para encontrar um caminho para a língua literária em mais um momento de efervescência nos questionamentos sobre o português do Brasil, que, conforme Pagotto (1998) pronto seriam acalmados pelo discurso científico (como acontecerá com Melo 1972, no seu estudo sobre Alencar, publicado inicialmente em 1948). Pesquisas linguísticas viriam, então, para resolver as contradições, colocando a variação na fala e ela no seu lugar, diferente do da língua: o do caos, onde tudo é válido. Imperaria, a partir de então, uma condescendência para com a oralidade frente ao rigor normativo para com a escrita, sobre a qual se sustentou o discurso da norma culta brasileira (Pagotto 1998).

1.2.2. Estudos linguísticos e a norma linguística no Brasil

Línguas, dialetos e variedades constituem unidades, recortes, taxonomias operadas conforme critérios variados e, nesse sentido, o próprio título deste trabalho traz implícita a necessidade duma pontualização inicial: em que consiste esse português do Brasil a que ele se refere? A perspectiva que aqui se adota implica, por

⁵³ Andrade (1976:51) escreve, em 07/05/1927, num texto que virá a ser editado em *O Turista Aprendiz*: “Não fui feito para viajar, bolas! Estou sorrindo, mas por dentro de mim vai um arrependimento assombroso, cor de incesto. Entro na cabina, agora é tarde, já parti, nem posso me arrepender. Um vazio compacto dentro de mim. Sento em mim”.

um lado, afirmar que dita variedade linguística apresenta fenômenos gramaticais, lexicais e pragmáticos específicos e internamente diversos, mas também diferentes dos usados noutras variedades do português. No mesmo sentido, implica dizer que a comunidade que usa essa variedade está inserida num percurso discursivo marcado por uma relação tensa com o português Outro, com o qual o português do Brasil está relacionado desde a sua origem, como com as comunidades de línguas Outras, indígenas e africanas, que também exerceram um papel essencial no seu surgimento. Mas, por outro lado, implica ainda declarar que nem divergências formais nem distâncias discursivas, pois sempre presentes em qualquer *continuum* linguístico, independentemente do recorte assumido, obrigam, nem nunca obrigaram, a optar pela perspectiva do isolamento.

Defender os direitos linguísticos das comunidades requer um posicionamento em relação às contradições que se verificam nos níveis externo e interno, as quais podem se entrelaçar de formas diversas. Sendo que o real linguístico observado não pode fugir nem à heterogeneidade, necessária à realização da identidade, nem à unidade, imprescindível para a comunicação, as posições ideológicas precisam ser ponderadas na hora de delimitar o que sejam as línguas e os caminhos que se traçam nessa construção. Afinal, a função identitária da diversidade nas práticas linguísticas constitui um mecanismo complexo, no qual o eu requer tanto dum Nós, com o qual se constrói, quanto dum Outro, diferente do Nós.

No caso brasileiro, como bem lembra Mattos e Silva (1988:27), a gestão do Nós linguístico nacional passa desde o século XIX por um processo intenso de negociação, e de conflito, agudizado desde finais do século XX:

Problema dos portugueses cultos no século XVI, muitos brasileiros, neste fim do século XX se debatem, e até mesmo se degladiam em torno do que seja a norma culta, a norma de prestígio, que deve conduzir o português brasileiro, enquanto «língua de cultura», língua oficial, base da cultura letrada, modelo para o ensino.

E para a tradução também. Nessa busca duma solução brasileira para a *questione della lingua*, certamente “[é] necessário que decorra o lapso temporal necessário para que se sedimentem no Brasil novas modalidades da Língua Portuguesa, (...) e que nalguma(s) delas os brasileiros reconheçam exemplaridade normativa” (Maia 2010:46-7). Para tanto, os conflitos internos precisam aflorar, a fim de se acharem maneiras de encaminhar as contradições existentes, começando pelo

reconhecimento de que elas existem tanto internamente quanto entre as normas do português.

1.2.2.1. O discurso da ciência nos estudos dialetológicos do português do Brasil

O processo de construção dum saber sobre o português do Brasil a partir de meados do século XX implica o conhecimento das suas características, o qual passa tanto por estudos da história da língua e das ideias linguísticas, quanto por pesquisas sociolinguísticas e geolinguísticas, ambas dialetológicas segundo Cardoso (2010:26): “A dialetologia tem, assim, duas diretrizes, dois caminhos, no exame do fenômeno linguístico, que se identificam nos estudos dialetais: a perspectiva diatópica e o enfoque sociolinguístico”.

Nascida sob o signo da monodimensionalidade, a dialetologia priorizou num primeiro momento o estudo da “fala de áreas rurais de pequeno porte e tomando como informantes para a recolha de dados dialetais, preferencialmente, homens de vida sedentária, idosos, analfabetos e nascidos e residentes na localidade” (Isquierdo e Romano 2012:891). Esses estudos, que viram a luz em 1876 na Alemanha, de mãos de Georg Wenker, e se consolidaram com Jules Gilliéron e a publicação do Atlas Linguístico da França (1902-1910), foram enveredando rumo a uma nova orientação para o estudo da variação, no intuito de elucidar a relação entre língua e meio social no contexto concreto dum espaço geográfico determinado.

Nos estudos dialetológicos, as perspectivas geoletal e sociolinguística vão sofrendo, então, uma progressiva imbricação. Na Geolinguística em concreto, ela se dá na medida em que essa disciplina abandona a sua vocação inicial – com foco no âmbito da variação geográfica, horizontal – para reconhecer a necessidade de levar em conta outros fatores que remetem para a variação vertical. Na nova Geolinguística, pluridimensional, que se consolida nos finais do século XX (Cardoso 2010:88), trata-se não só de pensar no que se diz aonde, mas em quem fala o que e aonde.

No Brasil, os projetos dialetológicos mais conhecidos, que se multiplicaram desde finais desse século, cada vez mais entrecruzam as abordagens geoletal e sociolinguística: por um lado, *corpora* como o projeto NURC forneceram subsídios para descrever algum recorte vertical, socialmente determinado, dos usos linguísticos

brasileiros, mas a realização da coleta em diversas cidades permitiu uma abordagem geoletal dos dados obtidos; já os atlas linguísticos, em especial o ALiB, caminham numa direção que dedica uma atenção crescente a fatores antes negligenciados em maior ou menor medida (como a idade, o gênero e os perfis profissional e educativo do coletivo de informantes).

O percurso da Geolinguística brasileira se inicia, no entanto, ainda na fase polêmica da constituição da norma brasileira. O seu primeiro movimento, inclui, além da sua primeira descrição, aquela que Pinto (1978:XV) considera a menção inaugural a um “idioma brasileiro”, embora sem “compromisso ideológico ou conotação nacionalista”: as palavras de Domingos Borges de Barros, visconde de Pedra Branca, diplomata brasileiro, na introdução (Pinto 1978:5-7) ao *Atlas Ethnográfico do Globo* de Adrien Balbi, datado de 1826, mas só divulgado um século mais tarde. A abordagem do breve trabalho de Pena Branca é contrastiva em relação ao português de Portugal, focando diferenças no campo do léxico, quer seja em vocábulos brasileiros inexistentes além-mar (50), quer em formas que apresentam diferenças semânticas no Brasil (8). Diz ainda Pena Branca, mencionando a religião: “*Les langues montrent les mœurs et le caractère des peuples. Celle des portugais se ressent de leur caractère religieux et belliqueux*” (Pinto 1978:5).

Sendo esse o seu marco inicial, a primeira fase da Geolinguística brasileira abrange até 1920, data em que começa o seu segundo momento com a publicação por Amadeu Amaral de *O dialeto caipira*, “que nasceu da preocupação de Amaral com o processo de dialetação do português brasileiro, sobre o qual até aquela época pouco se sabia ou se tinha escrito”, conforme ele próprio afirma na introdução, referindo-se ao “dialeto brasileiro” (Cardoso 2010:134). Dois anos mais tarde, a sua pesquisa, centrada numa área do estado de São Paulo, seria seguida pela edição de *O linguajar carioca em 1922*, de Antenor Nascentes, interessado “em definir o que entende por falar brasileiro e em procurar situar o linguajar carioca no conjunto desses falares” (Cardoso 2010:135). Embora o seu foco seja local, uma das contribuições fundamentais de Nascentes reside na delimitação dos falares brasileiros, conforme Cardoso (2010:134), “primeira a ser proposta em base estritamente linguística” e “a única de que, até o presente, dispomos”. Ainda com a ausência de dados descritivos suficientes da variação linguística do português em todo o território brasileiro, na espera da publicação das informações do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, Cardoso

(2010) afirma que os seus dados coincidem com os traçados por Nascentes em 1922, pelo menos no tocante à realização das vogais médias pretônicas nas falas da Bahia, um dos parâmetros classificatórios adotados por Nascentes⁵⁴ à época.

Vem se juntar a estas duas monografias do início do século passado *A língua do nordeste*, de Mário Marroquim, aparecida em 1934. Como ponto de vista subjacente a todas elas está a preocupação em apresentar os novos rumos do português do Brasil, com foco nas variedades faladas “pelas camadas sociais ‘incultas e semicultas’ – comparativamente aos usos dos falantes cultos europeus. (...) [C]omparam-se níveis díspares de uso (culto e popular)” (Varejão 2009:125), estabelecendo um diálogo desse ponto de vista metodologicamente distorcido, já que nesse caso as diferenças linguísticas existiriam independentemente da variação geoletal.

Há, portanto, junto a contribuições de inquestionável valor, elementos discutíveis nestas primeiras propostas de descrição dialetológica dos usos linguísticos brasileiros, como também uma motivação eminentemente individual dos três pesquisadores que as realizaram, a qual, pelo menos do ponto de vista formal, se verá ultrapassada na fase seguinte, a terceira da Geolinguística brasileira, por meio do interesse do Estado brasileiro na questão. É o que põe de relevo a edição por Getúlio Vargas do Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952⁵⁵, que atribuiu no art. 3º, §3º à Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, recém criada à época, a função de elaborar o *Atlas linguístico do Brasil* como a “sua finalidade principal”. Nessa empresa se empenhariam Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha, os quais, embora reconhecendo a valia para o Brasil dum projeto de âmbito nacional, defenderam a realização prévia de atlas regionais por considerar a empresa impraticável naquele momento (Cardoso 2010:139-41). O primeiro passo dado nesse sentido foi a publicação do *Atlas prévio dos falares bahianos*, da autoria de Nelson Rossi, Dinah Isensee e Carlota Ferreira, em 1963 (Cardoso 2010:141). A partir desse ponto será produzido todo um conjunto⁵⁶ de trabalhos, de maior ou menor envergadura, que recobre grande parte do Brasil e que envereda rumo ao que

⁵⁴ O mapa elaborado por Nascentes pode ser encontrado na página do Projeto ALiB. Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/DivisaoDialetoal>. Acesso em 15/03/2015.

⁵⁵ O texto integral do decreto está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30643-20-marco-1952-339719-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15/03/2015.

⁵⁶ Para um balanço dos trabalhos produzidos, terminados ou em processo de realização até 2013, editados ou não, veja-se Romano (2013). Vale destacar a tendência na Geolinguística brasileira, a partir de 1996, para uma dupla abordagem: nacional, com o Projeto ALiB, junto com atlas de pequeno domínio.

constituirá o divisor de águas em termos da Geolinguística brasileira: a implantação efetiva do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

O quarto período dos estudos geolinguísticos no Brasil, que abrange desde 1996 até a presente data (Cardoso 2010:142), tem início com a implantação do Projeto ALiB, inaugurado por ocasião do Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, que se celebrou naquele ano no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Nesse momento se constituiu um Comitê Nacional de coordenação, presidido por Suzana Alice Cardoso, composto de autores e autoras dos atlas regionais até então publicados, mais um membro em representação dos atlas em andamento à época.

Do ponto de vista metodológico, o Projeto ALiB significou a incorporação à Geolinguística brasileira dos princípios implementados pela Sociolinguística a partir da década de 1960, junto ao progressivo abandono da visão monodimensional e a “ampliação do espectro de interesses a perscrutar, fazendo aflorar a perspectiva pluridimensional que focaliza, além da variação diatópica, e em nível de igualdade, a variação social, em especial a diagenérica, a diageracional, a diastrática, entre outras” (Cardoso e Mota 2013:129). Entretanto, apesar dos intensos avanços que implica, ainda restam espaços por abordar em profundidade, cada vez mais considerados relevantes no entendimento das práticas linguísticas em português do Brasil. Trata-se, por um lado, do conhecimento das formas que adquire a variação linguística em âmbitos mais reduzidos, cuja descrição é abordada em projetos destinados a cobrir áreas menores (Cardoso 2010:169), e, por outro, do estudo de atitudes linguísticas através da avaliação linguística explícita – isto é, avaliação metalinguística (Valle e Margotti 2012) ou higiene verbal (Cameron 1995).

De fato, considerando a extensão do Brasil (8.515.767 km²), o ALiB não poderia senão apresentar uma natureza complementar aos atlas regionais. Já no tocante à explicitação de atitudes linguísticas, ela faz parte marginalmente do escopo do ALiB, pois aparece abordada apenas nas seis questões metalinguísticas⁵⁷ que

⁵⁷ Os instrumentos de coleta de dados do projeto com maior envergadura incluem três tipos de questionário linguístico, direcionados aos aspectos fonético-fonológico (159 perguntas), semântico-lexical (202 perguntas) e morfossintático (49 perguntas). A eles se acrescentam quatro questões de pragmática, temas para discursos semidirigidos (relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal), um texto para leitura (a “Parábola dos sete vimes”) e as seis perguntas metalinguísticas mencionadas (Pastorelli, Martins e Isquierdo 2005).

compõem os instrumentos de coleta de dados. As perguntas são as seguintes (Valle e Margotti 2012:374):

1. Como chama a língua que você / o(a) senhor(a) fala?
2. Tem gente que fala diferente aqui em _____ (citar a cidade onde está)? Se houver, identificar os grupos “que falam diferente”.
3. Poderia dar um exemplo do modo como falam essas pessoas “que falam diferente”?
4. E, em outros lugares do Brasil, fala-se diferente daqui de _____ (citar a cidade onde está)?
5. Poderia dar um exemplo do modo como falam em outros lugares do Brasil?
6. No passado, falavam diferente aqui?

Os trabalhos inicialmente divulgados em relação às informações coletadas mediante essas seis perguntas se centraram na primeira questão, possivelmente pela facilidade em quantificar as respostas obtidas. Sobre ela, Aguilera (2008:109) aponta, após análise dos depoimentos de 200 informantes⁵⁸, residentes nas 25 capitais brasileiras estudadas, que “a grande maioria (92%) acredita falar o português ou língua portuguesa. Outras manifestações minoritárias (o falar brasileiro, o cuiabano, o nativo) eram corrigidas na reformulação da pergunta em favor da crença majoritária”. Explorando os resultados obtidos, Aguilera (2008:109-10) determina ainda que o grupo entre 50 e 65 anos, correspondente a metade da amostra, apresentou incerteza em maior grau do que os mais jovens (de 18 a 30 anos), em especial os 50% participantes desse grupo com menor nível de escolarização. As mulheres da amostra, metade do total, demonstraram menor oscilação do que os homens, independentemente do nível de escolaridade. E, finalmente, no que tange à sua origem, o coletivo natural das regiões Norte e Nordeste do Brasil mostrou uma tendência maior à incerteza sobre o nome da língua que fala.

Já sobre o conjunto das seis questões metalinguísticas do ALiB, Valle e Margotti (2013:387-8) ponderam que, com a exceção da primeira, o foco sobre o qual incidem diretamente remete para a avaliação da variação diatópica e diacrônica, não sobre a do próprio falar. Em determinadas ocasiões, informantes comentaram sobre ele espontaneamente, ou bem por incitação de quem os ou as estava entrevistando,

⁵⁸ Foram selecionados, para participar do ALiB, 1.100 informantes, naturais de 250 localidades pesquisadas, cuja mãe e pai também tivessem nascido na área, pertencentes equitativamente a duas faixas etárias (de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos) e contemplando em número equivalente os dois gêneros. Tinham que ter sido alfabetizadas ou alfabetizados e ter cursado, no máximo, a quarta série do ensino fundamental. Também precisavam contar com uma profissão definida, inserida no contexto da economia local e que não requeresse grande mobilidade. Para completar o total de 1.100 informantes, foram somados ao grupo anterior mais quatro participantes de nível universitário por cada capital de estado pesquisada, sendo mantidas as correlações de gênero e idade (Pastorelli, Martins e Isquardo 2005).

com o qual resulta possível, embora dificultoso, acompanhar certas atitudes, julgamentos e opiniões do coletivo participante sobre os seus usos linguísticos pela análise das respostas às perguntas metalinguísticas. No entanto, tudo parece indicar que aparentemente só serão obtidas informações limitadas desse campo através do Projeto ALiB, com o qual um campo essencial das pesquisas linguísticas permanecerá em boa medida em aberto, constituindo um campo à espera de futuras abordagens com vistas a atender um dos dois grandes objetivos do ALiB: junto com “descrever a realidade da lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa”,

oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos e das demais áreas de estudos lingüísticos), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o ensino fundamental e básico, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil (Pastorelli, Martins e Isquierdo, 2005).

Para tanto, a publicação do *Atlas Linguístico do Brasil* começou em 08/10/2014, no III Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística, promovido pela Universidade Estadual de Londrina, juntamente com a UFBA, UFMA e UFPA, quando foram lançados os seus dois primeiros volumes. O primeiro deles (com 210 páginas) reúne uma introdução acerca dos usos e estrutura do Atlas; já o segundo (com 368 páginas) traz 159 cartas linguísticas que contemplam os níveis fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático. Embora algumas pesquisas a partir dos dados do ALiB já tenham sido divulgadas, pouco ainda se tem feito, até pelo fato de somente se conhecerem até o presente momento os dados das capitais estudadas. Em termos de pesquisa aplicada, maior impacto não só do que o do ALiB, mas o dos diversos estudos geolinguísticos publicados até hoje, pode se considerar ter tido outra pesquisa, tanto pela sua datação como abordagem de nível nacional – mesmo que relativamente pontual no seu escopo. Trata-se do projeto NURC, destinado a elaborar um *corpus*⁵⁹ da fala urbana culta brasileira.

O projeto NURC teve a sua origem numa iniciativa de Juan Lope Blanch, professor e pesquisador ligado ao Colégio do México, que em 1964 apresentou no II Simpósio do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI) o seu “Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las

⁵⁹ Houve outros projetos coletivos, de escopo menor, que também elegeram a modalidade falada por seu objeto empírico, os quais têm servido como ponto de referência para diversas pesquisas sociolinguísticas, e não só. Um levantamento pode ser consultado em Castilho (2007:8).

Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica” (Silva 1996:84). O projeto de Blanch implicava uma virada da atenção das pesquisas dialetológicas em direção aos espaços urbanos, devedora das profundas alterações que vinham afetando as comunidades hispano-americanas à época pelo rápido processo de urbanização ao que estavam sendo submetidas, o qual dava lugar à existência de novas realidades linguísticas que importava documentar e descrever.

Estava compreendida entre as ideias originais de Blanch a intenção de que o Brasil se integrasse no projeto, fato que teve lugar em 1968, no IV Simpósio do PILEI no México, quando Nelson Rossi, professor da Universidade Federal da Bahia, apresentou o Projeto de Estudo da Fala Culta e sua Execução no Domínio da Língua Portuguesa, no qual constavam as adaptações que considerava pertinentes para o contexto brasileiro.

A diferença do projeto original, Rossi defendeu na ocasião que nem o estudo brasileiro deveria se limitar à capital da época, Brasília⁶⁰, nem sequer levá-la em consideração. Como a nova capital, inaugurada em 1960, não fornecia parâmetros sociolinguísticos representativos de nenhuma região específica, pois alvo de intensa emigração de diversas origens, Rossi sugeriu efetuar um recorte que abrangeria quatro capitais de estados brasileiros fundadas no século XVI (Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e uma do século XVIII (Porto Alegre), as cinco, cidades com mais dum milhão de habitantes à época.

Em janeiro de 1969, durante o III Instituto Interamericano de Linguística, organizado em São Paulo pelo PILEI (Silva 1996:84), Rossi divulgou o projeto e solicitou a escolha da coordenação local, responsável por arrecadar fundos e estruturar as diversas equipes de cada uma das cidades selecionadas. Distribuído entre elas foi um coletivo de 600 informantes (300 mulheres e outros tantos homens), sempre com curso superior concluído, nascimento nas cidades pesquisadas, como o pai e a mãe, que deviam ser falantes nativos de português do Brasil. Quando não foi encontrado o perfil anterior, aceitaram-se informantes com residência nas cidades estudadas desde os cinco anos de idade. O coletivo foi ainda organizado por faixas etárias: de 25 a 35 anos de idade (30% de informantes), de 36 a 55 anos (45%) e mais de 56 anos de idade (25%). Para o levantamento duma possível variação diafásica, estavam previstas

⁶⁰ Brasília e Palmas, capital do Tocantins, fundada em 1989, são as duas únicas capitais de estados brasileiros ou do Distrito Federal que ficaram de fora, também, do ALiB.

de início 400 horas de gravação, distribuídas entre: diálogo entre uma dupla de informantes (160 horas), diálogo entre informante e entrevistadora ou entrevistador (também, 160 horas), elocuições formais (40 horas) e gravações secretas dum diálogo espontâneo (40 horas). No entanto, a situação política, com sucessivos governos militares – de 1964 a 1985 –, deu lugar ao cancelamento da última categoria, ainda que Castilho (2005:5) brinque sobre o fato dizendo ter se devido “à falta de equipamento adequado”.

A modo de instrumento básico de coleta de dados, foi adaptado ao português o guia-questionário de Blanch, articulado por volta de 10 áreas temáticas diversas (Silva 1996:85). De 1970 até 1978, as equipes regionais do projeto levantaram uma enorme quantidade de documentação do português culto falado no Brasil nas cinco capitais pesquisadas. Para garantir a distribuição de acesso entre todas elas, em 1985, durante a XIII Reunião Nacional do Projeto NURC, decidiu-se que o acervo colhido seria distribuído entre os cinco centros participantes, por meio do intercâmbio de 18 entrevistas de cada sede com as outras cidades, conformando o que se denominou “*corpus* mínimo”. Ele viria a servir de fonte, conforme os objetivos definidos na VI Reunião Nacional de 1973, para “o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa, em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico” (Silva 1996:85).

Com efeito, “[o] trabalho revelou muitas características interessantes da língua portuguesa, inscrevendo-a como a primeira língua românica a ter sua modalidade falada culta amplamente descrita” (Castilho 2007:8). A partir do NURC, toda uma série de estudos, como dissertações de mestrado e teses de doutorado, começaram a surgir com base no *corpus* do projeto. Porém, nessa produção, além do seu caráter parcial, podia se verificar “uma grande concentração nos aspectos pragmáticos do português brasileiro, ficando em segundo plano a descrição gramatical propriamente dita, que estava na base da proposta de Lope Blanch e da comissão brasileira” (Castilho 2007:7). Foi nesse sentido que em 1987 Castilho sugeriu a organização dum novo coletivo, o qual reuniu 40 pesquisadoras e pesquisadores por volta do Projeto de Gramática do Português Falado a partir de 1988. Para o seu funcionamento foram articulados cinco grupos, dedicados, respectivamente, à pesquisa sobre: organização textual-interativa, construções gramaticais, classes de palavras, morfologia flexional e derivacional, e fonologia. Seminários anuais serviram de base para a preparação dos

oito volumes da série *Gramática do Português Falado*, publicados a partir de 1990 até 2002.

1.2.2.2. A gramatização do português do Brasil

Trabalhos como a supracitada *Gramática do Português Falado* ilustram a implicação que progressivamente se vivencia, no Brasil dos séculos XX e XXI, entre aquilo que Orlandi (1988) denominou “língua imaginária” e “língua fluída”. Perante o *continuum* linguístico da comunicação humana – a “língua fluída” –, operam-se recortes que, disciplinando-o, tentam controlar tanto as suas formas quanto os sentidos que veiculam. Na construção da “língua imaginária”, resultam essenciais os artefatos da gramatização, instrumentos políticos a serviço da constituição da identidade linguística nacional, responsáveis por imaginar os contornos duma língua homogênea e estática que, na sua realidade, silencia a heterogeneidade a partir da qual se constitui.

O processo da gramatização brasileira do português, enquanto língua da nação, é colocado em curso a partir da segunda metade do século XIX (Guimarães 1996:127), com vistas a participar da instauração duma ordem nacional do dizer: trata-se de produzir gramáticas e dicionários para descrever e instrumentar a língua na base dessas duas tecnologias, pilares do saber metalinguístico (Auroux 1992). O duplo jogo da gramatização, donde emana o seu poder e que a faz relevante para o Estado, consiste em que, ao mesmo tempo em que permite ter acesso a uma forma de funcionamento regulado do idioma pela descrição de modelos ou de regularidades linguísticas, cria ideologicamente a própria identidade de quem o usa. Mascarada sob uma aparente objetividade científica e utilitária, a abordagem tecnológica tende a apagar os efeitos ideológicos que realizam os instrumentos de gramatização, construindo por meio das suas tecnologias uma identidade nacional sob o véu da defesa da cidadania. Esse segundo viés resultava fundamental nos novos Estados americanos do oitocentos:

A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: [n]as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos (Auroux 1992:49).

Como afirma Orlandi (2001:24), “não se trata somente de saber a língua que se fala mas de construir um aparelho institucional (tecnologia científica e instituições) para que o Brasil saiba que ele sabe sua língua”. Pouco importa que a gramática no Brasil seja outra ou não em relação a Portugal, pois o que precisa se construir é outro lugar enunciativo, com novos efeitos de sentido, dando uma consciência histórica da sua língua a povo brasileiro. No caso, isso será possível pela inauguração duma voz autoral de gramáticas de quem, sendo do Brasil, fala para a população do país e que se põe perante ela pelo dever cívico de modernizar os modelos gramaticais adotados através da ruptura com a tradição gramatical portuguesa, em especial com a gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa (Orlandi 2001:24).

A vinculação da gramatização com o Estado é efetuada em boa medida, neste momento primevo, por meio do Colégio Pedro II, fundado em 1837. Representante da instituição escolar brasileira, foi requisitada em 1887 a Fausto Barreto, um dos membros do corpo docente, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Emílio Vitério, a elaboração do Programa de Português para os Exames Preparatórios. Esse ato é de fundamental importância na inauguração da gramatização brasileira do português como um espaço da diferença discursiva com a língua de Portugal, ao se dizer sobre ela desde outro lugar, “novo”, sem, contudo, atentar contra a unidade linguística. “O novo e a afirmação de unidade não são contraditórios. São meios de referir a existência de uma função-autor-brasileiro da gramática que distingue a gramatização brasileira da praticada em Portugal” (Orlandi 2001:27-8).

Datam desta fase, acordes com o programa de Barreto, entre outras, a *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), a *Gramática Analítica (Descritiva)* de Maximino Maciel (1887) e a *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1907). A obra de Júlio Ribeiro não é somente a mais antiga das três, entre outras editadas no período, mas exerce a função de “lugar de referência absoluto, aquele que significa um discurso fundador da história da gramática brasileira” (Orlandi 2002:131), e o faz pela sua datação, por se colocar como momento de ruptura pela enunciação da inauguração duma nova fase e, sobretudo, porque será inserida como tal pelo mecanismo da citação na memória histórica da gramatização do português no país. Pela menção a barbarismos e solecismos (Morello 2001:96), a *Gramática* de Júlio Ribeiro já apresenta uma característica essencial à gramatização brasileira da época: a construção duma diferenciação na língua entre Portugal e o Brasil.

Na mesma linha irá Maximino Maciel, este pela tentativa de distinguir “dialecto” e “dialectismo”: entende o primeiro como “as modificações por que passa a língua geral nas diversas zonas em que se fala”, como o português no Brasil, e o segundo como “o emprego de palavras que, de origem popular, se usam em certas zonas do território em que se fala a língua, de sorte que se desconhecem em outras” (Morello 2001:94-5). Falou-se em tentativa de distinguir ambos os termos porque, apesar da referência à “origem popular” somente no caso dos “dialectismos”, os exemplos que ilustram esse conceito coincidem com os citados por Maciel em relação a “dialecto”. Interessa resaltar ainda a alusão a fatos de natureza lexical para marcar a distinção entre Portugal e o Brasil, como já fizera o Visconde de Pena Branca na primeira metade do século; porém, à diferença dele, Maciel fala para os brasileiros e as brasileiras, não para o exterior.

Finalmente, na obra de Eduardo Carlos Pereira, com 102 edições que se vão sucedendo até a implantação da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959 (Orlandi 2002:143), também é construída a diferenciação, neste caso sobre a tríade: “brasileirismos”, “brasileirismos viciosos” e “provincianismos”. Pelos primeiros o autor remete para o uso de “termos e phrases peculiares ao portuguez fallado no Brasil”. Os segundos consistem em “barbarismos e solecismos vernáculos, generalizados no Brasil”. Já os terceiros aludem a “diferenças locais no modo de falar, existentes nas diversas províncias ou territórios de um mesmo paiz” (Morello 2001:93). Os três termos anteriores definem-se atendendo a aspectos linguísticos diversos – que incluem fatos gramaticais, quando observados os exemplos fornecidos em cada categoria –, ao modo de realização da língua, essencialmente falado, e ao recorte espacial a que os fenômenos se adscvem. E, também, o português do Brasil é organizado numa dupla categorização que faz dele uma entidade que assume um “caráter não-uno” (Morello 2001:94): ou por diverso internamente (vicioso ou não), ou em referência a Portugal. Movendo-se entre esses dois polos de reconhecimento, constrói-se um lugar de autoria conflituoso, mas legítimo na vontade de construção dum sujeito nacional, dotado de cidadania e duma língua própria, como as gramáticas, e também os dicionários, comprovam.

Num momento bastante próximo do que acontece nos estudos gramaticais, os começos do século XX⁶¹ são considerados o ponto em que se inaugura a lexicografia brasileira, porque nele surgem as primeiras edições de dicionários publicados no país e porque nessas obras pioneiras começa a se registrar o léxico do português do Brasil, embora de forma marcada, e amiúde díspar, sob a etiqueta brasileirismo. Esse é um dos membros duma dupla de categorias classificatórias que precisam ser especialmente levadas em consideração no tocante à descrição da norma lexical do português do Brasil – brasileirismos e regionalismos –, ambas retratando a sua identidade, quer no que diz respeito a outras variedades – no caso dos brasileirismos –, quer à sua heterogeneidade interna – no dos regionalismos.

Nesse período podem se encontrar tanto publicações realizadas em parceria entre Portugal/Brasil, como outras exclusivamente brasileiras. Dentre as primeiras, vale destacar o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido Figueiredo (1913), e o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* Caldas Aulete (1958, a primeira edição brasileira), o segundo com uma média de 20% de entradas com marcas formais de brasileirismos, dados representativos da consistência de representação do léxico brasileiro nesse dicionário, sobretudo quando comparado ao de Cândido de Figueiredo (Krieger *et aliae* 2006:180).

Já no que tange às publicações realizadas no Brasil, destacam o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (Freire 1939-44), o *Dicionário da Língua Portuguesa* (Antenor Nascentes, 1967), o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Ferreira 1975), popularmente conhecido como o *Aurélio*, e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Houaiss e Villar 2001). A história dos dois primeiros está vinculada à Academia Brasileira de Letras (ABL), que previra, nos seus estatutos, o compromisso de produzir um dicionário da língua nacional. Laudelino Freire procurara concretizar o projeto em 1924. Entretanto, não fora possível pela inoperância acadêmica, motivo pelo qual ele próprio se encarregou da edição da obra, aparecida postumamente. Freire não marcou os brasileirismos no seu dicionário, por

⁶¹ O primeiro dicionário monolíngue do português de grande porte foi elaborado por um brasileiro, Antônio de Moraes Silva, e publicado em Lisboa em 1789. Nesse século, do ponto de vista do português do Brasil, aparecem apenas dicionários de brasileirismos, como: “o pequeno dicionário de Costa Rubim” (1853) e “os dicionários de Soares (...) e Rohan, publicados respectivamente em 1888 e 1889, [que] são as duas grandes obras lexicográficas que reuniram os brasileirismos, antes dispersos em listas autônomas” (Nunes 2001:80, 82). Nesse momento, cria-se uma tradição, da qual até a atualidade se encontram pegadas na lexicografia brasileira e que “produz um efeito de exterioridade no interior mesmo da língua nacional, o português do Brasil” (Nunes 2001:85).

ele estar destinado ao Brasil e por serem de difícil definição, segundo o autor (Krieger *et aliae* 2006:182). Só em 1967, Antenor Nascentes viria a concretizar o projeto lexicográfico da ABL. No entanto, a obra que conseguiria a repercussão que a Academia esperava ter atingido foi, na verdade, o dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999). “[M]ais coerente e de melhor qualidade técnica que o Houaiss” (Biderman 2002:112), apesar do prestígio deste último, a primeira edição do *Aurélio*, datada de 1975, já o caracteriza como obra de grande porte em razão da nomenclatura, próxima a 150 mil entradas, ampliada nas edições subsequentes (1986 e 1999) até 435 mil verbetes, com cerca de 25% de brasileirismos (Krieger *et aliae* 2006:183). Ainda Krieger (*et aliae* 2006:183) afirmando que o dicionário *Aurélio* determina a feição do léxico vigente no Brasil e que, a partir dele, “as discussões sobre a autenticidade ou a identidade da língua portuguesa falada no Brasil acabam por perder o sentido”, a questão linguística segue até certo ponto aí, como as tensões estudadas neste trabalho ilustram.

Com o desenvolvimento das pesquisas geo e sociolinguísticas a partir dos anos 1970, passou a se trabalhar com a diversidade interna, adscrevendo o termo “brasileirismo” a usos presentes nalgum ou alguns estados ou regiões do Brasil, como fazem os dicionários *Aurélio* e *Houaiss* (Isquierdo 2007:200). Descreve-se progressivamente “uma pluralidade de normas, decorrentes do policentrismo cultural brasileiro” (Castilho 2004:31), aparecendo os contornos dum padrão linguístico nucleado no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Há, portanto, uma norma para a língua falada em cada um desses núcleos, representada pelos usos linguísticos das pessoas cultas, outra para a língua escrita, recolhida especialmente em jornais e revistas de grande circulação, e ainda soluções da língua literária, assentes no projeto estético de cada artista e, por isso, não reduzíveis do ponto de vista lógico a categorias semelhantes às anteriores.

Quando, ao longo do século XX, o aparelho do Estado brasileiro se consolida, ele próprio se converte em garantia de brasilidade (não mais como o seu gerador, apagando o movimento inicial, mas como prova dela). Com a língua nacional e o Estado constituídos, torna-se necessário promover a manutenção dos contornos da identidade brasileira, sustentando a evidência da especificidade do português do Brasil pela uniformização dos elementos que a subsidiam do ponto de vista teórico. Foi nesse sentido que, perante a proliferação de nomenclatura gramatical adotada por

responsáveis por gramáticas que foram sendo publicadas até meados do século XX, entrou em cena a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Quem escrevera gramáticas desde finais do oitocentos, em que pesem as divergências na nomenclatura, também contribuíra para configurar uma tradição de estudos que conformara a memória do discurso gramatical brasileiro, já com sentidos delimitados que, até certo ponto, se inscreviam no repetível. Como se viu, é representativo nesse sentido o caso da gramática de Júlio Ribeiro, enquanto ato inaugural da gramatização do país. A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB, doravante) constitui, então, um acontecimento discursivo que virá implantar sobre esses sentidos um silenciamento da ordem da censura, ao regular tanto a relação do sujeito com o dizível como o próprio processo de autoria. Após a sua emergência, toda gramática tem que se encaixar nos limites das categorias com que a NGB trabalha, acabando com a profusão de autorias e filiações teóricas anteriores. Consoante Orlandi (2002:160),

o Estado brasileiro toma em mãos a administração da relação institucional do brasileiro com a língua nacional, via gramática, pela uniformização da terminologia. Depois desse deslocamento, a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista.

Para propor a NGB, foi designada em 1957 uma comissão responsável por elaborar um anteprojeto inicial, composta por Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Celso Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima e Cândido Jucá (Filho), todos eles professores do Colégio Pedro II. Contudo, como o anteprojeto incluía definições, regras e exemplificações, além dos termos propostos, provocou a desaprovação de intelectuais do campo das Letras, ao encontrarem naquelas evocadas diferentes posições doutrinárias cuja divergência a NGB pretendia apagar. Decidiu-se, então, limitar a proposta à terminologia, com o qual perviveu, embora sob novas condições, a função das autoras e autores de gramáticas enquanto comentaristas da terminologia que instituíra a NGB. A proposta terminou sendo objeto de texto legislativo, com a edição da Portaria nº 36 de 28 de janeiro de 1959, do Ministério da Educação brasileiro.

Além dos efeitos ideológicos, a proposta nomenclatural pretendia trazer “organização ao caos vigente” por motivos pedagógicos: “É óbvio que há indiscutível necessidade de que a questão do ensino seja resolvida de forma oficial, envolvendo

inclusive uma terminologia unificada, de preferência comum a brasileiros e portugueses” (Henriques 2009:9, 26). Esse afã de articular os dois lados do Atlântico se faz presente na edição, em Lisboa (1984) e no Rio de Janeiro (1985), da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, da autoria de Lindley Cintra e de Celso Cunha, este último um dos membros da comissão que elaborara a NGB. Quando da publicação da versão resumida, no ano de 1985, destinada a facilitar o acesso à obra pela “juventude portuguesa, brasileira e africana de língua oficial portuguesa”, os autores, ao mesmo tempo em que assumem “o rigor científico na descrição da língua”, declaram que pretendem “fornecer, do português-padrão atual, um modelo que pudesse servir na aprendizagem da língua e principalmente da língua escrita, na forma que presentemente se pode considerar ‘correta’” (Cunha e Cintra 1985:IV).

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, constituem duas das obras da gramaticografia do português mais tradicionais no Brasil da segunda metade do século XX. Ambas foram elaboradas por gramáticos-linguistas e são marcadas por um longo percurso editorial, em que de modos diversos convivem ecos de abordagens teóricas e categorias de análise diferentes, provindas do seu histórico.

A obra de Cunha e Cintra (1985) tem a sua origem na *Gramática do Português Contemporâneo*, que o próprio Cunha publicara num primeiro momento em 1970 e republicara com alterações em 1972, então sob o título *Gramática da Língua Portuguesa*. Em termos de abordagem metodológica, além do escopo ampliado e da autoria a quatro mãos com o filólogo português Lindley Cintra – responsável pelos capítulos 2 e 3, além do tratamento contrastivo entre variedades do capítulo 13 –, a passagem dos textos anteriores para a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* implicou uma profunda mudança no *corpus* usado para exemplificar os fatos de língua, fundamentalmente porque apenas nesta são recolhidos exemplos de escritores africanos⁶². Cunha e Cintra (1985) reelaboram a gramática de Cunha (1972) num sentido diferente: o de validar dialetologicamente o texto para utentes de português de três continentes, numa perspectiva contrastiva.

Junto à obra de Cunha e Cintra (1985), também resulta representativo deste movimento de reescrita o caso da gramática de Bechara, cuja primeira versão se

⁶² A percentagem de aparição de exemplos de variedades africanas e das referências a elas, contudo, é escassa no conjunto na obra (Leite 2006b:39).

publicou em 1961 e permaneceu durante 37 edições sem alteração até que, em 1999, o autor a reformulou de maneira notável. Essa nova edição teve sucessivas reimpressões até 2009, quando foi adaptada ao Acordo Ortográfico de 1990. Ao longo das sucessivas edições, Bechara reelaborou a proposta inicial da sua *Moderna Gramática Portuguesa*, fazendo conviver, de forma nem sempre harmônica⁶³, posições com um ranço mais tradicional, prescritivas e punitivas em relação a usos avaliados como incorretos, e reflexões dentro doutros modelos de reflexão gramatical mais descritivos. Manteve-se, entretanto, entre a primeira e a 37ª edição a vocação pedagógica do texto, como põem de manifesto os seus prefácios. Em 1961, Bechara (2009:11) abre a primeira edição afirmando que: “Ao escrever esta Moderna Gramática Portuguesa, foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país”. Já na última edição da obra, o autor confirma o projeto de 1961 quando diz: “Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição, revista, ampliada e atualizada, levado que estamos pelos mesmos propósitos que nos fizemos, em 1961, trazer à luz a Moderna Gramática Portuguesa” (Bechara 2009:9).

As primeiras edições do percurso editorial que culminou com as duas obras anteriores vieram a lume depois da publicação da NGB em 1959. Porém, apesar do interesse pelo ensino da língua que os autores declararam, como é esperável numa obras desse tipo, e da oficialização do conjunto de termos gramaticais realizado pela Nomenclatura, com a instauração da ordem nesse campo, a implantação duma terminologia geral na área dos estudos gramaticais teve um desdobramento escolar indesejado. Conforme Bortoni-Ricardo (Henriques 2009:120), para contornar as dificuldades encontradas durante a segunda metade do século passado, pelo aumento dos contingentes de estudantes chegados aos bancos escolares do país, não acompanhado de condições de trabalho adequadas, “a escola brasileira foi aos poucos elegendo como o próprio objetivo do ensino da língua portuguesa a memorização dos conceitos arrolados na Nomenclatura, que era uma tarefa mais aligeirada”. As críticas

⁶³ Não é esse, no entanto, o desejo de Bechara (2009:10), que declara no prefácio à 37ª edição que a obra “alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sábia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo magister dixit e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas”.

a esse processo conduziram a uma demonização da terminologia, sem a construção duma proposta pedagógica alternativa consistente, quer pela falta de preparação, quer pela sobrecarga de trabalho do coletivo docente. Mas nessa situação, no atinente ao ensino de língua portuguesa, outro motivo é arrolado para explicar a crise do ensino brasileiro. Diz Bortoni-Ricardo (Henriques 2009:121):

Análise mais cuidadosa desse problema tem de levar em conta a profunda heterogeneidade inerente ao português, na sua condição de língua natural, que, em nossa comunidade de fala, agrava-se com a apartação social e a distribuição iníqua de bens materiais e culturais.

A constatação da relevância do conhecimento sobre o português do Brasil para o aprimoramento do seu ensino/aprendizagem segue estando presente no Projeto ALiB (Pastorelli, Martins e Isquerdo 2005), conforme já foi referido, do mesmo modo em que já o estivera no Projeto NURC. Em 1973, quando foram definidos dois grandes objetivos do NURC, na IV Reunião Nacional das equipes do projeto, considerou-se, junto a “[c]oletar material que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa”, a necessidade de que o NURC oferecesse subsídios para

[a]justar o ensino da língua portuguesa a uma realidade lingüística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças lingüísticas e culturais do país (Silva 1996:85).

Para Castilho (2005:2), esse viés não fazia parte da ideia original, mas logo se impôs a constatação da relevância da oralidade em termos de letramento, visto que: “Por meio da língua falada poderíamos chegar à língua escrita, num percurso mais proveitoso, porque fundamentado no que o aluno já sabe para chegar a domínios que ele não conhece”.

Quando, em 2010, Castilho publica a sua *Nova gramática do português brasileiro*, recorrerá como *corpus* de referência aos resultados do Projeto NURC e do Projeto Gramática do Português Falado. Esta obra se enquadra numa nova etapa no processo de gramatização brasileiro que começa a ser vivenciada no século XXI, quando linguistas assumem a tarefa de produzir gramáticas. Abre essa fase a *Gramática de usos do português*, editada por Neves em 2000, que será seguida, a partir do final da década iniciada no ano dessa publicação, por um número significativo doutras publicações do gênero, também assinadas por linguistas, como: a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (Azeredo 2008), a própria *Nova gramática*

do português brasileiro (Castilho 2010), a *Gramática do português brasileiro* (Perini 2010) e a *Gramática pedagógica do português brasileiro* (Bagno 2011)⁶⁴.

Assim, conforme foi visto, nos finais do século XIX se inaugurara a função autoral ocupada por quem, tendo escrito gramáticas brasileiras, se implicou na elaboração de instrumentos de gramatização para o português do país. Trata-se do grupo dos “gramáticos”. Essa função autoral será substituída pela de linguistas a partir da NGB, que passaram a exercer o seu papel na (de)limitação de sentidos legitimados sobre o português do Brasil e sobre as tecnologias que se propõem descrevê-lo. São os denominados “gramáticos linguistas” – homens, como os anteriores, até onde se sabe.

Na nova função autoral que principia com a virada do século XXI, a de “linguistas que escrevem gramáticas”, há uma disputa dialógica com o discurso da função anterior, como põem de relevo os questionamentos dirigidos à Nomenclatura, e também com a gramática tradicional, especialmente na seleção do recorte da língua alvo da apresentação no texto gramatical. Entretanto, existem ainda polêmicas internas a essa nova função autoral no que tange à representação da língua, organizadas por volta de três eixos discursivos básicos que retratam divisões do seu espaço de enunciação. Trata-se das estabelecidas “entre a língua do Brasil e a de Portugal, entre as modalidades falada e escrita e entre as variedades sociais culta e popular” (Farias 2014:110).

O primeiro aspecto incide na questão da unidade/diferença entre a língua do Brasil e a de Portugal, cujo caráter polêmico tendera, desde finais do século XIX, a se concentrar em discussões lexicográficas. A tendência ao silenciamento de contradições nesse campo se relaciona aos efeitos de sentido derivados da unidade na escrita, ligada à adoção de usos gramaticais tipificados pela norma padrão. Submetida a intensos questionamentos – primeiro no âmbito literário, desde o oitocentos, e fora dele, já no século XX –, essas críticas ecoam em vozes do coletivo de mulheres e homens linguistas cujos discursos se fazem presentes nos dos coletivos estudantil e docente, da área da Tradução e não só, no Brasil do século XXI.

⁶⁴ Das outras obras citadas, somente a gramática de Perini (2010:21) pretende realizar uma descrição da língua falada, mas sem especificar as fontes donde provêm os seus dados, apenas dizendo descrever “a gramática da língua falada diariamente nas ruas, e reproduzidas nas novelas da TV, no teatro e no cinema nacional”. Bagno (2011:11), por sua vez, combina o interesse pela escrita e a oralidade, para cuja descrição também afirma usar dados orais do NURC cedidos por Castilho, ainda reconhecendo neles certo grau de desatualização.

Ocorre, portanto, um primeiro deslocamento de sentidos, pela intenção de descrever a língua do Brasil e não mais uma instância linguística geral denominada “português”, quer seja destacando a diferença entre as modalidades faladas nos dois espaços de enunciação, o europeu e o americano, combinada com a afirmação da unidade da escrita, quer estabelecendo uma diferenciação que postula a existência duma língua própria brasileira.

Das gramáticas enumeradas acima, todas exceto a de Neves (2000)⁶⁵ declaram explicitamente a sua posição ao respeito, mas o fazem em dois sentidos diferentes. Numa das linhas, a da unidade (como Azeredo 2008, Perini 2010 e Castilho 2010), é costumeira a menção a “variedades” faladas e escritas duma língua comum, que é denominada “português” ou “língua portuguesa”. Porém, a relativa exclusão da descrição da “variedade” europeia inscreve essas obras, igualmente, na filiação discursiva da diferença, relativa, pois é frequente a referência a “‘traços’, ‘mudanças’ ou ‘particularidades’ formais e estruturais características do português brasileiro como ‘elementos diferenciais’ em relação ao português europeu” (Farias 2014:112).

Já na perspectiva da diferença, há referências a uma relação de “parentesco” entre o português brasileiro e o europeu (Bagno 2011), duas das línguas que compoariam o grupo portugalego, diferenciadas nem tanto em função de traços formais e estruturais, quanto à diversidade na identidade cultural dos povos que as utilizam. Nessa linha, Bagno (2011:77) declara que:

O estreito vínculo sociocultural, sociogeográfico e sócio-histórico dos falantes com sua língua obriga a considerar que todo idioma nacional é uma língua plena, de modo que não há como classificar o PB e o português como ‘variedades’ de uma “mesma” língua (...). é no mínimo absurdo pretender que a variedade de um caboclo do interior da Amazônia pertença ao mesmo “sistema” da de um lavrador português do Alentejo, se tudo o mais entre eles é diferente, da cor da pele ao que comem, da latitude em que vivem ao ciclo das estações, do meio ambiente às crenças religiosas, do vestiário aos utensílios etc., e se a intercompreensão entre eles é simplesmente impossível.

Podem se perceber no discurso anterior filiações a um Gilberto Freyre de começos do século passado, combinados com as propostas da Análise do Discurso francesa, encabeçada no Brasil pelos trabalhos de Eni Orlandi, a que fartas alusões se

⁶⁵ Neves (2003:13) age de forma convergente, ao apresentar o seu *Guia de uso do português* simplesmente, e sem entrar em maiores polêmicas, como uma obra “[o]rganizada a partir de um estudo exaustivo dos usos vigentes no português contemporâneo do Brasil” e que busca “informar exatamente como estão sendo usadas pelos falantes as formas da língua portuguesa”.

fizeram neste capítulo. Consoante já foi reproduzido aqui, para Orlandi (1993:22) “o português brasileiro e o português de Portugal se recobrem como se fossem a mesma língua. E não são”, ao se filiarem a memórias sócio-históricas diferentes. Não se nega aqui a diferença enunciativa, que sem dúvida existe, nem o peso das histórias de dominação e da longa luta para se desvencilhar do fantasma do Outro, mas se joga sobre eles a pluralidade discursiva derivada da coexistência de diversas vozes sociais numa mesma língua, como as derivadas das questões de gênero ou outros âmbitos políticos que, também fenômenos de natureza ideológica, constituem igualmente uma polifonia, embora monolíngue.

Consoante Farias (2014:110) e Leite (2014:123-4), na modalidade de língua que se propõem descrever as gramáticas escritas por linguistas reside uma segunda discursividade produtora de efeitos de sentido polêmicos sobre a língua: a que remete à gestão da tensão entre fala e escrita, realizada de maneiras diferentes. Neves (2000) e Azeredo (2008), por um lado, privilegiam a modalidade escrita da língua, o que as inscreve de certa forma na perspectiva das gramáticas tradicionais. Como o discurso da Linguística, em contraposição à gramática tradicional, pressupõe a primazia da oralidade sobre a escrita, o destaque desta pode ser interpretado como uma marca deixada pelo discurso tradicional. Em sentido contrário, Castilho (2010) e Perini (2010) tomam a língua falada como objeto de descrição, apresentando, então, uma maior tensão discursiva em relação à gramática tradicional, ao não poderem recorrer ao efeito de homogeneidade na representação da língua produzido pela ação da modalidade escrita. Finalmente, a quinta das gramáticas que se comentam, a de Bagno (2011), opta por conciliar o objeto tradicional – a língua escrita – e o objeto novo – a língua falada –, tratando de ambos ao mesmo tempo e defendendo um maior entrecruzamento entre elas, em direção à segunda.

Para Farias (2014:110), o terceiro deslocamento polêmico do discurso das gramáticas obra de linguistas do Brasil no século XXI diz respeito à representação da divisão social da língua. Ainda recusando a discursividade do erro e se pronunciando pelo respeito à diversidade linguística e contra o preconceito que recai sobre variantes estigmatizadas, operam apagando, minimizando ou se dobrando⁶⁶ às tensões sociais,

⁶⁶ Nesse sentido, é exemplar o seguinte depoimento de Perini (2010:20): “Vamos continuar tendo que estudar o português padrão, e vamos continuar sentindo aquela sensação de frio na barriga na hora de escrever um texto de mais responsabilidade. Mas, no que pese a relevância de cada uma, a variedade a que chamamos PB tem uma importância que o padrão não tem: o PB é conhecido e usado

já que selecionam uma variedade culta como objeto de descrição, seja na modalidade falada ou na escrita. Trata-se, então, de investir na legitimação duma unidade linguística nacional pelo recorte duma nova norma, identificada com os usos cultos brasileiros. Ao optarem por descrever uma variedade “comum”, eleita por “cultura”, se situam num lugar ambíguo, entre uma perspectiva da língua como norma – comportamento modelar a ser seguido, com marcas de classe – e como uso, heterogêneo e, ainda, sujeito a avaliação. Por isso, as obras em questão não são – nem podem ser (Bagno 2014:92-4), posto que “descrever é prescrever” – meras descrições, neutras e objetivas, da língua do Brasil, mas lugares de interpretação da língua fluída (ou seja, da sua variação) e do conflito normativo entre línguas imaginárias (a norma padrão tradicional e a norma, ou normas cultas), na tentativa de estabilizar novos sentidos para o português do Brasil.

Para tanto, precisa ser confrontada uma norma padrão que “já está dada, não se constrói, já é ‘clássica’, já é ‘nosso passado’” (Pagotto 1998:57). Construída e institucionalizada desde finais do século XIX, hoje brasileiras e brasileiros se imaginam através dela; como já foi dito, passou “de efeito de discurso a fato” (Pagotto 1998:65), escondendo de vez as relações de poder que geraram o processo. Como já expôs Neves⁶⁷, que inaugura a série de gramáticas escritas por linguistas, essas obras repassam à sociedade, em maior ou menor medida, uma tensão que está intimamente ligada ao modo de constituição da língua no Brasil pela sua filiação a Portugal e os seus desdobramentos ideológicos na manutenção do *status* das elites brasileiras. E isso pode ser observado nos deslizamentos que mostram as designações da língua encontradas nas gramáticas em questão. A presença do vocábulo “português” – comum a todas elas, seguido ou não por “do Brasil” ou “brasileiro” – ratifica a unidade com Portugal. As contradições são perceptíveis até em Bagno (2011:222, 247), que, ainda julgando incoerente a denominação galego-português, por considerá-la produto dum anacronismo, entende que, no caso brasileiro, a denominação da língua carece de importância.

constantemente pela totalidade de brasileiros, ao passo que o padrão é privilégio de uma pequena minoria de pessoas mais escolarizadas”.

⁶⁷ Diz Neves (2003:20), quando explica o procedimento gráfico adotado para a inserção, nos verbetes do *Guia de uso do português*, de fenômenos que contrariam a prescrição tradicional: “Esse recuo pretende ter o efeito de marcar melhor a tensão entre o uso e a norma prescritiva, tensão que é fundamental que o falante sinta, mesmo que isso lhe custe maior trabalho do que simplesmente obedecer a regras sem refletir. Ou melhor... exatamente **porque** isso lhe custa maior trabalho do que simplesmente obedecer as regras sem refletir. Afinal, todos sabemos que a alienação é a mãe de todas as incoerências”.

Neste trabalho adotamos a denominação “português do Brasil”, não desconsiderando opiniões como as de Castilho (2010:31), que atribuem a “português brasileiro” um caráter mais contemporâneo, posterior aos 1980, por dois motivos principais: pela ambiguidade que permeia o termo “português brasileiro” – ora usado como variedade, linha com a qual se concorda aqui, ora como língua autônoma – e pela possibilidade de alinhar simetricamente a denominação escolhida com outras expressões como “português da Galiza”.

Independentemente da denominação da língua, se a escrita no Brasil deve responder àquilo que ela já é, a princípio resta margem unicamente para uma certa renovação sobre o terreno conquistado, o *utis possidetis*, um simples ajuste à situação de fato, não o seu questionamento. Porém, junto à vontade de reforma da norma padrão, considerada obsoleta e excludente (Lucchesi 2004:89), aproximando-a do uso brasileiro, existem vozes que negam a sua relevância. Por exemplo, Faraco (2007:83), reconhecido linguista, após se perguntar se o Brasil precisa contar com uma norma padrão, responde que o único conhecimento necessário consistiria em identificar os usos cultos. Essa reação contra toda regulação dos usos, em resposta ao padrão linguístico decimonônico tradicionalmente adotado pelas elites brasileiras para definir as distâncias com o conjunto da população, chama mais ainda a atenção se se levar em consideração a constatação da distância, que já é fato, entre aquele e as tendências da norma culta atual.

O motivo da recusa de linguistas como Faraco (2007) à regulação de usos do português do Brasil pode estar no impasse derivado da *questione della lingua*: havendo variantes linguísticas mais ou menos extendidas, mais ou menos prestigiadas, mais ou menos formais, delimitar um modelo implica preferir, avaliar e preterir; significa assumir uma posição política que, por definição, exclui outras. Esses recortes não só se operam dentro dos Estados-nação, mas em casos como no do português implicam a definição de como se concebem espaços mais amplos e a escolha de limites que foquem na identidade ou na diferença, no comum ou no diverso. E, nesse sentido, o Brasil precisa definir como entende não somente a interlocução com Portugal, mas também, por exemplo, com os países africanos de língua oficial portuguesa.

A afirmação da perspectiva policêntrica no tocante às diversas normas do português insere a língua num modelo introduzido no fim dos anos 1970, visando a reconhecer a existência de

diferentes variedades faladas em diversos países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, substituindo este modelo uma perspectiva mais antiga que considerava as variedades mais distantes do *standard* tradicional e historicamente estabelecido como “desvio” da norma (Batoréo 2014:2).

Nesse tipo de contextos se estabelece uma relação equitativa, não hierarquizada, típica de contextos pós-coloniais:

The term *pluricentric* was employed by Kloss (1978 II: 66-67) to describe languages with several interacting centres, each providing a national variety with at least some of its own (codified) norms. Pluricentric languages are both unifiers and dividers of peoples. They unify people through the use of the language and separate them through the development of national norms and indices and linguistic variables with which the speakers identify (Clyne 1992:1).

Curioso é então o entendimento parece ver como inerente ao modelo pluricêntrico a geração de instrumentos de gramatização amplos, que descrevam mais duma norma linguística. No caso brasileiro, nos finais do século XX apenas Bechara (1999) e, basicamente, Cunha e Cintra (1985) enveredaram nessa linha. Entretanto, segundo (Batoréo 2014:14), nas gramáticas do português,

o paradigma seguido nos últimos anos é o do uso específico (mesmo que, na maioria dos casos, normativo) de cada uma das normas nacionais ou mesmo (como tem vindo a surgir no Brasil) pelo que se pretende reconhecido como *língua vernácula* independente. Aguarda-se, assim, uma abordagem global da gramática da Língua Portuguesa entendida como língua pluricêntrica.

Como aponta Batoréo (2014), predominante parece na atualidade, como se viu, a perspectiva que se concentra na descrição gramatical realizada individualmente no que tange às diversas normas do português, e ainda de pontos de vista divergentes. A abordagem reclamada por Batoréo (2014) requereria uma serenidade que hoje no Brasil parece longínqua, além da disponibilidade prévia – ou, no mínimo, em simultâneo – de textos com foco local. Contudo, sem cruzamentos entre normas, sem diálogo – e polémicas – o pluricentrismo não passará dum vocábulo vazio, duma mera declaração de princípios de carácter retórico e alienada dum fazer que realmente consiga convertê-la nalguma forma de interação de fato.

A bem da verdade, o papel do português europeu atual, como do falado na África, atua no Brasil como um Outro que pouco se conhece, mas para o qual tudo remete de alguma maneira. Apenas nalguns espaços, como por exemplo listas de discussão como a estudada no capítulo 3 deste trabalho, se podem encontrar elaborações explícitas de identidades linguísticas de brasileiros e brasileiras que, consoante Mattos e Silva (1988:27), atualmente “se degladiam em torno do que seja a norma culta, a norma de prestígio, que deve conduzir o português brasileiro”. A importância desses ambientes para a pesquisa sociolinguística destaca-se se considerar que, do ponto de vista empírico, o que de fato existem não são mundos abstratos, comunidades nacionais imaginadas, mas contextos concretos, “comunidades de prática” pelas quais sujeitos transitam e em relação às quais se acomodam ou se confrontam as suas práticas linguísticas. As comunidades de prática não são necessariamente, como se verá, *loci* pacíficos, harmônicos, onde coletivos se encontram para reforçar as suas concepções pré-construídas, pois a negociação de identidades (linguística, profissional, de gênero) produz tensões necessárias para fazê-las emergir, não no abstrato, mas da interação com o diferente. É nesse encontro tenso que se percebe como se articulam as polêmicas que recaem sobre as posições da Linguística, não raro sob a forma de argumentos *ad hominem*, tipicamente representados pelo contraste entre o dito e o feito no tocante às críticas contra o denominado “preconceito linguístico” (Bagno 1999). Sobre a questão, na mesma linha em que participantes nesta pesquisa se pronunciarão nos seguintes capítulos, Bechara (2014:28-9) afirma:

dado o privilegiamento, natural pelos seus objetivos pedagógicos, da língua comum culta, começou entre nós um exaltado privilegiamento da variedade popular, sob a alegação de que se procurava combater o chamado “preconceito linguístico”. O movimento ganhou corpo e adeptos, penetrou na universidade e nos cursos de formação de professores de língua portuguesa. Curioso é atentar para o fato de que a tendência iconoclasta não atingiu o modo de falar e escrever dos defensores do preconceito linguístico, que sempre utilizaram e utilizam a norma padrão, falando ou escrevendo o nosso idioma.

De fato, o pensar sociolinguístico do português dentro do senso comum no interior dos cursos universitários no Brasil, fundamentalmente nos de Letras, mas não só, está inegavelmente marcado pelas sucessivas edições, desde 1999, do volume *Preconceito linguístico: o que é como se faz*, do linguista e tradutor Marcos Bagno. Por definição, o contexto universitário constitui um âmbito onde os saberes são

submetidos a um tratamento divergente do leigo. Porém, é possível existir nesses espaços recepções de propostas teóricas acadêmicas que, expandidas e modeladas pela adscrição cultural dos sujeitos, se desviem da sua literalidade original. Afinal, a transposição didática cria uma corrente de transmissão em que propostas iniciais são (re)lidas e podem adquirir configurações específicas, a modo de efeitos colaterais que retratam a forma como são recebidas pelo público. Assim, estudantes dos cursos superiores de Letras, tendo recebido essas releituras do professorado, as repassam por sua vez para outras alunas e alunos, quer no segundo grau, quer em cursos superiores, quando se convertem em docentes desses níveis de ensino. No entanto, em função do sucesso editorial de *Preconceito linguístico: o que é como se faz*, vale se perguntar se a ida à fonte é, neste caso, mais habitual do que ocorre numa boa parte dos casos em contextos escolares.

Comentários provenientes de Marciolino⁶⁸, editor do volume, resultam ilustrativos do histórico editorial no Brasil do volume de Bagno (1999):

Quando trabalhava na Loyola, encomendei o livro ao Marcos Bagno, que o escreveu em três dias a partir do material da tese de doutorado dele e virou um sucesso, um caso de long-seller nunca detectado pelas listas. De 1999 até hoje, vendeu centenas de milhares de exemplares e se tornou conhecido no Brasil inteiro em todos os cursos de Letras.

Surpreendente parece ter sido o sucesso editorial para Marciolino, que retrata desta forma⁶⁹ seu percurso profissional:

Minha experiência como editor começou no chão da gráfica da Paulus, em 1979, aos 15 anos. (...) Fui revisor e editor de textos durante muitos anos, até que, já nas Edições Loyola, publiquei em 1999 o livro que considero meu doutorado em edição: *Preconceito linguístico*, de Marcos Bagno, um *long-seller* que alimenta um grande público de estudantes de Letras, ano após ano. Depois de ter publicado o livro que provocou toda a área de humanas naquela época, (...) é para esse público que trabalho: professores, pesquisadores e estudantes na área de Letras/Linguística/Filosofia, já em minha própria editora, em sociedade com Andréia Custódio.

De fato, segundo o site⁷⁰ Cantina do Livro, a obra vendeu cerca de 400.000 exemplares até a 55ª edição. O próprio Bagno⁷¹ confirma o impacto da publicação sobre os cursos universitários:

⁶⁸ Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=80276>. Acesso em 15/03/2015.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/telas/colunas/detalhes.aspx?id=71394>. Acesso em 15/03/2015.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.cantinadolivro.com.br/2015/02/divulgacao-preconceito-linguistico.html>. Acesso em 15/03/2015.

Treze anos atrás, publiquei um livrinho chamado *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, que hoje está em sua 53ª edição. Ele se tornou uma espécie de “leitura obrigatória” nos cursos de Letras, Pedagogia e mesmo em Jornalismo.

A 56ª edição do volume, acompanhada duma mudança de cada editora (da Loyola para a Parábola, propriedade de Marcionilo), foi lançada em fevereiro de 2015, “totalmente reformulada. Apresenta nova capa, novo projeto gráfico e novo conteúdo. Os dados estatísticos foram todos atualizados, novos textos foram incluídos e as análises presentes no texto foram aprofundadas”. A nova edição recebeu novos capítulos e 170 páginas a mais do que a versão anterior.

Para o autor, não há nada de especificamente local, brasileiro, nas colocações gerais do preconceito linguístico. Segundo Bagno⁷²:

O preconceito linguístico existe em todas as culturas, sejam elas desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Muitos lingüistas estrangeiros, sobretudo europeus, quando lêem o meu livrinho dizem que a situação que descrevo para o Brasil também se verifica em seus países. Evidentemente, o peso da discriminação varia de país para país, mas ela sempre existe. A codificação de uma língua escrita, padronizada, e a imposição desse padrão lingüístico sempre cria, inevitavelmente, o preconceito contra todas as formas de falar que não correspondam a esse padrão.

Não existindo excepcionalidade na proposta em si, onde divergem os contextos é na fortuna que tiveram propostas como essas, numa recepção, essa sim com perfis locais. No Brasil, a difusão do termo preconceito linguístico parece ter relação com certo paralelo com os contornos que assume a sociedade brasileira no geral, podendo ainda se ressaltar a coincidência em particular com a configuração que assume o preconceito racial no país. Conforme Nogueira (2006:292), no clássico de 1954 em que desvenda o mistério do “racismo à brasileira”, como viria a ser denominado mais tarde por DaMatta (2010), antes comentado, o preconceito racial nesse país é de marca, não de origem:

Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se

⁷¹ Disponível em: <http://marcosbagnio.org/2013/08/13/o-que-nao-sabemos-da-nossa-lingua/>. Acesso em 15/03/2015.

⁷² Disponível em: <https://movimentoculturalgaia.wordpress.com/tag/preconceito-linguistico/>. Acesso em: 15/03/2015.

que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é *de origem*.

Consoante Nogueira (2006), Estados Unidos, onde a existência de qualquer ascendente negro adscrive a este grupo automaticamente a todos e todas as suas descendentes, é um exemplo ideal de preconceito de origem. No caso brasileiro, a identidade racial passa por um processo intenso de construção interpretativa, não tanto de determinação genética, que permite que as marcas físicas do fenótipo do indivíduo sejam ressignificadas. Nesse processo, são associados desde a infância valores estéticos negativos aos traços do estereótipo negro, que “afeiam” ao seu portador, mas que podem ser compensados por um “esforço” individual de quem porta o estigma, seja pela sua ascensão social em termos socioeconômicos ou por apresentar habilidades específicas (como uma formação ou um empenho destacáveis). Ser negro ou negra no Brasil requer, então, uma leitura nesse sentido, dado que nesse país o sujeito precisa ser lido como tal para estar adscrito a essa categoria, pelo qual o limiar de percepção da existência de preconceito racial no país resulta bem mais baixo do que em contextos como os Estados Unidos.

Os Estados Unidos e o Brasil constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o preconceito racial é manifesto e insofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de se superar (Nogueira 2006:290-1).

Onde radica, então, a vinculação desse fenômeno com questões sóciolinguísticas? Primeiro, no seu caráter problemático (“uma controvérsia difícil de se superar”): a evitação da abordagem explícita dum fenômeno dificulta sua problematização e tratamento, ao ser obviado e tratado como inexistente. Segundo, na relevância identitária de elementos como os linguísticos – “o sotaque”, diz Nogueira (2006), acima, – na articulação de atos de preconceito. E, sobretudo, na concepção de práticas discursivas que implicam um olhar evolucionista sobre a aderência à norma culta e a preterição de formas estigmatizadas, que dão lugar à responsabilização do sujeito pela situação de preconceito a que está submetido. A discriminação, desse ponto de vista, seria concebida como uma opção individual daquele que, ainda podendo “melhorar” a sua situação vital, num evolucionismo que lembra o discurso decimonônico brasileiro do branqueamento racial⁷³, decide não fazê-lo, ou por

⁷³ Diz Nogueira (2006:297): “onde o preconceito é de marca, a ideologia é, ao mesmo tempo, assimilacionista e miscigenacionista; onde é de origem, ela é segregacionista e racista”. No entanto,

vontade própria, ou condicionado pelo meio em que está inscrito. Como diz Nogueira (2006:293), se “o preconceito de marca determina uma preterição, o de origem, uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido”. Por isso, naquele, a avaliação resulta de capital importância, já que:

Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o *tipo* que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função das características de quem observa como dos de quem está sendo julgado (Nogueira 2006:293)

A avaliação em si é essencial e sistêmica em contextos como o brasileiro, que articulam as suas contradições internas com base na delimitação de categorias negociadas sobre critérios assumidos como predominantemente culturais e não biológicos⁷⁴. No entanto, isso não significa em modo algum que a formulação de julgamentos seja pacífica, nem tampouco aberta, declarada. Veladas são as práticas avaliativas do preconceito racial brasileiro, pois assentes no respeito duma etiqueta interacional que obriga a contornar a formulação direta de atos discriminatórios, os quais precisam ser resolvidos discursivamente por meio de soluções outras, eufêmicas. O tabu rodeia o assunto, donde a necessidade de se recorrer a formulações dissimuladas que permitam elaborar essas questões de forma explícita. Falando sobre preconceito racial, Nogueira (2006:299) aponta:

Assim, no Brasil, não é de bom tom “puxar o assunto da cor”, diante de uma pessoa preta ou parda. Evita-se a referência à cor, do mesmo modo como se evitaria a referência a qualquer outro assunto capaz de ferir a susceptibilidade do interlocutor – em geral, diz-se que “em casa de enforcado, não se fala em corda”.

É essa uma das regras de comportamento do “homem cordial”, apesar de Goldman, em “A Cultura Personalista como Herança Colonial em *Raízes do Brasil*”, lembrar que,

consoante Araújo (2008:3), mitos propagados acerca da norma padrão no Brasil podem responder à preponderância, neste caso, de discursos segregacionistas sobre os da miscigenação, no que diz respeito à *questione della lingua* no país: “[P]ropaga-se, por exemplo, que a norma padrão brasileira é pautada no português de Portugal, quando, na verdade, o correto seria explicitar que a referida norma foi pautada nos usos de literatos portugueses dos séculos XVI a XIX e de brasileiros cultos do século XIX e início do século XX, dentro de um projeto de branqueamento da população brasileira, negando-se a miscigenação típica em um país com múltiplas culturas e etnias; estando, assim, a escolha da norma padrão de acordo com um projeto da elite brasileira do início daquele século”.

⁷⁴ Onde se mantém em boa medida o discurso do biologicismo é nas questões de gênero. Assim o porão de relevo tanto a configuração das interações de profissionais de tradução pesquisadas no capítulo 3 deste trabalho, quanto a abordagem por membros desse coletivo de elementos como “presidenta”, com especial saliência no Brasil do século XXI do ponto de vista das questões de gênero.

[a]o comparar o Brasil com o EUA., Roberto Da Matta (1991:84) define o primeiro da seguinte maneira: “No Brasil, por contraste, a comunidade é necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada. Sua unidade básica não está baseada em indivíduos ou cidadãos, mas em relações e pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos”. (...) A cordialidade brasileira simboliza o predomínio de relações humanas mais simples e diretas que rejeitam todo e qualquer aspecto de ritualização do comportamento. Nossa maneira de conviver socialmente representa o contrário duma atitude vinculada à polidez.

Há polidez sim no ser brasileiro, não, claro, dentro dum quadro marcado por certo talante democrático, respeitoso e igualitário, no tratamento entre estratos sociais do país, mas configurada a partir dos silêncios, do não dito.

Está criado, deste modo, o impasse da avaliação linguística no Brasil: sem dúvida, a higiene verbal – ou avaliação linguística explícita – pode estar impregnada de preconceito, mas, mesmo quando formulada do modo mais “neutro” e “científico” possível, carrega culturalmente o estigma da recusa brasileira a lidar de maneira direta com espaços de conflito, numa associação com o *ethos* brasileiro do homem cordial. Ser preconceituoso no Brasil é atuar de forma aberta como tal. E, logicamente, “brasileiro não é preconceituoso”, já diz o adágio; isto é, brasileiras e brasileiros são renitentes a efetuar operações que mostrem de forma direta as suas opiniões sobre fenômenos potencialmente pertencentes ao universo do preconceito. Afinal, até especialistas assim o entendem, como Bortoni-Ricardo (2004:8 *apud* Sgarbi e Roncália 2009), quando aponta: “[a] noção de ‘erro’ nada tem de lingüística – é um (pseudo) conceito estritamente sociocultural, decorrente de critérios de avaliação (isto é, dos preconceitos) que os cidadãos pertencentes à minoria privilegiada lançam sobre todas as outras classes sociais”.

Determinados espaços carregam o peso dessa identificação entre avaliar e ter preconceitos, fundamentalmente aqueles que, como o da formação em tradução, não podem fugir ao ato avaliativo. Qual o impacto, então, sobre um perfil concreto – o de profissionais e estudantes de tradução – desse “manifesto”⁷⁵ em defesa da reavaliação do vernáculo brasileiro, para “TAMBÉM admitir como igualmente válidas e corretas as formas alternativas de falar e escrever consagradas há mais de século e meio no português brasileiro, inclusive na escrita literária mais prestigiada”⁷⁶? O coletivo de profissionais da tradução, atuantes ou em formação, se fazem eco das colocações de

⁷⁵ Disponível em: <https://movimentoculturalgaia.wordpress.com/tag/preconceito-linguistico/>. Acesso em 15/03/2015.

⁷⁶ Disponível em: <http://marcosbagnio.org/tag/brazil/>. Acesso em: 15/05/2015.

Bagno (1999)? Em qual sentido? Vejam-se, assim, as palavras de Piñero (1997:150) – citando a Vazquez Ayora – acerca da tradução:

[En] la actividad traductora: hemos de tener presente (...) que la lengua empleada en el texto meta no suele responder a un código neutro sino que, por el contrario, refleja no sólo otros valores que dependen de las intenciones del autor y de las circunstancias en que se lleva a cabo el acto de comunicación, sino también, y de manera especial, el espíritu de la lengua a la que se traduce. Cada lengua se caracteriza por un modo de proceder privativo que le es propio y que constituye lo que se conoce como el *genio de la lengua*, al que el traductor ha de prestar suma atención para que el producto de su traducción no resulte extraño; de no ser así, «el lector no contaminado por la influencia de otras lenguas no deja de sentir de inmediato que se halla frente a un cuerpo sin alma».

Encerra-se neste ponto o capítulo 1 deste trabalho, destinado a lançar um olhar sobre o conceito de norma linguística nas suas diversas dimensões, colocando-o em relação a outras normas sociais na sua articulação entre o individual e o coletivo, a decisão do agente e a determinação introjetada, para, a seguir, relacioná-lo com um contexto específico: o do português do Brasil.

No tocante à norma linguística, como a qualquer norma social, as pessoas se encontram num lugar “entre”: entre o seu dizer e o dizível, entre a sua expressão – individual e idiossincrásica – e a avaliação do coletivo, entre a “autenticidade” e a máscara, operações constantes, voluntárias e involuntárias, mediadas pelo agora, mas também pela longa duração da norma. No dito e, mais ainda talvez, na avaliação, não há só presente, mas discursos passados cuja rede de sentidos fazem possíveis novos dizeres. E nesse sentido foram aqui acompanhadas mostras de discursos fundadores (Orlandi 1993) sobre o que seja o Brasil e polémicas (Maingueneau 2008), pertencentes à história, mas também atuais, sobre a questão da língua no país.

“Terra à vista!” funda a leitura do Brasil que o concebe como território só existente a partir e através do olhar do Outro, quando foi apossado por quem lá chegou, sendo esta visão estendida de forma geral para a América. Ainda sendo essas as bases do empreendimento colonial, a evangelização e o saque anunciados por Caminha e os seus escritos à corte foram substituídos, no retrato da carta de batismo do país gravado na memória coletiva brasileira, pelo vergel do “Em se plantando, tudo dá”. Também foram esquecidas sucessivas heterogeneidades linguístico-culturais, como as indígenas, as africanas ou a da “língua geral”, em grande medida remetidas a um passado negado ou sublimado, mas ultrapassado de qualquer maneira. Sentenciadas e caladas as vozes, ou congelada a multiplicidade de línguas e sentidos

em formas gramatizadas, em bem da cristiandade, a homogeneização prosseguiu com o *Directorio dos Índios* e a disciplinarização dos próprios usos vernaculares brasileiros, polemizada com intensidade a partir do século XIX. Homogeneizar, classificar, hierarquizar, colocar cada coisa no seu lugar resultava imprescindível para preservar intocados os sentidos fundadores – “somos cristãos e falamos português” (Lima 2003:341) –, os quais permitiriam, pela consagração em finais do oitocentos duma norma linguística afastada do vernáculo local e próxima dos usos lusitanos da época, garantir a pervivência pós-Independência de estruturas sociais nascidas na Colônia, excludentes da cidadania para a maior parte da população do país.

Quais os usos linguisticamente “autênticos” num contexto desse tipo: os das elites letradas – onde ecoa a voz do Outro – ou do povo “inculto”? Progressivamente descrito pelos estudos dialetológicos e submetido a discursos de instrumentos de gramatização do século XXI, o português do Brasil adentra uma nova centúria num conflituoso lugar “entre”: entre o vernáculo, múltiplo, e a norma padrão, entre a oralidade e a escrita, entre o culto e o popular, numa tensão intensificada pelas desigualdades sociais e o modo tradicionalmente atribuído ao povo brasileiro na hora de lidar com os conflitos. O *ethos* da cordialidade brasileira, inserido num contexto em que a avaliação exerce uma presença sistemática, onde identidades e máscaras – étnicas e linguísticas – são permanentemente ameaçadas pelo julgamento alheio, pode tender a associar com o tabu não apenas certos fenômenos linguísticos estigmatizados, como a própria avaliação, fazendo dela um problema em contextos onde se faz necessária a sua verbalização, como no caso da formação em Tradução.

Assim, começando precisamente pela discussão do sentido do vocábulo “problema” e vinculando-o aos estudos sociolinguísticos, tem início logo a seguir o capítulo 2 desta pesquisa, destinado a apresentar contribuições provenientes dessa área de conhecimento com vista a lançar luz sobre questões de norma linguística do português do Brasil nos diversos contextos da prática tradutória que se analisam neste estudo.

CAPÍTULO 2. PROBLEMAS NA PESQUISA (SOCIO)LINGUÍSTICA: **ESPAÇOS, LIMITES E CONTEXTOS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

uma nutrida comissão interdisciplinar, incluindo representantes das diversas religiões em vigor e filósofos das diversas escolas em actividade, que nestes assuntos sempre têm uma palavra a dizer, está encarregada da delicada tarefa de reflectir sobre o que virá a ser um futuro sem morte, ao mesmo tempo que tentará elaborar uma previsão plausível dos novos problemas que a sociedade terá de enfrentar, o principal dos quais alguns resumiriam nesta cruel pergunta, Que vamos fazer com os velhos, se já não está aí a morte para lhes cortar o excesso de veleidades macróbias.

Saramago, J. (2005:28)

Segundo o dicionário *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:1553), o vocábulo português “problema” provém do latim *problēma, ātis*, com o mesmo sentido do grego *problēma, atos*, “o que se tem diante de si; obstáculo, questão”. Originário da combinação da base léxica do verbo *ballo* (eu lanço) com prefixo *pro-* (delante), o seu sentido parece ter sido pronto associado com algo que, lançado para a frente, dificulta ou atrapalha a visão. Especificamente dentro da área da filosofia, Abbagnano (2000:797) define o termo “problema” como:

Em geral, qualquer situação que inclua a possibilidade de uma alternativa. O [problema] não tem necessariamente carácter subjetivo, não é redutível à *dúvida*, embora, em certo sentido, a *dúvida* também seja um problema. Trata-se mais do carácter de uma situação que não tem um significado único ou que inclui alternativas de qualquer espécie. (...) O [problema] é a situação que constitui o ponto de partida de qualquer indagação, ou seja, a situação *indeterminada*.

Além da sua natureza enquanto questão por resolver, adentrando na problemática da reflexão deste autor, há ainda mais um elemento fundamental na configuração do carácter conflituoso do problema:

o reconhecimento do fato de que um [problema] não é eliminado ou destruído pela sua solução. Um “[problema] resolvido” não é um [problema] que não se apresentará mais como tal, mas é um [problema] que continuará a se apresentar *com* probabilidade de solução. A descoberta de um medicamento que cure uma doença é a solução de *um* [problema], mas nem por isso o [problema] está eliminado, pois a doença continuará a ocorrer; portanto, o que a solução permite é, em certos limites, resolver o [problema] todas as vezes que ele se apresente. Com base neste carácter do [problema], fala-se da *problematicidade* dos campos em que se apresenta.

E, dentro dessa ideia de elemento que se destaca enquanto assunto dalgum modo em aberto de forma permanente, o vocábulo “problema” vem sendo associado, não raro, aos estudos sociolinguísticos, eles próprios em boa parte implicitamente problemáticos para aquelas linhas da pesquisa linguística voltadas para perspectivas

mais alienadas do contexto social. O termo “problema” desponta com força na Sociolinguística nas clássicas referências aos assim denominados por Labov em *Padrões sociolinguísticos* (2008). Nessa obra de 1972, Labov (2008:326) apontou “pelo menos cinco problemas diferentes relacionados à explicação da mudança linguística”, essa, em si, o problema maior dos estudos por ele abordados. Seriam eles: o problema da transição entre dois estágios quaisquer numa mudança linguística, o do encaixamento da mudança linguística (subdividido em dois problemas, um relativo a aspectos linguísticos e outro, ao campo das mudanças sociais), o problema da implementação (que questiona o porquê de determinada mudança linguística ter se dado em determinado contexto espaço-temporal e não noutra) e, finalmente, o problema da avaliação, apresentado, de forma sucinta, como o fato de “mostrar como os membros da comunidade de fala reagem à mudança em andamento e descobrir que informação expressiva as variantes veiculam” (Labov 2008:326).

Como é sabido, nas pesquisas labovianas o foco central da abordagem dos problemas de avaliação linguística se encontra no âmbito do implícito. Tanto é assim que Labov merece um reconhecimento especial, no campo da Sociolinguística, pelo talento ímpar na proposição de metodologias de pesquisa que, como a adotada no estudo acerca da articulação do “r” em lojas de departamentos de Nova Iorque (Labov 2008:63-90), resultam exemplares na obtenção de informação. Com mecanismos de coleta de dados cunhados *ad hoc*, este pesquisador seguiu contornar magistralmente o “paradoxo do observador” (Labov 2008:244), pelo qual a própria presença de pesquisadores e pesquisadoras, enquanto tais, condicionaria a obtenção de resultados ao se saber sob observação quem participa dum estudo determinado como informante.

Labov teve plena consciência de que “[n]em todas as mudanças linguísticas recebem avaliação social explícita ou sequer reconhecimento” (Labov 2008:354). Não sendo notadas, não podem ser, efetivamente, alvo de avaliação explícita, porque “não são acusadas por ninguém e parecem não ter impacto na consciência social” (Labov 2008:355). Não se tornam, portanto, um problema perceptível para um número importante de falantes por falta de alguma completude de traços, por não envolver todas as variáveis e nuances necessárias para a constatação/construção dum problema observável, exceto eventualmente por parte de quem pesquisa sobre ele. Nesse sentido, Labov, polêmico, afirma que “mudanças linguísticas incipientes raramente atingem o nível do comentário social” (Labov 2008:355). Além disso, como ilustra a

diferença entre as normas linguísticas objetiva e subjetiva, “as pessoas não se comportam [necessariamente] de um modo coerente com os valores normativos que elas expressam” (Labov 2008:359).

Então, mesmo não tendo sido talvez o interesse maior de Labov, a questão da problemática derivada da avaliação linguística constituiu um dos seus focos de pesquisa, como igualmente o foi a análise de amostras de avaliação linguística explícita, segundo põe de relevo o estudo que implementou em Martha’s Vineyard (Labov 2008:19-62) e que lhe permitiu estabelecer elos, no caso, entre fenômenos de mudança sonora e a sua motivação social.

2.1. PROBLEMAS (SOCIO)LINGUÍSTICOS: CONCEPÇÕES ENTRE O INDIVIDUAL E O SOCIAL

Afirmações tão taxativas como a reproduzida acima – na qual, pelo recurso ao vocábulo “ninguém”, Labov (2008:355) nega enfaticamente a possibilidade de existência de avaliação explícita de determinados fenômenos linguísticos com base na impossibilidade da sua percepção – retratam, em grande medida, uma concepção de comunidade relativamente plana, na qual tendem a ser desconsiderados os contornos e as perspectivas dos indivíduos e grupos que a compõem de forma efetiva. É nessa linha de reconsideração do papel dos sujeitos e da coletividade na qual estão inseridos e que gera a sua socialização, que vêm se desenvolvendo, desde finais do século passado, os estudos sociolinguísticos. No processo de desenvolvimento da disciplina, adensado por diálogos com outros campos do saber, acentuou-se a relevância das questões identitárias no seio da linguagem, no sentido de aquelas gerarem e serem geradas por esta, numa dinâmica ligada de modo essencial ao fazer.

A concepção performática da identidade, que vem permeando nas últimas décadas grandes volumes de estudos de matriz sociológica ou antropológica, afinca as suas raízes, em boa parte, nas contribuições deixadas por Ludwig Wittgenstein, a partir de cujo universo filosófico Austin construiu uma nova e distinta forma de ver a linguagem, ao mostrar que por meio dela é possível praticar ações, não apenas descrever estados de coisas ou simplesmente manifestar fatos. Surge, então, a Teoria dos Atos de Fala (Austin 1962), a qual, ao constatar que determinadas sentenças são, em si, ações, isto é, que o fato de as dizer implica realizar um ato, propôs a distinção

entre atos performativos, que fazem, e constatativos, que descrevem ou relatam coisas do mundo e que são, nesse modelo, susceptíveis de análise do ponto de vista da sua verdade ou falsidade. Ultrapassa-se, desse modo, a concepção da língua como “um conjunto de estruturas e hábitos automáticos”, ao deixar de ser concebida “pela ótica da metáfora condutora que entende as palavras como containers que carregam significados e passa a ser considerada um instrumento de ação” (Menezes *et alii* 2013:205). Abandona-se desse modo a compreensão duma condição de certa passividade estática nas línguas, rumo à ideia dum novo papel vinculado a uma força ativa, carregada de intenção e movimento.

A proposta de Austin, e as suas elaborações posteriores por Searle, tiveram uma importância fundamental na construção de olhares que, nos estudos linguísticos, se projetaram muito especialmente na Pragmática, a qual visa a refletir sobre o uso concreto da linguagem e as condições que governam dita prática. Contrariamente à clássica perspectiva saussureana em relação à dicotomia língua/fala, a Pragmática recusa a centralidade da língua em relação à fala e à sua produção social. Pretende-se, desta maneira, devolver para as pesquisas linguísticas uma concepção vinculada à sociedade e à comunicação, descartadas pelo estruturalismo do linguista genebrino ao retirar da língua a fala e quem a usa.

Esse mesmo foco na língua em uso pode ser encontrado na Sociolinguística. Como é sabido, no cerne do nascimento da Sociolinguística variacionista se encontra a vontade explícita de devolver os estudos linguísticos ao seio da sociedade. O próprio Labov afirmara, já na introdução a *Padrões sociolinguísticos* (2008:14), considerar redundante a denominação sócio- aplicado à Sociolinguística, por não ter como reconhecer com seriedade a possibilidade duma linguística associal. No entanto, esses primeiros movimentos, representados pelas propostas de Labov, apesar de terem conseguido se voltar de forma incisiva para a sociedade, não se furtaram às críticas em relação à sua incapacidade de tocar em cheio a essência da identidade do ser humano enquanto ser social. Neste caso, os questionamentos frisaram o caráter predominantemente quantitativo das pesquisas labovianas, o qual as aproxima dum viés racionalista, cuja tradição tende a prescindir do segundo elemento na dicotomia razão/emoção.

Precisamente o segundo elemento é foco de interesse predominante para pesquisadoras e pesquisadores que, como Eckert (2010), desenvolvem estudos na área Sociolinguística, destacando cada vez mais, nos últimos anos, o que esta denomina significado afetivo e que não considera dicotomicamente distinguível do significado social:

First of all, the exploration of social meaning in variation leads naturally into affective meaning, which in turn raises interesting new questions about the nature of meaning in variation. Second, there are several ways in which affective meaning is inseparable from what variationists generally think of as social meaning.

O contraste entre contribuições como as de Eckert e as da Sociolinguística variacionista tradicional recria, dentro da área de conhecimento dos estudos sociolinguísticos, aquele que se verifica entre abordagens predominantemente formalistas e outras com uma concepção funcional no campo, mais geral ainda, dos Estudos da Linguagem. Conforme afirma Eckert (2008),

By viewing the social as a fixed and external structure that is only reflected in linguistic variability, the study of sociolinguistic variation has remained safely within the bounds of linguistics as a cognitive science.

Caso exemplar para ilustrar essa tendência geral, já no caso dos estudos sociolinguísticos, e da escola variacionista especificamente, é a concepção do *continuum* formal/informal entendido como estilo mais/menos conscientemente monitorado. Assim é apontado por Eckert (2008):

[S]tyle (what one might call *persona style*) is orthogonal to the formality continuum that is associated with style in traditional variation studies (e.g. Labov 1972). The focus on formality in these studies keeps the study of variation in the cognitive realm (see Eckert 2004) as it determines the amount of attention paid to speech, limiting stylistic agency to the manipulation of status in the socio-economic hierarchy.

O foco na perspectiva cognitiva, racionalista, em grande medida veio descentrando o componente ideológico do cerne dos estudos sociolinguísticos, quando, na verdade,

[i]deology is at the center of stylistic practice: one way or another, every stylistic move is the result of an interpretation of the social world and of the meanings of elements within it, as well as a positioning of the stylizer with respect to that world (Eckert 2008).

Tanto é assim que Eckert (2008) considera ser nas ideologias linguísticas que se pode encontrar uma base para pesquisar “*what kinds of meaning people attach to the*

conservative and innovative variant, who does and does not fit the pattern and why". Afinal, embora a organização de comunidades resulte essencial à prática social, a existência de tensões no seu seio também é inerente à sua natureza (Eckert 1996). Já em 1995, Eckert afirmara que:

The categories themselves and the opposition between them can become the object of practice, defining a larger but more loosely connected community of practice focused on conflict over the practices of everyday life in the shared space community members inhabit. (...) What makes them all communities of practice is not any shared attributes of their members, but the orientation of those members to joint participation in some endeavor, and in a set of social practices that grow around that endeavor.

Portanto, independentemente das divergências no tocante à articulação interna das comunidades, cujos membros podem manter entre si relações mais ou menos estreitamente conectadas (Eckert 1995), a diversidade e o conflito que a (re)união gera constituem elementos presentes em todos os coletivos em maior ou menor grau. E é também sobre essa diversidade que são construídas identidades diversas, organizadas através daquele fazer que a própria existência da comunidade implica.

2.2. ABORDAGENS SOCIOLINGUÍSTICAS E LÓCUS DE ANÁLISE: DIRECIONANDO O FOCO

Como já foi visto, em diversas áreas das ciências humanas e sociais tem se verificado nos últimos anos uma atenção cada vez mais intensa por uma concepção de identidade voltada, de forma acentuada, para a ação. Se, dum lado, sociólogos concebem gênero, por exemplo, como uma atividade, mais do que uma categoria prévia, por sua vez a língua também é vista por estudiosos e estudiosas de diversos campos da Linguística de modo predominantemente performático, num fazer que, pela sua recorrência, gera uma ilusão de produto, de “coisa”, para se utilizar a ideia durkheimiana que envolve o “fato social”.

Graças a essa ilusão a língua pode ser imaginada – sentida como existente –, sem que, por isso, quem a usa precise validar as hipóteses que essa crença implica, como o seu caráter essencialmente comum a todos os membros duma mesma comunidade linguística. Afinal, fazer língua nada mais é do que fazer comunidade, um processo em que determinados elementos são destacados e outros apagados (Anderson 2008), de modo semelhante àquele que serve de alicerce à construção das

comunidades nacionais. No dilema tradicional da Sociolinguística laboviana – a mudança linguística e o confronto entre unidade e diversidade –, o problema da delimitação do lócus de pesquisa à denominada comunidade de fala se resolveu de início, como já foi dito, pela afirmação da premissa da coincidência no que tange à avaliação da variação linguística (Labov 2008:287). No entanto, perante a constatação de divergências quanto à avaliação encontradas no seio de comunidades de fala consideravelmente reduzidas e fechadas em si mesmas, impõe-se a relevância da pesquisa acerca das ideologias linguísticas de componentes das comunidades, que podem ser tão distintas no seu seio quanto as próprias práticas linguísticas (Woolard e Schieffelin 1994).

Diversas têm sido as abordagens metodológicas adotadas para o estudo das ideologias linguísticas das comunidades, diversas até no próprio conceito operacional de comunidade, relacionado aos seus limites e filiações teórico-metodológicas. Até porque, já na leitura laboviana, a comunidade não constitui um âmbito isolado, desvinculado dum conjunto maior composto doutras como ela. Conforme afirma Wiedemer (2008:6) a respeito da diversidade e do sistema relacional,

as comunidades encontram-se encaixadas umas dentro das outras, pois um falante pode participar ao mesmo tempo de mais de uma comunidade (...). Além disto, outras comunidades podem estar interligadas, como sub-comunidades que são definidas por relações de vizinhança, classe social, etnia, religião, ocupação etc. Assim, uma pesquisa sociolinguística recebe um recorte de acordo com a abordagem metodológica definida, e esta pode partir de uma comunidade local, geral, das duas ou, ainda, dos cruzamentos lingüísticos existentes.

Citando Guy, Wiedemer (2008:4) organiza como segue as propriedades que costumam ser atribuídas às comunidades de fala:

- a) **Características lingüísticas compartilhadas:** isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usadas na comunidade, mas não fora dela.
- b) **Densidade de comunicação interna relativamente alta:** isto é, as pessoas normalmente falam mais com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele.
- c) **Normas compartilhadas:** isto é, “atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis lingüísticas”.

Portanto, o compartilhamento de códigos e das normas que regulam os seus usos torna-se central na construção conceitual a respeito do que se caracteriza por comunidade de fala. No entanto, tal como afirma Wiedemer (2008:10), não se deve esquecer que:

a noção de comunidade de fala não pode ser um conceito fechado, e que sua definição não é menos problemática do que os conceitos de língua, dialeto, grupo e variedade. Desta maneira, a definição de uma comunidade de fala está atrelada à definição de grupo, língua ou dialeto e norma.

Isso se dá pelo fato de essas categorias se constituírem ainda num nível predominantemente abstrato no tocante à ausência dum compartilhamento direto, visto que os membros duma comunidade de fala determinada não precisam se conhecer, embora compartilhem características. Fazem parte da mesma “comunidade imaginada”. Para afunilar os vínculos entre indivíduos e justificar dita confluência de elementos, as coincidências que apresentam, têm sido propostos os conceitos da rede social [originário da Sociologia, segundo Calvet (2002:120), e depois usado na Sociolinguística] e da comunidade de prática (Eckert 2000), pela qual se passa duma visão *top-down*, para outra *botton-up* (Britain e Matsumoto 2005:15), de caráter mais etnográfico (Eckert 2000:XIII). Pretende-se por meio dela trazer para a vivência direta, a troca *in loco*, o encontro entre falantes que explicaria a existência das confluências conformadoras duma comunidade concreta, composta de pessoas que efetivamente interagem entre si.

As dimensões das redes sociais e das comunidades de prática não coincidem. Para pertencer a uma rede social, basta interagir com membros duma comunidade determinada, de forma mais ou menos intensa (múltipla ou densa). Já para fazer parte duma comunidade de prática, essas interações devem ser significativas para quem participa delas, dado que requer o engajamento do sujeito numa atividade que pode terminar produzindo repertórios de recursos linguísticos compartilhados com base nas negociações realizadas no seu interior (Eckert 2000). Se as redes sociais focam predominantemente o que as pessoas “são”, as comunidades de prática olham sobretudo para o que elas “fazem” (Britain e Matsumoto 2005:10 *apud* Moore 2003:22). Além disso, a pertença a uma rede social pode se dar de modo inconsciente, mas não assim a uma comunidade de prática (Britain e Matsumoto 2005:11). Contudo, nem por isso aqui comunidade deixa por completo de ser um conceito construído metodologicamente, “imaginado”, mais do que um elemento dotado duma suposta existência física. Não é outra coisa que um novo intento de operar um recorte para concretizar uma unidade, não necessariamente homogênea, mas de compartilhamentos constantes e mais intensos, onde os papéis individuais se

aproximam em maior grau dos de habitantes do que dos de visitantes, demarcando lugares e falas.

O panorama anterior remete para a delimitação das três ondas sociolinguísticas nas quais Eckert (2012) propõe organizar os intentos de conhecer o que é esse fazer língua em comunidade, duma perspectiva com foco no social: o variacionismo clássico, de matriz laboviana, iniciado em 1966, com a pesquisa desenvolvida por Labov em lojas de departamentos de Nova Iorque (Eckert 2012:88); o modelo de redes, difundido a partir de Milroy (1980 *apud* Eckert 2012:91); e a proposta das comunidades de prática, a qual, com base nas contribuições de Lave e Wenger (1991), a própria Eckert e McConnell-Ginet (2010) trazem para os estudos sociolinguísticos em 1992. Essa múltipla articulação da perspectiva de análise sociolinguística é resolvida por Severo (2007) mediante a articulação de duas dimensões, uma macro (as comunidades de fala) e outra micro (que compreende os modelos de redes e das comunidades de prática).

No Brasil, vêm se desenvolvendo, desde finais do século XX, estudos sociolinguísticos representantes das três tendências anteriores – as quais, embora costumem se suceder do ponto de vista diacrônico, não necessariamente o fazem:

a) Por um lado, pesquisas filiadas ao variacionismo de matriz laboviana, a linha mais prolífica no país, vêm trazendo luz nas últimas décadas sobre a diversidade linguística brasileira. Consoante Salomão (2011:192-3), esta rama “predomina hoje, sobretudo nas Américas do Sul e do Norte, regiões onde tende a ser considerada como a Sociolinguística propriamente dita”. Tanto é assim que Mollica e Braga (2003) intitulam *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação* um manual que aborda exclusivamente questões ligadas ao variacionismo quantitativo. Também é indicativo do predomínio dessa perspectiva nos estudos sociolinguísticos brasileiros o grande número de grupos de pesquisa⁷⁷ que adotam essa abordagem, difundidos em especial a partir de 1990 (Salomão 2011:193-4). Não se nega com isso, contudo, o fato de que também se fazem presentes no país trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores da área com um viés qualitativo, “investigando as atitudes e crenças linguísticas implicadas na variação linguística” (Salomão 2011:193). Desse ponto de

⁷⁷ Dos grupos de pesquisa mapeados por Salomão (2011), apenas um, o número 47 (formado em 2010 e liderado por Patrícia Lacerda) se dedica ao estudo de questões sociolinguísticas ligadas ao âmbito da tradução. O artigo de Lacerda (2010) é um produto do grupo.

vista, o núcleo de interesse predominante aborda questões relacionadas ao (des)encaixe das modalidades cultas e não cultas em contexto escolar, precisamente na linha da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, s/d) citada na introdução a este trabalho.

b) Por sua vez, dentro do paradigma de redes, destacam os trabalhos de Bortoni-Ricardo (em especial 2011), que descrevem um contexto rural: Brazlândia, cidade na periferia do Distrito Federal. Em Bortoni-Ricardo (2004), a pesquisadora propõe ainda organizar a diversidade linguística do português do Brasil em três continua: rural/urbano, oralidade/letramento e de monitoração estilística.

c) E, já no âmbito da pesquisa em comunidades de prática, vale destacar estudos de cunho teórico que questionam o próprio termo, como Severo (2007, 2009), outros como foco em questões de gênero (Severo 2006) e mais alguns voltados para o campo da formação docente, fundamentalmente de professorado de língua estrangeira (Calvo 2013, Calvo *et aliae* 2014). Nesta última categoria estão compreendidas pesquisas ligadas, portanto, ao âmbito profissional – em concreto, à implementação numa comunidade de prática de formadoras de professorado de inglês como língua estrangeira.

Curiosamente, até a atualidade Bortoni-Ricardo – ainda tendo proposto a área de Sociolinguística Educacional, na qual vem desenvolvendo pesquisas nos últimos anos – não parece ter voltado o seu olhar para a pesquisa em comunidades de prática, em que pese a indissociabilidade entre estas e a questão da educação. É sobre essa abordagem, a pesquisa em comunidades de prática, que se voltará agora a atenção neste trabalho.

O recurso ao termo comunidade de prática, do ponto de vista sociolinguístico, pretende ser uma constatação do fato de que as identidades, incluída a linguística, constituem construtos derivados de vínculos relacionais concretos e de práticas relevantes que sujeitos estabelecem no seio das comunidades por que transitam. Para Eckert e McConnell-Ginet (2010), é nesse entrelaçamento de identidades (como as de gênero, de cor, de origem nacional, adscrição socioeconômica ou de faixa etária, por exemplo) que ocorre a constituição da identidade dos sujeitos, o qual inclui a sua identidade linguística. Na conformação concreta da competência linguística de falantes numa comunidade se coadunam, então, sistemas simbólicos diversos que vêm

conformar uma estrutura maior, o campo cultural. Reclamando, então, um olhar mais local e menos abstrato, Eckert e McConnell-Ginet (2010:98) denunciam, como limitador da reflexão sociolinguística, o fato de que “analistas costumam saltar precipitadamente de observações locais para afirmações globais; com frequência, eles (nós incluídas) também ignoram os múltiplos usos de recursos linguísticos particulares nas práticas de dada comunidade”.

Assim, em pesquisas de Eckert (1995, 1996) no seio de comunidades de prática compostas de adolescentes e pré-adolescentes em contexto escolar, é atribuída uma notável relevância a determinados códigos (como roupas, enfeites, formas de se movimentar, de se comportar ou locais frequentados) por sobre eles se articularem as diversas identidades que as práticas relacionais geram, dentre as quais a linguística. Demarcados pelos limites – em diversos sentidos – dum espaço institucional como o escolar, Eckert (1995) afirma sobre as práticas e os códigos que constroem e, por sua vez, são construídos pelas identidades de adolescentes num colégio público secundário na periferia de Detroit:

Being female or male, athletic, studious, popular, a cigarette smoker, a beer drinker, staying out all night, wearing certain kinds of clothes and make-up, owning a car, using a certain vocabulary and style of speech, engaging in heterosexual activities such as cross-sex dating, wearing a constant smile, using illicit drugs – constellations of such attributes and activities constitute the raw materials from which the social categories of the school are constructed.

Nas práticas é que se elaboram identidades junto a conhecimentos e competências, incluídos os linguísticos, pois é neles que se dá forma às atuações linguísticas. As comunidades concretas são o lócus em que as identidades são (re)construídas, o espaço em que falantes se entrecruzam na realização de práticas diversas, algumas meramente circunstanciais enquanto outras estão impregnadas dum importância essencial para aqueles e aquelas que delas participam. É nesse sentido de envolvimento que Eckert e McConnell-Ginet (2010:102) vêm introduzir o termo “comunidade de prática” nos estudos sociolinguísticos⁷⁸:

Para explorar com algum nível de detalhamento como a prática social e o “lugar” individual na comunidade interligam-se, sociolinguistas necessitam de uma concepção de comunidade que articule lugar e prática. Por essa razão, adotamos a noção de *comunidade de prática* de Jean Lave e Etienne Wenger. O conceito de comunidade de

⁷⁸ Ainda Bortoni-Ricardo (2011:95) atribuindo a Wardhauh (2003) a introdução do conceito “comunidade de prática” na Sociolinguística, o uso em 1992 por Eckert e McConnell-Ginet (2010) é anterior àquele.

prática retira da noção de comunidade sua caracterização em termos de localização ou população e define uma comunidade pelo seu engajamento social – afinal de contas, linguagem serve a esse engajamento –, e não ao lugar ou às pessoas como uma coleção de indivíduos.

Em cada sociedade são organizados distintos tipos de comunidades de prática, pelas quais circulam indivíduos que as compõem e com as quais se comprometem em diversa medida: “Uma comunidade de prática pode ser constituída por pessoas trabalhando juntas em uma fábrica, habitués de um bar, companheiros de brincadeira em uma vizinhança, uma família nuclear, parceiros policiais e seu etnógrafo, a Suprema Corte etc.” (Eckert e McConnell-Ginet 2010:102-3). É nos meios delimitados pelas diferentes comunidades que se (re)criam e, sobretudo, se praticam as crenças, valores, relações de poder, e modos de fazer, de falar e de falar sobre a linguagem que constituem as identidades dos seus membros, pois é nessas práticas que se articulam todos eles. Por isso uma comunidade de prática não é somente um conglomerado de indivíduos, mas de sujeitos motivados pela importância das práticas que realizam, num fazer que os converte em comunidade.

Não é inerente à ideia de comunidade a existência duma harmonia entre os seus membros, nem a ausência de relações marcadas pela segmentação em grupos/identidades ou pela hegemonia duns setores sobre outros. Mas a comunidade de prática é sim o lugar privilegiado para se acompanhar a configuração das relações de poder estabelecidas no seu seio, pela observação dos modos como elas se concretizam nas práticas que organizam a comunidade, desde a sua estrutura normativa às dinâmicas específicas dos subgrupos na vivência diária. Em que pese o percurso e a relevância das comunidades de prática para campos como o da Sociolinguística, os responsáveis por cunhar o termo provêm da área da Educação. No seu texto fundacional sobre o conceito, Lave e Wenger (1991:98) referem-se apenas tangencialmente ao termo, como aplicado a um coletivo cujos membros “*are involved in a set of relationships over time*”. A partir dessa uma noção predominantemente intuitiva, vai tendo lugar um progressivo refinamento do conceito de mão de Wenger (1998), em especial com a determinação de quais os componentes necessários para caracterizar a participação social como processo de aprendizagem no seio duma comunidade de prática. Nesse sentido, os próprios Lave e Wenger (1991:42) concebem explicitamente como conceito ainda a ser perfilado a ideia original de

comunidade de prática. Tanto é assim que Hughes, Jewson e Unwin (2007) afirmam que:

Lave and Wenger (1991) has all the attributes – inspiring and frustrating – of a paradigm-defining text. (...) It took na aspect of individual and social life that was widely regarded as obvious, commonsense and of little interest and elevated it into a subject of serious and exciting academic study.

De fato, em Lave e Wenger (1991:42) se encontram já mencionados pontos que, formulados então enquanto pendentes, virão a ser pilares por volta dos quais se organizarão as críticas ao conceito das comunidades de prática, em especial no que tange às tensões que se estabelecem no seu seio, derivadas das relações de poder imediatas e (as) herdadas do âmbito maior, social, em que as comunidades de prática estão inseridas.

A respeito da fragilidade teórica de tais abordagens primeiras, dizem Lave e Wenger (1991:42):

The concept of “community of practice” is left largely as an intuitive notion, which serves a purpose here but which requires a more rigorous treatment. In particular, unequal relations of power must be included more systematically in our analysis. Hegemony over resources for learning and alienation from full participation are inherent in the shaping of the legitimacy and peripherality of participation in its historical realizations.

Após o *insight* inicial, Wenger (1998) assumirá a necessidade de desnaturalizar o conceito de comunidades de prática como elemento essencial às reflexões que, sobre o caráter situado da aprendizagem, pretende desenvolver. Trata-se de afastar o cotidiano, do consabido, um fenômeno que, por fazer parte da vida, tende a passar despercebido em muitos campos, apesar da sua natureza potencialmente rica do ponto de vista heurístico. Pretende-se, mediante esse conceito, observar como, num engajamento mútuo, pessoas negociam significados e desenvolvem um repertório compartilhado que foi gerado pela comunidade e pode ter se tornado parte da sua prática, ou, pelo menos, da (cons)ciência que quem é membro tem sobre ela.

Quatro são, para Wenger (1998), os componentes necessários para caracterizar a participação social como um processo de aprender: o significado, a prática, a comunidade e a identidade – não necessariamente hierarquizados nessa ordem.

Entende o primeiro componente, o significado, como “*a way of talking about our ‘changing’ ability – individually and collectively to experience our life and the*

world as meaningful” (Wenger 1998:5). Cambiante é a habilidade humana de construir significados, como cambiantes são eles próprios, enquanto redirecionados, ampliados, restringidos, recusados ou confirmados, num processo de (re)negociação constante, dinâmico e histórico, contextual e único (Wenger 1998:52-3).

O segundo componente, a prática, remete à atividade em si, por volta da qual se organiza a comunidade. Prática aqui é definida como “*a way of talking about the shared historical and social resources, frameworks, and perspectives, that can sustain mutual engagement in action*” (Wenger 1998:5). A ideia de prática enfatiza o desenvolvimento de interações num engajamento coletivo que imprimem sentido à prática em si, ao permitir a construção social do significado e da aprendizagem. Wenger (1998) frisa ainda que, com o uso do termo prática, não pretende aludir à dicotomia entre as dimensões teórica e prática, entre o ideal e o real, visto que não considera a prática como mera realização de alguma abordagem teórica, nem uma aproximação incompleta dela. Aliás, “*practice is not inherently unreflective*” (Wenger 1998:48), mesmo que a presença da reflexão não necessariamente coincida, na sua profundidade e explicitude, nas diversas comunidades, podendo induzir a uma falsa ideia de automatização irreflexiva das ações. Em Wenger, McDermott e Snyder (2002:4), as comunidades de prática serão definidas como: “*groups of people who share a concern, a set of problems, or a passion about a topic, and who deepen their knowledge and expertise in this area by interacting on an ongoing basis*”. Trata-se, então, de uma prática que visa a abordar coletivamente a resolução de problemas e exploração de temas vitalmente vivenciados como relevantes por membros de cada comunidade.

O terceiro componente, a comunidade em si, é caracterizado pelo comprometimento de quem participa dela num empreendimento comum, sempre renegociado, que dá lugar a um repertório compartilhado de recursos (que abrangem rotinas, hábitos, sensibilidades, artefatos, entre outros) gerados pelo grupo ao longo do tempo. Ela é “*a way of talking about the social configurations in which our enterprises are defined as worth pursuing and our participation is recognizable as competence*” (Wenger 1998:5).

Já o último componente, a identidade, é concebida como “*a way of talking about how learning changes who we are and creates personal histories of becoming in the context of our communities*” (Wenger 1998:5). Especialmente para algumas

práticas que, como a tradutória, tradicionalmente têm visto reduzida a sua existência a um fazer em grande parte alienado do fato de se pensar essa atividade, e a um ofício marcado, também, por um labor predominantemente solitário, nunca é demais ponderar as repercussões identitárias derivadas do afastamento da aprendizagem social, até porque focar no nível das comunidades de prática não implica glorificar o local, mas perceber como os componentes anteriores se articulam em processos que envolvem complexas interações entre o local e o global (Wenger 1998:133).

A abordagem situada que localiza o conhecimento (e a aprendizagem) em comunidades de prática não nega em modo algum o âmbito maior do social; pelo contrário, ao ligar indivíduos às comunidades permite associar o cognitivo ao social, a fim de “compreender melhor os processos locais que constituem o nosso cotidiano (e que nos constituem ao participarmos nele) na interligação com a dinâmica mais ampla do mundo social em que as nossas práticas sociais têm lugar” (Santos 2002).

É claro que, nessa construção, “[l]ocal identity is never an association with a generic locale but with a particular construction of that locale as distinct from some other. Local identity claims are about what it means to be from ‘here’ as opposed to some identified ‘there’” (Eckert 2008), e essas diferenças externamente articuladas se projetam também sobre o interior do grupo, concebendo comportamentos, mais ou menos conflituosamente, como merecedores ou não de serem adscritos à categoria do “autêntico” (Eckert 2008).

Como foi dito, o desenvolvimento posterior por Wenger do conceito das comunidades de prática, além de maior refinamento, trouxe consigo revisões críticas que vieram incidir em especial nas relações de poder gestadas no seu interior, na sua necessária historicização e na demanda de serem olhadas com maior atenção as práticas propriamente ditas. O devir interno e inerentemente problemático das comunidades provém das relações significativas que quem delas fazem parte precisam manter entre si, atreladas a níveis de experiência diversos e a interesses individuais nem sempre coincidentes. O processo de reelaboração identitária e, então, de aprendizagem que as comunidades de prática geram é imbuído por tensões que derivam do fato de que “[a] aprendizagem nunca é simplesmente um processo de transferência ou assimilação: aprendizagem, transformação e mudança estão sempre impactando umas nas outras” (Zaccarelli e Godoy 2013:31).

Conceber como potencialmente conflituoso o processo de construção da comunidade, pelo fazer prático que requer e pela necessária gestão das tensões derivadas das relações e interações nele e para ele observadas, não é o único aspecto em que a delimitação duma comunidade de prática dista de ser aproblemática. “[O] facto de [o próprio termo] nos parecer familiar pode induzir, com facilidade, uma ideia de que é auto-evidente, facilmente identificável e descritível, e até **não problemático**⁷⁹”, afirma Santos (2002:2). Para Wenger (1998:74), “[t]he term is not a synonym for group, team or network.” Trata-se, isso sim, dum coletivo que se empenha num empreendimento conjunto, durante cuja realização será gestado um repertório compartilhado de recursos, explícito enquanto tal em maior ou menor medida, que abrange estilos, histórias, instrumentos, ações, discursos, conceitos, eventos históricos; quer dizer, elementos heterogêneos cuja coerência deriva não da sua identidade, mas do fato de terem sido gerados no seio duma mesma comunidade de prática (Wenger 1998:63, 82).

Também não resultam necessariamente unânimes as atividades em que costumam se debruçar as comunidades de prática. Exemplos típicos das práticas desenvolvidas por esses coletivos são os seguintes (Wenger 2006: 2-3):

Tabela 1: Exemplos de atividades das comunidades de prática (Wenger 2006)

<i>Problem solving</i>	“Can we work on this design and brainstorm some ideas; I’m stuck.”
<i>Requests for information</i>	“Where can I find the code to connect to the server?”
<i>Seeking experience</i>	“Has anyone dealt with a customer in this situation?”
<i>Reusing assets</i>	“I have a proposal for a local area network I wrote for a client last year. I can send it to you and you can easily tweak it for this new client.”
<i>Coordination and synergy</i>	“Can we combine our purchases of solvent to achieve bulk discounts?”
<i>Discussing developments</i>	“What do you think of the new CAD system? Does it really help?”
<i>Documentation projects</i>	“We have faced this problem five times now. Let us write it down once and for all.”
<i>Visits</i>	“Can we come and see your after-school program? We need to establish one in our city.”
<i>Mapping knowledge and identifying gaps</i>	“Who knows what, and what are we missing? What other groups should we connect with?”

⁷⁹ O negrito é da que escreve.

Conforme se verá, essas são atividades que fazem parte das dinâmicas de TRAD-PRT, uma lista de discussão de profissionais da tradução da língua portuguesa donde serão extraídos dados que servirão, no capítulo seguinte, para refletir sobre as concepções sociolinguísticas que, sobre esta língua, têm profissionais da tradução que trabalham com ela.

2.3. PESQUISANDO IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS EM COMUNIDADES DE PRÁTICA: O DESCONFORTO NA (SOCIO)LINGUÍSTICA

Embora, com a inserção dessa abordagem na Sociolinguística, inicialmente tenha se pretendido desenvolver pesquisas no seio de comunidades de prática visando a aproximar a lente do significado-sentido, na prática estudos desse tipo terminaram servindo, em boa medida, para seguir pesquisando acerca de traços (como elementos de ordem fonético-fonológica, por exemplo) que com certeza não são os únicos carregados de significado social. Elementos de ordem gramatical ou léxica, como os que serão alvo de atenção predominante neste trabalho, são também objeto de interpretações que remetem não somente para o estilo – pois representativos de como falam ou escrevem os membros duma comunidade –, mas para as ideologias linguísticas do grupo. Como já foi dito, segundo Labov (2008:359) os componentes dum coletivo podem não agir necessariamente como acham que deveriam (ilustrando o contraste entre ser/dever ser, a norma objetiva e a subjetiva) e tampouco convergir nas práticas languageiras de forma obrigada numa posição una. No entanto, a observação dos processos de construção dialógica em torno dos fenômenos linguísticos no seio das comunidades possibilita acompanhar o que de fato parece ser questionável-questionado e o que seria irrelevante (ou talvez inquestionável) para membros de dita comunidade, acerca das línguas e os seus usos. Por isso, Irvine (2001:24) aponta que:

By foregrounding ideology I emphasize the need to investigate ideas about language and speakers independently of empirical distributions, and the need to recognize that “attitudes” include participants’ basic understandings of what the sociolinguistic system consists of, not just emotional dispositions.

A pesquisa acerca das ideologias linguísticas, que vem se organizando como linha de estudos em grande medida transversal a macro-áreas tradicionais dos estudos linguísticos, conta hoje com algumas reflexões que constituem referências constantes, quer pelo seu caráter fundante, quer pelo seu potencial sintetizador e organizador do pensamento nesse âmbito. Nessa linha, vale destacar as contribuições de Silverstein (1979) e Woolard e Schieffelin (1994) a respeito da história deste segmento na Sociolinguística.

Dentro do mapeamento de estudos sobre ideologias linguísticas, que afirmam constituir uma área incipiente à época de redação do artigo em questão, Woolard e Schieffelin (1994) apontam que, entre as diversas perspectivas por volta das quais foram se organizando ditas pesquisas (como etnografia da fala, contato – e, então, conflito – de línguas, políticas linguísticas, letramento ou estudos históricos), se encontra um bloco denominado “doutrinas da correção, padronização e purismo”, o qual responde em maior medida ao eixo de interesse desta tese. Além das análises cujo foco se inscreve de forma explícita no âmbito das ideologias linguísticas, há ainda “*numerous studies that address cultural conceptions of language, in the guise of metalinguistics, attitudes, prestige, standards, aesthetics, hegemony, etc.*” (Woolard e Schieffelin 1994), também potencialmente adscrivíveis a esse campo de pesquisa.

Os trabalhos anteriores, como apontam Woolard e Schieffelin (1994), não divergem somente quanto à assunção direta da sua inserção no âmbito de estudos das ideologias linguísticas, mas igualmente quanto à aceitação ou não da possibilidade de estas serem pesquisadas através do discurso metalinguístico, dum se falar delas. Assim, se Silverstein (1979) concorda explicitamente com essa possibilidade, Woolard e Schieffelin (1994) destacam a necessidade de ambas as abordagens serem delimitadas porque trazem implícitas concepções distintas de ideologia.

Diversas resultam, de fato, as concepções do que quer que sejam as ideologias linguísticas. Com Woolard e Schieffelin (1994), pode se acompanhar um leque de abordagens que oscilam entre olhares mais cognitivos e outros mais centrados na ordem do social, concentrando-se no indivíduo ou buscando análises demarcadas dentro das relações sociais e de grupos. Para Silverstein (1979:193 *apud* Maynard 2002:409) constituem “*any sets of beliefs about language articulated by users as a rationalization or justification of perceived language structure and use*”, incidindo no

conceito de crenças, tão caro à Linguística Aplicada brasileira. Já com uma atenção mais voltada para o social, Olender (1992:53 *apud* Woolard e Schieffelin 1994) concebe ideologias linguísticas como “*self-evident ideas and objectives a group holds concerning roles of language in the social experiences of members as they contribute to the expression of the group*”. E, numa maneira mais genérica, Rumsey (1990:346 *apud* Woolard e Schieffelin 1994) associa ideologias linguísticas com “*shared bodies of common sense notions about the nature of language in the world*”.

De fato, as ideologias linguísticas apresentam, grosso modo, uma relevância que atravessa transversalmente diversas perspectivas e áreas de conhecimento, com interesses voltados de modo predominante quer para o campo linguístico, quer para o social, porque não versam apenas sobre a(s) língua(s). Conforme indicam Woolard e Schieffelin (1994), “[r]ather, such ideologies envision and enact links of language to group and personal identity, to aesthetics, to morality, and to epistemology”. E é na interseção desses âmbitos que se pode efetuar uma reflexão articulada de diversas concepções que, sobre as línguas e, em especial, o português, tecem tradutoras e tradutores que participam do que será um dos lócus desta pesquisa – TRAD-PRT –, cuja expressão gera amostras daquilo que Cameron (1995) denomina “higiene verbal”, termo mencionado na seção introdutória e no capítulo primeiro, sobre o qual se discorre a seguir.

Recusando a dicotomia entre descritivismo e prescritivismo, Cameron (1995) concebe a avaliação linguística como prática indispensável na atividade languageira. Através dessa metáfora, a linguista ilustra o fato de que todos os usuários e as usuárias de línguas são higienistas por atribuírem valores como funcionalidade, estética ou moralidade aos fenômenos linguísticos, num movimento de caráter puramente ideológico. Trata-se de fazer avaliação linguística explícita – não apenas de assumir atitudes sociais para com a língua, mas de tecer julgamentos críticos quanto ao valor dos fenômenos linguísticos (Cameron 1995:9). Ações como essas seriam inerentes à atividade languageira, não um elemento prescindível e perverso que se sobreporia a um suposto uso neutro, não avaliativo, da língua.

As funções da higiene verbal são variadas: de simplesmente entreter, facilitando ainda a criação de comunidades ou redes nas quais indivíduos se reúnem para participar de projetos compartilhados, até fornecer um mecanismo simbólico para lidar com conflitos outros – como os de caráter étnico-racial, de classe, cultura ou

gênero – que as pessoas relutam a defrontar de forma mais direta (Cameron 1995:216-7).

Cameron (1995) aborda a tríade língua/sociedade/higiene verbal estabelecendo conexões entre os seus três componentes. Por um lado a sociolinguista sugere⁸⁰ o impacto potencial da higiene verbal sobre a língua, ao apontar o papel que aquela pode exercer na mudança linguística pela sua influência interna, intracódigo. Mas o vínculo da higiene verbal, e indiretamente da língua, com a sociedade também ocorre, no mínimo, por serem os usos linguísticos, e os questionamentos acerca deles, a típica arena em que determinados conflitos sociais encontram a sua expressão simbólica (Cameron 1995:11). As questões sociais são, desse modo, defrontadas e ressignificadas através do “eufemismo linguístico”: o tratamento direto do conflito social é contornado pelo recurso a colocações que se pretendem de ordem estritamente linguística, buscando amenizar o possível desconforto produzido na avaliação doutrem como sujeito.

As convenções linguísticas, naturalizadas, costumam ainda ser sentidas como pertencentes a uma ordem diversa daquela à qual se adscrevem outras muitas regras e normas sociais, não sendo experienciadas só como imposições externas, mas como sentimentos provenientes do interior da própria pessoa (Cameron 1995:14). Com frequência, o seu caráter é atribuído ao campo do estético (como ilustram afirmações do tipo “não soa bem”), o qual denota uma sensação de desconforto e inquietação proveniente do *“fear that the meanings which anchor your own view of the world are not, after all, shared by everyone; which in turn expresses a more general fear of difference, otherness, relativity”* (Cameron 1995:219). Porém, falar de normas e de avaliação linguística é inevitável e implica inserir firmemente a língua no espaço do social, ao ultrapassar o tabu encarnado na pergunta “deveríamos prescrever?” para nos perguntarmos quem prescreve o quê, a quem, como e por qual motivo (Cameron 1995:11).

Trata-se, portanto, de se debruçar sobre um terreno desconfortável, posto que amiúde carregado de juízos de valor que afundam as suas raízes em considerações de caráter extralinguístico, não raro discriminatórias, pelas quais são avaliadas como mais válidas, dalgum ponto de vista, variantes, variedades ou até sistemas

⁸⁰ Ao respeito, diz Cameron (1995:1): “I am not going to suggest that all characteristics of languages are produced by verbal hygiene, nor that all are equally amenable to being modified by it”.

linguísticos. O mesmo fenômeno ocorre em cenários diferentes da cultura, ligados a práticas sociais referidas a outros campos do comportamento humano. A regulação nesses espaços é resultado dum processo que se prolonga no tempo, mas acompanhável através das pegadas deixadas em discursos e documentos que compõem um retrato, parcial talvez, porém sintomático, do percurso que foram percorrendo costumes hoje naturalizados, mas de origem nem tão remota como se poderia imaginar. Nesse sentido, em 1939 Elias (1990) traça um panorama sócio-histórico europeu, em especial francês e alemão, do surgimento de normas sociais ligadas à higiene e às boas maneiras, como o comportamento linguístico, mapeando as fases medieval, ligada ao modelo da cortesia – que considera elementar e até ingênuo –, seguida nos séculos XVI e XVII pelo da civilidade – em que pervivem as normas medievais, mas com maior refinamento e uma pressão social crescente para o indivíduo se adequar ao modelo prescrito –, em direção ao século XVIII, o século das academias, quando o modelo civilizatório acentua a demarcação dos limites nos usos e costumes, como também a contenção das emoções, num momento de crescente aburguesamento da nobreza e de progressiva entrada na corte de elementos burgueses (Elias 1990:112).

Durante esses períodos, as formações sociais encontradas se projetam sobre fenômenos linguísticos europeus, que são submetidos em ocasiões a avaliações explícitas. Diz Elias (1990:120), sobre o uso linguístico característico de cada momento:

Às vezes, essa própria gente reflete sobre o assunto. O que diz sobre ele é, à primeira vista, surpreendente e, de qualquer modo, sua importância ultrapassa a esfera da linguagem. Frases, palavras e nuances são corretas porque eles, os membros da elite social, as usam. E são incorretas porque inferiores sociais as usam.

Nessa nova elite do mundo capitalista, em constituição no setecentos, podem ter lugar cortesãos e cortesãs de famílias nobres, ou burguesas e burgueses recém-chegados, mas o “*bom usage*” é necessariamente delimitado por um círculo reduzido para legitimar cuja existência não se precisa de mais argumento do que a evidência: os usos cultos pertencem à comunidade que os cultiva, a elite educada, o grupo que, “por direito” – compreendido ainda como direito divino, mas também como direito econômico e político – exerce o controle sobre a língua. Afinal, o *habitus* linguístico dos membros da classe dominante é a própria *realização da norma* ou a *norma realizada* (Bourdieu 2008).

Perante um cenário desse tipo, não é de surpreender o tradicional desinteresse da Linguística pelo estudo dos juízos avaliativos e, ainda, a negativa de dedicar a atenção devida à prescrição. Sem dúvida, o forte componente social que implica e a presença de valorações incomodam tanto olhares mais formalistas, quanto visões mais interessadas em reflexões que impliquem uma maior inserção da língua no seu contexto social. No entanto, as crenças e atitudes avaliativas acerca dos fenômenos linguísticos devem ter estado presentes desde os alvares da consciência linguística⁸¹, integrando-se no acervo cultural e ideológico de cada comunidade. No caso das línguas europeias, a emergência da norma codificada a partir do Renascimento veio apenas convergir em direção a essa tendência, provavelmente universal em maior ou menor grau, do comportamento humano. Para a sua definição, foram adotados “*los ‘mejores usos’ de los ‘mejores hablantes’, que se han tomado como guía segura desde la antigüedad, a pesar de la vaguedad e inconcreción de tales ‘autoridades’*” (Negre 2008:97). Seguindo as mesmas dinâmicas, a aparição das academias entre finais do século XVI e o XVIII viriam exacerbar o purismo normativo, em reação contra o qual se insurgiria o sentimento romântico, acentuando a consciência da variedade e a valoração do uso sobre a uniformidade da norma. Também a partir de meados do século XIX, os estudos histórico-comparativos, no seu intuito de alcançar para a Linguística o estatuto de disciplina descritiva e científica, prescindiram de dedicar qualquer atenção aos elementos prescritivos, dentro duma abordagem ligada às doutrinas naturalistas que requeria prescindir do qualitativo, assumindo inclusive posições deterministas que viam com receio a possibilidade de se influir sobre a língua, cuja evolução natural seria autorregulada, à maneira das espécies biológicas (Negre 2008:100). O advento do estruturalismo trouxe consigo um desinteresse ainda maior se cabe em relação aos fenômenos normativos, no geral mais merecedores de ser tratados como irrelevantes do que como alvo de críticas (Negre 2008:101). O gerativismo, por sua vez, com o seu foco na aquisição linguística e no “falante ideal”, mais do que na atuação linguística, concentrou a atenção nuns usos idealizados, longe das discussões sobre variação e avaliação linguísticas. Unicamente com o nascimento da Sociolinguística – na segunda metade do século XX, como se viu –, o estudo das

⁸¹ Data já do século IV d. C. o *Appendix Probi*, de autoria desconhecida, tradicionalmente atribuído a Marco Valério Probo – que viveu muito anteriormente –, no qual aparecem compilados os 227 erros que quem o escreveu julgava mais frequentes na fala latina da época, em oposição às formas consideradas corretas, do latim clássico.

manifestações, das causas e das repercussões da prescrição linguística vieram a se integrar com maior intensidade à agenda dos estudos linguísticos modernos.

No entanto, desde a sua desvinculação inicial, no século XIX, pervive até hoje, aceita como axioma pela maioria de especialistas na área, a concepção de que a Linguística é descritiva, não prescritiva (Negre 2008:107). Esse mote representa a vontade de afastamento do desconforto advindo do contato com o saber leigo, com as representações sociais, mas também é produto de uma tradição de descrição lexicográfica e gramatical surgida com o objetivo de delimitar fronteiras reativas para o uso correto. “[C]on el paso de los siglos, la norma lingüística se ha hecho más flexible, menos rígida y ha tratado de reconciliarse con la omnipresente variación lingüística” (Negre 2008:108). No Brasil, embora sempre criticada por “linguistas”⁸², o grau de variação na norma padrão, também questionado, põe de relevo, pelo menos, as diferenças nas concepções entre “gramáticos” e gramáticas⁸³ mais tradicionais e mais contemporâneas. As modernas propostas baseadas na descrição de usos – sejam eles escritos (como Neves 2000) ou orais (como Perini 2010) – são indicativas de um movimento de articulação de uma gramatização baseada nos usos cultos contemporâneos do português do Brasil. Claro que existe nessa obra uma avaliação, como já foi dito no capítulo anterior, pois está implícita no próprio ato de descrever e na operação de recortes que definem o descrito. Além disso, ao serem os usos “cultos” os descritos, não há possibilidade de se prescindir de um movimento avaliativo que defina quais os requisitos que deve atender a categoria de “*mejores hablantes*” (Negre 2008:97), pois são elas e eles a quem, como se viu acima, termina sendo reconhecido o direito de definir, nem que seja indiretamente, os usos modelares de uma língua.

A difusão ao público leigo desses novos pensares, com os questionamentos que os originaram, como também dessas novas descrições do português do Brasil, todos eles gerados em espaços acadêmicos, implicam a sua constituição em representações sociais que fazem dos saberes científicos uma apropriação específica, dotada de contornos individuais, mas sobretudo sociais.

⁸² As aspas por volta de “linguistas” e “gramáticos” não têm qualquer tom irônico, apontando apenas para o fato de esse ser os termos que os coletivos se atribuem e lhes são atribuídos, e com os quais se articula a sua identidade nos discursos contemporâneos sobre norma linguística no Brasil.

⁸³ Entendam-se aqui as obras e as autoras.

O conceito de representação social surgiu nos anos 1960, num contexto de matriz psicanalítica. Não ficou, entretanto, restrito apenas a ela, tendo logo passado a fazer parte dos discursos das ciências humanas. Tomando como base o contexto francês da época, Moscovici publicou em 1961 *La psychanalyse, son image, son public*, onde tentou compreender como a população no geral se apossava de conceitos provenientes da Psicanálise, após eles terem ultrapassado as barreiras dos grupos especializados. Trata-se, portanto, de analisar um conhecimento correspondente ao senso comum⁸⁴ e contraposto ao saber científico, não apenas no que diz respeito ao seu conteúdo, mas também a quem o detém. Ao saber científico só acessam determinadas pessoas, legitimadas por um nível determinado de qualificação, e o fazem através de conhecimentos predominantemente teóricos. Por sua vez, a abrangência do senso comum cobre o corpo social, com ideias e interpretações do mundo compartilhadas que constituem as representações sociais.

O conceito de representação coletiva encontra-se na origem do de representações sociais. Vindo à luz no campo da Sociologia, nos estudos de Durkheim, foi concebido para elaborar uma teoria da religião, da magia e do mito. Esse sociólogo argumentou que fenômenos coletivos como as religiões ou as línguas não podem ser explicados, pela sua natureza relacional, a partir do indivíduo, mas enquanto produto duma comunidade.

Moscovici reorientará o conceito de representação social de Durkheim, reduzindo o foco (do corpo social a pequenos grupos urbanos) e ressaltando que esse tipo de conhecimentos não é apenas produto duma herança coletiva proveniente de ancestrais, transmitida e reproduzida de maneira determinista e estática. Para Moscovici, o indivíduo tem papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade e das representações que orientam e legitimam no discursivo o comportamento social, da mesma forma que é criado por ela, num movimento de mútua interação. Trata-se dum mecanismo destinado a lidar com ideias ou conceitos novos, de modo a torná-los de certo modo comuns, habitualmente pela sua associação com outros. A representação social, portanto,

⁸⁴ Na teoria das representações sociais, a captação do senso comum tem extrema importância porque é por meio da sua utilização que os grupos sociais vão construir uma definição da realidade e da sua situação. Na tradução, a reelaboração das crenças sobre as línguas e sobre a prática tradutória, de cujo conhecimento consensual todos e todas participam, é essencial no processo de ensino-aprendizagem formal, que constitui, portanto, um espaço de re-elaboração de representações da comunidade leiga, tenso por definição.

[n]ão deve ser vista de um modo passivo, como reflexo na consciência de um objeto ou conjunto de idéias, mas de um modo ativo: como uma reconstrução do dado em um contexto de valores, reações, regras com o qual se torna solidário. A linguagem o traz para o fluxo das associações, o investe de metáforas⁸⁵, o projeta no espaço simbólico (Leme *et aliae* 1989:30).

Nessas projeções ouvem-se, por exemplo, ecos de modelos de organização social que se articulavam entre a esfera sagrada e a profana, substituídos pelos universos reificados e consensuais, cujas dinâmicas, contudo, ainda em muito lembram as das esferas que os precederam. No universo reificado, o das ciências que vieram ocupar o espaço da esfera sagrada, “a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais. Somente a competência adquirida determina seu grau de participação de acordo com o mérito” (Moscovici 2015:51). As relações de poder funcionam aqui independentemente dos desejos dos sujeitos, aos quais só lhes resta se submeter a elas, mais ainda em sociedades marcadas por uma desigualdade extrema, como a brasileira, em que a meritocracia vem apenas condenar a um *status* subalterno a quem nasce numa posição socialmente inferior. Por sua vez, no universo consensual, o das representações sociais, a esfera profana de antanho, “a sociedade é uma criação visível contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana” (Moscovici 2015:49). Ele permite restaurar a harmonia com o mundo, tornando-o acessível à totalidade do coletivo e fazendo-o coincidir com os interesses imediatos da comunidade. Portanto, “[c]iência e representações sociais são tão diferentes entre si e ao mesmo tempo tão complementares que nós temos de pensar e falar em ambos os registros” (Moscovici 2015:60) e são ambas as vozes que precisam ser ouvidas para entender o funcionamento de qualquer domínio das práticas sociais.

O foco metodológico de Moscovici recai na observação e análise da verbalização, no discurso dos componentes do grupo estudado. Por esse motivo, as entrevistas qualitativas, especialmente as semiestruturadas, e os grupos focais⁸⁶ são os seus instrumentos de coleta de dados mais importantes, pois facilitam a apreensão

⁸⁵ A expressão metafórica do pensamento coletivo, consensual, age em diversos campos da cultura. No caso que interessa aqui, o campo da religião fornece, como se verá, um universo expressivo que entra em diálogo frequente com as práticas linguísticas e tradutórias.

⁸⁶ Nesta pesquisa se recorre a ambos os tipos de instrumentos para a coleta de dados, tanto no tocante a profissionais, quanto a docentes e estudantes de tradução, como acontecerá respectivamente nos capítulos 3 e 4.

daqueles “enigmas que intrigam ao ser humano desde o berço e dos quais ele nunca para de falar” (Moscovici 2015:42).

Outro aspecto destacável acerca das representações sociais remete para o seu caráter prático, conformador de condutas, pois modela o comportamento e justifica a sua expressão dentro do universo consensual duma comunidade determinada. Moscovici entende a representação social como uma preparação para a ação porque as pessoas, afirma, agem em consonância com os elementos das representações sociais que elas mesmas construíram. A raiz desse comportamento, e da sua concepção condutista, estaria no fato de que, nas representações sociais,

a memória predomina sobre a lógica, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo. O ato de re-presentação transfere o que é estranho, perturbador do universo exterior para o interior, coloca-o em uma categoria e contexto conhecidos. Neste universo consensual, o veredicto precede o julgamento (Leme *et aliae* 1989:30).

No entanto, o tradicional problema da avaliação da prática linguística informa da existência dum vácuo entre o dito e o feito, passível de análise e cuja percepção nas pesquisas emana com frequência da triangulação de informações coletadas por meio de instrumentos diversos (como questionários, entrevistas e observação). De fato, as representações sociais emergem dum tripê, cujos componentes estão interligados, mas não necessariamente coincidem por completo: o sujeito e as suas representações individuais; o imaginário coletivo, no qual surgem as representações sociais – construídas pelo grupo – onde se integram “estereótipos, lugares-comuns, preconceitos, religiões, mitos e ideologias” (Minayo e Deslandes 2002:112); e um terceiro cenário, que trata da realidade social como atuação, onde se conformam as ações socialmente representadas.

Afirmar que no universo consensual o veredicto precede o julgamento também significa dizer que, na construção das representações sociais, os indivíduos são parciais na escolha de histórias, mitos ou fatos a que remetem para identificar e se familiarizar com o novo. Essa decisão, cujos ecos são perceptíveis pelo universo de referência donde provêm as metáforas através das quais a representação social é formulada, pode carregar consigo classificações, impregnadas de conotações positivas ou negativas, e categorias dispostas numa disposição hierárquica. As novas taxonomias podem herdar, então, tendências interpretativas do domínio fonte, como as classificações dicotômicas.

Domínios alvo (aquilo sobre o que se fala ou pensa) e fonte (que fornece a estrutura conceitual e o correspondente vocabulário para se pensar nele) são, para Lakoff e Johnson (1980:124-5), os dois constituintes das metáforas conceituais, que, desde a publicação de *Metaphors We Live By*, são consideradas estruturantes (pelo menos até certo ponto e de modo pouco consciente) da maneira como os seres humanos percebem, de como pensam e do que eles e elas fazem. Desse ponto de vista, não seria aleatório o recurso ao domínio da guerra para se referir metaforicamente a uma discussão, visto que, se fosse substituído por outro, como o da dança, por exemplo, “*people would view arguments differently, carry them out differently, and talk about them differently. But we would not probably view them, as arguing at all: They would simply be doing something different*” (Lakoff e Johnson 1980:125). Por isso a metáfora não constitui somente um recurso estético, como era vista na antiguidade, já que “[*t*]he language of argument is not poetic, fanciful, or rhetorical; it is literal. We talk about arguments that way because we conceive them that way – and we act according to the way we conceive of things...” (Lakoff e Johnson 1980:125).

A detecção consciente da metáfora é menor quando lexicalizada. Nesses casos, ela passa despercebida ao ser tida como “normal”, convencional, e não apenas pelo seu caráter de discurso repetido, mas porque “[*t*]he most fundamental values in a culture will be coherent with the metaphorical structure of the most fundamental concepts in the culture” (Lakoff e Johnson 1980:128). Há, então, uma harmonia entre valores profundamente enraizados nas culturas e os conceitos metafóricos a que recorrem. A percepção da presença da expressão metafórica pode ocorrer mais facilmente por parte de quem está fora da cultura onde ela está inserida, de modo semelhante à errônea atribuição do caráter de metáfora a expressões que numa cultura concreta não o são. A perspectiva donde se olha muda, é claro, o que se vê, ou se acredita que se vê⁸⁷. Porém, dita distorsão do olhar também é operada pela metáfora dentro duma dada cultura, pois ela acentua determinados aspectos da realidade apagando outros, embora essa percepção seja, como nas representações sociais, tanto resultado da inserção pelo sujeito numa cultura determinada, quanto derivada das

⁸⁷ Por isso Lakoff e Johnson (1980:130-1) atribuem a um estudante iraniano em Berkeley um erro de entendimento na expressão “*the solution of my problems*”, por ele compreendida não no sentido comum, mas como o recurso a uma metáfora relativa a algum mecanismo que permitiria a resolução imediata e automática de qualquer dificuldade, como numa reação química.

experiências de vida de cada indivíduo (Lakoff e Johnson 1980:129-30). É nos espaços de intersecção em que umas e outras que as identidades são construídas. Elas o são em grande medida através do uso de metáforas coincidentes, que expressam representações sociais cuja convergência denuncia a articulação do dever ser, da avaliação consensual de campos culturais pelo coletivo. No entanto, nem sempre a ação confirma a norma, nem o ser se ajusta de modo perfeito ao imperativo do dever ser, e não necessariamente num movimento proposital. Em ocasiões, conforme lembra Goffman (1988:139)

o simples desejo de permanecer fiel à norma – a simples boa vontade não é o bastante, porque em muitos casos o indivíduo não tem controle imediato sobre o nível em que apóia a norma. Essa é uma questão da condição do indivíduo, e não de sua vontade; é uma questão de conformidade e não de aquiescência.

Isso se deve, em boa parte, a que determinados padrões da norma podem ser impossíveis de atingir para determinadas pessoas. Nesse caso, o estigma que carregam – seja qual for o traço socialmente escolhido como tal – não pode ser apagado, diferente do que se costuma entender no caso dos estigmas sociolinguísticos, que, embora “congenitos”, é habitual que sejam vistos como produto da (ir)responsabilidade de quem os porta. O reconhecimento da irracionalidade desse preconceito não implica sempre ultrapassar, contudo, a barreira do ser. Assim, se dentro do dever ser os sujeitos podem ser capazes de articular racionalmente uma defesa de variedades e variantes sociolinguisticamente estigmatizadas, isso não implica que se permitam fazer uso delas, posto que cada coisa deve permanecer no seu lugar e tem que haver um lugar para cada coisa. Consoante Goffman (1988:134):

Assim, mesmo que se diga ao indivíduo estigmatizado que ele é um ser humano como outro qualquer, diz-se a ele que não seria sensato tentar encobrir-se ou abandonar “seu” grupo. Em resumo, diz-se-lhe que ele é igual a qualquer outra pessoa e que ele não o é – embora os porta-vozes concordem pouco entre si em relação a até que ponto ele deveria pretender ser um ou outro.

O parágrafo acima ilustra à perfeição os dramas sociais da avaliação sociolinguística de sujeitos como aqueles e aquelas sobre cuja higiene verbal se volta este trabalho. Ao mesmo tempo em que podem reclamar a validade e o respeito por formas não padrão, e ainda constatando a sua “autenticidade” no português do Brasil, nem sempre assumem o seu uso independente da sua valoração social. Há também aquelas e aqueles cujos depoimentos põem de relevo a presença de metáforas

religiosas na configuração que rodeia a avaliação linguística nesse país. E tudo isso tende a acontecer em especial por volta de determinados fenômenos linguísticos, como a próclise absoluta dos clíticos na escrita, um tabu para boa parte dos brasileiros e brasileiras, ainda quando se defrontam com discursos de respeito à variação linguística, quando fenômenos como esse têm cabida em instrumentos de gramatização do português do Brasil, e ainda num contexto de progressiva discussão e reconhecimento da legitimidade de usos desse tipo.

Certamente, no Brasil quem constrói a narrativa acadêmica do estigma sociolinguístico não é “falante nativo” dessas variedades. Quem formula essas narrativas também é amiúde criticado pela inconsistência das suas posições, por não fazer o que parece predicar – com a religião presente de novo –, o que ameaça a sua fachada (Goffman 1985). Perante isso, defensoras e defensores da denúncia do estigma sociolinguístico costumam alegar não terem sido corretamente compreendidos.

É em direção a sujeitos e vozes como todos esses, que articulam fazeres e discursos entretecidos numa teia de valores que denuncia o conflito e a problematidade do espaço social por que indivíduos e coletivos transitam, que se dirigem olhares nos capítulos subsequentes desta pesquisa.

2.4. AS INTERAÇÕES VIRTUAIS E A PESQUISA (SÓCIO)LINGUÍSTICA

Na contemporaneidade, os questionamentos acima não podem deixar de ser complementados com mais uma colocação: fala-se no papel dos estudos sociolinguísticos em relação à firme inserção da língua no “espaço social”. Mas onde ele se localiza, em qual territorialidade?

A influência das inovações técnicas sobre as diversas sociedades tem constituído um foco de destaque da reflexão historiográfica tradicional: desde a descoberta do fogo e a pedra lascada, os avanços na técnica serviram de elementos que pontuam e segmentam, na reflexão do discurso historiográfico, o *continuum* da história humana. Semelhante percepção se tem no campo da Sociologia, em que estudiosas e estudiosos como Castells (2000) acompanharam o impacto, nos últimos 250 anos, de inovações tecnológicas com potencialidade para produzirem revoluções

desse tipo, dentre as quais, junto à Revolução das Tecnologias da Informação, aquelas que Castells (2000) concebe como duas revoluções industriais: uma ligada à descoberta da energia a vapor, nos finais do século XVIII, e a segunda, nos finais do XIX, relacionada à invenção da energia elétrica. Todas elas constituem revoluções, visto que se caracterizam por uma acelerada transformação tecnológica cujos efeitos se deixam sentir no conjunto do sistema econômico e do tecido social. Divergem, contudo, no seguinte (Nicolaci-da-Costa 2002:194):

Somente a segunda Revolução Industrial e a Revolução das Tecnologias da Informação, (...) têm em comum o fato de se basear em conhecimentos científicos (...). E somente a primeira Revolução Industrial e a Revolução das Tecnologias da Informação têm em comum o fato de gerar descontinuidades profundas nos mais variados setores da vida em sociedade.

Sempre se voltando para o passado, diversas áreas científicas têm se interessado pelo diálogo entre a inserção de novas tecnologias e a organização do corpo social, quer no tocante às práticas do cotidiano, quer, em determinados casos, às representações sociais do sujeito e do coletivo em que está inserido, numa dinâmica que constitui já, ela própria, um lugar comum. “Todos reconhecemos que inovações tecnológicas dos mais variados tipos introduzem transformações em nossas vidas”, aponta Nicolaci-da-Costa (2002:193), ao mesmo tempo em que associa o grau de percepção da mudança ao fato de o indivíduo ter (con)vivido com a fase de trânsito, o qual lhe permite, a partir da sua experiência subjetiva, desnaturalizar a sua relação com o fenômeno em questão e construir um relato do *antes* e o *depois*, em relação ao seu momento de emergência.

Todas essas transformações foram denunciadas até pela própria criação de neologismos de que vieram acompanhadas – como anomia ou neurose, por exemplo – , termos frequentemente descritos no início como impurezas⁸⁸, mas que terminaram constituindo conceitos basilares nos seus campos respectivos. São, por exemplo, bem conhecidas as interpretações de Durkheim⁸⁹ que associaram as altas taxas de suicídio

⁸⁸ A própria Nicolaci-da-Costa (2002:199) recorre a vocábulos como “enxurrada”, “invadir” e “penetrar”, na hora de descrever a recente aparição de neologismos relativos ao mundo virtual: “enxurradas de novos termos e expressões invadiram o linguajar contemporâneo em ritmo extremamente acelerado (para uma discussão mais pormenorizada dos termos e expressões que penetraram a versão brasileira da língua portuguesa, ver Nicolaci-da-Costa 1998)”.

⁸⁹ Em *Da Divisão do Trabalho Social*, publicado originalmente em 1930, Durkheim (1999) usa o termo “anomia” – ausência de norma – numa tentativa de explicação de certos fenômenos sociais conflituoso que caracterizaram o mundo laboral dos inícios do século XX. A organização da sociedade moderna, necessária para garantir a sua sobrevivência, impõe uma divisão de tarefas que produz especialização.

à anomia instaurada com o advento da sociedade industrial. No entanto, em especial pela sua proximidade, não resulta uma tarefa simples avaliar o impacto que novas tecnologias exercem sobre o sujeito contemporâneo. Mesmo afirmações taxativas como as de Nicolaci-da-Costa (2002:197) – “a história se repete” – precisam seguir sendo matizadas e acompanhadas nos âmbitos em que as mudanças se realizam de fato.

As novas dinâmicas da Internet costumam ser concebidas como marcadas por um processo de remodelação da identidade caracterizado pelo alargamento, pela suspensão das barreiras espaço-temporais no novo lugar do não lugar. Afinal, “o ciberespaço é para a Revolução da Internet aquilo que a metrópole foi para a Revolução Industrial” (Nicolaci-da-Costa 2002:197). Mas o âmbito em que se estabelecem as relações virtuais vai se moldando progressivamente, ao se passar de relações mais restritas nos anos 1990, com um foco identitário mais exclutor e específico, rumo a articulações que no século XXI parecem ser mais gerais, não necessariamente mais integradoras, mas sim mais difusas:

A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política característica da década de 1990 era a construção da ação social e das políticas em tomo de identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, ou recém-construídas, em uma busca ansiosa por significado e espiritualidade. Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional (Castells 2000:57).

As dinâmicas de interação iniciais eram, então, mais restritas porque nessa fase a configuração de trocas virtuais ainda era em boa parte herdeira das identidades da modernidade. Desde esse momento, a conformação das distintas sociedades do ponto de vista informacional poderá divergir até certo ponto, adquirindo contornos

Dela se deriva o isolamento do indivíduo dentro do grupo, o que causa, por sua vez, um enfraquecimento do espírito de solidariedade global que acentua a tendência ao comportamento de desvio. Assim, apenas regulada por “[u]ma moral tão imprecisa e tão inconsistente”, “toda essa esfera da vida coletiva é, em grande medida, subtraída à ação moderadora da regra” (Durkheim 1999:VII) pela anomia dominante derivada da incapacidade de ação do Estado de operacionalizar normas trabalhistas fatíveis (Durkheim 2000:497), especialmente quando da geração de estados de “crise” ou “ruptura do equilíbrio” (Durkheim 2000:311) com uma consequência extrema no aumento das taxas de suicídio (Durkheim 2000:303-10). Exceto pelo último fator – do qual não se dispõe de dados –, as tendências ao isolamento, à especialização e à situação anômica, do ponto de vista laboral, muito dizem ainda hoje sobre a vida de profissionais da tradução no Brasil. Associa-se ainda a essas ideias a pontualização de Robinson (2002:37) sobre a necessidade de prazer como essencial à permanência na profissão por parte de profissionais da área, uma ausência notável, como se verá no capítulo 4, nas descrições que fazem dessa prática estudantes de tradução.

particulares em cada caso, mas tenderá a atingir âmbitos comparativamente alargados em relação ao momento anterior:

o Japão, tanto quanto a Espanha, a China, o Brasil e os EUA são e serão, ainda mais no futuro, sociedades informacionais, pois os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político/militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globales de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica. Portanto, todas as sociedades são afetadas pelo capitalismo e informacionalismo, e muitas delas (certamente todas as sociedades importantes) já são informacionais, embora de tipos diferentes, em diferentes cenários e com expressões culturais/institucionais específicas (Castells 2000:57).

A própria origem na rede mundial de computadores ilustra essa adscrição da diferença na forma de se atuar no espaço virtual. Entre o MINITEL francês e a ARPANET estadunidense, ambos pioneiros na Internet, ainda havendo convergências – já que são os dois de origem estatal – as divergências são notáveis, e não somente nos aspectos técnicos⁹⁰, mas sobretudo no seu escopo: a França naquele e o mundo nesta.

ARPANET, colocada em funcionamento em 1969, é um produto nascido da Guerra Fria. Foi concebido inicialmente pela Agência de Projetos de Investigação Avançada (ARPA), do Departamento de Defesa estadunidense, como um sistema que garantiria a sobrevivência das comunicações em caso de conflito nuclear. A difusão do seu uso pela comunidade científica, com a criação de diversas redes, deu lugar à articulação, nos anos 1980, duma rede de redes, ARPA-INTERNET, denominada, depois, só INTERNET (Castells 2000:83). O crescimento das necessidades técnicas derivado da ampliação da sua implantação foi atendido, novamente, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos em 1983, graças ao financiamento por ARPA dum sistema operativo – UNIX – que, além de permitir a comunicação entre computadores, facilitou a codificação e decodificação por eles dos pacotes de dados enviados pela Internet através das linhas telefônicas.

Em 1999 (:392), Castells questionava as potencialidades de universalização da Internet, cujo acesso, limitado num primeiro momento a “*un segmento culto de la población de los países más avanzados*”, seria “*probablemente incapaz de alcanzar a*

⁹⁰ Enquanto ARPANET, de origem militar, integrava microcomputadores, MINITEL integrava servidores (Castells 2000:428-9) via telefônica. As limitações tecnológicas deste último, ainda com os subsídios do Estado, fizeram dele uma tecnologia intensamente difundida dos anos 1980 até os 1990 na área de interações virtuais, sobretudo eróticas, para se concentrar a seguir apenas em questões comerciais e informativas.

grandes segmentos de las masas incultas y los países pobres”. O alvo da sua avaliação em 1999 – retirada da tradução brasileira desse volume (Castells 2000:446) – residia nos seus custos de implementação e utilização, em comparação com os de tecnologias como a televisão, e, implicitamente (“*masas incultas*”), na precariedade do letramento dos “*países pobres*”, fatores que considerava empecilhos a uma difusão neles do nível alcançado pelos televisores.⁹¹

De fato, as desigualdades existem e persistem, mas as dinâmicas de extensão de acesso à Internet vêm se intensificado nos últimos anos também fora dos países ricos. Assim, o relatório anual para 2014⁹² da União Internacional de Telecomunicações (ITU), agência da ONU, indica que no mundo são já quase três bilhões as pessoas que usam a Internet – cerca de 40% da população mundial. Os dados mostram que número de pessoas conectadas cresceu 6,6% em 2014, impulsionado principalmente por países em desenvolvimento, onde a cifra duplicou desde 2009, quando a quantidade de usuários e usuárias da Internet era de dois bilhões de pessoas.

A pesquisa da ITU apresenta os dados organizados por países, classificados em seis regiões, e articulados por volta de três eixos, que denomina mundo, países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Atendendo a estes eixos, os índices médios de acesso a Internet em 2013 e 2014 são os seguintes:

Tabela 2: Promédio mundial de acesso à Internet em 2013 e 2014 (Relatório ITU 2014)

	Índice em 2013	Índice em 2014
Mundo	4.60	4.77
Países desenvolvidos	7.03	7.20
Países em desenvolvimento	3.67	3.84

Para o Brasil, foram apurados índices de 5.16, em 2013, e de 5.50, em 2014. Na mesma linha, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirma que a proporção de internautas no país passou de 49,2%, em 2012, para 49,4%, em 2013, do total da população. As informações fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de

⁹¹ No referente ao acesso e aos usos das tecnologias de informação, considera-se relevante destacar que um novo meio costuma coabitar como os já existentes, por vezes ocupando espaços significativos dentro do rol de fontes de informação e de formação de comunidades, como, por exemplo, o poder e espaço que ainda hoje ocupam a mídia escrita em forma de jornal diário e a radiodifusão.

⁹² O relatório está disponível em: http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014_without_Annex_4.pdf. Acesso em: 12/04/2015.

Domicílios (PNAD) referente a 2013⁹³. No país, o número de pessoas conectadas em 2013 totalizou aproximadamente 85,6 milhões de internautas com 10 anos ou mais. A taxa de crescimento, 0,2%, é, contudo, claramente a menor registrada na série histórica da PNAD desde 2008: entre 2011 e 2012, ela foi de 6,9%; entre 2009 e 2011, 14,8%; e de 2008 para 2009, 21,6%.

As cifras gerais escondem, contudo, as diferenças de acesso ligadas a faixas etárias, situação socioeconômicas e região do país. Nesse último quesito, as regiões Sudeste (57,0%), Sul (53,5%) e Centro-Oeste (54,3%) tiveram proporções de internautas superiores à média nacional de 49,4%. O Norte, com 38,6% do total da população, e o Nordeste, com 37,2%, ficaram abaixo do promédio geral brasileiro. No entanto, todas as regiões do país registraram crescimento de internautas em 2013.

Seria um óbvio anacronismo, logicamente, criticar com o olhar de hoje os comentários de Castells (1999). Porém, não deixa de ser relevante recontar como determinados espaços de interação virtual em emergência eram retratados numa época próxima do seu surgimento. Como apontava Castells em 1999 (:395):

los observadores han detectado el fenómeno de la formación de comunidades virtuales. (...) [P]or ellas suele entenderse una red electrónica autodefinida de comunicación interactiva, organizada en torno a un interés o propósito compartido, aunque a veces la comunicación se convierta en sí misma en la meta.

Trata-se dum relato inicial do que viria ser um dos espaços mais povoados no universo da Internet, pelo menos no caso brasileiro, embora gestado num princípio nos EUA. Afirmo Castells por aquela época (1999:395): “*Decenas de miles de estas ‘comunidades’ existían por todo el mundo a mediados de los noventa, la mayoría situadas en los Estados Unidos, pero su alcance se hace cada vez más global*”. Herring (2013:95) confirma a afirmação anterior quando diz: “Os anos 1990, particularmente, testemunharam um crescimento dramático das interações textuais entre muitos participantes por meio das listas de correio eletrônico”, entre outras modalidades de trocas via Internet. Ainda escasseiam os estudos que, na área da Linguística, tenham se voltado para a pesquisa acerca dessas, então, novas formas de interação. Pelo menos assim o entende Crystal (Shepherd e Saliés 2013:24), pioneiro

⁹³ Após correções em relação aos primeiros dados divulgados em 2014, o relatório revisado da PNAD 2013 está disponível na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default_sintese.shtm, na tabela Quadro das diferenças da PNAD 2013. Acesso em: 27/04/2015.

na área, que declara em entrevista: “Em relação à descrição, a Linguística da Internet encontra-se no mesmo estágio em que se encontravam os estudos da língua inglesa nos anos 1960”.

Em casos específicos, como o contexto brasileiro e o da língua portuguesa (Shepherd e Saliés 2013:263), em especial no caso das listas de discussão, a atenção parece ter sido ainda menor do que a dedicada a outras línguas e modalidades de trocas virtuais, inclusive com o seu apagamento discursivo no relato acadêmico nesse campo (Fernandes 2009). As listas de discussão constituem, com efeito, um modelo em grande medida hoje deixado para trás e substituído por outros espaços de interação, fato esse que não elimina a sua importância, não só na reconstrução do relato da socialização na Internet, mas enquanto arquivo dum momento especialmente rico pelo seu caráter inaugural, muito mais ainda no caso específico de comunidades como a dedicada à prática tradutória profissional, pelas suas formas tradicionais de socialização – ou pela ausência dela.

No tocante aos estudos sociolinguísticos sobre listas de discussão, a contribuição mais destacada corresponde a Herring (2013), que centra as suas pesquisas em listas acadêmicas e na reflexão acerca da configuração que nelas adota a tomada de turno. Trata-se de refletir sobre até que ponto as reflexões da Linguística alheias ao campo da Internet são automaticamente válidas nesse novo contexto (Shepherd e Saliés 2013:263), ou se precisam ser revistas à luz de dados originários dos ambientes virtuais. Em concreto, Herring (2013) dedica a sua atenção aos procedimentos de tomada de turno – aos quais se refere como “conseguir o piso conversacional” –, à luz, predominantemente de problematizações ligadas a questões provenientes dos Estudos de Gênero.

O primeiro questionamento que põe em xeque as categorias e conclusões da Análise da Conversação no contexto da Comunicação Mediada por Computador (CMC) remete para a dificuldade de se delimitar de forma rígida a tradicional atribuição das diversas formas de interação nesse contexto às categorias “síncrono” e “assíncrono”. Atendendo ao número de participantes e ao caráter instantâneo ou não das trocas, Baron (2013:125) distingue, a priori, as seguintes categorias de CMC:

Tabela 3: Categorias de Comunicação Mediada por Computador (Baron 2013)

Síncrona	Assíncrona
----------	------------

Um para um	Mensagem instantânea	E-mail e torpedos em celular
Muitos para muitos	Chats, conferência por computador, WhatsApp	Lista de discussão, blogs, redes sociais

Essa classificação, contudo, não opera de modo sistemático, pois as condições de recebimento das mensagens não são condicionadas necessariamente pela vocação inicial da modalidade de interação. O correio eletrônico, cujo nome provém da correspondência tradicional, ao ser recebido instantaneamente após o envio, pode funcionar como interação síncrona, já que “é comum que e-mails (tecnologia assíncrona) transmitam mensagens quase em tempo real, e obtenham respostas imediatamente, transformando em síncrona uma mídia que é, na essência, assíncrona” (Baron 2013:125). Esse trânsito de categorias está atrelado à capacidade de conexão à Internet, cuja evolução desde os anos 1990 foi notável, atualmente expandindo-se também de maneira gratuita em espaços públicos e privados de diversas cidades em torno do mundo.

Por outro lado, a distinção entre “individual para individual” (ou “um para um”) e “coletiva para coletiva” (ou seja, “muitos para muitos”) não se encontra atrelada necessariamente ao suporte da mensagem, visto que diversos sistemas admitem modalidades de uso grupal e privado – como no caso das listas de discussão. Porém, todos eles operam alguma forma de suspensão do espaço/tempo, que Bauman (2001:15) considera definitiva da modernidade:

A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca.

A modernidade é marcada, segundo Bauman (2001:17), pela sua natureza pós-panóptica, em contraste com o mundo pré-moderno, que prendia os sujeitos independentemente do lado do poder em que se localizassem: fosse como vigias ou no grupo vigiado, todas e todos estavam limitados pelo espaço-tempo – na rotina, o primeiro coletivo, da atividade monitorada, ou, o segundo, numa vigilância “que abarcava ampla gama de tarefas administrativas custosas e complicadas”.

Assim, utilizando da reflexão de Bauman (2001), verifica-se que a prática tradutória encaixa com facilidade nas dinâmicas pós-panópticas⁹⁴. Agentes por antonomásia dum mercado cada vez mais deslocalizado, resulta frequente que tradutoras e tradutores trabalhem predominantemente ou apenas para uma clientela com residência num país diferente daquele onde se encontram. E, talvez por essa intensa inserção num mercado deslocalizado, pós-panóptico, também é esperável certa vocação de profissionais da tradução para se voltarem às novas formas de interação, em que se inverte a relação do “individual para coletivo” no “coletivo para individual” – onde muitas pessoas são as observadoras, poucas as observadas. Conforme afirma Bauman (2001:101): “Mudamo-nos agora, sugere Mathiesen, duma sociedade do estilo panóptico para uma sociedade do estilo sinóptico: as mesas foram viradas e agora são muitos que observam poucos”.

Essa – “muitos observando poucos” – parece ser mais bem a configuração das interações nas listas de discussão, melhor do que os “muitos para muitos” que aponta Baron (2013:125). Enquanto poucas pessoas falam, muitas leem ou podem ler o que outras disseram. Muitos e muitas – estas especialmente – são aquilo que Goffman (2002:118) chamaria “circunstantes”⁹⁵. A comunicação mediada por computador não é, então, tão democrática como se costuma alegar, pois, diferente da interação face-a-face, não basta “postar uma mensagem” para conseguir um piso conversacional. Mesmo as listas sendo, por definição, espaços de encontro⁹⁶ – que reúnem participantes com uma orientação conjunta – e não meros agrupamentos, visto que a presença nelas dificilmente será produto do acaso, nem todos, e especialmente todas as presentes, como se verá no caso aqui estudado no seguinte capítulo, são igualmente reconhecidos como agentes cuja interlocução – ou, melhor, locução propriamente dita

⁹⁴ Sobre as dinâmicas laborais contemporâneas, de que tão profundamente participam agentes profissionais da tradução, Bauman (2001:141) afirma: “O trabalho foi libertado do Panóptico, mas, o que é mais importante, o capital se livrou do peso e dos custos exorbitantes de mantê-lo; o capital ficou livre da tarefa que o prendia e o forçava ao enfrentamento direto com os agentes explorados em nome de sua reprodução e engrandecimento. O trabalho sem corpo da era do software não mais amarra o capital: permite ao capital ser extraterritorial, volátil e inconstante”.

⁹⁵ Trata-se de pessoas cuja participação num encontro não é ratificada, embora se encontrem dentro do campo visual e auditivo de quem participa nele enquanto participantes endereçados ou endereçadas (Goffman 2002:119).

⁹⁶ No contexto da comunicação face-a-face, Goffman (2002:17-8) distingue entre os termos “agrupamento” – que faz referência às pessoas que, embora no mesmo ambiente, “pareçam estar divididos, calados e distantes, ou somente momentaneamente presentes” –, dos “empreendimentos em orientação conjunta [que] podem ser chamados de encontros, ou comprometimentos de face”. Estes implicam uma “maior ou mais extensa estruturação de conduta” em que mais de um ou uma participante se ratifica na sustentação autorizada dum “único foco de atenção cognitiva”.

– seja esperável. Dentro da lógica dos encontros face-a-face, Philips (2002:28) lembra que:

os ouvintes que estão presentes a uma interação, mas a quem, num dado momento, o falante não está dirigindo a palavra, são chamados de interlocutores “não-ratificados”, ao passo que aqueles a quem o falante está de fato dirigindo a palavra são chamados de “interlocutores ratificados”.

Nem todos os procedimentos da interação face-a-face estão disponíveis no mundo virtual. A direção e a sustentação do olhar de quem fala ou um leve movimento do corpo em direção a falantes com legitimação para a tomada de turno concedida pelos locutores ou locutoras não existem como tais nas interações via Internet, onde o recurso de ratificação remete implicitamente aos “mecanismos de categorização de grupo social” (Philips 2002:29) e ao universo das formações discursivas construídas pela comunidade. É claro que “a única maneira de sabermos se uma dada mensagem tomou e sustentou o turno (ou deteve o piso conversacional) é observarmos se as respostas subsequentes fazem referência ao conteúdo nela presente (ou se houver *feedback* por parte de um destinatário)” (Herring 2013:96), mas isso não mostra senão um argumento circular que não explica por que apenas determinadas postagens são legitimadas, ou ratificadas, e outras não.

As listas de discussão ilustram com facilidade o fato de que, por um lado, a simples postagem duma mensagem não abre necessariamente um piso conversacional – já que muitas não são nem lidas – e, por outro, que nem todas merecem o mesmo nível de atenção pelas demais “listeiras” e “listeiros”⁹⁷. Como lembra Herring (2013:96), “[a]lgumas adquirem *status* mais central por prover mais respostas e podem até mesmo nomear o tema de uma linha de discussão que envolva dezenas de participantes ao longo de semanas ou meses”.

Na tentativa de validar instrumentos com potencial explicativo para entender a regulação dos processos de constituição de pisos conversacionais nas listas de discussão, Herring (2013) recorre à proposta de Edelsky (1981), aplicando-a a linhas conversacionais de três listas de caráter acadêmico. Para tanto, é analisada a adscrição das sequências de mensagens aos dois tipos de piso conversacional determinados por Edelsky (1981):

⁹⁷ É essa a denominação que se dá a quem participa duma lista de discussão.

a) Um piso individual (Piso 1⁹⁸), caracterizado pela tomada de turno dum ou duma falante por vez – “linear” –, em que participantes, com maior presença masculina, se comunicam dum modo relativamente formal e organizado; e

b) Um piso colaborativo (Piso 2), em que um número maior de participantes parece engajar-se simultaneamente numa conversa – com “sobreposições” –, caracterizada pela fala informal e com presença de homens e mulheres.

As mensagens predominantes em séries com maioria do tipo Piso 1 terminam sendo mais longas e da autoria dum número reduzido de participantes, que controlam hierarquicamente a interação. Já as linhas conversacionais baseadas no Piso 2 tendem a ter postagens com um tamanho mais breve e os turnos que as compõem são distribuídos de forma mais democrática, entre uma quantidade maior de interlocutores e interlocutoras (Herring 2013:96-7).

Visando a confirmar ou infirmar a vinculação entre os tipos de piso conversacional (quantidade e tamanho das mensagens) e o gênero, Herring (2013) analisa o modo como são operacionalizadas seis categorias com que descreve o piso conversacional nas interações que compõem o seu *corpus*: duração do episódio, densidade (ou número de participantes e postagens por dia), foco temático e subtópicos, número de trocas concordando ou discordando, percentagem de participação por número de mensagens e de tópicos novos, e quantidade de respostas recebidas por participante.

Conforme os resultados obtidos, a adscrição à categoria Piso 1 das trocas realizadas por interlocutores homens é confirmada no atinente às três primeiras categorias, mas não às três últimas. A divergência pareceria estar relacionada ao empoderamento de determinadas pessoas, as quais adotam práticas de poder que correspondem, do ponto de vista conversacional, ao Piso 1, independentemente de ser homens ou mulheres. No entanto, em termos percentuais, “a masculinidade aumenta a possibilidade de um participante postar ou receber respostas” (Herring 2013:120). Portanto, no *corpus* pesquisado por Herring, o gênero parece ter maior poder

⁹⁸ Para evitar a ambiguidade, na análise desenvolvida no próximo capítulo, entre modalidades de piso e gênero dos participantes (M para homens, e F para mulheres), não será adotada a terminologia que Herring (2013) emprega para denominar os pisos conversacionais: F1 e F2 (relacionadas com a inicial do inglês “*floor*”, piso). No seu lugar, as duas modalidades de pisos conversacionais aparecerão aqui referidas, respectivamente, como Piso 1 e Piso 2.

explanatório do que o tipo de piso *per se* ou o fato de se tratar de indivíduos empoderados no seio da comunidade.

As conclusões de Herring (2013:120-1), obtidas com uma abordagem qualitativa, não são generalizáveis do ponto de vista quantitativo, estatístico. Como ela própria afirma, podem estar ligadas ainda a padrões de interação característicos do momento da coleta de dados – começos de 1990 – e ter mudado com o passar do tempo, ou também ser específicas das listas de discussão acadêmicas e não verificáveis noutros espaços de comunicação mediada por computador como os blogues, ou ainda relacionadas a características culturais – talvez nacionais – das comunidades pesquisadas.

Constituem, entretanto, uma das escassas contribuições sobre formas de pensar, sociolinguisticamente falando, âmbitos de interação virtual e, em especial, as listas de discussão, que são a modalidade a que se recorrerá logo a seguir para observar as interações que, sobre as suas concepções acerca de norma linguística e do português, estabelecem tradutoras e tradutores que têm esse como uma das línguas de trabalho.

Como é lógico, seguindo as dinâmicas gerais, vários modelos de interação virtual entre profissionais da tradução foram se sucedendo ao longo dos anos – embora nem sempre diacronicamente, às vezes apenas enquanto modelos surgidos em fases posteriores, em convívio com outros predominantes em momentos anteriores. Porém, como no caso das listas de discussão, escassa atenção têm merecido ainda esses âmbitos no que tange à pesquisa sociolinguística, e menos ainda no tocante a agentes ou práticas tradutórias em língua portuguesa.

Do pouco que se tem escrito sobre o assunto, vale destacar os comentários de Sobral (2008) acerca dos blogues – relacionados a um caso específico, o blogue Assinado-Tradutores, nascido para denunciar plágios de traduções no mercado brasileiro – e, principalmente, as contribuições de Fernandes (2008, 2009, *et alia* 2007), com foco na comunidade Tradutores/Intérpretes BR, do Orkut, ferramenta que perdeu público drasticamente no Brasil nos últimos anos, substituída por modelos posteriores.

Referindo-se indiretamente às listas de discussão, em comparação com os blogues, Sobral (2008) indica o “auxílio mútuo entre colegas tradutores na resolução de ‘problemas’ de tradução” como sendo a principal prática desenvolvida nelas. Num

contraste nítido com o que indica o seu nome, para Sobral (2008) “[h]oje, as listas de discussão não têm propriamente discussões”. Modalizando a sua afirmação – por meio da quantificação (“certo” e “boa parte”) e da impessoalidade (“percebe-se”) –, Sobral (2008) defende como segue o potencial interativo dos blogues, que já (“[h]oje”), conforme ele disse acima, não encontra nas listas: “percebe-se certo incômodo em boa parte dos associados quando começa a haver discussões prolongadas ou polêmicas”.

O teor instrumental com que Sobral (2008) parece caracterizar as práticas das listas é justificado pela descoordenação que percebe nelas, na falta de vozes autorizadas e não anônimas que controlem o fio do discurso. A sua afirmação acerca das consequências do caráter anônimo dos blogues chama a atenção quando comparada com TRAD-PRT, em que postagens desse tipo nunca foram permitidas, pelo qual as dinâmicas de interação contrastam intensamente com comentários habituais que fazem presentes nos blogues.

Estes, como o Orkut constituem, com certeza, modelos que sucederam às listas, mesmo não tendo implicado no seu desaparecimento, pois muitas seguem em funcionamento até a atualidade, servindo ao menos como memória dos diálogos e dos problemas que suscitavam a atenção das comunidades que inicialmente as organizaram.

Surpreende, então, que não tenham merecido interesse como foco de pesquisa, ainda mais se considerado o seu caráter de discurso fundador. Fernandes (2009), ainda que as mencione em várias ocasiões, opera sobre elas um esquecimento discursivo, lógico quando considerado o imenso impacto que teve o Orkut no Brasil, mas no mínimo peculiar do ponto de vista da comunidade tradutória. A esse respeito, diz essa pesquisadora (Fernandes 2009:98-9):

Só o tempo dirá se o *orkut* será apenas mais um modismo como o *ICQ*, o *IRC*, o *MSN*, redes digitais que tiveram seu número de usuários reduzido ou estagnado ao passar a fase de novidade. Provavelmente, novas formas de socialização surgirão, mas o *orkut* continuará significativo por ter inaugurado uma rede digital de socialização que quebrou as barreiras de tempo e espaço propiciando a socialização de um grande número de pessoas em espaço global.

A forma de socialização que Fernandes (2009) retrata em Tradutores/Intérpretes BR, no tocante ao exercício do poder, ao que (não) pode ser dito, não deixa de lembrar as palavras de Sobral (2008). Carregada de ironia é a análise de Fernandes

(2009:103) sobre a página de abertura de Tradutores/Intérpretes BR, onde se mostra que, sob a égide de São Jerônimo, patrono da prática tradutória,

todos naquele espaço serão embuídos da “verdadeira sabedoria”, estarão livres do perigo (que pode ser do descarte do mercado de trabalho, da falta de competência, da competição e de ser passado para trás), pois os moderadores são aqueles que estão autorizados a guiar, em nome do padroeiro, seus seguidores (participantes da comunidade) para vencer num mundo cruel e exigente. Tal prática discursiva parece acalmar a insegurança, pois, aliados às novas tecnologias os sujeitos não se encontram mais sós, pertencem ao grupo dos tradutores - mas não qualquer grupo, um grupo protegido pela ação divina.

O exercício do poder pela equipe que modera essa comunidade é aumentado exponencialmente pela sua atuação anônima. “É um discurso autoritário sem face”, conforme aponta Fernandes (2009:106), num espaço disciplinado por regras de interação informadas desde a página de abertura, que a princípio se esperaria que estivesse dedicada a definir a comunidade do ponto de vista do domínio. Tudo parece indicar que a gestão da interação, visando a conformar determinadas formas de comportamento e a construir posições-sujeito de poder com o direito de controlar a proliferação do discurso, é um dos focos do domínio da comunidade:

A presença das condicionais e do imperativo carrega traços de um discurso autoritário, ou seja, os moderadores pretendem que todos os membros da comunidade, principalmente os novatos, leiam e obedeçam as regras ali contidas para que haja um bom funcionamento da mesma (Fernandes 2009:105).

Da posição de Sobral (2008) se deduz a tendência a uma progressiva restrição do âmbito das trocas virtuais entre agentes da tradução, derivadas de desgastes que tiveram lugar após uma fase de intercâmbios intensos de que é testemunho, por exemplo, TRAD-PRT. As comunidades virtuais inauguraram uma nova ordem do discurso sobre a tradução fora das reflexões acadêmicas – embora eventualmente dialogue com elas –, proveniente das vozes de tradutoras e tradutores profissionais – não apenas do senso comum em sentido lato –, articulada em ambientes de encontro virtual e instaurada sobre o reconhecimento dum dizer a partir da competência advinda da experiência.

Num contexto pós-panóptico, perdida a ingenuidade original da crença num contrato social que idealizava a (re)união como proteção contra o mal, descobre-se o preço pago por viver em comunidade: tensões e atritos, derivados até do fato de as pessoas participantes terem depositado nela objetivos, expectativas e modos de

comprometimento diferentes. Uma vez acordados, os sujeitos modernos descobriram que a salvação não estava mais numa comunidade mitificada, como bem verá Bauman (2003:22), porque

[a] comunidade realmente existente será diferente da de seus sonhos — mais semelhante a seu contrário: aumentará seus temores e insegurança em vez de diluí-los ou deixá-los de lado. Exigirá vigilância vinte e quatro horas por dia e a afiação diária das espadas, para a luta, dia sim, dia não, para manter os estranhos fora dos muros e para caçar os vira-casacas em seu próprio meio.

Resta, então, construir o relato que legitima a própria existência da comunidade, efetuados os apagamentos necessários, como o do próprio ato da sua construção discursiva. Afinal, “‘comunidade’ significa entendimento compartilhado do tipo ‘natural’ e ‘tácito’, ela não pode sobreviver ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente, estridente e vociferante”, como aponta Bauman (2003:17).

E resta também, para quem segui-las quiser, acompanhar as pegadas dum fazer comunidade que, mesmo esfacelada pelos conflitos, permite reconstruir um momento inaugural, um mito ou uma história de origem, em que sujeitos são levados a se olharem no espelho e a formularem – e reformularem, se for o caso – a sua visão de mundo, pelo contato com o Outro, e, assim, consigo mesmos.

2.5. SOCIOLINGÜÍSTICA E TRADUÇÃO: CONTATO DE LÍNGUAS

Os vínculos entre a Sociolinguística e a Tradução podem ser descritos como tradicionalmente configurados por uma situação contrastante. Por um lado, ambas estão ligadas por relações de longa data, que remontam aos primeiros passos dos estudos sociolinguísticos. Consoante Paulston e Tucker (2003 *apud* Salomão 2011), o termo Sociolinguística teria sido cunhado em 1939 por Thomas C. Hodson no título do artigo “Sociolinguistics in India”, publicado no periódico *Man in India*. Mas, possivelmente, a segunda ocorrência do termo teria vindo das mãos de Eugene Nida, na segunda edição de *Morphology* (1949:152).

No mesmo artigo acima citado, “Variação e mudança lingüística: panorama e perspectivas da Sociolinguística variacionista no Brasil”, Nida é apresentado por Salomão (2011:188) como “linguista”. E certamente num texto sobre Sociolinguística ele precisa duma apresentação diferente da que se destinaria a conhecedores e conhecedoras dos Estudos da Tradução, para quem Nida constitui um dos marcos,

junto com Catford, dos primeiros momentos de articulação da disciplina, na fase que já foi denominada de “‘ciência’ da tradução” (Gentzler 2009:71), marcada por uma intensa interseção com os estudos linguísticos. Curiosamente, a abordagem tradutória de Nida se constituiu bastante mais a partir de categorias provenientes da Gramática gerativa do que da Sociolinguística.

Esse primeiro contato entre a Tradução e a Sociolinguística, entre terminológico e circunstancial, veio se repetir em Weinreich (1968), na obra *Languages in contact. Findings and problems*, através do termo “contato de línguas”, cunhado por ele nesse momento. Weinreich considera que as línguas estão em contato quando são usadas alternadamente por indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade linguística. Nessa obra, a tradução é associada com as interferências linguísticas, dentre as quais a denominada por Weinreich (1968:51) “*loan translation*”, aquela na qual a estrutura dum elemento numa língua se afasta dela para aparecer numa forma próxima da estrutura doutra língua. É classificável, por sua vez, em três subcategorias: a propriamente dita – “*in which the model is reproduced exactly, element by element*” –, uma segunda, denominada “*loan rendition*” – “*in which the model compound only furnishes a general hint for the reproduction*” – e a terceira, chamada “*loan creations*”, onde há “*new coinages (...) stimulated by the need to match designations available in a language in contact*”.

Frente às concepções de Weinreich (1968), que entende a Tradução como interferência, e, portanto, como desvio – não como marca do discurso bilíngue –, Gorovitz (2012:3) lembra que,

para além da definição simplista de tradução como processo que possibilita a passagem de uma língua para outra, a operação tradutória tem por vocação colocar línguas, homens, normas e realidades em relação.

Por isso se pergunta, no que tange à Tradução, se “[s]eria ela uma situação de contato tal como ela é definida pela sociolinguística”. A resposta a essa questão, afirmativa, é pontualizada pela afirmação de que “a questão do contato, que não se refere somente às línguas mas às variantes, é sempre percebida como um problema” (Gorovitz 2012:6). Não se trata, nem na Sociolinguística nem nos Estudos da Tradução, de analisar os contatos/conflitos de línguas como o de entidades homogêneas e estáveis, mas de entidades fluídas, regidas por normas e representações

diversas que podem ser postas de manifesto, por exemplo, pela prática tradutória (Gorovitz 2012:3).

O papel dos fenômenos de contato de línguas – como é o caso da Tradução – sobre as atitudes linguísticas dos falantes é apontado já por Weinreich neste momento (1968:99). Esse linguista associa a lealdade linguística dos falantes duma língua determinada à reação perante interferências surgidas no contato com outra língua, que daria lugar a atitudes de purismo linguístico em defesa do padrão, compreendido quase de maneira hermética. Fenômenos como esses, ignorados à época pela Linguística estruturalista, deveriam fazer parte, na opinião de Weinreich (1968:99), do escopo da então jovem Sociolinguística.

No Brasil, no entanto, apesar deste histórico nos seus itinerários de construção epistemológica, pouco têm progredido os diálogos entre a Sociolinguística e a Tradução. Do ponto de vista desta, o foco tem recaído, no tocante a estudos descritivos, na análise da tradução de formas não padrão, seja duma perspectiva histórica no campo da literatura⁹⁹ (Milton 2002, Hanna 2006, Faria 2009, Fortes 2011, Hanes 2013) – muitos de cujos estudos se centram na oralidade fingida ou no teatro –, seja em textos de caráter audiovisual (como nas pesquisas voltadas à tradução para dublagem e legendagem, onde o entrecruzamento entre oral e escrito é notório) ou em trabalhos acerca da tradução de literatura infantil (como em Verdolini 2010 e 2011). Uma abordagem com foco no campo editorial brasileiro – em que se põem de relevo o conflito de normas e as tendências à hipercorreção – também é encontrada em Bagno (2012), Braga (2013) e Santos (2013). Já no tocante a reflexões de ordem teórica, cabe destacar, além de Gorovitz (2012), acima citada, Lacerda (2010), acerca da validade sociolinguística do conceito da equivalência.

Resta, então, inverter a perspectiva e, recuperando aqueles primeiros passos da disciplina, levar em consideração o universo da prática tradutória, no caso de/para português do Brasil e os e as suas agentes, como alvo em potencial para estudos que se voltem sobre esses contextos a partir das contribuições teóricas da Sociolinguística. Será que o contexto da tradução brasileira, do ponto de vista de profissionais, docentes ou estudantes, pode resultar profícuo para a reflexão sociolinguística? E, também, de que forma podem ter relevância diversas contribuições da

⁹⁹ Outro exemplo nessa linha é Pinto (2010), mas sobre um corpus português, no caso.

Sociolinguística das últimas décadas, como as mencionadas neste capítulo, na hora de compreender esses contextos? Ou, ainda, pesquisas acerca de agentes da tradução e das suas práticas podem trazer alguma luz sobre a situação sociolinguística do português do Brasil? Isso é o que se propõe acompanhar a partir deste ponto.

Encerra-se assim este capítulo, onde a tradicional dicotomia, abordada no capítulo 1, que contrapõe o individual e o social, o concreto e o abstrato, foi relida em termos sociolinguísticos, agora no tocante aos diversos *loci* onde pesquisas nessa área se verificam desde a segunda metade do século XX. Num movimento de maior a menor alienação em relação às comunidades reais e às trocas efetivas que as criam e que são por elas criadas, foi apresentada nesta seção a emergência de abordagens sociolinguísticas ligadas, respectivamente, aos modelos das comunidades de fala, das redes e das comunidades de prática. Dito processo, além dum afunilamento em direção a agentes e contextos concretos cuja importância foi sendo reconsiderada no atinente à sua especificidade, permitiu igualmente lançar um olhar sobre a existência de diferenças e contradições internas aos grupos, concebidas cada vez mais como tão inerentes a cada comunidade quanto os próprios pontos de convergência existentes entre quem dela participa.

Nesse sentido, foi visto como a pesquisa acerca de espaços de encontro com foco num engajamento concreto – como as comunidades de prática, conceito trazido para o campo da Sociolinguística em 1992 por Eckert e McConnell-Ginet (2010) – constitui um âmbito ímpar para a observação de ideologias linguísticas, mais ainda no caso de grupos voltados de maneira específica para o tratamento de questões estreitamente ligadas às línguas, como é o caso da prática tradutória. Nesses contextos é realizada de modo sistemático avaliação linguística, um dos cinco problemas da Sociolinguística que Labov (2008) enunciara já em 1972. Estudar a avaliação, quando ela é efetuada de forma explícita – que Cameron (1995) chama “higiene verbal” – implica trazer para o centro da Sociolinguística o interesse pelas ideologias linguísticas (Eckert 2008). A pesquisa adentra, então, num espaço que encosta com frequência nas representações sociais e do senso comum (Moscovici 2015), o qual significa em grande medida tirar cientistas do espaço de conforto da racionalidade, rumo a âmbitos carregados de tensões e emoções, vivenciadas com especial intensidade em contextos da contemporaneidade como os das interações no mundo da Internet. Sonhadas como preenchidas por uma mítica harmonia, as relações virtuais

terminaram aparecendo carregadas de insegurança e plenas de conflitos de poder, herdados de contradições de âmbito maior e também gerados por confrontos específicos, internos às comunidades que os vivem, trazendo símbolos e leituras para além da língua.

E precisamente um desses lócus de conflito – por onde transitam membros da comunidade tradutória profissional que trabalha com o português e onde são objeto de discussão ideologias linguísticas mediadas pelo imediato dos usos e pelos conflitos sócio-históricos pertencentes à formação dessa variedade linguística em específico – será o foco de observação do próximo capítulo, que se inicia logo a seguir.

CAPÍTULO 3. PROBLEMAS DE NORMA NA LÍNGUA PORTUGUESA: **AVALIAÇÃO LINGÜÍSTICA POR TRADUTORES E TRADUTORAS** **PROFISSIONAIS**

E também vamos fazer sair à rua em todo o país procissões a pedir a morte, da mesma maneira que já as fazíamos ad petendem pluviam, para pedir chuva, traduziu o católico, A tanto não chegaremos nós, essas procissões nunca fizeram parte das manias que cultivamos, tornou a sorrir o protestante.

Saramago, J. (2005:36)

Conforme foi visto, nos estudos sociolinguísticos as diferenças entre o modelo de redes e o de comunidades de prática se enraízam, basicamente, na necessidade, no segundo caso, da existência de contatos reais e com importância significativa entre quem delas participam, contactos esses que teriam incidência sobre as concepções e os usos linguísticos de quem as compõem. No entanto, se a constituição concreta dos vínculos estabelecidos entre membros das redes não é considerada relevante nas pesquisas dessa natureza, os estudos sociolinguísticos dentro do paradigma das comunidades de prática parecem tender a focar de maneira predominante nos sujeitos envolvidos e nas relações que mantêm entre si, esquecendo em grande medida a influência potencial da natureza da própria prática sobre quem a realiza.

De fato, a necessidade de levar em consideração o peso do tipo de prática sobre quem intervém nela pode ser especialmente relevante em determinados segmentos, como o campo profissional da tradução, tradicionalmente caracterizado pelo isolamento em termos de formação e de exercício da profissão. Esse fato faz levantar um questionamento: se antes de haver comunidades de prática existiam profissionais da prática tradutória, como eram obtidas as competências necessárias para tal ofício? Procurando os inícios da tradução conhecidos no ocidente, percebe-se que as suas origens se remontam à aparição da escrita. O nascimento dessa tecnologia, ligada de início ao registro e controle da atividade agrícola e comercial, pôde ser documentado pela localização de glossários bilíngues das línguas suméria e eblaíta “gravados em tijolos de argila, com 4500 anos” (Delisle e Woodsworth 1995:19). Escribas eram responsáveis pela “maioria das funções administrativas, [...] controlando tanto as ciências sagradas como as seculares” (Delisle e Woodsworth 1995:19). De fato, na mitologia egípcia, foi Thot, o deus do saber, da linguagem e da magia, o inventor da

escrita, numa associação dela com o elemento mágico que, de alguma forma, pode ecoar ainda na relação humana com essa tecnologia.

E, tendo sido sempre a língua companheira do império, tal caráter também lhe coube à tradução, que nada tem, nem tem como ter, de inocente. Embora “[t]ranslation and empire are terms that do not at first glance seem to go together” (Robinson 1997:8), o seu vínculo se encontra entre os focos de interesse dos estudos pós-coloniais interessados na prática tradutória. Segundo eles, a tradução não está necessariamente condenada a contribuir para a hegemonia do centro, pois três são os *roles*, sequenciais mas sobrepostos, que ditos estudos atribuem à tradução: o de canal de colonização (no passado de submissão), o de para-raios de desigualdades culturais após o colapso colonial (num presente conflituoso) e o de canal de descolonização (num futuro livre das amarras do passado) (Robinson 1997:31). Portanto, as teorias pós-coloniais sobre a tradução ilustram o seu caráter de prática culturalmente marcada e diacronicamente construída: as sociedades-culturas a concebem de formas diferentes, e as suas concepções também variam ao longo do tempo, como também podem divergir entre quem a realiza. Tradutores e tradutoras, que costumam aprender a profissão, na sua maior parte, lendo traduções para, desse modo, construir ideias relativas ao que quer que elas sejam em cada sociedade e a cada momento, combinam, na hora de definir a natureza das suas práticas: por um lado, o senso comum sobre a tradução (o qual, em ocidente, tende a associar o ato de traduzir à repetição dum texto noutra língua, com certa margem de traição do original, requerendo apenas conhecimentos em ambas as línguas envolvidas); e, por outro lado, o seu *telos* enquanto agentes da tradução, as suas visões de mundo, que podem resultar intensamente contrastantes num presente conflituoso carregado de desigualdades culturais como aquele ao qual se refere Robinson (1997:31).

Antes da emergência das comunidades de prática virtuais de praticantes da tradução como a considerada a seguir neste trabalho, existiram, com certeza, momentos de conhecimento do coletivo – às vezes conotados como momentos de iniciação – que já foram relatados com estranhamento. Em “As condições de trabalho do tradutor”, por exemplo, ao comentar questões atinentes ao seu ingresso, formação e exercício na prática tradutória, Paulo Henriques Britto (2007:194-5) relata a forma como veio a ser membro fundador da Associação Brasileira de Tradutores (Abrates).

Estava eu trabalhando para a minha primeira editora, no Rio de Janeiro, quando um amigo, também tradutor novato, chamou-me para uma reunião na qual seria criada uma associação de tradutores. Assim que entramos na sala cedida para a reunião pela SBAT (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), tive a súbita sensação de estar totalmente fora de meu ambiente natural: aos vinte e dois anos de idade, vestido como se vestiam os jovens no início dos anos 70, dei por mim numa reunião de homens (havia umas poucas mulheres, mas a maioria era de homens) engravatados, todos muito mais velhos que eu, estando os componentes da mesa que dirigia os trabalhos na faixa dos setenta ou mesmo dos oitenta anos de idade. Entramos na reunião, um pouco atrasados, num momento descontraído em que dois dos membros da mesa trocavam episódios divertidos do tempo de Getúlio: foi, digamos, um verdadeiro choque cultural (e temporal) entre o Estado Novo e a Era de Aquário. Aos poucos aqueles senhores foram se identificando: um era Paulo Rónai, outro era R. Magalhães Jr., nomes que eu conhecia dos livros, que me pareciam quase tão remotos quanto José Veríssimo ou Lima Barreto. Começaram então a discutir uma série de aspectos legais e trabalhistas da condição do tradutor, mencionando leis, regulamentos, precedentes legais — tudo muito abstruso para mim. Ao final da reunião, estava fundada a Associação Brasileira de Tradutores, da qual eu me tornara, meio que por acidente, membro fundador.

O relato acima ilustra com perfeição algumas das consequências da ausência de formação academicamente organizada, em termos de desarticulação do coletivo, que afeta a uma ampla percentagem de quem exerce o ofício no Brasil. Dentro da concepção de prática social como constelação, Wenger (1998) alude às micropráticas que a configuram enquanto um fenômeno maior, ressaltando o fato de estas deverem ser executadas de formas particulares que lhes imprimem significados sociais e estatutos diferentes. Assim, o mesmo fazer assume valorações essencialmente diversas se inserido em práticas valorizadas ou menosprezadas pelo corpo social. Santos (2002:6) exemplifica o contraste como segue:

na nossa sociedade, aprender a ser cozinheiro é aceite como exigindo uma aprendizagem formal e, por isso mesmo, profissionalizante, enquanto que aprender a ser dona de casa é visto como inerente à condição feminina, ou seja, está associado a uma “mera” aprendizagem informal que, por isso, tem um estatuto social inferior (não é considerado que conduza ao desenvolvimento de saberes que venham a ser socialmente legitimados e, portanto, capazes de proporcionar um reconhecimento profissionalizante).

É também nesse espírito de construção de práticas “socialmente legitimadas” que campos profissionais como o tradutório vêm aumentando a sua inserção nos últimos anos no mundo acadêmico brasileiro. A marginalidade da sua presença em âmbitos de ensino formal, (retro)alimentada pelo senso comum sobre a atividade — exemplarmente retratado pelo tradicional “*traduttore, traditore*”¹⁰⁰ —, vem causando e

¹⁰⁰ A fórmula “*traduttore, traditore*” é atribuída a Vittorio Imbriani, que a teria utilizado pela primeira vez em 1869, referindo-se a Andrea Maffei, tradutor de obras de Shakespeare, Goethe e Schiller para o italiano. O conhecido adágio teria ultrapassado os limites da língua italiana, para ser também usado

sendo causada pelas condições trabalhistas que regulamentam essa prática no país, caracterizadas precisamente pela desregulamentação. Dela fogem apenas determinados nichos pontuais como a tradução juramentada¹⁰¹ e a interpretação de Libras¹⁰², cuja regulamentação somente afeta, em termos quantitativos, a um limitado setor do mercado da tradução no Brasil.

Também por todo o anterior, pouco ainda é conhecido sobre o afazer tradutório ligado ao português do Brasil, e menos ainda tem se recorrido a este âmbito como um locus de pesquisa disponível para se refletir sobre questões em relação às quais o coletivo de profissionais pode ter dirigido com intensidade os seus olhares. Entre elas estão elementos ligados à sua percepção acerca das línguas, em especial o português, sobre os quais se refletirá a seguir no seio daquilo que se defende ser uma comunidade de prática, pelas suas intensas potencialidades ligadas à sua própria natureza. Registro de interações ao longo de quase 20 anos, a comunidade virtual de TRAD-PRT, cujo estudo se inicia à continuação, faz dos seus encontros virtuais momentos em que se trazem para o conhecimento explícito campos do implícito. Diluídas nesse plasma interacional, resultam recorrentes nesse espaço as referências a fenômenos que em tudo guardam relação com a Sociolinguística. A natureza esparsa das discussões de problemas dessa ordem, ao longo dos anos de vida da lista, não deve, contudo, sugerir que “a adoção da aprendizagem nas comunidades de prática fosse apenas uma iniciativa pragmática para resolver os problemas à medida que vão se apresentado, *solvit ambulando*” (Moser 2012:216), mas o resultado dum processo de construção da aprendizagem a partir duma perspectiva de natureza eminentemente interacional e social.

3.1. LISTAS E COMUNIDADES DE PRÁTICA VIRTUAIS: UM HISTÓRICO DE TRAD-PRT

noutros contextos a fim de apontar erros, equívocos ou imprecisões numa tradução de qualquer tipo, ou apenas para questionar alguma transposição linguística considerada redutora em relação ao texto de partida. Para Battafarano (2006:16), essa fórmula, excessivamente simplista, nascida no século XIX, sob a esteira da canonização da figura autoral, deveria ser substituída por outra combinação, como “tradutor / intérprete”, recuperando as conotações sacras da figura do “tradutor exegeta” que o termo tinha no século XVI.

¹⁰¹ No Brasil, a atividade denominada Tradutor Público e Intérprete Comercial é regulamentada pelo Decreto nº 13.609, de 21/10/1943.

¹⁰² A Lei nº 12.319, de 01/09/2010, regulamentou a profissão denominada Tradutor e Intérprete da LIBRAS no Brasil.

É bem sabido que a emergência da Internet deu origem a “novos espaços de encontro, novos espaços antropológicos; agora precisamos questionar-nos em que medida esses novos espaços representacionais (re)criam as identidades e as práticas culturais” (Silva 2001:152). Esse âmbito de “tecnologias que anulam fronteiras, permeabilizando com maior facilidade a cultura ao multiculturalismo” (Silva 2001:153), também incentivou a afirmação de identidades locais, as quais adquiriram uma visibilidade global, produto dum diálogo mais rico que gerou ainda um autoconhecimento comparado, derivado desta perspectiva “glocal” (Canclini 1997). Estas identidades se afirmam pela sua “especificidade simbólica, iconográfica, ideológica, pela língua (apesar do inglês ser a língua dominante)” (Silva 2001:159). E é essa mesma questão, a língua – a portuguesa, no caso –, o cerne por volta do qual se congregam desde os finais do século XX tradutoras e tradutores em listas de discussão como TRAD-PRT, como também noutros modelos de interação via Internet.

O referido espaço constitui um programa que gerencia a troca, através dum servidor, de correios eletrônicos intercambiados por participantes dessa ferramenta de encontro. As listas de discussão costumam ter um ou uma responsável, ou bem uma equipe encarregada de exercer a sua administração/moderação, com a missão de julgar a pertinência ou não das mensagens enviadas em relação à proposta, e às normas éticas e ideológicas de cada lista.

Enquanto modalidade de trocas virtuais, as listas de discussão foram predominantes durante os últimos anos do século XX e a primeira década do século XXI. Embora tenham sido substituídas progressivamente por novos modelos (como o Orkut ou o Facebook), continuaram em funcionamento após a emergência de formas de interação sucessoras, mesmo que em mais ou menos franca decadência.

De fato, as listas de discussão passaram por fases diversas no atinente à sua vitalidade, tal como os próprios listeiros e listeiros de TRAD-PRT foram percebendo ao longo dos seus anos de vida. Em atuação pública desde 1998 até hoje, já no ano seguinte, na mensagem 24835 (de 29/10/1999), uma listeira reflete sobre a coincidência nas dinâmicas de TRAD-PRT com as doutras listas, já que, afirma, os mesmos assuntos tratados nesta seriam recorrentemente abordados à época numa outra lista de profissionais da tradução da língua francesa. Dita mensagem serve de estopim para mais uma (a 24840, também de 29/10/1999), que recupera outra, de 02/02/1999 (a 5592), ambas postadas pelo mesmo listeiro, o qual inclui nelas uma

reflexão, de cuja origem exata diz não se lembrar, acerca da vida das listas de discussão. Numa metáfora biologicista, o participante em questão articula o percurso vital desses espaços de encontro em três fases: a do nascimento (onde sobressairia o entusiasmo inicial, com frequentes reclamações e cobranças em relação à falta de mensagens, seguidas do seu consequente crescimento), a etapa da gestação da comunidade (com um volume de trocas em aumento, o acolhimento pela comunidade de participantes de ingresso recente e a oferta de ajuda por membros experientes a iniciantes, sucedidas por um desconforto derivado da heterogeneidade inerente ao coletivo), terminando ou bem num momento de decadência (definido pela proliferação de postagens enviadas em privado e a restrição dos debates públicos a assuntos considerados por “puristas” adequados ao domínio da lista) ou de maturidade (existente quando a maioria de participantes permanece estacionada no estágio anterior de evolução, o da gestação do grupo).

A bem da verdade, os atritos derivados das relações em comunidade têm estado presentes em TRAD-PRT desde o começo do sua entrada em funcionamento público, como põe de relevo o listeiro que, na mensagem 24840, de 29/10/1999, reflete sobre as fases vitais das listas de discussão. Na postagem em questão, enviada mais de 15 anos atrás, bem no início da fase áurea da lista, esse mesmo participante já apontava a sua preocupação com a vitalidade da lista em função de que o volume de trocas em público – considerado então excessivo por um bom número de participantes – teria feito aumentar a quantidade das consultas realizadas em particular. A partir dessa época, contudo, muitas perguntas e respostas ainda viriam a garantir a sobrevida e o papel de TRAD-PRT.

De fato, foi a premente necessidade de consolidação dum coletivo de agentes da tradução do português, por intermédio da sua implicação em práticas de compartilhadas, que deu lugar à existência e pervivência de TRAD-PRT. Fazendo um histórico da lista, Renato Beninatto, o seu proprietário, lembra em 11/02/1999 (mensagem 6143) que a lista teria nascido três anos atrás, com 17 pessoas associadas, “em uma reunião de tradutores da Portuguese Language Division (PLD) da ATA em Orlando”. Naquela fase, o próprio Renato a dinamizava. TRAD-PRT foi hospedada, sucessivamente, num servidor da Universidade de São Paulo (USP), Esquina das Listas – no seu Instituto de Física, como lembrará Danilo Nogueira, tradutor brasileiro, em entrevista comentada a seguir –, em LMI e em Onelist, até chegar a

Yahoo, onde continua até a atualidade. “A trad-prt (nome criado na época em que os endereços não podiam passar de 8 caracteres) foi a pioneira”¹⁰³ (mensagem 6143, de 11/02/1999), entre outras muitas listas que mudaram as dinâmicas de interação do coletivo de profissionais da tradução desde finais do século XX, algumas ligadas diretamente a membros de TRAD-PRT, inclusive emanadas dela. É o caso, por exemplo, de Literatti, uma lista sobre tradução com um viés acadêmico de cuja equipe de moderação fez parte Ivone Benedetti, tradutora também entrevistada para este estudo. A criação de Literatti foi anunciada em 24/04/2000 (na mensagem 34973 de TRAD-PRT), como também a de TRAD-DEBATE, mais uma lista, esta destinada à discussão de questões consideradas políticas – fora do escopo de TRAD-PRT –, cuja abertura foi divulgada na mensagem 186617, de 13/08/2006. No entanto, TRAD-PRT, dentre todas elas,

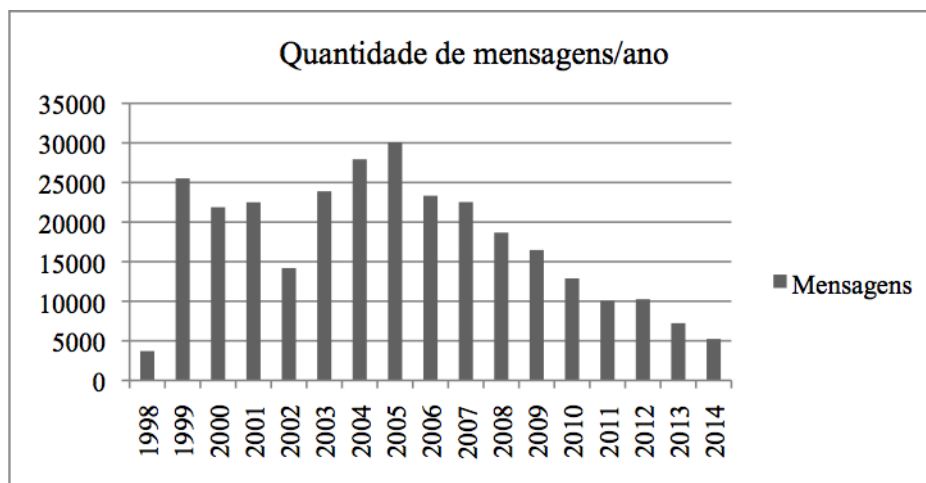
desenvolveu uma personalidade própria, que acomodou egos, lançou personagens cuja fama venceu fronteiras, (...) deu a oportunidade a nós – antes solitários e inseguros – de colocarmos toda a cultura inútil que nos encanta a serviço dos outros, (...) deu origem a workchoppes onde conseguimos colocar caras nos nomes que povoam nossas caixas postais e que congregam mais tradutores que qualquer reunião mais séria. Enfim, acho que temos uma lista madura (mensagem 6143, de 11/02/1999).

Na mesma linha, em 12/02/1999 (mensagem 6164), Nogueira relata que: “Nos primeiros 28 anos de carreira, mal conheci uma dúzia de colegas. Nos últimos dois, conheci mais de 300, graças à lista”. Já em 13/12/1998 (mensagem 2869), esse mesmo tradutor afirmara que: “Quando o Renato e mais meia dúzia de gatos pingados inauguraram a lista, provavelmente não pensavam que ia dar no que deu e servir para o que serviu”.

Porém, as perspectivas de permanência na ativa de TRAD-PRT, nos últimos anos, parecem escassas. Não por acaso se menciona, na mensagem 295315 (de 18/10/2014), “o estado moribundo da lista”. O gráfico a seguir ilustra, nesse sentido, a queda progressiva, já desde 2006, no volume de postagens enviadas a TRAD-PRT, apenas com aumento no período compreendido entre 2011 e 2012, período no qual a cifra ficou praticamente constante.

¹⁰³ O pioneirismo de TRAD-PRT – inaugurada em 1996 e em funcionamento público desde 1998 – em relação à entrada em funcionamento da Internet no Brasil é posto de relevo pelas palavras de Carvalho (2006:143-4), que lembra: “A Internet comercial no Brasil chegou ao ano de 1996 com uma infraestrutura insuficiente para atender à demanda dos novos provedores de acesso comercial e, principalmente, dos seus usuários”. Nesse mesmo ano “começaram a funcionar os provedores de serviços de Internet no Brasil”.

Figura 1: Gráfico da quantidade de mensagens/ano em TRAD-PRT de 1998 a 2014



Em números absolutos, o gráfico acima corresponde, segundo informações provenientes da própria lista, às seguintes quantidades de mensagens:

Tabela 4: Quantidade de mensagens/ano em TRAD-PRT de 1998 a 2014

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
2014	449	423	598	414	675	431	488	434	343	433	227	320	5235
2013	538	524	743	469	888	647	863	468	488	511	540	552	7231
2012	883	643	1315	1217	1289	641	555	1258	803	781	401	471	10257
2011	612	561	654	904	747	663	785	1201	1432	887	835	781	10062
2010	1303	1337	1580	1217	994	602	857	891	818	1113	1132	1044	12888
2009	974	1136	2264	1556	1183	1034	1392	1740	1451	1546	1276	925	16477
2008	1800	2103	1573	1418	1324	1054	1923	2194	1805	1204	1065	1207	18670
2007	2168	1849	2507	1955	1877	1769	1561	1968	1787	1676	1793	1618	22528
2006	1631	1822	3345	2285	2488	2023	2143	2382	1121	1301	1521	1266	23328
2005	2491	2344	3355	3154	2786	2569	1677	2297	2736	2322	2491	1866	30088
2004	1625	2083	2147	2249	2099	2753	2561	2697	2703	2487	2372	2154	27930
2003	1690	1243	1584	1853	1877	1858	2354	2404	2397	2739	2158	1731	23888
2002	948	987	983	1199	945	924	1455	1311	1402	1467	1403	1171	14195
2001	2469	2113	2755	1970	2296	1692	1937	1917	1855	1476	1275	744	22499
2000	1566	1398	1389	1743	2092	1491	1698	2216	1798	1815	2180	2490	21876
1999	1766	1744	1984	2864	2813	1779	1840	2031	1966	2475	2297	1961	25520

1998	6			1	1	2			4	866	1293	1534	3707
-------------	---	--	--	---	---	---	--	--	---	-----	------	------	-------------

Além das mensagens anteriores, no arquivo da página de abertura de TRAD-PRT, organizado mensalmente, aparecem ainda postagens atribuídas a anos anteriores. As quantidades constantes são recolhidas na tabela a seguir.

Tabela 5: Mensagens de TRAD-PRT arquivadas de 1989 a 1996

	Jan	Set	Dez	TOTAL
1996	1		2	3
1994	1			1
1992		1		1
1989			1	1

Trata-se, na verdade, de erros de arquivamento das mensagens da lista, que eventualmente aparecem adscritas a meses ou anos diferentes daqueles nos quais foram realmente postadas. Contudo, quando acessadas pela sequência numérica com que foram gravadas e não por meio da tabela que abre a página de TRAD-PRT, as postagens estão disponíveis para consulta. Essas irregularidades no arquivamento afetam, em especial, aos anos de 1999 e 2000.

3.2. TRAD-PRT: MAPEANDO DOMÍNIOS E IDENTIDADES

Lembrando o dito no capítulo anterior, a ideia de comunidade – mesmo acompanhada *in loco* e declarada como existente por quem a compõe – não deixa de ser um conceito construído metodologicamente, “imaginado”, mais do que um elemento dotado duma suposta existência física. Não é outra coisa que mais um intento de construir ou operar um recorte que concretize uma unidade homogênea. Mas nem por isso a percepção de comunidade, de grupo, de correção, de norma(s), deixa de existir. Faz parte da prática social, da ação linguística, do (f)ato de fala e, portanto, da tradução. Nesse sentido, serão observadas neste capítulo ideias que, acerca de tradução, mas sobretudo de norma linguística e língua portuguesa, apresentam tradutores e tradutoras que participam de TRAD-PRT. Trata-se de descrever juízos sociais sobre a variação do português e, em especial do português do

Brasil, do grupo de sujeitos que se reúne num local de encontro virtual de profissionais da tradução do português. Pretende-se então, no tocante à Sociolinguística, descrever elementos que da “norma subjetiva”, isto é, o sistema de valores que guia os juízos sobre a atuação linguística.

A língua e a tradução são os móveis que congregam em TRAD-PRT desde 1998 mais de 4000 associados e associadas, na que afirma ser, como já foi dito, a lista de discussão mais antiga das que reúnem profissionais da prática tradutória que trabalham com o português. Nesse espaço virtual “de confronto simbólico em ascendência” (Irala 2004:40) são construídos saberes sobre o afazer tradutório, num âmbito com capacidade para pôr em contato constante tradutoras e tradutores profissionais numa forma que dificilmente poderia ter sido encontrada antes do advento da Internet. TRAD-PRT, como outros espaços semelhantes, constitui uma fonte de valor inestimável para a pesquisa, no seio desta comunidade profissional, acerca de técnicas de trabalho, crenças e tantos outros aspectos com os quais, doutro modo, não se conseguiria manter uma aproximação tão estreita como a fornecida pelas intervenções em TRAD-PRT. Os dados analisados aqui foram extraídos dum robusto universo de pesquisa, com perto de 300.000 intervenções arquivadas desde o início da sua atuação pública, em outubro de 1998.

No caso de TRAD-PRT, a comunidade é conformada por um grupo heterogêneo de listeiros e listeadas, cujos membros compartilham o fato de atuarem profissionalmente no mesmo campo – a tradução –, tendo o português como uma das suas línguas de trabalho. É o que é declarado no texto de abertura do grupo, no qual se afirma que:

Esta é a lista dos tradutores de português.

(A mais antiga lista de tradutores de língua portuguesa da internet - Fundada em 1995)

Ponto de encontro dos tradutores profissionais que tenham o português como um de seus idiomas... e dispostos a colaborar um com o outro (...).

A TRAD-PRT também serve para criar novas relações de trabalho. Há um intenso intercâmbio de serviços entre nossos participantes. Situações antes inimaginadas são agora quotidianas e novas parcerias estão surgindo: há hoje um fluxo de trabalho do Brasil para os EUA, por exemplo, além de projetos conjuntos entre equipes (ou equipas) d’aquém e d’além-mar.

Visualmente, a tela de abertura da lista, ponto limiar de acesso ao espaço, é a seguinte:

Figura 2: Seção inicial da tela de abertura de TRAD-PRT



Junto a outros que foram acompanhados no capítulo 1, seguindo nas pegadas que controem o dito – e o dizível – sobre o português do Brasil, a página de abertura de TRAD-PRT se contitui em espaço dum discurso fundador¹⁰⁴ que cria outro lugar a partir do qual se falar, pela enunciação de momentos sucessivos que, remetendo ao passado e ao presente, guardam o germe dum futuro promissor.

Denominada “a lista” por definição, sem muita reflexão ou discussão, TRAD-PRT é descrita como a “mais antiga” das que reúnem agentes da tradução do português, num reconhecimento implícito da existência doutras listas na fase de origem, as quais, entretanto, não atenderiam o requisito maior que a configura como “a lista” por antonomásia, isto é, o seu foco na língua portuguesa. A comparação que se encontra na maneira como é apresentada – a lista “mais antiga” – pressupõe, ainda, uma menção implícita à existência de “novos” espaços que a sucederam.

O recurso à tipografia na reprodução do nome (imitando o estilo manuscrito), que se acerca das pompas barrocas de séculos anteriores, reforça esse eco duma

¹⁰⁴ À maneira de Orlandi (1993:7), concebe-se aqui discurso fundador como “uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem”. Não há, então, “um” lugar enunciativo de fundação, mas um processo de constituição de sentidos que, pela elaboração dos discursos e as tramas que eles urdem, instauram um momento fundador pela reelaboração de um dizer já instalado para “apoiando-se em ‘retalhos’ dele (...) instalar o novo” (Orlandi 1993:13).

nobreza de origem derivada do seu caráter inaugural. “A lista tem uma história”, é dito, dentro dum contexto grandioso, heroico. “[G]randes” são as amizades, as colaborações e os eventos que “já fez nascer”, como grandes foram também os conflitos de que foi palco e que deram lugar ao seu apelido mais conhecido: TRAD-BARRACO¹⁰⁵. Apagada a memória das tensões que a fizeram famosa, a presença do advérbio “já” aponta para uma afirmação do desejo de sobrevivência desse espaço de interação, com base num passado que “já fez nascer” grandes frutos, mas do qual, se deseja outros ainda nascerão.

TRAD-PRT arranca com a definição de ter como alvo, conforme é declarado, o coletivo de “tradutores profissionais”. Se Fernandes (2009) considera em processo de formação o que quer que seja essa identidade na comunidade do Orkut Tradutores/Intérpretes BR, mais incipiente é ainda o estágio da sua construção nos primeiros anos de TRAD-PRT. Porém, apesar de se encontrar à época num estágio emergente, a delimitação dos sentidos atribuídos à categoria de agentes profissionais da tradução resulta imprescindível se considerado que é a adscrição a esse grupo que define quais os locutores e locutoras legitimadas para transitar pela lista.

A construção do discurso da sobriedade e dignidade da lista – derivada da sua gênese, que remete ao “passado”, e da natureza do coletivo, “profissional” que a integra – se projeta visualmente também no colorido, azul escuro, que, imitando tinta, é usado para escrever o nome de TRAD-PRT na tela de início. Em contraste com essa nobreza, o coletivo que participa de TRAD-PRT é convidado, desde o seu ingresso, a interagir informalmente: o recurso na apresentação a formas de tratamento como “a gente” e a unidades fraseológicas coloquiais – como “uma mão lava a outra” – inauguram um dizer inscrito na interlocução solidária de membros dum grupo que, entre iguais, *inter pares*, visa a construir uma comunidade que acolha a todos e todas. Daí o insistente recurso ao quantificador “muito” – “muitas coisas, “muita vontade, “muito forte” –, o qual vem aumentar a percepção desse tom épico que paira sobre o exórdio de TRAD-PRT.

O componente humano e interacional que justifica a existência da lista se combina desde os seus primeiros passos com uma vocação para o campo mercadológico: “TRAD-PRT também serve para criar novas relações de trabalho”,

¹⁰⁵ O apelido tem relação com a seguinte acepção do verbete “barraco” (Houaiss e Villar 2009:261): “3 *infirm.* Confusão, escândalo, briga”.

diz a tela inicial. Contudo, a justificativa do funcionamento de TRAD-PRT não se formula apenas com base num caráter meramente instrumental, visto que a sua existência se vê justificada e legitimada pela potencialidade fundadora que a página de abertura atribui à lista. De novo articulando, agora explicitamente, um “antes” e um “agora”, são citadas, além de fluxos de trabalho provenientes dos EUA, “novas parcerias” que “estão surgindo” e que organizariam profissionais “d’aquém e d’além-mar”.

Não há no discurso fundador de TRAD-PRT o tom nacionalista brasileiro sobre a língua que Fernandes (2009:104) atribui à comunidade por ela estudada. Contudo, como se verá, nem por isso deixam de se fazer sentir com clareza as delimitações que distribuem tradutores e tradutoras consoante a variedade do português de/para a qual traduzem.

O caráter integrador de TRAD-PRT aparece enunciado também na afirmação de se tratar dum grupo público, porém que não admite participações anônimas. A associação à lista é livre e a aprovação prévia de mensagens pela equipe de administração se limita às postadas por novas associadas e associados. Na página de abertura só é declarada uma restrição às intervenções na lista: as mensagens devem aparecer sem anexos nem html, por uma questão de ordem estritamente prática: “para evitar a disseminação de vírus”. No entanto, essa afirmação produz mais um apagamento inicial, além dos conflitos que definem TRAD-PRT, ao não serem apresentadas com clareza as práticas legítimas na lista, conforme especificadas no ponto 3.5 do anexo intitulado Netiqueta. Nele consta que abordar os assuntos “futebol, religião ou política” não é permitido em TRAD-PRT, “exceto em questões relacionadas à profissão de tradutor e/ou intérprete”. A autoria desse arquivo, como a do resto das intervenções de TRAD-PRT, não é anônima: os nomes dos responsáveis pelas últimas atualizações (de 2005 e 2007, respectivamente) constam nas primeiras linhas do texto.

Agora, para abordar em detalhe as características de TRAD-PRT dentro do paradigma das comunidades de prática, faz-se preciso observar, descrever e analisar: o domínio da lista (ou assunto que congrega o grupo), a comunidade (por quem é integrada, quantas pessoas participam, quais os roles que exercem – equipe de administração, participantes com maior presença, *moiteiros* e *moiteiras* – e como se relacionam), e a prática em si. Isso começará a ser realizado a partir deste ponto.

3.2.1. Domínio em TRAD-PRT: fazendo recortes

Não existe comunidade de prática sem um foco que a organize enquanto tal. Dentro daquilo que a mensagem de abertura de TRAD-PRT enuncia como o domínio que congrega a comunidade da lista (“Ponto de encontro dos tradutores profissionais que tenham o português como um de seus idiomas” de trabalho), o universo de mensagens públicas arquivadas no provedor – atualmente, Yahoo –, no tocante a questões linguísticas, é articulado predominantemente por volta do tratamento de dúvidas atinentes a dificuldades ou problemas de terminologia e neologia (o qual tende a implicar a adoção duma perspectiva contrastiva e normalmente discursiva, como se deduz da recorrente solicitação de inserção em contexto das consultas apresentadas à comunidade). Confirma-se deste modo, em TRAD-PRT o típico olhar acerca da relação entre línguas e profissionais da tradução, que foca no tratamento de problemas terminológicos e neológicos como inerentes e predominantes na prática tradutória.

No entanto, observando em detalhe a natureza da abordagem do domínio da lista – a tradução de e para o português –, pode se perceber que há bem mais o que analisar em TRAD-PRT a respeito do foco que justifica a sua existência. A sequência de mensagens da lista constitui, inegavelmente, um lócus que permite de acompanhar ideologias linguísticas em confronto, com questionamentos do senso comum sobre tradução e (Socio)linguística que, ao servirem de cerne para debates que vão se sucedendo sob a forma de embates, amiúde tensos, pontuam o percurso a partir do qual se constrói uma comunidade inédita no campo do afazer tradutório. Gera-se, ao longo das cadeias de mensagens, um cruzamento de olhares sobre a(s) língua(s) com que poderia lucrar a percepção de pesquisadoras e pesquisadores destas áreas [os Estudos da Tradução e a (Socio)linguística], pois os interesses de praticantes e os estudos sobre o labor tradutório e as línguas convergem com frequência em pontos semelhantes. E, muito especialmente, o coletivo profissional da tradução precisa perceber o intenso nível de ideologização/politização que permeia os seus discursos, mesmo com a frequente recusa a admiti-lo.

A natureza de TRAD-PRT como comunidade de prática se vê confirmada pela própria existência de questionamentos, presentes desde o início da lista e também

recorrentes, sobre qual a língua veicular que deve estar presente nas mensagens da lista (como em 10258, de 13/04/1999). A posição da equipe de administração nesse ponto vem sendo consistente na insistência em que, ainda sendo o português a língua que reúne a comunidade, aqueles listeiros e listeiras que não se consideram competentes nessa língua ao ponto de a utilizarem para se expressar estão autorizados a usar outra que preferam, embora com isso corram o risco que não conseguirem o entendimento da totalidade do coletivo.

De fato, o elemento profissional, sob diversas roupagens, constitui um segundo grande bloco de temas recorrentemente abordados em TRAD-PRT desde os seus primeiros meses de vida. Assuntos como o uso de *softwares* especializados na prática tradutória, em especial no tocante a problemas com eles, a análise de questões relacionadas à modalidade juramentada, a atuação profissional sob a modalidade de autônomo ou empresa, a sua relação com as agências de tradução, a percepção de pagamentos provenientes de clientes no exterior, o papel da revisão, a organização de encontros festivos e cursos de formação, o anúncio de ofertas de emprego e os avisos de clientes maus e más pagadoras, ou as reflexões e informações sobre o associacionismo no âmbito da tradução fazem parte, de forma reiterada e desde os primeiros momentos de TRAD-PRT, dos focos de interesse sobre os quais se volta a comunidade.

Ainda sendo alguns deles alvo de debates – como, sobretudo, as modalidades associativas nesse campo profissional –, outros temas, tradicionalmente representativos do pensamento sobre a tradução, fazem surgir ainda de modo intenso trocas de mensagens entre listeiras e listeiros destinadas a elaborar elementos que compõem pares dicotômicos como tradução técnica e literária, formação acadêmica e autodidatismo, ou transposição e criação. Assim, o coletivo de TRAD-PRT dedica-se a reconsiderar na lista categorias que se integram o senso comum tradicional que rodeia a prática tradutória e do qual deriva em boa parte o capital simbólico atribuído à tradução e a situação profissional de agentes do ofício.

A primeira das dicotomias acima citadas, que contrasta a tradução técnica e a literária, pressupõe uma distinção “consagrada” na sociedade ocidental (mensagem 28286, de 14/12/1999), a qual se projeta em diferenças de retribuição assentes em práticas de mercado que agem pela atribuição de supostas diferenças de complexidade

tradutória, apriorísticas, a uma e outra. Trata-se duma projeção do campo do poder através do literário, já que, para Bourdieu (1996:65-6):

A oposição entre arte e dinheiro, que estrutura o campo do poder, reproduz-se no interior do campo literário, na forma da oposição entre arte “pura”, simbolicamente dominante, mas economicamente dominada – a poesia, encarnação exemplar da arte “pura”, vende pouco –, e arte comercial (...). Temos assim uma estrutura cruzada, homóloga à estrutura do campo do poder, que opõe, como sabemos, os intelectuais, ricos em capital cultural e (relativamente) pobres em capital econômico, e os capitães da indústria e do comércio, ricos em capital econômico e (relativamente) pobres em capital cultural.

Essas distinções são objeto de reflexão, especialmente, por parte de dois listeiros que merecem destaque neste trabalho pela sua relevância na constituição da comunidade de TRAD-PRT e do coletivo da tradução de português no geral: Danilo Nogueira e Ivone Benedetti.

Numa cadeia de mensagens iniciada com a número 28175 (de 13/12/1999), além de recusarem atrelar a atribuição de “níveis de complexidade” genéricos a essas duas categorias da prática tradutória, considerada mero “preconceito” (mensagem 28181, da mesma data), Nogueira e Benedetti realizam comparações entre a tradução denominada técnica e a literária em que é posto de relevo o fato de os denominados “problemas de estilo” não serem exclusivos da tradução literária (também em 28181) e, ainda, é comentada a polêmica possibilidade de se determinar mais áreas para virem se somar às duas categorias tradutórias tradicionais (sugestão colocada inicialmente em 09/12/1999, na mensagem 27938). Trata-se daquela que Benedetti denomina “tradução de humanas”, na qual atua profissionalmente e cuja existência adquiriria relevância em função do volume de termos originários da língua comum e das diversas acepções que podem assumir (mensagem 28188, de 13/12/1999), em contraposição com o que costuma ocorrer naqueles que ela identifica como textos propriamente técnicos.

Esses termos ocultos – por quanto coincidentes com vocábulos que não fazem parte de línguas de especialidade –, com toda a carga cultural derivada da sua reelaboração por distintas teóricas e teóricos, constituem, na linha conversacional anterior, o elemento mais superficial do questionamento duma das categorias que caracteriza o pensamento dicotômico, tão presente no mundo da tradução. É inegável a relevância do reconhecimento dessas unidades terminológicas, por exemplo, na formação em tradução, pois as estratégias de resolução de problemas só podem ser

aplicadas quando os problemas são detectados. Também resulta notório que a aparente transparência dos termos para os quais alude Benedetti pode ter impacto sobre a suposta facilidade que o senso comum parece atribuir à prática tradutória voltada sobre textos em que ditas unidades aparecem. Já não procede afirmar que os Estudos da Tradução concederiam, com base nessa suposta facilidade, um maior valor ou “complexidade” à tradução literária (como aponta a mensagem 28185, de 13/12/1999), embora não haja dúvidas no reconhecimento de esse ter sido, de fato, o âmago de grande parte das reflexões sobre a prática tradutória, devido em grande medida à valorização secular da atividade e da obra literárias (mensagem 28188, da mesma data) “como obra de arte e, portanto, teoricamente inimitável”. É, certamente, a partir do impasse do “intraduzível” que foram criadas muitas das elaborações sobre a prática tradutória, e parece ser esse interesse aquilo que tende a afastar dos Estudos da Tradução um bom número de profissionais do ofício.

De fato, a dicotomia que coloca lado a lado a formação acadêmica em Estudos da Tradução e o autodidatismo constitui um segundo núcleo por volta do qual se articulam as reflexões de participantes em TRAD-PRT em relação à profissão que exercem. Méritos e lacunas de ambas as abordagens são constatados (mensagem 220338, de 16/03/2008), sobretudo pela atribuição duma ênfase da primeira no domínio teórico, em contraste com a natureza da tradução e do sujeito da prática tradutória, que diz de si: “Nós, tradutores, somos seres eminentemente práticos” (mensagem 161973, de 20/09/2005). Neste modelo binário, reforça-se a falsa ideia dum fazer – ademais num ofício como a tradução – alheio e ausente à sua reflexão, a sua teoria, confundido o aprendizado formal com a ação reflexiva.

O assunto da natureza e da relevância dos estudos universitários para o desenvolvimento do ofício tradutório é objeto de análise, fundamentalmente, numa linha conversacional que começa em 09/04/2005 (mensagem 148676), na qual é denominada “deformação acadêmica” uma perspectiva formativa que, consoante é dito, põe destaque na tradução literária e desconsidera as ferramentas de auxílio à tradução, cujo uso é atribuído predominantemente à tradução de textos técnicos. Conectada, então, com a dicotomia técnico/literário, a formação tradutória em contextos acadêmicos é descrita como inserida na macro-área de conhecimento de Letras (mensagem 148691, de 09/04/2005) e, em aparência, de caráter mais declarativo – “teórico” – do que procedimental – “prático” (mensagens 148718 e

148747, de 09 e 10/04/2005), em que o primeiro elemento do par é desvalorizado. Existem, sim, opiniões que ressaltam a necessária conexão entre as duas abordagens (como 148717 e 148756, das mesmas datas), até pelo fato de a potencialidade de subversão dos cânones derivar do seu conhecimento (mensagem 148719, de 09/04/2005). A facilitação e agilização do processo formativo são reiteradamente concedidas ao ensino formal (mensagens 148717 e 148722, as duas de 09/04/2005), que podem ser enriquecidas com currículos o mais abertos possíveis (mensagem 149123, de 13/04/2005), o qual potencializa a construção de percursos formativos mais individualizados e, desse modo, mais adequados ao perfil de cada estudante, a partir dum núcleo duro inicial que forneça o “capital intelectual” e “consciência crítica” (mensagem 149152, também de 13/04/2005) necessários para ser profissional da tradução.

É nessa última mensagem – 149152 – que se abre um desdobramento habitual das colocações atinentes à formação em tradução: as características possíveis duma hipotética regulamentação da atuação profissional nesse campo. Ponto muito sensível num coletivo marcado por uma heterogeneidade extrema no tocante à passagem por processos formais de ensino/aprendizagem e à natureza da atuação profissional (predominante ou esporádica), o assunto é recorrentemente abordado em TRAD-PRT. Na lista, quem participa oscila entre posições favoráveis (mensagem 95172, de 19/05/2003) e contrárias (mensagens 95214 e 95569, de 19 e 24/05/2003) à regulamentação do acesso e exercício da profissão, mas incisivas no sentido de rebater a responsabilização pelas condições trabalhistas atuais e as tarifas cobradas a pessoas “sem-diploma” (mensagem 144335, de 27/02/2005), e não a quem atua esporadicamente na tradução, num confronto entre o universo profissional e o “biqueiro”¹⁰⁶, compostos por “buquitus”¹⁰⁷ (mensagem 174237, de 11/03/2006).

A situação de regulamentação da prática tradutória no Brasil – e não só – provém, em boa parte, de fatores como as divergências internas à classe. Além da

¹⁰⁶ Ainda dicionarizado no *Aurélio* (Ferreira 1999:303) e no *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:294), o verbete apresenta, em ambos os casos, acepções diferentes das correspondentes ao contexto da lista, em que é usado, com conotações pejorativas, para se referir a quem faz traduções como “bico”: “**13. Bras. Fam.** Pequenos ganhos avulsos e/ou tarefa ocasional que os possibilita; biscate, ganche, galho, viração. **14. Bras. Fam.** Emprego subsidiário, pouco rendoso; gancho” (Ferreira 1999:297). “Bico” aparece, no mesmo sentido, em: “**11 Infrm.** Biscate” (Houaiss e Villar 2009:286).

¹⁰⁷ Com este vocábulo se alude em TRAD-PRT, de maneira pejorativa, a praticantes da tradução a quem é atribuída uma limitação nos conhecimentos linguísticos necessários na língua estrangeira. Provém de “Book 2” – livro dois.

posição contrária ao respeito, de reconhecidas tradutoras e tradutores que funcionam como referência do coletivo profissional – representados em TRAD-PRT nas mensagens 95214 e 127912 de 19/05/2003 e 09/08/2004 –, há, ainda, uma ausência de comprometimento com o projeto de regulamentação dum número suficiente de profissionais. Além disso, mesmo quando concordam com a sua relevância (mensagem 17649, de 17/07/1999), tradutoras e tradutores podem também divergir no que tange ao teor dessa hipotética regulamentação. No entanto, não se pode negar a interferência dum elemento que complica ainda mais a possibilidade de a profissão vir a ser efetivamente regulamentada no Brasil: o senso comum sobre a prática tradutória.

As concepções que componentes de TRAD-PRT constroem sobre a tradução, nas suas trocas de mensagens na lista, tomam em consideração algumas das tradicionais dicotomias a que o senso comum recorre para configurar essa ideia (como o par literal-fiel/livre). Porém, o coletivo acrescenta a elas outros pares que denotam concepções mais apuradas do ponto de vista dos Estudos da Tradução. É o caso do contraste entre transposição e criação, e da sua leitura como geradora de posições divergentes no relativo ao poder simbólico do discurso traduzido, ou ao nível de insegurança em que a avaliação das práticas tradutórias se encontra submetida.

Pelo fato de a tradução implicar uma sucessão de tomadas de decisão, a avaliação de traduções resulta por natureza polêmica. Conforme afirma Nogueira (mensagem 157300, de 18/07/2005), “[t]radução exige decisão e decisão que conte com aprovação unânime é coisa raríssima”, até porque, como discurso que é, “[h]á um tanto de subjetividade em toda tradução” (mensagem 191986, de 05/12/2006). Por isso, já desde os primeiros meses de vida de TRAD-PRT, está presente, entre os assuntos que constituem o domínio da lista, a consideração acerca da essência do afazer tradutório – seja pelas próprias listeiros e listeiros, seja em ambientes acadêmicos (mensagem 2247, de 03/12/1998) – e, derivada dela, a do papel da tradução. Autoria ou imitação – “*tradittore*”, como reza o adágio –, a sua conceptualização não é necessariamente estável na visão de cada participante da lista. Há nela participantes – com especial maturidade reflexiva no atinente ao seu próprio percurso na prática tradutória, como Nogueira – que percebem e declaram a sua própria oscilação, em relação às ideias acerca da tradução que orientam as suas decisões tradutórias concretas. Assim, na mensagem 157300 (de 18/07/2005), Nogueira afirma ter começado sendo “partidário de fazer traduções extremamente

livres”, mas, com o passar do tempo, ter se inclinado por traduzir dum modo “tão literal quanto possível, tão livre quanto necessário”.

Contudo, quais os limites dos dois polos dessa abordagem, e menos ainda o ponto de equilíbrio entre ambos, não é fácil de delimitar, donde a falta de consenso da comunidade, retratada em séries de mensagens que, nalgum sentido, se voltam sobre a questão. Por exemplo, no tocante a uma tradução em concreto, pensando sobre se cabe ou não “opinar no conteúdo do documento ou apenas traduzi-lo” (mensagem 205179, de 01/07/2007), se bem certos listeiros e listieras – como Nogueira – se inclinam por entender que alertar sobre supostos erros do texto de partida não faz parte das atribuições da prática profissional da tradução, também há quem defenda a pertinência de “[s]ugerir [ao cliente] uma melhora para um texto errado” (mensagem 205204, de 02/07/2007).

O mesmo tipo de problemática subjaz às ponderações acerca do estilo do texto de partida, em especial no que tange a fenômenos culturalmente sensíveis, como no caso das gírias, palavrões ou tabus no geral. Há participantes que não entendem que “o tradutor tenha o direito de censurar o cliente” (mensagem 10210, de 12/04/1999), conforme aponta Nogueira, mas há igualmente quem seja em prol de lhe oferecer “opções mais amenas” (mensagem 184768, de 23/07/2006), pois, se “uma tradução é feita para ser entendida em seu tempo e pela comunidade a que se destina” (mensagem 151258, de 04/05/2005) – como diz o próprio Nogueira noutro momento –, os efeitos de sentido procurados precisam ser considerados também enquanto fenômenos interculturais, não apenas sob o olhar dum respeito absoluto ao texto – e ao contexto cultural – de partida. Tudo se volta, então, para a complexidade associada à avaliação de traduções, ao conceito de erro em tradução e, ainda, e sobretudo, para o imaginário que rodeia a prática tradutória, que abrange da sua redução a uma impossível e absoluta repetição do original, até uma liberdade criativa extrema, sob a forma duma apropriação do texto de partida que eleva quem traduz a um autêntico nível de autoria, infiel, é claro, ao texto de partida, mas fiel, em última instância, ao próprio texto produzido: a tradução. São esses dilemas que perseguem tanto profissionais quanto especialistas num pensar da tradução, cujas posições se colocam nalgum ponto dum *continuum* complexo, amiúde considerado um dilema irresolúvel: optar entre o “tradutor [que] mexe mais com a transposição do que com a criação, e sofre com a posição de inferioridade decorrente disso, em relação ao autor”

(mensagem 173200, de 01/03/2006), ou fazer verdadeira a letra do adágio “*traduttore, traditore*”.

3.2.2. Posições-sujeito em TRAD-PRT: fazendo identidade na lista

Nas listas de discussão, como em qualquer comunidade de prática, são encontradas diferentes “posições-sujeito”, que Orlandi (1999:49) define como “a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz”, sob a forma de interações positivas (solidárias ou de reforço) ou negativas (de confronto), construídas com frequência sobre sequências de mensagens entrelaçadas no formato de árvores de discurso.

De fato, em TRAD-PRT boa parte de quem participa se limita a observar – muitas vezes demorando meses até se apresentar publicamente, e até sem chegar nunca fazê-lo. Além disso, fazem parte da comunidade tanto jovens tradutoras e tradutores no começo da carreira, como membros sênior da profissão, com frequência reconhecidos como tais pelo coletivo. Há ainda falantes de língua portuguesa e neofalantes, como também profissionais provenientes de ambos os lados do Atlântico. As posições-sujeito adotadas resultam, portanto, muito variadas.

Em termos gerais, TRAD-PRT constitui uma comunidade de prática “frouxa” (Eckert 1996) baseada em grande medida no conflito e nas lutas de poder. Como lembra Santos (2002):

para um indivíduo se perceber como competente numa dada área (de saber, fazer e ser) é necessário, não só, que ele seja reconhecido localmente como tal (pelos que lhe são próximos), mas que essa sua competência tenha visibilidade no ‘jogo’ mais global de relações entre saberes. E é neste espaço de diálogo e relação que se vivem muitas **tensões**¹⁰⁸, pois a referida visibilidade vive lado a lado com a atribuição de posicionamentos e estatutos sociais para a qual contribui o reconhecimento e a validação das competências.

O coletivo que participa de TRAD-PRT é composto de profissionais da tradução cujas posições-sujeito estão marcadas por uma ampla heterogeneidade, amiúde organizada, de novo, de forma dicotômica. As suas respectivas identidades na lista são construídas, em boa parte, em função das posições que ocupam no que tange aos pares de línguas com que trabalham, à sua atuação nos campos da tradução técnica ou

¹⁰⁸ O negrito é da que escreve.

literária, ao fato de terem ou não o português como língua de chegada, e de atuarem ou não com versão. Listeiros e listeiros se diferenciam, ainda, por contarem com estudos formais ou por serem autodidatas, por terem formação acadêmica nalguma área de especialidade ou nos Estudos da Tradução, e por atuarem na tradução juramentada ou somente no modalidade comum. Mesmo existindo profissionais com um pé em cada elemento dalguns dos pares dicotômicos anteriores (como a tradução técnica e a literária), a identidade tradutória da maioria que participa de TRAD-PRT está assente em apenas um dos dois contextos possíveis em cada dupla.

Na lista, quatro são, em concreto, os principais roles distinguíveis na forma como exercem o seu papel na comunidade:

a) O proprietário, que foi responsável pela abertura da lista, Renato Beninato. Não pode ser banido da comunidade exceto se TRAD-PRT for fechada. Dele é a primeira mensagem arquivada da lista, de 16/10/1998, em que, sob o título “Somos quatro”, anuncia: “A lista está implantada. Somos 4: Jussara, Cynthia, Danilo e eu. Os 3 últimos somos moderadores. Vocês podem ir na home page brincar por lá”. Na verdade, TRAD-PRT não tem equipe de moderação em sentido estrito, mas de administração, por não existir controle prévio das mensagens que são enviadas à lista, exceto no caso das primeiras postagens de cada participante.

b) Um segundo papel corresponde ao do grupo de administração, exercido, num primeiro momento, pelo trio apresentado acima. Conforme relata um listeiro na mensagem 21257 (de 12/07/1999), após os dois primeiros anos de vida da lista no servidor da USP, a cujo percurso não se tem acesso atualmente, Renato solicitou a colaboração voluntária de participantes para realizar os labores de gestão que tinham ficado sob a sua responsabilidade desde a abertura de TRAD-PRT. Conforme o mesmo listeiro, à época Cynthia Fraga se ofereceu para atuar como administradora, função na qual se encarregou de aspectos de caráter predominantemente técnico até a sua saída da função em 12/09/2001 (mensagem 69057). Durante esse período, conviveu nas suas funções com Danilo Nogueira, um administrador com alto nível de presença pública, nomeado para a função pelo proprietário da lista por, na prática, já ter estado exercendo como tal de forma extraoficial até o momento da sua nomeação. A equipe de administração de TRAD-PRT, composta por um número oscilante de participantes ao longo dos anos, vem sendo renovada de forma progressiva, conforme o interesse de cada membro da equipe. De fato, trata-se duma função realizada a título

de colaboração espontânea e gratuita que, com certeza, requer uma dedicação de tempo e tolerância excepcionais. Como em qualquer comunidade, o *leitmotiv* que reúne quem participa de TRAD-PRT – em que pese a declaração de princípios que consta na sua página de abertura – é objeto de negociação e supervisão pela equipe de administração da lista, encarregada de conter comportamentos desrespeitosos, conflitos de diversa índole e, inclusive, o entrelaçamento redundante e desnecessário das mensagens novas e antigas. Esse coletivo é ainda responsável pela definição e aplicação das regras de Netiqueta que regulam as interações em TRAD-PRT, postadas reiteradamente no começo de cada mês. Além de quem escreve cada mensagem, só membros da administração podem apagar as postagens em TRAD-PRT (conforme consta, acerca das listas de Yahoo no geral, na mensagem 167736, de 30/11/2005).

c) Um grupo de participantes com uma presença mais ativa, que inclui membros com reconhecimento pela comunidade tradutória que tem o português como uma das suas línguas de trabalho, junto a outros ou outras profissionais com menos experiência no ofício.

d) As denominadas “moiteiras” e “moiteiros”, uma grande maioria de quem tem inscrição na lista, com participantes que permanecem em silêncio de modo permanente e quem troca mensagens de modo quase que exclusivamente privado. Uma listeira, pertencente a esse grupo, optou por se descrever a si mesma como “fiel observadora da lista” em 03/12/2012 (mensagem 283501). A consciência desse coletivo em relação à posição-sujeito que assume na lista gerou o uso de “Moita”¹⁰⁹, vocábulo que, utilizado na mensagem 281102 (de 24/08/2012) com maiúsculo a modo de antropônimo, retrata o papel de agente atribuído, na percepção do grupo, a participantes que exercem a sua contribuição apenas ou predominantemente em privado. Em TRAD-PRT, aquela que parece recorrer por vez primeira ao termo é uma listeira que, em 23/02/1999 (mensagem 6837), aponta que: “Já ouvi falar do termo ‘moiteira’ (que eu chamaria de fantasma) e suponho que grande parte do tempo vou ser uma delas. É que quando o trabalho aperta tenho a mania de ‘desaparecer’”. É nesse momento que a categoria das “moiteiras” e “moiteiros” sai do silêncio em

¹⁰⁹ “Moita”, “moiteiro” e “moiteira” fazem parte junto a “biqueiro”, “biqueira” e “buquitu” – acima citados – da nomenclatura que organiza as categorias identitárias de TRAD-PRT, no fazer comunidade – e língua – que caracteriza as práticas da lista. O uso de “moita” está aí associado com “**Na moita. Bras. 1.** À espreita; na expectativa. **2.** Sem falar ou revelar algum fato ou segredo; em silêncio. **3.** Às escondidas; às ocultas; à sorrelfa”, no dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:1354), semelhante ao *Houaiss* (Villar e Houaiss 2009:1306). Já “moiteiro” e “moiteira” não aparece dicionarizado em nenhum deles.

TRAD-PRT para deixar marcas no discurso, na prática da comunidade, pois é só lá que as categorias existem. Assim,

social and linguistic practices through which people construct themselves as different and as similar must be carefully examined.

Language is a primary tool people use in constituting themselves and others as “kinds” of people in terms of which attributes, activities, and participating in social practice can be regulated. (Eckert 1995:2)

É consoante essas categorias e nomenclatura que quem participa da lista se organiza e organiza as suas intervenções em TRAD-PRT. Quem participa configura a sua presença segundo *roles* identitários, a partir de posições de poder diversas que, importa lembrar, não necessariamente estão associadas diretamente à sequência em que os diversos roles que são exercidos em TRAD-PRT foram apresentados acima. Isto é, o proprietário da lista, por exemplo, não se faz presente enquanto autoridade de forma sistemática. Na verdade, defende de forma explícita a não intervenção¹¹⁰ na lista em sentido autoritário, como faz na mensagem 21183 (de 10/09/1999), em que diz: “sou contra e sempre fui contra medidas autoritárias nesta lista”, e “a censura é o ato mais violento de todos”.

Sobre a questão, Nogueira entende (diz na mensagem 167881, de 01/12/2005) que a presença pública de participantes de TRAD-PRT, como das demais listas, parece independer da sua configuração administrativa. Existiriam, então, três tipos de “listeiros” e “listeiras”:

um pequeno grupo “A” de participantes muito ativos, que raramente passa um dia sem escrever uma ou duas mensagens ao menos; um grupo maior “B”, que às vezes ficam semanas sem escrever; e um grupo “C”, amplamente majoritário, dos que raramente ou nunca aparecem.

Então, não sendo os fatores organizativos que decidem a posição-sujeito assumida, outros devem ser os motivos que a condicionam. Na mensagem 218066 (de 09/02/2008), Nogueira ainda aponta ironicamente para o fato de a lista estar dividida em dois grupos: o “Olimpo dos Deuses Letrados e Oniscientes” e o “Ossujo dos Pacóvios Analfaburros e Ignorantes”, ao qual se adscrive. Essa articulação de mais um par dicotômico pretende retratar – em termos religiosos e satíricos – o nível de confronto que caracteriza, não raro, o relacionamento com e entre membros do grupo que denominara “A” na mensagem de 01/12/2005 (a 167881), não somente no que

¹¹⁰ É nítido o contraste com as formas como exerce o poder a equipe moderadora da comunidade do Orkut Tradutores/Intérpretes BR, antes mencionada, que atua anonimamente (Fernandes 2009).

tange a elementos de terminologia especializada, mas também no relativo a questões da língua comum, às quais se refere de forma implícita na mensagem acima citada (a 218066).

Já componentes da equipe de administração, consoante o seu perfil, agem publicamente em maior ou menor medida. Nesse aspecto destacam as contribuições de Nogueira, que se prolongam ao longo dos anos, independentemente de fazê-lo a título de administrador ou não. E é pela consistência da sua presença em TRAD-PRT, pela insistência em questões que tocam a língua portuguesa e pela natureza dos seus percursos profissional e formativo que serão apresentadas à continuação considerações emanadas das suas intervenções em TRAD-PRT e de entrevista realizada com o profissional em março de 2015, em São Paulo. As suas contribuições retratarão concepções que, acerca de temas relativos ao português do Brasil, têm profissionais da tradução atuantes no mercado de longa data, referência para o coletivo e com uma formação caracterizada pelo autodidatismo, do qual Nogueira constitui um caso extremo.

A seguir, o mesmo tipo de reflexões serão realizadas no tocante a outro perfil tradutório, exemplificado por Ivone Benedetti, com áreas de atuação e formação académica diametralmente opostos aos de Nogueira. Para tanto, serão tecidas considerações obtidas, igualmente, a partir das suas postagens na lista e em entrevista realizada com Benedetti, também em março de 2015.

3.2.2.1. O tradutor autodidata especializado em tradução técnica

Participante ativo em diversas listas de discussão, com uma página pessoal referência entre estudantes e profissionais da tradução que trabalham hoje com português (<http://www.tradutorprofissional.com/>), Danilo Nogueira acompanhou a evolução de TRAD-PRT desde diversos lugares de fala e com posições de maior ou menor atividade, seguindo o que considera ser a natureza das listas.

Em “Tradutor Profissional”, usa as seguintes linhas a modo de apresentação:

Danilo Nogueira nasceu em São Paulo, em 1942 e, também desde muito jovem se interessa por línguas, porém nunca fez faculdade. Teve uma vida confusa e atribulada demais para ser narrada aqui. Em 1970, aproveitando uma oportunidade promissora, resolveu se dedicar inteiramente à tradução, especializando-se em contabilidade,

finanças, tributação e direito societário. Um dos pioneiros da informatização da tradução, usa programas de tradução assistida por computador desde cerca de 1995.

Esses breves comentários resumem o percurso profissional desse descendente de emigrantes da Galiza com mais de 40 anos dedicados à prática tradutória, cuja presença virtual é uma das mais intensas e marcantes no campo da sociabilidade na Internet de profissionais da tradução no Brasil, tanto pela sua vocação para a inovação técnica, que de sempre o acompanhou, quanto por um dom da palavra e uma maturidade reflexiva sobre o ofício que facilmente se destacam no universo da rede e, já desde os anos 1980, também em espaços de formação em tradução¹¹¹.

O seu itinerário formativo constitui um exemplo extremo do autodidatismo que com tanta frequência caracteriza profissionais da área no Brasil. No entanto, Nogueira vê criticamente esse seu caráter de autodidata, que responsabiliza pelo nível do seu inglês escrito e falado, que diz ser “péssimo”¹¹² (00:04:15-00:04:16). Contudo, a reelaboração do pensamento – facilitada pelo recurso a instrumentos de coleta de dados como a entrevista¹¹³ – se faz transparente em relação a essa afirmação genérica sobre a sua declarada (in)competência comunicativa em língua inglesa. Após apontar que “[e]u falo inglês muito mal. Por quê? Porque eu sou autodidata e eu nunca morei no exterior” (00:04:17-00:04:22), indica que: “Em compensação, o meu inglês escrito é muito claro, meu estilo não é perfeito, mas é muito claro, muito preciso, e minha gramática inglesa é muito boa” (00:04:34-00:04:48). Essas pontualizações remetem já para dois pilares que Nogueira, como se verá, parece reconhecer como essenciais à competência comunicativa nas línguas de trabalho do tradutor [ou, pelo menos, na(s) língua(s) B]: “estilo” e “norma gramatical”.

Depois de ter começado as suas atividades laborais no campo da docência e administração escolar – como dono de escola de línguas em Porto Alegre, que veio à

¹¹¹ Na mensagem 31832 de TRAD-PRT (de 21/02/2000), Nogueira menciona ter sido 1984 o ano em que publicou o seu primeiro trabalho, na *Revista Brasileira de Tradutores*, e ministrou a sua primeira palestra, a convite de Regina Alfarano.

¹¹² Essa afirmação é ratificada por comentários que fazem parte da mensagem 1423 de TRAD-PRT (de 15/11/1998): “Vamos começar pelo princípio: eu nunca terminei o curso secundário, nem vivi no exterior, nem falo inglês de berço. Meu inglês falado é horrível e entendo aproximadamente metade do que me dizem nessa língua. Nem sempre é fácil explicar a um cliente que um sujeito que fala um inglês nojento é capaz de fazer uma tradução que preste. De inglês, além do que aprendi no colégio, tenho um semeaste incompleto na cultura inglesa”. O erro de digitação no final é aqui respeitado.

¹¹³ O guia de entrevista elaborado para orientar a exploração de assuntos previstos durante o encontro aparece no anexo 1 deste trabalho. Acompanhando cada segmento transcrito neste trabalho, aparecem – nesta seção como nas posteriores, já com diferentes interlocutores – os pontos inicial e final da gravação durante os quais as intervenções foram feitas.

falência, e professor de inglês numa escola particular, Fisk, em São Paulo –, o ingresso de Nogueira na tradução se deu no ano de 1970 na Arthur Andersen, empresa onde dava aulas de inglês e “que, naquela época, era uma enorme firma de auditoria. E ali eu aprendi a traduzir finanças, contabilidade, auditoria, impostos, essas coisas, e desde então ninguém me dá outra coisa” (00:00:20-00:00:35). Após as suas primeiras traduções, passou a fazer parte da Arthur Andersen como “tradutor funcionário” (mensagem 219893, de 08/03/2008), o qual lhe abriu as portas para prestar serviços de tradução para a editora Atlas.

Mesmo que derivada do acaso, visto que relacionada ao primeiro encargo tradutório que recebeu, Nogueira afirma em entrevista celebrada em 28/03/2015: “Sou um escravo da minha especialização” (00:00:07-00:00:11). No entanto, não nega a existência dum “fundo geral de tradução” (00:00:48-00:00:49), compartilhado pela tradução literária e a que ele pratica, “altamente técnica, altamente árida” (00:01:30-00:01:33). Estabelecendo um paralelo entre modalidades tradicionais da prática tradutória e fenômenos de variação linguística, aponta: “É mais ou menos como com a gramática. Você tem inúmeras variações gramaticais, inúmeras formas, mas ‘eu sou’ é português padrão e ninguém diz ‘eu é’; isto é básico, é basilar, é nuclear, e disso você não pode sair” (00:01:09-00:01:26). Na área tradutória, há, diz Nogueira, um *continuum* de tradução, uma “gama que vai desde altamente técnica (...) até a altamente literária” (00:01:51-00:02:03), graduado em função da relação com a dicotomia tradução literal/livre: “A diferença que existe é que nós, tradutores técnicos, somos menos livres” (00:02:15-00:02:19).

Dicotômico é também o olhar com que Nogueira classifica os grandes perfis da tradução técnica no Brasil: o de especialistas nalguma área cujos conhecimentos numa língua determinada faz que “eles pensem que são tradutores” (00:11:51-00:11:52), e o de profissionais provenientes dum curso superior de Tradução (cujos altos níveis de competência linguística e de reflexão teórica não vêm acompanhados de conhecimentos na especialidade sobre a qual eventualmente se debruçam). Convergem, então, ambas as “vertentes” (00:10:47-00:10:48) nos conhecimentos linguísticos das línguas de trabalho, que Nogueira considera essenciais à prática tradutória e que descreve como “controle sobre a língua” (00:13:03-00:13:04), o qual afeta tanto à língua A como à(s) estrangeira(s). Esse poder que há de ser exercido sobre a(s) língua(s) converge com a ausência de caráter autoral que atribui ao discurso

tradutório, pois, diz Nogueira: “Ao fazer uma tradução, eu sou obrigado a traduzir não como eu, Danilo Nogueira, quero, mas como você escreveu” (00:13:22-00:13:30). E, dentro duma perspectiva predominantemente funcionalista, entende que, em tradução, “acerto é aquilo que o leitor intelectualmente entende como o leitor do original o entenderia” (00:32:23-00:32:27). O labor tradutório está, então, constrangido pelo dizer autoral, que reside no texto de partida, e, ainda, pelo “efeito correspondente” (00:37:17-00:37:18) da obra traduzida no novo público leitor, o qual deve coincidir com o conseguido pelo original sobre quem a lê.

É essa concepção funcionalista que justifica as intervenções necessárias na tradução: “É uma questão de objetivo, o que nós queremos desta tradução” (00:33:25-00:33:29), aponta Nogueira, e só o escopo poderia justificar, por exemplo, o recurso, se necessária para permitir acompanhar um texto noutra língua, a “uma tradução excessivamente literal que, inclusive, burla a sintaxe da língua de chegada” (00:33:52-00:33:58). Depreende-se daí que esse tipo de intervenção não é aceito por Nogueira por atentar contra um dos dois pilares que ele mesmo citara ao se referir à competência comunicativa nas línguas de trabalho: a norma gramatical.

A distinção, também dicotômica, entre escrever e traduzir, é estabelecida predominantemente sobre o estilo, distinguível e passível de ser submetido ao controle por quem escreve ou traduz: “Escrever bem significa você ter o teu próprio estilo e o tradutor não tem que ter o estilo dele, ele tem que ter o teu estilo, tem que ter o estilo dos outros” (01:11:48-01:11:57). Assim, “o nosso domínio da língua” (01:11:58-01:11:59), no caso de profissionais da tradução, implica “saber escrever como o Danilo escreve” (01:12:01-01:12:02) e como outros e outras o fazem, o que requer “um comando da língua absolutamente diferente daquele que o bom escritor tem” (01:12:22-01:12:28). “Controle”, “domínio”, “comando” constituem, então, elementos básicos na relação que profissionais da tradução, entende Nogueira, precisam manter com as suas línguas de trabalho, derivada do caráter, autoral ou não, da produção textual. Se o escritor ou a escritora “põe para fora o que ele tem dentro do seu peito” (01:12:44-01:12:46), a tradutora ou o tradutor põem para fora aquilo que outrem tem no peito, apossando-se duma voz que não lhes pertence, donde a necessidade de quem traduz contar com um “controle da língua muito mais flexível” do que precisa ter quem escreve.

Trata-se duma forma de eloquência, um dizer – *loqui* – para fora – *ex-* –, ao modo daquela de que Nogueira faz gala enquanto disserta, com extrema facilidade e consistência, sobre quase todos os assuntos ligados à prática tradutória. Por isso desponta com crueza um ponto em relação ao qual o discurso de Nogueira se vê marcado com maior ênfase por silêncios, interjeições e gestos que indicam o ônus implicado na sua abordagem: a língua portuguesa.

São precisamente essas as marcas a que Nogueira recorre para abrir as suas considerações sobre o tema. Questionado sobre a relação que profissionais da tradução mantêm especificamente com a língua portuguesa, a sua primeira expressão, numa tomada de turno que se sobrepõe à pergunta da entrevistadora, passa por uma abertura do olhar e um movimento de cabeça, acompanhados pela interjeição “ih!” (01:13:21-01:13:22) – articulada com um /i/ longo –, a qual, segundo o dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:1075), “[d]enota admiração, espanto, ironia, ou impressão de perigo próximo”, muito semelhante ao *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:1045), que diz sobre ela: “denota espanto, ironia, admiração ou sensação de perigo iminente”. No caso, esse último elemento – a ideia de perigo – parece ser o foco pela percepção imediata de entrada num contexto tenso, problemático, que começa a ser elaborado discursivamente após um longo silêncio de 12 segundos – preenchido pelas reações do público presente na entrevista –, depois do qual Nogueira retoma a palavra com um “Vamos por partes” (01:13:34-01:13:35). Esta frase, embora a modo de organizador textual anuncie a introdução de mais dum segmento em volta do qual se organiza a argumentação, atua também como marcador de cortesia conversacional, posto que abre uma pergunta referida à entrevistadora: “Há quanto tempo você está no Brasil?” (01:13:36-01:13:37). A resposta é considerada essencial porque serve de baliza para delimitar a abordagem duma problemática essencialmente local, desenvolvida a partir duma afirmação inicial: “Nós falamos português; falamos assim, como se diz em inglês, ‘*after a fashion*’, ‘de certo modo’” (01:13:46-01:13:51).

Esse depoimento primeiro abre reflexões em que se perpassa por diversos âmbitos – “Vamos por partes”, conforme anunciara acima.

Em primeiro lugar, Nogueira lembra o estranhamento no contato com a variedade europeia do português, descrito em termos estéticos e atribuído pelo tradutor a brasileiras e brasileiros com um nível de instrução formal baixo e de origens regionais concretas, estereótipo de locais caracterizados pela precariedade

socioeconômica – “a minha empregada, que é paraibana, achou horrível” (01:14:39-01:14:41).

A seguir, traça um percurso histórico que pontua, a grandes traços, as denominadas “várias revoluções no português do Brasil”¹¹⁴ (01:14:58-01:15:00), entre as quais: a protagonizada por Machado de Assis (assente nos usos coloquiais cariocas decimonônicos); a derivada da generalização, a partir de meados do século XX, da pronúncia brasileira nos palcos teatrais, onde se costumava recorrer a ela apenas para retratar formas estigmatizadas, pois “era considerada vulgar” (01:16:10-01:16:11); e a maior de todas, a dos cronistas da revista *Manchete*, que “faziam questão de escrever alguma coisa que fosse, assim, feia, coloquial, simples, mas, ao mesmo tempo, fosse correta. Estabeleciam novos conceitos de correção, que não eram os portugueses, novos conceitos, e ir talhando uma nova língua” (01:17:18-01:17:44). Esse processo de (in)definição do *status* do português do Brasil é elaborado de modo oscilante entre essa “nova língua” e a recriação do português que se atribui logo a seguir ao coletivo de cronistas da *Manchete*, que “recriaram a língua e mostraram que você pode escrever do modo que você quer, bastante brasileiro, muito brasileiro, pouco português e que ainda flua, seja bom” (01:18:51-01:19:10).

Finalmente, Nogueira reflexiona acerca dos instrumentos de gramatização existentes para o português do Brasil, especialmente gramáticas e dicionários, destacando, além do seu caráter autoral (enquanto produtos elaborados por sujeitos que lá incluem as suas concepções normativas idiossincrásicas, a sua norma subjetiva)¹¹⁵, o fato de, para profissionais da tradução, criar “uma situação horrível”

¹¹⁴ Todas elas, cenários também fundamentais para a constituição do dizer (sobre) o português do Brasil que vêm se juntar aos descritos no capítulo 1 deste trabalho.

¹¹⁵ Já na mensagem 4245 de TRAD-PRT (de 13/01/1999) (na mesma linha da 93470, de 19/04/2003), Nogueira afirma que: “Manuais de estilo, gramáticas, dicionários refletem a opinião de quem os escreveu. (...) Às vezes esses textos concordam entre si, às vezes não. (...) Muitas vezes temos que optar entre lições opostas desses textos e não adianta ficar ansioso, perguntando ‘qual é o certo?’, ‘qual é o oficial?’. Não existe nem certo nem oficial. Diversidade faz parte da língua e mesmo a chamada ‘norma culta’ aceita uma boa quantidade de formas divergentes – como prova a contenda recente sobre o uso de ‘até’. Quando dizemos que o Manual X é melhor que o Y estamos dando nossa opinião pessoais: muitos de nossos colegas – e o revisor e o cliente – podem discordar e vir com o Manual Y na mão, alegando que o Manual X está ultrapassado (= é mais conservador, não reflete mudanças mais recentes) ou cheio de bobagens (= é mais liberal, reflete mudanças mais recentes). Isso faz parte do risco do tradutor e de todos os que escrevem”. Afinal, “a ‘norma culta’ é mais fluída, dinâmica e subjetiva do que a maioria de nós quer aceitar” (mensagem 166399, de 18/11/2005). No entanto, há sim espaços em que os produtos da gramatização são convergentes: “Nós vamos é certo, nós vai é errado. Por quê? Porque este é um dos sinais usados para distinguir os cultos dos incultos. As gramáticas mostram nós vamos, mas não mostram nós vai, porque o uso entre os gramáticos é apresentar somente a norma culta, sem se ocupar da norma inculta” (mensagem 4247, de 13/01/1999).

(01:21:11-01:21:12), na avaliação de Nogueira, por dois motivos: não poderem recorrer à prescrição da norma proveniente dos instrumentos de gramatização de que se dispõe, porque “ninguém em sã consciência diz isso” (01:20:12-01:20:13) – entendendo ninguém como nenhum ou nenhuma falante do vernáculo brasileiro –, nem se encontrar numa situação de poder que permita a profissionais da tradução definir como norma uma forma contrária ao padrão.

A alternativa encontrada para lidar com as situações de tensão normativa reside em “cunhar uma nova linguagem”, “uma série de técnicas” (01:22:04-01:20:10) para contornar o confronto e não escrever algo “completamente artificial” (01:22:16-01:20:17), como as consistentes em evitar o uso de clíticos, especialmente no tocante ao que descreve como o “tabu português” (01:21:02-01:21:03) – será da língua ou do povo? – de iniciar uma oração com um clítico¹¹⁶. Outras restrições de estilo, como a relativa ao recurso a uma sequência de advérbios terminados no sufixo -mente, exigem de profissionais da tradução uma “disciplina” que, embora num discurso não autêntico, pois “não é você” (01:24:44-01:24:45), requer o desenvolvimento desse controle sobre a língua acima mencionado, atribuído agora, igualmente, ao afazer tradutório: “Tradução é disciplina, uma disciplina intelectual terrível” (01:25:07-01:25:12), necessária para manter a separação dos códigos linguísticos que caracteriza essa prática, indica Nogueira.

Quando questionado explicitamente sobre a relevância ou não, para profissionais da tradução de português do Brasil, de abordagens como a representada pelo “preconceito linguístico”, em que se problematiza a relação com a norma culta e a norma padrão, a reação de Nogueira é eloquente e ainda mais expressiva do que quando perguntado sobre o português no geral. Recorrendo novamente a uma interjeição de irritação – consistente neste caso em deixar escapar o ar entre os lábios, fazendo-os vibrar (01:26:23-01:26:24) – e após pedir cópia da entrevista, que está sendo gravada nesse momento, com o qual preenche parte do silêncio de 18 segundos de que precisa para planejar a sua resposta, Nogueira abre um novo desdobramento que se soma à problematização ligada à relação no Brasil da norma padrão com o

¹¹⁶ E a questão dos clíticos desponta na distinção de português europeu e do Brasil, delimitados agora como “duas línguas”: “Atualmente, mesmo na linguagem da norma culta, a colocação pronominal diverge nas duas línguas (...). Há algum tempo os revisores de jornais [no Brasil] simplesmente ‘corrigiriam’ qualquer caso de próclise em início de oração. Hoje, o manual de estilo do Estadão diz claramente que em textos formais não se usa, mas em crônicas e quejando é permitido” (mensagem 162138, de 22/09/2005).

português europeu. Trata-se do conflito atribuído à “busca de um padrão brasileiro” (01:26:56-01:27:01) por parte duma ortodoxia política originária de setores da esquerda que, embora reflexo da mudança linguística, inerente à dinâmica das línguas, prescinde do critério de elegância – estético, portanto – como guia para delimitar as formas vitoriosas enquanto marcas de prestígio. Mediante o recurso a um símil com a evolução da vestimenta no século XX, e em recusa a um modelo de língua, como de vestimenta, anacrônico, Nogueira frisa que não se pode atribuir necessariamente elegância, nem falta dela, a usos linguísticos do passado, mas “tem o problema de que nós não estabelecemos um bom padrão ainda” (01:30:54-01:30:57). Criticando de forma genérica os instrumentos de gramatização disponíveis – “As nossas gramáticas são todas defasadas, não é?” (01:30:58-01:31:59) –, os procedimentos adotados na revisão de traduções, conforme avaliação que Nogueira faz de comentários de profissionais da área num grupo do Facebook, cujo nome não é explicitado, são descritos destacando o conflito derivado da anacronia¹¹⁷. Diz Nogueira: “Você pode aprovar o que Machado de Assis fez, mas isso não significa que você precisa fazer como ele” (01:31:38-01:31:41). E encerra com uma crítica que questiona a suposta incoerência de Bagno nos seus usos linguísticos, duma perspectiva, como se verá, divergente da apontada por Ivone Benedetti na seção a seguir: “Marcos Bagno fala aquelas coisas, mas ele usa a gramática do Bechara, não é?” (01:31:46-01:31:48).

E Nogueira fecha o círculo insistindo no caráter problemático que desponta em todas as questões anteriores, trasladando o conflito geral para o seu caso particular: “Nós temos muitos problemas com isso. Eu tenho esses problemas em altíssimo grau porque a minha tradução é altamente formalizada” (01:32:15-01:32:23). Se na tradução literária se oscila entre uma expressão fluída e a norma culta – “Dona Norma era uma chata” (01:36:04-01:36:05), brinca Nogueira –, no texto técnico a questão que se coloca é que exige “um cuidado muito grande para distinguir o que é uma padronização oficial, que tem que ser mantida e respeitada porque é aquilo” (01:33:48-01:34:00) e “deficiências de redação que às vezes encontrou nalgum lugar e

¹¹⁷ De fato, a intensidade com que está atrelado a certa contemporaneidade da língua, do ponto de vista prático, leva Nogueira a questionar, na mensagem 101241 de TRAD-PRT (de 12/08/2003), a possibilidade de recorrer a variantes pretéritas até para a tradução de textos antigos, embora recuse essa inadequação no que tange à tradução de registros: “a respeitarmos o aspecto diacrônico do estilo, caberia traduzir Chaucer na linguagem de d. Paio Soares de Taveirós, o que me parece desaconselhável. (...) Por outro lado, quando escolhemos usar uma norma ‘culto’ para traduzir um texto ‘coloquial’, a este traduteiro fica parecendo que cometemos crime de lesa-estilo. (...) eu, (...) traduteiro de textos técnicos que sou, alheio às altas estratosferas do diacronismo onde de vez em quando os tradutores de textos técnicos têm que se aventurar”.

você não é obrigado a respeitar” (01:34:36-01:34:40). Trata-se de “vícios técnicos” (01:34:56-01:34:57), categoria de difícil demarcação, já que as regras formuláveis a esse respeito resultam inúteis por não serem capazes de definir, determinar os *finés*, os limites, de forma constante, definitiva, visto que a língua muda.

“O tradutor tem uma luta com a língua” (01:37:28-01:37:30), aponta Nogueira, mas esse comentário não se aplica inicialmente à sua situação de padronização específica de cada língua, senão à natureza da prática tradutória e à impossibilidade de redizer em tradução algo que supostamente foi dito no texto de partida. No entanto, no vaivém do pensamento, Nogueira engancha o raciocínio acerca do conflito da língua em tradução com a situação específica do português do Brasil e, ainda, com alusões religiosas que, mesmo num agnóstico como ele, constituem um componente recorrente no discurso dos brasileiros sobre essas questões: “A luta contra a língua é o nosso pão nosso de cada dia” (01:38:11-01:38:15), “e, lamentavelmente, lamentavelmente, não temos recursos”¹¹⁸ (01:38:19-01:38:23). Não faz parte dessa fala declarar a possibilidade de oficialização de produtos do processo de gramatização – existente no Brasil nos campos ortográfico e de nomenclatura gramatical –, até pelas inexistências (como a de dicionários de colocações em português) ou pelas limitações, inclusive práticas (como no tocante à ausência de índices remissivos), que Nogueira atribui ao hoje disponíveis.

Conforme comentado no início desta seção, dentro do coletivo de profissionais da tradução que têm o português como uma das suas línguas de trabalho, a presença de Nogueira na Internet desponta de maneira notável, tanto pelas suas intervenções marcantes em diversos espaços quanto pela vocação inaugural e a constância das suas atividades nos âmbitos de interação virtual. A vida de Nogueira é modelo na exemplificação das potencialidades da rede mundial de computadores para modificar as dinâmicas de socialização entre membros do coletivo tradutório, praticamente transformando o seu trabalho dum quase solitário ofício, para um afazer inserido numa comunidade ampla e em contínuo contato. Deixando Nogueira falar: “Eu comecei a traduzir em 1970. Até acho que 95, eu conheci acho que três tradutores ou quatro, e a gente jogava assim” (01:50:14-01:50:27), diz Nogueira, escondendo um

¹¹⁸ Como diz Nogueira na mensagem 114215 de TRAD-PRT (de 11/02/2004): “Quanto ao Houaiss, o seu dicionário, como todos os dicionários, reflete meras opiniões e não são a palavra de Deus”. Já em 23/07/2007 (na mensagem 206317), afirmou: “É importante ter em mente que gramáticas e dicionários não são as Tábuas da Lei”.

imaginário jogo de cartas com as mãos. O seu primeiro contato com as trocas virtuais se deu quando Francis Aubert, professor de Tradução da Universidade de São Paulo, encaminhou uma aluna para entrevistá-lo e ela sugeriu usar Lantra-L – “a avó de todas as listas” (01:52:07-01:52:08) –, onde começou a descoberta do contato via Internet com profissionais da tradução por parte de Nogueira. As primeiras interações lhe forneceram “uma visão comercial e, digamos, industrial da tradução muito mais avançada do que a minha” (01:52:31-01:52:41), lembra, como também a constatação da existência de relações marcadas por “muita briga” (01:52:46-01:52:47). O ingresso em TRAD-PRT se deu em função da recomendação dum brasileiro que participava da Lantra-L, o qual avisou Nogueira da existência duma lista “só para brasileiros” (01:54:18-01:54:19). Eram os primeiros passos não só da articulação virtual da comunidade tradutória do português, como da inauguração das que viriam a ser novas dinâmicas profissionais de Nogueira, com as quais viria a se implicar afetivamente de modo intenso¹¹⁹.

O humor – “Danilo Nogueira, uma voz da história” (01:54:47-01:54:48) –, as exclamações – “Eu sei de coisas, eu sei de coisas!” (01:54:59-01:55:01), seguidas de pausa de dez segundos – e os próprios silêncios – como em “Tinha 35 membros, a TRAD-PRT”, pausa de cinco segundos, “ficava dias sem comunicação”, pausa de nove segundos, segmento repetido e seguido por mais uma pausa, de 11 segundos (01:55:23-01:55:56) – são claros indicadores da profundidade do impacto que o mundo virtual, e TRAD-PRT em especial, exerceram sobre Nogueira. Mesmo lembrando as dificuldades técnicas iniciais – “Internet no Brasil era discada” (01:56:44-01:56:45) – e de relacionamento, pondera, destacando a aprendizagem social que promovia: “mas a gente aprendia muito. A gente começou a discutir coisas” (01:58:36-01:58:39), inclusive levando às associações – como a Associação Brasileira de Tradutores (Abrates) – profissionais que, como Nogueira, tinham permanecido até então às margens delas. Os encontros foram produzindo articulações destinadas, inclusive, a tentar organizar o mercado da tradução, assim como houve desencontros – pois “há muitos tradutores que não se toleram” (02:06:22-02:06:23). E

¹¹⁹ Celebrando o décimo aniversário da lista, Nogueira afirma na mensagem 139628 de TRAD-PRT (de 01/01/2005): “Confesso que não estou aqui desde o início, mas também tenho de confessar que me parece sempre ter estado, que não consigo mais compreender como era a vida quando ainda não estava”. E ainda, refletindo sobre o seu crescimento como tradutor durante esses dez anos graças a TRAD-PRT – pelo que lhe ensinaram nela e pelo conhecimento que as perguntas doutras listeiros e listeiros lhe incentivaram a construir –, na mensagem 148289 (de 06/04/2005) Nogueira diz: “a minha vida profissional tem AL e PL: Antes da Lista e Depois da Lista”.

essas dificuldades na interação se verificaram, como é lógico, tanto nas relações reais quanto nas virtuais. Mas, apesar de tudo:

TRAD-PRT foi um celeiro, a gente aprendeu muita coisa lá. (...) Tinha os chatos, tinha os idiotas, os sem-noção..., tinha de tudo, mas tinha muita gente boa. Depois a TRAD-PRT foi morrendo. Foi morrendo por quê? Por causa de meia dúzia de gatos, meia dúzia de gatos cujo intuito principal era provar que o outro era uma besta (02:08:17-02:08:51).

Os conflitos foram dando lugar à migração de listeiras e listeiros para o Orkut, em comunidades como a 50302¹²⁰, até que esse modelo “foi se esvaindo” (02:12:36-02:12:38) em direção à restrição de foco – e de participantes com que interagir – nos “nossos vários grupos no Facebook, vários grupos no Facebook, que cuidam de diversos aspectos da tradução” (02:13:30-02:13:40). Geraram-se, desse modo, dinâmicas de interação que mudaram definitivamente a feição da prática da profissão, dum modo muito mais profundo do que “essas ferramentas de hoje; essas ferramentas não significam nada, um milímetro a mais do que a influência dessas redes sociais e, ufl, TRAD-PRT” (02:17:38-02:17:50).

3.2.2.2. A tradutora de ciências humanas formada em Letras

Abre-se a seguir uma seção destinada a traçar as linhas gerais sobre questões – como língua, norma, português ou tradução – que, entrelaçando-se, norteiam o pensamento doutra tradutora profissional cuja voz se deixa sentir em TRAD-PRT como a dum sujeito autorizado no campo linguístico: Ivone Benedetti. Para tanto, foram coletados dados provenientes das suas intervenções em TRAD-PRT, do volume *Conversas com tradutores* – do qual é organizadora junto a Adail Sobral – e, ainda, de entrevista¹²¹ celebrada em 29/03/2015 em São Paulo. Sendo esses três instrumentos de naturezas diversas, puderam ser obtidas informações que abrangem dum âmbito mais implícito (como nas concepções que subjazem à organização do roteiro de entrevistas de *Conversas com tradutores* e nos silêncios e reformulações do pensamento durante a entrevista mencionada), até elementos surgidos de modo mais direto e controlado da voz e da mão de Benedetti (como nas respostas à entrevista, no prefácio a esse volume ou nas intervenções em TRAD-PRT). Como no caso de Nogueira, vale destacar desde

¹²⁰ É apenas essa que Nogueira cita explicitamente. Não é mencionada, por exemplo, a comunidade Tradutores/Intérpretes BR, pesquisada por Fernandes (2009).

¹²¹ O guia de entrevista aparece no anexo 2 deste trabalho.

já a consistência que caracteriza o olhar de Benedetti, o qual se mostra intensamente convergente ao longo do percurso que é acompanhado aqui, pontuando um longo caminho, desde 12/11/1999 (data da primeira mensagem postada por ela em TRAD-PRT, a 25849) até 2015. A linha de pensamento iniciada naquela época se desliza desde essa data em direção a 2003 – ano em que é lançado o volume *Conversas com tradutores* –, prossegue com participações na lista, que se prolongam até 14/02/2011, para terminar com a entrevista realizada em 29/03/2015. Começa-se, assim, acompanhando informações que Benedetti utiliza para se apresentar, enveredando, a partir desse ponto, para refletir sobre as suas concepções sobre tradução e língua, acompanhadas pelas contribuições sobre esses assuntos do grupo de profissionais da tradução que, selecionados e ciceroneados por ela e por Adail Sobral, participaram no livro *Conversas para tradutores*.

Em 11/04/2001 (na mensagem 59201 de TRAD-PRT, intitulada “Novo curso de português para tradutores”, onde divulga o Curso de Sintaxe Portuguesa do Texto Traduzido), Ivone Benedetti se apresenta da seguinte maneira, pontuando o seu itinerário formativo e profissional:

Professora formada em Letras pela faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP. Foi professora de latim e português nas décadas de 1970 e 1980. A partir de 1987 vem atuando como tradutora de francês, inglês, italiano e espanhol. Atualmente faz mestrado em Língua e Literatura Francesa na USP, um trabalho de tradução comentada de textos poéticos medievais. Para editoras traduziu cerca de 40 livros, alguns dos quais de grande importância nos estudos de ciências humanas.

Em entrevista celebrada em 29/03/2015, Benedetti completa e atualiza essas linhas esclarecendo os contornos da sua formação e atuação profissional, pelo acréscimo das seguintes informações:

a) A sua formação de nível superior foi realizada na rama neolatina – uma das duas em que o curso de Letras da Universidade de São Paulo estava organizado à época, junto à anglo-germânica. Abrangeu, junto ao português, as línguas francesa, italiana e espanhola, estas últimas ligadas à sua origem familiar. O seu amplo contato com diversas línguas de trabalho – que também provém, portanto, da ascendência de Benedetti – pode ter exercido influência no caminho que a profissional traçou e que a encaminhou para uma intensa atuação no campo da tradução. É possível perceber uma relação peculiar com a docência na construção do discurso de Benedetti, que, imediatamente no início da entrevista, reformula a apresentação do seu percurso

acadêmico nos seguintes termos: “Todos saíam professores, não é? A formação profissional... saíamos todos professores de português e mais uma língua” (00:00:09-00:00:18). Constrói-se, então, uma oscilação entre “eles” e “nós” que retrata sutilmente os rumos por que enveredaria a vida profissional de Benedetti, num movimento de aproximação/afastamento de ambas as práticas para as quais se preparou: o ensino e a tradução. Benedetti é consciente, contudo, de qual o perfil a que costuma ser associada em TRAD-PRT. Ao expor as suas opiniões sobre a complexa relação com clientes – e, indiretamente, sobre o seu lugar de fala –, afirma, na mensagem 32027, de 25/02/2000: “[A]gora não falei na qualidade de ‘professora de português’, como todos me vêem. Falei como brasileira e tradutora”.

b) A Benedetti tradutora conceitua os seus primeiros passos na profissão como marcados pela insegurança, sentimento que associa à natureza da atuação como atividade autônoma: “comecei assim um pouco amedrontada porque eu pensei ‘à hora que começar a faltar tradução, o que é que eu faço com a minha vida?’, não é?, mas nunca faltou. E, então, aí eu fui, fui, fui – isso foi em 1997, que eu comecei, muito insegura” (00:01:12-00:01:23). De fato, esse sentimento parece caracterizar também de forma consistente o modo como estudantes de tradução se relacionam com essa prática, segundo se verá no próximo capítulo. Nesse último caso, entretanto, as motivações para a insegurança alegadas, além de à limitada competência linguística, podem estar atreladas a outros fatores, associados à própria natureza da prática a que devotam o seu percurso formativo e ao senso comum que rodeia a tradução.

c) O depoimento de Benedetti aponta também para uma imbricação entre o sentimento de insegurança de profissionais da área e uma necessidade de embasamento reflexivo para o afazer tradutório – à qual alude logo a seguir aos seus comentários sobre a condição insegura em que sentia encontrar-se. Esse fato a fez retornar às salas de aula, agora a um curso de especialização em Tradução, também na USP, com foco em técnicas de tradução e que viria a despertar o seu desejo de continuar o percurso acadêmico. No caso, Benedetti menciona em TRAD-PRT em 2001, como citado acima, estar realizando um “mestrado em Língua e Literatura Francesa na USP, um trabalho de tradução comentada de textos poéticos medievais”, que seria reconhecido pela instituição como tese de doutorado. Contudo, a possibilidade de ingressar no campo universitário como docente, por ela cogitada em 2007, terminou sendo descartada por motivos de saúde. “Depois disso só fiquei

mesmo traduzindo, mais ou menos próxima da vida acadêmica, mas não lá dentro, não é?” (00:03:30-00:03:36). Essas palavras vêm confirmar o contraste com o perfil de Nogueira: havendo coincidência na dedicação profissional à tradução, a atuação de Benedetti se mantém intensamente relacionada com os ambientes acadêmicos, um viés que, ainda existindo, está bem menos presente em Nogueira.

d) Benedetti complementa ainda a sua apresentação lembrando outras publicações de que foi autora: “Também escrevi um romance, um livro de contos, organizei um dicionário de italiano para a WMF Martins Fontes, escrevi um livro – *Conjugação verbal dos verbos portugueses* – e essas coisas só que eu tenho feito” (00:03:38-00:03:58). Assim, a voz de Benedetti se articula como duplamente autorizada dentro daquelas atividades que parecem outorgar reconhecimento profissional no campo da tradução: a criação de literatura – que a converte em autora e, portanto, lhe imprime uma modalidade de reconhecimento emanada de competências estéticas que o senso comum tende a considerar ideais na tradução literária – e a elaboração de estudos de caráter linguístico (lexicográfico e gramatical), que vêm sustentar a autoridade de Benedetti no tocante a assuntos dessa índole.

d) Finalmente, na entrevista realizada, Benedetti confirma, taxativa, que a sua atuação predominante na tradução se centra na área de ciências humanas¹²², embora, após retomar o seu labor tradutório no campo da literatura – no qual atuou especialmente do espanhol e do italiano para o português –, encerre o pensamento com a seguinte afirmação, na qual parece repensar a abrangência e a sua implicação com a tradução literária: “Em suma, basicamente na área de literatura e na área de ciências humanas, principalmente filosofia” (00:05:20-00:05:26).

Percebe-se, então, que, embora com nuances mais finas – relevantes nesta pesquisa e derivadas em grande medida da natureza da entrevista como instrumento de coleta de dados –, as afirmações que sobre si faz Benedetti na entrevista de 29/03/2015 resultam essencialmente convergentes com as linhas em que resumira a sua apresentação em TRAD-PRT em 2001.

Essa professora e tradutora, que assina as suas postagens na lista com o mote do seu segundo, porém mais corrente ofício, participou nela de forma ativa desde os seus

¹²² “Eu tenho atuado principalmente na área de ciências humanas, muita filosofia. É o que eu tenho feito praticamente o tempo todo: filosofia” (00:04:16-00:04:28), afirma Benedetti.

inícios – com uma primeira postagem em 12/11/1999 (a mensagem 25849), até uma última intervenção em 14/02/2011.

Convém frisar desde já um elemento em que divergem os comportamentos de Benedetti e Nogueira no mundo virtual. Além de pelas diferenças de caráter e pela implicação de Benedetti num contexto tradutório maior, devido às suas vinculações acadêmicas, a relação com as possibilidades derivadas das interações via Internet e a avaliação das suas potencialidades na geração de mudanças nas atitudes e concepções da comunidade da tradução divergem claramente entre Nogueira e ela. Diz Benedetti, em 29/03/2015:

Esses fóruns, eu já frequentei muito, não frequento mais. Eles levantaram muitas discussões, não é?, muitas, muitas mesmo, muito em torno de norma culta ou não culta, tudo isso aí, mas foi algo realmente facilitado por essa..., por esse mundo virtual, sem dúvida. Eram coisas que não eram discutidas (...). Mas (...) nada que mudasse substancialmente o modo como cada um vê as coisas (00: 48:52-00:50:51).

No entanto, embora Benedetti, quando perguntada sobre a questão, afirme que as listas não ocasionaram mudanças significativas nas concepções sobre norma linguística por parte de profissionais da tradução, já na mensagem 34623 de TRAD-PRT, de 18/04/2000, ela mesma dá um indício de ter havido mudanças no tocante às suas próprias opiniões em relação ao coletivo, visto que possivelmente tenham sido os contatos virtuais a explicarem a seguinte afirmação. Nas palavras de Benedetti:

[A]ntes eu achava que havia alguma utilidade em dirigir-me aos tradutores e pedir-lhes um pouco mais de consciência de estrutura de sua própria língua e mais respeito por sua identidade; hoje, sinto ser inútil dirigir-me a um grande irmão qualquer, pois vejo que muitos de meus colegas, embora conscientes e ciosos da língua portuguesa, muitas vezes se vêem enfiados no esquema, impotentes diante dele, amargurados por nada poderem fazer.

Em concreto, a sua presença em TRAD-PRT se articula claramente em duas fases, a segunda delas desenvolvida a partir de 2004, ano a partir do qual abandona uma atitude mais presente para adotar um papel de moiteira, com foco na divulgação de eventos na área dos Estudos da Tradução, como, por exemplo, a realização de cursos e chamadas de artigos para publicação. Na mensagem 114101, de 10/02/2004, anuncia a entrada em cena de Litterati, uma página dedicada à tradução de ciências humanas com perfil mais acadêmico do que TRAD-PRT, que entrará em conflito com a equipe de administração desta última (mensagem 114574, de 16/02/2004). Na mensagem 118920, de 22/04/2004, Benedetti divulga o lançamento de *Conversas com*

tradutores, volume que organiza e prologa, em que um grupo de 19 tradutores e tradutoras – 11 participantes em TRAD-PRT –, com perfis acadêmicos e áreas de atuação diversas, é entrevistado segundo um roteiro composto de dez itens que abrangem assuntos diversos, relativos ao labor profissional, à interação com clientes e a sociedade no geral, às suas representações sobre tradução, à crítica da tradução e, no caso específico da questão número seis, à língua portuguesa. Reza assim a pergunta: “E o português? O que você pensa das atuais medidas de proteção do idioma? Até que ponto o tradutor é responsável pelo que acontece à língua portuguesa?”

A elaboração do enunciado do questionamento acima põe de relevo de forma nítida quais as preocupações que predominam, no pensamento de Benedetti, no tocante à relação de profissionais da tradução com a língua – a portuguesa, no caso. Por um lado, o questionamento incide, e o faz em primeiro lugar, sobre uma colocação ligada à contemporaneidade (à época em que é posta) e relacionada a projetos de lei destinados à “proteção do idioma”, foco de intensos debates, em que vários setores da sociedade brasileira, entre os quais profissionais da prática tradutória, desenvolveram variadas mostras de higiene verbal em mídias diversas, como TRAD-PRT. Já a segunda parte da pergunta acima reproduzida está centrada numa linha de pensamento que, sem dúvida, faz parte do leque de reflexões mais frequentes sobre a problemática ligada ao papel de profissionais da tradução em relação às línguas com que trabalham. Dicotomicamente canonizados como responsáveis pela guarda do futuro da língua ou responsáveis pela miscigenação linguística, ambos os polos incidem na responsabilização de profissionais da tradução por mudanças linguísticas que viriam derivadas das suas práticas tradutórias. Nesse ponto, o roteiro usado em *Conversas com tradutores*¹²³ formula um questionamento que solicita explicitamente uma mensuração (“Até que ponto o tradutor é responsável pelo que acontece à língua portuguesa?”), donde se infere uma modalização no discurso que, ainda com a relativização do papel de tradutoras e tradutores, sugere a necessidade duma consciência na classe no que tange às questões relativas às suas línguas de trabalho. Da pergunta se deduz ainda que algo aconteceria à língua portuguesa, pois nesse ponto não há qualquer modalização, possível em redações alternativas do tipo “pelo que possa (vir a) acontecer com a língua portuguesa”.

¹²³ Na entrevista realizada com Benedetti em 29/03/2015, foi informado por ela que os depoimentos constantes no volume *Conversas com tradutores* foram coletados via correio eletrônico.

Em linhas gerais, as respostas dos tradutores e tradutoras entrevistadas no volume convergem na posição que defende, com mais ou menos ênfase, “medidas de proteção do idioma”, e na consideração de profissionais da tradução como coletivo “responsável pelo que acontece à língua portuguesa”, também em maior ou menor grau. Dita convergência se verifica na quase totalidade de quem se entrevistou¹²⁴ para a publicação, embora haja divergências na modalização e ainda que, nalguns casos, as respostas não abordem um dos dois aspectos frisados na pergunta (medidas projetivas e papel de profissionais) de forma explícita. As posições assumidas coincidem, ainda, independentemente da formação acadêmica de cada participante. Embora a maioria tenha realizado estudos em área de Letras, Estudos de Tradução ou conexas, no perfil curricular de sete dum total de 19 participantes no volume, que aparece imediatamente antes da transcrição das entrevistas realizadas, não são mencionados cursos nessas áreas, ainda sendo algo bastante comum na apresentação de autores e autoras, sobretudo em publicações temáticas. No tocante a este posicionamento e à área de formação, o trio que mais enfaticamente se coloca de forma crítica contra as medidas de proteção do português e contra a responsabilização de profissionais da prática tradutória desautoriza as medidas em questão – atribuindo aos seus proponentes “poucos conhecimentos teóricos” (Benedetti e Sobral 2003:63), pois os seus “conhecimentos de lingüística são extremamente precários” (Benedetti e Sobral 2003:95) – porque, ainda dentro das dinâmicas de contato de línguas inerentes às sociedades contemporâneas, e não só, “[o] português vai muito bem, obrigado” (Benedetti e Sobral 2003:96). Portanto, as medidas protetivas se destinariam a tratar “um autêntico não problema” (Benedetti e Sobral 2003:96). Nesse contexto, que reconhece as línguas como “algo dinâmico, em constante mutação”, caberia a profissionais da tradução para a língua portuguesa “fazê-la re(desabrochar) sempre em sua permanente mutabilidade” (Benedetti e Sobral 2003:116).

Já os alegados problemas com o português, mais do que da ação de profissionais da prática tradutória, derivariam predominantemente da situação educativa, com a

¹²⁴ Chama a atenção, a esse respeito, o fato de o autor do posfácio e também um dos organizadores do volume, Adail Sobral, ter afirmado que: “a convivência diária com a fluidez do sentido parece levar a maioria dos tradutores a não dar demasiada importância às batalhas ideológicas travadas a pretexto da defesa da língua” (Benedetti e Sobral 2003:209). No entanto, e em que pese os diversos graus de ênfase, quase todos os tradutores e tradutoras que participaram do volume *Conversas para tradutores* dizem apoiar essas medidas protetivas do idioma, marcadas por posicionamentos ideológicos.

“falta de segurança nos conhecimentos de português, de lingüística, de lingüística contrastiva, de teoria da tradução” (Benedetti e Sobral 2003:64-5).

No tocante a outras questões que interessam aqui, vale ainda destacar a presença, por um lado, de comentários que descrevem, em 2003, o impacto do advento da Internet sobre profissionais da tradução, agora “menos ensimesmados, menos solitários” (Benedetti e Sobral 2003:38), sem, contudo, deixar de se constatar a “desarticulação dos profissionais” em termos associativos (Benedetti e Sobral 2003:52) que caracteriza a situação da classe no Brasil.

Também procede apontar a existência, não raro, tanto do recurso a termos de origem religiosa, algo bastante caro à sociedade brasileira, para retratar práticas tradutórias – como a menção a um “jargão consagrado” (Benedetti e Sobral 2003:36) ou a “termos ‘consagrados’ (pelo uso e pela história)” (Benedetti e Sobral 2003:74), mais ou menos naturalizados, como podem indicar as aspas presentes na segunda citação – quanto a própria consciência crítica dessa ressignificação: “A Fé e os Dogmas cabem melhor dentro de um contexto de religiosidade” (Benedetti e Sobral 2003:81).

As entrevistas ao coletivo de 19 profissionais da tradução que compõem a base do volume *Conversas com tradutores* são, ainda, emolduradas por um prefácio e um posfácio, da autoria de quem organizou o volume: Ivone Benedetti e Adail Sobral. Daquela é o prefácio, que discorre acerca de noções que o senso comum atribui à tradução, numa “visão empirista (...), a não teorizada, a que não se encontra nos livros, mas sobrevive como segunda natureza aderida à nossa mentalidade, afetando diretamente o tradutor”. Dentre elas, Benedetti destaca “valorizar em excesso ou com exclusividade o aspecto terminológico dum texto, sem se atentar para o seu aspecto discursivo”, ou ainda “acreditar que o simples conhecimento de duas línguas, por si, é suficiente para transformar qualquer bilíngüe em tradutor” e, em consequência, “montar cursos (...) sem dar atenção a todos os aspectos culturais implicados no ato da tradução” (Benedetti e Sobral 2003:19). Deriva das representações sociais que rodeiam o ato tradutório o considerar o traduzir um fazer automático, alienado de qualquer “problemática social”, na qual estão inseridos necessariamente, como aponta Benedetti, tanto o sujeito tradutor quanto a própria língua portuguesa (Benedetti e Sobral 2003:30).

Enquanto sujeitos, diz Benedetti (Benedetti e Sobral 2003:30), o papel de profissionais da tradução apenas pode ser adequadamente apreendido se for pensado como “verdadeiro catalisador da tensão entre o de fora e o de dentro, (...) como uma das portas de entrada da cultura estrangeira, através de sua língua”. Com isso, Benedetti desloca o foco da terminologia e da sua problematização no senso comum, que a afasta da sua natureza também cultural, para o contato com o Outro que se efetua através da tradução, com a conseguinte tendência à introdução neológica de fenômenos importados doutra língua/cultura pelo ato tradutório.

Não se nega aqui a responsabilidade que, acerca desses assuntos, corresponde a agentes da prática tradutória, responsáveis em potencial por mudanças linguísticas derivadas da importação de elementos provenientes doutros sistemas linguístico/culturais. Considera-se, no entanto, não ser de forma alguma inexistente o nível de tensão a que profissionais dessa prática são submetidos no atinente ao tratamento da língua comum, em especial em âmbitos como o dos que recorrem ao português do Brasil. Reduzir os embates com a norma linguística ao reconhecimento retórico da “oposição lingüística-gramática”, vista como algo que não afeta ao coletivo tradutório, ou limitá-los ao “contraste entre os que dominam a norma-padrão e os que são por esta (e por aqueles) dominados” (Benedetti e Sobral 2003:30), nega a complexidade dos contornos da situação de conflito de padronização em que se encontra o português do Brasil no século XXI, sobre a qual discorreu Nogueira e que tão bem ilustra Neves¹²⁵ (2003). Ao não ser reconhecida a existência do problema, vê-se dificultada a geração de espaços para a elaboração das tensões que origina em contextos como os da formação acadêmica na área de Tradução no Brasil, como se verá no capítulo 4. Quem neles se encontra está frente a frente com os impasses derivados das tomadas de posição no que tange aos usos linguísticos adotados e se

¹²⁵ Além de ter publicado em 2000 a gramática que deu início à série das elaboradas por linguistas, conforme mencionado no capítulo 1, Neves editou em 2003 um *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. Na apresentação ao volume, a autora aponta que, na obra, “[o] ponto-chave é que O USO PODE CONTRARIAR AS PRESCRIÇÕES QUE A TRADIÇÃO VEM REPETINDO, e o falante – particularmente aquele que usa de modo especial a linguagem nas suas atividades profissionais – terá que conhecer os dois lados da questão: O MODO COMO OS MANUAIS NORMATIVOS DIZEM QUE ‘DEVE SER’ OU ‘NÃO DEVE SER’ e O MODO COMO, REALMENTE, ‘É’” (Neves 2003:13). Não se trata de fazer um apanhado de erros efetivamente documentados, a fim de orientar quem “usa de modo especial a linguagem nas suas atividades profissionais”, como o coletivo tradutório, mas em “marcar melhor a tensão entre o uso e a norma prescritiva” (Neves 2003:20), repassando a utentes da língua a tomada de decisões ao respeito. Lembrem-se aqui as palavras de Nogueira, na seção anterior: “temos o problema de que nós não estabelecemos um bom padrão ainda”.

depara, ainda, com a frequente necessidade de verbalizar as razões das decisões tomadas, pelo qual o conflito pode aparecer com intensidade perante os seus olhos.

Na esteira de Benedetti, Sobral – também organizador de *Conversas para tradutores* e autor do seu posfácio – formula a sua linha argumentativa de modo essencialmente convergente com Benedetti, ao considerar “evidente que a defesa das ‘variedades’ não pode significar a recusa da(s) variedade(s) mais valorizada(s)”, e, “[d]o mesmo modo, (...) a norma, ou melhor, as normas, não devem excluir as variedades, dado que serve(m) a uma das relações interlocutórias possíveis” (Benedetti e Sobral 2003:209). O conflito, entretanto, é assumido de forma mais explícita por Sobral, que avalia a situação brasileira como de “(difícil) equilíbrio” (Benedetti e Sobral 2003:210). Assim explica Sobral:

[S]e enrijecer a norma é empobrecer a expressão (e ao nosso ver é isso que fazem os prescritivistas excludentes), desprezá-la também o é (e a nosso ver é isso que fazem certos lingüistas – e não-lingüistas – ‘facilitários’ que elevam os usos ‘varietais’, acriticamente, ao estatuto de valor supremo – como a(s) própria(s) norma(s) que combatem (Benedetti e Sobral 2003:209-10).

Se “devemos nos opor a propostas espontaneístas e/ou repressoras de todos os matizes: normativizantes ou desestruturantes”, a saída ao impasse pode consistir, para Sobral, na avaliação consciente das possibilidades existentes, segundo a sua adequação ao aqui e o agora. Rejeitam-se, então, pela negação da avaliação linguística que implicam, tanto “o relativismo” – que “dá a tudo igual estatuto, e portanto torna desnecessária a valoração no *hic et nunc* – como “o absolutismo” – que “afirma uma verdade como *a* verdade, e por isso impede que haja valoração” (Benedetti e Sobral 2003:210-1). Como se verá no capítulo seguinte deste trabalho, destinado a descrever um contexto específico de formação em Tradução, a tensão inerente à realização de avaliação linguística por tradutores e tradutoras aprendizes, de por si problemática no contexto brasileiro, pode ser aumentada pela atribuição a ela dum certo caráter preconceituoso, que dificulta o tratamento didático do conflito de padronização brasileiro por incidir no proibido, no que deve ser evitado.

Retomando agora o percurso da participação de Benedetti em TRAD-PRT, percebe-se que, tendo dedicado os seus esforços a outros âmbitos de atuação – como à produção académica e à administração de Literatti –, permanece em silêncio na lista de 2004 até 2011, sem se pronunciar acerca dos assuntos que tinham constituído o centro das suas intervenções até a primeira das duas data, com pouquíssimas

exceções. Entre elas, cabe destacar a mensagem 256041, a penúltima que ela posta, de 29/04/2010, em que considera mero diletantismo, na linha das suas posições no preâmbulo acima mencionado, colocações que questionam a norma linguística em relação à prática profissional de tradução de português. Como aponta Benedetti:

[D]iscussão sobre norma ou não-norma, etc., tudo isso é muito bonito em revistas acadêmicas e certas publicações nas quais deitam e rolam os lingüistas brasileiros modernos, que adotam Saussure, cochilam com Jakobson e descartam Benveniste, gente que mete o pau na gramática, mas não sabe sintaxe (salvo honrosas e raras exceções). Se estamos em grupos de tradutores, precisamos saber que as editoras e os clientes esperam uma escrita indiscutível, ou seja, dentro da norma culta. Por isso acho ociosas essas discussões em listas de tradutores¹²⁶.

Na resposta ao questionamento que deu origem à mensagem anterior (na mensagem 256021, de 28/04/2010), mostra em parte como organiza o seu pensamento sobre norma, articulado por volta de mais uma dicotomia, cujos componentes denomina aqui “gramática” (exemplificada pelas posições normativas de Napoleão Mendes de Almeida) e “uso” (associado com fala)¹²⁷. Assim, dissertando sobre os estudos de gramática normativa, na mensagem 25973 (de 14/11/1999) apontara já que, nesse caso “se utiliza como ‘norma’ aquilo que é a síntese dos usos escritos e explicados em determinada época e determinado lugar”. Provém da variação a legitimidade da norma, que “é necessária para uniformizar o uso duma língua por todo um território onde ela é falada. E da uniformização nasce naturalmente a facilidade de comunicação entre usuários dum mesmo código”.

No entanto, dita “facilidade” não resulta necessariamente ausente de tensões, e os contornos que assume o conflito nem sempre precisam coincidir. Ainda na mesma

¹²⁶ Esta, como as demais intervenções provenientes de TRAD-PRT, doutras páginas da Internet, ou, ainda, de textos publicados em papel, foram transcritas, salvo erro, respeitando qualquer traço idiossincrático ou erro de digitação (ortográfico ou outro) presentes na mensagem original, tenham sido voluntários ou não.

¹²⁷ De fato, essa não é a única dicotomia por volta das quais se articula o discurso de Benedetti. Na mensagem 95247, de 20/05/2003, mais uma é apresentada, agora no tocante à formação de tradutoras e tradutores, que tenderia a duas abordagens, sendo mais frequente a primeira no caso brasileiro: “especialização terminológica”/“expressão do discurso traduzido com um todo”, associada, esta última, com técnicas de redação. Afinal, lembrando as palavras de Benedetti (mensagem 38050, de 13/06/2000): “Eu sei que os tradutores técnicos não têm tempo nem interesse, mas o ideal seria um estudo bem aprofundado e constante da língua”. Além de a essa dicotomia, na mensagem 31126 (de 06/02/2000) Benedetti alude também à distinção entre coloquial/formal, em que a validade do primeiro termo do binômio não se nega, desde que separado dos contextos em que não procede: “O coloquial não é espúrio. Não é condenável. Não é considerado ‘errado’. Ele tem seu lugar, a sua função”, pois “é capaz de criar um nível de ‘cumplicidade’, de ‘familiaridade’, que não existe no formal. Essa é sua função na economia social, na saúde mental dos integrantes de um grupo”.

mensagem de 1999, a 25973, Benedetti expõe, refletindo implicitamente sobre o Brasil:

No entanto, visto que a infração à norma culta em muitos casos costuma ser apontada como sinal de “burrice”, criou-se uma associação entre “pedantismo” e “norma” que é indesejável. Por isso, nós, como profissionais das línguas, precisamos ter em mente que “norma” é instrumento necessário para a uniformização de qualquer código usado. E a língua (código genérico) tem alguns subcódigos com que nós, tradutores, de vez em quando topamos: são os jargões e os falares, com suas respectivas variações de normas. Os tradutores literários sabem do que estou falando.

A contundência das suas concepções é confirmada pelas ideias sobre a questão que Ivone expõe na entrevista realizada em 29/03/2015. A “uniformização” mencionada acima é atribuída como especial necessidade aos usos linguísticos presentes em textos como os de ciências humanas, em cuja tradução, como se viu, a “norma culta” costuma atuar, por uma dupla motivação: pragmática e de abordagem teórica. Em relação à primeira, diz Benedetti: “Por uma questão de teoria da tradução e por uma questão da realidade do mercado, você, nos livros de filosofia e de ciências humanas, você usa sempre a norma culta, mesmo porque, se você não usar, você perde o emprego” (00:05:56-00:06:14). No entanto, não se trata apenas de dobrar-se ao reconhecimento do poder simbólico, e econômico, de que está imbuído a que denomina “norma culta”. A sua consistência em termos de ausência de variação, de falta de ambiguidade, a sua transparência e caráter considerado unívoco constituem elementos essenciais em textos em que a base do significado construído reside predominantemente no campo referencial, articulado em forma de redes coesivas cuja articulação precisar ficar nítida para o público leitor.

Evidentemente, a norma culta, que tem alguns parâmetros mais ou menos rígidos, ela se presta mais a um texto que necessita de precisão. Ou seja, quando você diz algo duma maneira aqui no começo e você diz algo semelhante da mesma maneira aqui no fim, você está estabelecendo um eixo de significâncias, ou seja, você não..., o teu objetivo é não deixar o leitor em dúvida: será que aquilo que foi dito aqui em cima é diferente do que foi dito aqui em baixo já que está sendo dito de uma maneira diferente? Então, a norma culta é aí infalível e necessária (00:06:31-00:07:16).

Retira-se, então, da norma linguística grande parte da sua flexibilidade – inserindo-a em “parâmetros mais ou menos”, isto é, não completamente “rígidos” –, mas sem obviar que ela também se faz necessária noutro contexto: no campo literário.

Em literatura já não. Em literatura, quem dita a norma é o autor. Então, em termos de teoria da tradução – vocês sabem, não é? – você nunca traduz o coloquial pelo formal, nem o formal pelo coloquial, você vai..., você tem que fazer uma análise literária. O

tradutor que se preze tem que fazer uma análise literária do texto e perceber as intenções do autor e os personagens em jogo, etc., para usar o mesmo registro. É uma questão de registro, não é? Então, são coisas diferentes. O tradutor precisa ter jogo de cintura, não é?, se atua em áreas diferentes (00:07:16-00:07:59).

Assim, os conceitos de acerto e erro em tradução estão estreitamente relacionados com o que Benedetti denomina “tipos de textos”, da “tipologia textual”, e se articula em várias dimensões: terminológica, de registro no geral, de norma linguística e relativo às intenções do autor.

No que tange a questões de ordem terminológica, nos textos técnicos o ajuste a soluções acertadas é mais estrito, permitindo uma menor atuação por parte de profissionais da tradução, como também exercícios temporários se veem reduzidos, lembrando ainda que a anacronia deve ser evitada. Já o mesmo não acontece em textos literários:

Em literatura, por exemplo, a questão do erro terminológico já não é tão rígida. Por quê? Porque em literatura você lida muito com aquilo que..., o chiste, você lida com o trocadilho; então, você não vai traduzir ao pé da letra, então você vai errar terminologicamente para acertar semanticamente (00:23:05-00:23:31).

No campo que denomina “registro”, a dicotomia culto/coloquial, citada por Benedetti na entrevista de 29/03/2015, vem se somar a outras, antes referidas: gramática/uso (na mensagem 256021, de 28/04/2010, de TRAD-PRT) e formal/coloquial (na mensagem 31126, de 06/02/2000), que parece se associar ainda com a distinção infrequente/frequente. Mantendo um olhar harmônico com o exposto nestas mensagens da lista, na entrevista realizada Benedetti elude atribuir caráter de erro à indistinção entre ambas as categorias do par, agora organizadas como culto/coloquial, apontando para a ideia de (im)propriedade, quer dizer, (in)adequação, conceito de uso habitual na Sociolinguística contemporânea que pode vir a ser concebido como um termo destinado a, sem negar a avaliação, evitar a proscrição de usos linguísticos não apenas pouco monitorados como, sobretudo, muito frequentes. Então, é erro,

do meu ponto de vista, se traduzir o coloquial pelo culto, e o culto pelo coloquial, não é? É uma impropriedade; não se pode dizer que é um erro, mas é uma grande impropriedade. Você traduzir o frequente pelo infrequente, não é?, ou vice-versa, ou o infrequente pelo frequente (00:24:35-00:25:05).

Essa reelaboração explícita da categoria “erro” em “impropriedade” que pode ser acompanhada nas palavras acima, flexibilizando os desvios, já sugere um processo

de trânsito, uma situação de instabilidade que é de fato reconhecida como existente e representada por abordagens que suspendem a avaliação negativa da “entrada dentro do texto escrito formal dos usos coloquiais”, instaurando uma nova ortodoxia.

Eu tenho inclusive debatido muito isso em relação a esses novos linguistas que propõem, não é?, a entrada dentro do texto escrito formal de usos coloquiais, não é? Por exemplo, o uso do pronome sujeito no lugar do objeto, etc. e tal. E eu tenho debatido muito isso; aliás, hoje eu vi uma frase muito, assim, muito interessante, que diz que é do Huxley – diz que é, não pude confirmar – que é: “Toda nova invenção começa como heresia e acaba como ortodoxia” (00:28:38-00:29:22).

A reiteração de segmentos (como, acima, “eu tenho debatido muito isso” e, em baixo, “[e]u sempre bato nessa tecla”, ou, ainda, “eu digo sempre”) apontam para a tensão que requer abordar discursos com os quais se mantém uma relação conflituosa, permanente e reflexiva, donde a necessidade de reelaborar uma e outra vez a formulação das perspectivas em questão. Trata-se do conflito derivado da combinação, por um lado, da existência de linhas sociolinguísticas representadas pelas contribuições de Bagno¹²⁸ (2001), que, entende Benedetti, vêm subverter a ortodoxia da norma com uma heterodoxia condenada, se vitoriosa, a se converter em ortodoxia; e, por outro lado, da não assunção, coincidindo com Nogueira, de abordagens teóricas que, nos Estudos da Tradução, apontam para a atribuição, a profissionais da tradução, dum certo direito de autoria sobre os seus textos. Ambos os eixos (ligados à situação de padronização do português e a uma crítica à infravalorização da prática tradutória) se mostram como articuladores de contextos tensos que, embora por ela atribuídos a

¹²⁸ Em relação a essas propostas, Benedetti questiona também: “Essa é a tese do Marcos Bagno: a norma foi sempre baseada no que dizem as pessoas cultas. (...) Eu acho que aí existem dois enganos: primeiro, não foi nunca o que as pessoas cultas diziam (...), a língua de cultura não é o que os cultos falam, é aquilo que estava registrado como língua de cultura. Então, esse é o primeiro erro. O segundo é o seguinte: eles estão elegendo a classe média do sudeste como modelo, mas o universo lusófono é muito maior. (...) Por que é que eu não vou usar o ‘tu vai’, ou ‘tu vais’ de lá do nordeste, o ‘tu vai’, que é um desvio da norma, o ‘tu vai’ do sul? Por que? Então admita, admita-se tudo, o que vai criar uma tremenda confusão. Então, esse é o segundo erro porque eles estão elegendo uma classe social dum determinado, dum determinada região e um, de repente, um tipo de linguagem que se disseminou muito a partir do Rio de Janeiro, via Rede Globo. (...) Então, se é preconceito linguístico, então vamos admitir o ‘nós vai’; não, isso eles não, não..., não podem, não é?” (00:38:14-00:42:22) Recorre aqui Benedetti ao mesmo exemplo que cita Nogueira na mensagem 4247 de TRAD-PRT, de 13/01/1999. Ambos coincidem igualmente em criticar os usos linguísticos de Bagno, embora de um ponto de vista diferente. Se Nogueira apontava uma suposta falta de identidade entre o dito e o feito por parte de Bagno, no tocante ao uso da norma culta, Benedetti destaca a situação de anomia que despondaria do não ajuste a algo que ela reconheça como norma linguística: “Outra coisa, eu li, tipo assim, um livro do Marcos Bagno (...), mas o que é que eu notava, justamente aí na questão do pronome? Ele às vezes usava o oblíquo e às vezes usava o reto na posição de objeto, no texto dele. Ora um, ora outro. E eu me perguntava: qual é o critério, entendeu? Se você fizer isso em tradução, alguém vai de perguntar: ‘Escuta, por que ali em cima você fez isso e lá em baixo você fez aquilo?’ (...) Então cria-se uma anomia, que não é legal porque todo o mundo foge da anomia” (00:42:23-00:43:34).

profissionais da tradução, mas não a ela mesma, pela sua necessidade explícita de reformulação também parecem problemáticos para o própria Benedetti.

Sobre o primeiro ponto, Benedetti¹²⁹ diz:

Eu sempre bato nessa tecla: não adianta você querer trazer o coloquial para substituir o formal em nome de uma pretensa..., de um pretense preconceito linguístico – que, aliás, eu digo sempre que o preconceito não é linguístico, o preconceito é social, sempre, e a lingüís..., e a língua é apenas um aspecto. Então, não adianta você querer porque, a partir de certo momento, isto que aqui..., que é, que é uma heresia, daqui a pouco ele está uma ortodoxia porque o público assim exige, ele quer uma regra: “o que é que eu faço agora, e o que é que eu uso, e o que é bom usar, entendeu?” (00:29:31-00:30:14)

Já sobre o segundo, expressando a sua ideia sobre o que entende constituir um trabalhador ou uma trabalhadora da tradução, afirma, na mesma linha que Nogueira¹³⁰, que:

Então, esse é um aspecto. O outro é o seguinte: qual a especificidade do tradutor – que eu também tenho batido muito nessa tecla. O tradutor, ele não usa a língua num nível de comunicação como o do falante comum. Ele usa em vários níveis de comunicação porque ele está traduzindo outras pessoas. Ele não está comunicando aquilo que ele pensa, ele está comunicando aquilo que um outro pensa e ele tem que comunicar, como nós estávamos falando agora, no mesmo nível de registro, de frequência, conhecer etc. e tal. Então, ele precisa, ele é obrigado a dominar muitos registros de língua. Isso é algo que distingue profundamente o tradutor do falante normal, a não ser que seja um tradutor de manualzinho, mas não é desse que eu estou falando. Estou falando assim, de um tradutor que tem..., que se vê diante, no corpo a corpo com vários tipos de texto. (...) Essa peculiaridade tem que ser elaborada, o tradutor tem que ter consciência disso: ele não é um comunicador normal, como a maioria das pessoas (00:30:16-00:32:12).

Essa situação, que a princípio poderia se colocar como uma preocupação grosso modo abstrata, com as duas vertentes anteriores, é concebida, na verdade, como um processo em andamento. Sai-se, então, do campo dos princípios, do a priori, para se adentrar num contexto que se impõe ao sujeito enquanto âmbito com as suas especificidades, o seu caráter local, a sua concretude e filiação com uma sociedade e uma história concretas, marcadas pela ideia de “problema”. E, para Benedetti, essa situação está exercendo influência sobre tradutoras e tradutores em formação porque:

a heresia está se tornando ortodoxia. Então, você pega..., você vai ver um filme legendado, o indivíduo que está lá falando está usando os pronomes de acordo com as normas de sua língua, porque nas outras línguas o problema pronominal não é tão

¹²⁹ Lembrem, no mesmo sentido, as palavras de Bagno (2003:16), reproduzidas já na introdução a este trabalho: “o *preconceito linguístico não existe*. O que existe, de fato, é um profundo e entranhado *preconceito social*”.

¹³⁰ Como citado na seção anterior, Nogueira afirmou: “Ao fazer uma tradução, eu sou obrigado a traduzir não como eu, Danilo Nogueira, quero, mas como você escreveu”.

complicado como em português. Brasileiro. Como em português brasileiro. E eu acho que isso é reflexo de uma certa desconjunção social. Eu não..., nunca vejo a língua como uma realidade autônoma, de jeito nenhum; para mim, a língua está diretamente ligada às questões sociais. A língua, cada um fala em cada momento, a linguagem. Então, se você pega, você vê um filme, um filme americano; o cara não está usando os pronomes de acordo, ela não está mudando a regra dos pronomes da língua dele, ele está usando conforme, não é? Mas o tradutor traduz, ele usa o pronome sujeito no lugar do objeto. Então, aí ele está fazendo algo... eh... ele está mudando o registro (00:33:17-00:34:34).

E o círculo se fecha: a situação problemática – especialmente em contextos como o uso dos clíticos, “porque nas outras línguas o problema pronominal não é tão complicado como em português. Brasileiro” – se resolve negando-a e convertendo-a numa questão de registro, portanto, solúvel pelo princípio acima enunciado da necessidade de evitar a impropriedade de “se traduzir o coloquial pelo culto, e o culto pelo coloquial”. A regra admite exceções, é claro, como as destinadas a compensar fenômenos consistentes em diferenças de registro em pontos do enunciado, por não ser possível a sua recriação no texto de chegada exatamente no mesmo ponto em que ocorrem no de partida:

Ele está mudando o registro nesse aspecto porque, de repente, o falante do filme mudou seu registro em outros aspectos que não aparecem no português e, então, você compensa, está certo? De repente, o inglês está usando um..., algo fortemente coloquial, fortemente heterodoxo, num momento em que o português não consegue, não tem essa, essa, essa heresia, essa heterodoxia, ele não tem naquele..., naquela estrutura; porém, o tradutor vai mostrar essa heterodoxia na..., no uso dos pronomes, porque quem está falando, afinal de contas, é um marginal, um traficante, etc. e tal. Válido, perfeitamente válido (00:34:37-00:35:34).

Essas exceções, conjunturais, não vêm senão confirmar a regra: a separação de registros, independente da nomenclatura, precisa ser preservada e recriada pelo tradutor no texto de chegada. Ao mesmo tempo, a língua e as suas potencialidades de variação constituem um elemento essencial na criação de identidades, que devem primar pela sua verossimilhança. O problema reside em que: “não é isso que está acontecendo. Daí a pouco tem o professor, acadêmico, falando, dando uma aula de física, e o cara está lá usando os pronomes..., entendeu?” (00:35:47-00:34:59).

No entanto, nem todos os tradutores e tradutoras estariam sujeitos a cometer esse tipo de “heterodoxia”. Conforme Benedetti, estudantes de tradução em ambiente universitário, conhecendo os princípios que organizam a variação linguística em registros e que norteiam a prática tradutória pela reprodução do registro do texto de

partida no de chegada, não resultariam susceptíveis a cometer essa “heresia”. Diz Benedetti:

Agora, evidentemente, o aluno dum curso da UnB, da USP, etc. e tal, está sabendo desse, dessas..., desses detalhes, ele não é não permeável a essa..., a essa..., a isso que os linguistas estão propondo, não é?, porque eles não estão levando em conta os diversos níveis da língua, eles não estão levando em conta (00:36:47-00:37:14).

Contudo, após alunas e alunos de cursos universitários de Tradução terem sido considerados como sujeitos conscientes, aptos para tomar decisões controladas sobre esses assuntos com critérios ponderados e argumentos sólidos, na hora de pensar sobre os processos de ensino-aprendizagem de tradução e o papel das estratégias de resolução de problemas, Benedetti entende que a sua detecção é fundamental, visto que o grande problema se instaura quando

a realidade se torna invisível. Isso aí, Foucault disse: “Existe um momento em que a realidade se torna invisível”. E o pior não é isso, o pior é que a própria invisibilidade é invisível. A pessoa não sabe que ela está deixando de ver alguma coisa. Então, isso aí está acontecendo hoje, está: não desconfia da existência dalguma coisa, nem passa pela cabeça. Ele não sabe fazer a pergunta, ele não pode formular a pergunta; ele não tem a dúvida, ele não tem a dúvida, que é o primeiro passo para buscar a resposta, ele não pode ter a dúvida porque ele não conhece, ele não conhece as coisas, a dinâmica das coisas (00:20:06-00:20:54).

Caberá responder, então, se, de fato, estudantes de tradução veem ou não problemas de norma linguística, os atribuídos ao preconceito linguístico ou outros, como elaboram as suas concepções sobre eles e o quanto as suas ações tradutórias apresentam escolhas conscientes, balizadas na sua formação e nas reflexões sobre a tradução, ou meramente aleatórias.

Tendo contextualizado até aqui quais as concepções gerais relativas à prática tradutória e as posições-sujeito que apresenta a comunidade de TRAD-PRT, sobretudo da ótica de Nogueira e Benedetti, passa-se a seguir a retratar questões de ordem eminentemente sociolinguística relativas ao português, em que despontam macro-eixos de análise que emergem das práticas realizadas em TRAD-PRT, sobre as quais se discorrerá nas seguintes seções.

3.2.3. Práticas em TRAD-PRT: a construção duma comunidade

Consoante reproduzido acima, o leque de ações que organizam as práticas em TRAD-PRT retrata a diversidade inerente à construção de qualquer comunidade, abrangendo aquelas que Wenger (2006:2-3) considera típicas desses contextos: resolução de problemas, pedidos de informação, demanda por determinada experiência prévia, reutilização de instrumentos disponíveis, dinâmicas de coordenação e sinergia, análise de novidades, elaboração de projetos de documentação para consulta posterior, encontros, e mapeamento de conhecimentos e identificação de lacunas. Esses pontos são articulados, é claro, com espaços e forças distintos, ao longo dos diferentes momentos pelos quais passa a comunidade, de acordo com temas e dinâmicas possíveis em cada um deles.

As atividades desenvolvidas nas sequências de mensagens arquivadas em TRAD-PRT se inserem, certamente, nesse conjunto de ações, com predomínio para os dois primeiros itens – resolução de problemas e pedidos de informação – enquanto representativos das consultas terminológicas, as quais abrangem uma elevada percentagem das trocas realizadas ao longo dos anos de vida da lista. O recurso a colegas para solucionar dificuldades e problemas tradutórios é uma constante nas interações, embora nem sempre constitua um ponto pacífico. É objeto reiterado de ponderação, desde o começo da lista e com especial intensidade nesse momento, a legitimidade ética da consulta ao coletivo sobre dúvidas terminológicas cuja resolução requereria apenas uma breve pesquisa por parte de quem pergunta (como apontam as mensagens 24650, de 27/10/1999, ou 71702, de 02/11/2001, por exemplo), o qual minimiza o interesse de TRAD-PRT como espaço de encontro, em especial para profissionais com maior qualificação. Igualmente, é destacada de forma insistente a necessidade de qualquer consulta à lista ser efetuada inserindo a unidade questionada dentro de contexto donde foi extraída (segundo diz a mensagem 67643, de 23/08/2001, ou na 219726, em que Nogueira, já em 06/03/2008, precisa insistir novamente e de forma incisiva). E, no processo de resolução de dúvidas acerca de problemas tradutórios, a comunidade insiste – com frequência, através da equipe de administração da lista – na necessidade de que a consulta seja encerrada com o envio duma mensagem final informando qual a solução finalmente adotada (como lembra a mensagem 43257, de 08/09/2000).

Contudo, não só a tradução de unidades terminológicas é alvo das práticas de TRAD-PRT. Frequentes resultaram também, em especial nos primeiros anos, as

mensagens destinadas a refletir – do ponto de vista do seu manuseio concreto ou das suas implicações de caráter político – sobre o uso de diversos *softwares* de assistência ao tradutor – em especial, memórias de tradução e, também, programas de tradução automática. Nesse sentido, há tanto trocas de mensagens que visam a analisar novos produtos quando lançados ao mercado (com a destacada participação de Nogueira, como nas mensagens 27225, de 30/11/1999, a 28691, de 18/12/1999, a 34247, de 12/04/2000 ou a 65495, de 12/07/2001), quanto pedidos para divulgar a procura por profissionais com determinada experiência prévia no uso de alguma memória de tradução em concreto. Desta maneira a lista constitui um instrumento pelo qual quem participa dela pode mapear os conhecimentos de que dispõe em áreas como essas e ainda identificar potenciais lacunas na sua formação.

É lembrado ainda ao coletivo que, apesar de nas listas de discussão cada participante receber as mensagens enviadas ao grupo no seu correio eletrônico pessoal, todas elas ficam gravadas e disponíveis para consulta no servidor – Yahoo, no caso de TRAD-PRT. Isso é feito por uma listeira membro da administração da lista nas mensagens 70566, 70784 e 72336, postadas entre outubro e novembro de 2001. Portanto, quando se faz necessária a obtenção de informações sobre questionamentos já realizados anteriormente, ela pode ser implementada pela leitura, no servidor, das postagens públicas anteriores, usando o mecanismo de busca da lista, apesar das suas limitações técnicas (como apontado na mensagem 72574, de 24/11/2001). Confirmam-se, deste modo, as potencialidades de TRAD-PRT, e das listas de discussão em geral, pela natureza estável do seu suporte, independentemente de limitações de acesso pontual às mensagens, enquanto projetos de documentação para consulta posterior por parte de quem tiver interesse nalgum dos assuntos nelas abordados, e, portanto, como instrumentos disponíveis para reutilização.

Daí, ainda, o reconhecimento da valia de TRAD-PRT como *cópus* de pesquisa em sentido mais amplo: a permanência do acesso às mensagens e a existência dum motor de busca, com todas as suas deficiências, permitem reconstruir um percurso inédito na comunidade tradutória do português do Brasil, em especial por se tratar duma categoria marcada por um grau elevado de autodidatismo, o qual tradicionalmente provém de e causa, numa via de mão dupla, a existência dum número reduzido de centros de formação de profissionais na área. Nesse sentido, é maior ainda a importância da lista, ao permitir a geração de dinâmicas de coordenação

e sinergia (conforme indica a mensagem 1133, já em 08/11/1998), como também de acesso a informações especificamente referidas à reflexão e ao fazer da tradução. As dificuldades na articulação de trabalhos conjuntos provêm, inclusive, do desencontro entre profissionais, que não costumam se encontrar em âmbitos acadêmicos com potencialidade de atuar como catalisadores de esforços ou projetos conjuntos – talvez por não considerarem o mais adequado o viés adotado lá no atinente ao ofício que praticam ou, ao mesmo tempo, por praticantes da tradução em si manterem uma relação com frequência de afastamento em relação aos espaços de formação, ao não ver aí as suas necessidades concretas atendidas de modo satisfatório.

O isolamento tradicionalmente associado ao ofício (consoante mencionado na mensagem 529, de 24/10/1998), tanto pela natureza do afazer tradutório em si quanto pela autonomia que caracteriza a maioria dos percursos formativos da categoria profissional, constitui um fator que intervém intensamente na situação trabalhista dos e das profissionais que nela atuam. No caso brasileiro, a prolongação no tempo desse tipo de dinâmicas se une à diversidade existente entre tradutoras e tradutores, gerando, junto a uma premente necessidade de consolidação de práticas coletivas, intensas dificuldades na hora de harmonizar perfis diversos, até antagônicos, e não apenas pelos conflitos de interesses de cada componente da categoria de profissionais da tradução. Contudo, TRAD-PRT, como outras listas, incentivou a realização de toda uma série de encontros de profissionais mais ou menos festivos, os denominados *workchopps*¹³¹ (já na mensagem 169, de 19/10/1998), com as variantes *workhopes*, mais frequente, e *workchoppes*.

Embora atribuída com frequência a dinâmicas autogeridas, na realidade a gestão de conflitos termina recaindo em boa parte, no caso de TRAD-PRT, sobre as costas da equipe de administração. As tensões que são responsáveis por amenizar, conforme a mensagem 74155 (de 23/01/2002), são características não unicamente de grupos heterogêneos, mas das dinâmicas das interações virtuais, marcadas pelo “passional”, pela passagem “de questões objetivas para questões pessoais com extrema desenvoltura”, fato esse que afeta ainda à “reputação profissional e pessoal” de quem participa das trocas (como ilustra a mensagem 74225, de 24/01/2002, duma tradutora membro, à época, da equipe de administração de TRAD-PRT). Apesar de as

¹³¹ Trata-se de um vocábulo obtido da aglutinação do inglês *workshop*, ‘oficina’, e *chope*, isto é, cerveja servida a partir de barris sob pressão. O encontro provavelmente acontece num bar ou restaurante.

interações *online* se considerarem, de modo geral, mais abertas e agressivas (mensagem 181016, de 29/05/2006), a origem dos confrontos na lista tende a ser imputada à abordagem de determinados assuntos que não são permitidos porque “esquentam muito” (mensagem 161505, de 16/09/2005). Trata-se, em concreto, dos mencionados no já referido ponto 3.5 do “guia do usuário. Etiqueta”, disponível na seção de arquivos de TRAD-PRT. O item em questão diz assim:

FUTEBOL, RELIGIÃO E POLÍTICA

Não inicie, nem responda as discussões sobre futebol, religião ou política, exceto em questões relacionadas à profissão de tradutor e/ou intérprete. Não promova, nem critique, políticos, partidos, credos ou ideologias. Se estes assuntos surgirem em uma discussão que seja terminológica ou, de qualquer outra forma, pertinente ao propósito da lista, discuta-os com imparcialidade.

O problema reside em delimitar até que ponto um assunto “ligad[o] ‘diretamente à tradução’”, como “a língua (e a discussão de seu uso)” (mensagem 161541, de 16/09/2005) pode ser tratado sem um viés ideológico, pois, conforme consta na mensagem 74225, de 24/01/2002, antes citada, e em que pese a afirmação das regras de netiqueta – que permite o seu tratamento enquanto “questões relacionadas à profissão de tradutor e/ou intérprete” –, a administração de TRAD-PRT entende que: “é absolutamente proibido discutir religião, política etc., seja em formato de piadas, denúncias, ou outro formato qualquer”. A dificuldade aumenta se considerado que, conforme aponta Nogueira na mensagem 23217 (de 10/10/1999): “esta é uma lista apolítica de gente altamente politizada”, como se a neutralidade política fosse atingível ou se pudesse considerar que alguma ação que envolva poderes seja apolítica.

Consoante foi visto no capítulo anterior, para pesquisadoras como Herring (2013) as dificuldades de construção de interações colaborativas nas listas de discussão – caracterizadas pelo denominado por ela F2, ou Piso 2 – podem estar relacionadas a aspectos tecnológicos ligados ao seu funcionamento. “Entre eles encontram-se a ininterruptabilidade dos turnos e a tendência de as mensagens aparecerem estritamente em ordem cronológica, o que predispõe o discurso das listas por correio eletrônico a assumir uma orientação linear e turnos ‘fala um por vez’” (Herring 2013:116). No entanto, quando observadas de perto, as linhas de mensagens das listas de discussão, como as de TRAD-PRT, combinam, de fato, Piso 1 com Piso 2, com o qual fica em aberto quais os fatores que incidem sobre a adscrição das

interações a um piso ou o outro, e à presença de dinâmicas mais ou menos colaborativas: gênero (seja de quem inicia a linha, seja o predominante no coletivo de participantes da lista ou numa linha conversacional concreta – dado que “o sexo ‘majoritário’ associa-se a certos comportamentos do piso F1 e o ‘minoritário’ a certos comportamentos do piso F2”), ou lugar de fala a partir do qual é gerada a intervenção, pois “indivíduos empoderados tendem a exibir comportamentos F1” (Herring 2013:116), isto é, Piso 1¹³².

No caso de TRAD-PRT, a lista não disponibiliza diretamente dados sobre participantes em termos de gênero, unicamente o número de inscritos e inscritas, que oscila segundo quem participa ingressa ou se retira dela a cada momento. A modo de ilustração, portanto, será observada a seguir a forma como se organiza em termos de gênero o piso conversacional de TRAD-PRT durante o primeiro dia de atividade da lista arquivado em Yahoo; isto é, 16/10/1998.

Nesse dia, o piso conversacional é conseguido por um grupo de 18 participantes, nove mulheres e nove homens. Ainda que, clicando no nome de quem escreveu cada mensagem, presente no final do texto dela, costume ser possível acessar todas as postagens da autoria da mesma pessoa, as arquivadas no primeiro dia de atividade de TRAD-PRT não servem de fonte de obtenção de dados quantitativos em termos de participação posterior por problemas com o arquivamento das mensagens. Mesmo podendo ser lidas, as postagens feitas nessa data não estão associadas em todos os casos com os perfis definitivos das listeadas e listeados que as enviaram à lista, sendo que apenas em seis casos é possível ter acesso através delas ao resto das mensagens que cada participante enviou a TRAD-PRT ao longo dos anos. Trata-se dum grupo de seis participantes para quem a terceira coluna da tabela a seguir não aparece em branco:

**Tabela 6: Piso conversacional e ratificações por gênero em TRAD-PRT no dia
16/10/1998**

¹³² Consoante mencionado anteriormente, não é usada aqui a terminologia adotada na tradução publicada de Herring (2013) para denominar os pisos conversacionais F1 e F2, a fim de evitar ambiguidades com F (utilizado nesta análise para remeter a participantes mulheres em linhas conversacionais). Assim, em vez de como F1 e F2, os pisos conversacionais serão denominados, respectivamente, Piso 1 e Piso 2.

Identificação (G° e posição na sequência)	N° da postagem e das respostas	Total de mensagens em TRAD-PRT informado
M1	1, com 4 respostas	146
M2	2, com 4 respostas	
F1	3, com 4 respostas	3
M3	4, sem respostas	
F2	5, com 61 respostas	
F3	6, com 212 respostas	
F4	7, sem respostas	
M3	8, sem respostas	
F5	9, com 6 respostas	
M3	10, com 6 respostas	
F5	11, com 6 respostas	
F4	12, com 6 respostas	
F6	13, com 3 respostas	
F6	14, com 3 respostas	
F6	15, com 3 respostas	
F4	16, sem respostas	
M1	17, sem respostas	
M1	18, com 3 respostas	
M4	19, sem respostas	
M4	20, sem respostas	
F3	21, com 6 respostas	
F7	22, com 2 respostas	263
M5	23, sem respostas	211
M6	24, sem respostas	
M7	25, sem respostas	
F8	26, sem respostas	
M8	27, sem respostas	27
M2	28, sem respostas	
M2	29, sem respostas	
F8	30, sem respostas	
M9	31, sem respostas	26
F9	32, com 2 respostas	
F2	33, sem respostas	

Portanto, a ausência dum cálculo nesse primeiro dia, pelo motor de busca, das mensagens postadas pelo grupo de participantes cuja terceira coluna está em branco não implica, em absoluto, a sua desapareição de TRAD-PRT. Igualmente, a percentagem citada anteriormente (que equipara o número de associados homens e mulheres de TRAD-PRT nesse primeiro dia de funcionamento arquivado, 9 em ambos os casos) deve ser tomada somente com caráter impressionístico no tocante ao conjunto das atividades da lista. A impossibilidade da obtenção desse tipo de informações com caráter definitivo deriva, para além das limitações¹³³ do servidor, do

¹³³ Essas não são as únicas limitações de arquivamento de TRAD-PRT. Como já foi mencionado, fundamentalmente nos dois primeiros anos de vida da lista, somente é possível acessar as postagens

caráter flutuante do volume total de participantes, cujas entradas e saídas não são guardadas nem podem ser averiguadas, ao menos através dos arquivos públicos da lista.

Contudo, o caráter conflituoso com que intensamente se vivenciam as trocas em TRAD-PRT – que a fez merecedora do seu mais famoso apelido, TRAD-BARRACO – sugere a relevância de se observarem com cuidado as dinâmicas nela mantidas em termos de piso conversacional. Trata-se de verificar se há algum fator de gênero ou empoderamento que valha a pena ser destacado, mais quando o foco deste trabalho incide, de por si, em questões polêmicas. Visando, então, a acompanhar em maior profundidade as dinâmicas de interação em TRAD-PRT no que tange a pisos conversacionais, passa-se à continuação a analisar um recorte da lista que servirá para, dum ponto de vista qualitativo, observar de perto como essas dinâmicas se concretizam na organização e configuração das intervenções lá presentes. Para tanto, foram localizadas, em primeiro lugar, as linhas conversacionais mais longas dentre aquelas em que unidade NORMA CULTA aparece citada em TRAD-PRT. Trata-se das iniciadas pelas mensagens 161765 (de 19/09/2005), 238604 (de 31/03/2009), 213878 (de 29/11/2007) e 266707 (de 14/05/2011). Segundo os arquivos da lista, estão compostas, respectivamente, de 98 mensagens, a primeira das linhas, 65 mensagens, a segunda, e 25 mensagens, as duas últimas linhas.

Os tópicos abordados nas quatro linhas conversacionais em questão aparecem representados pelas mudanças que vão sendo efetuadas nos títulos das mensagens ao longo do traçado de cada uma das linhas:

a) Na iniciada por 161765 (de 19/09/2005), o primeiro título, “Subjuntivo”, será substituído, sucessivamente, por “Colocação pronominal”, “Servir-se” e “Quem cuida da língua?”.

b) Já a que começa com 238499 (de 29/03/2009), “GRAMÁTICA - Sábias palavras do Napoleão Mendes de Almeida” mantém o título ao longo de toda a linha conversacional.

c) Na aberta por 213642 (de 26/11/2007), “Reforma ortográfica”, o debate inicial prosseguirá sob o título “Reforma ortográfica - a discussão continua”.

enviadas seguindo a sequência numérica, e não através da tabela de resumo mensal que abre a página da lista e que está disponível em: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/trad-prt/info>.

d) E, finalmente, na começada por 266684 (de 14/05/2011), “Mais uma do Min. da Educação”, esse será o único título adotado durante o conjunto da interação.

Para a análise, escolhe-se a primeira das quatro linhas conversacionais acima citadas, pelo seu tamanho, o maior das quatro, e pelas mudanças de tópico para que os sucessivos títulos adotados parecem apontar.

A primeira ressalva a se fazer é que a linha conversacional em questão é composta de 95 mensagens e não das 98 que a lista informa. A divergência no cômputo total é devida a dois fatores. Por um lado, embora identificadas pelo arquivo de TRAD-PRT como pertencentes à linha em questão, há nela cinco postagens, duas no começo e três no final, que versam acerca de assuntos diversos aos abordados na sequência, como os próprios títulos das mensagens indicam: 161769 e 161773 (ambas de 19/09/2005), intituladas “EN>PORT Security Charges”; e 162521, 162522 e 162524 (todas três de 26/09/2005), sob o título “EN>PT: química - hydrocarbon backbones”. Por outro lado, duas mensagens que não constam como pertencentes à linha conversacional estudada fazem parte dela se observado o seu título: “Quem cuida da língua? (era: servir-se - era: Subjuntivo)”. Trata-se das postagens nº 162328 e 162347 (as duas de 23/09/2005), que foram integradas ao corpus delimitado como correspondente à sequência em questão.

No total, 25 sujeitos diferentes participam da linha estudada: 12 mulheres e 13 homens. O número de mensagens, 95, é distribuído entre 59 postadas por participantes homens e 36 por mulheres. Esses dados iniciais deixam transparecer desde já um desequilíbrio de gênero no tocante à participação nessa linha em concreto:

Tabela 7: Participantes e mensagens por gênero na linha conversacional de TRAD-PRT iniciada por 161765 (de 19/09/2005)

Participantes			Mensagens		
M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
13	12	25	59	36	95
52%	48%	100%	62,1%	37,9%	100%

A distribuição das mensagens ao longo do tempo também aponta para dois picos de interesse, dispostos na data do início e no penúltimo dia da série, tanto no que diz respeito ao número de participantes por dia, quanto ao volume de mensagens postadas. A denominada densidade de atividade, segundo Herring (2013:106), é, portanto, superior nesses dois momentos. No último dia da série, 23/09/2005, ecos da

discussão aparecem numa troca de duas postagens que, ao menos em público, não gerou novos debates:

Tabela 8: Quantidade de participantes e mensagens por gênero e dia na mesma linha conversacional

Data	Participantes			Número de mensagens		
	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
19/09/2005	8 47,1 %	9 52,9 %	17 100%	22 61,1 %	14 38,9 %	36 100%
20/09/2005	4 66,6 %	2 33,3 %	6 100%	7 53,8 %	6 46,2 %	13 100%
21/09/2005	4 57,1 %	3 42,9 %	7 100%	9 75%	3 25%	12 100%
22/09/2005	7 53,8 %	6 46,2 %	13 100%	19 59,3 %	13 40,7 %	32 100%
23/09/2005	2 100%	0 0%	2 100%	2 100%	0 0%	2 100%

A quantidade diária de mensagens/participante oscila entre 1 e 3, sendo a mínima representada por participantes mulheres (no dia 21/09/2005) e a máxima, por homens (em 22/09/2005). Foge a essa tendência o último dia da série, em que somente dois listeiros retomam os assuntos debatidos num momento em que o interesse por eles parece ter se esgotado, pelo qual a interação não se prolonga. Nesse dia, 23/09/2005, a relação de mensagens/participante é 1, ainda que ambos sejam homens.

Com a exceção do segundo dia da linha conversacional em questão, sempre a participação dos listeiros homens, em termos de percentagem de mensagens enviadas por participante, superou a das participantes mulheres.

Tabela 9: Rácio diária de mensagens por participante e gênero na mesma linha conversacional

Data	Rácio diária de mensagens/participante		
	M	F	TOTAL
19/09/2005	2,75	1,55	2,11
20/09/2005	1,75	3	2,16
21/09/2005	2,25	1	1,71
22/09/2005	2,71	2,16	2,46
23/09/2005	1	0	1

A concentração de mensagens no primeiro dia de interação se vê reforçada se se leva em consideração a quantidade de horas ao longo das quais se estenderam de fato as trocas de mensagens. Será entendido aqui “dia” como unidade referida ao período compreendido entre a primeira postagem diária e a última enviada à noite (independentemente de o horário ter ultrapassado as 00:00 e a mensagem estar localizada tecnicamente, portanto, no dia seguinte). Essa decisão é tomada por se entender que é desse modo que, de fato, se organizam as dinâmicas de interação, tanto na lista em geral quanto na linha estudada em concreto, para a maioria participante da lista, que costumam residir no Brasil. Certamente, é possível haver certa distorção nesse sentido por existirem participantes que moram no exterior. No entanto, na série que se comenta, os primeiros e últimos envios do dia foram, pelo menos declaradamente, postados por listeiros ou listeiros residentes no Brasil. Outro elemento que pode interferir na contagem da duração diária do episódio guarda relação com a distância temporal que há entre a primeira e a segunda postagens dos dias 21 e 22/09/2005: 5:23:13, no primeiro caso; e 6:01:09, no segundo.

Tabela 10: Período compreendido e horário da primeira e da última postagem por dia na mesma linha conversacional

Data	Horário da primeira postagem	Horário da última postagem	TOTAL DE HORAS
19/09/2005	17:31:44	01:23:28	6:28:16
20/09/2005	14:40:27	02:16:32	11:36:05
21/09/2005	06:56:29	21:23:02	14:26:33
22/09/2005	05:35:39	00:52:23	11:36:05
23/09/2005	20:45:00	22:09:29	1:24:29

Novamente, pela natureza específica da troca realizada no dia final da série, 23/09/2005 – os últimos estertores do debate – as duas últimas mensagens da série foram enviadas à lista com uma margem duma hora e meia. Estão separadas, logo, pelo maior promédio de distância em minutos de toda a série¹³⁴.

Tabela 11: Quantidade de mensagens e promédio de minutos entre elas por dia na mesma linha conversacional

	Minutos em média entre mensagens	Mensagens por hora	TOTAL DE HORAS
19/09/2005	11mim	5,73	6:28:16
20/09/2005	53min	1,12	11:36:05
21/09/2005	72min	0,83	14:26:33
22/09/2005	21min	2,78	11:36:05

¹³⁴ Nesta tabela, as cifras em minutos aparecem arredondadas no numeral cardinal mais próximo.

23/09/2005	84min	0,7	1:24:29
------------	-------	-----	---------

O primeiro elemento que vem complementar essas informações remete para o número total de palavras transmitidas de fato nas mensagens postadas por homens ou mulheres. A esse respeito, ressalva-se desde já que, para o cômputo das palavras que compõem cada mensagem, são desconsiderados aqueles segmentos em que participantes reproduzem mensagens anteriores em resposta às quais tecem as suas considerações.

Tabela 12: Número de participantes, mensagens e palavras por gênero e dia na mesma linha conversacional

Data	Participantes			Número de mensagens			Número de palavras		
	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
19/09/2005	8 47,1%	9 52,9%	17 100%	22 61,1%	14 38,9%	36 100%	2867 71,2%	1157 40,3%	4024 100%
20/09/2005	4 66,6%	2 33,3%	6 100%	7 53,8%	6 46,2%	13 100%	682 54,2%	574 45,7%	1256 100%
21/09/2005	4 57,1%	3 42,9%	7 100%	9 75%	3 25%	12 100%	1682 86,1%	270 13,8%	1952 100%
22/09/2005	7 53,8%	6 46,2%	13 100%	19 59,3%	13 40,7%	32 100%	2437 65,3%	1448 37,2%	3885 100%
23/09/2005	2 100%	0 0%	2 100%	2 100%	0 0%	2 100%	670 100%	0 0%	670 100%
TOTAL	25 55,6%	20 44,4%	45 100%	59 62,1%	36 37,9	95 100%	8338 70,7%	3449 29,3%	11787 100%

Assim, ainda sem coincidir com exatidão, o volume de palavras postadas não destoa essencialmente, se tomada a variável do gênero, do número de mensagens enviadas. Quando se leva em consideração para o cálculo geral o intercâmbio realizado no dia 23/09/2005, os resultados obtidos apontam para o fato de que 70,7% das palavras que compõem a série analisada foram escritas por listeiros homens, frente a 29,3%, da autoria de listeiras mulheres. Se se desconsideram as mensagens do dia 23/09/2005, obtêm-se as seguintes percentagens: dum total de 11117, 69% de palavras postadas (7668, ao todo) por participantes homens e 31% (correspondente a 3449) no caso de listeiros mulheres. Não ocorre, então, uma distorção de vulto quando computadas as postagens do último dia da série.

Percebe-se, então, até este ponto, que, mesmo com uma participação semelhante à das mulheres em termos de número de pessoas, os listeiros homens postaram mais mensagens e, também, mais palavras. Vale, então, determinar se também a sua atividade destaca no tocante ao tamanho das mensagens; isto é, trata-se de localizar quem são os autores ou autoras das mensagens mais longas da série. E, a esse

respeito, os dados convergem de novo com a tendência que sugerem as conclusões anteriores: o predomínio da voz masculina na linha analisada.

As maiores mensagens enviadas a TRAD-PRT nos cinco dias ao longo dos quais se prolongam as interações estudadas foram escritas por participantes homens. Vejam-se a seguir quais as maiores postagens por dia, associadas ao gênero do listeiro que as enviou:

Tabela 13: Mensagens mais longas por dia e gênero na mesma linha conversacional

Data	Ordem	M	F	Número da mensagem	Número de palavras
19/09/2005	1º	x		161800	473
	2º	x		161791	414
	3ª		X	161795	288
	4ª	x		161788	228
	5ª	x		161765	226
	6ª	x		161799	207
20/09/2005	1º	x		161877	422
	2º		x	161874	150
	3ª		x	161900	132
	4ª		x	161863	114
	5ª	x		161867	81
	6ª		x	161860	73
21/09/2005	1º	x		162037	581
	2º	x		162010	299
	3ª	x		162073	296
	4ª	x		161991	165
	5ª	x		162086	143
	6ª		x	162049	96
22/09/2005	1º	x		162131	526
	2º		x	162179	468
	3ª	x		162148	446
	4ª	x		162170	328
	5ª		x	162152	241
	6ª	x		162154	215
23/09/2005	1º	x		162347	340
	2º	x		162328	330
	3ª	-	-		
	4ª	-	-		
	5ª	-	-		
	6ª	-	-		

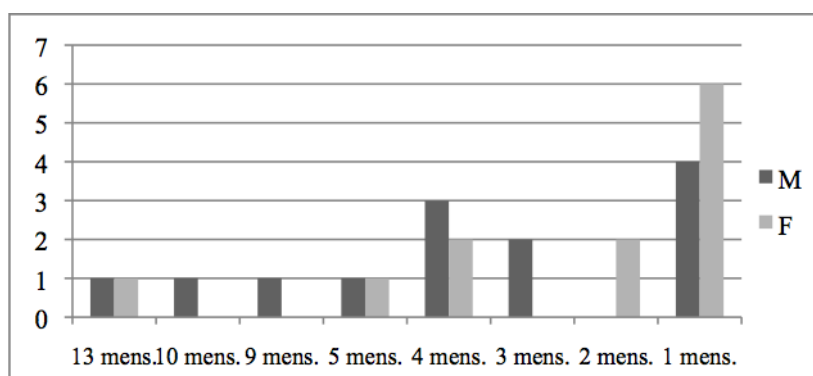
Em termos individuais, diversos fatores precisam ser considerados para determinar o papel dominante de cada participante. Trata-se de determinar a quantidade e o volume das postagens enviadas e recebidas por ela ou ele, como também o seu posicionamento individual (de alinhamento ou desalinhamento em relação a interlocutores). Desse ponto de vista, uma listeira coincide no número máximo de envios durante a linha com outro participante, homem.

Tabela 14: Número de participantes por gênero segundo a quantidade de mensagens enviadas à mesma linha conversacional

		Total de mensagens enviadas							
		13	10	9	5	4	3	2	1
Número de participantes	M	1	1	1	1	3	2		4
	F	1			1	2		2	6

A seguir, os mesmos dados em forma de gráfico:

Figura 3: Gráfico com o número de participantes por gênero segundo a quantidade de mensagens enviadas à mesma linha conversacional



Entretanto, mesmo tendo postado o mesmo número de mensagens, a listeira (denominada F1, doravante) que enviou 13 delas à linha analisada postou um volume de palavras inferior não apenas ao listeiro homem que também enviou 13 mensagens (M1), mas aos outros dois participantes, homens (M2 e M3), que postaram, respectivamente, dez e nove envios. As cifras são as seguintes, ordenado esse coletivo de participantes agora de mais a menos palavras postadas:

Tabela 15: Participantes por gênero que enviaram os maiores números de mensagens e palavras à mesma linha conversacional

	M2	M3	M1	F1
Número de mensagens	10	9	13	13
Número de palavras	1814	1660	1417	1132

Portanto, apenas na categoria de quantidade de postagens, e não atendendo ao volume de palavras postadas, é que as cifras de F1 ultrapassaram as dos participantes homens. Porém, como se verá, na linha pesquisada não se localizam divergências semelhantes atreladas ao gênero no que tange às atitudes de alinhamento ou desalinhamento do coletivo listeiro, isto é, ao seu posicionamento interpessoal. Os dados levantados não coincidem, portanto, com os obtidos em pesquisas citadas por Herring (2013:110), consoante os quais “os homens em fóruns da internet tendem a

ser mais contenciosos e suscetíveis a ‘inflamar’ os outros (i. e., postam mais mensagens diretas e hostis ou insultos), em contraste com as mulheres, que tendem a tomar um alinhamento mais amigável *vis-à-vis* com os interlocutores”. Essas conclusões genéricas, cuja exatidão já foi ponderada por Herring (2013) à luz da comparação de interações em três listas de discussão com diversas composições em termos de gênero de quem participa nelas, também são questionadas pelos resultados da análise da linha de TRAD-PRT que se estuda aqui. Cabe frisar, contudo, que as informações obtidas se baseiam, naturalmente, nas falas e não nos silêncios, que talvez seja um espaço de TRAD-PRT intensamente explorado por vozes femininas. Afinal, não está demais lembrar que esse foi o nicho de atuação preferido por Benedetti, e não apenas no tocante a TRAD-PRT, mas às listas de discussão no geral.

Assim, a análise da postura assumida por participantes nas linhas das listas de discussão, denominada alinhamento, é entendida por Herring (2013:110) como a adoção de posições de concordância ou discordância em relação ao turno ao qual dá resposta uma dada mensagem. São interpretadas aqui como discordâncias as postagens em que listeiras ou listeiros enviam postagens de autocorreção das suas próprias postagens. Entendem-se igualmente como discordâncias os envios cujo posicionamento geral, mesmo existindo neles certo nível de convergência (que costuma aparecer no início ou final do texto), contradiz a postagem à qual respondem.

No caso da linha estudada, os números e percentagens de concordâncias e discordâncias são os seguintes:

Tabela 16: Quantidade de concordâncias e discordâncias por gênero na mesma linha conversacional

	Concordâncias	Discordâncias	TOTAL
M	21 (36,2%)	37 (63,8%)	58 (100,0%)
F	13 (35,1%)	24 (64,9%)	37 (100,0%)
TOTAL	34 (35,8%)	61 (64,2%)	95 (100%)

Desponta dos dados, então, a existência de grande quantidade de desalinhamentos nas trocas da linha de TRAD-PRT, que ilustram a sua natureza enquanto locus de conflito, mesmo com a proscrição à TRAD-DEBATE dos âmbitos considerados não só polêmicos, mas inviabilizadores da interação. Ao mesmo tempo, o nível de discordâncias existente é indicativo da diversidade de pontos de vista que

se encontram na lista e que é herdeiro da heterogeneidade dos e das participantes que por ela transitam. Igualmente, a elevada frequência dos desalinhamentos confirma a relevância de TRAD-PRT como espaço de pesquisa, por constituir um lugar de (re)construção do pensamento no máximo sob a forma de coincidências, mas raramente de unanimidades.

Por outro lado, os números de concordâncias e discordâncias não se diferenciam de forma notável atendendo ao gênero de quem participa. Não se pode afirmar aqui, diferentemente dos resultados obtidos por Herring (2013:110), que “a tendência para o alinhamento ou desalinhamento em listas públicas de discussão advém do gênero dos participantes”, além das posições de poder. Pela natureza, em termos de quantificação, da participação na lista observada até a análise do alinhamento, poder-se-ia afirmar que as vozes masculinas predominam na linha de TRAD-PRT. No entanto, os resultados do alinhamento parecem apontar para o fato de que o fator empoderamento, independentemente do gênero, também precisa ser levado em conta de forma intensa neste contexto, pois só o gênero não explicaria as coincidências levantadas nos índices de alinhamento em comparação aos anteriores.

Vale, nesse sentido, levar em consideração os números de intervenções ratificadas na linha em questão. Segundo os dados de Herring (2013:109), as mulheres têm maior probabilidade de não receber resposta às suas mensagens, quer dizer, de ter o seu turno ratificado. Contudo, os dados da linha estudada indicam haver um total de turnos não ratificados por outros ou outras participantes (no qual se inclui, logicamente, a última postagem da linha) muito superior no caso dos listeiros homens (66,7%) do que das mulheres (33,3%).

Tabela 17: Turnos não ratificados por gênero na mesma linha conversacional

	M	F	TOTAL
Turnos não ratificados	22 (66,7%)	11 (33,3%)	33 (100%)

Já no tocante ao volume de turnos ratificados mais duma vez, aparece sim uma maior presença masculina, visto que, das 19 mensagens ratificadas mais duma vez, 14 (73,7%) foram enviadas por listeiros homens e 5 (26,3%), por mulheres.

Tabela 18: Turnos ratificados mais duma vez por gênero na mesma linha conversacional

Turnos ratificados 7 vezes	Turnos ratificados 4 vezes

M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
1 (33,33%)	2 (66,7%)	3 (100%)	10 (83,3%)	2 (16,7%)	12 (100%)

Turnos ratificados 3 vezes			Turnos ratificados 2 vezes		
M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
2 (66,7%)	1 (33,3%)	3 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)

As cifras anteriores, com marcada presença masculina em termos de percentagem geral (73,7%), precisam ser contrastadas com as dos autores das mensagens ratificadas mais duma vez. A seguir junta-se tabela em que aparecem dispostos por gênero os autores e autoras das mensagens da linha analisada que conseguiram mais duma ratificação, na sequência em que as postagens foram enviadas à lista:

Tabela 19: Identificação de quem teve um turno ratificado mais duma vez por gênero na mesma linha conversacional

Participantes com ratificação 7 vezes		Participantes com ratificação 4 vezes		Participantes com ratificação 3 vezes		Participantes com ratificação 2 vezes	
M	F	M	F	M	F	M	F
M1		M2, M3	F1	M1, M4, M5	F1, F2, F1	M6, M1, M3, M4, M6, M5, M6, M7	F3

É composto, então, de sete listeiros homens e três mulheres o grupo cujas intervenções foram ratificadas em mais duma ocasião por outras ou outros participantes. Confirma-se, assim, a tendência masculina apontada pelas cifras de mensagens ratificadas mais duma vez: 70% dos membros do coletivo listeiro que conseguiram mais duma ratificação são homens, frente a 30% de mulheres. No entanto, a distribuição de ratificações na tabela acima também ilustra que as listeiros mais atuantes (F1 e F2) só obtiveram menor índice de ratificação que M1, o listeiro que deu início à linha.

A relevância de F1 em termos de poder é ainda apontada pela sua gestão da estrutura de tópicos da linha em questão, no relativo aos títulos das mensagens que a conformam. F1 é responsável por renomear a linha em duas ocasiões a partir do título inicial – “Subjuntivo” –, nas mensagens 161900 – “que + de + ao (qual)”, em que também é responsável pela introdução do tópico, embora abandonado em seguida – e

na 162109 – “servir-se”, onde a mudança de título apenas vem reconhecer qual o assunto que de fato está sendo abordado pelos participantes no momento. Neste último caso, a discussão inicial, relacionada ao uso em português do Brasil de tempos verbais do modo subjuntivo, envereda pelo debate acerca de questões relativas ao uso dos clíticos, em especial no que diz respeito à colocação pronominal (ênclise e mesóclise) – tópico que tinha sido introduzido na linha já pela mensagem 161775, a quinta da sequência, e que virá ocupar uma boa parte das trocas de mensagens realizadas na linha em questão, mesmo amiúde sob o título “Subjuntivo”. O último título da linha, “Quem cuida da língua?”, é introduzido pela mensagem 162328 por M4, um listeiro ratificado neste caso somente por uma mensagem, a última da linha, doutro participante, também homem.

Portanto, F1 assume “certas práticas poderosas de gerenciamento de piso disponíveis para indivíduos empoderados de ambos os gêneros” (Herring 2013:120), tanto pelo índice de ratificação que recebem as suas intervenções quanto pelo seu papel na gestão dos tópicos abordados. A formação acadêmica e o percurso profissional de F1, não apenas as suas práticas interacionais, podem explicar a sua adscrição ao grupo de indivíduos empoderados dentre os participantes na linha, e na própria lista em que se integra: TRAD-PRT. Sobre essa listeira, a página da Associação Brasileira de Tradutores – Abrates – informa que é tradutora pública desde 1980, com habilitação para inglês/francês/português, além de atuar como tradutora autônoma na cidade de São Paulo, com especialização nas áreas jurídica e societária. A sua atuação conta ainda com a participação em congressos no Brasil e no exterior, ministrando palestras relacionadas à prática tradutória e ao ofício da tradução pública. Trata-se, então, duma profissional que, no campo da tradução, faz parte precisamente do setor que M1 parece querer criticar desde a primeira mensagem da linha (161765). Nela, diz: “a média das idades dos participantes na lista faz a desculpa de ‘evolução’ da língua parecer beeeem furada”.

O eixo temporal resulta essencial na forma como M1 organiza a sua concepção em TRAD-PRT, de dois pontos de vista: por um lado, no relativo à idade dos participantes e, por outro, no tocante à antiguidade nela.

Nas suas intervenções, M1 bate insistentemente na tecla da questão da faixa etária dos participantes da lista, como o faz na própria postagem 161765, de 19/09/2005, no mesmo sentido que quando diz, no ano seguinte: “eu não vivi os anos

de chumbo como vocês que são mais velhos, respeito esse trauma que vocês parecem ter, mas na minha cabeça de 30 anos e dentro do contexto em questão, essa ideia me parece uma bela excursão à terra da maionese” (mensagem 175918, de 27/03/2006).

Pelas informações postadas na lista, percebe-se também uma evolução no quesito experiência na lista, onde M1 deixa de integrar um grupo mais próximo dos novos – posição donde mais parece falar na mensagem 161791, enviada a TRAD-PRT no primeiro dia da linha estudada, 19/09/2005 –, para se considerar fazendo parte do grupo de participantes de antigo, como ilustra a mensagem 247454, de 08/10/2009.

Na primeira delas, afirma:

Quem for novo na lista, experimente. Experimente apontar um erro de legenda ou dublagem que TENHA VISTO em algum filme, ou batatada de algum encanador, manobrista ou zelador de edifício, para ver quantos “causos” vêm logo em seguida. Experimente.

Já na segunda, envolvendo um possível conflito derivado do tempo de participação na lista, reflete sobre a questão posicionando-se do seguinte lugar de fala: “Eu sou ‘veterano’, participo há dez anos, conheço vários ‘veteranos’ pessoalmente e sou capaz de garantir que não há entre eles esse suposto desprezo por participantes novatos. Muito pelo contrário”¹³⁵. Esse sentir solidário com iniciantes na profissão fora expresso antes na postagem 174228 (de 11/03/2006) pelo seu depoimento acerca do coletivo “biqueiro” – denominado “buquitu” em TRAD-PRT –, ao qual, já foi dito, é atribuída uma suposta limitação no atinente aos conhecimentos linguísticos de que dispõe. A sua aproximação desse coletivo é efetuada a partir da sua experiência pessoal, pois, conforme informado pelo seu perfil profissional em LinkedIn (<https://br.linkedin.com/>), partindo da área de Engenharia da Computação, M1 iniciou as suas atividades como tradutor a tempo parcial em 1996 até 2001, quando começou a se dedicar exclusivamente à tradução, localização e revisão. Contudo, também desenvolve tarefas como “programador amador nas horas vagas”, deslocando o perfil inicial de engenheiro para a identidade de tradutor, conforme consta em LinkedIn e na mensagem 172852 (de 24/02/2006) de TRAD/PRT.

¹³⁵ Na mensagem 247470, de 08/10/2009, M1 lembra ainda já ter participado do coletivo de administração da lista: “eu já fui moderador desta lista. Faz muito tempo”, diz.

Apesar dessa evolução em termos do *status* derivado da antiguidade enquanto participante de TRAD-PRT, M1 sempre ficará distante daqueles e daquelas que fizeram parte da lista desde o primeiro dia. É o que acontece com F1, a quinta mulher a postar mensagens em TRAD-PRT – autora da nº 9 – no primeiro dia arquivado, 16/10/1998.

Dadas as limitações em termo de empoderamento de M1 (no tocante a experiência profissional, idade e antiguidade na lista), procede, então, questionar o que teria ocasionado o sucesso do turno inicial de M1, que deu lugar à maior linha de discussão em TRAD-PRT com a unidade NORMA CULTA. A resposta pode estar na relevância do tópico para a comunidade de prática. Afinal, em que pese as diferenças de perfil, não há conflito entre M1 e F1, que não trocam nenhuma mensagem desalinhada na linha em estudo. O conflito geracional que M1 sugere a mensagem 161765 (de 13/09/2005) é ignorado até pelo destaque que listeiros e listeiros concedem ao foco temático abordado. E especificamente sobre a forma como ele é elaborado em TRAD-PRT é que se seguirá comentando a seguir.

3.3. FAZENDO (SOCIO)LINGUÍSTICA: A LÍNGUA PORTUGUESA EM TRAD-PRT

Dentro desse contexto – tenso pela sua complexidade e alienado das reflexões públicas consideradas “políticas” – é que se articulam em TRAD-PRT discursos que uma e outra vez se voltam sobre problemáticas associadas à língua portuguesa, e o fazem, em grande medida, sem o relaxamento formal característico dos usos linguísticos presentes na Internet. Fugindo ao *internetês* e coincidindo com as tendências que Fernandes (2009:120) detectará posteriormente no grupo do Orkut por ela estudado – Tradutores/Intérpretes BR –, a aparição de usos dessa natureza nas mensagens da lista, como os *emoticons*¹³⁶, tende a se concentrar em contextos em que constituem um recurso assumido conscientemente para, pelo humor, diluir e mitigar os conflitos que ocorrem entre membros da comunidade da lista, usando-os, por exemplo, nas despedidas das mensagens¹³⁷. Nesse sentido é que aparecem também

¹³⁶ Shepherd e Saliés (2012:278) definem *emoticons* como “combinações de teclas que apontam para ou designam alguma expressão facial, ou não indicativos de alguma emoção no contexto da CMC”.

¹³⁷ Nesses casos é frequente o recurso ao *emoticon* do sorriso, “:-)”, ou do riso, “:-:)))”, e, ainda, a “[]s”, representando “Beijos”.

brincadeiras com fenômenos de variação linguística, em si relevantes para retratar concepções sociolinguísticas do coletivo de profissionais da tradução associado a TRAD-PRT, que, em linhas gerais, começam a ser retratadas à continuação.

3.3.1. Panorama geral das questões abordadas: macro-eixos de análise

Agindo de forma transversal sobre os discursos que constroem as práticas em TRAD-PRT, e que também se concretizam em discursos acompanhados no capítulo seguinte, determinados eixos parecem articular as concepções sociolinguísticas do coletivo letrado, apesar da heterogeneidade que o caracteriza. Nem sempre presentes com a mesma intensidade, eles aparecem realizados através de discursos que organizam o mundo – entendido como fazer linguístico –, ao levar participantes da lista, como a estudantes de tradução e quem forma, a se voltarem de certas maneiras sobre contextos de tensão gerados pela configuração sociolinguística do português do Brasil.

a) A percepção do contexto sociolinguístico e da situação de padronização por parte de sujeitos inseridos neles oscila entre generalidades óbvias, e, então, extrapoláveis a qualquer contexto, e a elaboração de conflitos com um caráter LOCAL, muito mais ligada a construções discursivas concretas do que a uma articulação genérica de usos cultos e coloquiais que funcionaria de forma relativamente semelhante, como *continuum* gradual, nas diversas culturas. O daqui e o de lá, o que nos marca a Nós e a eles, ao Outro, representam a TENSÃO existente entre os polos da AUTENTICIDADE romântica e o ANONIMATO, entre os quais oscilam os discursos de avaliação linguística. Para Woolard (2005), refletindo acerca do contexto do Estado espanhol,

authenticity arose as an ideological tool in late 18th and 19th century Romantic notions of language, people, and nation. The cachet of authenticity was widely appreciated in that formation, but, as the limited use of the term *lingua propria* suggests, it is now very characteristically reserved for minorities and minority languages. The very survival of subordinated languages and nonstandard varieties often depends on their perceived authenticity. (...) In contrast to minoritized languages, hegemonic languages in modern society often rest their authority on a conception of **anonymity**. Anonymity is an ideological foundation of the political authority of the Habermasian bourgeois public sphere (Habermas 1989). This modern “public” supposedly includes everyone, but it abstracts away from each person's private and interested individual characteristics to distill a common or general voice (Gal/Woolard 2001:6). The social roots of the public in any specific speaking position are ideologically represented as transcended, if not entirely absent. The disembodied,

disinterested public, freed through rational discourse from the constraints of a socially specific perspective, supposedly achieves a superior “aperspectival objectivity” that has been called “a view from nowhere” (Nagel 1986). From this viewpoint, the tenets of dominant ideologies in the modern public sphere appear not to belong to any identifiable individuals but rather seem to be socially neutral, universally available, natural and objective truths. In a sense then, they are anonymous¹³⁸.

A diferença de Woolard (2005), que dá a entender acima que as línguas ou variedades (cada uma delas) tendem a ser tratadas dum modo ou do outro, percebendo-se como situadas numa das duas categorias conforme sejam periféricas ou centrais, marginais ou hegemônicas, no Brasil há dois olhares em conflito: aquele que valida a identificação como brasileiras de formas da norma culta, coincidentes com formas padrão, em bem do anonimato, e aquele que não se reconhece em formas cultas padrão, vendo noutras variantes uma autenticidade que a certos usos padrão lhes é negada. Assim, a indexicalidade social, identitária, seria realizada predominantemente por meio de formas periféricas em relação a determinados elementos da norma padrão, apesar da sua potencial importância referencial. Sobre a questão, e no tocante ao contexto das línguas no Estado espanhol, Woolard (2005) afirma: “*Whereas social indexicality is the function prized for minority languages, in contrast the referential function is ideologically all-important in the anonymous public sphere*”.

A percepção do contraste entre autenticidade e anonimato, ou, melhor, o reconhecimento da falta de autoidentificação com determinados elementos linguísticos ocorre não de modo alheio ao contexto, mas é produto dele. Os olhares construídos a partir duma posição periférica dispõem duma perspectiva privilegiada na detecção da ausência de reconhecimento identitário nas formas hegemônicas. Em relação ao padrão, Woolard (2005:6) afirma:

The concept of misrecognition tells us that the standard isn't *really* everybody's language, and that it really does belong to specific “someones” more than to others. Those who have the view from the margins, rather than the center, are most likely to see it this way. For example, young black Americans overwhelmingly shun the supposedly unmarked, anonymous, universally accessible standard English of the school, rejecting it as “Too White”. If anything, the laundering of the standard language through the school achieves an ethnic cleansing and realignment of linguistic differences that only confirms the tie of Standard English to White America. The privileged, exclusive nature of access to the public sphere itself is all too apparent from the perspective of marginal positions.

¹³⁸ O negrito é da que escreve.

De fato, são bem conhecidas, no campo da Sociolinguística, as reflexões labovianas acerca do caráter sistemático da variação linguística no Black English Vernacular (BEV), ou inglês vernáculo negro (como em Labov 2008:251-75). Para Labov (2008:244) é de especial interesse nos estudos sociolinguísticos analisar o vernáculo duma comunidade de fala, ou seja, “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento”. Foi nesse tom categórico, tão característico do seu estilo, que, acerca das suas pesquisas sobre inglês vernáculo negro no Harlem, Labov afirma: “*We defined the vernacular as the form of language first acquired, perfectly learned, and used only among speakers of the same vernacular*” (Labov 1997). Implícita ao conceito laboviano do vernáculo está uma ideia de autenticidade (posto que adquirido pelos e pelas falantes e “perfeitamente” aprendido) que vem sendo questionada pelo recorte que implica. Da amostra a que Labov recorreu nas suas pesquisas no Harlem, infere-se que “[t]his description of vernacular culture constructed ‘authentic’ African American membership, identity and language as male, adolescent, insular and trifling” (Bucholtz, Liang e Sutton 1999:29), traços tomados como arquetípicos da informalidade. Essa autenticidade incomoda como um “*elephant in the room*” (Eckert 2003), uma obviedade que parece não se querer contestar nos estudos sociolinguísticos ao se assumir que podem ser tratados todos os membros dum grupo como se fossem semelhantes, ou até iguais (Bucholtz 2003:400, Coupland 2010)¹³⁹.

Para esta última, contornando a obviedade do notório que costuma caracterizá-la, cinco são os traços que marcam a ideia [problemática e paradóxica, segundo Gill (2007:1)] de autenticidade: *ontologia* – quer dizer, ser autêntico requer ter existência real, não espúria; *historicidade*¹⁴⁰, derivada da longa vida inerente à sobrevivência de que desfruta o autêntico; *coerência sistêmica*, ao ter a sua essência inserida num contexto maior onde tem um papel significativo; *consenso* acerca do seu caráter, atestado por alguma fonte de autoridade, a qual confirma o seu *valor*, precisamente a última das características do autêntico (Coupland 2007:180-1). Deste modo, a

¹³⁹ De fato, em resposta a críticas como as de Bucholtz (2003) ou Coupland (2007), “[m]any sociolinguists are now shifting our focus to situations in which authenticity seems a great deal more problematic” (Johnstone 2013:1). E, ainda, a própria problematização da ideia de autenticidade parece ter se convertido em um fator a ser questionado nos estudos sociolinguísticos, mais do que “a silence-inducing elephant” (Coupland 2010:2).

¹⁴⁰ Na mesma linha, o verbete “vernacular” do dicionário de Crystal (2008:511), versa, acerca da historicidade do vernáculo: “Vernaculars are usually seen in contrast to such notions as standard, lingua franca, etc., chiefly in their lack of conscious attention to its style of speech. The **vernacular principle** is the view that it is this variety which will convey the best insight into the natural speech of a community, and the one which will show the closest connection with the language’s history”.

elaboração concreta das ideias do vernáculo, da própria língua e da comunidade, dentre as formas potencialmente existentes – quer dizer, a sua ontologia – pode ser questionada. Se, por um lado, as cinco características essenciais do autêntico são atribuídas ao vernáculo pela sociolinguística variacionista, o “‘*standard*’ or *establishment ways of speaking*” (Coupland 2007:181) tem sido desacreditado por ela com base, precisamente, na sua falta de autenticidade, pois é nos estilos mais monitorados que haveria mais inconsistências, escassas no vernáculo em função da sua típica coerência. Nesse sentido, “*William Labov treats ‘standard’ speech as imposed variety and as a deviation from real, natural, orderly vernaculars*” (Coupland 2007:181-2). No entanto, essa construção da legitimidade do vernáculo pela atribuição a ele dum caráter autêntico coincide essencialmente, em termos filosóficos, com as práticas discursivas defensoras dum padrão prescritivo ideal, ele também considerado representante da autenticidade, e da língua em todas as suas dimensões, além de, sem negar a sua historicidade, concebível como estático e homogêneo, num momento determinado (Coupland 2010).

Tão ideais, puros e autênticos podem resultar, então, o vernáculo quanto o padrão. Trata-se de ideologias linguísticas que remetem para uma idealização do “*real language*”¹⁴¹ semelhante à operada com conceitos como a comunidade de fala, o mais intocada e internamente coerente possível, e, igualmente, o falante nativo, ele ou ela, “*the unreflectingly fluent and competent language user, against whose effortless performance that of ‘non-native’ language learners has generally been measured*” (Gill 2007:1). Como efeito dessas ideologias, as situações de contato linguístico e cultural – semelhantes àquelas que, num âmbito discursivo específico, vivenciam profissionais da tradução – tendem a ser concebidas como problemáticas e dificultadoras das análises dialetológicas e, também, sociolinguísticas (Bucholtz 2003:404).

Por outro lado, a origem romântica da ideia de autenticidade está ligada a uma identidade originária, pura, dum povo, mas também a uma identidade do eu única,

¹⁴¹ A ideologia do isolacionismo linguístico aponta para o fato de que “the most authentic language is removed from and unaffected by other influences” (Bucholtz 2003:404). Ela vive associada a outra ideologia, denominada “*linguistic mundaneness*”, conforme a qual “the most authentic language is language that, from its user’s point of view, is unremarkable, commonplace, everyday” (Bucholtz 2003:404), essencialmente oral e sem o ônus da observação por linguistas, por causa do já citado “paradoxo do observador”.

associada à capacidade criadora, a uma ideia de autoria¹⁴² que raramente o senso comum atribui a agentes da prática tradutória. Dentro das 12 marcas¹⁴³ que Gill (2007:1) atribui à autenticidade, as três últimas despontam no tocante a dito universo profissional: a organização em pares dicotômicos (que opera entre o autêntico e o inautêntico, o puro e o impuro), a sua força ideológica e a necessidade de se dispor de responsáveis pela sua validação, à maneira como atuam especialistas em Linguística (Bucholtz 2003:407) ou, tradicionalmente, autores e autoras de instrumentos de gramatização.

b) Segundo Woolard e Schieffelin (1994), conforme mencionado anteriormente, as ideologias linguísticas “*enact links of language to group and personal identity*” – como ocorre na contraposição vista na alinha anterior entre autenticidade e anonimato, o Nós e o Outro –, mas também associam as línguas com a estética (o belo e o feio, o ouvido, aquilo que soa bem ou mal), a moralidade (o errado, o impuro, até o pecado, a religião) e ainda com a epistemologia (o que são/devem ser línguas no geral, e uma língua determinada em particular).

O PURO e O IMPURO, o permitido e proibido – e, então, a tensão entre O SER e O DEVER SER – podem operar, na percepção dos âmbitos formal/coloquial, projetados nos domínios escrito/oral, gerando uma dicotomia, não um *continuum*. Trata-se de ver o autêntico, o não anônimo, como aquilo que, ao modo do tabu, do obsceno, deve permanecer separado. É isso que acontece, segundo Woolard (2005), com as línguas periféricas em contextos de conflito linguístico como o espanhol:

In his latest book, López García (2004) refers to the minority languages of Spain as “obscene”, in the etymological sense of “excessively obvious”. That is, they do not have the anonymous invisibility of ‘just talk’, pure reference, that is supposed to be the function of a public language. (...) [I]f minority languages are excessively obvious, then hegemonic languages are in turn excessively invisible.

No entanto, um fenômeno semelhante pode se verificar em contextos em que, como no Brasil, a situação de padronização é percebida como tensa por usuários da língua, defrontados com usos linguísticos padrão problematizados como inautênticos

¹⁴² Conforme se verá na seção 4.4. deste trabalho, essa perspectiva tende a se verificar no Brasil no caso de estudantes de tradução em contextos de educação formal como o lá pesquisado, nas primeiras fases da sua formação.

¹⁴³ “The following general features of authenticity can be identified: (1) it is relational, (2) connected to origins, (3) currently relevant, (4) absolute, (5) ‘final’/self-legitimizing, (6) the goal of some kind of quest/discovery/retrieval, (7) time-bound, (8) normative/desirable, (9) value-laden, (10) dichotomous, (11) it makes an ideological claim, and (12) requires gate-keepers, authenticators or certifiers. The discussion here focuses on the last three of these” (Gill 2007:2).

e fenômenos vernaculares avaliados como proibidos na escrita. Quando a prática profissional de utentes duma língua, como acontece com agentes da tradução, origina uma intensa implicação com ela, com as suas possibilidades expressivas – encarnadas nas variantes linguísticas – e com a conseguinte avaliação dos usos disponíveis, a percepção da tensão derivada da situação de padronização, e os recortes que implica, pode se ver agudizada, gerando reações que se aproximam daquelas que os estudos antropológicos e psicanalíticos atribuem ao tabu: a tendência a reações intensas perante assuntos marcados por essa natureza e, eventualmente, assim descritos.

c) Perante situações de tensão como as ligadas à abordagem de assuntos tabuizados, o recurso ao HUMOR, em especial dentro de contextos de reflexão ligados à pós-modernidade, tem vindo a quebrar mais ainda as possibilidades de tratamento das situações de conflito, derivando numa comicidade que pode limitar o seu tratamento aberto. Para Woolard (2005):

Postmodernism has challenged the two dominant bases of linguistic authority of the modern period, the twin monoliths of ideological anonymity in the liberal public sphere on the one hand, and the authenticity of ethnic and nationalist movements on the other. In response, defenders of languages in some settings have begun to search for new discursive ground (see, e.g. Heller 1999).

Among the hallmarks of postmodernity are models of multiple, hybrid and fluid identities and languages. In these, linguistic difference is often associated less with conflict and suffering than with play and irony.

E, de fato, o humor, junto ao conflito, é certamente uma constante em comunidades como TRAD-PRT, sendo intensamente valorizado enquanto instrumento para manter a interlocução viva no seio do coletivo listeiro, quando, na verdade, pode terminar agindo também como um elemento que vem pontuar ou até encerrar debates sobre elementos marcados pela tensão. Além dessa capacidade de amenizar e rodear os âmbitos de confronto, o humor está também ligado ao poder, ao ter a capacidade de subverter a ordem ou legitimar diferenças. É ainda um veículo preferencial de abordagem quando um assunto é tabu, pois opera como o faz um bobo da corte, avançando sobre limites e normas proibidas, caracterizado na sua ação pela inocência, pela loucura ou pelo desconhecimento.

3.3.2. Norma linguística: categorias enunciadas em TRAD-PRT

Atendendo à nomenclatura utilizada, ainda não podendo ser considerada constante pelo motivo, óbvio, do número de locutoras e locutores, como de

mensagens arquivadas em TRAD-PRT, o termo ao qual quem participa da lista recorre com maior frequência na hora de descrever fenômenos atinentes a norma linguística é COLOQUIAL. Conforme o motor de busca de TRAD-PRT, são registradas 997 ocorrências desse termo nos seus arquivos (ainda que esta contagem inclua presenças amiúde repetidas, por fazerem parte das “caudas” de mensagens que reproduzem outras anteriores em resposta às quais foram postadas). Observando à combinatória, encontra-se o segmento “linguagem coloquial” como predominante. No entanto, aparecem também expressões como “o coloquial”, o advérbio “coloquialmente” e combinações com outras unidades, às vezes com gradação (“mais”, principalmente), como: “uso”, “fase”, “língua”, “fala”, “falar”, “registro”, “comunicação”, “modo de expressão”, “tom”, “cunho”, “sentido”, “texto”, “forma”, “frase”, “contexto”, “escrita”, “idioma”, “construção”, “linguajar”, “termo”, “equivalente” e, até, “tradução” coloquial.

A gradação da coloquialidade resulta essencial por não existir um recurso frequente a outros descritores, como VULGAR, que, embora ocorra em 693 casos na lista, é usualmente atribuído a elementos não linguísticos, ou associado ainda à distinção entre latim clássico e vulgar. O termo VULGARISMO, no que diz respeito à avaliação sociolinguística, apenas se registra em três ocasiões (mensagens 91672, de 19/03/2003, a 121440, de 26/05/2004, e 230333, de 21/09/2008, as duas primeiras postadas por Nogueira).

Na primeira delas, 91672, o listeiro pondera a possibilidade de se atribuir um caráter supostamente vulgar, e errado, à expressão “isso daí”: “é escusado corrigir, usei de propósito, quem me achar vulgar, saiba que concordo plenamente, é escusado dizer, mas, se quiser, diga, que eu não me importo”. Isto é, esse tipo de avaliação se integra naquilo que não se deve dizer, que precisa ficar no não dito, no silêncio que constrói o discurso tanto quanto o dito. A irreverência declarada do inciso anterior (que aparece entre colchetes na mensagem postada) aponta para a percepção de Nogueira de que, na comunidade de prática de TRAD-PRT, não se considera autorizado esse tipo de prática.

Na segunda ocorrência de vulgarismo, na mensagem 121440, Nogueira problematiza o uso de “clicar” numa sequência de critérios de avaliação de estilo que envereda rumo ao sujo, ao impuro, ao que deve permanecer afastado, mas cuja existência não deve ser negada: “Pode ser recusado pela norma culta, pode não estar

dicionarizado, pode ser regionalismo, pode ser vulgarismo, pode ser vício de linguagem, pode ser impróprio ao consumo humano, pode ser o que vocês quiserem, mas existir, lá isso existe”.

Já a última das postagens acima referidas, a 230333, remete para a presença do termo vulgarismo nos debates para uma reforma da Nomenclatura Gramatical Brasileira, cujo papel em relação os instrumentos de gramatização foi apresentado no capítulo 1 deste trabalho. O foco da proposta implica uma abertura do objeto padronizado, de “Divisão da gramática” em fonética, morfologia e sintaxe – como na taxonomia da Portaria nº 36 de 28 de janeiro de 1959 –, para “Domínios do estudo linguístico”, que abrangeriam três blocos – língua, estilística e texto –, o segundo dos quais é organizado nos seguintes tópicos:

1. Língua
 - 1.1. Descrição lingüística
 - 1.1.1. Fonologia
 - 1.1.2. Gramática
 - 1.1.2.1. Morfologia
 - 1.1.2.2. Sintaxe
 - 1.1.3. Lexicologia
 - 1.1.3.1. Tipologia lexical
 - 1.1.3.2. Classes de palavras
 - 1.1.4. Semântica
 - 1.1.5. Norma e uso lingüístico
 - 1.1.6. Representação gráfica da língua
 - 1.2. Fases da língua
 - 1.3. Tipologia lingüística

Após este mapeamento de domínio, a proposta de reforma elenca os termos em séries atreladas a algumas das categorias acima, incluindo “vulgarismo” na seção intitulada “Norma e uso lingüístico”, correspondente ao ponto 1.1.5. do esquema anterior.

As diferenças entre essa proposta de reforma e a NGB de 1959 são notórias. Nesta não aparece o termo “vulgarismo” – pelo qual não é de surpreender a sua escassa presença no córpus –, como também estão ausentes, em geral, termos relativos a fenômenos de variação linguística. Só uma seção, nos Apêndices (VI – Vícios de linguagem), é destinada mantê-los separados, como corresponde, e classificados como: barbarismo, cacofonia, preciosismo e solecismo.

Esse apagamento discursivo – tanto de TRAD-PRT como da Nomenclatura – constitui um indício da relação que a higiene verbal brasileira mantém com a

avaliação linguística e, principalmente, com a de usos socialmente estigmatizados: eles estão lá pelo silêncio, reflexo do tabu, mas o seu eco se percebe no recurso a um eufemismo genérico, “coloquial”, cuja materialidade é notória no *cópus* de TRAD-PRT.

O termo VERNÁCULO, por sua vez, tem na lista um volume de ocorrências bem inferior aos anteriores – 356 –, próximo do número de registros de NORMA CULTA, 317, aos que se somam 69 como LÍNGUA CULTA. Ao ser o recurso à norma culta um pressuposto na prática profissional da tradução, uma obviedade, são unicamente os contextos tensos os que requerem de abordagem explícita, derivada em boa parte do caráter inautêntico que a caracteriza, embora, pelo seu anonimato, constitua uma tábua de salvação, em especial no caso de tradutoras e tradutores, profissionais “sob suspeita” por definição.

De fato, é difícil atribuir “pureza” a profissionais da prática tradutória. Sujeitos híbridos, vivem no trânsito entre espaços que, para manter a sua “autenticidade”, deveriam permanecer isolados. Num risco de “traição” à sua pátria, procuram proteger a identidade primigênia, originária, preservando a todo custo o “vernáculo”, na sua expressão mais pura. Nesse território de fronteira, onde transitam entre códigos distintos, legitimam a sua identidade pelo compromisso com a preservação dum mítico vernáculo, que é autêntico porque pertence a alguém, a um sujeito coletivo (como no reiterado “o nosso vernáculo”), não apenas por um direito emanado do uso, mas pela implicação afetiva com ele (“no nosso querido vernáculo”, diz a mensagem 86144, de 18/11/2002). Essa característica, assumida explicitamente por Benedetti quando se descreve “[c]omo tradutora e amante do meu vernáculo” (mensagem 18610, de 02/08/1999), outorga a ela uma autoridade que a converte em referência na avaliação de usos linguísticos na comunidade de TRAD-PRT. Com fama de severa no tocante à correção linguística¹⁴⁴, já desde a mensagem 27488 (de 03/12/1999) – sobre a construção do verbo “precisar” como transitivo direto ou indireto – Benedetti se oferece para esclarecer dúvidas de norma linguística, com frequência tratando aspectos sintáticos (como nas mensagens 30277, de 21/01/2000, na 30310, de 22/01/2000). Assim, já a partir das suas primeiras intervenções, alguns dos títulos das mensagens que Benedetti costuma responder constituem um indicativo da natureza da

¹⁴⁴ Tanto que, brincando, tenta desconstruir essa imagem já em 02/12/1999, na mensagem 27431: “Ando com fama de bruxa véia, fanha e roufenha. Com verruga no nariz ;-)”.

sua participação. Servem de ilustração do dito títulos iniciados por PORT, como na mensagem 30491, de 26/01/2000; os que incluem “Dúvida de português”, como na 30530, de 26/01/2000; ou, ainda, “Português”, como na 30784, de 31/01/2000.

Na lista, não é concedida a qualquer participante a autoridade para legislar sobre o vernáculo. Como no caso da gramatização, que gera produtos com o poder simbólico necessário para legitimar novas formas – “O Houaiss dá já como parte integrante do vernáculo”, diz a mensagem 101290, de 12/08/2003 –, também há membros, na comunidade de TRAD-PRT, que detêm uma voz autorizada, com o direito de expressar opiniões respeitadas pelo coletivo sobre o certo e o errado, o puro e o impuro, o autêntico ou o proscrito no vernáculo; sobre aquilo que deve permanecer separado por fazer parte do que “soa não-vernáculo (para um brasileiro)”, “porque o falante do português, espontaneamente, não fala nem escreve assim” (mensagem 256053, de 29/04/2010).

Humorístico, mas direto, é o comentário de Nogueira que, ao tempo que se dirige a Benedetti com um “Ivone, glória do vernáculo pátrio” (mensagem 22716, de 04/10/1999), se apresenta a si mesmo afirmando ser o seu desejo expressar a sua opinião sobre questões dessa ordem, ainda que não se julgue “árbitro de elegância lingüística” (mensagem 18797, de 05/08/1999). Esse papel de avaliação do vernáculo resulta fundamental para a tradução pelo seu caráter não estático. Ao existirem “[p]alavras que entram no vernáculo ou trocam de sentido a toda hora”¹⁴⁵ (mensagem 28191, de 13/12/1999), é preciso que alguma voz autorizada determine a sua validade, a sua “autenticidade” ou correção, mesmo que, conforme aponta Nogueira: “Só sei que uma palavra não entra para o nosso vocabulário nem deixa de entrar porque os Petrônios gostam ou não gostam” (de novo, na mensagem 18797). A situação tradutória se defronta, então, com o dilema de encontrar para si uma autoridade que harmonize as tensões derivadas do conflito entre o autêntico, o próprio – isto é, o vernáculo –, e o novo que germina no seu seio, seja não “consagrado” como culto – ainda, talvez –, seja importação original proveniente doutro vernáculo que não “o nosso”, e que, por isso, a princípio deveria permanecer afastado.

Como foi dito, 317 é o número de registros de NORMA CULTA, aos que se somam 69 como LÍNGUA CULTA. As menções a elas costumam ser recorrentes no

¹⁴⁵ Essas palavras lembram a epígrafe com que se inicia este trabalho: “Com as palavras todo cuidado é pouco, mudam de opinião como as pessoas” (Saramago 2005:65).

mundo da tradução pelo seu poder simbólico. Como diz Nogueira: “para recodificar a tradução é necessário ter critério, discricção, sensatez e uma boa noção das regras que regem a norma culta, porque é de presumir que a usemos na nossa atividade, pelo menos na maioria dos casos” (mensagem 159807, de 26/08/2005). Outro listeiro ratifica a opinião anterior com a obrigatoriedade do “dever ser” esperado quanto à normatização: “Como profissional é *obrigação* do tradutor (e da tradutora!) observar a norma *cultura* da época em que vive e trabalha” (mensagem 161788, de 19/09/2005).

Essa assunção da natureza de “normalidade” com que a norma culta aparece retratada destaca de forma especialmente clara na mensagem 93454 (de 19/04/2003), em que um dos listeiros de TRAD-PRT comete um ato falho ao se referir à “normal culta”, percebido, aliás, por outro participante na lista, como consta na mensagem 93468 (de 19/04/2003).

A gente sempre acha gozado quem fala diferente (eu morria de rir em Lisboa, ouvindo os portugueses falando daquele jeito desde pequeninos) e, quem fala norma culta acha gozadíssimo os que não falam norma culta.

Mas é bom entende que não há nada de inerentemente superior à normal culta. Se, por exemplo, houvesse um surto de enriquecimento em Pernambuco e esse estado se tornasse o gerador de 35% do PIB, em poucos anos a atendente do Terra em Porto Alegre estaria falando recifense fluente.

Problemático, com efeito, resulta negar a relevância de debates que, precisamente, problematizam esse recurso – na linha de Benedetti, na mensagem 256041, de 29/04/2010, quando afirma que “[s]e estamos em grupos de tradutores, precisamos saber que as editoras e os clientes esperam uma escrita indiscutível, ou seja, dentro da norma culta” – por vários motivos.

Em primeiro lugar, porque a norma culta e o padrão, como a língua, mudam. Também porque nem sempre coincidem os olhares sobre ela dos instrumentos de gramatização. Mas, também, pelo fato de, ao longo das intervenções na lista, o termo “norma culta” ser usado para remeter a duas ideias diferentes: tanto à norma linguística usada “em todas as regiões brasileiras” por “uma elite que fala mais próximo da norma culta” (mensagem 10370, de 14/04/1999, como também 31194, de 07/02/2000, ou 117.845, de 06/04/2004, todas três de Nogueira), como ao padrão, que “diz qual ou quais dessas opções estão corretas” (mensagem 41358, de 10/08/2000, ou 10474, de 15/04/1999).

Essa dicotomia, tradicional na Sociolinguística, que distingue – independentemente da realização por um par de termos específico qualquer – o prescritivo do descritivo, o correto do culto, conta ainda, do ponto de vista de profissionais da tradução, com mais um elemento (mensagem 122626, de 08/06/2004):

Há diferenças grandes entre o que é “correto”, o “comum” e o que “soa bem”. São conjuntos que coincidem parcialmente.

correto > é o que está na gramática ou no dicionário como tal e que se arroga direitos de “norma culta”

comum > é o que se encontra frequentemente na linguagem escrita ou oral, um conceito estatístico

de bom som > é o que me agrada e, sobre isso, o juiz sou eu próprio

A tríade anterior (correspondentes, no capítulo 1, à normas padrão, objetiva e subjetiva), à qual se soma a adequação – citada no final da mesma mensagem – implica que, acrescido aos constrangimentos do par inicial, opera, nas escolhas de tradutoras e tradutores, um critério de ordem estética e com caráter individual, que pode atuar como árbitro, por exemplo, na resolução de conflitos entre os dois primeiros tópicos. O mesmo listeiro, na mensagem 126133, de 17/07/2004, assim o esclarece:

No fim das contas, com corpus acrílicos e repertórios críticos à mão, sempre vão oposições, ou do tipo “o certo” versus “o que se usa”, ou “este é o certo” e “isso não usa mais” ou então situações em que mesmo os mais estritos repertórios críticos aceitam mais de uma forma. Assim, no fim das contas, é a tua orelha que decide, a escolha é tua – e a responsabilidade também.

Não se trataria apenas, então, de preferências idiossincrásicas, de marcas de idioleto, em que o sujeito realizaria as suas escolhas linguísticas na busca duma construção identitária determinada, como na mensagem 93468 (de 19/04/2003), em que um listeiro declara:

O hábito, o consagrado e o arraigado também não justificam nada. Eu tenho um monte de maus hábitos que luto para perder. Dizem que a mania de “tutear” com conjugação da terceira pessoa é coisa de santista. Não sei, nunca saio daqui, então não reparo. Mas se for verdade, não tenho orgulho disso. Ouço os portugueses e gaúchos tuteando daquele jeito e morro de inveja. No fim, tudo se resume a gosto, e português que eles falam, pra mim, é de bom gosto.

Gosto e desgosto se discutem.

Além duma alusão ao campo do sacro (no vocábulo “consagrado”), há nesta mostra de higiene verbal um intenso desconforto, uma mostra de autorrejeição dos

usos linguísticos próprios, característica do denominado preconceito linguístico (Bagno 1999). Será, então, que a avaliação linguística, a higiene verbal, o “[g]osto e desgosto” anteriores – que o listeiro acima sim discute – podem ter espaço na formação em tradução ou apenas servem para abrir a caixa de Pandora? Será que é possível traduzir sem fazer avaliação linguística – o ensinar tradução sem fazer higiene verbal? Há como discutir a própria norma sem recorrer aos seus preceitos? Ou, ainda, será que é suficiente ressaltar a necessidade de adequar o registro do texto de chegada aos fins procurados e com isso basta?

Sem dúvida, purismo e coloquialismo são, ambos, “camisa-de-força” (como lembra uma listeira na mensagem 47432, de 15/11/2000). Mas o que fazer quando, como no Brasil, o ajuste pela adequação ao contexto pode não resolver todos os conflitos de norma? Quando o que é culto/padrão/efetivamente usado pelo tradutor podem depender “de sua orelha”? Será que “receitas de bolo” – como o coloquial se traduz pelo coloquial, ou há um registro adequado a cada contexto – resolvem todos os problemas de norma linguística de profissionais da tradução que trabalham com português do Brasil? Será que as diversas opções tradutórias dependem apenas de posições ideológicas individuais (mais ou menos conservadoras ou veneradoras do padrão, mais ou menos cultuadoras da informalidade), ou a situação de padronização local, sociohistoricamente embasada, e o seu questionamento podem apresentar níveis elevados de tensão, com o qual se polarizam os extremos?

3.3.3. Avaliando a variação linguística: diferenças geoletais

Se nenhuma ocorrência se registra para GEOLETO, já o termo DIALETO aparece mencionado 524 vezes em TRAD-PRT. Aplicado com frequência aos casos do alemão e do italiano no referido estritamente à variação sintópica, na lista recorre-se a ele de forma humorística por meio do seu uso pejorativo e irônico (“você que fala dialeto”, mensagem 8696, de 24/03/1999) e, também, com referência ao carcamano¹⁴⁶ (“dialeto caipira paulista falado com superestrato napolitano”, como é definido na mensagem 22744, de 04/10/1999). Como diz Morillas (2011:93, 107) já sobre o próprio napolitano, é um espaço do sentimento, especialmente do afeto, ligado

¹⁴⁶ Interessa a esse respeito conhecer também a carga pejorativa que esse vocábulo carrega, fora do campo linguístico, com significados diferentes no Brasil.

à comicidade, mas também “*real language*”, isto é, pertencente ao campo do verdadeiro, do autêntico, e também “*a marker of narrative verisimilitude*”.

Mas na variação geoletal tem igualmente lugar o ininteligível frente à inteligibilidade “natural” da língua, fundamental para agentes da tradução, e as forças desagregadoras e aniquiladoras da inteligibilidade, que, enquanto tais, devem permanecer separadas. Sobre a exclusão sistemática, com contadas exceções, de vozes não padrão, denominadas marginais, nas traduções em turco, Erkazanci-Durmus (2011:27, 29) acentua o caráter de impurezas que se atribui a todas as variantes entendidas como desvio do padrão, que é objeto de santificação ou canonização. Afinal, “[*f*]or most translators, the standard variety becomes a language, a sort of sociolinguistic dogma, which puts them in the hierarchies of language and social success” (Erkazanci-Durmus 2011:24).

Donde a extensão de uso do termo DIALETO na lista para línguas de especialidade ou outros fenômenos de variação linguística, como o tradutês, o juridiquês ou o internetês, famigerados por encarnarem o erro por definição. Ou o intraduzível, as fronteiras da traduzibilidade. Assim pensa Lia Wyler (mensagem 191968, de 05/12/2006), no tocante à tradução do dialeto duma das personagens do volume *Harry Potter and the Philosopher’s Stone*, da autora britânica J. K. Rowling, editado em 1997, por cuja tradução brasileira é responsável:

Outro diz eu ouvi em público de uma futura e uma vociferante tradutora que a minha tradução do Harry Potter era um exemplo de falta de critério, por que entre outras coisas eu não traduzira a fala dialetal do Hagrid. (...) Virei-me para trás e perguntei: “Quem disse que não tem critério, você encontrou alguma fala do Hagrid traduzida? Então deveria ter concluído que o critério adotado por mim e pela editora foi “não procurar traduzir o dialeto do Hagrid com os falares do favelado carioca, do caipira paulista, do sertanejo paraibano, ou do baiano sem instrução”. (...) A palestrante perguntou então a ela que solução teria dado ao problema e ela respondeu “Sei lá”.

De fato, as questões relativas à tradução de fenômenos de variação linguística têm sido uma das tradicionais pedras de toque da tradução. O assunto acima foi objeto da pesquisa de mestrado de Santos (2010)¹⁴⁷ intitulada *A tradução da fala do*

¹⁴⁷ Na sua pesquisa de doutorado, Santos (2014) constatou que a tendência à padronização na tradução brasileira de volumes da série Harry Potter se verifica também no quesito gírias. “em 42% dos casos analisados as gírias foram mantidas e em 58% as gírias foram padronizadas no texto de chegada. (...) [O] registro apresentou diferenças no texto de chegada em relação ao texto de partida, uma vez que houve a padronização das gírias em alguns casos e, portanto, o texto foi levado em direção a um maior nível de formalidade e houve a diminuição na coesão entre os membros de cada grupo de personagens”.

personagem Hagrid para o português brasileiro e português europeu no livro Harry Potter e a Pedra Filosofal: um estudo baseado em corpus. Nela Santos (2010:8) conclui, comparando as traduções portuguesa e brasileira das falas da personagem em questão, que “o padrão preferencial da tradutora portuguesa é dar uma maior ênfase à marcação da oralidade em relação à tradutora brasileira, embora nenhuma delas tenha optado por traduzir o dialeto do texto-fonte por um dialeto do texto-alvo em suas respectivas traduções”. Na posição de Wyler podem ter influenciado as tensões de norma contemporâneas no português do Brasil, em relação à avaliação do *continuum* oralidade/escrita.

No seu estudo acerca das traduções para português de volumes distribuídos no Brasil pelo Clube do Livro de 1943 até 1976, em que mostra que a solução adotada para traduzir dialetos foi optar pelo recurso a uma variante padrão, Milton (2002:50) afirma: “A tradução de dialeto tem sido descrita como uma aporia em tradução”. Segundo Abbagnano (2000:75), o termo aporia “é usado no sentido de dúvida *racional*, isto é, de dificuldade inerente a um raciocínio, e não no de estado subjetivo de incerteza. É, portanto, a dúvida *objetiva*, a dificuldade efetiva de um raciocínio ou da conclusão a que leva um raciocínio”.

Faz parte, então, dos que Nord (2009:233) denomina problemas e não dificuldades de tradução:

En el proceso de traducción, los (futuros) traductores se enfrentan con dificultades y problemas. Aunque los diccionarios suelen definir las dos palabras como sinónimos, propongo una distinción categorial entre los dos conceptos. Las dificultades de traducción son subjetivas, individuales, e interrumpen el proceso hasta que sean superadas mediante las herramientas adecuadas, mientras que los problemas de traducción son inter-subjetivos, generales, y han de ser solucionados mediante procedimientos traslativos que forman parte de la competencia traductora.

As palavras de Milton (2002:50) confirmam o caráter problemático da tradução da variação geoletal, especialmente porque,

[s]eja qual for a decisão que tome o tradutor, será sempre um desacerto, um disparate. O dialeto escolhido, quer seja mimético, análogo, ou pertencente à norma culta, nunca terá a autenticidade do original: um escravo fugitivo nunca chegaria a falar o português da Bahia, um falar de baixo padrão “imaginário” ou um falar semelhante ao das pessoas mais educadas.

Como diz Abbagnano (2000:797), “um [problema] não é eliminado ou destruído pela sua solução. Um ‘[problema] resolvido’ não é um [problema] que não se

apresentará mais como tal, mas é um [problema] que continuará a se apresentar *com* probabilidade de solução”. Isso porque há soluções, pois, afinal, as traduções existem, apesar de marcadas pela natureza do problema que lhes dá origem. Para Milton (2002:50), como se viu, a questão se coloca em termos que atribuem às formas dialetais um caráter autêntico que não se reconhece no anonimato que caracteriza o padrão: “O dialeto escolhido, quer seja mimético, análogo, ou pertencente à norma culta, nunca terá a autenticidade do original”. Mas essa autenticidade não é semelhante àquela que o senso comum atribui à tradução em si, a do “*traduttore, traditore*”, mas relativa a fenômenos linguísticos que, para a tradução que os nega, são vistos como irrelevantes ou insolúveis, ou bem aos quais não se lhes concede o direito a se fazer presentes no texto escrito, visto que devem dele ficar afastados em prol da limpeza da língua. Como afirma Milton (2002:53-4):

Então, por que o dialeto não é traduzido? (...) Em primeiro lugar, há a razão “essencialista”, “platônica”, para a qual o dialeto é de somenos importância, importando o que diz a personagem e não como diz. (...) A segunda razão, relacionada com a primeira, é apresentar-se a gíria como algo “errado”, e o seu uso não deveria ser permitido para que não se manchasse as páginas de um romance clássico.

Ao ser de origem brasileira o corpus estudado por Milton (2002), o pesquisador se questiona se o processo de neutralização da variação geoletal constitui “um fenômeno universal da tradução ou de uma cultural específica”. Para essa colocação, Santos (2010) mostra como no domínio lusófono há, além das derivadas do recorte cronológico da própria pesquisa de Milton (2002), diferenças que podem estar relacionadas a percursos discursivos locais, conforme o que se acompanhou, no caso brasileiro, no capítulo 1 deste trabalho. No tocante ao seu estudo especificamente, Milton (2002:55-6) diz, sobre o tratamento tradutório dos geoletos no período por ele analisado:

Podemos indicar aqui razões especificamente brasileiras para isso, como uma ressaca provocada pelo domínio cultural francês sobre a cultura brasileira até a Segunda Guerra (...), [ou] um desenvolvimento tardio dos estudos acerca dos dialetos e formas de baixo padrão no Brasil. Não existe uma tradição de romances de proletariado em português; tampouco nenhuma obra que se compare a *Huckleberry Finn*, e uma tradição literária de uso de formas dialetais como ocorreu mais recentemente em Guimarães Rosa (...). Além disso, a visão conservadora por parte de uma classe média predominante, tanto política quanto economicamente, reflete-se em um comércio de livros bastante conservador.

A configuração específica no Brasil do caráter problemático da prática tradutória em que se requer o tratamento da variação geoletal durante a época

pesquisada por Milton (2002) proviria, então, da própria natureza desta enquanto problema em termos gerais e, também, das pressões normativas concretas exercidas sobre praticantes do ofício tradutório no período. Assim, sobre o contexto turco, mas generalizável, Erkazanci-Durmus (2011:30) aponta: *“The normative pressure of linguistic practices makes de translators adopt particular strategies. The translators actually begin to use those strategies to the point where they internalize them”*.

O fato de se recorrer em TRAD-PRT à variação geoletal, até metalinguisticamente, como recurso de comicidade – como foi comentado e como também fará uma participante no grupo focal analisado adiante, em 4.5.1. – é indicativo da necessidade de se elaborar uma situação conflituosa. Para tanto, consoante citado acima, são articuladas práticas discursivas pelas quais *“linguistic difference is often associated less with conflict and suffering than with play and irony”* (Woolard 2005). Contudo, isso não nega o fato de que também se dão na lista casos em que o conflito é abordado de forma mais dura e direta, sem o recurso à mitigação pelo humor.

Em concreto, a avaliação da variação geoletal aparece retratada em TRAD-PRT no relativo ao português europeu e americano, tanto de maneira independente, quanto entre ambos, já desde os primeiros anos de vida da lista.

No caso do primeiro, por exemplo, são feitas avaliações negativas, de forma humorística, no tocante à região do Alto Minho, que contrastam com aquelas em que se elogiam formas usadas no Alentejo (mensagem 10277, de 13/04/1999), numa mensagem enviada entre duas listeiros em privado que unicamente veio a público por um erro cometido por uma delas. Os comentários misturam referências a fenômenos geoletais estigmatizados (como a indistinção entre /b/ e /v/, que a própria autora da postagem atribui ao seu idioleto) com outros relativos a socioletos. Dita atribuição de traços descontínuos por falantes aos seus próprios usos linguísticos ocorre não raro entre estudantes de tradução do coletivo pesquisado na seção 4.5.2., porém diacronicamente marcados como correspondentes a uma fase ultrapassada.

Em TRAD-PRT, no que diz respeito ao português do Brasil, linhas conversacionais debatem não raro sobre as variedades paulista e carioca, os dois maiores núcleos de prestígio econômico-cultural-linguístico no Brasil. Nesse sentido, é mencionado repetidamente o “carioquês” ao longo dos anos de vida da lista,

chegando-se a debater em 1999 o seu “predomínio lingüístico” (mensagem 10254, de 13/04/1999) enquanto português “mais escorreito”, pela sua alegada semelhança com a “língua-mãe” portuguesa; “mais próximo do original”, portanto (mensagem 10184, de 12/04/1999). Trata-se, então, de acentuar a suposta autenticidade dos usos cariocas derivados da sua pureza original pela sua identidade com o Outro. Perante um debate considerado inaceitável, mesmo com desalinhamentos mitigados pelo humor¹⁴⁸, diz a mensagem 10254, de 13/04/1999: “Apelo para que as pessoas parem com esse tipo de coisas por aqui”. No entanto, para a participante que a envia, a causa inicial da discussão se encontra não nas referências ao Outro, mas na posição “bairrista, até agressiva” da postagem que inicia a discussão, colocando a questão em termos com que se costuma descrever, no resto do Brasil, a posição de falantes da região Sul no que tange à valorização das suas marcas culturais específicas.

Põe término à linha de que se fala outra mensagem (10303, de 13/04/1999) em que, após negar a “hegemonia de qualquer modo de falar, inclusive o paulista”, confirmando a linha argumentativa da postagem anterior (10254), relaciona a motivação para o encerramento do tópico à inclusão social ligada à variação diatópica: “Democracia exige mobilidade social. Mobilidade social não existe quando sotaques locais são estigmas irremovíveis”, afirmação que se alinha com os interesses atuais da Sociolinguística brasileira, consoante Salomão¹⁴⁹ (2011:1). Na linha mencionada, não aparece o termo “preconceito lingüístico”, por ser precisamente desse ano, 1999, a primeira edição do volume de Bagno de cujo título faz parte.

À mesma época é enviada a TRAD-PRT a mensagem 9975, de 10/04/1999, em que aparecem entradas dum dicionário humorístico de usos paulistas. Se mais serão as ocorrências de alusões cômicas ao “paulistanês” ao longo da lista, também haverá outras referências críticas à sua “hegemonia”, para além da mencionada na mensagem 10303, de 13/04/1999. Em 19/04/2003, na mensagem 93454, o mesmo listeiro posta um reflexão que passa pelos casos inglês, galego e alemão, para chegar ao caso brasileiro. Conforme ele, “o prestígio do [dialeto] paulista está aumentando por causa

¹⁴⁸ Um listeiro aponta na mensagem 10206, de 12/04/1999: “Como dizia minha avó, galega das boas, quem anda com o nariz muito empinado pisa em cocó de cachorro. Mesmo quando se trata de um nariz intelectual”.

¹⁴⁹ Como lembra Salomão (2011:1): “Os sociolinguistas atualmente têm se voltado para a análise das relações entre a estigmatização linguística e a mobilidade social. De acordo com Mollica (2004:13), o preconceito linguístico tem sido um ponto bastante debatido na área, uma vez que se nota ainda a predominância de “práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, que tomam como referência o padrão culto”.

do poder econômico de S[ão] P[aulo] – não que a nossa norma tenha alguma coisa de superior à outras: isso é bobagem de quem não conhece lingüística”. A postagem começa, contudo, com um ar lacônico que frisa o fato de que, quando uma “variante local que adquire prestígio, por motivos políticos e econômicos, (...) se torna a norma culta, (...) nós tradutores, principalmente os que fazem tradução técnica, acompanham essa norma, só isso”. Esse fechamento, marcadamente oral e que destoa do resto da mensagem, sugere o que virá a confirmar a frase que lhe dá sequência: a internalização das pressões normativas semelhantes às que cita Erkazanci-Durmus (2011:30) acerca da relação com o padrão de profissionais da tradução na Turquia. Diz sobre “a norma culta” o listeiro na mensagem em questão: “Na verdade, ninguém a impõe: ela é imposta pela própria dinâmica da economia e do poder”.

No atinente à distinção entre português de Portugal e do Brasil, aplicada de forma habitual no tratamento de temas de ordem profissional, ela não parece controvertida. Na mensagem 162122 (de 22/09/2005) é atribuída a sua existência, metaforicamente falando e interpretada com humor, como uma das consequências da “mudança de hemisfério”, assim como o fato de a água girar em Portugal no sentido contrário do que no Brasil quando desce pelo ralo da banheira. Porém, uma listeira, de provável origem portuguesa, não deixa de ponderar que “hoje em dia, opta-se por não pôr em causa regras muito antigas, que deram um razoável nível de coerência ao português escrito – aquele que une falantes de diversos continentes” (mensagem 69864, de 25/09/2001). Os conflitos afloram quando surge a necessidade de serem elaborados, como se verá, por algum evento concreto, como o processo de adoção do Acordo Ortográfico de 1990.

Embora a língua foco de TRAD-PRT seja o português, também se fazem presentes na lista questionamentos relacionados a outras línguas, com os conseguintes contrastes discursivos, por exemplo, no que diz respeito à situação de padronização. É o caso da inserção do tradicional discurso sobre a unidade do espanhol, efetivada pela intervenção dum tradutor argentino que afirma (na mensagem 10368, de 13/04/1999) que em espanhol todas as variedades se entendem, do mesmo modo que em português:

O mero fato de pensarmos que, do Chui ao Amapá todas as pessoas se entendem, ou que da Terra do Fogo ao Norte do México é possível estabelecer uma comunicação fluente, deve ser um motivo de satisfação. Afinal, temos algo do processo de colonização, irreversível já, que merece ser resgatado.

Trata-se da atitude de negação do conflito em relação à diversidade analisada por Irala (2004) noutras listas virtuais, no caso de professorado de espanhol como língua estrangeira. Além da “predominância de perspectivas pré-científicas (e às vezes até passionais) a respeito do idioma” (Irala 2004:144), a pesquisadora localiza duas concepções diversas de padronização, entre participantes das listas por ela estudadas, no atinente à língua espanhola (Irala 2004:74): uma, hegemônica, que associa o padrão com as ideias de “comunicação, globalização, unificação”, confrontada com outra, que acentua os elementos de “colonização, imposição, homogeneização” em relação a ele. A segunda linha tende a ser silenciada e desacreditada no jogo de construção de sentidos das listas analisadas por essa pesquisadora, fenômeno esse que se verifica “apesar de serem temas tratados há longo tempo (pelos discursos legitimados, pelos informes oficiais, pelos acadêmicos, pelos literatos e, mais recentemente, pelos lingüistas e os lingüistas aplicados)” (Irala 2004:146), como também por agentes da tradução.

Em TRAD-PRT, o discurso sobre a unidade do espanhol não é merecedor de grande atenção, sendo ratificado por duas mensagens, a primeira para insistir na diversidade linguística brasileira (10370, de 14/04/1999) e a segunda (10378, da mesma data), para reconhecer que a existência de “estruturas sintáticas e vocabulares suficientemente semelhantes” entre português europeu e do Brasil – que fazem de ambos “variantes”, denominadas deste modo, da mesma língua – não nega as diferenças que, essas sim, distinguem por igual as distintas regiões do Brasil da “chamada ‘língua-mãe’”. De fato, em comparação com outros assuntos, debatidos com insistência e de modo recorrente na lista, chama a atenção o relativo desinteresse pela questão relativa ao espanhol, pelo menos no atinente a uma possível exploração dos desdobramentos do assunto (ideologias linguísticas, situação de padronização) aplicados à língua portuguesa. A esse respeito, não se deve esquecer a existência em TRAD-PRT, como no mercado tradutório brasileiro em geral, numa ampla maioria de participantes cuja língua de trabalho mais frequente, além do português, é o inglês. Por isso, na mesma linha que comentará Pedro, professora de tradução, no capítulo seguinte, a frequência de comentários e consultas relacionadas a outras línguas resulta bem mais escassa, despontando em volume o caso do francês, seguido pelo alemão, italiano e espanhol, com uma presença bem mais esporádica na lista.

Em que pese a declaração de princípios, integradora das diferenças, que faz a tela que abre a página da lista, há em TRAD-PRT espaços de conflito no que tange à variação linguística dentro do domínio lusófono. A sua natureza inerentemente problemática se faz presente na lista não só por volta tanto da indefinição do *status* do português do Brasil como língua ou variedade – que foi mencionada acima no item 2.2.1., em relação às colocações de Nogueira – quanto, e de forma muito intensa, no que diz respeito a um tópico que será abordado a seguir: as atitudes linguísticas de tradutores e tradutoras participantes de TRAD-PRT no relativo à adoção do Acordo Ortográfico de 1990 para a língua portuguesa.

3.3.3.1. Profissionais da tradução, o Acordo Ortográfico de 1990 e as comunidades imaginadas: um exemplo saliente de higiene verbal

Os sucessivos acordos ortográficos da língua portuguesa durante o século XX funcionaram como referentes que fizeram aflorar conflitos no seio de comunidades imaginadas (Anderson 2008), encarnados, e não por acaso, naquele elemento da escrita que com frequência resulta mais arbitrário: a ortografia. Assim, dentre os diversos fatores que, em relação à norma, afetam a língua portuguesa no Brasil nas primeiras décadas do século XXI, um elemento em concreto merecerá atenção aqui: a implementação do Acordo Ortográfico de 1990, sobre a qual tem se debatido intensamente em listas de profissionais da tradução em língua portuguesa e muito se tem escrito também em diversas páginas da Internet.

Um bom número desses tradutores e tradutoras certamente poderiam assumir sem dificuldades o conhecido adágio “Minha pátria é a língua portuguesa”. No entanto, talvez nem sempre lembrassem o contexto maior da frase de Fernando Pessoa, que remete justamente à questão ortográfica:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. **Minha pátria é a língua portuguesa.** Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal portuguez, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-m'a do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.

Este texto, publicado originariamente no nº 3 de *Descobrimento, Revista de Cultura* (1931:409-10) e transcrito no *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares (heterônimo de Pessoa), ao mesmo tempo que ilustra um estado de coisas, anterior ao atual, da ortografia do português, põe de relevo a sublimação do nacional de que estão imbuídas as crenças que rodeiam as convenções ortográficas.

Ortografia, sistema dos mais arbitrários, provém etimologicamente do grego *orthos*, “reto, direito, justo”; e *graphia*, “escrever”. Segundo o dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:1459), constitui o “conjunto de regras que, para uma determinada língua, estabelecem a grafia correta das palavras e o uso de sinais de pontuação”. Já o *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:1400) a define como:

conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tônicas, abertas ou fechadas, procesos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivados por tais funções etc.

Por sua vez, consoante o dicionário de 2001 da Real Academia Espanhola (RAE), “*ortografía*” é “*el conjunto de normas que regulan la escritura de una lengua*”. “Regras”, “grafia correta”, “gramática normativa”, “*normas que regulan*”..., mas não somente isso. Conforme consta na página V do prólogo à *Ortografía de la Lengua Española* (RAE 1999), para Rosenblat a unidade ortográfica é “*la mayor fuerza aglutinante, unificadora de una amplia comunidad cultural: por debajo de ella pueden convivir sin peligro todas las diferencias dialectales*”. Quiçá nem tão “sem perigo”, mas a ortografia consiste na aceitação dum leque de convenções por parte das usuárias e usuários dum idioma visando a manter a unidade da língua escrita, e, então, da própria língua. Trata-se de *imaginar* (o futuro d) a língua.

Como Anderson (2008) fez no caso das nações, em vez de ao termo “inventar”, usado até a exaustão, recorre-se a “imaginar” também no campo das línguas, pela mudança que implica no aspecto lexical: o foco passa do evento ao processo, ao substituir um item lexical tético por outro atélico. Esta mudança aspectual condiz com a recusa a conceber as línguas como entidades totemizadas, reificadas, que se dá especialmente quando são colocadas umas frente às outras na

tradução, mesmo se reconhecendo a sua instabilidade interna e o seu caráter “imaginado”, semelhante ao das relações de parentesco ou ao das ideias religiosas (como diz Schwarcz 2008:12). Nesse olhar eminentemente cultural, em contraste com visões essencialistas doutras ordens, pode ser de fundamental importância observar, por exemplo, o processo de padronização das línguas, pois as comunidades não se “imaginam” todas da mesma forma; “o que as distingue é o ‘estilo’ como são imaginadas e os recursos de que lançam mão” neste processo (conforme afirma de novo Schwarcz, no mesmo lugar).

Vários são, então, os pontos em que as comunidades imaginadas atendem ao acontecido no passado e, ainda, a muito daquilo que está tendo lugar nos dias de hoje no Brasil, e não só, do ponto de vista do discurso linguístico.

Hoje, no Brasil, o Museu da Língua Portuguesa, “profundamente político” (Anderson 2008:246), como todos os museus, espaço privilegiado da memória, imagina a língua do país; hoje, os mapas dialetológicos e os estudos variacionistas trazem à tona a variação linguística brasileira, tendo suspenso o tempo em boa parte nos anos 1970, donde provém a maioria dos dados do projeto NURC (com o recontato da década de 1990), numa forma que corresponde bem com as comunidades imaginadas. Até a denominação, tão difundida, de Novo (ou novo) Acordo Ortográfico, presente como tal em 114 ocasiões nas mensagens postadas em TRAD-PRT, inclui uma referência a esse “novo” que “significa invariavelmente ‘sucessor’ ou ‘herdeiro’ de algo desaparecido. ‘Novo’ e ‘velho’ estão alinhados diacronicamente”, mas coexistem “sincronicamente, dentro do tempo vazio e homogêneo” da comunidade imaginada (Anderson 2008:256-7).

Do passado brasileiro, teve que ser apagada a memória das línguas indígenas e africanas, e especialmente da “língua geral”; já no presente, o esquecido plurilinguismo brasileiro ecoa na defesa da LIBRAS, a língua de sinais do país. No entanto, da comunidade imaginada brasileira não pôde ser apagado o português, porque a sua negação requereria “apagar justamente aquela ‘memória da independência’, que era essencial manter”, pois ela foi um dos pilares sobre os quais foi concebido o confronto “fratricida” (Anderson 2008:268). No Brasil, a língua não foi tratada “como emblema da condição nacional [*nation-ness*]”, mas como um dos meios pelos quais o país é imaginado (Anderson 2008:189-90), claro que, para isso,

dotada da “pureza” e da “fatalidade” necessárias (Anderson 2008:202), para as quais pode contribuir decisivamente o caráter arbitrário do sistema ortográfico.

Decididamente, o século XX foi o das “reformas” ortográficas em português. Mas não apenas pela complexidade dos processos vividos nesse campo, mas também pela relevância emocional profunda desse código, ainda que para Bagno (2011:372) não faça parte da língua. A história da ortografia da língua portuguesa nesse século carrega um vaivém constante de projetos, de aprovação e adoção mais ou menos vitoriosas, que teve o seu último ponto álgido no Acordo de 1990. Se a ortografia constitui um daqueles pontos das línguas cuja unificação, dizia Cunha (1981:81), “depende de nós” e em relação ao qual entendia que “nossas sugestões podem ser mais facilmente aceitas”, será sobre essa facilidade (ou não) que se observarão neste trabalho as atitudes de tradutoras e tradutores de português, a partir de depoimentos colhidos da *web* e, fundamentalmente, de TRAD-PRT.

A percepção da passagem do tempo sobre o *status quo* ortográfico é retratada em amostras de avaliação linguística explícita, ou higiene verbal (Cameron 1995), que fazem parte das práticas do coletivo que integra a lista desde os seus primeiros anos de funcionamento. As fases da ortografia do português aparecem mapeadas na mensagem 97751 (de 28/06/2003) de modo resumido, numa sequência cronológica que frisa explicitamente a relevância duma definição concreta para esse tipo de fenômenos. Nesse sentido, o listeiro descreve como de “caos” os momentos de anomia ortográfica, que localiza na situação nesse campo até 1906, e de 1934 até 1937.

Do mesmo modo que há tradutores e tradutoras mais inovadores-heréticos junto a outros mais convencionais-conservadores no tocante ao tratamento de marcas linguísticas não padrão, o coletivo praticante do ofício também mostra atitudes diferentes no relativo à ortografia. Por isso, a mensagem que, em tom ponderado, traça um percurso do devir ortográfico do português no século XX recebe uma resposta (97803, de 29/06/2003) que associa diretamente questões dessa ordem com outras que confirmariam, na década de 1990, “o fim da norma culta”. Entre elas, começando pela “abolição da mesóclise”, que encarna no Brasil o mais elevado nível de saudosismo dum passado – escrito – essencialmente perdido, encontram-se de formas claramente estigmatizadas (como a marcação de concordância no advérbio “menos” como “menas”) até “a reformulação da posição dos pronomes átonos”,

objeto de avaliação linguística afável até por parte de discursos da gramatização mais tradicional (Cunha e Cintra 1985). Curiosamente, o autor da mensagem em questão (97803, de 29/06/2003) é o mesmo listeiro que deu início à linha analisada aqui, na seção 3.2.3.

Contudo, já em 06/08/2000, na mensagem 41026, dentre outras, fases que representam estágios da ortografia do português anteriores ao contemporâneo são apresentadas como fenômenos vivenciados por um grupo mais veterano de participantes na lista, que se fazem eco do tom apocalíptico que amiúde acompanha as mudanças nesse campo. Junto às referências ao alegado cataclismo que adviria da sua adoção – como “o fim do mundo. A degradação da língua. A morte da gens lusitana” –, são apontados argumentos racionais a que se recorre na defesa de teses contrárias às mudanças no sistema ortográfico. Enveredam nessa linha a alegada perda da inteligibilidade do código escrito, especialmente após a adoção de formas simplificadoras como as que supuseram a eliminação de acentos diferenciais (como a ocorrida em 1971 ou no próprio Acordo de 1990). De fato, para profissionais como os da tradução, que lidam com a língua em uso, com atos de fala, deveria parecer nítido que não há sentido fora do discurso, pelo qual a princípio escassa relevância propriamente semântica consegue ter um acento diferencial qualquer. O listeiro anterior, na mensagem 91060 (de 09/03/2003), apontará incongruências ortográficas entre os dicionários *Aurélio* e *Houaiss*, “os dois grandes”, destacando, no sentido da mensagem que postara em 2000 (41026), o caso de “forma”:

Quando houve a última reforma ortográfica, caiu o acento diferencial nas paroxítonas (e pouca falta nos fez, a bem dizer). Mas o Aurélio resolveu tomar a lei nas próprias mãos e seu dicionário tem “forma” e “fôrma”, como era antes da reforma. Botou lá uma nota nisso:

[Pl. fôrmas. Cf. forma e formas, de v. formar, e forma, s. f., e pl. formas. Parece-nos inaceitável (não só nesta palavra, mas, talvez, sobretudo nela) a abolição do acento diferencial, decorrente da Lei n.º 5.765, de 18.12.1971, que estabelece alterações no sistema ortográfico de 1943. Considerem-se estes versos de Manuel Bandeira: & Seria inteiramente impossível perceber o sentido da estrofe se não fora o acento diferencial. O mesmo se dirá disto de Martins Fontes: & Veja-se, ainda, Emanuel de Moraes, Manuel Bandeira, pp. 29, 43 (três vezes), 44].

O Houaiss, por sua vez, segue a lei e escreve o substantivo “forma” sem acento¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Na verdade, o *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:916) inclui o verbete “fôrma”, junto com “forma” (com /o/), ao qual atribui as mesmas acepções que àquele, que só são enunciadas no primeiro.

O peso do argumento de autoridade (seja no tocante ao dicionário ou à obra do poeta) virá ser constatado na redação da base IX do Decreto n.º 6.583 de 29/09/2008, que “Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990”, a qual versa:

6º) Assinalam-se com acento circunflexo: (...)

b) Facultativamente, *dêmos* (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (*demos*); *fôrma* (substantivo), distinta de *forma* (substantivo; 3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo *formar*).

Suspende-se, então, o tempo, como, em termos profissionais, o fará a mensagem 217656 (de 25/12/2007), que faz referência à questão do afazer tradutório também num passado/futuro em suspensão:

Se querem unificar os idiomas vamos então todos os latinos retornar ao latim ou que tal o hebraico, ou espanhol, ou então o inglês, sei lá. Aí acaba-se a disputa e ficamos também todos desempregados, ehehe

Não é por acaso, então, que na mensagem 140977 (de 17/01/2005) em que é reproduzida entrevista a Evanildo Bechara, afirma: “Ah, estamos imersos na oralidade. A língua falada varia geograficamente, já a língua-padrão se sobreleva a tudo. Ela é o interlocutor que nos traz o passado, nos conecta ao presente e nos prepara para o futuro”. Trata-se aqui novamente do tempo em suspensão da comunidade imaginada, aquele que permite pedir qualquer sacrifício, pois é nele que assenta a construção da nação.

A considerações sobre ortografia como a reproduzida acima e outras, contrárias ao Acordo (como na mensagem 239354, de 14/04/2009) e mais voltadas para elementos de caráter afetivo, serão acrescentadas, ainda em 17/01/2005 (mensagem 140986), pelo mesmo listeiro de 91060, pontualizações acerca das implicações gerais de ordem econômica para profissionais da tradução das mudanças no campo ortográfico, como as relativas à venda de materiais destinados à divulgação das novas regras, à distribuição de edições de livros conforme a elas, em convivência com versões anteriores, e, ainda, à vida dos próprio agentes da prática tradutória. No tocante a esse coletivo, o listeiro em questão aponta:

Para nós, agora, com memórias de tradução e quejandos, significa que seria de bom alvitre passar o "novo revisor ortográfico" nas memórias e glossários, para atualizar tudo direitinho.

Do ponto de vista estritamente prático, qualquer mudança do código ortográfico tem implicações nítidas na maior parte das modalidades do afazer tradutório. Por isso, pensando nos instrumentos de gramatização, são divulgadas na lista informações acerca da edição de dicionários (mensagem 220033, de 10/03/2008) e vocabulários (mensagem 237290, de 13/03/2009) acordes com as mudanças adotadas, além de ser anunciada a disponibilidade, próxima ou efetiva, de corretores ortográficos (mensagem 236622, de 05/03/2009), e de programas informáticos (mensagem 234694, de 16/01/2009) conformes com o Acordo, úteis todos esses, sem dúvida, de grande valia no ofício. E, naturalmente, é debatido em várias linhas conversacionais o uso correto do hífen, como nas iniciadas em 268130 (de 17/07/2011), ou em 270441 (de 15/09/2011), e em especial em relação aos casos omissos (mensagem 256430, de 08/05/2010).

A bem da verdade, a necessidade de recurso ou não ao hífen é considerada uma dificuldade tradicional da língua portuguesa. Conforme lembra a mensagem 213865 (de 29/11/2007): “As outras crises são passageiras. Fome, passa. Hífen, não”. Não é por acaso que em TRAD-PRT os comentários sobre o assunto vêm desde o primeiro ano de funcionamento (o primeiro deles na mensagem 499, já de 23/10/1998).

O enfoque adotado nas críticas ao uso do hífen terminam convergindo, ainda, com questões que, do ponto de vista da norma, fazem parte dos interesses característicos da comunidade de TRAD-PRT, como o uso do subjuntivo, um dos tópicos da linha estudada na seção 3.2.3. Assim acontece na mensagem 235260 (de 02/02/2009). A atenção pela presença dos tempos verbais do modo subjuntivo se justifica na lista tanto pelo possível influxo do inglês na prática tradutória de profissionais que, consoante se apontou, trabalham com essa língua na sua maior parte, quanto pelo recurso ao indicativo, no vernáculo brasileiro, em casos estigmatizados, como, a modo de exemplo, em “Você quer que eu pego?”, no lugar de “Você quer que eu pegue?”. De fato, embora participantes de TRAD-PRT amiúde se coloquem discursivamente num lugar de fala de poder donde criticam os termos do Acordo, há consciência tanto das implicações para a ética profissional das posições assumidas sobre a adoção ou não do Acordo, quanto das potenciais consequências mercantis duma decisão em contrário. “Num mercado já pouco valorizado e incompreendido muitas vezes, como o da tradução, não seria um diferencial negativo

para o profissional decidir não usar as novas regras?”, conforme questiona a mensagem 237088 (de 10/03/2009). E esse é um dos pontos mais prementes para profissionais do ofício, que, especialmente nesse ano – como nas mensagens 234962 (de 24/01/2009) ou 235810 (de 12/02/2009) – aludem repetidamente à preocupação com as práticas individuais que estão sendo adotadas nessa data por tradutoras e tradutores em relação ao Acordo.

Junto a opiniões relativamente serenas acerca dele, são frequentes os comentários de participantes em TRAD-PRT que focam em aspectos ideológicos relativos às mudanças ortográficas, especialmente expressando desagrado perante o Acordo – e provenientes, não está de mais lembrar, de ambos os lados do Atlântico.

No geral, as avaliações por parte de participantes da lista tendem a refletir que, se dum lado do Atlântico listeiros e listeiros costumam reclamar do “‘carneirismo’ ou indiferença que se notam no Brasil” (mensagem 213646, de 26/11/07), do outro costumam remeter para o fato de que “[t]em muita gente revoltada com a decisão de Portugal de aderir” (mensagem 213643, de 26/11/2007). Retrata-se desse modo a percepção da existência de diferentes reações nacionais no que tange ao Acordo, divergências essas que amiúde implicam debates internos em que os argumentos não cruzam o oceano. Esse fenômeno vem ilustrar a tendência ao isolamento predominante, em termos de diálogo direto, entre os países da Lusofonia, numa falta de interação contra a qual se constitui a própria TRAD-PRT desde a sua página de abertura. Porque, no fim das contas, como afirmara ainda já em 08/08/2003 um listeiro, lapidário (na mensagem 100986, acima mencionada): “O que eu gostaria era de ver mais intercâmbio entre os países lusófonos, de modo que cada um se expressasse ao seu modo, de acordo com a evolução que a língua teve na sua comunidade, mas fosse preservada a inteligibilidade mútua”.

Sobre a recepção entre variedades, apesar de se indicar que “sempre me surpreendeu a generosidade e abertura dos portugueses, que aceitam os programas de televisão nossos (em ‘brasileirês’)” (mensagem 213668, de 27/11/2007), também se menciona na lista a portuguesas e portugueses que afirmam que “não irão ‘abrasileirar’ o português deles se for para baixar a qualidade da língua de Camões” (mensagem 213643, de 26/11/2007).

Ao longo do tempo, aparece em muitas mensagens, é claro, a preocupação com o processo de legalização e implementação da reforma, não só no Brasil e em Portugal, como nos também nos países africanos de língua portuguesa, sobre os quais é mencionada a polêmica ao respeito entre os escritores Agualusa, angolano, e o moçambicano Mia Couto (numa breve linha conversacional que começa em 11/02/2008, na mensagem 218355).

Com base nas implicações para o ofício da tradução, registra-se igualmente interesse pelas mudanças ocorridas em ortografias doutras línguas. Assim, em mensagem de 27/05/2003 começam a aparecer já menções às mudanças na ortografia alemã, como também aparecerão referências à evolução ortográfica noutros sistemas linguísticos (mensagem 244181, de 07/08/2009).

Como é natural, fenômenos paralelos de mudanças ortográficas aconteceram em diversas línguas entre finais do século passado e começos do presente. Em 2010, por exemplo, o espanhol passou por uma fase desse tipo. A ortografia atual dessa língua, como é sabido, coincide essencialmente com a praticada desde 1815. Além de boutades nos campos da intelectualidade e da literatura, houve, ao longo da história do espanhol, propostas alternativas à ortografia acadêmica que conseguiram certa implantação. Assim aconteceu, por exemplo, com a do venezuelano Andrés Bello e do colombiano Juan García del Río em 1832, intitulada *Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar la ortografía en América*, ou com a de Domingo Faustino Sarmiento. Apesar de não terem sido adotadas totalmente, aspectos de ambas foram implantados no Chile, Equador e Costa Rica (Alcaide 2010:115). Em 1927, “*los chilenos, por Decreto del presidente de la República, se ven obligados a utilizar en la enseñanza y en los escritos de carácter no personal la ortografía de la Real Academia Española*” (Serrano 2007). Contudo, a “ortografia chilena” – no tocante aos três traços que sobreviveram, segundo Rosemblat: *rei, jente, estraño* – “*se conservó como una marca de identidad nacional*” até a adoção da ortografia acadêmica “*como homenaje al Día de la Raza*” (Arnoux 2008:175). A partir deste ponto, a visão majoritária tende a conceber a questão ortográfica no espanhol como essencialmente resolvida. Foi apenas com a edição mais recente da Ortografia da Real Academia Espanhola, lançada no ano de 2010, que a polêmica se reacendeu. No entanto, o assunto não mereceu a atenção de participantes de TRAD-PRT, confirmando desse

modo o caráter marginal na lista das vozes de tradutoras e tradutores que não têm, além do português, o inglês como a sua língua majoritária de trabalho.

Ainda que, pelo seu caráter polifônico, listas de discussão como TRAD-PRT contribuam claramente para oferecer um olhar geral no que tange aos juízos avaliativos sobre o Acordo do coletivo da tradução que tem o português como uma das suas línguas de trabalho, a página pessoal de Dias (<http://www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm>), experiente e respeitado tradutor técnico de português, constitui sem dúvida um dos espaços em que mais intensamente é discutido o assunto por esse coletivo, agora com predomínio de vozes portuguesas. Mesmo não tendo enviado postagens a TRAD-PRT, o seu nome é citado em 90 mensagens da lista, inclusive referindo-se às suas posições sobre o Acordo Ortográfico de 1990. Isso acontece em mensagens como a 279740 (de 03/07/2012), a 280444 (de 10/08/2012) ou a 284063 (de 17/01/2013).

Sobre o tema de que se trata, Dias realiza na sua página uma inteligente análise de certas incongruências nas argumentações em favor do Acordo, como o fato de se recorrer a um mesmo argumento em favor e contra, segundo convier, talvez por terem sido construídas *ex post facto*. É isso que acontece quando em certos momentos se justifica a manutenção de determinadas grafias por estarem “consagradas pelo uso”, enquanto noutros se opta por aboli-las embora estejam em uso; ou quando se recorre em ocasiões à etimologia e, noutras, à pronúncia, como base de legitimação das novas soluções:

[M]as o Acordo apenas se refere à língua escrita, e não à língua como é falada! Estranho e enviesado argumento este, já que o Acordo está cheio de referências, exceções e ressalvas ao modo diferente de pronunciar as palavras em Portugal e no Brasil e à sua interacção com o modo de as escrever! Ou, como diz o próprio texto do Acordo, «Não é possível unificar divergências [ortográficas] que assentam em claras diferenças de pronúncia».

Também não há dúvidas de que, em relação ao campo da tradução, a competência de Dias é inegável, nem de que sobre ele está bem informado. Após citar um dos negociadores do Acordo pela parte portuguesa, o professor Malaca Casteleiro, consoante o qual “a língua portuguesa é a única com duas variantes que têm que ser traduzidas nas Nações Unidas”, Dias pontualiza:

NÃO existem nenhuma tradução para português (europeu ou brasileiro) nas Nações Unidas! Porque, simplesmente, o português NÃO é língua oficial das Nações Unidas.

Ponto final. As traduções que forem feitas são exclusivamente da responsabilidade dos respectivos estados e usam, muito naturalmente, a língua por si utilizada...

De fato, seis são as línguas oficiais das Nações Unidas, entre as quais não está o português. No entanto, a partir deste ponto o discurso é dominado pelas paixões, que levam o tradutor até o ponto de afirmar a sua recusa à possibilidade de que o português venha a estar um dia entre elas:

Receio bem que a “expansão” anunciada faça parte da ponta oculta do icebergue dos interesses brasileiros: fazer do português uma língua oficial das Nações Unidas, de braço dado com o desejo e a campanha do Brasil para ocupar um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança. Do português brasileiro, claro está, já que são 180 milhões do lado de lá, e nestas coisas das relações internacionais, o tamanho do território e a contagem das cabeças que nele habitam contam, e muito! E, afinal, deve Portugal apoiar uma candidatura do Brasil a membro permanente do CS da ONU? Deve! Porque isso nos interessa! E deve Portugal apoiar a candidatura do português como língua oficial na ONU? Não! Porque isso não serve os nossos interesses. Chama-se a isto realpolitik, sem qualquer significado maquiavélico do termo.

Inicia-se a partir daqui uma defesa de interesses considerados nacionais, sem tomar em consideração as inconsistências que levantam os dados de que se dispõe. Nessa linha, são feitas denúncias como as seguintes, que afirmam a suposta existência de subordinação constante e sistemática da equipe de negociação portuguesa perante os interesses do Brasil:

Para os que fizeram o acordo ortográfico, o princípio orientador foi simples: quando a ortografia portuguesa é diferente da brasileira, muda-se a ortografia portuguesa no sentido da prática brasileira, MAS quando a ortografia brasileira é diferente da portuguesa, arranja-se uma ortografia facultativa, cujo resultado só pode ser um enorme cabaz de disparates e incongruências ortográficos.

No entanto, a implementação sistemática deste princípio único e absoluto impediria a eventual adoção de soluções ortográficas que já vigerassem em Portugal, mas não no Brasil, como ocorre no caso do trema, consoante o próprio Dias reconhece. Para resolver a sua incongruência, o tradutor, irredutível, atribui o fenômeno a uma alegada limitação da ortografia usada em Portugal:

Por sua vez, na Base XIV suprime-se totalmente (em Portugal desde 1945) o trema, que é pena não se conservar em toda a língua portuguesa. Como explicar a um estrangeiro (por exemplo a um Espanhol, que ainda mantém esse diacrítico na sua língua) se se pronuncia ou não o >u> em quilo e tranquilo, guerra e aguentar, lânguido e linguística?!

Mas o fato de a base da problematização ser assentada noutros pilares diferentes dos até aqui declarados não podia deixar de aparecer. Por isso, tem que se mencionar,

sem adjetivação, a avaliação da variação do português que se infere da leitura das duas últimas frases deste parágrafo:

E, para os que desejam aprender a falar e a escrever português, a solução é muito fácil: pergunte-se-lhes simplesmente que português desejam aprender, por gosto, mania ou razões culturais ou económicas, e ofereça-se-lhes o serviço. Para surpresa e, talvez, horror, dos acordistas, é isso mesmo que fazem, há já muito tempo, as escolas de português para estrangeiros em Portugal: quando um sueco por cá aparece para aprender a falar e a escrever português, porque vai trabalhar para o Brasil, a escola mete-lhe na frente um professor brasileiro! A um italiano que vá trabalhar para Moçambique caberá, naturalmente, um professor português. Simples, fácil e eficiente!

Começa então a ser defendida a situação de *status quo* dos profissionais da tradução de português, que declaram estabelecer um reperto do mercado em função da variedade de trabalho, o qual exige por sua parte um ingente labor de educação de clientes do seu trabalho:

E, afinal, que sabem os acordistas dos debates e das lutas (porque, de “luta” se deve falar) travados pelos tradutores portugueses nas secretárias e nas secretarias das empresas de tradução de todo o mundo pela especificidade, ortográfica, mas não só, de cada uma das versões do português? Nada!

Esta defesa é realizada com base na falta de regulação do mercado brasileiro de tradução:

Que sabem eles da prática corrente de mandar fazer as traduções no Brasil a pataco (segundo os nossos padrões) e contratar depois um tradutor português para fazer a “localização”, a revisão, a adaptação ou a “retradução” para português europeu, a preços, evidentemente muito mais baixos, de revisão? Nada!

⁽³⁾ Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, em 2008, o salário mínimo (piso salarial) para advogados e contadores (i.e., contabilistas) empregados – o escalão mais elevado definido pela Lei Ordinária Estadual n.º 5.168, de 20-12-2007 – é de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), ou seja, EUR 449,00. Como comparação, em Portugal, o Contrato Colectivo de Trabalho para o sector da restauração estipula uma remuneração mínima pecuniária de base de EUR 495,40 (o escalão mais baixo da tabela) para, por exemplo, ajudantes de despenseiro, contínuos e empregados de limpeza.

No entanto, quando se observa minimamente a situação legal das tarifas de tradução nos dois países, percebe-se que, se no lado brasileiro o Sindicato Nacional dos Tradutores (Sintra) em março de 2011 oferecia uma tabela orientativa, em Portugal o Sindicato Nacional de Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes (Snatti) publicou em 21/10/10 uma notícia em que informava:

O SNATTI em 2007/2008 enfrentou uma denuncia na Alta Autoridade da Concorrência (AAC), efectuada pela APAVT Nacional e APVAT Madeira contra a publicação de tabelas de honorários. (...) Desde 1997 que a publicação de tabelas de

honorários é considerada ilegal pela Alta Autoridade da Concorrência e pelas novas leis europeias. (...) Recentemente recebemos o valor da coima aplicada ao SNATTI, pela publicação ilegal de TABELAS DE HONORÁRIOS durante os últimos 9 anos, desde 1997 até 2006.

Para terminar, deve se deixar esclarecido que a posição de Dias, veementemente contrária ao Acordo Ortográfico, não resulta única entre profissionais da prática tradutória de Portugal. Veja-se, por exemplo, o título duma notícia publicada em 18/09/2011 na página da Associação Portuguesa de Tradutores: “Conheça o Acordo Ortográfico e os recursos disponíveis para a sua aplicação”.

Fatalmente, completando o raciocínio, se alguma certeza não têm como não ter tradutoras e tradutores é a de que a língua é variação. No entanto, nos seus depoimentos parece transparecer o fato de não estar tão difundida assim entre o coletivo a consciência da arbitrariedade da ortografia, nem a de que, em relação a este ponto, como a tantos outros, cada língua combina, a cada momento e em diversos graus, tradição e inovação.

A opção por uma ortografia uniforme incita a conceber (ou justifica a vontade de conceber) as línguas como entidades também homogêneas. Igualmente, a indefinição prolongada no que diz respeito às práticas ortográficas deixa a comunidade tradutória numa situação especialmente difícil, sobretudo do ponto de vista prático. “Tempo é dinheiro”, “*el tiempo es oro*”. Ora bem, nunca estará de mais lembrar que as respostas extremas perante a questão ortográfica não derivam apenas das implicações práticas, e econômicas, especialmente diretas e severas no caso do labor de profissionais da tradução, mas da sua relevância na construção identitária ou nacional dos povos.

3.3.4. A passagem do tempo e a variação linguística em TRAD-PRT

Retomando a análise da avaliação da variação linguística do português em TRAD-PRT, agora do ponto de vista diacrônico, resultam comuns as mensagens em que se afirma que a norma culta (entendida como a usada pelas elites) não apresenta um caráter estático, independentemente da posição mais “conservadora” ou “liberal” dos “gramáticos” (mensagem 4245, de 13/01/1999) e “lexicógrafos” (mensagem 15320, de 09/06/1999), coletivo a que se atribui o papel de definidor do padrão (mensagens 31194, de 07/02/2000 e 117845, de 06/04/2004). Contudo, ainda

reconhecendo o estatuto de salva-vidas a uma norma culta supostamente una, ela não pode se furtar aos contextos tensos, entre os quais um dos mais recorrentes nas reflexões sobre língua e tradução: os neologismos. Sobre eles, é dito que “um número relativamente pequeno de pessoas que controla o que o povo vê e ouve. E entre esse número estamos nós, tradutores. Se fizermos boas escolhas no começo evitamos problemas. Se formos preguiçosos, causamos problemas” (mensagem 59488, de 17/04/2001). Problemas, de novo, pelos quais quem é tradicionalmente responsabilizado são os tradutores e as tradutoras.

Na imensa maioria das ocasiões, os debates sobre a adoção ou não de inovações incide sobre unidades terminológicas provenientes de campos de especialidade, onde, certamente, se desenvolve uma grande parte da ação de profissionais do afazer tradutório, pela própria natureza da prática que desempenham. Há, contudo, outros espaços de confronto entre agentes da tradução e o que se pode conceber como variação diacrônica, representada pelo recurso a vocábulos como “presidenta”, por volta do qual serão tecidos intensos debates em TRAD-PRT que se comentam a seguir.

3.3.4.1. Agentes da tradução e “presidentas”: mais higiene verbal em TRAD-PRT

A ascensão de Dilma Rousseff à Presidência do Brasil em 01/01/2011 trouxe até o coletivo da tradução do português, e não só, um debate sobre a forma como seria denominado o cargo ocupado pela primeira mulher presidenta desse país: “presidenta” ou “presidente”. Nesse sentido, a publicação da Lei nº 12.605, de 03/04/2012 pôs de relevo o fato de as línguas serem instituições sociais reguladas que podem se tornar objetos de preocupação social em si mesmas. A presente seção pretende mostrar, pela análise de comentários sobre o tema extraídos da Internet e provenientes de tradutoras e tradutores de português e espanhol, a sensibilidade do coletivo em relação a mudanças linguístico-culturais, refletindo-se sobre essa questão de gênero por constituir uma das pedras de toque atuais da higiene verbal (Cameron 1995) no Brasil.

Língua e sociedade: o espelho de duas caras

É bem conhecida a abordagem axiomática na Sociolinguística segundo a qual a língua é reflexo da sociedade (Cameron 1995:15). Nem esse olhar geral, nem

categorizações (como a de gênero) em que estudos sociolinguísticos organizam a sociedade costumam ser explicados em detalhe por serem considerados como dados de forma apriorística. No entanto, o truísmo segundo o qual a língua “imita” a sociedade pode não explicar como acontecem as transformações no seio daquela. A língua só muda seguindo, e segundo, transformações sociais? Ações individuais podem produzir uma mudança linguística? E ainda, à inversa, poderia uma mudança linguística produzir uma mudança na sociedade?

Nos estudos linguísticos, em 1973 Lakoff (2004, 2010) – pioneira na pesquisa nesse campo voltada para questões de gênero – defendeu que a mudança linguística ocorreria predominantemente no caso de movimentos coletivos espontâneos e vindos de baixo, sem uma intervenção consciente de utentes da língua. É a sociedade que muda a língua, diz Lakoff (2010:29): “é preciso considerar que mudanças sociais geram mudanças linguísticas, e não ao contrário”. As mudanças com chances de alcançar sucesso se dariam, portanto, de forma “natural”, numa evolução que denota a preferência de Lakoff por explicações apolíticas do processo que podem escurecer o entendimento de como acontece, já que “[a]rguments about language use are not between man and nature, they are between groups of people with differing opinions and interests” (Cameron 1995:21-2).

Mais de vinte anos depois dos trabalhos de Lakoff, Cameron (1995) problematizará as relações língua/sociedade, ainda com foco em questões de gênero, mas agora inscritas no que a autora denomina “higiene verbal”. Prática inerente à atividade languageira, com a sua realização, ao mesmo tempo em que incentiva a organização de indivíduos em comunidades ou redes, lhes mune de mecanismos simbólicos para elaborar conflitos outros, como os de gênero, que as pessoas podem relutar a abordar de modo mais direto (Cameron 1995:216-7). Deste modo, problemáticas sociais são elaboradas por meio do “eufemismo linguístico”, o qual permite evitar o tratamento direto pelo recurso a ponderações ditas de caráter linguístico (por exemplo, relativas à origem etimológica dalgum vocábulo objeto de polémica por higiene verbal) ou provenientes, com frequência, do campo da estética.

Então, após deixar para atrás o tabu da ação sobre a língua, pode se observar que, para Cameron (2005),

há ocasiões — esta é uma — em que podemos localizar os passos específicos e concretos que levam a uma mudança observável em algum comportamento linguístico

das pessoas e no próprio sistema. Podemos descobrir quem deu esses passos e quem se opôs a eles. Podemos nos referir a um debate impresso sobre o assunto, examinar os argumentos levantados por ambos os lados.

É nesse sentido que se acompanhará a seguir como, com a ascensão de Dilma Rousseff, a comunidade tradutória que tem o português do Brasil como uma das suas línguas de trabalho se viu imersa num debate colocado pela forma como seria nomeado o cargo máximo da república ocupado pela primeira vez por uma mulher. Embora a problemática já tivesse sido levantada durante a campanha eleitoral – período durante o qual “presidenta” foi usado pela candidata, em especial em intervenções orais em eventos públicos –, e até antes, o celeuma se intensificou após a vitória de Rousseff, cuja posição ilocucionária constituiu “*un intento explícito de desafiar, cuestionar y cambiar el comportamiento individual y la lengua*”, afastando-se, deste modo, do

proyecto neoliberal de cambiar las identidades, los valores y las representaciones (e.g. inculcar la ‘flexibilidad’ y la ‘responsabilidad individual’, o extender las identidades del mercado tales como las de ‘cliente’ o ‘consumidor’, a servicios públicos tales como la educación) [que] se apoya principalmente en el poder *encubierto* de los sistemas (las agencias internacionales, los gobiernos nacionales, los medios, las organizaciones comerciales o las organizaciones de servicios públicos). (Fairclough 2009:7)

Um ano mais tarde, reacendeu o debate a publicação da Lei nº 12.605, de 03/04/2012, um intento de regulação do uso da língua por meio dum mecanismo legislativo que determinou “*o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas*”, alvo de críticas com alto grau de coincidência com as geradas por “presidenta”. Assim, esse intuito implícito de incidir sobre desigualdades sociais agindo sobre a língua¹⁵¹ constituiu mais um elemento que veio se somar a diversas amostras de avaliação linguística presentes em listas e páginas pessoais da Internet, nas quais comunidades de prática de profissionais da tradução do português debatiam sobre a questão. Como se verá, e na linha do que Cameron (2005) aponta, ao acompanhar os argumentos usados a respeito do uso de “presidenta” “é interessante que (...) tendam a ser sobre língua em vez de sobre gênero: não ‘devem as mulheres ser tratadas igualmente’ mas ‘o que significam as palavras e está certo mudá-las’”.

¹⁵¹ Como o põem de relevo as palavras de Eliana Rolim, relatora, na Câmara dos Deputados brasileira, do Projeto de Lei correspondente: “A iniciativa que ora analisamos oferece a oportunidade de se dar mais um passo em direção à mudança dessa realidade e à almejada igualdade de gêneros neste País”.

Antes de proceder à análise, e a modo de molduras, apresentam-se a seguir algumas notas que pretendem, em primeiro lugar, lembrar a inserção na cultura – e na língua – das distinções de gênero; à continuação, traçar um breve panorama do olhar de gênero nos Estudos da Tradução – pois os dados provêm de responsáveis por essa prática –, e, finalmente, acompanhar, em linhas gerais, a fortuna lexicográfica de “presidenta”, em espanhol e português – ao ser a sua dicionarização um dos argumentos a que recorrem com frequência tradutoras e tradutores na avaliação do seu uso.

Homem e mulher: o biológico socialmente construído como gênero

A distinção entre sexo e gênero se encontra delineada na crítica ao pensamento dicotômico que Bourdieu realiza em 1998, quando expõe as suas concepções sobre o masculino e o feminino a partir de pares em oposição, compostos de elementos positivos para os homens e negativos para as mulheres, como já explorando em estudos anteriores por Beauvoir (1970). A classificação de homens e mulheres a partir de características físicas é a matriz geradora da construção sociocultural dos corpos, que se legitima naquela construindo-a previamente como natural e ineludível. No entanto, o biológico é, na verdade, cultural, produto socialmente construído e “*culturally predictable*” (Cameron 1995:166).

O esquema descritivo de Bourdieu (1998:19) não só põe de manifesto a valorização de tarefas, lugares e práticas masculinas, derivada da concepção do masculino como imbuído por uma nobreza essencial, mas também aponta para o fato de ser o gênero uma separação taxativa. A força da estrutura é tão intensa que, ainda quando o indivíduo se julga alheio a ela e à sua determinação, o seu pensamento pode ser apenas um eco do que Bourdieu denomina “ilusão da autonomia”. E, para ultrapassar esse limiar, “[*t*]here is a widespread feeling that it has been necessary to invent a new language to discuss what has been taboo” (Godard 1989:45).

À luz desse pensamento é que se refletirá aqui sobre a polêmica, na comunidade tradutória, em relação ao uso de “presidente” ou “presidenta”, pois se pensa, com Bourdieu (1998:46), que:

longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são *produtos de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os

homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado.

A estrutura do patriarcado, não obstante o simples uso da força pelos machos, foi constituindo-se com o uso da cultura, com as divisões sociais da vida coletiva, para fixar-se nos códigos com uma força e violência simbólicas que se renovam com o passar do tempo.

Estudos de Gênero e Estudos da Tradução: desempenhando gênero em comunidades de prática

Durante 20 anos, desde os anos 1970 até 1990, o desenvolvimento dos Estudos de Gênero e dos da Tradução ocorreu de forma paralela, mas de costas viradas uns para os outros (Bassnett 1992:64). De fato, na Grã Bretanha de finais da década de 1980, por exemplo, as questões de gênero pareciam ainda não ter conseguido se fazer ver entre as editoras, que afirmam não tê-las considerado à época na hora de encomendar traduções (Bassnett 1992:68).

A espoleta para a intersecção entre os campos do Gênero e da Tradução foi deflagrada em 1988 da mão de Godard, com o seu chamado de atenção para a pesquisa sobre a tradução feminista canadense em “*Theorizing Feminist Discourse/Translation*”, mas nem sequer a partir de este ponto parecem ter vingado com intensidade nos Estudos de Tradução pesquisas que considerassem transversalmente as questões de gênero.

De fato, em *Teorias Contemporâneas da Tradução*, Gentzler (2009:241) menciona de forma marginal as contribuições das escritoras do Quebec, passando rapidamente para a discussão da biculturalidade e da tradução pós-colonial, junção essa que constitui precisamente o campo que mais lhe interessa daquilo que designa como “teoria feminista”:

Como as mulheres franco-canadenses e outras bem sabem, existe um elo entre a teoria feminista e a teoria pós-colonial. Talvez a virada mais estimulante para a área dos estudos de tradução seja seu interesse pós-colonial e sua abertura a novas teorias da Ásia, África e América Latina, um movimento conduzido principalmente por mulheres.

De modo semelhante, Albir, em *Traducción y Traductología: introducción a la traductología* (2001:626-30), apenas se refere aos “denominados estudios de género” nas últimas cinco páginas do volume. Nas linhas finais dessa seção, prévias ao

epílogo, a pesquisadora afirma a necessidade do recurso aos *corpora* para recuperar o papel das mulheres na tradução, insistindo nas diferenças sexuais na prática tradutória, quer dizer, “*amparándose en la ‘woman-identified translation’, como si al detectar las regularidades pudieran establecerse formas fijas de traducir como mujer*” (Alvira 2009:410). Alude-se de passagem às marcas de gênero na linguagem e ao seu tratamento em traduções, mas só se menciona de relance a diversidade que ambos assumem nas diversas culturas.

Alvira (2009:422) diagnostica laconicamente o contraste entre a visibilidade de determinadas construções identitárias nos estudos contemporâneos da Tradução, relacionadas a projetos nacionais e pós-coloniais, em comparação com as questões de gênero: “*Parece que ser ‘lo Otro’ –colonizado u hostigado políticamente– pesa más que ser ‘la Otra’ en términos beauvoirianos, para los Estudios de Traducción*”.

Especificamente no caso brasileiro, Schäffer (2010) mostra, em pesquisa desenvolvida com 21 tradutoras, a tensão que subjaz às questões de gênero no coletivo profissional da tradução do país, que se concretiza numa intensa dificuldade de dizer, numa sensação de que faltam as palavras quando as tradutoras participantes no estudo são inquiridas sobre esses temas. Os conflitos para os quais apontam as vacilações e contradições discursivas que pontuam os discursos das participantes na pesquisa em questão são indicativos das resistências que os temas de gênero levantam no coletivo e que produzem uma negativa retórica de posicionamento. Contudo, “apesar de contraditórias e evasivas, as formulações dos sujeitos estão vinculadas, de modo geral, ao discurso feminista e é nessa formação discursiva que elas inscrevem seu discurso, embora o neguem” (Schäffer 2010:266). Mas essas contradições não são exclusivas das tradutoras participantes no estudo.

Tradutoras e tradutores vivem no *entrelugar*, no *in between* (Godard 1989:44), nalgum lugar silenciado entre dois polos, como o feminino (Bassnett 1992:64). Mas com frequência profissionais da tradução que participam dos espaços de interação virtual se opõem radicalmente ao uso do termo “presidenta” em português. Por que essa dificuldade para dialogar com o Outro que está também lá, no *entrelugar*? Por que essa recusa a assumir o direito do Outro à voz? E não só isso: justamente agentes da tradução, negando o direito à voz autoral?

Vai ser observada a seguir, portanto, a forma como desempenham gênero membros de comunidades virtuais de prática tradutória, especialmente de TRAD-PRT. Trata-se, assim, de continuar trazendo o conceito de comunidade de prática – levado em 1992 aos Estudos de Gênero por Eckert e McConnell-Ginet (2010) – para o campo profissional da tradução e os seus espaços de encontro virtuais. Em concreto, serão observados argumentos apresentados nesses espaços de interação por tradutores e tradutoras de português e espanhol para defender ou descartar o termo “presidenta”. As reações perante o feminino “presidenta” podem indicar o quanto é real a divisão sexual do trabalho, que mantém uma estreita ligação com o desigual compartilhamento do poder entre os gêneros, reconhecido historicamente na exclusão das mulheres das esferas de tomada de decisões. Conforme Devreux (2005:567),

no atual estágio dos conhecimentos em Sociologia, (...) a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo podem ser tidas como as três atividades, as três modalidades de expressão das relações sociais de sexo, sem que seja possível dizer que uma delas, em todas as esferas e em todos os momentos de desenvolvimento de uma sociedade, tem precedência sobre as outras duas.

Mais do que uma simples escolha técnica, um ato normativo descolado de pressões e enredos sociais, a disputa pela forma de utilização dessas unidades léxicas alcança os fóruns virtuais, onde os micropoderes são confrontados em maiores ou menores níveis por quem deles participa.

“Presidenta” em espanhol e português: notas lexicográficas

Na apresentação dalguns apontamentos sobre o tratamento lexicográfico que é dado aos verbetes correspondentes a “presidenta” em dicionários de língua espanhola e portuguesa, começa-se por aquela por ter sido, das duas, até onde se conseguiu determinar, a que antes recolheu a palavra.

Em espanhol, o verbete “presidenta” aparece dicionarizado desde a edição de 1803 do *Diccionario Usual de la Real Academia Española*, atribuindo-lhe até a edição de 1869 a seguinte definição, embora com pequenas mudanças ortográficas, de redação e gramaticais: “*La muger del presidente, ó la que manda y preside en alguna comunidad*”. Em 1884, muda-se a ordem das acepções, de forma que se diz: “*La que preside. Mujer del presidente*”.

É essa a sequência que permanece a partir desse ano até a 22ª edição, cabendo ainda destacar a marca de uso “fam.” que é atribuída à segunda das acepções nas edições de 1985 e 1989 do *Diccionario Manual*.

Finalmente, a partir da edição de 1992 do *Diccionario Usual*, “*presidenta*” passa a definir-se como: “*La que preside*. 2. presidente, *cabeza de un gobierno, consejo, tribunal, junta, sociedad, etc.* 3. presidente, *jefa del Estado*. 4. *Fam. Mujer del presidente*”. Na 22ª edição, ocorrem duas mudanças: “*La que preside*” passa a ser referida como “*Mujer que preside*” e a marca “fam.” (abreviatura de familiar) – que tinha sido acrescentada já na terceira edição do *Diccionario Manual*, de 1985 – é substituída por “coloq.” (coloquial).

Sobre a questão, o *Diccionario Panhispánico de Dudas* (2005) afirma:

presidente. ‘Persona que preside algo’ y, en una república, ‘jefe del Estado’. Por su terminación, puede funcionar como común en cuanto al género (*el/la presidente*; → GÉNERO2, 1a y 3c): «*La designación de la presidente interina logró aplacar la tensión*» (*Clarín* [Arg.] 10.2.97); pero el uso mayoritario ha consolidado el femenino específico *presidenta*: «*Tatiana, la presidenta del Comité, no le dejaba el menor espacio*» (ÁlvzGil *Naufrajos* [Cuba 2002]).

Ora bem, esta obra não se limita a recorrer ao critério de “*uso mayoritario*”, ou “*que se prefiere*”, para comentar — na seção do verbete Género² intitulada “*Formación del femenino em profesiones, cargos, títulos o actividades humanas*” — a vida atribulada de certos femininos de “*PROFESIONES, CARGO, TÍTULOS O ACTIVIDADES HUMANAS*”, entre os quais alguns “*sustantivos [que] han desarrollado con cierto éxito un femenino en -a, como es el caso de juez/jueza, aprendiz/aprendiza, concejal/concejala o bedel/bedela*”. Há também uma remissão a questões ditas “*puramente formales –la etimología, la terminación del masculino, etc.*”, que parecem servir de base às normas lá estabelecidas “*atendiendo únicamente a criterios morfológicos*”. São mencionados ainda, mas apenas para descartar a sua consideração na sequência, “*condicionamientos de tipo histórico y sociocultural, en especial el hecho de que se trate o no de profesiones o cargos desempeñados tradicionalmente por mujeres*”. No entanto, sem eles dificilmente se poderá explicar por que nalguns casos há femininos morfológicamente marcados e noutros não, como ilustra o seguinte comentário:

en algunos casos se han generalizado en el uso femeninos en -a, como *cliente, dependienta* o *presidenta*. A veces se usan ambas formas, con matices significativos

diversos: *la gobernante* ('mujer que dirige un país') o *la gobernanta* (en una casa, un hotel o una institución, 'mujer que tiene a su cargo el personal de servicio').

Havendo impedimento gramatical e sendo esse o único argumento, deveriam ser rejeitadas formas como "*clienta, dependienta o presidenta*"; não existindo impedimento gramatical, ou não sendo esse o único argumento, o uso generalizado – de soluções que "*se han generado*", como se diz repetidamente – seria o responsável pela validação dessas formas. Porém, o que é que origina esse uso, ele se dá "espontaneamente", é um "reflexo da sociedade", apenas de "*condicionamientos de tipo histórico y sociocultural, en especial el hecho de que se trate o no de profesiones o cargos desempeñados tradicionalmente por mujeres*"? Pode se afirmar que os "*matices significativos diversos*" começam a ser relevantes não quando se constata, mas quando se assume socialmente a necessidade de frisar a existência de mulheres em determinadas funções, não como cônjuges de homens que as exercem? E, ainda, quem é que assume socialmente essa necessidade?

Essa colocação resulta especialmente relevante quando se comprovam as inconsistências nesses pares. Conforme afirma Alvira (2009:393):

Para "el piloto" se dice "la piloto", pero para "el presidente" ya se dice "la presidenta" (...). Aunque podría argüirse que existen razones de género —sociológicas vinculadas al prestigio, etc. y no estrictamente lingüísticas— para la creación o establecimiento de todos estos pares de palabras, no está del todo claro por qué en unos casos se recurre al uso de neologismos y en otros no. Esta última idea refuerza la *hipótesis del andamiaje sociolingüístico del género gramatical empleado para los agentes*¹⁵² en nuestra lengua, y debilita la remisión a la norma lingüística a la hora de emplear unas u otras opciones, puesto que ni hay coherencia, ni tampoco se ha preocupado nadie de ofrecer un estudio sobre en qué casos se ha impuesto, sin acritud, la norma gramatical y en cuáles ha podido más la potencia del aroma de las palabras.

Como no caso específico de "presidente" e "presidenta" em espanhol, também há acerca doutras línguas, como o inglês, comentários que incidem nesse "*andamiaje sociolingüístico del género gramatical*" enquanto elemento que pode se encontrar por trás da não correlação na difusão do uso – ou na avaliação – de formas marcadas como masculino e feminino. A esse respeito, em 1973 Lakoff (2004:62)¹⁵³ já lembrara que: "*Of course, if we were to have a married woman president, we would not have any name for her husband parallel to First Lady: and why do you suppose that is?*".

¹⁵² O itálico é da que escreve.

¹⁵³ Esse segmento não faz parte do extrato da obra de Lakoff traduzido para o português que foi editado por Ostermann e Fontana (2010). Por esse motivo, cita-se em inglês, pelo original, reeditado em Lakoff (2004).

Passando então à língua portuguesa, e abordando a fortuna lexicográfica de “presidenta”, vale lembrar que o verbete não aparece registrado no Bluteau (1728), nem no Moraes Silva (1789), nem no Silva Pinto (1832). Já em espanhol, conforme foi visto acima, “presidenta” fora dicionarizado na edição de 1803 do DRAE. Desse período interessa ainda frisar que, no Bluteau, pela menção de “homem”, a marca de gênero associada ao vocábulo masculino é bem clara:

PRESIDENTE. O que preside em algum Tribunal. Cabeça de Conselho. O pymeiro dos Conselheiros, ou Juizes. Deve o Presidente ser homem saõ, douto, versado nos negocios concernentes ao seu officio, porque delle dependem resoluções muyto relevantes, & ordinariamente às suas decisoens se remetem os mais.

Na primeira localização dicionarizada em português — extraída da edição de 1913 do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo —, a primeira acepção do vocábulo remete para o cargo exercido por uma mulher, ficando para a segunda a alusão à mulher cõnjuge dum presidente. O verbete, com marca de neologismo, é recolhido como segue: “presidenta *f. Neol.* Mulher que preside. Mulher de um presidente. Cf. Castilho, *Sabichonas*, 128. (Fem. de *presidente*)”.

A mesma referência a Castilho, e à sua tradução de *Le Femmes Savantes*, de Molière, editada em 1872, com uma sequência semelhante de acepções, mas agora sem a marca de neologismo, pode ser encontrada no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de Morais e Silva, na 10ª edição, de 1951:

Presidenta, *s. f.* Mulher que preside: «Em *presidente* Castilho trocou o *e* final em *a* para a formação do feminino: «Mais gratidão lhe devo, imortal *presidenta*» (*Sabichonas*, III, 2)», Mário Barreto, *Novos Estudos*, cap. 5, 77. || Mulher de um presidente: «Dissentimos a que uma senhora se lhe chame *presidenta* por seu esposo exercer a *presidência* de uma instituição», Mário Barreto, *Factos da Língua*, cap. 16, 203.

Outras marcas de estilo que denotam a complexidade da sua avaliação linguística aparecem de forma esporádica, embora sintomática. Nesse sentido, a edição de 1958 do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, descreve o vocábulo como familiar: “PRESIDENTA, *s. f.* (fam.) Mulher que preside; espõsa de um presidente. F. *Presidente*. Já a quarta acepção de “presidenta” na edição de 2001 do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* reza: “4 *p. us.* esposa do presidente”. Aparece marcada, portanto, como pouco usada. Na oitava edição, de 2009, permanece igual.

Também não é única a sequência de acepções encontrada, embora a anterior predomine. Na edição de 1998 do *Michaelis. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, o verbete correspondente reza: “pre.si.den.ta *sf* (*fem* de *presidente*) 1 Esposa do presidente. 2 Mulher que preside”. Porém, esse mesmo verbete “presidente” termina dizendo: “*Fem. presidenta*”.

Finalmente, resta mencionar que o vocábulo faz parte do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP) da Academia Brasileira de Letras (2009).

Na próxima seção, continuando essa discussão se discorrerá sobre como profissionais da tradução do português lidam com o vocábulo “presidenta”, visto, entre outros elementos, o cenário acima apresentado, que contém olhares divergentes dirigidos a ele pela lexicografia no tocante à difusão e à avaliação do seu uso. Para tanto, recorrer-se-á a amostras de higiene verbal provenientes de TRAD-PRT, em que agentes da tradução expõem explicitamente as suas concepções acerca da inserção de “presidenta” nos textos produzidos pela prática tradutória.

Profissionais da tradução do português e “presidenta”: avaliação linguística explícita

Nos “novos espaços de encontro” (Silva 2004:152) gerados pela Internet, como TRAD-PRT, foram reiteradamente reelaboradas as concepções acerca da problemática do uso de “presidenta” por participantes da lista, articuladas em grande medida por volta de pares dicotômicos, numa dinâmica condizente com uma tendência bem característica das reflexões sobre a tradução. Nesse caso em concreto, as contraposições se estabelecem recorrentemente a partir de contrastes organizados por volta de quatro eixos enunciativos¹⁵⁴:

Eixo 1: O INDIVIDUAL (a vontade de alguém, o percurso da mão de protagonistas, a percepção subjetiva e idiossincrásica), versus o COLETIVO (despersonalizado, o uso; institucionalizado, os dicionários; sublimado, a sociedade).

Eixo 2: O INTERIOR DA LÍNGUA (os dicionários, a etimologia), versus o seu EXTERIOR (a sociedade), em que com frequência a segunda predomina, sendo a aquela mero reflexo desta.

¹⁵⁴ Entende-se por “eixo enunciativo” um dispositivo de análise que permite visualizar uma posição homogênea a partir da qual se fala. É constituído de várias enunciações provenientes dum mesmo lugar discursivo (Pfeiffer 2001:169).

Eixo 3: A MUDANÇA LINGUÍSTICA (tudo muda, até a língua), versus a NORMA (em especial, pensada a partir da fortuna lexicográfica e da origem etimológica como padrões de avaliação).

Eixo 4: A constatação do PODER NA ATIVIDADE LINGUAGEIRA, versus a DESIDEOLOGIZAÇÃO da reflexão (encarnada na proibição de alusões à questão partidária).

Reconstrói-se, então, a narrativa de “presidenta” em TRAD-PRT.

Na ocorrência mais antiga localizada na lista de discussão (mensagem 2606, de 09/12/1998), uma tradutora comenta: “Uma mulher na presidência da Confederação Suíça! Hoje Ruth Dreifuss é oficialmente eleita pelo parlamento suíço como presidenta do nosso país por um ano”. Portanto, o primeiro registro no foro remete para a ascensão ao cargo por parte duma mulher, numa menção ainda relativamente aproblemática e anedótica, talvez pela distância, se comparada com o que virá ocorrer posteriormente em relação ao caso da presidenta brasileira. A mesma tradutora, já em 25/01/2007 (mensagem 194576), voltará sobre a questão, agora num discurso cujo elevado grau de modalização – como denotam “acho que”, “(ou presidenta?)”, “deve estar”, “Pelo menos” e “presidentA” – aponta para o fato de a polêmica ter ido se agudizando desde o primeiro registro: “Acho que nossa presidente (ou presidenta?) suíça deve estar sendo chamada de Micheline em português ou Miguelina... :)) Pelo menos ficou-se sabendo que temos uma presidentA agora, se é que o pessoal notou... ;))”.

De 1998 até 2004, predominam em TRAD-PRT usos de “presidenta” naturalizados – sem higiene verbal (mesmo que sujeitos a avaliação linguística) – em português e espanhol, por e/ou em relação a mulheres brasileiras ou nativas de países falantes de espanhol que ocupam esse cargo. Uma única exceção (mensagem 71228, de 23/10/2001) questiona, já exercendo a higiene verbal, se a forma “presidenta” é acorde com a norma culta, pergunta essa que recebe resposta positiva. Neste caso, parece estar implícito o recurso a algum instrumento lexicográfico. O tradutor que responde, nesse mesmo dia, diz sobre a forma “presidenta”: “Pode ser tanto a mulher que preside, quanto a mulher do presidente, a primeira-dama, no caso” (mensagem 71244). O paralelismo com as acepções dicionarizadas acima referidas é evidente.

Em 2004 abre-se a fase de intensa higiene verbal acerca do tema. Fora as séries de mensagens irônicas, também frequentes, muitas são as mensagens em que ocorrem comentários sobre o assunto já em tom sério. Nos pontos em que a unanimidade dá passo ao debate, a crispação se apossa, como não poderia deixar de ser, em “áreas emocionalmente carregadas como aquelas do sexismo e outras formas de comportamento discriminatório” (Lakoff 2010:14).

Assim, em 11 de fevereiro desse ano, com motivo do uso do vocábulo “bacharela”, inicia-se uma narrativa de higiene verbal que já encerra os dois pontos-chave por volta dos quais virá girar a reflexão: a língua como reflexo da sociedade (no sentido de que a segunda faria mudar a primeira, o qual colocaria em questão a possibilidade dum movimento em sentido contrário) e a gramática/etimologia como princípio reitor na avaliação linguística (que deixaria em aberto a questão de se a língua muda ou não). Trata-se dos eixos 2 e 3 de higiene verbal acima referidos.

O primeiro deles é realizado, na mensagem 114215 (de 11/02/2004), como segue:

Tradicionalmente, muitos desses títulos eram só concedidos a homens e o feminino era atributo da esposa do titular. Por exemplo, a embaixatriz é a esposa do embaixador, mas ela própria não tinha cargo. Para os raros casos de mulheres que detinham uma embaixada, usava-se embaixadora.

Já o segundo, centrado nas declinações e não no participio de presente latino nem no usual argumento lexicográfico – como acontecerá noutras muitas intervenções —, está presente, na mesma intervenção, em:

A rigor, os títulos que provêm de nomes da primeira e segunda declinação latina têm feminino próprio (prefeito/prefeita, governador/governadora) porém os que provêm da terceira não mudam (presidente, oficial). Mas a maioria das pessoas já não sabe mais disso e, por isso, aparecem coisas como "presidenta", "sargenta" e o "oficiala", de que a Ana se ria há pouco.

No entanto, a alusão ao registro dicionarizado e à sua relativização como instrumento de avaliação linguística não está ausente desta mesma mensagem, em que se afirma:

Quanto ao Houaiss, o seu dicionário, como todos os dicionários, reflete meras opiniões e não são a palavra de Deus. Bom ter isso sempre em mente. Um dicionário somente incluir aquilo que a equipe de lexicógrafos achou que deveria incluir nele. Veja os dicionários como as araras das lojas de roupas: lotadas de coisas, mas nem tudo aquilo você usaria. Você decide.

Ainda nesta postagem, o uso de “presidenta” – inserido numa tendência que não afetaria exclusivamente a esse vocábulo – é retratado como associado à vontade de “algumas mulheres” (que “querem”, “ferinamente”), embasada na avaliação linguística (“julgando-as depreciativas”), a exemplo/imitação doutros, ou outras (“seguindo o exemplo americano”, mais precisamente, estadunidense), num processo que denota mudança (“na minha juventude”):

Algumas mulheres, recentemente, seguindo o exemplo americano, vêm recusando as formas especificamente femininas de certas palavras, julgando-as depreciativas. Mulheres que escrevem poesia, que, na minha juventude, se intitulavam, com orgulho, poetisas, agora querem ser chamadas “poetas”, querendo, ferinamente, reservar o título de "poetisa" para suas concorrentes. Mas isso faz parte da natureza humana.

Está-se, portanto, constatando a presença do primeiro eixo argumentativo, que contrapõe o individual ao coletivo/social.

Em 13/04/2005, em mais uma linha conversacional, intitulada “arquiteta não existe”, uma voz volta sobre a questão que nos ocupa, afirmando, na mensagem 149146 (de 13/04/2005), que:

Todas as línguas tem particularidades e exceções às ‘regras’, dependendo de estilos, preferências e às vezes até ignorância. Ninguém é isento. Sempre haverá alguém falando e alguém criticando a fala. É a natureza humana e um fenômeno lingüístico que não podemos controlar.

Esse elemento que, conforme se afirma, “não podemos controlar” não consiste só em criticar a fala, concebida como inferior em comparação à escrita, mas também no próprio fato de falar sobre a atividade languageira, como ela é exercida; quer dizer, fazer higiene verbal.

Retomando as palavras do tradutor cuja intervenção, de 13/04/2005, foi antes reproduzida, ele diz: “Muitas poetisas preferem se apresentar como poetas. Quantas presidentes no Brasil não se esquivariam de serem chamadas de presidentas, a forma suposta e tradicionalmente mais correta?” Lembre-se que Dilma Rousseff só subiria à Presidência do Brasil em 01/01/2011.

Modalizando novamente, o tradutor continua: “Às vezes fica interessante utilizar a contrapartida feminina da palavra, às vezes não. Cabe, como deve caber, ao locutor decidir. É só minha opinião.” Portanto, o critério utilizado na avaliação, assim como o tratamento da variação linguística, são apresentados como fenômenos

idiossincrásicos (não de ordem cultural), incidindo no primeiro eixo por volta do qual gira a higiene verbal acerca do tema: a contraposição do individual e o coletivo.

O critério etimológico seguirá aparecendo de forma recorrente nas intervenções recolhidas em TRAD-PRT, mas vale frisar a consciência de mudança linguística que denotam depoimentos como o seguinte, de 17/02/2008 (a 218708), que desenvolve o terceiro eixo de higiene verbal: “A tendência, é, realmente, para usar ‘presidenta’. Mas o tradicional é ‘o presidente’ / ‘a presidente’ (...). Um daqueles mil casos em que a língua está em mudança e um daqueles mil casos em que eu prefiro a forma antiga. Sou meio que latineiro”. No entanto, o critério segue sendo formulado como de caráter eminentemente individual e subjetivo (“eu prefiro”, pois “[s]ou meio latineiro”), na linha do primeiro eixo.

As séries mais longas, com maior número de participantes e uma higiene verbal mais intensa, serão encontradas, é claro, após a eleição de Dilma Rousseff e o assunto ter entrado também na ordem do dia, com o tema presente na mídia brasileira¹⁵⁵. Na lista, em 05/11/2010 (mensagem 261770), um tradutor inicia uma sequência marcada pela ironia, uma de cujas respostas incide nas questões de classe e nas intervenções de gênero sobre a língua (“operárias e operários”), politizando o debate (na linha do eixo 4), ao tempo que retrata a associação língua/sociedade (como indica o segundo eixo): “Vejo que as operárias e operários das palavras estão contentas, contentes e contentos, Agora sim, podemos dizer que não há discriminação de gênero”. Uma tradutora contra-argumenta, voltando o olhar para o interior da língua (mensagem 261771, de 07/11/2010): “Bom... ninguém discute que o feminino de juiz é JUÍZA, mas ninguém diz que ela fica FELIZA... A Língua Portuguesa está longe de ser uma ciência exata...”. A réplica a essa resposta passa, então, a frisar a avaliação linguística, saindo da mera reflexão sobre o sistema linguístico para enveredar rumo à norma, na linha do eixo 3:

Concordo plenamente que comparar palavras não seja o método ideal de determinar a existência (ou não) de palavras. Mas digo e repito, "presidenta" é de doer os ouvidos. Lembra "di menor" ou "seje". Aliás "seje" deve ser o "pretérito menos que perfeito" do subjuntivo :))) Desculpe, é sinceramente o que acho e sinto.

¹⁵⁵ A vigência do tema pode ser aqui visualizada pela publicação do jornal *Folha de São Paulo*, que já em 04/11/2010 trazia o tema ao debate, como se observa no artigo “A presidente, a presidenta”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0411201004.htm>. Acesso em 03/05/2015.

Ainda explorando o eixo 3, a proscricção da mudança vinda de baixo, da posição desautorizada, é a característica mais saliente da intervenção com que a série de mensagens termina (mensagem 261923, de 10/11/2010): “A burrificação do português do BR está de doer! É incrível a capacidade que o povo, cada vez mais ignorante, tem de fazer a língua involuir”.

Mais uma linha conversacional, esta bem mais longa, inicia-a a mensagem 263730 em 09/11/2011, data em que é reproduzida uma matéria publicada pelo jornal *O Globo* sob o título: “Dilma escolhe mulher para tradutora”. A passagem para o assunto que se comenta aqui, o uso de “presidenta”, é efetuada traçando uma ponte com a tradução. A tradutora que reproduz a matéria no foro, respondendo a uma pergunta em que um colega questiona o caráter de tradutora ou intérprete da selecionada, afirma: “Talvez intérprete... da Presidenta...”

No mesmo dia, o título da mensagem que abre a série em questão é substituído por “Questão de gênero - Era: Dilma escolhe mulher para tradutora” na postagem 263737, frase em cujo final é mencionado o título original. Agora, além da clássica legitimação do uso de “presidenta” pela via da autoridade lexicográfica, presente de forma recorrente em postagens que se sucedem ao longo dos anos, parecerá um paralelismo com o tratamento do vocábulo em espanhol, que ilustra como a prática tradutória é uma força que intervém, de forma consabida, na mudança linguística:

a premiadíssima autora nicaraguense Gioconda Belli em "El país de las mujeres" também usa o termo "presidenta" (em espanhol criou-se a mesma polêmica que em português, embora o RAE e o Fundéu admitam esta forma) e o livro, que abre com um capítulo intitulado "La presidenta" foi premiado na Espanha e não vi ninguém negar-lhe o prêmio ou dizer que o livro era ruim por usar o termo. Até onde sei, "El país de las mujeres" vai ser traduzido ao português e a tradutora vai manter o termo...

No entanto, a inserção da problemática levantada pelo uso de “presidenta”, além de ser abordada do ponto de vista do contato entre culturas e da leitura do Outro que implica a prática tradutória, é colocada explicitamente em relação às questões de gênero, embora ainda do ponto de vista da língua como espelho da sociedade (correspondente ao primeiro eixo de higiene verbal sobre o tema): a língua segue a sociedade (imita e é cronologicamente posterior à existência dos fenômenos que retrata), não a constrói. Diz uma tradutora, ainda em 09/01/2011 na mensagem 263731:

A ironia de suas palavras encerra uma discussão muito válida no que diz respeito às formas e à discussão de gênero. Para além dos rigorismos gramaticais vigentes, que, como é do conhecimento de todos/as, reproduzem as relações de poder que de que a própria linguagem é uma inexorável perpetuadora, a discussão acerca do uso da palavra "presidenta" merece pública e respeitosa consideração. Neste sentido, resgato as palavras de uma interessante entrevista com Pilar del Río, presidenta da Fundação José Saramago: “[...] Só os ignorantes é que me chamam *presidente*. A palavra não existia porque não havia a função, agora que existe a função há a palavra que denomina a função. As línguas estão aí para mostrar a realidade e não para a esconder de acordo com a ideologia dominante, como aconteceu até agora. *Presidenta*, porque sou mulher e sou presidenta”.

Sobre relações de poder na língua, recolhidas no eixo 4, envolvendo a confusão ou pontos de vistas distintos sobre a luta feminista por igualdade e os seus objetivos, e em resposta a um colega, a tradutora anterior pontuará mais tarde (mensagem 263740, de 09/01/2011):

De forma alguma acredito que a argumentação de Pilar del Río seja “machista ao contrário”, já que não implicam nenhum ônus ao gênero masculino. Conforme amplamente conhecido, não só pelos linguistas, mas também por inúmeros outros especialistas, as relações de poder são inexoráveis em todas as relações humanas. A contribuição inestimável de Michel Foucault neste campo deve ser recordada quando ele se refere às relações de poder em sua obra *Microfísica do poder*. O poder, desta forma, não é um objeto que possa ser retido, senão um emaranhado de relações das quais somos partícipes o tempo inteiro. Desta forma, não é possível qualificar as relações de poder como “más” ou “ruins”, mas como um fato cujas repercussões devemos analisar em todos os campos, inclusive na linguagem.

Já acerca das colocações de índole gramatical, projetando-as sobre as de poder, afirma, na mesma postagem:

Devo discordar dos exemplos colocados por você, já que a discussão não se dá sobre todas as palavras que terminam em "ente", mas sobre os substantivos que se referem a ocupações cuja preponderância histórica masculina nunca antes havia gerado discussão sobre a forma que deve ser adotada no feminino. Quando você se refere ao “perfeito uso da língua” contido em “o/a presidente”, está utilizando um critério asséptico e formalista que, empregado na realidade social contemporânea, é muito discutível. Além disso, do ponto de vista morfológico, a forma “presidenta” é totalmente aceitável em português. Não há impedimento ontológico ou morfológico para o uso de “presidenta”, senão ideológico.

Nessa mensagem, o nível de elaboração argumentativa é vinculado explicitamente por esta tradutora com o seu trabalho em país de língua espanhola (“Em espanhol, como tradutora do idioma e residente em país governado por uma presidenta há mais tempo, venho acompanhando esta questão e posso afirmar que a discussão sobre o assunto está ficando cada vez mais saldada”), mas também com o

seu amadurecimento no que diz respeito à reflexão sobre a presença das relações de poder na prática tradutória:

Como profissionais da língua, devemos ter consciência das complexas relações semânticas e de poder que permeiam cada termo que utilizamos. Não podemos fechar os olhos para esta realidade, adotando critérios formalistas cuja pretensão é ser assépticos e imparciais, mas que são ideológicos como quaisquer outros.

Em 19/01/2011, outro tradutor explorará as implicações da atividade tradutória no sentido dum fazer que, pela sua natureza, dificulta uma fuga a determinadas perguntas, numa mensagem (a 263912) com que se encerra mais uma série de intervenções iniciada no dia 18:

É interessante observar que o argumento feminista tanto pode reivindicar o uso do feminino das palavras quanto justamente, pelo contrário, insistir na utilização de uma forma neutra de dois gêneros (independentemente da família linguística da falante). (...) Na Holanda, país que leva o feminismo a sério, dificilmente uma 'Secretária de Estado' seria uma 'staatssecretaresse'. E muitas feministas alemãs se opõem à utilização de 'Ingenieurin' em vez de 'Ingenieur' para indicar uma mulher engenheira porque acham que isso é uma forma derivada, portanto 'secundária'. As feministas espanholas, por sua vez, querem alterar as regras gramaticais que determinam a regência do masculino no plural (um homem + uma mulher são 'eles') porque isso segundo elas é algo que promove a submissão das mulheres. A grande tendência, portanto, não parece ser tanto a reivindicação do feminino da Dilma mas sim a regência da neutralidade.

A postagem que abre a linha conversacional anterior incide inicialmente no argumento etimológico, trazido por uma mensagem proveniente doutra lista, mas vale salientar ainda o destaque das implicações políticas do questionamento colocado (“Fim da citação e perdoem-me pelo explícito conteúdo político do exemplo fornecido. Sou apolítico”), descartadas em prol do “objetivo único e exclusivo de ilustrar com certa criatividade a inadequação do uso de ‘presidenta’” (ambos segmentos, na mensagem 263877, de 18/01/2011). Ao invés de assumir uma linha prescritiva, o binarismo do certo/errado, este tradutor insere o seu discurso no argumento da “inadequação” relativista, tão cara aos estudos linguísticos e tradutológicos, concebida como eufemismo de incorreto por Cameron (1995:234), pois: “*As with correct, appropriate is nothing if not normative*”.

Da colocação alienada em relação às relações de poder [“O que decide a questão é o senso linguístico dos falantes (e falantas?) nativos da língua e a medida em que certos neologismos ficam ou não ficam aceitos por eles e incorporados no idioma”, em 263881, de 18/01/2011], esta série de postagens avança em direção a leituras que

tomam em consideração o devir linguístico e a recepção tardia de unidades léxicas nos dicionários, acerca dos quais se diz que: “Ninguém fica muito preocupado com eles, porque estes acabam, sempre, incorporando à Língua as transformações oferecidas pela Linguagem, por aquilo que se torna usual. E aqui, me desculpem os nobres especialistas, não será diferente” (mensagem 19/01/2011, de 263906).

Depois de pontualizar a impossibilidade cronológica de Dilma Rousseff ter criado algum neologismo (pela presença dicionarizada de “presidenta”), e partindo da pressuposição de que a língua não se regula (ou de que quem a regula deve ter autorização para isso), outro tradutor – na mensagem 263908, de 19/01/2011 – defende o uso do vocábulo argumentando se tratar apenas duma postura de foro interno (na linha do eixo 1):

Dilma quer “presidenta” - não significa que ela regula a língua ou que usar “presidente” para ela é incorreto, mas significa que é indelicado, da mesma forma como alguém que - digamos - não goste de ver seu nome sendo usado no diminutivo. Ela também não está tentando regular a língua, e sim declarando uma preferência pessoal. Então qual é o problema?

Essa leitura do uso de “presidenta” como uma mera extravagância, uma boutade individual, é superada por posições críticas ao inseri-la na utilização da língua para fins políticos, em afirmações que concretizam o quarto eixo, do tipo: “Essa coisa ridícula de bajulação e do politicamente correto só mesmo ridicularizando” (mensagem 266389), ou “a opção da atual pessoa ocupando o cargo maior do nosso Executivo pela forma presidenta é uma opção de marketing político” (mensagem 266393), ou ainda “o uso de presidenta - tanto em espanhol (tem um comentário interessante na página do FUNDEU) quanto em português – é estratégico!” (mensagem 266398, todas três de 03/05/2011)

Aliás, uma última ponderação, em mensagem postada em 19/01/2011 (a 263908), sintetiza a força de todas estas dinâmicas de higiene verbal e a sua relevância para agentes da prática tradutória:

Fazer analogias com “estudanta” é indigno de nós e de nossa profissão, pois sabemos que e por que “presidenta” é aceito e “estudanta” não é: o falante quis assim, e quis assim antes das eleições de 2010. Sabemos que Dilma não está pedindo nenhum neologismo, e, com certeza, sabemos analisar o discurso para saber o que é uma imposição gramatical e o que é um pedido de uso (“Paulinho é um uso errado da língua” vs. “não me chame de Paulinho, não gosto de diminutivo usado comigo”) Nós SABEMOS disso. Sabemos que e por que “presidenta” é aceito na gramática normativa

e na descritiva. Sabemos que e por que analogias com “estudenta” são erradas. Nós SABEMOS. Nós VIVEMOS DE SABER ESSE TIPO DE COISA

Já em 2012, a publicação da Lei nº 12.605, de três de abril desse ano, veio reacender a polêmica, embora tardiamente. Só em 29/07/2012, a mensagem 280180 dará início a uma linha conversacional intitulada “INFO Fwd: Lei 12.605: profissão e graus com flexão de gênero”, a qual, a partir de setembro, será seguida por mais uma série, agora sob o título original de “presidenta? Prof. Pasquale” (mensagem 281843, de 18/09/2012). O dispositivo legal em questão versa sobre “o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas” e, portanto, é de aplicação apenas na emissão de comprovantes de titulação por instituições de ensino. Contudo, em que pese a sua abrangência limitada, o fato de as línguas serem instituições reguladas se encontra na base das séries de postagens que realizam higiene verbal, as quais vão encaminhando o debate rumo ao uso geral de femininos, não restrito ao âmbito da certificação acadêmica e, especificamente, ao vocábulo “presidenta”.

Como afirma Cameron (1995:134) no tocante a uma pesquisa acerca das crenças que norteiam a avaliação positiva na higiene verbal sobre guias de linguagem não sexista, a civilidade é o elemento com maior força consensual, pela falta de implicações macro e a restrição ao nível do conflito individual: “*The first of these beliefs is that public language should be civil, i. e. it should not give offence to actual and potential addressees*”. Nesse sentido, no que diz respeito à Lei 12.605/2012, um tradutor afirma em 29 de julho desse ano, com alto grau de modalização, na mensagem 280184:

A meu ver, o ideal seria a obrigação de seguir a solicitação do diplomado em termos de gênero. O que não acho correto é obrigar uma mulher ter diploma como médicO ou advogadO contra a vontade dela, da mesma forma que um homem de medicA ou advogadA. Deveria haver um formulário para os formandos e formandas indicarem o gênero de seu próprio diploma.

Ainda na mesma mensagem, outro argumento de convergência acerca da avaliação de “presidenta” aparece encadeado com o anterior, quando o tradutor diz: “Se um homem homossexual optar por advogadA ou uma mulher homossexual optar por advogadO, o problema é só deles caso tenham problemas como futuros profissionais.” Trata-se de “[*t*]he second commonplace belief about language: (...) the highest value to which language-users can aspire is accuracy (also known as ‘clarity’

or 'transparency') in communicating meanings from one person to another” (Cameron 1995:135). O terceiro princípio de confluência quanto à avaliação positiva de linguagem não sexista que aponta Cameron (1995:136) aparece diluído ao longo da mensagem anterior: “*A third principle to which the guidelines appeal is fairness or parity — the notion that if you have two groups, they should receive identical or at least parallel treatment*”.

Será com a segunda das séries antes citadas que o debate decai em TRAD-PRT, depois de ter subido de tom ao se encaminhar na direção de conflitos de ordem político-partidária.

Ao longo das mensagens, a celeuma discorre através dos quatro eixos argumentativos de higiene verbal por volta de “presidenta”, incidindo, em especial, na sua fortuna lexicográfica, no tom pejorativo do sufixo -ento/-enta e no questionamento acerca de que detém a autoridade sobre a língua. E é esse elemento que conecta, do ponto de vista argumentativo, com uma politização do debate levada agora intensamente no sentido partidário.

No tocante ao percurso lexicográfico, um tradutor afirma em 26/09/2012 (na mensagem 282178), consoante pesquisa realizada pelas lexicógrafas Marina Baird Ferreira e Renata de Cássia Menezes da Silva¹⁵⁶: “O primeiro uso registrado do termo ‘presidenta’ foi em 1872. O termo foi dicionarizado em 1925”. Na verdade, como se viu na seção 4 deste trabalho, a primeira inserção dicionarizada em português que foi localizada provém já da edição de 1913 do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo, em verbete marcado como neologismo.

Acerca da conotação atribuída ao sufixo, mensagem 282143 de 25/09/2012 aponta: “Soa mal, claro, o sufixo ‘-ento(a)’, como vimos, não sei se vocês viram no link que mandei, tem uma função ‘pejorativizadora’”. Neste caso, o argumento de autoridade remete para um trabalho apresentado no X Congresso Nacional de Linguística e Filologia, de 2006, sob o título “O pejorativo na sufixação: proposta descritivo-pedagógica para o português L2” e da autoria de Bruno de Andrade

¹⁵⁶ O texto pode ser consultado em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/presidenta-existe-na-lingua-portuguesa-d/esde-1872/n1597210547562.html>. Acesso em: 01/05/2013.

Rodrigues¹⁵⁷, no qual, por certo, não se menciona “presidenta”. Nesta ocasião, a postagem será respondida no mesmo dia com um comentário que individualiza a avaliação linguística, num movimento que, dentro do eixo 1 de higiene verbal, contrasta claramente com a pesquisa sociolinguística mais tradicional¹⁵⁸. A mensagem (282135, de 25/09/2012) diz: “Particularmente, não me vem à cabeça um pejorativo quando ouço ou leio ‘presidenta’, mas eu entendo que isso é um traço meu, e que será perfeitamente natural se tal pejorativo vier à cabeça de outras pessoas”.

No dia seguinte, 26/09/2012, os embates prosseguem, desta vez com foco no eixo 4, ao levantar a problemática ligada às relações de poder no concernente à língua. Nessa data, um tradutor frisa, na mensagem 282179: “não cabe aos legisladores legislar sobre questões idiomáticas. Não é da alçada deles!” Fica em aberto, no entanto, a explicitação de quem são, então, aqueles que detêm o poder de legislar sobre a língua para esse tradutor, o qual tinha sido questionado ao respeito diretamente por outro colega no dia anterior, na postagem 282110: “Se Pasquale não é autoridade (e até concordo que não seja), cabe a você explicar por que as pesquisadoras que citei não são - e apresentar alguém que SEJA autoridade defendendo o SEU ponto de vista”. As pesquisadoras a que se alude são Marina Baird Ferreira e Renata de Cássia Menezes da Silva, acima citadas.

Sobre o habitual recurso a especialistas em Linguística nesse ponto, Cameron (1995:229) lembra um comentário em que Ferdinand de Saussure estaria “*presumably alluding to the danger of an expert monopoly when he remarked that language was too broad a subject and too important for society as a whole to be left entirely to linguistics*”. De fato, continua Cameron (1995:229), “*the popular image of linguistics is one of people who believe, for reasons totally obscure to most outsiders, that in the use of language, ‘anything goes’*”.

E é a esse “vale tudo” para retratar o isolamento do social que tradicionalmente caracterizou grande parte da pesquisa linguística moderna, projetado para o campo do afazer tradutório, que remetem comentários como o seguinte, de 25/09/2012 (em 282110):

¹⁵⁷ O trabalho faz parte das atas do congresso, iniciativa de Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que estão disponíveis em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/4/11.htm>. Acesso em: 01/05/2013.

¹⁵⁸ Segundo já foi mencionado, Labov (2011:287) destacou a avaliação linguística, e não o uso, como foco para o qual convergem quem compõe a comunidade de fala.

Somos tradutores, e, em tese, somos profissionais. Assim sendo, também em tese, colocamos aquilo com que trabalhamos, a linguagem, acima de considerações políticas e ideológicas.

Ainda o mesmo tradutor, no dia seguinte (mensagem 282178):

Essa discussão é política e apenas política, e é uma VERGONHA o fato de que profissionais da língua que deveriam tratá-la de uma forma decente tentem violar o sistema com o qual trabalham com suas raivinhas partidárias. É UMA VERGONHA ver um PROFISSIONAL se rebaixando a esse papel ridículo de tentar alterar uma regra linguística de CENTO E QUARENTA ANOS apenas porque o candidato X ou Y perdeu as eleições!

Na encruzilhada em que se dá a (con) fusão dos campos do político e do partidário, como a cisão do ideológico e o linguístico, a constatação do poder na atividade languageira – que remete para o eixo 4 da higiene verbal sobre “presidenta” – conduz a reações viscerais em TRAD-PRT que incentivam uma possível despolitização da reflexão (encarnada na proibição de alusões à questão partidária), coincidente com dinâmicas como as que serão vistas numa segunda fonte do mundo virtual que se apresenta a seguir.

Do mesmo modo que as maiores séries de trocas de mensagens em TRAD-PRT se iniciam em novembro de 2010, depois da eleição de Dilma Rousseff, é nesse momento que tende a se dar a abordagem do tema noutras páginas de agentes da tradução, como acontece em “Tradutor Profissional” (<http://www.tradutorprofissional.com/>), página já mencionada da autoria de Danilo Nogueira, Kelli Semolini e Raquel Schaitza. No dia 1º de novembro desse ano, Nogueira posta uma mensagem em que, além de demarcar as regras do jogo que regulam as interações nesse espaço — e que se inserem no quarto eixo de higiene verbal quando relacionadas à(s) língua(s) — (“Aqui não se fala de política partidária. Não tenho nada contra discussões políticas, simplesmente acho que aqui não é o lugar”), aponta quais podem ser, do seu ponto de vista, os parâmetros passíveis de serem aplicados para determinar “*o que é certo?*”: “Pode-se recorrer à etimologia, à analogia ou ao uso”.

As respostas recebidas ao texto inicial tendem a frisar formas de higiene verbal em que a avaliação linguística foca o elemento estético e conotativo, pejorativo, associado ao uso de “presidenta”: “me irrita”, “tem um quê de pejorativo”, “é muito estranho”. Desenvolve-se, portanto, o eixo 1, que, coerentemente com essa linha de

argumentação, também se realiza quando uma tradutora aponta, sobre o uso do vocábulo “presidenta”: “acho que isso devia ser deixado ao gosto de cada um”.

No dia 5 de novembro, mais uma mensagem explora as limitações da etimologia como instrumento exclusivo de avaliação linguística, na linha do eixo 2, transitando ainda por outras línguas românicas. No fim das contas, as línguas mudam, apesar da mitificação das suas origens.

A etimologia pode ser uma ferramenta perigosa na mão de incautos. (...) Se for para levar tudo a ferro e a fogo, teríamos de dizer ‘contento’ e ‘contenta’ em português, exatamente como se faz em espanhol e italiano, pois o nosso ‘contente’ invariável vem do adjetivo latino ‘contentus, -a, -um’. (...) Por que os PhDs em morfologia latina não implicam com a INFANTA Carlota Joaquina ou com a malvada GOVERNANTA de Rebecca ou, quem sabe, com a SUPERIORA do mosteiro das irmãs carmelitas descalças?

Em 25/03/2011 aparece mais uma explicitação, indireta, do caráter necessário da higiene verbal, em mais um comentário que recorre, novamente, à ideia de adequação (sob a forma de “apropriado”), evitando a de correção, para fazer avaliação linguística explícita:

Concordo que “presidente” é mais apropriado, mas que “presidenta” é perfeitamente admissível (não devendo ser considerada uma expressão errada), pelas razões expostas por vários dos comentaristas acima, e em face da natureza da gramática. Só não concordo que o assunto não deva ser discutido. Tudo pode ser discutido por mais banal que pareça, uma vez que é sempre motivo para exercitar o pensamento.

Em 24 de maio do mesmo ano, o eixo 1 de higiene verbal se concretiza no seguinte depoimento: “No meu ponto de vista essa é mais uma forma das mulheres quererem mudar as coisas”. E esse primeiro eixo é conectado com o quarto na seguinte intervenção, de 27/09/2011:

tudo inútil, para todos os que não sejam hierarquicamente subordinados (em termos de cargo/emprego/função) à Presidente Dilma. Ela decide como quer ser chamada para os que dela dependem, como subordinados. O esmagador restante do povo (mesmo os que votaram nela) nada tem a ver com isso. É um absurdo supormos que ela ordena ser chamada assim.

Para encerrar esta seleção de dados retirados de espaços em que têm lugar encontros virtuais de membros da comunidade tradutória do português, recorre-se ao blogue “Traducciones en Portugués”, de Sonia Mella (<http://www.traducirportugues.com.ar/>), que, em 20/01/2011, oferece uma pequena

seleção de reflexões sobre a questão, tomadas doutros sites, como o blogue Jornal de Caruaru (<http://jornaldecaruaru.wordpress.com/>). Nesse último diz:

Na Argentina, houve discussão semelhante quando Cristina Kirchner se apresentou como candidata. Com a resistência ao uso da palavra *presidenta* pelos meios de comunicação, ela bradou em um discurso como queria ser chamada se eleita.

– *Presidenta!* Comecem a se acostumar. *Presidentaaa...* e não *presidente!* – disse, esticando a letra *a*.

Após a posse, Cristina rejeitou documentos da Casa Rosada que continham a palavra *presidente* ao invés de *presidenta*, exigindo correção e nova impressão. Atualmente, jornais como *La Nación* e *Clarín* usam a versão pedida pela *presidenta*. No Chile, a primeira mulher a chegar ao cargo máximo do país, Michelle Bachelet, era chamada de *presidenta* nos jornais *El Mercurio* e *La Tercera*, entre os mais importantes.

Esse último fragmento vem ilustrar o modo como o contato com o Outro que implica a tradução constrói pontes pelas quais transitam e nas quais são feitas identidades. No fim das contas, não está demais lembrar que a ocorrência mais antiga de “*presidenta*” localizada em TRAD-PRT (de 09/12/1998), dois meses após a sua entrada em funcionamento, já apontava para a ascensão duma mulher, Ruth Dreifuss, à presidência da Confederação Suíça.

A título de recapitulação

Em especial desde a década de 1970, com o avanço das chamadas teorias pós-modernas, e com a fragmentação dos movimentos sociais e a sua inclusão, sobretudo, no campo das ciências humanas, a questão de gênero começou a ocupar mais espaço nas discussões acadêmicas. A abordagem frequente e numerosa de trabalhos nesse campo, no entanto, não se apresentou à mesma maneira na área dos Estudos da Tradução, em parte pela recente constituição destes como um campo acadêmico no Brasil, e, também, no exterior. Da mesma forma, o debate sobre o tema ocorreu movido por fatos políticos recentes na América Latina, como é a ocupação do cargo de mandatária máxima da nação por uma mulher no caso do Chile, da Argentina e do Brasil. Somando-se a esses elementos, agrega-se o avanço da Internet, que propiciou a geração de espaços virtuais de encontro de profissionais da tradução de língua portuguesa, como TRAD-PRT, onde se debatem temas relativamente recentes, de forma quase que simultânea aos acontecimentos.

O conjunto destes elementos forneceu fontes para a construção da análise de amostras de higiene verbal relacionadas ao uso de “*presidenta*”. Em concreto, o conflito relativo ao uso do vocábulo articula-se entre tradutoras e tradutores por volta

de formas de higiene verbal que, conforme foi visto, podem ser organizadas em quatro eixos. Neles são contrapostos, respectivamente, os seguintes pares: individual/coletivo, interior/exterior da língua, mudança linguística/norma e poder na atividade linguageira/desideologização.

No entanto, e embora com argumentos divergentes, as polêmicas acompanhadas até aqui também giram em boa medida por volta duma única questão: o recurso à língua “para não falar de”, como eufemismo associado a interesses considerados espúrios pela sua associação com fatores extralinguísticos. Embora arriscando um olhar um tanto quanto maniqueísta, pode-se afirmar que tanto quem é a favor quanto contra o uso de “presidenta” em português parece defender que há um uso da língua em que ela serve como procedimento de evitação, para não explicitar objetivos ocultos ou lidar com conflitos diversos dos declarados de modo explícito. Assim, se se culpabiliza em determinadas ocasiões a participantes dos espaços estudados de recorrer à autoridade lexicográfica ou à etimologia para fugir da discussão de questões de gênero, noutras se acusa de propor (ou de aceitar) o uso de “presidenta” por mero marketing político ou interesse pessoal.

Já o pano de fundo dos debates remete para a discussão sobre a possibilidade e a legitimidade, ou não, de se incidir sobre desigualdades sociais agindo sobre a língua (aqui, pelo recurso ao vocábulo “presidenta”). Talvez a saída do impasse implique reconhecer, com Fairclough (2009:11) uma forma moderada de “*constructivismo social*”,

que reconoce que los discursos pueden construir y reconstruir las prácticas sociales, las estructuras sociales y la vida social, pero también reconoce que no hay garantías de que estos efectos constructivos se realicen – la sedimentación de las instituciones y los *habitus* de las personas pueden volverlos resistentes.

De fato, as relações de influência mútua entre mudanças linguísticas e realidade social são existentes, porém dificilmente quantificáveis. Os vínculos entre higiene verbal e senso comum existem, pois ela é encontrada a todo o momento no saber consensual, tanto influenciando socialmente a “realidade”, como, principalmente, sendo modificada por esta, com uma relação de mútua influência. Por isso, estabelecer as dinâmicas dessa relação, reconhecer pontualmente modificações, os seus motivos e os seus efeitos torna a descrição mais exata, com uma conclusão detalhada, um desafio ao campo dos estudos linguísticos.

No caso da negação da palavra “presidenta”, da sua possibilidade de uso, seja qual for o motivo, ou da defesa da sua legitimidade, tanto as discussões nos meios especializados como os discursos de cidadãos e cidadãs alheias à discussão acadêmica reforçam o coro do senso comum, mas sem deixar de apresentar um conhecimento próprio e relevante nas relações aqui estudadas. Assim, parece necessário ter em mente “*una perspectiva equilibrada de la importancia de la lengua en el cambio social (...) que evite tanto el vanguardismo lingüístico como el rechazo de cuestiones acerca de la lengua como algo trivial*” (Fairclough 2009:15), especialmente porque se alguma coisa põe de manifesto o estudo da higiene verbal é que as questões linguísticas não são consideradas, de modo algum, triviais por utentes das línguas. A competência linguística parece legitimar até certo ponto a qualquer falante a discorrer sobre questões inerentes aos seus usos e formas. E dentro desse coletivo, alguns nichos profissionais como o tradutório, pela própria natureza do ofício, apresentam uma aguda sensibilidade em relação a mudanças linguístico-culturais, que, não por acaso, mesmo incidindo em área tabu – pelas suas conotações ideológicas –, são acompanhadas e debatidas por agentes dessa prática ao longo dos anos nos novos locais de encontro que a Internet oferece, como TRAD-PRT.

3.3.5. Retomando discursos construídos pela Comunidade de Prática: o consagrado, o tabu e preconceito linguístico em TRAD-PRT

O panorama traçado até este ponto ilustra o fato de que, muito embora participantes de TRAD-PRT mencionam fenômenos linguísticos que pretendem avaliar do ponto de vista da “norma objetiva” (de como as coisas são ditas, polemizando especialmente sobre elementos de ordem gramatical), os seus discursos estão intensamente impregnados, como não poderia deixar de ser, pela “norma subjetiva” (o valor que é atribuído a como as coisas são ditas). Dentro da configuração contemporânea no Brasil da “norma subjetiva”, deve destacar-se o papel que exercem ideias como as retratadas pelo termo preconceito linguístico, difundido no Brasil pelo linguista e tradutor Marcos Bagno a partir da publicação em 1999 de *Preconceito linguístico: o que é como se faz*, obra que, entre outras do autor, pode ter produzido impacto nas gerações mais recentes de estudantes de Letras no país. Esse termo remete para a falta de distinção operada no Brasil entre língua e norma padrão,

fato que gera, afirma Bagno, uma das maneiras mais perversas e excludentes de discriminação social.

A recepção das concepções propostas nesse volume se faz presente em TRAD-PRT de forma explícita já desde 2001, pelo recurso ao termo “preconceito linguístico” em 54 ocasiões. As primeiras ocorrências estão ligadas a uma linha conversacional que começa com a mensagem 59925 (de 24/04/2001), intitulada “OFF TOPIC Desafio à lista”, a qual se destina a colocar a questão da tradução de gírias em letras de *funk* carioca, tratando, então, de dois fenômenos estigmatizados: um atinente à variação linguística e outro, às manifestações musicais. A primeira alusão à avaliação linguística aparece no seguinte comentário da postagem 59927 (de 24/04/2001): “Vamos deixar essa vergonha nacional no reles português em que ela se encontra”, porque musicalmente, como na língua, “há limite para tudo” (59933, de 24/04/2001), indicando um descontentamento duplo quanto à letra e à música em questão.

Será apontando o cruzamento entre música e língua que se iniciam os comentários explícitos sobre o preconceito linguístico na mensagem 59967, de 24/04/2001, em que o novo tópico abordado origina uma mudança de título, deixando clara a centralidade do tema nessa discussão. Agora: “OFF TOPIC: O desafio do Rodrigo e o preconceito lingüístico. Era: OFF TOPIC sobre o funk...” Nela diz: “Sempre considerei que os tradutores e/ou intérpretes devem tomar muito cuidado para não criar preconceitos lingüísticos e acredito que, talvez, v. possa compreender essa questão muito melhor do que aqueles que trabalham apenas com a língua escrita”. Não há na mensagem anterior uma definição de “preconceito linguístico”, o que pode apontar tanto para certa transparência do termo, quanto para o fato de a sua popularização ser já notada no momento da sua postagem, em 2001. Lembre-se que o volume de Bagno é lançado ao mercado editorial brasileiro em 1999.

As reações mais duras aos assuntos abordados na linha são representadas pela mensagem 59996, de 24/04/2001, agora sob o título “Preconceito lingüístico NÃO (Era: OFF TOPIC sobre o funk...), em que um listeiro, músico profissional, aponta: “Não quero mais nem pensar nesse assunto, porque é um dos pontos que me toca profundamente no meio de tanta sujeira que infelizmente há nesta terra que poderia ser linda”. Observe-se as maiúsculas do NÃO que aparece no título, o qual na Internet significa grito, reforçadas pelo novo “Não” que aparece na seção do corpo da mensagem acima reproduzido. Até onde a virulência da posição derivada da crítica ao

funk carioca ou à língua/cultura é também um dos desencadeadores da dureza da reação, que combina “sujeira” e “beleza”? Isso porque, após essa mensagem, a sequência de tópicos abordados na linha conversacional deriva para a responsabilidade de agentes da prática tradutória enquanto mediação cultural, associando *funk* carioca e ideologia, discussão bastante comum na sociedade brasileira atual, que determinaria a existência de dois grupos, a modo de metáfora da ética tradutória: “os ‘do Tigrão’ e os ‘sem Tigrão’”, onde, para os primeiros, contrariamente aos segundos, “tudo tem direito a ser traduzido” (mensagem 60024, de 25/04/2001). Observe-se ainda que, já desde a postagem 59996 (de 24/04/2001), os assuntos abordados deixaram de ser considerados OFF TOPIC, como ilustra a retirada dessa categoria dos títulos das mensagens. Deduz-se daí que os temas tratados na linha não são mais caracterizados como marginais à prática tradutória, mas concebidos como questões que fazem parte, na opinião de quem os discute, do escopo de TRAD-PRT e cuja repercussão não é menor, mas essencial, para profissionais da tradução.

Virá a recolocar na discussão a variação linguística a mensagem 60036, de 25/04/2001, em que consta: “do ponto de vista do tradutor, qualquer registro é igualmente válido e digno de atenção. Quanto a ACEITAR uma tradução, o problema é outro”. E é nesse sentido que o termo “preconceito linguístico” reaparecerá posteriormente na lista, já como assunto que pode estar sendo tabuízado.

A primeira mensagem em que o tema é localizado após 2001, a 130257 (de 05/09/2004), na qual é reproduzido um texto ponderando consequências discursivas das denúncias de preconceito linguístico, não recebe ratificação por participantes da lista. Já as postagens 227781 (de 17/09/2008) e 237200 (de 12/03/2009), ambas do mesmo listeiro, recorrem a ele como bordão que legitima a inserção no discurso de formas estigmatizadas, justificando o fato de serem mencionadas por sê-lo “(sem preconceito linguístico)” e “Sem qualquer preconceito linguístico”, respectivamente. É da sua autoria também a mensagem 263741 (de 10/01/2011), em que, contestando o uso do vocábulo “presidenta”, as suas posições são expostas com mais detalhe, com o qual vem contribuir ao estudo sobre o assunto, legitimando a questão: “Estudei o que é e sou a favor de não termos preconceitos linguísticos, mas isto se aplica exclusivamente à língua falada e à liberdade poética na língua escrita!”. A apropriação do conceito de “preconceito linguístico” conduz, assim, à legitimação de

interpretações divergentes das de Bagno, que, em defesa do uso em português de “presidenta”, foram expostas em veículos da mídia brasileira em 11/1/2011¹⁵⁹ e, ainda, em 05/08/2013¹⁶⁰.

Finalmente, se a mensagem 245231 (de 27/08/2009) atribui “preconceito linguístico” ao privilégio dum geoleto brasileiro sobre os outros (na linha de Bagno 1999:62), do mesmo participante de TRAD-PRT mencionado no parágrafo anterior são as postagens 239267 (de 12/04/2009), 263086 (de 12/12/2010) e 292859 (de 22/04/2014), nas quais, de novo num uso contrastante com as concepções de Bagno (2012:21¹⁶¹), “preconceito linguístico” é atribuído à percepção como irreconciliáveis numa única língua de variedades no seio do domínio lusófono. Na última das mensagens anteriores, por exemplo, aponta que: “Após ter morado e trabalhado em(para) Portugal por mais de sete anos, acho que a tendência é cada vez mais o povo lusófono unir-se em torno da sua língua materna e abandonar qualquer resquício de preconceito linguístico”. Essa mensagem é sim ratificada e inserida numa linha conversacional maior, composta de mensagens alinhadas com ela. Vozes discordantes se calam, num momento, 2014, em que muitas já se calaram em TRAD-PRT, conforme indica a queda no volume de postagens à lista comentada no começo deste capítulo.

Não houve alinhamento noutra das linhas conversacionais em que está presente o termo. O grau de confronto entre participantes da lista ao discutir o tema leva a encerrar a primeira delas enviando as trocas para TRAD-DEBATE, lista destinada a atender assuntos não permitidos em TRAD-PRT, na mensagem 238779 (de 02/04/2009). Já na linha iniciada pela mensagem 266684 (de 14/05/2011) se polariza a tensão entre linguistas e não linguistas. Essa linha deriva dos questionamentos a uma postagem¹⁶² do blogue de Reinaldo Azevedo, colunista da revista *Veja*, contrária a propostas didáticas extraídas dum livro de português para escolas públicas brasileiras que defendem a abordagem das variantes linguísticas estigmatizadas do

¹⁵⁹ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/presidenta-sim>. Acesso em: 15/03/2015.

¹⁶⁰ Disponível em: <http://www.ilheus24h.com.br/v1/2013/08/05/a-lingua-a-mulher-e-a-presidenta/>. Acesso em: 15/03/2015.

¹⁶¹ A *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (Bagno 2012:21) é construída a partir da “decisão política” de “considerar o português brasileiro como uma língua plena e autônoma (e não como uma ‘variedade’ do português europeu), dentro de um grupo de línguas que vou chamar aqui de *portugalego*”.

¹⁶² Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente/>. Acesso em: 15/03/2015.

português para turmas de Educação de Jovens e Adultos¹⁶³ (EJA). Sobre esse assunto se gerou toda uma série de debates à época, dos quais se fizeram eco membros da comunidade de TRAD-PRT. Durante uma linha conversacional iniciada pela mensagem 266684, o grupo que constrói a sua identidade com base na sua formação em Linguística é representado por dois participantes da lista, os quais assumem explicitamente esse como sendo o seu lugar de fala: “Agora vocês vão me desculpar. Vou dar meu palpite como linguista” (266734, de 15/05/2011), num dos casos; no outro (266794, de 18/05/2011), o texto diz:

Nos últimos dias, esperei que algum colega linguista entrasse em defesa da classe, porque, sinceramente, após ler tantas manifestações equivocadas ou mesmo preconceituosas (e não estou falando ainda de “preconceito linguístico”), não acredito que minha resposta surtirá algum efeito. Em resposta a seu chamado, no entanto, decidi responder.

Neste caso, as trocas são encerradas quando, em 266813 (de 18/05/2011), outro listeiro dá a entender que considera prolixo e confuso o autor da postagem anterior (“o pessoal de humanas”), com o qual a interlocução se dá por concluída.

As contradições internas perceptíveis na comunidade da lista são reflexo das perspectivas diversas de profissionais que, com origens acadêmicas e vitais também diferentes, se reúnem em TRAD-PRT. Nessa comunidade de prática virtual, os debates tecidos sobre a situação sociolinguística do português do Brasil podem ser organizados considerando os dois processos que agem nos fenômenos de mudança linguística e que se refletem no nível de conflitividade da situação de padronização: um deles exercido de cima para baixo e centrado na consciência de falantes duma língua (relativo a um padrão institucionalizado que define quais as formas prestigiadas, marcando a relação entre a norma padrão e a norma culta) e outro, que age de baixo para cima ou de dentro para fora, o qual difunde uma variante dentro dum grupo social, com frequência um mecanismo de afirmação de identidade cultural do grupo que a propala.

Em TRAD-PRT, e no que tange ao primeiro processo, ainda tentando contrapor norma culta e padrão, vozes discrepantes com a distinção e outras menos conscientes

¹⁶³ A publicação está destinada, então, a ser adotada numa modalidade específica da educação básica destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e ensino médio dentro da faixa etária à qual esses níveis educativos estão a princípio adscritos. Em geral essa modalidade de ensino é ofertada no turno noturno, pois quem estuda nela são na sua maioria trabalhadores ou trabalhadoras.

dela não aceitam a organização dessas duas categorias, fato que influi sobre a avaliação da variação. Também nem sempre os listeiros assumem a heterogeneidade/flexibilidade como característica da norma padrão encontrada nas obras da gramatização do português que servem como referência no Brasil, às vezes com marcadas diferenças ideológicas entre elas e caracterizadas pelo destaque na tensão entre oralidade e escrita, em especial, como se viu, a partir do ano 2000.

Sobre o segundo dos processos, os debates se organizam na lista por volta de questionamentos como a existência ou não de identidades linguísticas ligadas a geoletos – como a carioca ou a paulista –, e a sua avaliação, ou também ao redor doutros elementos com maior saliência sociolinguística na atualidade, como o Acordo Ortográfico de 1990 e o uso do vocábulo “presidenta”.

Em linhas gerais, é possível afirmar que o discurso hegemônico na lista brinca perante a variação linguística e a sua avaliação, mas volta sobre ela uma e outra vez por resultar essencial no afazer tradutório. Trata-se de discorrer sobre a língua, fundamentalmente da língua em tradução e, portanto, sobre a natureza da atividade languageira e do discurso traduzido nas suas implicações ideológicas, éticas e políticas – assumam-se ou não. E, ainda não sendo permitido nesse foro, as ideias sobre NORMA que encarnam os juízos avaliativos sobre a variação linguística do coletivo de TRAD-PRT tocam – possivelmente sem se perceber – no âmbito do sagrado, do separado, do tabu, mediante o recurso, habitual na lista, a vocábulos de origem religiosa, como os da família léxica de (CON)SAGR-. Nessas formas léxicas se vê representada a vontade da comunidade tradutória – guardiã das línguas –, de preservar intocadas as separações, as taxonomias, se nota o desejo de manutenção das categorias puras, das dicotomias intocadas, de dotar a língua – sempre em mudança – dum ideal de estabilidade, até na tradução.

Através dum eco do sagrado se lida com os neologismos: eles, que constituem o maior problema na relação de agentes da tradução com as línguas do ponto de vista de Benedetti seria resolvido pelo recurso àquelas que tradutoras e tradutores de TRAD-PRT costumam denominar traduções “consagradas”. Como já foi visto, também foram descritos desse modo, por participantes em *Conversas com tradutores* (Benedetti e Sobral 2003:36, 74), “jargão” e “termos”, o que implica recorrer, para retratar práticas tradutórias, a um vocábulo de origem religiosa, em ocasiões criticamente marcado no volume anterior, quer pelo uso entre aspas, quer pela

denúncia explícita dessa ressignificação. Deste modo, lembre-se, um dos profissionais que participou dessa publicação e que também faz parte da lista questiona diretamente o uso de “consagrado” no contexto tradutório: “A Fé e os Dogmas cabem melhor dentro de um contexto de religiosidade” (Benedetti e Sobral 2003:81).

De fato, surpreende a frequência com que termos dessa família léxica são registrados em TRAD-PRT se contrastada com a escassez das ocorrências nos textos acadêmicos da área dos Estudos da Tradução. Assim, por exemplo, o Google acadêmico devolve, em 28/04/2015, 134 ocorrências de “tradução consagrada” em português do Brasil e 51 de “traduções consagradas”. A imensa maioria, contudo, não provém de publicações enquadráveis nos Estudos da Tradução, apesar dos ecos do universo religioso na história da tradução enquanto prática. Inclusive, procede lembrar que também o pensamento do linguista a que, como se viu no capítulo 2, é atribuída uma das primeiras documentações do termo Sociolinguística – Eugene Nida – se encontra intensamente imbricado com o campo da religião. Pastor evangélico, a sua publicação com maior repercussão nos Estudos da Tradução, *Towards a Science of Translating* (1968), “tornou-se a ‘Bíblia’ não só para a tradução da Bíblia, mas para a teoria da tradução em geral” (Gentzler 2009:72). Nela incorpora uma versão simplificada da dicotomia chomskiana que distingue entre estrutura profunda e superficial, e das suas relações através de regras transformacionais, para dotar dum arcabouço teórico “científico” a reflexões sobre a tradução bíblica permeadas por uma vontade evangelizadora relacionada “com o *evento* da transferência do poder da palavra” (Nida 1960:224 *apud* Gentzler 2009:80).

Observando em TRAD-PRT as ocorrências detectadas nesse campo, vale destacar que há duas vertentes no que tange à aplicação de termos da família léxica de (CON)SAGR-:

a) Uma que associa o seu uso ao critério de correção, em dois sentidos contrapostos: se alguns registros parecem insinuar que se trata da tradução “correta”, ou, pelo menos, duma das possíveis frente a outras erradas (Garrão e Dias 2001:170), outros, pelo contrário, associam as traduções consagradas com erros fossilizados. É o que fazem Aubert e Tagnin (2004:176), reconhecidos representantes dos Estudos da Tradução no Brasil, que, definindo-os como mostras de “tradutês”, os entendem no texto acima mencionado apenas como:

soluções encontradas e, paulatinamente, cristalizadas pela praxe dos tradutores públicos, mesmo em situações que não envolvam diretamente a operação tradutória ou que exijam apenas uma operação tradutória não-oficial. Tome-se como exemplo a tradução consagrada do “sócio-quotista” brasileiro por “quotaholder”, em vez do seu equivalente mais próximo em inglês, “shareholder” (Aubert e Tagnin 2004:166).

Esse conflito de concepções pode estar atrelado à origem profissional de utentes do termo: se agentes da tradução como quem participa de TRAD-PRT interpretam “tradução consagrada” no sentido de correta, o mundo acadêmico voltado para essa área desqualifica dito uso, talvez como o faz por extensão com praticantes do ofício sem legitimação acadêmica.

b) Junto a essa abordagem, outra adscrive a tradução que denomina “consagrada” ao campo da publicação – tradução consagrada é aquela que foi publicada (Pereira e Stella 2008:154) –, fundamentalmente quando a sua autoria correspondeu a agentes da tradução ou da escrita literária também objeto de consagração (Freire 2006:427, Paulo 2012, com cinco ocorrências ao longo do texto).

É neste segundo bloco que destaca uma publicação em que o termo “tradução consagrada” deixa de ser um elemento em grande medida conjuntural – cujo uso, por infrequente, pode até ter passado despercebido – para se converter em essencial à proposta do texto. Trata-se da tese de doutorado de Barbosa (2012) intitulada *Em busca da tradução consagrada de Mario Quintana*.

Barbosa (2012:148-9) entende “tradução consagrada” como aquela que “alcança um valor único” num processo que a converte na “tradução imortal ou definitiva”. Entre as instâncias do campo da produção literária que cooperam para consagrar traduções estão incluídas a equipe editorial – que define a presença ou não do nome da tradutora ou do tradutor na capa –, o aparelho da crítica e, igualmente, as traduções posteriores, que vêm confirmar o caráter definitivo das traduções consagradas pelos embates que textos e responsáveis mantêm, às vezes explicitamente, com elas.

Das 6684 palavras diferentes usadas em Barbosa (2012), o concordanciador AntConc informa de que, da família léxica de (CON)SAGR-, “consagração” é a de maior aparição no texto acima, com 93 ocorrências. É, ainda, a 53ª palavra mais frequente no córpus.

Figura 4: Índice de frequência de “consagração” em Barbosa (2012) segundo o concordanciador AntConc

Rank	Freq	Word	Lemma Word Form(s)
43	116	entre	
44	113	obra	
45	111	foi	
46	109	busca	
47	109	seu	
48	103	francês	
49	103	ser	
50	100	autor	
51	100	tradutores	
52	99	original	
53	98	língua	
54	93	consagração	
55	91	relação	
56	88	também	
57	88	texto	
58	87	Assim	
59	86	Editora	
60	84	autores	
61	84	Mário	
62	84	perdido	
63	82	Brasil	
64	80	nos	
65	80	pelo	
66	79	Py	
67	78	posição	
68	71	literária	
69	69	sobre	

Nessa família léxica, o seguinte item com frequência de aparição mais elevada é “consagrada” (36 ocorrências), seguido por “consagrados” (21 ocorrências), “consagrado” (16 ocorrências), “consagra” e “consagrar” (8 ocorrências), “consagradores” (6 ocorrências), “consagradas” (5 ocorrências), “CONSAGRAÇÃO” (4 ocorrências), “CONSAGRADA”, “consagram” (3 ocorrências), “consagrador” (2 ocorrências), “consagrada”, “consagraram”, e também o francês “*consacrée*” (todos com uma ocorrência). Isso totaliza 205 ocorrências de termos da família léxica no *cópus* em questão.

O gráfico a seguir mostra a distribuição das 93 ocorrências do vocábulo “consagração” mediante as linhas verticais – que indicam a localização ao longo do texto, apontando para uma presença que se prolonga de modo insistente no volume por ser esse mesmo o foco: o processo de consagração *duma* tradução *duma* obra literária.

Figura 5: Gráfico de distribuição de ocorrências de “consagração” em Barbosa (2012) segundo o concordanciador AntConc

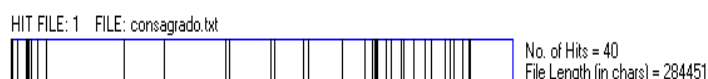


O *cluster* mais habitual de que “consagração” forma parte é “consagração da tradução”, localizado no *cópus* em dez ocasiões, cifra bem afastada das duas ocorrências de “consagração de Quintana” e “consagração do tradutor”,

respectivamente. Isso aponta para o fato de no centro da análise se encontrar o processo, não o sujeito.

Já as 36 ocorrências de “consagrada” tendem a aparecer concentradas no começo e no final do texto, com uma presença que se prolonga, contudo, em menor grau por todo o texto.

Figura 6: Gráfico de distribuição de ocorrências de “consagrada” em Barbosa (2012) segundo o concordanciador AntConc



Na grande maioria dos casos, os *clusters* compostos por “consagrada” aparecem acompanhados por “tradução” e, apenas esporadicamente, por “posição”. O foco parece residir aqui na concepção da tradução enquanto produto textual e não no *status* a que pode ser elevado pelo processo de consagração: o duma “posição consagrada”.

Conforme visto até aqui, o caráter – positivo ou negativo – dos termos da família léxica de (CON)SAGR- não é questão pacífica no domínio da reflexão sobre a tradução em ambientes acadêmicos devotados sobre ela. Já no caso de agentes da tradução que participam de TRAD-PRT, pelo menos de quem, dentro do coletivo, recorre a esses termos, o seu valor raramente é polêmico, independentemente do alvo da consagração: as línguas, as obras, as grafias, os usos, os coloquialismos, os termos, as formas vernáculas, a academia, as pronúncias. Vejamos o que dizem a esse respeito participantes da lista:

Tabela 20: Exemplos da família léxica de (CON)SAGR- em TRAD-PRT

Mensagem	
59536	A moral da história é manjadíssima: quem manda na língua são os ignorantes e fim de papo. O chamado "erudito" passa a vida estudando o que a plebe rude e ignara consagrou sem nunca ter precisado estudar para isso. A linguagem tosca de hoje é a norma culta de amanhã. Torço para essa cruzada, mas como torço no futebol: torço porque é o meu time do coração, não porque acho que vá ganhar.
67835	Com 3008 páginas e 228500 verbetes que consumiram dez anos de trabalho, surge o dicionário Houaiss, uma prova de força da língua portuguesa Com curiosidades, segredos garimpados em centenas de obras

	<p>consagradas e uma pesquisa histórica profunda que datou a entrada de quase todas as palavras no idioma, o novo dicionário vai brigar pela posição de a maior autoridade da língua pátria, a sétima do mundo, com 200 milhões de falantes, à frente do japonês, francês e alemão.</p> <p>Os "empréstimos" de palavras estrangeiras, longe de empobrecer, tornam a língua hospedeira mais abrangente e culta. A tecnologia de ponta trouxe manuais, apostilas, cursos e termos que consagram o inglês a ponto de hoje ele ser falado por 1 bilhão de pessoas, na maioria bilíngües.</p>
72043	a maioria dos entendidos tem tecido duríssimas críticas e esse tipo de grafia está muitooooo longe de estar consagrado na língua.
83992	Reconheça-se que a frase sem o pronome estaria correta, mas o uso do se com verbos no infinitivo anda tão consagrado na língua culta brasileira (na construção "como era de se esperar", por exemplo) que, segundo alguns estudiosos, supérfluo mesmo é condená-lo.
132914	A norma é usar uma linguagem a mais coloquial possível, mas sem descuidar das regras gramaticais. Usa-se, via de regra, um português coloquial mas nem por isso menos correto. Mesmo assim, coloquialismos consagrados pelo uso, tais como "pra" e "tá", devem se usados com muito critério, respeitando sempre a ambientação.
170555	Anos atrás ao traduzir manuais de equipamentos de ponta, eu pensava, "meu Deus, o que eu usar nessa tradução pode ser o termo que vai se consagrar aqui no Brasil".
192595	Gostei da solução "odontoscópica", e também foi bom ver que mais de um listeiro se preocupou com a forma vernácula consagrada .
210152	Existe uma norma formal, culta, mas ela se constitui no uso real da língua pelas pessoas consideradas "cultas", sejam escritores, jornalistas, acadêmicos consagrados . O que tenho visto nesta lista é justamente um embate entre essas duas visões. De um lado, os que aceitam as tendências (inexoráveis?) da língua; de outro, os que não "possuem" essa mesma visão
235807	O Houaiss adota as duas pronúncias, a oxítone como norma culta e a paroxítone consagrada pelo uso, mesmo entre os médicos.

Casos há em TRAD-PRT, entretanto, nos quais é recolhido um uso pejorativo do termo, bem menos habitual, em que o criticado parece ser solução tradutória escolhida e não o *status* de "consagração" em si, como na primeira das mensagens abaixo, além dalguns exemplos, como na segunda delas, onde se faz presente a recusa a reconhecer uma correção emanada do caráter de "consagrado":

Tabela 21: Exemplos da família léxica de (CON)SAGR- com conotação pejorativa em TRAD-PRT

93498	1) Traduções "literais" Eu creio que em sua maioria esse tipo de tradução começa com o pessoal técnico envolvido que, por algum motivo qualquer, não encontra um termo apropriado no idioma de destino. Aí, fica consagrado .
93468	O hábito, o consagrado e o arraigado também não justificam nada.

Segundo se lembrou acima, os contactos do discurso de participantes de TRAD-PRT com o sagrado, pelo menos na origem, também são verificados no tocante ao termo TABU. Na lista, das 676 ocorrências detectadas pelo buscador, a imensa maioria está ligada ao vocábulo “tabular” e à sua família léxica, pelo qual no respondem ao campo semântico que interessa aqui. Há, contudo, amostras de usos que, de modos diversos, se voltam para o termo “tabu”. Classificados atendendo ao seu foco, são os seguintes:

a) A tradução de “**taboo**”. Essa colocação inicia uma linha conversacional a partir duma pergunta (na mensagem 201902, de 08/05/2007) que questiona como traduzir para o português a expressão “*do’s and taboos*”, no contexto reproduzido à continuação:

Culture is like an iceberg (...). The tip of the iceberg is easy to see. It includes the visible aspects and the *do’s and taboos* of working in another culture. The remaining huge chunk of the iceberg hidden below the surface include the invisible aspects of a culture, such as the values, traditions, and experiences and behaviours.

Como acontece com “norma”, nas soluções tradutórias propostas para “taboo” convivem, até certo ponto, as ideias de prescrição e de descrição, apesar de na maior parte das ocasiões o primeiro sentido ser o atribuído aqui ao termo e o expresso pela tradução. No primeiro caso, as mensagens da linha em questão propõem como tradução para “taboo”, respectivamente: “regras e tabus” (201905, de 08/05/2007), “aceitos e proibidos” (201907, de 08/05/2007), “o que se pode fazer e o que a cultura considera tabu” (201908, de 08/05/2007), “o que se deve e o que não se deve fazer” (201909, de 08/05/2007) e “do permitido e do proibido” (201917, de 08/05/2007). Já a tradução da mensagem 201979, de 09/05/2007, deixa espaço para uma interpretação mais ligada a uma descrição de usos, conforme é possível apontar por causa do par com que aparece combinado neste caso o termo “tabu”: “costumes”. A ampliação semântica de “tabu” é insinuada aqui pela sua contraposição a “costume”, no qual também convivem uma acepção ligada a frequência – “hábito” – com outra associada

com o campo da prescrição. Pela definição de Abbagnano (2000:218), por exemplo, o verbete “costume” apresenta duas acepções:

1. O mesmo que *hábito* (v.). 2. No sentido sociológico, qualquer atitude, esquema ou projeto de comportamento que seja compartilhado por vários membros de um grupo. (...) Na linguagem contemporânea, com o termo C[OSTUME] designam-se os usos (*folkways*), as convenções e comportamentos moralmente prescritos [*mores* (...)], que se distinguem pelas diferentes intensidades das sanções que os reforçam.

b) O tabu do **sexo**. Como é bem sabido, campos como o sexual se encontram entre aqueles cuja adscrição ao tabu é mais recorrente na cultura ocidental. Nesse sentido há em TRAD-PRT alusões ao tabu sexual fora das questões tradutórias, como nas mensagens 104174 (de 19/09/2003) e 253878 (de 09/03/2010), na qual, acerca da denominada “circuncisão feminina” se afirma: “No meu país esse é um tabu. Mas preciso falar”. Sobre o tabu, então, não se fala, e as próprias designações dos elementos tabuizados são evitadas num processo de propagação de associações semânticas capaz de afetar a um número cada vez maior de unidades léxicas. Deste modo, a mensagem 111879 (de 07/01/2004) diz: “Ainda não vejo nada de errado no verbo ‘desejar’, mas pode que daqui a alguns seja palavra tabu”. Essa extensão do tabu nem sempre pode ser acompanhada historicamente, conforme ilustra a mensagem 123307 (de 17/06/2004) quando aponta que: “Quanto à etimologia, o Houaiss diz o seguinte sobre *veado*: “o uso desta palavra no Brasil, em sentido tabuístico e freq. disfêmico, não está explicado satisfatoriamente”. Contra essa natureza disfêmica, recorre-se ao eufemismo como recurso de evitação, como consta na mensagem 262505 (de 30/11/2010), para “camuflar o feio com os tais eufemismos, os abrandamentos da linguagem”.

c) Tabu na **linguagem politicamente correta**. A negativa a admitir a intervenção sobre a língua para denunciar contradições e desigualdades sociais – que se reflete na descrição como “eufemismos” de termos considerados menos ofensivos contra determinados grupos – contrasta com a constatação da mudança como fenômeno inerente à dinâmica das línguas. É o que ocorre na mensagem 117145 (de 26/03/2004):

Essa maçaroca de eufemismos virou moda. Uma das séries que mais me irrita é a usada para evitar termo “empregada doméstica”, que, ao que eu saiba, virou tabu logo depois de elas conquistarem, depois de muita luta, o direito ao registro como empregadas e os direitos atinentes ao vínculo empregatício. Mas tudo bem, faz parte. Com o tempo, esses eufemismos de desgastam e, depois, a turma cria outros.

A ponderação do descontentamento que o listeiro expressa constitui uma nítida mostra de higiene verbal. Essa intervenção ilustra como é pelo processo de tecer considerações sobre fatos de língua que se constrói a noção de “estado da língua” enquanto representação: *“The state of the language is a discursive construct: not an objective description of certain linguistic phenomena, but the product of certain ways of talking about them”* (Eckert 1995:212). Para determinadas formas fazerem parte da “linguagem politicamente correta” precisam ser assumidas como pertencentes a ela por sujeitos, pois essa categoria constitui em si um produto do discurso avaliativo. Através da avaliação explícita de formas linguísticas, podem ser acompanhados processos de mudança social sobre os quais versam enunciados concretos, potencialmente capazes, por sua vez, de retroagir sobre as condições sociais que os geram. Afinal,

The question therefore cannot be, ‘how to get rid of verbal hygiene, and of the irrational impulses that lie behind it?’: for I do not think we can rid of them; at most we can try to become more critically aware of them and, if we think it desirable, to change the social conditions that give rise to [them] (Eckert 1995:222).

Difícil resulta determinar, então, como falar sobre a língua sem abordar ideologia, por muito que a política seja tabu na lista. Ainda que a ideia de política fosse entendida restritivamente como relativa apenas a questões partidárias, a deriva da reflexão para aspectos com um escopo de fundo ideológico é esperável quando o assunto em pauta é a língua.

d) Os tabus da **política** e da **religião**. Assuntos tabu na lista são descritos como tais em mensagens postadas por participantes de TRAD-PRT, como 164377 (de 19/10/2005) e 177135 (de 07/04/2006). O seu caráter tabuizado é justificado pela impossibilidade de manter a interlocução entre a comunidade quando são abordados, pois “vira polêmica. E com a polêmica vêm os insultos pessoais” (mensagem 284655, de 12/02/2013). A obrigação de os autores e as autoras das postagens na lista se identificarem, embora seja um fator de mitigação dos conflitos, não consegue anular por completo o grau de conflitividade que, em comparação com aos encontros face-a-face, parece típico dos ambientes de interação via Internet. Sobre outros contextos semelhantes, mas os quais não exigem a identificação de quem participa, Trajano Filho (2001:100) aponta que: “Protegidos pelo anonimato e pela inexistência de uma co-presença física inerente ao mundo virtual, ele incoseqüentemente travam disputas

que, doutro modo, teriam desdobramentos catastróficos para a continuidade das relações sociais”. Desse ponto de vista, talvez os meios virtuais não sejam a melhor forma de contornar as tradicionais dificuldades de articulação de profissionais da tradução no Brasil.

e) Tabu na **língua** (associado com ideias de sensação). A mensagem 236306 (de 28/02/2009) inaugura uma linha conversacional em TRAD-PRT na qual participantes da lista entretencem disquisições acerca da avaliação de determinados fenômenos de norma linguística sob a ótica da sensação e, explicitamente, do tabu.

A linha começa questionando a falta de uso de artigo em textos em português precedendo adjetivos possessivos: “uma coisa que me irrita muito”, diz o listeiro que inicia a sequência. Essa sensação independe da prescrição gramatical, que o considera facultativo, como reconhece outro participante da linha na mensagem 236312 (de 28/02/2009). No entanto, mesmo especialistas em gramática como os citados Bechara (2009:189) e Neves (2000:475) afirmando que é facultativo, o listeiro diz fazer uso de artigo para evitar supostas ambiguidades, além de “quando sou obrigado a usar” pelas gramáticas, isto é, naquelas ocasiões em que atua como pronome, não acompanhando o substantivo (uso esse que, aliás, até onde se sabe, é sempre encontrado no vernáculo brasileiro). A alegada necessidade de desambiguar (o não ambíguo, no caso) se daria em frases do tipo: “As janelas dA minha casa (...). No caso já se sabe que eu tenho uma casa e estou me referindo exatamente a ela”. Essa necessidade de organizar o caos do mundo pela prescrição (Eckert 1995:218) vem acompanhada pela possibilidade de ocupar o lugar de fala autorizado que o listeiro atribui ao discurso prescritivo, embora seja por meio de regras *sui generis*. Porém, o autor da mensagem 236312 não menciona um comentário de Bechara (2009:185), esse sim com um ranço de prescritivismo incoerente até com a posição do gramático na página 189:

No português, em que a presença do artigo junto ao possessivo adnominal tem sido marcado por um progressivo emprego da fase antiga à moderna, o uso do artigo em “*o meu livro*” é redundante, e, poderíamos repetir a classificação de um velho filólogo lembrado por Pacheco Júnior¹⁶⁴: muleta gramatical.

¹⁶⁴ Segundo Bechara (2009:843), a referência provém da obra *Noções de Semântica* (Rio de Janeiro: Fr. Alves 1903), de Pacheco da Silva Júnior. Observe-se que à margem temporal abrangida desde a edição de Bechara (2009) até a obra em questão (datada de 1903), há que somar ainda a alusão ao fato de Pacheco da Silva Júnior estar atribuindo a avaliação de uso a “um velho filólogo”.

A comunidade de TRAD-PRT neste caso não faz referência a essa incongruência em concreto, embora não deixe de apontar outras também encontradas em instrumentos de gramatização de português do Brasil. Como foi dito no capítulo 1, a obra citada dispõe já de 37 edições publicadas no ínterim de mais de 50 anos a partir da primeira delas, que data de 1961. Como seria de se esperar, as sucessivas camadas de discurso que se sobrepõem no Brasil rumo ao dizer gramatical contemporâneo deixaram pegadas que denotam o percurso tanto da obra em si, quanto das tendências brasileiras em termos de pensamento sobre norma linguística ao longo de meio século. Parte das incoerências que são atribuídas na lista aos instrumentos de gramatização brasileiros entre si deriva, ainda, não própria ou unicamente de diferenças de abordagem, mas de anacronismos na comparação de obras geradas em momentos diferentes e tratadas como discursos válidos na atualidade. A sacralização que suspende o passar do tempo opera nesses casos, como em tantos outros, na forma como a língua é imaginada.

Esse não é o único fenômeno gramatical discutido em termos avaliativos na linha conversacional que começa com a mensagem 236306 (de 28/02/2009). Outro tópico abordado, mais tenso do ponto de vista da norma, remete para o uso de contrações entre as preposições “de” e “em” com os artigos indeterminados. Sobre o tema, reconstruindo a mudança no seu idioleto, um listeiro afirma em 236311 (de 28/02/2009): “Hoje, até respaldado pela redação das normas ortográficas, uso ‘num’ e ‘numa’ normalmente, até em textos formais. Mas para muitos ainda é tabu”.

Os exemplos a seguir indicam os termos em que a rejeição ao uso é formulada: “feio”, “estranho”, “Odeio”, “verdadeira ojeriza”, “irrita”.

Tabela 22: Exemplos de higiene verbal sobre contrações em TRAD-PRT

Mensagem	
236309 (de 28/02/2009)	“Acho feio o Num e Dum. Preferência pessoal. (...) Talvez nós no exterior sejamos os guardiões da língua pura, pois a nossa contaminação é menos aparente (eu não aplico pra trabalho, eu me candidato a um emprego)”.
236325 (de 28/02/2009)	“Escrever em um me soa estranho às vezes”.
236336 (de 28/02/2009)	“Odeio ‘num’ – verdadeira ojeriza – extensível a todos os seus familiares: cum, dum...”
236388 (de 28/02/2009)	“Então eu não sou o único q se irrita com ‘em um’, ‘em o’ ‘em os’ etc.”

Maiores são neste ponto as contradições dos instrumentos de gramatização brasileiros. Se do *VOLP*¹⁶⁵, do dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:710, 1422) e do *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:715, 1367) constam as formas contratas como verbetes, igual a Bechara (2009:106) – que menciona e ainda usa as contrações –, Cunha e Cintra¹⁶⁶ (1985:7), Neves (2000:493) e Bagno (2011:208, 211) adotam um uso divergente, bastante comum no Brasil, que contrai os artigos indefinidos com a preposição “em”, mas não com “de”. Já Perini (2010:21, 18) não contrai nenhuma dessas formas, apesar de apresentar as soluções contratas como opcionais (Perini 2010:357). A mesma distribuição se verifica com as contrações dessas preposições com “algum/a/ns/mas” e “outro/a/os/as”: aprovadas e usadas pelo *VOLP*, com verbetes no dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:603, 1389) e no *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:711, 1364), citadas por Bechara (2009:106), junto com as formas sem contração, por sua vez Neves (2000:559, 541-2) e Bagno (2011:211) não as recolhem. Já Cunha e Cintra (1985:6) adotam as formas contractas para “outro/a/os/as”, porém não para “algum/a/ns/mas”. As contrações com “outro/a/os/as”, declaradas opcionais por Perini (2010:357), não estão presentes no texto do autor (Perini 2010:35, 31) e as que incluem “algum/a/ns/mas” não aparecem indicadas como opcionais nem são de fato utilizadas (Perini 2010:35, 21).

Essa questão das contrações com “outro/a/os/as” e “algum/a/ns/mas”, não é, contudo, objeto de comentário na linha de TRAD-PRT de que se fala.

A posição normativa da ABL não resulta, entretanto, limitante no relativo à obrigação de uso das formas contratas. Sobre a questão, o serviço de consultas ABL RESPONDE¹⁶⁷ informou: “são alternativas corretas as formas em que não há contração”.

A heterogeneidade das concepções dos instrumentos de gramatização dialoga com a instabilidade da avaliação, que combina posições contrárias como as anteriores com outras favoráveis – como na mensagem 236314¹⁶⁸ (de 28/02/2009), onde é

¹⁶⁵ Como foi mencionado, a 5ª edição do VOLP, de 2009, está disponível para consultas em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 15/03/2015.

¹⁶⁶ Na página 158, Cunha e Cintra (1985) informam: “O ARTIGO INDEFINIDO pode contrair-se com as preposições *em* e *de*”.

¹⁶⁷ O serviço está disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=569>. A informação foi solicitada e recebida em 29/04/2015.

¹⁶⁸ Nela diz: “Por exemplo, quem não aceita o uso formal de ‘num/numa’, por quê se sente bem ao usar ‘no/na/nos/nas’? Por questão de coerência, deveria somente usar ‘em o/a/os/as’, não deveria?”. A própria pergunta deixa outra no ar como resposta: será com base em componentes racionais que essas

contestada a arbitrariedade racional da rejeição de algumas contrações, mas não de outras – com comentários que descrevem como idiossincrásica a solução adotada, pela sua qualificação de decisão de “uso”, quer dizer, opção estilística dentro das margens da prescrição. Nessa linha, como no tocante ao uso do artigo com possessivos, a mensagem 236331 (de 28/02/2009) pondera acerca das contrações com as preposições “de” e “em”: “A questão do num/em um: também aprendi que ‘num’ é linguagem oral e ‘em um’ escrita. No entanto, não vejo problema em usar num em textos. Já ‘dum’ não dá... Ou seja, mais uma vez acho que é uma questão de uso”. Nega-se assim a natureza social, além do individual, do conflito, como acontece em 236603 (de 04/03/2009), quando se diz: “Nada tenho contra as contrações e uso a forma contrata se requerido. As duas para mim estão certas. Arcaísmo ou pedantismo, como já ouvi falar, não importa, é a preferência de cada um”.

Não se recusa, com o dito até aqui, a necessária flexibilidade da norma, imprescindível para que possa a língua exercer, por meio da variação, o seu papel em potencial na construção de identidades. Sobre a questão, uma participante de TRAD-PRT se insurge (já na mensagem 16087, de 22/06/1999) contra uma rigidez excessiva que possa engessar o (re)criar a língua que é inerente ao seu uso. Afinal, consoante a mesma listeira, agora em 16624 (de 30/06/1999), também os instrumentos de gramatização são indicativos dessa necessária flexibilidade. Por exemplo, sobre a silepse de gênero, aponta: “Os autores mais tradicionais condenam. Os mais flexíveis aprovam”. Isso não é obstáculo, mas justificativa para determinar, precisamente pela avaliação linguística, a existência de “formas recomendáveis porque sucintas e elegantes”.

Assim, a comunidade de TRAD-PRT se concebe como articulada em duas tendências, retratadas na mensagem 236332 (de 28/02/2009) através da tradicional dicotomia brasileira que atribui as qualificações de “Linguística” versus “Gramática” às linhas que acentuam a valorização da variação linguística, a autenticidade do uso sempre em mudança, em contraposição à atrelada à estabilidade da norma padrão:

por mais que isso indigne e irrite os caga-regras em busca do domínio absoluto da linguagem, haverá sempre uma predominância da linguística sobre a gramática, do uso sobre a norma, da criatividade sobre a cultura estabelecida. (...) dentro de algumas décadas talvez a norma culta ou escrita inclua ‘prum’ (para um) e ‘cum’ (com um).

decisões são tomadas? E, também, será que as percepções subjetivas, as sensações sobre a língua, são de fato exclusivamente individuais ou há nelas elementos sociais que as explicam?

Na verdade, a mensagem anterior incide na proeminência dos movimentos de transformação frente à preservação do *status quo* valendo-se dum exemplo que, no Brasil, parece evidenciar uma tendência de evolução contrária à colocada. As posições de Neves (2000) e Bagno (2011), acima citados, tendem a confirmar a tendência brasileira à estigmatização das contrações em processo de difusão.

f) Tabu nas **práticas tradutórias**. Além de no tocante ao uso de ferramentas de auxílio à tradução¹⁶⁹, a crítica a exigências de estilo como a de evitar repetições em textos técnicos (em que o elemento predominante é a consistência terminológica) é descrito como tabu¹⁷⁰.

g) Tabu e o **humor**. Finalmente, participantes da lista se valem ainda do tabu para, mitigado com o humor, retratar o valor de marcas culturais para as comunidades que se constroem a partir delas: “usar qualquer outro tempero no churrasco, como pimenta do reino, molho de hortelã e outras heresias é tabu no Sul. Pode dar até cassação de cidadania” (mensagem 281305, de 29/08/2012).

Neste capítulo foram apresentadas concepções sobre norma linguística de tradutoras e tradutores que trabalham com português do Brasil, colhidas em especial a partir do acervo de trocas públicas de mensagens provenientes de membros duma comunidade de prática virtual em que profissionais do ramo se reúnem desde 1998: TRAD-PRT. Ao longo do seu ciclo vital, organizado numa fase de ascensão, no tocante ao número de trocas, até o ápice em 2005, seguido duma fase de queda a partir de 2006, a população que povoa a lista, organizada segundo roles diversos, realiza distintas práticas relacionadas à tradução, que exemplificam atividades consideradas típicas de comunidades de prática por Wenger (2006:2-3).

Labor tradicionalmente solitário, com frequência alienado até de espaços de encontro para a formação na modalidade presencial, as dinâmicas de interação entre profissionais da prática tradutória vêm sendo transformadas na contemporaneidade

¹⁶⁹ A mensagem 248567 (de 03/11/2009) afirma que o tradutor, “viciado em Word, não quer saber de aprender a lidar com nada que não tenha ‘cara’ de Word... Depois que quebra esse tabu e aprende, não quer mais saber de outra coisa”.

¹⁷⁰ A mensagem 211707 (de 23/10/2007) diz: “Isso é algo que sempre me deixou encafifado, perplexo: ‘João, o texto também usa enhanced e customized. Não posso repetir’”. O mesmo listeiro confirma: “Essa regrinha eu a tenho escutado todos esses anos, e parece um ‘tabu’ para muita gente do ramo” (211736, de 23/10/2007).

em âmbitos como o estudado. Nele, um coral de vozes se configura enquanto marcado por uma desarmonia derivada, por um lado, da heterogeneidade dos perfis de quem participa da comunidade e, por outro, da problematidade inerente a alguns dos temas por ela abordados, como os relativos a determinadas questões de norma linguística do português do Brasil, especialmente no tocante a elementos característicos do contexto atual – como fenômenos de linguagem inclusiva de gênero ou modificações no sistema ortográfico. Consoante participantes da lista como Nogueira ou Benedetti, os debates sobre assuntos como esses não acarretaram mudanças essenciais nas posições de quem neles se implicou, precisamente na linha da consistência que mostram as próprias opiniões dum e da outra acerca dos temas discutidos. Contudo, os depoimentos oferecidos por Nogueira ou Benedetti em entrevista põem de relevo que os contatos virtuais tiveram sim a capacidade de transformar até as concepções dele e dela no tocante ao seu abandono da crença numa comunidade idealizada – ou, pelo menos, desejada –, substituída pela consciência do conflito derivado dos processos que a socialização implica.

Tabus oficializados em TRAD-PRT enquanto tais, como a religião e a política, não deixam de se fazer presentes ao se falar sobre línguas e tradução, nem que seja sob a forma de expressões fossilizadas cujos ecos se deixam ouvir com intensidade nas vozes de estudantes e professorado de tradução, como as daquelas e aqueles que participam do seguinte capítulo. Especificamente sobre questões linguísticas, enquanto Benedetti declara, graças às conversações virtuais, ter se convencido da complexidade do confronto de forças que age sobre as decisões linguísticas tomadas na prática tradutória, as palavras de Nogueira expressam a intensidade do conflito de norma linguística vivenciado por agentes da tradução em relação ao português do Brasil. Assim, profissionais como Benedetti e Nogueira, com perfis formativos e de atuação profissional notavelmente diferentes, ilustram as tensões do coletivo tradutório na relação com o português e a presença, em membros desse grupo, duma insegurança ligada tanto ao próprio campo de atuação, quanto ao campo linguístico.

Encerrada assim esta seção, discorre-se a partir daqui acerca do mesmo domínio, a problemática ligada à norma linguística do português do Brasil, agora em relação a estudantes e docentes de Tradução provenientes dum contexto didático específico, mais um espaço articulado por volta da prática tradutória: um curso superior de Tradução da região Centro-Oeste do país.

CAPÍTULO 4. AS LÍNGUAS NA FORMAÇÃO TRADUTÓRIA: JUÍZOS AVALIATIVOS DA VARIAÇÃO DO PORTUGUÊS POR ESTUDANTES DE TRADUÇÃO

Aos oito homens sentados ao redor da mesa tinha sido encomendado que reflectissem sobre as consequências de um futuro sem morte e que construíssem a partir dos dados do presente uma previsão plausível das novas questões com que a sociedade iria ter de enfrentar-se, além, escusado seria dizer, do inevitável agravamento das questões velhas.

Saramago, J. (2005:36)

Mesmo que pouco se tenha falado sobre formação de profissionais da tradução em ambientes acadêmicos, bastante já se disse sobre o tratamento da tradução no ensino de línguas estrangeiras desde o papel distorcido que essa prática assumiu no método Gramática-Tradução. Agora, com os novos (ou nem tanto) intentos de reconsideração do uso da tradução no âmbito da abordagem comunicativa, muito se volta a falar, embora pouco pareça ainda ser feito¹⁷¹.

No entanto, dentro das já de por si escassas contribuições ao ensino da tradução, mais raras são ainda as considerações quanto ao ensino de línguas para agentes da prática tradutória. Nesse caso, o ensino de língua A costuma se atrelar ao da norma padrão e, no caso das línguas B ou C, pouco se encontra em relação ao tratamento da variação linguística (Albir 1999:65, 75).

Mas, como já foi perguntado aqui, o que são as línguas para quem pratica a tradução? E como lidar especialmente com a avaliação da variação, problematizada nas salas de aula do Brasil desde finais do século XX por ser considerada exercício potencial do “preconceito linguístico”? A ela corresponde o universo do que deve ficar no não dito, do desconforto, assim como as variantes não padrão do português fazem parte do que não pode ser dito, pois contaminaria a pureza da língua. Sobre essas questões se começa a tecer considerações a partir deste ponto.

4.1. LÍNGUAS, SOCIOLINGUÍSTICA E FORMAÇÃO TRADUTÓRIA

¹⁷¹ Vejam-se, a este respeito, os artigos mencionados, a apresentação do organizador, Mark Ridd, e a sua “Bibliografia de Referência sobre Tradução no Ensino e Aprendizagem de Línguas”, no nº 2, volume 8, de 2009, da revista *Horizontes da Linguística Aplicada*, da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/horizontesla/search/titles>. Acesso em: 10/10/2011.

Muitos são os fantasmas que perseguem o mundo da tradução. Dentre eles, podem se citar conhecidas dicotomias e paradoxos como: língua fonte/alvo, texto de partida/chegada, fidelidade/liberdade, autoria/tradução, forma/sentido, universalidade/diversidade, linguagem/línguas, línguas como integradoras/segregadoras, línguas enquanto sistemas abstratos/atos de fala concretos como realizações do sistema. Mas também diversas obviedades fazem parte do leque de espectros que tendem a limitar a problematização da tradução, especialmente dentro do senso comum das representações sociais, mas não só. O adjetivo “óbvio”, diz o dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:1430), remete para:

1. Que está diante dos olhos; que salta à vista; manifesto, claro, patente. 2. Axiomático, evidente, incontestável. 3. Que se compreende ou se percebe por intuição; intuitivo; evidente.

De modo semelhante, diz o Houaiss (Houaiss e Villar 2009:1374) sobre o mesmo verbete:

1. fácil de descobrir, de ver, de entender; que salta à vista; manifesto, claro, patente (...). 2. que não se pode pôr em dúvida; axiomático, evidente, incontestável. 3. que pode ser apreendido, captado ou pressentido por intuição; intuitivo; evidente. 4. Aquilo que é evidente.

E entre esses elementos que, no campo tradutório, sempre foram considerados evidentes, encontra-se o fato de tradutoras e tradutores saberem línguas. Esse conhecimento é tido como tão óbvio que o *Libro Blanco – Título de grado en Traducción e Interpretación* (2004:32), estudo elaborado na Espanha pela Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA) para a reforma dos cursos da área (branco, como qualquer fantasma que se preze), afirma: “*La adquisición de destrezas lingüísticas es pedagógicamente anterior a la formación en traducción e interpretación. Este es un principio rector fundamental para el diseño de la estructura de la titulación*”.

Afirmações como essa não se aplicam na tradução a todas as línguas de trabalho, apenas às denominadas tradicionalmente A e B. Língua A é a tradicionalmente denominada “materna”¹⁷², oficial no território em que atua a instituição docente, ou bem da qual estudantes apresentam, antes do ingresso na

¹⁷² Na atualidade são frequentes as críticas ao termo “língua materna”, não unicamente pela atribuição de gênero que implica, mas pelo reconhecimento do predomínio de contextos multilíngues no mundo e pela variedade interna que caracteriza as próprias línguas. Para críticas ao termo, vejam-se, por exemplo, Le Page e Tabouret-Keller (1985:188-9) e Dolz *et alii* (2009:127).

instituição, pelo menos um nível C no Quadro Comum de Referência Europeu¹⁷³ (ANECA 2004:34). Por língua B entende-se aquela cujo conhecimento, no nível B do Quadro Europeu, o corpo discente acredita ao início do curso, e em relação à qual desenvolverá ao longo da sua formação destrezas tradutórias ativas e passivas; já na língua C, em que se parte do zero, serão esperadas apenas destrezas passivas.

ANECA (2004:35), sobre a formação em línguas A oferecida em cursos de Tradução e Interpretação na Europa, aponta o seguinte:

En primer lugar, con escasas excepciones (Bath y Bradford en el Reino Unido; Maguncia, en Alemania, y algunos itinerarios de Denis Diderot, en Francia), todos los centros incluyen clases de lengua A avanzada, normalmente de redacción y expresión oral para los estudiantes, y muchos incluyen clases adicionales de lengua A para extranjeros. La mayoría de universidades francesas incluyen contenidos de redacción técnica y lenguajes de especialidad.

Essas aulas de língua A avançada devem atender suficientemente aos traços principais de profissionais da tradução “*generalistas*”¹⁷⁴, que o projeto de ANECA (2004:74) elenca como sendo:

Interés por las lenguas y culturas.
Dominio perfecto de la lengua materna y sus variedades.
Conocimiento profundo de sus lenguas de partida.
Dominio de las herramientas informáticas profesionales.

O referido “domínio perfeito”, todo um eco da idealizada competência perfeita que Chomsky atribui a falantes ideais que tudo sabem da língua ou com o qual Labov (2007), como se viu em 3.3.1., caracteriza o vernáculo – “*the form of language first acquired, perfectly learned*” –, pode ser colocado em paralelo com afirmações como a seguinte, que também faz parte doutro Livro Branco, o *Libro Blanco de la traducción e interpretación institucional* (2011:84), o qual diz visar a defender os interesses de profissionais da tradução e interpretação que trabalham para órgãos da Administração espanhola, para os quais se pede:

trabajo fundamentalmente a la lengua materna, o a la lengua escogida, pero evitando en la medida de lo posible la doble direccionalidad traducción directa/inversa cuya calidad es siempre dudosa.

¹⁷³ Este documento, elaborado pelo Conselho da Europa em 2001, encontra-se disponível, em inglês, em: http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/Framework_EN.pdf. Acesso em 15/11/2011. Em espanhol, pode-se consultar na tradução de 2002, do Instituto Cervantes, em: http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/marco/cvc_mer.pdf. Acesso em 15/03/2015.

¹⁷⁴ As aspas são do texto de ANECA.

A qualidade da versão será “sempre duvidosa”, sobretudo se for exigida a infalibilidade emanada do *pedigree* implícito naquele surpreendente “[d]ominio perfecto de la lengua materna y sus variedades” acima referido (ANECA 2004:74).

Contudo, parece pacífico que a competência linguística faz parte da Competência Tradutória (CT), entendida esta, de forma lata, como “*los conocimientos y habilidades necesarios para saber traducir*” (Albir 1999:8). E é esse campo da formação na língua A, no tocante à tradução escrita, que pretende focar a presente seção. Nela serão apresentados elementos que retratam a forma como os conhecimentos das línguas de trabalho de profissionais da tradução são considerados por três olhares da CT, distintos, mas não excludentes entre si: um mais sócio-construtivista (Albir 1999), outro mais cognitivo (Gonçalves 2006 *apud* Cintrão 2006) e um terceiro, mais holístico (Robinson 2002). Opta-se aqui por identificá-los como olhares “mais”, utilizando o quantificador para indicar o fato de que os seus pontos de vista não se negam mutuamente. No entanto, a efeitos operativos, serão inferidas e comentadas separadamente concepções sociolinguísticas associadas a cada uma nas três abordagens, como também apontados outros elementos, provenientes, sobretudo, de estudos sociolinguísticos, que podem vir a trazer contribuições úteis para a formação em línguas, especialmente em língua(s) A, por parte de profissionais da tradução.

Línguas e Competência Tradutória: um olhar mais socioconstrutivista

Embora relativamente recentes, pois datam dos anos 1980, a diversidade de modelos de CT põe de relevo “a complexidade de sua descrição e dos componentes que a integram” (Pagano *et alii* 2005:23). Mais novos ainda, de finais da década de 1980, são os primeiros estudos empírico-experimentais que pretendem mensurá-la em relação aos seus componentes (Pagano *et alii* 2005:24). É isso que pretende desde 1998 o grupo PACTE, da Universidade Autônoma de Barcelona, dirigido por Albir. O modelo 2003 da CT enunciado por PACTE, produto duma revisão da proposta inicial de 1998, inclui cinco subcompetências (bilíngue, extralinguística, estratégica, instrumental e conhecimentos sobre tradução), além de componentes psicofisiológicos. “A subcompetência bilíngue está integrada por conhecimentos, essencialmente operacionais, necessários para a comunicação em duas línguas:

conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos, textuais e léxico-gramaticais” (Pagano *et alii* 2005:29).

Claro que a abordagem dos componentes da CT e do seu desenvolvimento está enquadrada num contexto maior, que remete em último termo para concepções diferentes do traduzir. Como indica Delisle (1992:41), num estudo em que classifica 49 manuais de tradução inglês-francês publicados a partir de 1945, “[c]et essai de classification nous permet de constater que les auteurs des manuels répertoriés ne donnent pas tous le même sens au mot traduction”. De acordo com Gonçalves e Machado (2006:48), a dicotomia maior por volta da qual se organizam as propostas para a formação de profissionais da tradução contrapõe um “treinamento prático (automatização/desenvolvimento de conhecimentos procedimentais - *saber como*) versus reflexão teórica (conscientização/desenvolvimento de conhecimentos declarativos - *saber o quê*)”. E essa dicotomia, mais uma, também se projeta dialogicamente nas diversas concepções da CT. Assim, representando o primeiro ponto de vista acima citado, será comentada a abordagem dada às línguas na proposta para formação em tradução de Albir (1999). Já no que tange ao segundo, vai se recorrer, logo a seguir, a Gonçalves (*apud* Cintrão 2006).

Albir (1999), dentro duma linha mais sócio-construtivista, como já tinha feito antes Delisle, propõe objetivos de aprendizagem na formação de profissionais da prática tradutória, entendidos como a “descrição da intenção de uma atividade pedagógica, sendo especificadas as mudanças em longo prazo que o estudante deverá promover” (Delisle 1983 *apud* Pagano *et alii* 2005:33). Os objetivos são formulados em diversos campos, incluídos os que ela chama língua “*materna*” e primeira língua estrangeira, com a ressalva de a primeira ser usada predominantemente como língua de chegada e a segunda, de partida. É isso que explica a mudança na sequência dos dois primeiros objetivos de aprendizagem que se aplicam, respectivamente, à primeira língua estrangeira (Albir 1999:64) e à denominada língua “*materna*” (Albir 1999:90), como se observa na tabela a seguir.

Tabela 23: Objetivos de aprendizagem para formação em tradução sobre a primeira língua estrangeira (Albir 1999:64) e a denominada língua “*materna*” (Albir 1999:90)

Primera lengua extranjera	Lengua materna
1. Desarrollar la comprensión lectora;	1. Desarrollar la expresión escrita;
2. Entrenar la expresión escrita;	2. Desarrollar la comprensión lectora;
3. Entrenar el uso oral;	3. Desarrollar y consolidar conocimientos

	lingüísticos;
4. Desarrollar los conocimientos lingüísticos incidiendo en la contrastividad;	4. Complementar la formación de base en el uso de fuentes de documentación;
5. Ampliar los conocimientos socioculturales;	5. Perfeccionar los conocimientos socioculturales.
6. Familiarizarse con el uso de fuentes de documentación.	

Vários aspectos chamam a atenção no tocante aos objetivos acima enumerados. Em primeiro lugar, há divergências terminológicas nos títulos correspondentes aos objetivos (como o uso de “*entrenar*”, treinar, frente a “*desarrollar*”, desenvolver). Embora não esclarecidas, talvez tenham relação com as diferentes autorias dos distintos capítulos que compõem *Enseñar a traducir*, donde foi extraída a proposta que se comenta. Desconhece-se se as conotações mais condutistas do termo “treinar” foram consideradas na hora de denominar os diversos objetivos. Ora bem, o aspecto que mais interessa tem relação com os objetivos 4 (língua estrangeira) e 3 (língua dita materna): “*Desarrollar los conocimientos lingüísticos incidiendo en la contrastividad*” e “*Desarrollar y consolidar conocimientos lingüísticos*”, respectivamente.

Para começar, de novo aqui a divergência terminológica é óbvia: em que pese a primeira língua estrangeira, a língua B, ser aquela em relação à qual os centros dedicados à formação em tradução esperam do corpo discente certo nível prévio de competência linguística, não aparece “consolidar” no título que é dado ao objetivo correspondente. No mundo contemporâneo, em que o multilinguismo impera, esse olhar de tabula rasa que pode estar sugerido aí ressalta mais ainda.

Por outro lado, a abordagem contrastiva é mencionada unicamente no que toca à língua estrangeira. Consoante aquela, as línguas são concebidas não só como códigos separáveis, mas cuja separação exemplar é marca da CT, para evitar o traduccionismo (Peres 2002). Assim, por um lado, cada língua, internamente, pode até ser concebida como um *continuum* de variedades, distribuídas nos usos orais e escritos em função, por exemplo, do gênero textual (Marcuschi 2001:41). Mas, por outro, mesmo não se reconhecendo fronteiras claras para a utilização dos elementos variáveis do ponto de vista interno, quer dizer, dentro duma língua determinada, as línguas entre si são concebidas como dotadas duma diferença externa essencial, baseada em traços gramaticais sublimados, pois não raro a dialetologia prova que nem sempre a ocorrência deles se dá de forma sistemática no seio de cada língua.

Portanto, o caráter instável que caracteriza o objeto língua internamente tende a ser negado e o movimento congelado quando se procede a colocar duas línguas uma frente à outra no processo tradutório. Pretende-se, então, de forma paradoxal, ensinar a “língua” a profissionais da tradução para que aprendam a lidar com a “fala”, visto que é com atos de fala que trabalha a prática tradutória. A abordagem contrastiva, por sua vez, é referida somente quanto à aproximação das línguas entre si, não no seu interior, sintoma duma concepção que, ainda reconhecendo a heterogeneidade interna dos sistemas linguísticos, também os considera passíveis de assumir um estado estático, homogêneo, em especial quando colocados em paralelo. Essa possibilidade guarda relação com o que se entende por “conhecimentos linguísticos” em língua A no objetivo 3 da tabela reproduzida acima (isto é, “*Desarrollar y consolidar conocimientos lingüísticos*”):

1. Dominar cualquier problema ortotipográfico;
2. Usar correctamente estructuras con problemas gramaticales;
3. Resolver adecuadamente problemas léxicos;
4. Conocer aspectos léxicos y estructurales relacionados con los campos de especialización.

Trata-se de questões ligadas eminentemente à correção (“*orthos*”, como ilustra ortotipográfico), à norma modelar, fixa, além de a gêneros textuais técnicos, que não fazem parte da formação escolar prévia que se pressupõe no corpo discente, e ao léxico de especialidade, em que há maior univocidade (mesmo existindo também variação, como afirma a Socioterminologia¹⁷⁵). Não se vê aqui, portanto, uma preocupação voltada para o questionamento ideológico da norma, à qual sim se referem, indiretamente, através do registro e das suas modalidades (campo, modo e tom), os dois primeiros objetivos gerais relacionados à formação em língua A: “*Desarrollar la expresión escrita*” e “*Desarrollar la comprensión lectora*”. Dessa distribuição pode vir a se inferir que o registro não faz parte daqueles concebidos como “*conocimientos lingüísticos*”, mas de destrezas ou habilidades de uso das línguas. De fato, a variação tem a ver, é claro, com a língua em uso, mas nem por isso ela deixa de ser da, ou a língua. Além disso, o registro não coloca unicamente problemas de tradução no caso de textos literários (conforme se deduz da seguinte afirmação), mas de qualquer ato de fala (até no campo técnico-científico, conforme foi referido):

¹⁷⁵ A este respeito, veja-se Faulstich (1998, 2006).

Lengua materna

1. Desarrollar la expresión escrita (...).

9. Producir textos marcados por el tono y el estilo. O sea, desarrollar los recursos estilísticos y la creatividad del alumno para poder hacerles frente de forma adecuada a los textos literarios (Albir 1999:88).

Esta visão resulta especialmente limitadora em casos como o do português do Brasil, em que as questões de norma e de padronização se colocam em todos os tipos e gêneros textuais pelo fato de atingir, por exemplo, elementos gramaticais básicos, como os clíticos. Quanto à situação de padronização das línguas e às diferenças nesse campo, nenhuma referência é feita¹⁷⁶.

Assim, em Albir (1999) é retratada uma perspectiva predominantemente central em relação à formulação dum modelo de correção da língua, que não corresponde à situação que se verifica, por exemplo, no português do Brasil. De fato, mesmo fora do ato tradutório, se estudantes hispano-falantes “creem dominar” o espanhol (Fuertes 2005:3), pode ser menos frequente ouvir uma frase semelhante de tradutoras e tradutores em formação do Brasil¹⁷⁷.

Línguas e Competência Tradutória: um olhar mais cognitivista

O modelo de CT de Gonçalves (2006:5), mais cognitivista, postula a existência duma CTg, ou Competência Tradutória geral, coincidente na sua essência com a proposta de PACTE 2003 (Pagano *et alii* 2005:68), e duma CTe, ou Competência Tradutória específica, “como ‘centro gerenciador’ dos processos tradutórios”. A CTe é composta de “certos conhecimentos ou habilidades que se devem ensinar ao tradutor aprendiz (ou nas quais se deve treiná-lo) – tais conhecimentos não são necessariamente linguísticos, culturais ou específicos de determinadas áreas técnicas”, aponta Gonçalves (*apud* Pagano *et alii* 2005:67), senão que focam “o conceito de semelhança interpretativa (...) que poderia representar o principal diferencial entre o tradutor competente e o bilíngüe” (Pagano *et alii* 2005:85).

¹⁷⁶ Sobre a questão da situação de padronização e a tradução, é possível encontrar alusões relacionadas à questão em situações de conflito de línguas como a da Catalunha (Alsina 2002).

¹⁷⁷ Nesse sentido, as frases já citadas “o português é muito difícil” e “brasileiro não sabe falar português” (Pagotto 1998:54) são referências habituais nas discussões acerca do ensino de português no Brasil. Como no tocante a outras crenças, se ouvirá a discentes dum curso de tradução do país na seção 4.4.

Vale colocar agora em paralelo essa noção de “semelhança interpretativa” e o postulado da Sociolinguística que defende a manutenção do significado de formas alternantes (Silva 2008:68). “É comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer ‘a mesma’ coisa”, afirma Labov (2008:221), como ponto de partida para esclarecer que, para que isso aconteça, há de se delimitar se as variantes pertencem a dois sistemas diferentes (constituindo casos de alternância de código) ou a um único sistema, processo de classificação em si mesmo problemático.

Em esclarecedora nota de rodapé acerca da transcrição dum trecho de Black English Vernacular (BEV) em que se estabelece uma suposta alternância de códigos com o inglês padrão¹⁷⁸, Labov (2008:221) aponta que:

É costume dizer que essas expressões têm o mesmo *significado*, o que podemos definir rigorosamente como “tendo o mesmo valor de verdade”. O resultado final de nossos estudos da variação sintática será atribuir um sentido ou *significado* a uma transformação, um tipo de carga funcional que podemos querer distinguir nitidamente do significado representacional.

O procedimento adotado por Labov para resolver o impasse e contornar esse problema do seu modelo, que ele mesmo detectara já em 1972 e que com o tempo “demonstrou ser o mais polêmico na abordagem da variação em fenômenos não fonológicos” (Silva 2008:68), consistiu em apontá-lo, mas obviá-lo. Na alternância entre voz ativa e passiva ou em casos com distribuição diversa de tema e rema, por exemplo, Labov admite que, ainda havendo diferença de “foco ou ênfase”, as formas paralelas em que ocorrem esses fenômenos “acabam por se referir a um mesmo estado de coisas” (Silva 2008:68), abstraindo a análise daquela “carga funcional” distinta, cuja existência ele mesmo reconheceu¹⁷⁹. Como já foi dito, as unidades menos atingidas por essa questão são as fonológicas, de escasso interesse para a tradução de textos escritos.

¹⁷⁸ Rodríguez (2006) estabelece um interessante diálogo entre a Sociolinguística e os Estudos da Tradução pondo em paralelo propostas discriminatórias de análise do BEV e da língua em tradução. A “deficiencias del discurso traducido”, consoante Rodríguez (2006:45), provêm predominantemente das exigências do mercado da tradução e não constituem características inerentes à sua natureza. Portanto, não deveria pesar sobre o discurso traduzido o preconceito do déficit que Bernstein atribuiu ao BEV (Rodríguez 2006:44). Se no caso do BEV as diferenças sociais são produto, não causa, das características específicas dos usos linguísticos de seus falantes (o “código restringido”), as condições de produção da tradução (com profissionais que se sujeitam amiúde a baixos salários, com formação precária e que trabalham com prazos exíguos) podem ter muito a ver com a origem dos supostos defeitos do discurso traduzido.

¹⁷⁹ Segundo Silva (2008:68-9), a polêmica rendeu em 1984 uma troca de artigos entre Labov e uma exdiscípula sua, Beatriz Lavandera, defensora do “enfraquecimento da condição de equivalência semântica, substituindo-a pelo que chama de ‘comparabilidade funcional’”, com o qual se amplia igualmente o leque dos elementos que podem ser tratados como variantes de uma variável.

Assim, também se abstraindo da diferença, profissionais da tradução dão um tratamento semelhante a enunciados expressos em várias línguas, na forma duma sensação de equivalência otimista, mas ilusória (Oliveira 2007:111). Lembrando o “*language myth*” de Harris (1981 *apud* Love 2004:529), agentes da tradução remetem, nas suas práticas, para ilusórios¹⁸⁰ códigos fixos compostos de signos em que forma e conteúdo são associados repetidamente até chegarem a ser reificados, especialmente graças ao papel da escrita. Repeti-los significa conjurar a abstração, o fantasma do irreal, e trazê-los a este mundo. A reificação de unidades do uso, de atos de fala, vistos como realizações concretas de elementos abstratos, faz que utentes das línguas acreditem no fato de ter sido desenvolvido um código fixo que permite obter “sucesso” em qualquer ato de comunicação, como no implicado na tradução, já que “*the fixed-code concept of a language explains how communication is possible, while if this is what communicating is, then languages have to be fixed codes to enable communication to take place*”. Portanto, a ideia, fantasmagórica, de que as línguas são códigos fixos, base do “*language myth*”, “*goes hand in hand with a breezy assumption that using the code is unproblematic, or at any rate, with a primary focus on the successful use of language*” (Love 2004:536), visto que haveria significados fixos presentes nos atos de fala e apreensíveis por quem participa nos eventos de uso linguístico. Claro que “[*t*]his sounds like common sense, and is supported by a variety of taken-for-granted, everyday metalinguistic practices” (Love 2004:539), mais obviedades. “*What is interesting is how easy it is to shake this conviction, and how unmoved we are as a result*” (Love 2004:539).

Consoante Harris, não existem nem esses códigos fixos nem esses signos dotados de forma e conteúdo, mas uma capacidade humana, problemática, de dotar de sentido elementos pelo seu uso. Inexiste um valor semiótico único para os signos, que varia em função de quem os cria (dando-lhes o seu valor) e das ocasiões em que são criados (Love 2004:531).

Na verdade, ditos códigos são mais “*a set of norms to be aimed at than an internally coherent and consistent system*” (Le Page e Tabouret-Keller 1985:180), nos quais os recortes (quer entre variantes duma língua, quer entre línguas) são efetuados em função da identidade que quem fala almeja construir para si. E, para isso, pode-se

¹⁸⁰ Ilusórios como um fantasma, definido no Novo Aurélio (1999) precisamente como: “Imagem ilusória”.

recorrer a qualquer elemento disponível dentro do arcabouço linguístico, um repertório do qual a escolha das estratégias discursivas se dá em função da vontade de aproximação solidária ou de afastamento em relação ao Outro. A acomodação ao (discurso do) Outro implica formas de utilização do leque de recursos disponíveis, que produzem dinâmicas semelhantes à da gestão da variação interna às línguas e a da reescrita em tradução¹⁸¹.

A própria evolução do conceito de diglossia, de Ferguson até Fishman, ilustra o paralelo que ocorre entre ambas as situações: a de gerir o conflito de prestígio/estigma entre variedades altas e baixas, e a de gerir o conflito de acomodação em situações de contato/conflito de línguas, as quais, no fim das contas, são essencialmente a situação de vida de profissionais da tradução.

Voltando, para encerrar, a Gonçalves (2006), o seu modelo da CT – organizado em camadas ovaladas e não concêntricas, de mais conscientes (as externas) a menos – inclui, como o segundo nível dos mais controlados, o das atitudes proposicionais, no qual se encontra “a manifestação mais característica da subjetividade, que se constitui a partir de representações de segunda ordem relacionadas à volição, intencionalidade e juízo de valor” (Gonçalves 2003:73 *apud* Cintrão 2006:109). Trata-se duma abertura à subjetividade de agentes da tradução, afetada pelos conflitos com que lidam quotidianamente, abertura que envereda, como se verá adiante, por uma linha próxima da de Robinson (2002) e o seu olhar mais holístico da CT.

Competência Tradutória em cursos de formação em tradução

Perante as duas concepções da CT acima delineadas, vale se questionar qual a que parece predominar em cursos de tradução pelo mundo. Nessa área, Gonçalves e Machado (2006) vêm desenvolvendo desde 2003 uma pesquisa com 103 instituições que formam profissionais da tradução, visando, entre outros objetivos, a elencar quais as competências e subcompetências da CT abordadas explicitamente nos seus currículos e tabulando os dados em 17 categorias.

¹⁸¹ Como foi discutido no capítulo 1 deste trabalho, não é por acaso que é tradicionalmente considerada polémica, ou óbvia, nos Estudos Linguísticos, a distinção entre os termos língua e dialeto. Consoante Crystal (2008:142), “[t]he distinction between ‘dialect’ and ‘language’ seems obvious: dialects are subdivisions of languages. What linguistics (and especially sociolinguistics) has done is to point to the complexity of the relationship between these notions”.

Entre as relacionadas mais diretamente com a que chamam “língua materna”, as competências listadas são as três seguintes:

1. *Competência lingüística na língua materna* - envolve os conhecimentos específicos do sistema lingüístico estrito da língua materna, ou seja, sua fonética/fonologia, léxico, morfossintaxe e semântica. O grupo PACTE (2003) inclui esse tipo de conhecimento na subcompetência bilíngüe. (Gonçalves e Machado 2006:53).

Aparece mencionada em 31% do total de cursos pesquisados.

4. *Competência pragmática e sociolingüística na língua materna* - esta categoria de conhecimentos envolve o domínio de estratégias de processamento macrotextual e de contextualização de enunciados no uso da língua materna. Para Gonçalves (2003), esse tipo de conhecimento inclui-se entre as competências lingüísticas de alto nível, apresentando características principalmente de conhecimento declarativo (Gonçalves e Machado 2006:53).

Esta competência foi encontrada em 32,7% dos cursos estudados.

6. *Conhecimento de ambas as culturas das línguas de trabalho* - para o grupo PACTE (2003), esse tipo de conhecimento incluiu-se na subcompetência extralingüística; Gonçalves (2003), por sua vez, define esta categoria, em parte, como conhecimentos declarativos (ou enciclopédicos, em geral) e também como conhecimentos procedimentais, que envolvem os automatismos e condicionamentos culturais (Gonçalves e Machado 2006:53).

Já neste último caso, dita competência foi citada em 52,5% dos cursos sobre os quais dados foram levantados.

Olhando somente para a que denominam “língua materna”, constata-se que só em 32,7% ao todo dos cursos de cujos dados dispunham Gonçalves e Machado (2006) se inclui algum tipo de disciplina ou de curso específico voltado para o desenvolvimento de competências nela, falando de forma estrita. Isso porque a percentagem de 52,5% relacionada ao ponto 6 (intitulado *Conhecimento de ambas as culturas das línguas de trabalho*) pode ter mais a ver com a cultura da língua(s) estrangeira (s), do que com a da “materna”. Parece pressupor-se, então, que a proficiência do corpo discente, enquanto falante da sua língua A, é em boa medida suficiente para o labor tradutório, esquecendo até certo ponto a necessidade de que “o tradutor domine as diversas convenções e variações gramaticais e estilísticas para que produza um trabalho de retextualização bem sucedido” (Gonçalves e Machado 2006:62), mas não só. No geral, ao ser tratada a relação de competência que tradutores e tradutoras mantêm com as línguas, o olhar tende a concebê-las como objetos terminados, submetidas às mesmas “regras do jogo”, por exemplo, no tocante às suas situações de padronização, “um *processo* em contínuo progresso naquelas

línguas que sofrem tal processo” (Milroy 2011:56). Como elas nem sempre são semelhantes, unicamente “um conhecimento explícito/consciente e até metacosciente de certas regras e mecanismos de L1” (Gonçalves e Machado 2006:62) pode não ser capaz de resolver os entraves encontrados no processo tradutório.

Além de às línguas (embora essencial na relação de profissionais da tradução com elas), 14,6% dos cursos cujos dados estiveram à disposição de Gonçalves e Machado (2006) se referiram a aspectos da CT que dizem respeito a uma abordagem mais holística e subliminar. Na linha de Robinson (2002), estas questões levantam a necessidade de se dar atenção ao “fator humano” (Kelly 2008:99), que afeta a todos os participantes do processo, tanto do corpo docente, quanto do discente.

17. *Aspectos emocionais/subjetivos* - esta categoria abre espaço para a discussão da subjetividade e da sua influência sobre o trabalho do sujeito tradutor; tais aspectos são abordados pelo grupo PACTE (2003), por Robinson (1997) e também por Gonçalves (2003), que procuram tirá-los da posição periférica em que se encontram nos estudos da tradução e da cognição, mostrando a sua relevância para a constituição da CT. Contudo, ainda será necessária uma longa jornada para que se entendam e se apliquem melhor os conhecimentos relativos a esta categoria no desenvolvimento da CT (Gonçalves e Machado 2006:57).

Trata-se de “componentes menos sistematizáveis, como a intuição, o bom senso, a sensibilidade artística” (Gonçalves e Machado 2006:65), dos quais fazem parte a subcompetência ou os aspectos psicofisiológicos, segundo os modelos de CT de PACTE (2000, 2003). Embora pouco estudada, a forma como profissionais da tradução, atuantes no mercado ou em formação, contêm a insegurança, reagem perante a pressão e encontram prazer na tradução (Robinson 2002), além de estritamente individual, pode ter também algum elemento social, e local, que diz respeito às suas línguas de trabalho.

Línguas e Competência Tradutória: um olhar mais holístico

Conforme já foi dito, um conjunto de dicotomias, tradicionais nesse campo, faz parte dos fantasmas que assombram o mundo da tradução, mas é claro que não só essas. O conhecido gesto cartesiano de separação entre mente e corpo também exerce ainda forte influência na teorização tradicional sobre as línguas e a linguagem. Mesmo mantendo um paralelo considerável, a superação da primeira destas dicotomias, corpo/mente, em modelos como o da cognição distribuída não implica

necessariamente a superação da segunda, línguas/linguagem, porque, na verdade, esta se encontra na base daquela (Love 2004:529).

No modelo da cognição distribuída,

the mental is inextricably interwoven with body, world and action. (...) Intelligence is a biological phenomenon, consisting in the ways in which an organism is coupled to the world to yield relevant responses to situations in that world. [T]he flow of thoughts and the adaptive success of reason depend on repeated and crucial interactions with external resources. The role of such interactions is computational and informational: it is to transform inputs, to simplify search, to aid recognition, to prompt associative recall, to offload memory. The mind is in this sense distributed (Love 2004:527).

No entanto, consoante Love (2004:529), teóricos da cognição distribuída, contraditoriamente, concebem o uso das línguas como um conhecimento tácito dum inventário de unidades, um

system of invariant form–meaning correlations that sits passively in the mind, in autonomous isolation from anything going on in the outside world, unaffected by the behaviour of the body that contains it, simply waiting to be brought into use as appropriate. Using it, in the ideal case, involves performing computations across the units of the system to produce and interpret grammatically correct utterances.

Robinson (1991 *apud* Silva 2009), nos Estudos da Tradução, tenta quebrar o a dualismo corpo/mente que levou a conceber a tradução como o produto desencarnado duma mente racional, para passar a entendê-la como uma atividade de linguagem de corpos dialógicos, e não mais de mentes incorpóreas.

Para Robinson (1991 *apud* Silva 2009), a tradução tem uma somática submetida à ideologia e à subjetividade, pois são os corpos humanos, desde criança, que absorvem as normas, não uma instância para além deles. Trata-se da introjeção da lei na infância, que não gera só respostas somáticas acidentais, casuais, puramente situacionais ou reativas, mas normas coletivas, ideologia. No uso da língua, isso implica “sentir” as palavras e os seus sentidos, sejam próprias ou doutrem. Por isso, “[o]bviamente” – mais uma obviedade:

um dos requisitos de um bom tradutor também tem algo a ver com essa auto-projeção identificatória e imaginativa no corpo de um falante nativo. Se você não sente o corpo do texto de partida, terá pouca chance de criar um texto de chegada fisicamente tangível ou emocionalmente vivo. O texto de chegada que você redigiu vai soar como mensagem criada pelo computador: sem vida, sem sentimento (Robinson 1991:16-7 *apud* Silva 2009).

De fato, na formação em tradução, especialmente em disciplinas de versão, são recorrentes comentários em que estudantes declaram sentir os seus textos de chegada como planos, opacos, por não conseguirem receber as sensações que eles provocam, a avaliação da variação que o outro, leitor ou leitora, vai sim conseguir sentir. Fica sempre a dúvida: “Sem sensações, a língua é humana?”

A concepção de língua que assume Robinson segue, contudo, circunscrita à visão clássica que a dota dum caráter estático do qual carece, mas diz fazê-lo por motivos práticos, pois “é útil tratá-la como um objeto coerente”, “encará-la como se fosse, de direito, uma ‘coisa’ mais ou menos estável” (Robinson 2002:226). A “sensibilidade” do tradutor vai criando padrões de transferência entre as duas línguas de trabalho, distintos se forem no sentido A>B ou B>A. Além de com questões linguísticas, parte dessa diferença tem a ver com as diversas formas como as línguas são aprendidas e vivenciadas, “o qual lhes confere sensações diferentes” (Robinson 2002:237), mas ainda com a sua própria situação de padronização.

O grau de padronização pode ser gerador de conflito. Para Le Page e Tabouret-Keller (1985:181), a maior padronização corresponde maior focalização (“*focussing*”), maior restrição da variedade e maior impacto desta sobre o ato de identidade que constitui qualquer ato de fala, e também o ato tradutório. No entanto, um contexto de menor padronização, ou de padronização sob contestação, pode criar situações de tensão, como ilustra o contexto brasileiro da tradução. Vozes de profissionais desse coletivo foram ouvidas no capítulo anterior deste trabalho acerca de questões dessa ordem, como também outras, agora de estudantes, falarão sobre elas a seguir.

Da continuidade: línguas, Sociolinguística e formação em tradução

Os ruídos presentes no mundo da tradução representam espaços de desconforto em que com frequência se fez residir a impossibilidade da prática tradutória. Dicotomias e paradoxos são, no fundo, modalidades concretas de obviedades que representam também, em grande parte, a forma um tanto anódina como as línguas podem ser tratadas no pensamento sobre a tradução e a formação de profissionais do afazer tradutório.

Embora se reconheça a sua instabilidade interna, o seu carácter “imaginado”, próximo do das relações de parentesco ou das ideias religiosas (Schwarcz 2008:12), as línguas tendem a ser totemizadas, reificadas, especialmente quando colocadas uma frente a outra na tradução. O efeito espelhado, com o reflexo direto, é a imagem esperada no caso. As línguas são vistas, então, como objetos terminados, estáticos e apreensíveis na sua totalidade. Considerações sobre, por exemplo, diferenças quanto a situações de padronização são relevadas, esquecendo que as comunidades não se “imaginam” todas da mesma forma: “o que as distingue é o ‘estilo’ como são imaginadas e os recursos de que lançam mão” nesse processo (Schwarcz 2008:12). De fato, pensando nos grupos e nas suas trocas de informações, aparentemente “onde não há centralização nem padronização, as ‘línguas’ são entidades muito mais fluidas e instáveis do que os linguistas parecem ter acreditado, e não são sempre reificadas por seus falantes”, que nesses contextos parecem carecer do sentimento de pertença a uma comunidade linguística (Milroy 2011:65). Em ambientes desse tipo, os atos de identidade podem ser construídos, a priori, mediante recursos linguísticos extraídos dum *pool* onde convivem elementos originários daquilo que um olhar condicionado pela padronização consideraria línguas diferentes (Milroy 2011:75).

Essa percepção não deixa de lembrar a de profissionais proficientes na prática tradutória, que em grande medida sentem a semelhança entre os diversos modos de dizer dentro duma língua, e as formas de dizer entre as línguas. Tal como a Sociolinguística variacionista determina quais os elementos passíveis de ser tratados como variantes duma variável e quais não, com base no polêmico pressuposto de coincidência no “valor de verdade”, agentes da tradução concebem quais os textos de chegada passíveis de ser considerados traduções dos textos de partida a partir duma sensação de equivalência ilusória, denominada por Gonçalves “semelhança interpretativa (Pagano *et alii* 2005:85). Ou seja, ambas as taxonomias são convencionais e, até certo ponto, arbitrárias, e como tais as assumem quem delas se serve.

Outra taxonomia dicotômica analisada por Robinson (2002), a que contrapõe corpo e mente, ao isolar as sensações associadas aos atos de fala, leva a concebê-las como um elemento menor e desprezível dentro da formação de profissionais da tradução. Os aspectos emocionais e subjetivos da CT guardam uma intensa relação com o fato de a formação em tradução não poder se isentar da necessidade de

contribuir para a construção da sensação de equivalência (Oliveira 2007:111), por subjetiva e ilusória que ela seja, encontrada por Gonçalves na base da CT de tradutores e tradutoras profissionais.

Para concluir, é preciso lembrar que o embasamento local da formação não afeta unicamente estudantes de tradução enquanto indivíduos, nem a sua CT enquanto abstração, mas também a competência das suas formadoras e formadores, criando um círculo operacional que a resume com frequência a mais algumas obviedades passíveis de ser repensadas, talvez mediante um acesso mais aprofundado e consciente aos estudos sociolinguísticos. Esses poderão munir ao corpo docente dedicado à formação de profissionais da tradução com instrumentos para melhor lidar com a diversidade e para melhor entender o contexto educacional em que o processo formativo se dá (local, nacional e internacionalmente, como lembra Kelly 2008:110). Assim, “[r]esearch into teacher training in general has suggested that the closer the training is to the trainer’s actual context, the better. (...) [S]pecific local (perhaps departmental) programmes may be the best way to guarantee learning” (Kelly 2008:115), mas também para a planificação dos cursos de formação de professorado, pois, mesmo sendo talvez mais uma obviedade, “one size does not fit all” (Kelly 2008:118).

“A tradução e o português”: brincando sobre coisas sérias

É justamente para o universo de obviedades que Ivone Benedetti (2003) remete, e desse modo a ele se refere, em “A tradução e o português”. Recorrendo ao humor, no título desse artigo, publicado no mesmo ano do volume *Conversas com tradutores*, antes citado, Benedetti sintetiza a essência do assunto abordado – as relações de profissionais da tradução com a língua portuguesa – e essa tendência tão habitual entre praticantes do ofício de se valer de brincadeiras, um espaço onde os limites são normativamente rompidos, para melhor se aproximar de questões polêmicas que podem levantar susceptibilidades. Ou que, de fato, levantam.

Em “A tradução e o português”, Benedetti rearticula uma série de reflexões (re)elaboradas por ela de forma constante, ao longo do tempo. Em palavras de Benedetti (2003:36), o texto em questão parte “de uma afirmação que beira o óbvio: os vínculos que existem entre o tradutor e a sua língua não encontram paralelos nos

vínculos que os falantes comuns ou outros profissionais mantêm com essa mesma língua”. Esse ponto de vista pode, sim, parecer evidente para profissionais da tradução e especialistas nessa área acadêmica. No entanto, dificilmente se encontra no senso comum, que grosso modo tende a identificar competência linguística e competência tradutória como saberes que mantêm uma identidade e implicação mútua.

Para Benedetti (2003:36), determinados conhecimentos (“Saber como e quando a língua de chegada está sendo lesada no embate com a língua estrangeira e reconhecer estilos e intenções no texto de partida para saber reproduzi-los no texto de chegada”) não se encontram entre as competências de que dispõe “grande parte dos tradutores atuantes no mercado”; brasileiro, entende-se. E a tradutora em questão afirma que fazem parte do leque de razões que justificam o fenômeno “a nossa filosofia de ensino, os conceitos que temos sobre a tradução, sobre a profissão de tradutor e sobre nossa própria língua” (Benedetti 2003:36).

O pilar da problemática assenta, consoante Benedetti, no tratamento dado à variação linguística nos processos de formação escolar no Brasil. Concebe como “visão pedagógica imediatista” (Benedetti 2003:37) a que afirma predominar no “ensino oficial não especializado (...) [n]os últimos tempos” no Brasil, consistente numa “opção preferencial pelo coloquial” (Benedetti 2003:38). Dira abordagem relega a um segundo plano “aquilo que se convencionou chamar de ‘norma culta’” (Benedetti 2003:37), dando um maior espaço às diferenças socioeconômicas em detrimento da ilusão de uniformidade da norma padrão. E aponta ainda que a polêmica acerca da abordagem dessa “norma culta” beira o tabu, pois “[a]s discussões sobre o seu ensino raramente se dão com a isenção de ânimo exigida por assunto tão delicado” (Benedetti 2003:38), colocando em questão uma discussão cara à pesquisa, como a neutralidade de intenções.

Trata-se, na verdade, dum discurso que extrapola os debates sobre a abordagem de ensino da língua portuguesa no contexto escolar brasileiro, para atingir aqui a formação de profissionais da tradução e de quem forma esse coletivo: a questão não é se tradutores e tradutoras precisam ou não conhecer o universo do vernáculo, que já teria sido adquirido, não aprendido, pelo uso coloquial; também não o é se precisam aprender o que Benedetti denomina “norma culta”, à qual se teria acesso através de contextos de ensino formal (sem negar com isso as diferenças em capital cultural que caracterizam a sociedade brasileira). Em se tratando do contexto escolar, que é donde

provêm as colocações sobre as quais disserta Benedetti, a questão é qual é o foco: a variação em si ou a avaliação da variação, a informação ou a formação (crítica).

A passagem do campo do ensino para o da tradução é realizada por Benedetti (2003:39) através de afirmações como: “Esquizofrênicas, nesse sentido, são todas as línguas. Nós, tradutores, sabemos disso. (...) O tradutor é aquele que sabe disso melhor do que ninguém”. Isto é, não seria relevante, na formação em tradução, abordar esses assuntos por (con)sabidos, óbvios: nada trariam de novo a profissionais da prática tradutória pelo fato de que dita problemática já seria do seu conhecimento, e ainda de forma especialmente fina, por causa do seu intenso contacto com outras situações de padronização derivado do afazer tradutório. O discurso entra, assim, em contradição: então, se, como foi dito, “grande parte dos tradutores atuantes no mercado” (Benedetti 2003:36) não dispõe de determinados conhecimentos referidos acima, o coletivo sabe ou não sabe, ou, melhor, sabe ou não sabe o quê? Profissionais da tradução saberiam da esquizofrenia, seriam conhecedores da “norma culta” e da existência de fenômenos de variação linguística, mas não do caráter conflituoso da sua avaliação? Participariam do discurso que problematiza a variação sem as competências necessárias para fazer uso crítico dela? E por que a necessidade de autolegitimação de agentes da prática tradutória no tocante ao conhecimento da questão suscitada?

De qualquer forma, toda essa polêmica seria desnecessária de se entender, por exemplo, que “[a] língua portuguesa é uma das poucas que permite quase absoluta liberdade de colocação pronominal (mas há quem faça disso uma questão vital!)” (Benedetti 2003:43); afirmação essa inserida, por sinal, num texto que adota uma colocação de clíticos canônica.

Infere-se, então, que, para Benedetti, não é necessário frisar os dilemas da situação de padronização do português do Brasil na formação (inicial ou continuada) em tradução, pois, por um lado, seria matéria de conhecimento geral para o coletivo, e, por outro, porque, no fundo, pelo menos no atinente a essa variedade linguística, os problemas de padronização, encarnados na posição dos pronomes átonos complemento, não existiriam. Não seria sequer matéria pacífica, seria fantasmagórica, artificial e inócua; um problema inexistente, numa visão limitada.

É essa inexistência, portanto, que deverá ser confirmada ou infirmada. Para isso, será efetuado um novo recorte, que se apresenta a seguir, com o qual se delimitará um contexto, dentre os múltiplos possíveis, que venha a ilustrar as percepções que “sobre a tradução, sobre a profissão de tradutor e sobre nossa própria língua” (Benedetti 2003:36) vivencia um coletivo de tradutores e tradutoras brasileiras em formação.

4.2. A GERAÇÃO DE DADOS E A RELEVÂNCIA DO CONTEXTO: OS CURSOS DE TRADUÇÃO DUMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA DO CENTRO-OESTE

Para iniciar a apresentação e análise de abordagens acerca da norma linguística do português por parte de estudantes de tradução e de alguns dos seus formadores e formadoras, impõe-se a necessidade de delimitar um novo contexto de pesquisa. No caso, pela possibilidade de inserção prolongada em campo e pelo interesse para este estudo, optou-se por concentrar o levantamento dos dados numa universidade pública federal da região Centro-Oeste do Brasil, a Universidade de Brasília (UnB), à qual a que escreve está vinculada desde 2010 como professora do quadro permanente do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução. Dentro dessa instituição, situada no Brasil central, o alvo retratado são os cursos de Tradução, diurno e noturno, mais especificamente o de Letras/Tradução Espanhol, de cuja matriz curricular quem escreve foi uma das construtoras e de cuja implementação participa praticamente desde a sua entrada em atividade.

A inserção acadêmica da área de Tradução em cursos de graduação no Brasil se verifica a partir do final da década de 1960. O primeiro curso superior para a formação na prática tradutória no país foi criado em 1968 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), seguido em 1973 pelo primeiro curso em ambiente público federal – o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). À continuação foram abertos, sucessivamente, os cursos da então Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas (denominada, desde 1998, Centro Universitário Ibero-Americano, e, a partir de 2009, Centro Universitário Anhanguera de São Paulo), em 1976; o da Universidade Estadual Paulista de São José

do Rio Preto (UNESP-Rio Preto), em 1978; e, em 1979, o da Universidade de Brasília¹⁸².

Até 2012, segundo Costa (2012:168-9), estavam em funcionamento no Brasil 18 cursos de bacharelado em Tradução, dez dos quais concentrados no estado de São Paulo. Dentre eles, 11 trabalham apenas com o inglês, três com o espanhol e o inglês, um com o inglês e o francês, mais um com o francês, inglês e espanhol (o da Universidade de Brasília) e os dois restantes, encontrados na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com outros idiomas.

Já Costa (2013:217) faz um levantamento que amplia para 28 o número de cursos de Tradução em atuação à época em território brasileiro. A diferença na cifra apurada em relação a Costa (2012:168-9) deve-se, sobretudo, à contagem mais exaustiva dos ministrados por instituições de ensino privadas.

Assim, como foi dito, o devir acadêmico da área de Tradução na Universidade de Brasília iniciou-se em 1979 com o bacharelado diurno em Letras/Tradução do Instituto de Letras, criado por Delton de Mattos e Ulf Gregor Baranov (Costa 2013:173). Foram pioneiros na formação universitária do tradutor profissional, como também no lançamento de alguns dos primeiros trabalhos sobre tradução editados no Brasil: *Estudos de tradutologia*, organizado por Delton de Mattos, em 1981, e *Cultura e tradutologia*, em 1983. Contribuiu à implementação desses estudos o ambiente da Capital Federal, espaço privilegiado de interlocução internacional, com frequência com demandas oficiais de Estado que requerem da tradução de documentos, representadas na figura comum das embaixadas, espalhadas pela cidade.

Criado inicialmente com três habilitações – alemão, francês e inglês –, o curso de Letras/Tradução diurno da Universidade de Brasília enfrentou vários problemas ao longo da sua história, dentre os quais o fechamento da habilitação em alemão, sendo este um dos mais cruciais. Trinta anos após a inauguração, foi percorrido um longo e complexo processo de construção da identidade desta instituição. Em 2008/9, num

¹⁸² A dificuldade de reconstruir os primeiros passos da história da implantação da Tradução no Brasil no ensino universitário transparece se observadas as contradições entre os dados, fragmentários, que podem ser colhidos em estudos que descrevem esses momentos iniciais. Assim, implícito nas palavras de Carneiro (2012:14) está o entendimento de o curso de Tradução da UnB ter sido aberto logo após o da PUC-RJ (1968) e antes do da Ibero-Americana, em 1976, quando, a bem da verdade, o seu funcionamento efetivo data de 1979. Já o ano de 1978 como o inaugural da presença da Tradução na área do ensino público federal, com a abertura do curso da UFRGS, é lembrado somente por Costa (2013:74).

momento de intensa expansão do ensino superior no Brasil com a implementação do programa REUNI¹⁸³ na Universidade de Brasília, nasceu Letras/Tradução Espanhol, ministrado no período noturno, visando tanto a complementar a formação acadêmica de profissionais já inseridos no mundo do trabalho, quanto a atender uma demanda de alunos e alunas do curso de Tradução diurno (que trabalham com inglês ou francês), de estudantes da Licenciatura em Letras/Espanhol (ministrado também em período noturno) e da comunidade em geral que busca formação nessa área.

O curso foi colocado em funcionamento no primeiro semestre letivo de 2009, com a realização de avaliação por meio de vestibular e o ingresso da primeira turma (em torno de 30 estudantes por entrada através da prova de vestibular) no segundo semestre desse ano. Neste semestre, a concorrência costuma ser menor do que a averiguada nos processos seletivos realizados em torno da finalização do ano letivo no Brasil, cujo fechamento ocorre geralmente no mês de dezembro¹⁸⁴. O Projeto REUNI disponibilizou dez vagas de docentes para esse curso, para cujo preenchimento foram realizadas seleções via edital público, por meio do qual, até março de 2015, nove candidatas e candidatos e foram aprovados e, a seguir, nomeados e encaminhados para o início do exercício das suas funções. Faz parte ainda do planejamento de expansão a realização dum último concurso durante o primeiro semestre de 2015. O preenchimento dessa última vaga remanescente está previsto para o segundo semestre do ano de 2015.

O curso de Letras/Tradução Espanhol é, então, um bacharelado noturno, cujo currículo se concentra em dois principais eixos interligados: prática tradutória e reflexão teórica. Abrange ainda estudos nas áreas de línguas, linguística, cultura e literatura. O curso compreende 168 créditos¹⁸⁵, dos quais 118 são obrigatórios e 50

¹⁸³ Trata-se dum programa do governo federal de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras. Instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, teve como objetivo oferecer às instituições federais condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

¹⁸⁴ No Brasil, as universidades públicas estão entre as melhores instituições de ensino superior, inclusive sendo estes os espaços privilegiados de desenvolvimento de pesquisa. A partir de 2008, além do projeto REUNI, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve investimentos importantes no ensino superior e técnico por meio da expansão e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o qual contribuiu para a capilarização da rede pública federal de Ensino Médio Técnico, de Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogos em cidades brasileiras a partir de 50 mil habitantes.

¹⁸⁵ Cada crédito equivale a 15 horas letivas.

optativos¹⁸⁶. O coletivo discente realiza, dentro do âmbito desses 118 créditos, um Estágio Supervisionado (de 6 créditos ou 90 horas letivas) e produz uma monografia denominada Projeto Final de Curso (correspondente à mesma carga horária).

Com vistas ao desenvolvimento da competência linguística na tradução das línguas de trabalho do curso, fazem parte do currículo quatro disciplinas de Espanhol como Língua Estrangeira, que compreendem um total de 24 créditos (ou 360 horas letivas), e ainda, em relação ao português, as disciplinas *Prática de Textos*, de 4 créditos (60 horas letivas) e *Redação para Tradução*¹⁸⁷ (matéria optativa com a mesma carga horária). Também compõe o cenário de criação duma base na área de conhecimentos dos Estudos Linguísticos a matéria denominada *Introdução à Linguística*¹⁸⁸ (igualmente de 4 créditos).

A sistematização da prática de traduzir, desenvolvida ao longo de pelo menos 11 disciplinas de prática obrigatórias, consiste na tradução e versão de textos de diferentes gêneros e áreas de conhecimento, privilegiando principalmente a jornalística, econômica, jurídica, técnico-científica e literária. Nesse ínterim, são trabalhadas diferentes estratégias tradutórias e concepções do traduzir. Assim, a prática tradutória, fundamentada em reflexão teórica, pretende preparar profissionais para futuros desafios do exercício da tradução.

Ao final do curso de graduação, cada estudante desenvolve e apresenta o Projeto Final, um trabalho acadêmico orientado por um membro do corpo docente do curso, em que aplica o que aprendeu, geralmente fazendo uma tradução acompanhada duma discussão embasada em teorias relevantes e dum relatório sobre o processo tradutório. O projeto é defendido perante uma banca composta de três membros (o responsável pela orientação do projeto e mais dois membros do corpo docente do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução ou doutros departamentos, além de especialistas

¹⁸⁶ Na universidade em questão, um terço das disciplinas dos cursos ministrados são de caráter optativo, escolhidas pelo aluno dentre o elenco das ofertadas na instituição de modo a articular um percurso formativo o mais personalizado possível.

¹⁸⁷ Essa disciplina serviu de espaço para a coleta de informações relativas às crenças sobre tradução de tradutores e tradutoras em formação, estudantes do curso, ao longo de cinco semestres letivos: do 1º de 2010 ao 1º de 2012. Os resultados aparecem na seção 4.4. deste trabalho.

¹⁸⁸ Dita disciplina, pelo fato de abordar assuntos relativos à variação linguística do português do Brasil e sua avaliação, será mencionada na seção 4.5.1 deste trabalho, com motivo da análise de depoimentos colhidos em grupo focal realizado com três alunas do curso de Letras/Tradução Espanhol em 04/05/2015. Igualmente, a matéria em questão será citada na seção 4.5.2., por causa da alusão a ela presente em instrumento de pesquisa aplicado a alunas e alunos dos distintos semestres do curso durante o período compreendido de 04 até 08/05/2015.

na área) e o evento é aberto à comunidade. Desde os primeiros Projetos Finais apresentados, é adotada a prática de convidar, como um dos três componentes de cada banca, um avaliador ou avaliadora externa, que não faz parte do corpo docente que atua no curso de Letras/Tradução Espanhol. Apesar de não ser este o seu objetivo essencial, o Projeto Final serve ainda como ponto inicial para a construção duma proposta de mestrado, dando continuidade ou desdobrando o tema de estudo na graduação em programas de pós-graduação na área.

Hoje, trinta anos após o início das suas atividades, os Bacharelados em Letras/Tradução da UnB continuam sendo uma referência no Brasil em formação de profissionais na área da tradução escrita. Egressos e egressas dessa formação acadêmica têm encontrado, ao longo de três décadas, mercado profissional abrangente no Distrito Federal, no Brasil e no exterior. E é para dentro desse contexto, e a partir do seu interior, que se dirigirão olhares daqui para a frente sobre as concepções acerca de norma linguística de estudantes de tradução e de professores e professoras responsáveis pela sua formação.

4.3. FORMANDO AGENTES DA PRÁTICA TRADUTÓRIA DE PORTUGUÊS DO BRASIL: DOCENTES EM CONTEXTOS DE AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA

Além do corpo discente, faz parte do contexto de ensino-aprendizagem acima apresentado um coletivo de docentes caracterizado igualmente por uma heterogeneidade que parece inerente ao mundo da tradução, quer seja como profissionais do ofício, como estudantes ou, ainda, como responsáveis pela sua formação.

Essa última heterogeneidade pode derivar, em grande medida, do fato de que “não existe licenciatura em Estudos da Tradução em universidade brasileira alguma” (Wyler 2003:21). Talvez não seja esse o caminho – a institucionalização dum espaço, em nível de graduação, para a formação de professorado de Tradução. Porém, o reconhecimento da debilidade da oferta e da formação de professorado da área poucas medidas concretas tem produzido até hoje no Brasil. No caso específico da Universidade de Brasília, o curso não toca de maneira direta, mas sim implicitamente (até pela sua própria existência), questões ligadas ao ensino da prática tradutória. Contudo, o assunto não é abordado através duma reflexão sistematizada, nem sequer,

por exemplo, sob a forma duma disciplina oficial, optativa, inserida no currículo de graduação ou pós-graduação como formação complementar.

De fato, ainda que o interesse acadêmico pelos Estudos da Tradução venha aumentando nas universidades brasileiras desde a década de 1980, o mesmo não parece ter acontecido no mesmo ritmo com a reflexão sobre o ensino da tradução (Rodrigues 2012:15). Já em 1987, no III Encontro Nacional de Tradutores, que tinha como tema precisamente “O ensino da tradução”, Francis Aubert, professor da Universidade de São Paulo, declarava, acerca do desenvolvimento das diversas dimensões da pesquisa pedagógica sobre e para a formação em tradução, que, “apesar de suas limitações e de seus percalços, as instituições universitárias que abrigam cursos de tradução têm, neste conjunto de tarefas a ser executadas, um papel fundamental” (Aubert *apud* Rodrigues 2012:15).

Das revistas brasileiras mais conhecidas na área, duas dedicaram números especiais ao assunto: *TradTerm*¹⁸⁹, em 1997, e *Cadernos de Tradução*¹⁹⁰, em 2006.

¹⁸⁹Nesse volume de *TradTerm*, o número 04.1 (disponível em http://myrtus.uspnet.usp.br/tradterm/site/index.php?option=com_content&view=article&id=22:volume-041&catid=3:edicoes&Itemid=3, acesso em 15/03/2015), vale destacar, em relação à sua relação com questões de norma linguística do português do Brasil o artigo de Brezolin intitulado “Humor, sim. É possível traduzi-lo e ensinar a traduzi-lo”. Nele é apresentada uma pesquisa em que o autor solicita dum grupo de alunos e alunas brasileiras a tradução duma série de piadas em inglês, dentre as quais a discussão da primeira e da última resultam especialmente interessantes. Em ambas se pode perceber uma apresentação totalmente acrítica sobre problemas, tanto de discriminação cultural quanto de ordem relativa propriamente à avaliação sociolinguística. A primeira das piadas, em cuja tradução o pesquisador diz a maioria do coletivo participante na pesquisa não ter tido dificuldade, “faz sentido na sociedade americana onde os poloneses são ridicularizados e tidos como ignorantes. Ao tradutor bastaria, então, referir-se ao grupo étnico que é alvo de chacota em sua cultura de chegada. No Brasil, todos sabemos, os portugueses representam esse grupo” (Brezolin 1997:20). Trata-se, assim, duma proposta que mostra um marcado antiportuguesismo internalizado acriticamente, que contrasta, por sua vez, com um uso canônico dos clíticos, passível de ser entendido hoje como lusófilo. Na frase a seguir, por exemplo, nada obstaria na norma culta brasileira para a colocação do pronome em posição proclítica, o que, no entanto, não é feito: “Aí, o comprometimento ao efeito humorístico parece-me bastante apropriado”. Já a última piada utilizada na pesquisa é carregada de implicações sociolinguísticas que não são questionadas em absoluto no artigo. Trata-se da tradução dum fenômeno característico do Black English Vernacular, que é considerado um “*erro*”, em itálico, característico da fala infantil, em função de a personagem da piada, de fato, ser uma criança que está em contexto escolar, cuja fala é explicitamente reprimida pela professora. Diz Brezolin: na tradução, “[c]aso escolhêssemos o mesmo tipo de *erro* (dupla negativa) cometido pela criança americana, isso passaria despercebido em português, pois tal prática é perfeitamente possível nesta língua. Nesse caso, o tradutor deve buscar elementos característicos da fala de uma criança que possam ser considerados *erros*. Assim, a utilização incorreta de *a gente* com verbo no plural parece bastante natural para uma criança em fase de alfabetização” (Brezolin 1997:28). No português do Brasil não padrão são comuns formas como “a gente podemos” e “nós pode”, mas não apenas na fala infantil. Aliás, a distribuição de ambas as formas não é aleatória. Está confirmado que, no caso de crianças até 10 anos de idade, há uma forte tendência ao uso da desinência “-mos” no tempo passado, e de suprimi-la no presente, independentemente de o sujeito ser “nós” ou a “a gente” (Bortoni-Ricardo 2011:235). Portanto, em respeito à gramaticalidade de formas não padrão, a tradução da piada, em que uma criança afirma não poder fazer a lição por não ter lápis, não deveria ser “a gente não podemos fazer a lição”, mas “nós não

Esta última termina com uma seleção bibliográfica de obras relativas ao ensino da tradução, elencada por Pagano e Vasconcellos. Segundo Rodrigues (2012:16), por meio da sua análise pode-se verificar que a maioria das indicações apontadas é de autoras e autores não brasileiros: “dos 57 itens selecionados, apenas sete são de pesquisadores que atuam no Brasil, alguns com contribuições em inglês”. Não se trata, é claro, de desconsiderar a priori elaborações provenientes de contextos forâneos, mas sim de constatar a possibilidade dum necessário ajuste na sua implantação no Brasil. E essa ponderação da adequação das experiências exteriores pode estar ligada também, especificamente, à configuração sociolinguística da língua. A majoritária de tradutores e tradutoras no Brasil, o português. Sobre o tema, lembra Rodrigues (2012:16):

Podemos, é claro, nos nutrir das pesquisas e das experiências vindas do exterior. Mas é necessário ter em mente que a tradução é uma atividade contextualizada, assim como seu ensino. Temos, aqui, especificidades que não partilhamos com outros países. Por exemplo, quando Judith Woodsworth, da Universidade Mount Saint Vincent, Canadá, esteve no Brasil em 1998, ficou muito surpresa quando soube que nossos currículos incluíam ensino de língua portuguesa.

Poder-se-ia pensar que essa demanda proviria dum conhecimento limitado da norma padrão por parte de estudantes de tradução, pois essa é, como foi visto, a abordagem tradicionalmente adotada no âmbito escolar no tocante ao desenvolvimento da competência linguística de falantes duma comunidade e, também, de profissionais da tradução. No entanto, a questão pode assumir uns contornos peculiares, particularmente tensos, em espaços como o brasileiro, em que, como se viu no capítulo 1, a distância entre os usos cultos e a norma padrão é questionada de forma explícita. Por outro lado, e independentemente da língua de que se trate, é inegável que os problemas ligados ao tratamento da variação linguística são alguns dos nós górdios ligados à prática tradutória. Assim sendo, também o são na formação de profissionais nessa prática, em especial no tocante a nichos como o da tradução do vernáculo, das formas não padrão estigmatizadas e das variantes geoletais. Para Ridd (Marini e Costa 2013:205), um dos primeiros membros do corpo docente do curso de Tradução Inglês da Universidade de Brasília e o mais antigo em atividade:

pode fazer a lição”. Contudo, a mesma colocação sobre os valores atribuídos a formas estigmatizadas segue aí, sem qualquer problematização. Assim, tanto no caso desta quanto daquela piada, as implicações ideológicas e sociolinguísticas, múltiplas, são sequer colocadas. Lembre-se, contudo, que o artigo em questão data de 1997.

¹⁹⁰ O volume em questão está disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/440>. Acesso em: 15/03/2015.

Uma coisa que não fazemos bem ainda é trabalhar a fala espontânea no curso. Se você tiver que trabalhar algum dia com uma fala espontânea, por exemplo, em documentários, alguém entrevistado no meio da rua, e não se preparou, terá dificuldade de se expressar. Isso é muito mais difícil de traduzir do que textos que as pessoas apresentam como o cúmulo do desafio. A fala é muito mais separada entre as línguas, o que as pessoas dizem numa fala espontânea é muito mais distante de uma língua para a outra do que o que escrevem, porque a escrita é uma coisa que se aprende sistematicamente na escola. E as pessoas revelam muito mais impensadamente suas ideologias na fala espontânea, até por se traírem.

Durante o seu depoimento, em entrevista concedida a Marini e Costa (2013:205), Ridd levanta a necessidade, mas também formula a impossibilidade de se ensinarem estratégias para resolver problemas de tradução presentes em “textos (...) com forte influência da fala cotidiana”. Sobre o assunto, Ridd (Marini e Costa 2013:207) indica taxativamente: “Não tem como ensinar isso”. Não pode ser ensinado no sentido de que, certamente, não é possível oferecer uma solução única, uma fórmula, e menos ainda saídas simples, para problemas de tradução ligados à variação linguística. Só cabe ao corpo docente construir momentos de confronto com esse tipo de problemas para que alunas e alunos percebam a natureza da prática tradutória como inerentemente relacionada à tomada de decisões: “Exponho essa experiência para o aluno em sala de aula; não estou levando nenhuma solução para ele, estou dizendo ‘use todas as armas que estão à sua disposição’”, porque “isso não se ensina, você expõe sua experiência e espera que ele se toque e não que aprenda, tem que se aperceber do que é a realidade de trabalhar com tradução” (Marini e Costa 2013:208).

A rispidez da resposta – “Não tem como ensinar isso” – no caso dum profissional tão respeitado como Ridd chama a atenção. Sem dúvida, as suas palavras resumem a tensão na formação em tradução ao lidar com aqueles espaços que melhor ilustram o fato de que traduzir não é uma atividade automática, derivada da aplicação de regras e princípios normativos, sujeita a soluções únicas e supostamente livre de implicações ideológicas. Como diz Ridd (Marini e Costa 2013:205): “as pessoas revelam muito mais impensadamente suas ideologias na fala espontânea, até por se traírem”.

Sobre essas questões imagina-se que o professorado de tradução tenha uma percepção fina, visto que, consoante Wyler (2003:21), “[o]s professores da área saem atualmente dos quadros de Letras”, cenário onde esse tipo de problemas é discutido. É precisamente isso o acontecido com grande parte do professorado do curso de

Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília. Assim, a fim de traçar um retrato, eminentemente qualitativo, de perfis do corpo docente envolvido no processo de formação em tradução do espanhol nessa universidade, serão analisados a seguir depoimentos obtidos em entrevistas celebradas, respectivamente, nos dias 22 e 25 de abril de 2015 com dois membros desse corpo docente. Trata-se de Magali de Lourdes Pedro e Júlio César Neves Monteiro. A sua escolha, dentre o coletivo que atua na formação em tradução nesse curso, se deveu ao fato de representarem perfis marcados por divergências representativas dos distintos percursos profissionais, acadêmicos e docentes que caracterizam o professorado do curso, além de pela sua atuação em distintas disciplinas práticas de tradução para o português. Espera-se apreciar em concreto quais as suas concepções sobre norma linguística do português do Brasil e as implicações dessas questões na prática tradutória e na formação de profissionais da área em contextos acadêmicos.

4.3.1. A professora formada em Letras, entre a tradução e o ensino

A partir duma abordagem inicial dos dados obtidos em entrevista¹⁹¹, transparece o paralelo, convergente ou divergente – segundo o caso – entre os perfis da professora Magali Pedro e de Ivonne Benedetti, tradutora que, como se viu, fez parte da comunidade de TRAD-PRT e que também foi entrevistada para o capítulo 3 deste trabalho. Formada em Letras com especialização em Tradução pela Universidade de São Paulo (como Benedetti), Pedro é professora na instituição, com atuação predominante em disciplinas de tradução especializada para o português (nas áreas jurídica, econômica e técnica)¹⁹².

As coincidências com Benedetti não param por aí. Junto aos primeiros passos na seara acadêmica, os depoimentos de ambas deixam transparecer ambiguidades e reelaborações do dito no atinente às suas identidades profissionais. Consoante foi apontado no capítulo 3, Benedetti constrói a sua fala acerca das duas práticas para as

¹⁹¹ O guia de entrevista elaborado para orientar a exploração de assuntos previstos durante o encontro aparece no anexo 3.

¹⁹² Como resumo de sua formação acadêmica e percurso profissional, Pedro informa no texto de abertura do seu currículo na Plataforma Lattes do CNPq: “Possui graduação em Bacharelado em Letras pela Universidade de São Paulo (1993), graduação em Licenciatura em Letras Português/Espanhol pela Universidade de São Paulo (1997) e mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (2007). Atualmente é professor da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Tradução”. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700614Y0>. Acesso em: 02/05/2015.

quais se formou – o ensino de português e a tradução – num movimento de aproximação/afastamento que lembra o praticado por Pedro. No entanto, se o ingresso de Benedetti no mundo acadêmico se deu a fim de preparar a sua atuação no campo do ensino, para só depois entrar no afazer tradutório, Pedro fez o caminho inverso. Ao ter iniciado as suas atividades como tradutora antes da conclusão do curso de bacharelado em Letras, iniciado em 1993, afirma:

Quando eu comecei a especialização em Tradução, já trabalhava como tradutora, como auxiliar duma tradutora pública (...). Comecei em mil noventos e, dezembro de 89, não é? (...) Como professora, como professora... eu comecei em noventa... e dois, não é? (...) Já comecei trabalhando, antes da formação (00:00:30-00:01:58).

O fato de ter sido a modalidade de bacharelado a primeira escolhida por Pedro aponta para uma opção pelo campo de atuação profissional na área tradutória, em combinação, contudo, não completamente pacífica com a docência, preferência muito mais comum entre os egressos e egressas das áreas de Letras.

A minha professora do primeiro ano de espanhol me convidou para esse trabalho. É tradutora pública, em São Paulo. Ela é professora da USP e tradutora pública, e me convidou. E aí entrei no mundo maravilhoso da tradução pública, nessa época, tanto que eu não tinha ideia de ser professora, queria ser tradutora, não é? Mas depois a vida foi fazendo suas curvas, não é? E eu acabei nas duas, sempre procurando manter as duas (00:02:07-00:02:34).

Em que pese a frase final, quando Pedro disserta acerca das possibilidades de inserção no mercado das egressas e egressos do curso de cujo corpo docente faz parte, é confirmada certa tensão que parece permear a sua relação com o campo do ensino. Diz Pedro: “Eu sou tradutora pública, eu tenho uns dez livros traduzidos, não é?, na área técnica, tenho literatura, já traduzi para o teatro, tal. Vocês estão me vendo dando aula aqui, não é? Por que será? Sabe, vamos desconfiar um pouco!” (00:22:57-00:23:15).

Esse entrecruzamento dificultoso de identidades profissionais aparece marcado ainda, no depoimento de Benedetti em 29/03/2015, por certa imbricação entre o sentimento de insegurança de iniciantes na tradução e a sua percepção duma falta de embasamento teórico/reflexivo nas questões dos Estudos da Tradução. O discurso de Pedro, que atua hoje de forma predominante como professora no campo específico de formação em tradução, lida, por sua vez, de forma menos tensa com a ausência de formação prévia ao seu ingresso no ofício, tanto na tradução quanto no ensino. Assim, se a Benedetti tradutora conceitualiza os seus inícios na profissão como marcados pela

insegurança, associada também à natureza como atividade autônoma da atuação da imensa maioria do coletivo da tradução no Brasil, Pedro se afasta do conflito ao construir o seu lugar de fala a partir da posição de professora e tratar das questões de mercado sobretudo em relação ao corpo discente do curso em que atua, não a ela mesma.

Os esquecimentos também constituem elementos salientes na interpretação de como Pedro articula o discurso no que tange à sua identidade profissional. Só depois de arguida pela entrevistadora, Pedro lembra: “Ah, sim! Aí eu trabalhei como professora de Português Língua Estrangeira no Uruguai” (00:02:38-00:02:46). Com atuação docente nesse país, afirma, desde 2005, ingressou como professora assistente no curso de Tradutorado Público da Universidade da República em 2008, ao qual esteve vinculada até 2012, desde quando faz parte do corpo docente do curso de Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília. Durante o período em que permaneceu vinculada à Universidade da República, relata, ministrou um curso à distância sobre o Acordo Ortográfico de 1990 para residentes no país com interesse em português, o primeiro curso dessa modalidade no Uruguai. A abordagem do tema, além do tratamento de questões declarativas acerca das mudanças ortográficas concretas que inclui, se concentrou na discussão de dimensões políticas e econômicas implicadas na sua implementação. O Acordo Ortográfico foi abordado, portanto, como um lócus de conflito que permite a ressignificação de categorias como ortografia/língua/linguagem/cultura, no seio de problematizações de ordem ideológica. Esse será precisamente o papel, como se verá, que Pedro atribui à formação de nível universitário em Tradução.

Como em qualquer discurso, em especial os caracterizados pela fluência no encadeamento das ideias e da fala, silêncios, pausas e esquecimentos constituem elementos que pontuam de forma nítida os pontos em que uma reelaboração do discurso se faz presente. A primeira pausa que desponta pela sua longitude no discurso de Pedro remete ao questionamento acerca do papel que ela avalia terem a Teoria da Tradução e os Estudos Linguísticos na formação em tradução. Pedro realiza uma pausa de dez segundos para responder, na qual estão sendo computados os destinados à reformulação resumida da pergunta pela entrevistadora e um comentário de Pedro anterior ao início da resposta: “Muito interessante” (00:08:13-00:08:14). Quando finalmente ela começa, a partir da frase “Porque o que eu vejo” (00:08:16-

00:08:17), essas primeiras palavras são seguidas por outra pausa da mesma duração, durante a qual ela gesticula, entre risos acompanhados pela entrevistadora, indicando a dificuldade de formular uma resposta à colocação.

Quando finalmente recomeça, Pedro recorre a uma frase que se abre com “O que eu vejo realmente é que” (00:08:28-00:08:29). Esse elemento vem pontuar o fato de que Pedro só considera possível responder ao questionamento atrelando o pensamento a um contexto didático concreto: não haveria, então, resposta pedagogicamente válida se descolada dele. O contexto em relação ao qual se valida ou infirma a relevância da Teoria da Tradução e dos Estudos Linguísticos na formação em tradução é descrito a seguir.

Pedro começa o raciocínio apontando as deficiências que encontra na formação prévia de estudantes do curso, em especial no tocante às suas competências em língua portuguesa. Pedro diz, sobre os resultados obtidos nas provas de vestibular, comparando as avaliações de ingressantes em Tradução Espanhol com as dos outros cursos da UnB: “as notas que eles tiram são as mais baixas” (00:08:52-00:08:54). Já especificamente acerca da competência linguística em português dos alunos e alunas, pondera: “Eles ingressam num curso de quatro anos com deficiência em língua portuguesa” (00:09:39-00:09:42). “Chegam com um português do segundo grau, chegam com uma, muitas vezes com uma gramática normativa dentro da cabeça e até que ponto? O ponto suficiente para entrar, passar no vestibular, não é?” (00:15:23-00:15:35).

De fato, considerando os dados constantes dos boletins informativos de 2010¹⁹³, 2011¹⁹⁴ e 2012¹⁹⁵ divulgados pelo CespeUnB, órgão encarregado da organização das provas de ingresso da instituição, além de diversos concursos públicos, o diagnóstico

¹⁹³ Disponíveis em:
http://www.cespe.unb.br/vestibular/1vest2010/arquivos/BOLETIM_INFORMATIVO__1__VESTIBULAR_2010.PDF
e
http://www.cespe.unb.br/vestibular/2vest2010/arquivos/BOLETIM_INFORMATIVO__2O_VESTIBULAR_2010_PARA_SITE_30.08.2010.PDF. Acesso em: 15/03/2015.

¹⁹⁴ Disponíveis em:
http://www.cespe.unb.br/vestibular/1vest2011/arquivos/BOLETIM_INFORMATIVO__1__VESTIBULAR_DE_2011.PDF
e
http://www.cespe.unb.br/vestibular/2vest2011/arquivos/BOLETIM_INFORMATIVO__2O_VESTIBULAR_2011.PDF. Acesso em: 15/03/2015.

¹⁹⁵ Disponíveis em:
http://www.cespe.unb.br/vestibular/1vest2012/arquivos/BOLETIM_INFORMATIVO__1O_VESTIBULAR_2012.PDF
e
http://www.cespe.unb.br/vestibular/2vest2012/arquivos/BOLETIM_INFORMATIVO__2O_VESTIBULAR_2012.PDF. Acesso em: 15/03/2015.

não resulta muito animador. Os resultados do sistema universal dos dois vestibulares anuais celebrados no período aparecem resumidos a seguir a partir dos argumentos mínimo e máximo (isto é, as maiores e as menores notas obtidas nas provas, com pesos específicos segundo as áreas de conhecimento) necessários para conseguir uma vaga nalguns dos cursos ministrados pela UnB, junto com os requeridos para ingressar no curso de Letras/Tradução Espanhol. Os argumentos negativos se originam em função de os dados representarem não os escores brutos, mas os resultados obtidos em relação à média geral de participantes em cada vestibular.

Tabela 24: Argumentos mínimos e máximos de ingresso na Universidade de Brasília e em Letras/Tradução Espanhol, do 1º semestre letivo de 2010 ao 2º de 2012

Sem.	Argumento mínimo de ingresso nos cursos da UnB		Argumento máximo de ingresso nos cursos da UnB		Argumentos Letras/Trad. Esp.	
	De	Até	De	Até	Mínimo	Máximo
1º/2010	-196,00	420,70	53,00	522,60	-21,40	53,00
2º/2010	-185,90	402,20	29,30	557,00	-95,60	206,80
1º/2011	-187,40	407,70	64,10	345,40	-29,30	127,30
2º/2011	-174,90	291,40	-172,60	397,10	-88,00	17,40
1º/2012	-264,45	402,85	5,35	598,40	-213,15	62,70
2º/2012	-229,92	386,73	-25,16	531,70	-124,39	16,86

O cenário não dista muito do presente nos demais cursos de Letras, nem doutros cursos de Licenciatura, nessa área ou noutras, que são destinados no Brasil à formação de professorado. Contudo, não deixa de ser perceptível que, por um lado, os mínimos obtidos por ingressantes no curso de Tradução Espanhol são negativos; quer dizer, há candidatas e candidatos aprovados com médias inferiores ao promédio geral em todas essas edições do vestibular. Já a distância entre os argumentos máximos e mínimos (que oscila entre 74,4 pontos no 1º semestre de 2010 e 302,4, no segundo) é um indicador da heterogeneidade constitutiva do corpo discente do curso de Letras/Tradução Espanhol.

Como ilustra a tabela seguinte, a demanda e candidatos e candidatas por vaga para ingresso no curso também é reduzida, muito embora ainda existam cursos na instituição com índices inferiores.

Tabela 25: Demanda mínima e máxima de ingresso na Universidade de Brasília e em Letras/Tradução Espanhol, do 1º semestre letivo de 2010 ao 2º de 2012

Semestre	Demanda mínima de ingresso nos cursos da UnB	Demanda máxima de ingresso nos cursos da UnB	Demanda Letras/Trad. Esp.
1º/2010	0,64	141,93	5,33
2º/2010	1,08	84,41	2,96

1º/2011	1	153,36	4,83
2º/2011	0,41	92,55	2,67
1º/2012	0,43	151,29	2,53
2º/2012	0,80	91,21	1,54

Perante um cenário como esse, agora abrindo o *zoom* para se afastar do perfil concreto de quem se candida ao curso, mas ainda ligada ao imediato, Pedro afirma:

E os estudos linguísticos, do meu ponto de vista, não sei como é feito, ignoro totalmente, mas do meu ponto de vista teria que ter um espaço muito grande justamente para discutir a questão da linguagem, de norma e de uso dentro, para os Estudos da Tradução isso é fundamental, é importantíssimo (00:15:39-00:16:00).

Interessa apontar aqui a constatação por Pedro de a disciplina *Introdução à Linguística*, obrigatória no currículo do curso, ser ministrada por professorado mais ligado a áreas do núcleo duro dos estudos linguísticos do que ao campo da Tradução, pelo qual a exploração dos conteúdos abordados não tem por que ser a mais adequada para estudantes do curso. No entanto, é esperável que seja representativa das concepções contemporâneas sobre língua e linguagem predominantes em contextos acadêmicos brasileiros, que podem estar ligadas, essas sim, à relação com a norma de brasileiras e brasileiros aprendizes de tradução.

Se as reflexões acerca do papel da Teoria da Tradução e dos Estudos Linguísticos na formação em tradução vieram precedidas por longas pausas, o extremo contrário se verifica quando é colocado à entrevistada um questionamento relativo à importância de linhas que problematizam a relação de brasileiros e brasileiras com a norma culta e o padrão, como a do preconceito linguístico. Nesse ponto, pisando até o turno da entrevistadora, Pedro responde enfática: “Tem uma relevância absoluta. Que é que o Marcos está fazendo, que não dá umas aulas para eles, por favor?” (00:27:13-00:27:19). Trata-se do extremo oposto das concepções de Benedetti, para a qual, dentro doutro contexto e como já foi dito, “discussão sobre norma ou não-norma, etc., tudo isso é muito bonito em revistas acadêmicas e certas publicações”. Esses debates resultariam improcedentes porque “precisamos saber que as editoras e os clientes esperam uma escrita indiscutível, ou seja, dentro da norma culta. Por isso acho ociosas essas discussões em listas de tradutores” (diz Benedetti na mensagem 256041, de 29/04/2010, de TRAD-PRT). Também o seriam no campo da formação em tradução, pois, consoante afirma em entrevista em 29/03/2015, “evidentemente, o aluno de um curso da UnB, da USP, etc. e tal, está sabendo desse,

dessas..., desses detalhes, ele não é não permeável a essa..., a essa..., a isso que os linguistas estão propondo”.

As colocações relativas à importância da avaliação de usos e à sua problematização dum ponto de vista ideológico abrangem, segundo Pedro, diversos domínios da variação linguística e são pertinentes na formação em tradução, independentemente da área posterior de atuação profissional. Ecoam na voz de Pedro vozes de TRAD-PRT quando diz, acerca da área de Letras:

Tem gente que é da área e não percebe sotaque, sotaques diferentes, tal. Questão de prestígio, sabe?, questão de..., quando você traduz, você traduz português de que lugar? Do eixo Rio e São Paulo. Por que será? Vamos fazer uma tradução com léxico de Brasília. Você acha que é possível? Como? (00:27:45-00:28:06)

Além do léxico, o domínio gramatical também precisa ser objeto de avaliação por se registrarem oscilações nele, mesmo em textos escritos por brasileiras e brasileiros na norma culta, que mostram uma relação instável com a ideia duma norma padrão.

Acho que é complicado você passar por uma, por um curso universitário sem ter esse tipo de discussão, não é?, porque fica deficiente, mesmo que na prática você não vai usar, não vai usar, ou seja, você vai traduzir manuais que vão seguir ali uma norma, mesmo assim com desvios, como Marcos mesmo mostra, mostra nos livros dele, no doutorado dele, não é?, que existem desvios que as pessoas já nem percebem como desvio. Tem toda essa discussão, a *Dramática da língua portuguesa*, mas... eu acho que para o tradutor é essencial, ela precisa ser uma ferramenta (00:28:22-00:28:56).

O espaço curricular da reflexão sobre a variação linguística do português do Brasil na formação em tradução é, para Pedro, o campo da tradução literária, mas “[m]esmo nos textos técnicos é possível, sim. Mesmo assim. Você vai trabalhar coisa que venha da Internet e tal, você pode incluir uma pequena discussão” (00:30:10-00:30:20). Isso é defendido pela constatação de que determinadas soluções em variação se fazem presentes, embora não de forma consistente e unânime, em textos de caráter formal escritos por brasileiros e brasileiras consideradas cultas, tanto pela sociedade quanto pelas pesquisas sociolinguísticas. O seu caráter problemático, tanto na prática tradutória quanto na formação de profissionais desse campo, deriva da instabilidade proveniente duma situação de padronização vista como conflituosa por causa da não unanimidade avaliativa de determinados fenômenos:

A sociedade está preparada para isso? A sociedade está preparada para ler um átomo depois de vírgula? Mas aí já tem mais ajuda, já tem, já tem trabalhos, mas o pessoal faz

lá doutorado numa área que não tenha nada a ver com nós e a gente já começa a ver: olha, começa com um pronominho, ah!, tudo bem, então tá. Sabe? Já aparecem uns fenômenos, ah, então..., mas alguns outros não, alguns outros fenômenos não (00:58:13-00:58:48).

Para ressignificar o valor desses fenômenos, o professorado pode valer-se do recurso à higiene verbal, isto é, a um falar sobre que exponha componentes de avaliação linguística. No entanto, esse processo, com frequência, poderá implicar a aparição de julgamentos que, pela adscrição de valor a umas formas frente a outras, sejam vistos como preconceituosos. Precisamente é esse o termo ao qual recorre Pedro para retratar a sua interpretação de mostras de higiene verbal provenientes de estudantes do curso de Tradução Espanhol que, inaceitáveis do ponto de vista ideológico, compõem a visão do coletivo estudantil acerca de determinadas variedades do português:

Quando eles abrem, é para, para muito preconceito. Chega até a ter assim, um papo assim, olha, que eu escutei uma vez na sala, fiquei pasma: “Detesto os nordestinos, eles falam tão feio! Eu detesto!”. Eu falei: “Olha, eu sou paulista da capital. Você sabia que, para os meus ouvidos de paulista da capital, entre a fala dum brasileiro e dum nordestino a diferença é mínima, a gente não detecta? E, se eu fosse uma paulista preconceituosa, eu poderia dizer o mesmo da fala de brasileiros”. É muito doloroso isso! Para, para um tradutor eu acho que não é inadmissível esse tipo. Tá, na vida privada você pode até. Tenha preconceito, tenha! É humano ter preconceito. Mas como um profissional é muito complicado abrir a boca e falar assim, alegremente, que isso é horrível, que aquilo... como tradutor, não é?, acho difícil, complicado (00:30:21-00:31:16).

A tensão provém, então, do dilema emanado da própria natureza da higiene verbal: sendo um fenômeno de que a comunidade faz uso habitual, até o ponto de qualquer falante ser higienista verbal (Cameron 1995:9), faz aflorar contradições, até pela sua capacidade de constituir um mecanismo disponível para lidar simbolicamente com outros tipos de conflitos (Cameron 1995:216-7). É nessa arena que se vivencia a formação em tradução, vindo, desse modo, a constituir mais uma das funções da higiene verbal, além das já mencionadas por Cameron (1995:216-7).

Pedro é consciente dessas contradições e as explora nas aulas do curso, embora tangencialmente por considerar a tradução de textos literários, em que não atua, o âmbito em que se tratamento é mais procedente. É durante essas explicações que Pedro relata um contexto concreto em que lembra ter realizado uma sequência didática destinada a trabalhar com questões de variação linguística do português.

Trata-se duma turma da disciplina de *Tradução de Textos Gerais 1*, que ministrou apenas numa ocasião e em relação à qual conta ter recorrido a

um texto do João do Rio da década de 30 em que ele (até em jurídicos eu uso isso, essa brincadeirinha), em que ele criticava, em que ele comentava que nos jornais da época, os jornais, na coluna, aquela coluna para, que fala questões de erros, tal tal tal, criticava o fato de ele usar a palavra trem e não comboio, não é? Então, uma série de críticas ao léxico, não é?, que hoje para nós são variação, mas na década de trinta estavam brigando pelo direito de usar trem em lugar de comboio (00:32:27-00:33:04).

O conflito derivado da defesa da aparição das variantes léxicas brasileiras num texto escrito será o ponto de partida para um questionamento maior em que o autêntico nos usos linguísticos (ao qual se alude como “natural”) se configura implicitamente em contraposição ao “artificial”, associado agora ao tradutês. Expõe Pedro, num segmento em que podem ser observadas quatro repetições da palavra “português”, o elemento que precisa ser elaborado enquanto base do conflito:

Esse texto, variação e, a partir disso, um, um, um, a tradução para o português, toda essa discussão, essa brincadeira com o português e textos em português para chegar na tradução dum trecho de português em que se vê a estrutura Tópico-Comentário (00:33:05-00:33:27).

Trata-se em concreto de traduzir para português um trecho de legendas em espanhol dum filme brasileiro. Os alunos e alunas desconhecem que estão retraduzindo um diálogo originariamente em língua portuguesa. Assim, quando se defrontam com a versão inicial, “eles levavam um choque de não terem pensado nalguns, nalgumas coisas que têm a ver com o uso do português” (00:33:55-00:34:02), diz Pedro. Resaltando o contraste “naturalidade”/“artificialidade”, conforme as instruções recebidas, “[e]ra uma fala e era para parecer muito natural” (00:34:05-00:34:06), mas:

eles pegam um texto com a construção em espanhol, cheio de pronome, com tudo marcadinho, o quê, quem dá o que para quem, e, quando colocam em português, ficou aquele português completamente artificial. E eu falava assim: “Gente, vamos imaginar que é um diálogo”. Inclusive coloquei dois alunos para conversar. (...) Como é que fica isso, no português? (00:34:46-00:35:15)

A tradução para legendagem e dublagem, pelo encontro de oralidade e escrita, implica uma recepção aberta, sem restrições, a possibilidades linguísticas proscritas dos usos cultos que raramente resulta conflituosa para estudantes de tradução no Brasil, constituindo um lócus de elaboração identitária.

Foi uma experiência bem interessante para olhar criticamente para a relação dele mesmo com o português. Por quê? Porque essa língua, que é falada e que eles sabiam que teria que ser falada, não é escrita, só que o tradutor vai ter que produzir isso por escrito muitas vezes, mesmo que depois as pessoas, se elas forem dublar ou alguma coisa assim, elas têm que ter uma, não é? Depois, se fosse uma peça literária, cai na mão dum ator, o ator vai mexer com esse texto, ele não vai seguir ao pé da letra a tradução, claro que não, não é? Mas o tradutor tem que ser sensibilizado para isso. Que seria se esse texto fosse realmente falado? Tem que produzir verossimilhança, como faço isso em português? (00:37:02-00:37:42).

O depoimento anterior ilustra do fato de que a tensão sociolinguística em tradutores e tradutoras brasileiras não deriva apenas da natureza do discurso traduzido, independentemente de que seja entendido como limitado por desvios em relação aos usos da língua de chegada, ou bem reconhecido como um terceiro código. Há um conflito no sujeito tradutor que, com efeito, está vinculado com características individuais e tensões sociais, dentre as quais as pertencentes ao domínio linguístico. Sendo a prática tradutória uma ação de mediação de ordem cultural e, portanto, submetida a normas e confrontos de poder, os elementos que operam nela refletem contradições maiores das estritamente derivadas do afazer imediato da tradução. No caso da atividade anterior, diz Pedro: “Além daquela coisa, além do português, a relação com como se trabalha, quem faz legendagem está sujeito a que forças, não é?” (00:35:58-00:36:06), confirmando a complexidade desse nicho laboral.

Essas forças, de amplo escopo, articulam o que é avaliado ou não como erro numa tradução. Para Pedro, é no domínio da língua que residem os verdadeiros erros de tradução, em contraposição à categoria que denomina “fenômenos”. Sobre aqueles que considera erros, diz, em três momentos:

Para o geral da população, o que o tradutor colocou, bom, se não for uma aberração (...) e se não aparecerem erros de português... (00:57:17-00:57:27)

Está errado, porque se não for um erro mesmo, errou acento, errou verbo, falso amigo, aí já são, entra muitas questões, muitas questões, fica muito difícil fazer uma correção, não é? (01:00:59-01:01:10)

Proparoxítone tem acento mesmo, na antepenúltima sílaba. Não dá, isso é um erro. (...) São os rudimentos do tradutor (01:17:10-01:17:21).

A violação da norma ortográfica constitui, então, um erro inquestionável e imperdoável, donde a complexidade, para profissionais da tradução, da situação de trânsito no tocante à implantação do Acordo Ortográfico de 1990. A indefinição da norma ortográfica eleva o teor já em si problemático a que está submetida, pelo rigor que é socialmente exigido da sua atualização. A origem do erro ortográfico, no caso

de estudantes de tradução, pode estar baseada em lacunas na competência linguística, essas novamente interpretáveis como produto de contradições sociais, mas nem por isso releváveis do ponto de vista avaliativo, nem desculpáveis pela “artificialidade” da escrita:

Tem também a questão da língua falada, tal, e aí tem o código escrito, que é artificial, e papapá. Só que tem que ter esse acento. Então, se ela não aprendeu, pode ter um monte de questões sociais aí por detrás dessa falha, mas ela reitera, não acentuou nenhuma proparoxítona, vou aproximar isso de quê, tem um monte de explicação, mas o resultado é um erro (01:18:43-01:19:08).

Já sobre registro, são mencionados por Pedro dois problemas que merecem uma avaliação distinta: os desvios da tradução em relação ao registro do texto de partida e a adscrição do texto de chegada a um registro concreto de língua, que pode ser adequado ou não. Os primeiros são considerados como “erros”. Sobre eles afirma Pedro: “O erro é mais esse tipo de coisa e também a questão do registro, (...) mas só com o original você vai saber” (01:20:28-01:20:41). Os segundos, por sua vez, parecem fazer parte da categoria dos “fenômenos” de Pedro, que Benedetti reelaborara, conforme foi visto no capítulo anterior, como “impropriedades”.

Deixa ver se eu consigo, porque tem coisa assim, tem uma coisa que é o núcleo duro da língua. Imagina assim, ó, que, tipo: “tô com sono”, “eu tô com sono”, “eu estou com sono”, não é? E uma coisa é essa variação que vai ter a ver com registro, esse tipo de coisa. Isso é uma coisa. Pode ter uma tradução, pode não ser adequada a esse registro (01:02:39-01:03:14).

Essa reelaboração por Pedro da categoria “erro” em “fenômeno” (01:16:15-01:16:16), convergente com as “impropriedades” de Benedetti, confirma a percepção no Brasil duma instabilidade de padronização do português, no que tange àquilo que esta última formulava como a “entrada dentro do texto escrito formal dos usos coloquiais”. Essas colocações de Pedro enveredam, portanto, pelo mesmo caminho que já percorrera no atinente ao uso de clíticos após vírgula: o problema de avaliar fenômenos linguísticos cuja padronização é questionada. Por isso a dificuldade de elaborar o discurso sobre o tema sentida por Pedro se deixa sentir no começo da sua fala sobre o assunto, iniciada precisamente por: “Deixa ver se eu consigo”.

Finalmente, a última das tipologias de erros que Pedro menciona está associada à reprodução acrítica de tendências da estrutura gramatical da língua de partida na de chegada, à falta de controle que Nogueira mencionara no capítulo anterior, do mesmo

modo que exemplificara na tradução de clíticos na atividade sobre legendagem acima citada. Sobre esses desvios no discurso traduzido, afirma:

Se você recuperar isso, é erro porque, sabe?, você não está escolhendo fazer assim, você está sendo obrigado porque você não está pensando, (...) você está amarrado naquilo, não é?, você não tem recursos para sair daquilo, está preso, então você está repetindo (01:15:46-01:16:11).

Para encerrar a análise da entrevista com Pedro, resta mencionar as suas impressões acerca da importância que concede às listas de discussão e a outros mecanismos de interação virtual para profissionais da tradução. Falando em concreto sobre listas de discussão, e ainda que constate a hegemonia nelas de tradutores e tradutoras que trabalham com a língua inglesa, ressalta o seu valor formativo em termos de desenvolvimento da competência tradutória, pela utilidade que no passado encontrou em “acompanhar a argumentação, a decisão, o intercâmbio, mesmo que não fosse minha língua” (01:26:47-01:26:52).

Acerca da regulação das formas de intercâmbio nas listas, Pedro frisa também a percepção duma evolução, produto da necessidade de preservar a sua relevância para profissionais da área com base numa ética de respeito pelos e pelas colegas participantes. Encontra-se ali, igualmente, um espaço formativo no referente ao conteúdo necessário do afazer tradutório, como também a valoração, ou mesmo necessidade social de se possuir tal saber. Assim,

para participar do grupo, tinha que ler muito bem as regras porque a coisa mais vergonhosa seria a resposta de alguém falar “Dicionário tal, página tal”. Quer dizer: “Vai procurar no dicionário”. Fica muito feio. (...) E acontecia. Tinha as regras assim, bem, era muito educativo, você tem que se educar para participar dum foro, não era uma coisa, pergunta qualquer... palhaçada (01:26:23-01:26:46).

O conflito, contudo, não é negado. Afinal, dificilmente não aconteceria num contexto como esse, em que se somam ao volume e à heterogeneidade do coletivo, a tendência à liberalidade dos ambientes virtuais – em comparação à interação face-a-face – e, ainda, o fato de se tratar de espaços coletivos por muito tempo infrequentes no campo profissional da tradução. Para Pedro: “Pode ser um intercâmbio, enriquecedor, pode ser, pode dar espaço para muita fofoca; depende de quem está lá” (01:27:30-01:27:37).

4.3.2. O professor formado em Tradução e o predomínio da reflexão no campo literário

Dialogam sem saber com as contribuições de Pedro, em aproximações e afastamentos discursivos, as posições do professor Júlio Monteiro, entrevistado¹⁹⁶ em 25/04/2015, cujo depoimento começa a ser analisado logo a seguir.

Também docente concursado do curso de Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília, as primeiras convergências perceptíveis entre o seu perfil e o de Pedro incidem sobre a sua formação acadêmica. Se ela afirma ter cursado um bacharelado em Letras seguido duma especialização em Tradução, no caso de Monteiro já desde a titulação de nível superior a sua formação esteve inserida no campo dos Estudos da Tradução. Aponta Monteiro: “Eu sou graduado em Tradução. Eu sou graduado em Letras/Tradução Inglês aqui pela Universidade de Brasília, não é? Me formei em 1992” (00:00:17-00:00:26). Essa aparente diferença de embasamento acadêmico inicial entre os dois professores é originada mais por um fator conjuntural do que por uma opção dos próprios docentes: a inexistência na Universidade de São Paulo, até hoje, de cursos superiores com foco específico no campo dos Estudos da Tradução, diferentemente do que acontece na Universidade de Brasília desde 1979.

Esse condicionamento ligado à oferta de cursos nas universidades operou no percurso acadêmico de Monteiro nos passos subsequentes. Monteiro retrata como segue a sua formação no campo da pós-graduação:

Primeiro fiz um mestrado em Linguística, aqui na Universidade de Brasília, e fiz um, um que eu trabalhei com, na verdade com Análise do Discurso; comecei com Fonologia, fui depois para Análise do Discurso, para falar sobre Tradução. E fiz depois o doutorado em Teoria Literária na Universidade Federal de Santa Catarina porque na época não existia doutorado em Tradução no Brasil, (...) trabalhando com tradução literária. E, depois, eu fiz um pós-doutorado, também na Universidade Federal de Santa Catarina, em, já em Estudos da Tradução (...), trabalhando também com tradução literária, trabalhando com a questão canônica na tradução de *Os sertões* para o inglês e o espanhol (00:01:43-00:02:52).

Pode-se notar com facilidade a confluência do itinerário percorrido por Monteiro em direção à área da Tradução, perceptível pela própria redundância do

¹⁹⁶ Neste caso, o guia de entrevista aparece no anexo 4 deste trabalho.

termo na transcrição acima, mais difusa no caso de Pedro¹⁹⁷, em que a identidade docente aparece configurada de forma mais intensa e, como foi visto, em relação tensa com a de tradutora.

Entre Pedro e Monteiro não há discrepância essencial no tocante à associação dos estudos e a prática tradutória profissional, desenvolvidos em paralelo. Difere, contudo, a ênfase segundo a qual é colocada a posição na tradução. Se Pedro lembra que “[q]uando comecei a especialização em Tradução, já trabalhava como tradutora, como auxiliar duma tradutora pública”, colocando-se num *status* mais modesto, possivelmente derivado do seu caráter subalterno em relação a outra profissional, Monteiro articula os primeiros passos da sua identidade como tradutor de forma mais categórica, apontando, rotundo, a convivência com a tradução na sua vida acadêmica e profissional: “Sempre traduzi, desde os 19 anos, desde que entrei na universidade, entrei com 18, 19 anos, eu já comecei imediatamente a traduzir” (00:00:40-00:00:49).

Onde não divergem Pedro e Monteiro é no relativo à sua inserção atual no mercado da tradução, que nos dois casos se configura na atualidade como tangencial e ocasional. Interessa nesse ponto ressaltar o descompasso entre as práticas tradutórias e os interesses de pesquisa de Monteiro, derivado da natureza do mercado brasileiro da tradução, que do ponto de vista econômico penaliza a área literária com uma remuneração amiúde muito inferior à técnica. Lembra Monteiro:

Durante muitos anos eu trabalhei muito com tradução técnica: pesquisava literatura, trabalhava com tradução técnica. Agora eu estou, dos últimos... cinco ou seis anos, tenho tentado inverter: fazer poucas traduções, mas traduções literárias, e deixar as técnicas; as técnicas, só quando preciso de dinheiro. Aí eu faço (00:11:53-00:12:16).

Arguido acerca do papel que atribui aos Estudos da Tradução na formação de profissionais da área, Monteiro realiza o mesmo movimento que Pedro, trazendo a lente para um lugar mais próximo do sujeito. No caso, esse não será o coletivo discente do curso em que atua, mas a própria experiência pessoal, destacando a sua

¹⁹⁷ O texto de abertura do currículo acadêmico e profissional de Monteiro na Plataforma Lattes do CNPq é indicativo tanto do foco em questões tradutórias quanto de sua intensa vinculação com o campo da pesquisa nesse âmbito e com diversas línguas de trabalho. Em concreto, o texto informa: “Tem Pós-Doutorado em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorado em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Professor Adjunto no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução e no curso de Tradução Português-Espanhol. Coordena o Núcleo de Estudos de Línguas e Culturas Germânicas da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Estudos da Tradução e Literatura Comparada”. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4798139J1>. Acesso em: 02/05/2015.

relevância em termos de desenvolvimento tanto duma prática tradutória reflexiva, como dum embasamento teórico com vistas à pesquisa nesse campo. Isto é, o impacto dos Estudos da Tradução sobre Monteiro é concebido por ele como atinente à sua formação enquanto tradutor e pesquisador, não como docente. Já no tocante à função dos conhecimentos na área da Linguística para profissionais da tradução, o olhar de Monteiro se volta para o ensino. Segundo Monteiro: “Pedagogicamente, na minha prática pedagógica, foi muito bom ter essa caminhada na Linguística, e ela me ajuda até hoje” (00:22:00-00:22:08). Essa frase resume uma análise prévia de aspectos que Monteiro acabava de esmiuçar sobre quais os campos específicos da Linguística de cuja contribuição se serve nas aulas de tradução:

Eu fiz essa caminhada no Discurso, do ponto de vista da Análise do Discurso britânica, não é?, da Análise do Discurso Crítica, mas curiosamente o que muito me serve até hoje é a Linguística pura e dura mesmo: o que eu aprendi de Semântica, o que eu aprendi de Morfologia, ainda mais quando se trabalha, como aqui, com línguas próximas, não é? Então, a Linguística para mim foi fundamental para entender o que é uma língua, o que é outra, não é? e a contar para os alunos, não é?: “Olha, quando aparecer tal coisa, morfológica ou sintaticamente, não é?, vocês têm que fazer esta operação” (00:21:16-00:21:59).

Análise do Discurso Crítica, Semântica, Morfologia, Sintaxe... “e a Sociolinguística?” (00:22:50-00:22:50), é perguntado Monteiro, ao qual responde: “A Sociolinguística também” (00:22:51-00:22:51). Essa ausência é explicada por Monteiro com base no seu percurso formativo, condicionado novamente pela oferta, neste caso de disciplinas e especialistas, nas instituições de ensino. Sobre o tema, esclarece:

A Sociolinguística, ela... não fez parte, posso dizer que ela não fez parte de minha formação nem no mestrado, mesmo porque o mestrado dedicava aqui, na época, não é?, dedicava à Sociolinguística um espaço, um espaço... bastante reduzido por uma questão de número mesmo: eram poucos os professores que trabalhavam na Sociolinguística. A maioria trabalhava com gerativa porque trabalhava com língua indígena. (...) Agora eu estou me reconciliando com a Sociolinguística porque eu acho que ela é importantíssima para o que eu faço hoje (00:24:34-00:02:46).

De fato, os interesses de Monteiro, no que tange à orientação de projetos de pesquisa e de mestrado, têm vindo a convergir para a problematização de dois assuntos cuja abordagem requer o diálogo com a Sociolinguística: a tradução da oralidade fingida e o contato de línguas.

O fato de a atenção pelo tratamento da primeira das questões ser resultante da sua atuação como pesquisador ligado à tradução literária coincide com as colocações

de Pedro, que entende ser esse um espaço curricular privilegiado para a reflexão sobre a variação linguística na formação em tradução. As dificuldades de articulação do pensamento de Monteiro sobre o assunto aparecem pontuadas por interrupções, repetições e silêncios, os quais se fazem presentes após uma primeira frase que se enuncia sem vacilações: “nós escrevemos um português e falamos outro” (00:04:20-00:04:22). A partir desse ponto, um intenso vaivém de reformulações, numa procura por palavras que custam a sair, denunciam a dificuldade de expor um assunto problemático durante cuja formulação, pela carga afetiva que encerra, pouca atenção é possível destinar a questões atinentes ao cuidado pela forma de se expressar:

e com, e às vezes tem um diálogo ali no, no, (...) no, não é?, na literatura, e é tenso traduzir porque como que eu vou fazer? Eu vou dizer lá “Me dá os livro aí”?, vou escrever? Ou eu faço, vou normatizar tudo como geralmente na tradição da tradução literária no Brasil exige, não é?: “Dê-me os livros”, que é um diálogo absurdo que ninguém, nunca, nenhum vivente vai, vai dizer, não é? Nenhum brasileiro. Então, esse tipo de coisa que me incomoda hoje: a norma e a representa, e a oralidade fingida, não é? (00:04:23-00:05:00).

A desqualificação (“absurdo”) e a reiteração da negação (“ninguém, nunca, nenhum vivente”) que aparecem no segmento acima indicam uma reação enfática de recusa a uma possibilidade em que ecoa a Semana de Arte Moderna de 1922, na voz modernista de Oswald de Andrade (1971:125):

pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

Essa presença de dois polos – o do possível, do real, do autêntico, e o Outro – constroem um par de elementos organizados dicotomicamente e denominados “português brasileiro”/“vernáculo brasileiro”, por um lado, e “português oficial”, por outro, que mantêm entre si uma relação referida como diglósica:

A oralidade fingida¹⁹⁸, no Brasil, exige uma dupla camada de tradução, não é?: a tradução da, da, da diglossia e, depois, a tradução para, para depois se fazer a tradução entre duas línguas distintas, não é? (...) Primeiro a gente tem que fazer uma tradução para o português, não é? brasileiro, para o vernáculo brasileiro, e ver se ela se afasta ou se aproxima, não é? do português oficial. Até que ponto a gente pode, não é?, romper com, com o português oficial do Brasil, não é? (00:05:01-00:05:35).

O discurso de Monteiro prossegue assim numa elaboração que categoriza dois portugueses – como fizera na frase “nós escrevemos um português e falamos outro”, acima reproduzida¹⁹⁹ –, os quais, apesar de atuantes enquanto causadores de tensão, apresentam ainda um *status* a ser determinado. De fato, a tradicional dificuldade que se coloca na hora de descrever fenômenos linguísticos às categorias língua/dialeto/variedade já fora apontada, conforme foi mencionado anteriormente, pelo próprio Ferguson (1959:233), o primeiro em divulgar o termo “diglossia”, o qual também faz uma alusão ao problema – desse modo denominado por ele – que com frequência está implícito, por exemplo, na representação ortográfica de formas linguísticas que não fazem parte da variedade alta, já que normalmente não ocorrem no código escrito (Ferguson 1959:234). No Brasil, esse fenômeno não se dá de forma intensa na poesia modernista, como o exemplo reproduzido acima, embora um uso literário como esse não constitua, pela sua natureza, indicativo suficiente da falta da rigorosa separação de contextos de uso das variedades alta e baixa que, como se viu, Ferguson (1959:235-6) atribui às situações diglósicas. A problematização da situação sociolinguística do português do Brasil como diglósica funciona como geradora de indefinições e lembra, também, as palavras de Monteiro quando diz: “no Brasil a gente não tem uma clareza do que é que é o português, e que competências e habilidades a gente tem que ter” (00:37:12-00:37:18), ou, ainda, abordando a heterogeneidade das variedades, “no Brasil, a gente tem vários problemas de, de..., como a gente tem essas várias normas urbanas cultas e elas estão refletidas em maior ou menor grau nessa língua oficial brasileira. Que é que a gente prioriza, não é?” (00:38:27-00:38:52).

¹⁹⁸ Observe-se o recurso ao termo “fingida” – isto é, inautêntica – para se referir ao contato entre oralidade e escrita, numa “tentativa de representar a fala espontânea por meio da linguagem escrita” (Braga 2013:2).

¹⁹⁹ Na mesma linha, Monteiro descreve como segue o monitoramento a que submete a sua fala quando conversa com o embaixador brasileiro no Suriname, Marcelo Bamba, descrevendo o anonimato que atribui à norma padrão: “eu tenho que prestar atenção no que estou dizendo porque não é minha língua. O português oficial do Brasil não é língua de ninguém” (01:21:29-01:21:36).

Entrando em detalhes acerca das suas concepções sobre a língua portuguesa, Monteiro, movido precisamente pela internacionalização do português relacionada ao segundo dos seus interesses de pesquisa citados páginas atrás – o contato/conflito de línguas – descreve assim as suas concepções sobre ele:

o português é uma língua policêntrica e no Brasil a gente tem essa, além de ser policêntrica, não é?, talvez em dois grandes centros, no Brasil e em Portugal, a gente tem uma, uma, uma série de, de, de normas urbanas cultas, não é?, para usar os termos da Maria Helena de Moura Neves, naquele projeto NURC, que é enorme. Como trabalhar, que português é esse, não é? (00:32:32-00:02:46)

Além das diferenças existentes entre as diversas normas cultas dos grandes centros urbanos brasileiros, a variação também se verifica nas diversas versões da própria norma padrão, consoante os instrumentos de gramatização, cujas oscilações parecem afetar a alguns fenômenos – como ao “átomo depois de vírgula” que cita Pedro – mais do que a outros.

No entanto, interessa ressaltar como nas palavras de Monteiro é destacada a heterogeneidade do português do Brasil – inerente, aliás, a qualquer língua histórica –, num movimento que parece ter se convertido numa constante da razão de Estado brasileira. Consoante Severo (2013:113-4), no que diz respeito ao português do Brasil: “Atualmente, nota-se que os discursos oficiais do Estado nos âmbitos educacionais e culturais tendem a focar, com maior ou menor intensidade, um olhar sobre a diversidade linguística”. No entanto, essa construção discursiva não produziu uma diversidade de formas de estar no mundo, nem pacificou o convívio com a diferença. Muito pelo contrário, pois, na verdade, “a diversidade se manteve, desde o início, como condição de possibilidade para os discursos de uniformidade e homogeneidade linguística” (Severo 2013:114). Confirma-o o discurso de Monteiro, que resolve as contradições da diversidade numa outra solução uma:

E justamente dessas questões do que é o português do Brasil, não é?, e tem tudo a ver com a questão da política linguística, não é? O Brasil não foi, na minha opinião pessoal, não foi ousado o suficiente como para dizer: “Olha, o português do Brasil é este aqui e este ponto de vista do Brasil é língua oficial deste país”. Nós usamos uma norma que ainda é baseada no português europeu dos autores do século XVII no Brasil do século XXI (00:34:45-00:35:14).

Essas tensões na situação de padronização são colocadas por Monteiro não só no contexto da formação em tradução, como também numa pesquisa que desenvolve, relacionada ao ensino de português no Suriname. Monteiro apresenta deste modo as

suas impressões acerca das colocações do professorado do Centro de Estudos Brasileiros do país sobre a norma linguística do português:

Embora eu seja formado em Português, primeiro, (...) a minha formação é para formação para brasileiros, em que todos os problemas existem, mas a gente pode ignorar, a gente pode fazer de conta que não existem, não é?, essas questões de norma. Eu ensino na escola, eu fiz licenciatura em Português, vou ensinar na escola gramática, aquela gramática que ninguém usa, mas enfim, aquilo que cai no vestibular, aquilo que... Não tem problema! Aqui eu não posso fazer isso porque não posso ensinar só a gramática (00:44:37-00:45:16).

Se essas palavras implicam uma crítica direta a uma abordagem pedagógica centrada numa norma padrão considerada irreal, “que ninguém usa” – no vernáculo, precisa se entender –, Monteiro não deixa de se aceitá-la como base imprescindível a partir da qual construir um olhar crítico que o problematize:

No caso aqui nosso, voltando para a nossa realidade, eu vejo, percebo muito a necessidade de partir da norma, que é a única coisa que eles, mais ou menos, nossos alunos conhecem, ou pelo menos ouviram falar, para depois desconstruir, não é? “Olha, essa norma aqui, ela serve até certo ponto. OK. Para tradução, você vai trabalhar com esse português aqui que é a norma, só que essa norma, ela está..., você vai, depende do, do, do..., inclusive, do gênero textual, não é?, da tipologia textual” (00:49:11-00:49:45).

Para Monteiro, o âmbito literário é o mais sensível a efeitos de problematização da norma padrão, visto que “a literatura está aí inclusive para desafiar a norma, não é? O desafio à norma é uma proposta estética da tradução, da literatura, pode ser, e por, conseqüentemente, da, da, da, da tradução” (00:50:24-00:50:38).

Converge aqui com Benedetti, Nogueira e Pedro, isto é, todas elas vozes de profissionais da tradução a que se dá espaço para articular um discurso a partir da sua singularidade neste trabalho. No entanto, Monteiro se distancia deles por ser aquele que retrata de modo mais incisivo a reação de estudantes de tradução perante a presença de elementos do campo da oralidade na escrita em português do Brasil:

Os alunos ficam paralisados. Se for discutir isso também com a Mar, agora com a Sara, que está dando agora a disciplina de literário... Ficam paralisados. Se eu não posso usar aquilo que eu mais ou menos sei, eu vou fazer o quê? Qual o meu limite aqui? Eles falam: “Ah, professor, mas...” Eu falo: “Aqui é assim, gente, tem que se traduzir isso, traduzam: ‘Me dá aí o..., me dá o cigarro’” “Ah, professor, não consigo escrever” Tem gente que me diz isso! “Professor, não consigo escrever”. Tem uns que diz assim: “Minha mão não vai, professor!, minha mão não vai!” (00:50:38-00:51:15).

Essa resposta, que será precisamente a expressa por uma das tradutoras em fase final que formação cujas percepções sobre norma serão comentadas na próxima seção

– embora sem a presença do discurso do psicossomático (“Minha mão não vai”) –, é descrita por Monteiro como devida ao doutrinamento²⁰⁰ escolar, que como professor tenta contornar por meio de ferramentas fornecidas pela Linguística. Exemplificando as suas práticas pedagógicas no tocante à possibilidade da presença em textos escritos da forma “Nós vai”, sugerida pela entrevistadora, diz: “Onde a Linguística me socorre? ‘Gente, olha só! Sintaticamente, aqui, ó, a oração é o verbo. Aqui, ó. Todo o resto, tudo penduricalho, vai preencher ou não. (...) Isso aqui é lindo do ponto de vista sintático’” (00:53:28-00:54:09). Entretanto, Monteiro é consciente de que a reflexão racional acerca não consegue os efeitos por ele desejados. Segue adiante:

Eles entendem: “Realmente, professor, o primeiro elemento já está marcando (...)”. Eles entendem, mas se precisar que eles traduzam alguma coisa, eles ainda vão resistir. (...) Eles entendem, mas eles não incorporam ao seu discurso, nem à sua prática tradutória. (...) Porque aquilo é feio, aquilo é... feio, é um tabu (00:55:01-00:57:17).

Em contraste com as opiniões de Pedro, Monteiro, questionado sobre o papel das propostas de Bagno (1999) nesse cenário, formula em termos de anomia próximos dos usados por Benedetti o que entende ser as implicações das propostas daquele: uma suspensão do *status quo* sem a sequência duma construção alternativa. Essas críticas remetem para o tradicional questionamento realizado no Brasil contra os preceitos de especialistas em Linguística, que implicariam a derrubada dum modelo – o prescritivismo – sem uma proposta em substituição dele.

Aí eles falam: “Ah, então tem que fazer como o Marcos Bagno”. Eu falo: “Não, também não” (...). É o que eu chamo de terrorismo linguístico, não é?: destrói o que tem, mas... (ENTREV.: NÃO CONSTRÓI), não é? (...) Porque, no final das contas, é assim: antes não podia nada, agora pode tudo. Isso não ajuda a gente que trabalha com língua. (...) Nunca consegui aplicar aquilo (01:00:44-01:03:56).

Recorrendo a argumentos *ad hominem* (como fizeram Nogueira e Benedetti), atribui-se uma suposta incoerência à prática na escrita de Bagno em contraposição às suas posições teóricas, numa crítica coral que lembra críticas semelhantes das quais também foram objeto outros agentes e especialistas em estudos teóricos da tradução que defendem medidas de intervenção radical no texto de chegada, as quais, no

²⁰⁰ A esse respeito, Monteiro afirma: “Nesse ponto a gente vê que eles foram muito bem doutrinados pela escola brasileira, não é? Aquilo é um absurdo. A sensação, ela vai... da indignação ao riso” (00:51:58-00:52:10). De novo se faz presente o recurso ao humor – pelo riso – com o objetivo de contornar o conflito ocasionado pela abordagem dum tema tabu.

entanto, não operacionalizariam nas suas atividades como profissionais da área²⁰¹. Assim é interpretada a publicação por Bagno (2011) da *Gramática pedagógica do português brasileiro*:

Talvez seja uma discussão essencialista, não é?: é possível falar em gramática normativa, ou em nova linguística, sem ser prescritivista, não é? Mas aí, então a pessoa tem que assumir isso aí, eu acho. “Olha, realmente, gente, não posso falar em norma e não propor alternativas igualmente normativas” (01:04:41-01:04:57).

Na mesma linha de evitação da anomia, pensa-se no papel do corpo docente, que envolveria questionamentos para os quais pode não haver respostas únicas, já que, por definição, não há soluções unívocas para situações-problema. Diz Monteiro: “As pessoas vêm em busca de certeza, não é? As nossas aulas só oferecem incertezas, possibilidades...” (01:14:56-01:14:46). A posição do professorado no processo de ensino-aprendizagem ocasiona ainda uma responsabilização relacionada com o fato de a sua atuação não se restringir à delimitação de critérios para avaliar produtos, sempre lembrando que “os critérios são prescritivos”, porque: “A pessoa olhar o produto é uma coisa, agora a gente acompanha o processo, não é?, e pretende interferir no processo daquelas pessoas que a gente está formando, não é? Aí são outros quinhentos” (01:29:44-01:29:55). Coloca-se assim, mais uma vez, a complexidade do tratamento da norma linguística e dos seus usos.

Conclui-se esta seção com um segmento da entrevista com Monteiro que ilustra de forma clara a percepção problemática que rodeia, do seu ponto de vista, as concepções sobre a língua portuguesa no Brasil: “Trabalhar com português, do ponto de vista da Tradução, como pesquisador é ótimo, (...) tem muitos problemas; como formador de tradutor, é um horror, não é?, a gente sabe. Para que lado que a gente vai?” (00:35:16-00:35:44).

4.4. DISCENTES DUM CURSO DE TRADUÇÃO: O LUGAR DA INSEGURANÇA

²⁰¹ É o caso dos trabalhos de Freitas (2003, 2012) sobre a tradução estrangeirizadora de Venuti, cujas traduções para o mercado não seguem os seus posicionamentos teóricos. Sobre o tema, Freitas (2003:61) explica: “Uma tradução produzida em um ambiente acadêmico cujo propósito seja a pesquisa ou a análise interna não pode ser comparável a uma tradução produzida fora do ambiente laboratorial da academia. No mundo exterior, o tradutor lida com prazos, revisores, leitores, instituições, editoras, regras e pagamento. A liberdade de que Venuti goza enquanto teórico e pesquisador é verdadeira para poucos tradutores e não representa a realidade do mercado de tradução. Daí o cisma entre teoria e prática”.

Dentro do panorama que se acabou de traçar, que problematiza a relação com a norma linguística de professorado de tradução que trabalha com português do Brasil, dá-se início a seguir a seções que se destinam a refletir sobre as imagens que têm de si discentes da área e a sua relação com as competências linguísticas que requer o ofício. Consoante se verá, estudantes da prática tradutória costumam entender que ocupam um lugar da insegurança, associada predominantemente com a falta de competência linguística na língua estrangeira e com a própria natureza da tradução. Mas como avaliam os seus conhecimentos na língua A, frente ao que opinam os seus professores? E, ainda, quais as suas concepções sobre a tradução? Elas se afastam ou não do senso comum nos primeiros passos do percurso formativo? Os alunos e alunas, no início do curso, se sentem “seguras” ou não? E qual o papel nesse sentimento das suas concepções sobre a prática tradutória e, ainda, das próprias das suas línguas de trabalho, especificamente do português?

Nesse sentido, a seção que começa a seguir apresenta um retrato qualitativo de crenças sobre os conceitos de Tradução e de Redação colhidas em depoimentos dum grupo de tradutoras e tradutores em formação do curso de Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília a partir duma disciplina optativa do currículo do curso, *Redação para Tradução*, que visa a desenvolver a competência dos participantes na escrita e em reescritas, incluídas a tradução e a versão, em espanhol e em português, como também a consciência do paralelo entre essas habilidades. A abordagem metodológica adotada implicou no acompanhamento de cinco grupos da disciplina, ao longo de cinco semestres letivos, em relação às suas crenças sobre os paralelismos entre as habilidades mencionadas. A pesquisa esteve composta de três instrumentos. O primeiro deles, aplicado no primeiro semestre letivo de 2010, é um questionário destinado a conhecer percepções de estudantes da disciplina em relação aos processos de escrita em português e em espanhol, assim como o segundo, sobre as diferenças entre tradução e versão. Já no caso do terceiro, aplicado ao longo dos cinco semestres letivos compreendidos entre o 1º/2010 e o 1º/2012, foi solicitada a produção dum texto em que fossem definidas e comparadas ambas as práticas. Dos depoimentos colhidos pode se deduzir que, nas reescritas em forma de tradução e versão, estudantes da área não se consideram dentro de atividades de ordem genuinamente criativa. Mesmo declarando realizar uma passagem entre culturas, dita translação se

limita a produzir uma “criação com história” realizada com base num texto de partida que sentem como alheio e na qual não se encontram enquanto sujeitos.

Quando, onde, como e por quê

Dentro do leque de disciplinas optativas que fazem parte do currículo do curso de Letras/Tradução Espanhol está a antes mencionada *Redação para Tradução*. Trata-se duma matéria de quatro créditos – correspondentes a 60 horas/aula – de natureza prática e recomendada para estudantes do segundo semestre do curso. A abordagem pedagógica adotada na disciplina em questão se enquadra no ensino por objetivos de aprendizagem e na linha do ensino por tarefas. Os objetivos que se pretende atingir, segundo a sua ementa, são os seguintes: “desenvolver a prática de escrita em interação com a leitura crítica; conscientizar sobre a natureza e as necessidades específicas da escrita em língua estrangeira e da escrita em tradução; desenvolver habilidades específicas para tipologias textuais variadas”. Os conteúdos abordados são: “Escrita e poder: o que é escrever?; O que é traduzir? Autor/tradutor; A escrita em tradução: o iniciador; Adequação ao interlocutor e os níveis de linguagem; Coerência e coesão textuais; Operadores argumentativos; Tipologias textuais; Parágrafo e pontuação; Resumos e resenhas”.

Assim, esta seção deriva dessa experiência didática concreta, à qual se filia e para a qual se volta num intuito de apreender os traços mais característicos das percepções de estudantes de tradução participantes nela, e também de apontar subsídios para encontrar novos caminhos formativos no processo de construção da competência tradutória. No início da experiência inicial de ensino-aprendizagem ocorrida ao ministrar a disciplina, cuja oferta se deu de maneira inaugural no primeiro semestre letivo de 2010, foi questionada a relevância de analisar as crenças e o estado da percepção dos processos e produtos da Redação e da Tradução em quem participava do processo. Pretendia-se, deste modo, conceber *Redação para Tradução* como o palco duma pesquisa em que a disciplina, servindo de mecanismo para transpor a dicotomia teoria-prática, levasse o coletivo em formação, já desde os primeiros momentos (Cintrão 2006), em direção a concepções mais apuradas academicamente sobre a natureza de escritas e reescritas. Da mesma forma, ajudaria a docente que implementou a pesquisa a compreender melhor as suas práticas, apurando as questões de sucesso ou fracasso constitutivas do processo de ensino-aprendizagem

em tradução. Ao mesmo tempo, a disciplina capacitaria alunas e alunos para problematizarem as suas crenças a respeito destas questões, por causa do impacto direto que as crenças podem exercer sobre a formação e o labor profissional (Pedrosa 2005).

O que são as reescritas

Desde os anos 1980, a academia vem criticando intensamente a visão romântica de autoria associada à escrita, imbuída por uma originalidade e espírito criativo que a contraporiam à reescrita em Tradução, concebida então como mera reprodução logocêntrica (Arrojo 1986). Esquecia-se neste olhar que escrita e reescritas, incluídas as realizadas na mesma língua, são produtos socialmente situados e condicionados, encaixados nos gêneros textuais, transmitidos social e historicamente, embora atualizados de forma dinâmica pelos seus usuários e usuárias.

No fim das contas, o que é reescrever? O dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:1726) define reescrever como “tornar a escrever, escrever uma segunda vez”. Esse é o sentido habitual do termo que, ao mesmo tempo, não indica grande coisa: reescrever é escrever de novo, “passar a limpo”, melhorar uma primeira versão dum texto, essencialmente do ponto de vista estético ou em relação à norma culta (ou não). Mais abrangente, o dicionário *Houaiss* (Houaiss e Villar 2009:1630) apresenta “reescrever”, além de como “escrever novamente”, como fazê-lo “de outra forma”. As aplicações técnicas do termo são múltiplas, abrangendo, no ensino da(s) denominada(s) língua(s) materna(s) e da(s) língua(s) estrangeira(s), acepções como: recontar por escrito uma narrativa conhecida, modificar o gênero, a superestrutura dum escrito, mantendo elementos do texto fonte, reescrever um texto com consignas concretas relativas à situação de comunicação (mudar a quem é destinado, o objetivo do texto ou outras exigências quaisquer).... Este é um caminho em direção ao ponto que faz do escrever um reescrever e que questiona, em último caso, a figura autoral e a originalidade românticas.

É dentro de este panorama que nasce a proposta da disciplina *Redação para Tradução*, que vem para, ao apontar caminhos que incentivem uma elaboração amadurecida de elementos como os acima mencionados, contribuir à formação de profissionais com competências reflexivas. A compreensão crítica da reescrita situa-se, assim, nas áreas centrais da formação de tradutores e tradutoras competentes, com

conhecimentos dos códigos em que operam, transmutam, redesenham noutras letras, no caso as do português, reinterpretações permeadas por diversas vozes, do Outro.

O que são as crenças: o caso da tradução

Certamente, é bem conhecido o sentido popular, na língua comum, da palavra “crença”: aquilo que alguém acredita em relação a determinado assunto. Já no dicionário *Aurélio* (Ferreira 1999:576), “crença” aparece definida pelas seguintes acepções:

1. Ato ou efeito de crer. **2.** Fé religiosa. **3.** Aquilo que se crê, que é objeto de crença. **4.** Convicção íntima. **5.** Opinião adotada com fé e convicção: *crenças políticas*. **6.** *Filos.* Forma de assentimento que se dá às verdades de fé, que é objetivamente insuficiente, embora subjetivamente se imponha com grande convicção. [Cf., nesta acepç., *certeza* (7) e *opinião* (6).]

Fora as necessárias definições tautológicas, geradas a partir da própria morfologia derivativa, deve-se notar que a única acepção técnica do termo “crenças” que aparece na definição acima não remete para a Linguística Aplicada, mesmo sendo esse um campo em que a pesquisa sobre elas vem sendo cada vez mais prolífica desde os anos 1990.

No Brasil, e no tocante ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, a contribuição de Barcelos (2001) sobre a questão das crenças é de especial relevância. No seu minucioso estudo a respeito do tema, a autora defende a necessidade, para compreendê-las, de se entender também o contexto em que estão inseridas, pelo seu caráter não simplesmente de processos cognitivos individuais, mas também pela sua natureza social (Barcelos 2001:85).

Ainda no Brasil, mas no que tange agora ao ensino de tradução, o contributo mais destacável vem da mão de Pagano (2000:11), que define crenças sobre a tradução e o coletivo que a realiza como “todas aquelas percepções que se tem sobre o que seja traduzir, o que é uma boa tradução, o papel do tradutor etc”. Sobre a questão, Stupiello (2006) argumenta que uma crença bem frequente entre iniciantes em tradução remete para o fato de o professorado deter a competência para fazer uma tradução “ideal” que transmitiria a “verdadeira intenção” do texto de partida. Já Frota (2006:146) incide na crença de estudantes de tradução acerca da “possibilidade de sempre haver uma tradução ideal, uma única tradução realmente correta”. Por isso, o

processo formativo passa, segundo Frota (2006:142), por “mostrar aos alunos como são frequentes as ocasiões de dúvida e de incompreensão” da recepção do texto de partida, até porque esta interpretação é fortemente marcada pelas experiências e pelo meio social onde cada profissional está inserido ou inserida e por aquele em que vai inserir o seu texto de chegada.

Sem pretender cair no exagero, e menos ainda nas inconseqüências do discurso desconstrutivista extremo (tão elegantemente criticado por Britto 2008), a relativização necessária do sacrossanto texto de partida como receptáculo duma originalidade essencial resulta fundamental na formação de profissionais da tradução mais felizes e com interesse em investir na profissão de forma permanente (Robinson 2002).

Crenças sobre Tradução e Redação de estudantes de tradução

Para esta pesquisa, além desta breve e necessária revisão de bibliografia, que tem o objetivo de fornecer o referencial teórico e o estado da arte quanto aos temas colocados, foram concebidos três instrumentos²⁰² de coleta de dados. Os dois primeiros foram elaborados a partir da adaptação doutros questionários semelhantes, fechados, provenientes da dissertação de mestrado de Lourenço (2007), *Processos de tradução na redação em língua estrangeira: um estudo de caso*. O terceiro instrumento é de caráter aberto e constitui na elaboração dum texto.

Visando a reduzir o enviesamento da pesquisa, foi evitado o recurso explícito nos instrumentos ao termo “crenças”. Quem participou nela foi informado de que as atividades realizadas faziam parte dum estudo e lhe foi solicitada autorização por escrito para o uso das suas contribuições como fontes de coleta de dados. A fim de apresentar de forma organizada as informações colhidas no instrumento 3, preservando o devido sigilo, alude-se a cada informante através do código Part. seguido pela numeração correspondente.

Como foi mencionado acima, os dados obtidos nos instrumentos 1 e 2 provêm dum grupo que cursou a disciplina *Redação para Tradução* no primeiro semestre letivo de 2010. Já no caso do terceiro instrumento, cujas contribuições foram consideradas mais relevantes, pelo seu caráter aberto e pela sucessão no tempo do

²⁰² Os três instrumentos aparecem, respectivamente, nos anexos 5, 6 e 7 deste trabalho.

contato com diversos grupos de informantes, os dados provêm de cinco turmas distribuídas ao longo de cinco semestres letivos, desde o 1º/2010 até o 1º/2012. O universo total pesquisado corresponde a 71 estudantes, número que totaliza a soma de participantes durante o período. Foram, respectivamente, grupos de 8 (1º/2010), 18 (2º/2010), 10 (1º/2011), 18 (2º/2011) e 17 estudantes (1º/2012). No entanto, na análise descritiva foram mencionados apenas os depoimentos de participantes cujas contribuições foram consideradas mais relevantes do ponto de vista qualitativo, em razão de 8 (1º/2010), 9 (2º/2010), 6 (1º/2011), 6 (2º/2011) e 5 estudantes (1º/2012).

O terceiro instrumento ofereceu, portanto, informações de caráter longitudinal. Há de se considera a duração do período pesquisado, pois cinco semestres podem ser tidos como tempo suficiente para ilustrar com certa profundidade o retrato das crenças sobre a relação entre Escrita em língua A e Tradução que tendem a apresentar estudantes no início do curso estudado.

A seleção de depoimentos pretende, qualitativamente, apresentar um mosaico de crenças que, embora não unânimes – como é óbvio –, constituem ecos dum mesmo discurso sobre a Tradução que em grande medida faz parte do senso comum. Portanto, estudantes que cursam o segundo semestre, apesar de já haver experienciado um primeiro contato com questões tradutórias, ainda formulam os seus saberes em boa medida em torno de concepções consensuais sobre o campo, com as quais ingressaram no curso.

Como não poderia deixar de ser, na transcrição dos trechos escolhidos foram respeitadas as marcas idiossincráticas do idioleto de cada estudante, fujam ou não à norma culta. Foram mantidos, então, fenômenos como inconsistências em relação à nova ortografia, erros de concordância, repetições...

Assim, são colocadas e interpretadas a seguir contribuições selecionadas, extraídas dos três instrumentos, a fim de destacar os pontos que se mostraram relevantes para a reflexão desenvolvida nesta pesquisa:

INSTRUMENTO 1 (1º/2010)

a) Dos oito participantes, 6 avaliaram como boa e 2, como muito boa, a sua habilidade de redigir em português. Já no que tange ao espanhol (no curso a língua B), 4 consideraram fraca e 4 julgaram boa a sua habilidade de redigir nessa língua. Não

há, portanto, confirmação, pelo menos nas afirmações deste grupo de informantes, acerca da sua percepção de uma falta de competência em português, um dos mitos que Bagno (1999:20) afirma circular intensamente no Brasil: o de que “brasileiro não sabe português”. Talvez nesse sentido tenha certo peso o contraste percebido pelo grupo de participantes entre as suas competências na língua A e na língua estrangeira.

b) De fato, a escrita em espanhol foi vista como um processo que produz: “insegurança” (citada em duas ocasiões), “com certos tipos de dificuldades” (2), “fico um pouco assustada” (1) e “um desafio” (1); mas também como algo “relativamente fácil e prazeroso” (1), de que “gosto muito” (1) e em relação ao qual “tenho uma atitude boa” (1). O peso do componente negativo no tocante à língua B é, então, perceptível.

INSTRUMENTO 2 (1º/2010)

a) Na mesma linha que as informações colhidas pelo instrumento anterior, no contraste entre tradução e versão retomou-se o sentimento de insegurança acerca da segunda (“Sinto dificuldade”, “me sinto mais nervoso e menos preparado”, “Fico com um pé atrás”, “Insegurança”). Este fenômeno foi percebido especialmente quando a tradução foi comparada de forma explícita com a versão (“É tranquilo a tradução”, “Fácil pela proximidade linguística”, “Máis fácil e natural que o contrário. Geralmente me sinto tranquilo”, “Meu sentimento é de ter mais seguridade porque tô traduzindo para a minha língua materna e que domino melhor”, “Maior segurança que do português para o espanhol”). Nenhum membro do grupo de participantes mencionou a obtenção de prazer ou felicidade ao realizar práticas de tradução ou versão.

b) No entanto, e contrariamente às afirmações iniciais, apenas 3 de 8 estudantes atribuíram um conceito mais baixo à sua habilidade de fazer versão do que a de fazer tradução. Isto parece indicar que o sentimento no tocante à tradução e à versão não condiz necessariamente com as autoavaliações realizadas pelo grupo quanto à sua competência nessas práticas.

c) Já no tocante às estratégias de tradução utilizadas, sendo a maioria das citadas de índole externa, deve ser destacada a prática coincidência entre as aplicadas na

tradução e na versão, com a exceção do uso de gramáticas, às quais disseram recorrer 7 participantes para fazer versão, mas apenas 3 para a tradução.

INSTRUMENTO 3

A coleta de informações relativas ao contraste entre os processos de Escrita e de reescrita em Tradução forneceu, entre outras, as seguintes contribuições, que se apresentam em séries de depoimentos organizados em forma de uma tabela que os classifica em quatro grandes categorias:

a) Redação enquanto processo de ordem criativa versus Tradução como processo de delimitação e reprodução do sentido do outro texto;

b) Escrita como operação monocultural (às vezes quase a-cultural) versus Tradução como movimento entre culturas;

c) Redação como texto propriedade autoral versus reescrita em Tradução como texto tomado do outro, de propriedade alheia;

d) Escrita como processo que implica emoção versus reescrita em Tradução como processo que requer competências (conhecimentos ou habilidades), especialmente competência linguística na língua estrangeira.

Tabela 26: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 1º/2010

ESCREVER	TRADUZIR
<p>Processo de ordem criativa:</p> <p><u>Part. 2:</u> “Produzir um texto seu a partir de suas experiências (...) que parte de uma experiência sua inédita, não tem apoio de uma outra criação”.</p> <p><u>Part. 3:</u> “Passar suas ideias ao papel”.</p>	<p>Processo de delimitação e reprodução do sentido do outro texto:</p> <p><u>Part. 1:</u> “Expressar o que se ‘quis dizer’”.</p> <p><u>Part. 2:</u> “Produzir um texto a partir de outro (...), das experiências, os saberes, costumes, etc. de outra pessoa. É uma criação com história, que parte da experiência de outros, ou seja, um somatório da experiência de outros e do tradutor”.</p> <p><u>Part. 3:</u> “Ter um texto e suas ideias em um idioma, assimilar e passá-las</p>

<p><u>Part. 4:</u> “É a ação de materializar, em palavras, o universo de sentimentos, fatos, acontecimentos relacionados a personagens, locais, temas específicos; há um processo de identificação do tema e ser tratado, seguido de uma criação individual da modelagem das palavras, a predominância da habilidade artística particular do escritor”.</p> <p><u>Part. 5:</u> “Verbalizar em código escrito pensamentos, sentimentos, inquietações, etc...; expressar algo que “estava solto” até o momento em que é escrito”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Criamos uma história, tese ou matéria, usamos nossas próprias palavras, expressamos emoções e escrevemos sobre algo que escolhemos”.</p> <p><u>Part. 8:</u> “Expor seus sentimentos/ideias sobre determinado tema e escrever seja um texto, um livro...”.</p>	<p>para o papel em outro idioma”.</p> <p><u>Part. 4:</u> “Transcrever um texto já criado, com a preocupação de manter as características do original”.</p> <p><u>Part. 5:</u> “Trazer do outro para o seu”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Pegar um texto de outra pessoa e mudar de língua, incorporar a outra cultura um determinado texto”.</p> <p><u>Part. 7:</u> “Tem um texto preparado para realizar o processo de tradução”.</p> <p><u>Part. 8:</u> “Pegar algum texto, fala, gestos, em uma determinada língua e traduzir\repassar para outra língua, com o mesmo sentido e originalidade”.</p>
<p>Operação monocultural:</p> <p><u>Part. 1:</u> “Escrever requer dominar as regras de um código lingüístico e de uma comunidade de falantes”</p>	<p>Operação entre culturas:</p> <p><u>Part. 1:</u> “Traduzir requer o domínio de ambos os códigos, o conhecimento de ambas as culturas envolvidas e a habilidade de usar os recursos lingüísticos para estabelecer pontes culturais”.</p> <p><u>Part. 5:</u> “Trazer do outro para o seu”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Pegar um texto de outra pessoa e mudar de língua, incorporar a outra cultura um determinado texto”.</p>
<p>Texto propriedade do próprio autor:</p>	<p>Texto tomado doutrem, de</p>

<p><u>Part. 2:</u> “um texto seu”</p> <p><u>Part. 3:</u> “Passar suas ideias ao papel”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Criamos uma história, tese ou matéria, usamos nossas próprias palavras”.</p>	<p>propriedade alheia:</p> <p><u>Part. 2:</u> “Produzir um texto a partir de outro (...), das experiências, os saberes, costumes, etc. de outra pessoa.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Pegar um texto de outra pessoa e mudar de língua”.</p>
<p>Processo que implica emoção:</p> <p><u>Part. 4:</u> “É a ação de materializar, em palavras, o universo de sentimentos, fatos, acontecimentos relacionados a personagens, locais, temas específicos</p> <p><u>Part. 5:</u> “Verbalizar em código escrito pensamentos, sentimentos, inquietações, etc...”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “expressamos emoções”.</p> <p><u>Part. 8:</u> “Expor seus sentimentos/ideias sobre determinado tema”.</p>	<p>Processo que requer competências (conhecimentos ou habilidades):</p> <p><u>Part. 1:</u> “Requer o domínio de ambos códigos, com conhecimento de ambas culturas envolvidas e a habilidade de usar os recursos linguísticos para estabelecer pontes culturais”.</p>

Tabela 27: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 2º/2010

ESCREVER	TRADUZIR
<p>Processo de ordem criativa:</p>	<p>Processo de delimitação e reprodução do sentido doutro texto:</p> <p><u>Part. 2:</u> “a tradução tem que ser firmada e baseada em um texto já criado, procurando manter a fidelidade à obra original (...) a tradução jamais deverá acrescentar informações ou idéias que</p>

<p><u>Part. 3:</u> “Escrever é uma ‘arte’, na qual registramos através da escrita, pensamentos, idéias, emoções, tudo”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Escrever requer criatividade, inspiração”.</p> <p><u>Part. 7:</u> “Ao escrever, o autor cria verdades, mundos ou recria a realidade”.</p>	<p>contradigam àquelas do texto de partida”.</p> <p><u>Part. 3:</u> “Já traduzir é repassar um texto de um idioma a outro. Não há construção de idéias nem pensamentos”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Já quando nos referimos a tradução, precisamos ser éticos, traduzir sem trair o texto. Precisamos escrever exatamente o que o autor do texto original quis dizer”.</p>
<p>Operação monocultural:</p>	<p>Operação entre culturas:</p> <p><u>Part. 7:</u> “ao traduzir, o tradutor apresenta um outro mundo cultural ao seu”.</p>
<p>Texto propriedade do próprio autor:</p> <p><u>Part. 8:</u> “escrever pode ser definido como a transposição de suas próprias idéias que pode ou não ser em sua língua materna”.</p>	<p>Texto tomado doutrem, de propriedade alheia:</p> <p><u>Part. 8:</u> “ao traduzir, há a interpretação, transferência das idéias de uma outra pessoa, ou seja, o texto original não é seu”.</p>
<p>Processo que implica emoção:</p> <p><u>Part. 4:</u> “a literatura é uma atividade ‘inata’ do ser humano”.</p>	<p>Processo que requer competências (conhecimentos ou habilidades):</p> <p><u>Part. 1:</u> “Traduzir eu penso que só quem tem o conhecimento de falar e escrever em outra língua que é capaz de fazer a tradução da língua de partida para a língua de chegada”.</p> <p><u>Part. 4:</u> “Já a tradução exige um conhecimento e uma formação específica, e as pessoas passam a vida toda sem traduzir sem nenhum problema”.</p> <p><u>Part. 5:</u> “escrever exige habilidades as quais contribuem apenas para que se</p>

	tenha um ponto de partida ao traduzir. (...) Traduzir exige uma contínua investigação no âmbito de várias outras disciplinas (psicolinguística, sociolinguística, etc)”.
--	--

Tabela 28: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 1º/2011

ESCREVER	TRADUZIR
<p>Processo de ordem criativa:</p> <p><u>Part. 1:</u> “Escrever é transformar algo que se pensa, vê ou sente por meio de um código socialmente difundido (a língua)”.</p>	<p>Processo de delimitação e reprodução do sentido doutro texto:</p> <p><u>Part. 1:</u> “Traduzir é o processo de trazer para uma língua determinado conteúdo expresso em outra”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “Ao escrever, este texto está apto para ‘sofrer’ uma tradução”.</p>
<p>Operação monocultural:</p> <p><u>Part. 5:</u> “O escrever se baseia simplesmente em seguir uma norma prescritiva, caso queira se destacar entre os cultos”.</p>	<p>Operação entre culturas:</p> <p><u>Part. 4:</u> “quem traduz se coloca entre duas esferas: o mundo do autor, de maneira a traduzir a intenção dele com o texto, e o mundo de quem lerá o texto”.</p> <p><u>Part. 5:</u> “O traduzir, além de se utilizar da norma prescritiva, vai muito além da língua; é preciso haver sintonia entre culturas diferentes, encontrar o denominador comum”.</p>
<p>Texto propriedade do próprio autor:</p> <p><u>Part. 2:</u> “‘Escrever’ é expressar pensamentos, sentimentos e aflições de maneira clara e lógica. Quando escrevemos algo ficcional, podemos deixar a nossa imaginação voar. Quando escrevemos algo não ficcional, precisamos refrear nossas idéias”.</p>	<p>Texto tomado doutrem, de propriedade alheia:</p> <p><u>Part. 2:</u> “‘Traduzir’ é tentar expressar o que achamos que outra pessoa disse”.</p>
<p>Processo que implica emoção:</p>	<p>Processo que requer competências</p>

<p><u>Part. 4:</u> ‘Quando escrevemos nos colocamos de frente para o leitor, de forma que esse compreenda nossas expectativas e sinta nossas emoções’.</p>	<p>(conhecimentos ou habilidades):</p> <p><u>Part. 3:</u> “A tradução é um ato de interpretação de uma forma muito profunda, complexa. Não basta olhar um texto, lê-lo superficialmente para transcrevê-lo. O ato de traduzir não é tão livre e despretencioso como o de escrever”.</p>
--	--

Tabela 29: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 2º/2011

ESCREVER	TRADUZIR
<p>Processo de ordem criativa:</p> <p><u>Part. 1:</u> “escrever é um ato criativo associado a pensamentos e leituras pré-existentes. É o lugar da inovação e até transgressão”.</p> <p><u>Part. 3:</u> “escrever seria colocar a sua idéia no papel”.</p>	<p>Processo de delimitação e reprodução do sentido doutro texto:</p> <p><u>Part. 1:</u> “A tradução é o espaço das ressignificações”.</p> <p><u>Part. 3:</u> “já traduzir é já ter uma ideia e fazer uma tradução baseado na ideia já existente”.</p>
<p>Operação monocultural:</p> <p><u>Part. 6:</u> “Escrever não é apenas registrar palavras em uma superfície, mas, também, expressar de forma inteligível pensamentos, cultura etc.”</p>	<p>Operação entre culturas:</p> <p><u>Part. 4:</u> “o ato de traduzir significa transformar o texto escrito em um texto acessível a um público alvo, facilitando o seu entendimento”.</p> <p><u>Part. 6:</u> “A tradução implica conhecimento e domínio das línguas e culturas envolvidas”.</p>
<p>Texto propriedade do próprio autor:</p> <p><u>Part. 5:</u> “Escrever é uma maneira de uma pessoa colocar de forma ‘sólida’ seus pensamentos”.</p>	<p>Texto tomado doutrem, de propriedade alheia:</p> <p><u>Part. 5:</u> “traduzir é uma outra maneira de se escrever, mas esse escrever não é o que vem do seu pensamento</p>

	diretamente e sim o dos outros, das pessoas que escreveram, que são autores dos textos, livros, etc.”
Processo que implica emoção:	Processo que requer competências (conhecimentos ou habilidades): <u>Part. 2:</u> “para o escritor, pouca diferença faz se ele sabe sobre a história da tradução, estratégias ou técnicas da mesma”.

Tabela 30: Depoimentos sobre escrita e tradução extraídos do instrumento 3 em 1º/2012

ESCREVER	TRADUZIR
Processo de ordem criativa: <u>Part. 1:</u> “Escrever é produzir algo novo, que parte de idéias próprias, de experiências, é uma grandeza que depende de alguém para ser realizado”. <u>Part. 3:</u> “Escrever é criar, inventar. Dar corda solta à imaginação sem seguir nenhum modelo, quanto ao assunto a ser tratado, ou sem ter algum limite”.	Processo de delimitação e reprodução do sentido doutro texto: <u>Part. 3:</u> “Ao traduzir sempre haverá um modelo que seguir e um limite a respeitar”.
Operação monocultural: <u>Part. 5:</u> “para escrever não é necessário levar em conta tudo que envolve o leitor”.	Operação entre culturas: <u>Part. 5:</u> “para o tradutor é indispensável levar em conta tudo o que rodeia o leitor, a cultura, classe social e a idade”.
Texto propriedade do próprio autor: <u>Part. 4:</u> “A depender do que se pretende escrever, o autor pode estar absolutamente livre em relação ao texto a ser redigido”.	Texto tomado doutrem, de propriedade alheia: <u>Part. 4:</u> “o tradutor parte de um texto preexistente, em que pese possuir certo grau de liberdade e criatividade, não está livre de reproduzir as idéias constantes no texto de origem”.
Processo que implica emoção: <u>Part. 2:</u> “Escrever é saber expressar	Processo que requer competências (conhecimentos ou habilidades):

com palavras sentimentos, pensamentos, emoções etc.”	
--	--

O primeiro dos blocos de crenças retrata a contraposição entre Redação e Tradução a partir de duas redes semânticas que abrangem substantivos, adjetivos e verbos, referidas quer ao labor concebido como criativo, autoral, inaugural e carregado de emoção – o da Escrita –, quer àquele que remete essencialmente à reprodução dum elemento visto como pré-existente, num processo que requer a posse dos conhecimentos e técnicas necessários a tal fim: o da Tradução.

Tabela 31: Redes semânticas sobre Redação de 1º/2010 a 1º/2012

SUBSTANTIVOS	ADJETIVOS	VERBOS
Criação (<u>Part.</u> 4, 1º/10) Arte (<u>Part.</u> 3, 2º/10) Criatividade (<u>Part.</u> 6, 2º/10) Inspiração (<u>Part.</u> 6, 2º/10) Inovação (<u>Part.</u> 1, 2º/11) Transgressão (<u>Part.</u> 1, 2º/11) Grandeza (<u>Part.</u> 1, 1º/12)	Inédita (<u>Part.</u> 2, 1º/10) Individual (<u>Part.</u> 4, 1º/10) Criativo (<u>Part.</u> 1, 2º/11) Novo (<u>Part.</u> 1, 1º/12)	Criar (<u>Part.</u> 6, 1º/10) Escolher (<u>Part.</u> 6, 1º/10) Transformar (<u>Part.</u> 1, 1º/11) Inventar (<u>Part.</u> 4, 2º/11) Dar corda solta à imaginação (<u>Part.</u> 4, 2º/11)

Tabela 32: Redes semânticas sobre Tradução de 1º/2010 a 1º/2012

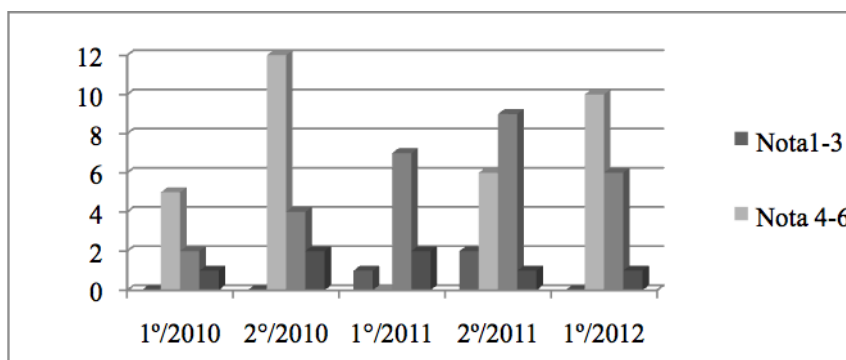
SUBSTANTIVOS	ADJETIVOS	VERBOS
Criação (<u>Part.</u> 2, 1º/10) Ressignificações (<u>Part.</u> 1, 2º/11)	Com história (<u>Part.</u> 2, 1º/10) Baseada em (<u>Part.</u> 2, 2º/10) (Com) modelo a seguir (<u>Part.</u> 3, 1º/12) (Com) limite a respeitar (<u>Part.</u> 3, 1º/12)	Partir de (<u>Part.</u> 2, 1º/10) Transcrever (<u>Part.</u> 4, 1º/10) Escrever exatamente o que o autor quis dizer (<u>Part.</u> 6, 2º/10) Desmembrar (<u>Part.</u> 6, 2º/11) Manter (<u>Part.</u> 8, 2º/11) Dependder (<u>Part.</u> 1, 1º/12)

É por volta deste contraste básico (CRIAÇÃO COM HISTÓRIA versus CRIAÇÃO INÉDITA) que se encontram expressas as crenças apresentadas por participantes na pesquisa, articulando um pensamento dicotômico que raramente se resolve pela conciliação dos extremos nos seus depoimentos. No entanto, não deixam de existir alguns picos que se destacam em relação ao olhar geral. É o caso dum dos participantes do segundo semestre de 2010, o nono dentre os destacados para esta

pesquisa, que, ao falar sobre escrever e traduzir, defendeu com ardor a sua semelhança, “até porque a intertextualidade está totalmente presente nos dois casos, diretamente ou não, [pois] ao produzir um texto – seja traduzindo ou não – sempre estaremos respondendo a algum texto passado, à algo que tenhamos lido antes ou visto”. Conforme foi comentado, as marcas que fogem à norma, neste caso ortográfica, foram mantidas na transcrição.

Assim, para melhor visualizar tanto a heterogeneidade dos grupos que vão se sucedendo na disciplina quanto às linhas gerais das suas concepções sobre a questão, é apresentado à continuação um gráfico que pretende mostrar a avaliação quantitativa que quem participou outorgou ao paralelo, ou à distância percebida entre as atividades de Redação e de Tradução:

Figura 7: Gráfico da distância percebida entre Redação e Tradução de 1º/2010 a 1º/2012



Em concreto, desprezados os casos em que não foi atribuída uma avaliação numérica e arredondadas as cifras até os dois primeiros decimais, foram estas as notas máxima, mínima e média (consideradas todas as avaliações com o mesmo peso, não apenas os extremos) atribuídas, pelo coletivo participante ao longo dos semestres, às relações entre Redação e Tradução:

Tabela 33: Mensuração da distância entre Redação e Tradução percebida por participantes de 1º/2010 a 1º/2012

SEMESTRES LETIVOS	Nota máxima	Nota mínima	Nota média
1º/2010	8	3	6
2º/2010	8	5	5,62
1º/2011	10	1	7,81
2º/2011	10	2	6,82
1º/2012	8	5	6,23

Traduzindo num valor, 6,49 é a nota média final que define as crenças de estudantes da disciplina *Redação para Tradução* que participaram na pesquisa, no tocante aos paralelismos entre as atividades de escrever e traduzir. Não se pretende com isso dirigir um olhar quantitativo à questão, só aproveitar a contribuição proveniente da avaliação do grupo, para mostrar tanto a consciência do paralelo entre ambas as atividades quanto a existência de concepções contrapostas a esse respeito, encarnadas respectivamente nas avaliações 1 e 10 concedidas por estudantes da disciplina no grupo que a cursou no primeiro semestre de 2011.

Encerrando esta seção

Como se lembrará, já se mencionou neste capítulo e no anterior, como noutros âmbitos que rodeiam o universo das línguas e da linguagem, muitas são as dicotomias que perseguem o coletivo de profissionais da tradução. Entre elas está a tradicional distinção que, ao contrapor o texto de partida ao de chegada, consagra o primeiro como ato criativo e diminui o segundo enquanto derivado. Mesmo que cronologicamente inegável, encontra-se aqui o cerne do sentimento de falta de posse, e quiçá até de responsabilidade, de agentes da tradução sobre o seu próprio texto. E isso, que tende a afetar negativamente a subjetividade profissional, pode ter consequências ainda mais graves durante o processo formativo, em que o sujeito parece a se sentir especialmente vulnerável.

Nesse sentido, o levantamento de crenças sobre os conceitos de Tradução e de Redação apresentadas por estudantes de tradução apontou para o fato de não se considerarem dentro de atividades de ordem criativa quando traduzem. Para dito coletivo, essas suas “criações com história” são realizadas com base em textos de partida que sentem como alheios e nelas não se encontram enquanto sujeitos. Da prática tradutória está ausente um prazer que poderia vir a fazer de estudantes da área profissionais mais felizes no futuro, para o qual talvez possa contribuir olhar a tradução numa prática reflexiva. Dito termo se articula em paralelo ao do “professorado reflexivo”, amplamente presente nos meios educacionais desde os anos 1990 e que remete para docentes que se voltam para a sua prática, que elaboram – e se elaboram – em cima dela e das situações de incerteza, singularidade e conflito com que lidam quotidianamente, transpondo a dicotomia teoria-prática. A abordagem do professorado reflexivo ultrapassa também a concepção de que a experiência forma por

si só, pela mera repetição, chegando à reflexão sobre ela como base para desenvolver o conhecimento. E é nesse ponto em especial que o paradigma da reflexão pode vir a oferecer subsídios para resolver contradições entre teoria e prática, mais uma das dicotomias que perseguem profissionais da tradução, agora no que tange à sua formação.

Certamente, e salvas as distâncias, a situação quotidiana de incerteza, singularidade e conflito de profissionais da educação no Brasil não dista tanto assim, em linhas gerais, da vivenciada por agentes da tradução no seu labor profissional, tão bem apresentada por Venuti (1995, 2002). Por sua vez, o caso específico de estudantes de tradução representa ainda o dum coletivo que padece esta situação em grau notável, o qual afasta desse grupo o prazer, uma sensação subjetiva de agentes da tradução que, ainda sendo completamente irrelevante para quem recebe os seus produtos, pode fazer a diferença entre uma carreira produtiva e o esgotamento (Robinson 2002:37).

Conforme já se disse, nenhuma das alunas ou alunos que participaram desta pesquisa sequer mencionou o prazer ao falar sobre a maneira como se sentiam ao realizar práticas de tradução ou de versão. Porém, a angústia que caracteriza amiúde a subjetividade de profissionais da tradução, em formação ou na vida ativa, embora inerente à atividade da escrita (Uyeno 2006) e atrelada às condições de trabalho, pode estar também associada à necessidade de lidar com outros tipos de conflitos. A norma linguística do português do Brasil constitui, ela também, um espaço de desconforto onde é vivenciado um não prazer similar àquele de que falam, implicitamente, Sgarbi e Roncália (2009:1):

[E]ste texto enseja refletir sobre o efetivo uso dos pressupostos sociolingüísticos em sala de aula, desde a teoria até a prática pedagógica, realçando a existência das variantes presentes na língua estendendo a discussão à importância de trabalhá-las em sala de aula, com o objetivo de tornar o ensino/aprendizagem da língua mais pragmático, dialógico e prazeroso.

Falta o prazer pela necessidade de defrontar um terreno conflituoso, o da avaliação linguística. Não há fazer língua sem atividade avaliativa, mas a identificação entre ela e as atitudes preconceituosas dificulta a articulação de higiene verbal necessária à formação em tradução em ambientes de educação formal, especialmente numa arena como a do português do Brasil. Nela, o discurso do respeito pela heterogeneidade pode estar gerando uma associação entre a avaliação

linguística e o proibido, o que não deve ser falado, o tabu, elevando o nível de problematidade das práticas de formação em tradução, que carregam de por si, já de início, o ônus duma atividade rodeada dum saber consensual questionador da sua legitimidade e causante de insegurança: o “*traduttore, traditore*”.

4.5. CONFLITOS DE AVALIAÇÃO DE NORMA LINGUÍSTICA EM TRADUTORES E TRADUTORAS BRASILEIRAS EM FORMAÇÃO.

No espaço configurado pelo cenário cujo recorte é apresentado na seção 4.2., duas cenas serão exploradas a partir deste ponto, com vistas a retratar concepções sobre norma linguística de estudantes de tradução num contexto de ensino superior do Brasil central. Num primeiro movimento, três formandas no curso de Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília elaboram, num grupo focal²⁰³ celebrado em maio de 2015, os conflitos atinentes à norma linguística do português do Brasil, vivenciados por elas durante a elaboração do seu Projeto Final de curso. As suas angústias e debates, já na fase de conclusão do seu percurso formativo, ilustram com maestria a problematidade que paira sobre essas questões. A seguir, serão apresentados e analisados os resultados obtidos, também no mês de maio de 2015, através de dois instrumentos de coleta de dados aplicados a uma amostra representativa do corpo discente do mesmo curso. Pretende-se, deste modo, traçar um panorama qualitativo da saliência sociolinguística de determinados fenômenos para estudantes de tradução no contexto acima citado, como também da avaliação explícita que o coletivo faz acerca de questões associadas às problemáticas da norma do português do Brasil.

4.5.1. Retratando tensões nos últimos estágios da formação: concepções sobre avaliação linguística de três tradutoras brasileiras num Projeto Final de curso de graduação

Dentro dos procedimentos de coleta de dados mencionados, apresenta-se a seguir a análise dum grupo focal realizado em 04/05/2015 com três estudantes do curso de graduação em Letras/Tradução Espanhol da UnB. O trio é composto de

²⁰³ O guia para grupo focal elaborado para dirigir exploração da temática prevista durante o encontro junta-se no anexo 8 deste trabalho.

alunas concluintes cujo Projeto Final de curso foi realizado no segundo semestre de 2015 e defendido em 01/12/2014. Constituem, portanto, uma amostra que pretende ilustrar os últimos estágios do percurso formativo percorrido ao longo dos oito semestres letivos que compõem o caminho padrão do curso.

A decisão pela utilização da técnica do grupo focal esteve ligada à possibilidade de incentivar a emergência de diferentes pontos de vista sobre o tema abordado, a fim de apreender as singularidades das ideologias linguísticas das participantes. Ao mesmo tempo, esperava-se que a realização do grupo focal favorecesse a compreensão, em profundidade, do comportamento daquele grupo restrito, pela reconstrução e elaboração dum relato interpretativo que se voltasse de forma explícita para contrastes que a moderadora sabia serem subjacentes, pelo fato de o grupo ter sido acompanhado por ela semanalmente durante um semestre letivo, o segundo de 2014, na condição de orientadora. Embora a possibilidade de coleta de dados sobre a questão da norma linguística não tivesse sido levada em consideração na hora da decisão pela orientação de dito Projeto Final, a constatação durante esse período da tensão subjacente no que diz respeito às decisões dessa ordem fez do grupo um ambiente ótimo para a reconstrução de olhares em conflito sobre o tema.

Além disso, durante a observação participante que constituiu, na prática, o período de orientação, a moderadora do grupo focal, então orientadora do projeto, foi questionada repetidamente pelas alunas sobre quais deveriam ser as decisões adotadas no tocante à norma linguística, perante o qual afirmou repetidamente que essa questão era um problema cuja solução deveria ser decidida pelas autoras do texto do Projeto Final. Não tem como se evitar lembrar aqui as palavras de Monteiro, quando diz, sobre estudantes de tradução: “As pessoas vêm em busca de certeza. As nossas aulas só oferecem incertezas, possibilidades...”. Fatalmente pode ter que ser assim quando as colocações remetem a certos problemas de norma linguística, como no caso do português do Brasil.

Atendendo à metodologia utilizada, vale frisar que o número de participantes do grupo focal realizado se desviou do módulo considerado recomendável – composto por de seis a dez²⁰⁴ pessoas – por ter-se entendido que a natureza da interação que seria gerada com a inserção de mais sujeitos poderia produzir certa homogeneização

²⁰⁴ Há, ainda, estudos que recomendam um número máximo de 12 (Dias 2000:3) e até de 15 participantes (Beck *et aliae* 2008:781).

entre o pensamento defendido pelas que terminaram sendo as participantes, em defesa dum ponto de vista uno – inexistente na verdade –, frente às posições dos elementos estranhos ao grupo, que seriam os outros possíveis membros dum grupo focal maior.

Portanto, de alguma forma os encontros de orientação para a realização do Projeto Final durante 2014, cuja memória foi convocada a partir do mesmo início da gravação em áudio, constituíram quase sessões prévias daquela que veio a ser finalmente a sessão do grupo focal.

A gravação foi realizada no gabinete que a orientadora, quem escreve, divide com outra colega, a qual entrou na sala no intervalo entre a primeira e a segunda aula da noite, de 20h40 até 20h50, conforme se pode ouvir no minuto 16:45 da gravação, sem ter ferido, contudo, o andamento do debate. A familiaridade com esse espaço (onde diversas reuniões do grupo foram realizadas ao longo do curso e especialmente durante a fase de realização do Projeto Final sobre o qual se conversa) esperava-se que reforçasse a sensação de vinculação com o histórico do acontecido lá. Mas a vontade de recriar um lugar de memória surpreendeu do momento em que não foi apenas a sala, mas a própria memória da distribuição física das participantes que contribuiu instintivamente para construir essa volta do tempo. “Por enésima vez na mesma sala, não é?, no mesmo espaço sentadas nos mesmos lugares de sempre” (00:00:06-00:00:11), disse a moderadora do grupo assim que a gravação começou, confirmando a esperada conexão entre o passado e o presente.

A instauração dum clima de descontração²⁰⁵ entre as participantes do grupo focal foi construída também através duma brincadeira com o próprio termo: de forma imprevista, a moderadora trocou a palavra “focal” por “bocal”, numa nítida associação de ideias que conduziu, ainda, a mais uma brincadeira, agora com “grupo fofocal”²⁰⁶ (00:00:18-00:00:27). O humor serviu, deste modo, como instrumento de

²⁰⁵ Decidiu-se, também, pela realização dum grupo focal e não de três entrevistas individuais pela descontração que essa técnica pode proporcionar, desde que criado um ambiente adequado nesse sentido.

²⁰⁶ Talvez a origem do trocadilho se encontre na associação da técnica do grupo focal com a Etnografia, e portanto com a Antropologia. De fato, vem de longe nos estudos antropológicos o interesse pela função da fofoca enquanto elemento capaz de organizar comunidades e de delimitar relações de poder, pela construção de autoimagens e de imagens do Outro. É o que acontece, por exemplo, no clássico *Os estabelecidos e os outsiders*, de Norbert Elias, acerca duma comunidade próxima de Leicester (Grã Bretanha) no fim da década de 1950. Também é fundamental o papel da fofoca em contextos como o estudado por Trajano Filho (2001), citado no capítulo anterior. Nesse trabalho, são analisadas interações em que falam acerca da Guiné Bissau internautas que nasceram lá na sua maior parte,

descontração e de construção de laços. O respeito por esse erro inicial, que não foi eliminado com uma nova gravação, a qual certamente poderia ter sido realizada facilmente nesses primeiros momentos do grupo, reforçou a sensação duma situação de interação marcada pela espontaneidade das respostas e mostrou como a troca de pontos de vista sem restrições não seria apenas permitida, quanto incentivada e necessária a efeitos da pesquisa.

Seguindo o roteiro elaborado previamente para organizar o grupo – que se junta no anexo 8 –, a interação, que se prolongou por um período de 1h41m27s²⁰⁷, partiu dum pedido de apresentação das três estudantes, incluindo informações acerca da sua idade e da formação prévia ao ingresso no curso.

Do ponto de vista etário, há uma linha ao longo da qual se dispõem as três estudantes: Gabriela (ou Gabi), com 21; Carolina (ou Carol), com 24; e Janaína (ou Jana), com 27. A percepção e a construção dum discurso da diferença é sentida nas próprias palavras das participantes: se a mais jovem se apropria do discurso da curta idade, representada pelo desejo de amadurecer – “21 anos, quase 22” (00:01:07-00:01:08) –, a de mais idade usa a variação linguística para assumir esse papel através do humor. Diz: “Eu tenho 27 anos. ‘Veia’” (00:03:48-00:03:49).

Trata-se dum exemplo dum dos aspectos característicos do dialeto caipira, segundo Bortoni-Ricardo (2011:75-8): a variação das consoantes líquidas. No caso da lateral palatal (como também acontece nos de /r/ e /l/), a dialetologia tradicional atribui a existência de soluções não padrão no português do Brasil – bastante encontradas no interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás – à influência do substrato composto de línguas indígenas, além das línguas e *pidgins* africanos trazidos para o Brasil pelas populações escravizadas provenientes desse continente durante os primeiros séculos da colonização, como fez Leite de Vasconcellos (1970)²⁰⁸. Num embate representativo das pesquisas variacionistas acerca do

recriando o que o autor constata ser um elemento essencial na construção da identidade nacional do país: os rumores.

²⁰⁷ Desse ponto de vista, atende aproximadamente ao que costuma entender-se como um grupo focal padrão, no tocante a esse método de pesquisa. Sobre o tema, diz Dias (2000:4): “A discussão ocorre durante aproximadamente duas horas”. O fato de se tratar dum período um pouco mais breve resulta plenamente justificado pela quantidade de participantes – quatro e não seis – e porque as questões previstas já tinham sido abordadas, sendo perceptível a probabilidade de que prolongar a interação não resultasse em maior ganho a efeitos da pesquisa.

²⁰⁸ Leite de Vasconcellos associa o fenômeno, estereotipado, com a influência africana (1970:47-8): “En 1870 a été publié à Lisbonne le *Sermão ao menino Jesus em linguagem africana*, qui a pour base un ms. également du XVIII siècle, mais augmenté par J. C. ; le titre du sermon, qui commence à la

português do Brasil, há também quem defenda – conforme foi comentado no primeiro capítulo – que o cerne desses fenômenos estaria no próprio português europeu, onde também seriam verificados (Bortoni-Ricardo 2011:196).

A vocalização da lateral palatal constitui uma das características mais destacáveis das variedades rurais e urbanas do português do Brasil, sendo o traço mais estigmatizado dos avaliados por Head (1981:3) em pesquisa realizada com estudantes em São Paulo – seguido pelo uso de /r/ por /l/ em grupos consonantais e pelo [r] retroflexo. Acerca do seu caráter de traço descontínuo, Bortoni-Ricardo (2011:195) afirma:

Falantes da língua padrão só empregam a regra quando querem arremedar a fala de moradores da área rural ou com um propósito metafórico (...). Nesse último caso, é portadora de um sabor de informalidade adequada à discussão de certos tópicos. Tal uso é muito comum em programas humorísticos e novelas na televisão.

Retomando a análise das respostas ao pedido inicial de apresentação das três estudantes, que solicitava informações acerca da idade e da formação prévia ao ingresso no curso, vale destacar que, mesmo sem ter sido apontada no questionamento formulado, as respostas enveredam para uma interpretação no sentido de terem sido públicas ou não as instituições em que as participantes tinham cursado as fases educativas prévias (os ensinamentos básico e médio). Assim, as estudantes informaram ter estudado: em escolas particulares a primeira aluna a falar, de 21 anos (que não aludiu diretamente à questão, apenas citou os nomes das instituições); em escolas públicas até 10 anos, seguidas de particulares, a aluna de 24; e só no ensino público, no caso da aluna de 27 anos. Todas as instituições mencionadas pelas participantes, entretanto, são consideradas de ponta no Distrito Federal, tanto as da rede privada quanto a pública citada explicitamente pela terceira estudante.

O rumo dos comentários é representativo das representações sociais que rodeiam a escola brasileira e que, aliás, convergem com dados de pesquisas como o conhecido como PISA (Program for International Student Assessment), coordenado

page 7, est celui-ci: ‘Sermão ós sioro Santa Minina Zazu Clisto nos seu nascimento’ (...) Un des phénomènes phonétiques que l’on note fréquemment dans ces imitations, est celui de la substitution de *i* à *lh*, par exemple dans *buia* = bulha, *veio* = velho etc.; à ce propos, je lis dans Duarte Nunes do Lião, *Origem da lingua portuguesa*, Lisbonne 1606, chap. XXIII: “Tal he a pronunciaçõ das palauras que escreuemos com *lh*, que... nem... a (*sic*) podem pronunciar por suas letras... os Arabes e Mouros de Africa, com tormento”. Há também em Leite de Vasconcellos (1970:152) uma associação explícita com Cabo Verde: “Exemplifica sobre “le dialecte ou les dialectes créoles du Cap-Vert”: “A -/&- correspond tantôt j, ex. mejor ^ melhor, tantôt i, ex. vei = velho”.

pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pesquisa, feita de três em três anos, tem como objetivo avaliar o sistema educacional dos países participantes considerando o desempenho de estudantes de 15 anos nos quesitos: Leitura, Matemática e Ciências.

Na edição de 2009²⁰⁹, em que Brasil ficou na 53ª posição entre 65 países, o programa contou com a participação de 20.127 estudantes do país, provenientes, respectivamente: 239 da escola pública federal, 2.309 da escola privada, 16.250 da escola pública estadual e 1.329 da escola municipal. A amostragem retrata tanto a diversidade como as percentagens que correspondem às estruturas da educação brasileira, articuladas nos eixos público/privado e federal/estadual-municipal.

Nessa edição do PISA, o coletivo de estudantes do Brasil que nela participou obteve uma média de 412 em Leitura, 405 em Ciências e 386 em Matemática. Pensando no quesito Leitura, as escolas públicas federais obtiveram média de 535 pontos; as privadas, 516; e as públicas estaduais, 403. Comparando essas pontuações com as da primeira colocada, a China-Xangai (536), e da nona, a Austrália (515), pode perceber-se que as escolas públicas federais e as particulares brasileiras estão entre as melhores do *ranking* internacional, com uma diferença notável em relação às escolas públicas estaduais e municipais do país.

Em 2012²¹⁰, o Pisa foi realizado por 18.589 estudantes do Brasil, que obtiveram 410 em Leitura, 405 em Ciências e 391 em Matemática. Nesse último campo, que foi onde se deu maior avanço comparativamente à edição anterior, os resultados ilustram: por um lado, o que parece ser uma tendência na educação brasileira – os melhores resultados correspondem à rede pública federal – e, por outro, o fosso entre essa elite educacional e a massa estudantil de ensino médio, das redes estadual e municipal.

Assim, se a média em Matemática foi de 391 pontos, as alunas e alunos das públicas federais atingiram 484,9 pontos e, no caso das privadas, 461,7. Já pelos alunos e alunas das escolas estaduais, onde estão cerca de 85% das matrículas do

²⁰⁹ Os resultados da edição de 2009 do PISA estão disponíveis em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2009/brasil_relatorio_nacional_PISA_2009.pdf. Informações sobre convocatórias anteriores estão disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados>. Acesso em 15/03/2015.

²¹⁰ Os resultados da convocatória de 2012, como também uma avaliação do dados, podem ser acessados em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf. Acesso em 15/03/2015.

ensino médio, a pontuação foi de 379,8. Por sua vez, estudantes de escolas municipais receberam 333,8 pontos.

Abordando mais uma vez a análise da apresentação das três participantes no grupo focal, é preciso apontar que, também de forma inesperada, as alunas encadearam com a sua apresentação comentários acerca dos motivos pelos quais ingressaram no curso, assunto que fazia parte da guia do grupo focal elaborada a orientar os assuntos abordados. Convergeram aí os discursos das três, em que pesem as diferenças, no sentido do caráter circunstancial que as fez se encontrarem no curso de Tradução Espanhol: se uma diz ter sido pressionada pelo pai e a mãe para ingressar na universidade pública, independentemente do curso, outra precisava abandonar o curso de Pedagogia – em que estava matriculada e com o qual não se sentia identificada –, enquanto a terceira não conseguiu explicar o motivo pelo qual se inscreveu no vestibular para o curso. Disse a terceira participante, Janaína, conversando com a segunda, Carolina:

A princípio queria fazer licenciatura, mas... no último segundo resolvi me inscrever para Tradução. CAROLINA: Você tinha que conhecer a gente. JANAÍNA: É, eu tinha que conhecer minhas macaquinhas. No último segundo resolvi fazer Tradução. Quis mudar de curso o primeiro semestre, a primeira semana vi que não queria mais, que não tinha nada a ver comigo. Aí, depois... eu fui continuar porque não podia mudar no primeiro semestre, aí fiz o primeiro semestre todo, aí eu vi que era legal e resolvi ficar. Mas não queria. CAROLINA: Ela viu que a gente era legal e resolveu ficar (00:04:13-00:04:48).

O último comentário gerou um questionamento direto da moderadora (referida como MOD., doravante, na transcrição) acerca do momento em que as três se conheceram, ao qual responderam ter sido já no primeiro semestre do curso. Percebe-se no depoimento a seguir a influência dos fatores afetivos sobre a permanência no curso, reforçados neste caso pela tomada duma decisão que pode ser considerada excepcional entre estudantes da graduação: o fato de ter sido definido numa fase temprana o que viria a ser o assunto por volta do qual seria elaborado o Projeto Final de curso.

MOD.: Por que é que vocês decidiram fazer o Projeto Final juntas? (...) CAROLINA: Eu acho que... Eu acho que isso estava decidido desde o terceiro semestre. Quando a gente descobriu que podia fazer. JANAÍNA: Na verdade, a gente não sabia se podia. GABRIELA/CAROLINA.: É... JANAÍNA: As três tinham a vontade de fazer a mesma coisa. CAROLINA: Juntas. JANAÍNA: A gente queria fazer qualquer coisa junto. CAROLINA: E aí numa aula do Júlio, acho que a gente descobriu que tinha possibilidade realmente, porque eu pensava assim: “Ah, eu acho que pode fazer até

dupla, trio... acho que não pode”. E aí a gente descobriu que era na verdade até trio e aí desde então nós decidimos. JANAÍNA: No momento que ele falou: “Pode fazer em trio”, a gente fechou, acabou, pronto. CAROLINA: E a Jana foi proibida de sair do curso. GABRIELA: É..., porque até então ela queria sair (00:05:50-00:06:36).

Uma vez efetuada uma seleção primeira do cópuz (derivada do encantamento da mais jovem das três com a série *Manolito Gafotas*, de Elvira Lindo), um semestre antes do começo da redação do Projeto Final o trio passou por um processo de seleção de responsável pela orientação, problemático pelo fato de serem três as autoras, que iriam trabalhar em conjunto. A moderadora do grupo, que, conforme foi mencionado, atuou como orientadora, foi então questionada diretamente sobre esse processo pelas participantes. Perante a pergunta realizada, a moderadora expôs a sua consciência à época de que, do mesmo modo que o fato da autoria ser em trio tinha terminado agindo como um reforço que alavancara o Projeto, a gestão do relacionamento entre as três durante uma fase tensa como a de redação e defesa – que terminou sendo administrado com perícia pelas alunas – poderia ter dado lugar a conflitos que o levassem ao fracasso.

Foram efetivamente essas tensões, em termos decisórios, que originaram a relevância para o retrato das concepções de norma linguística dos encontros derivados da implementação do Projeto Final das três estudantes. Visando a introduzir elementos que pudessem levantar essas questões sem elas serem apontadas diretamente, as participantes foram perguntadas acerca da sua relação individual com o processo de escrita. As diferenças são notórias: o texto mais acadêmico da participante mais jovem²¹¹ – cuja fluência derivou do diálogo entre teoria e prática que conseguiu estabelecer – se distingue nitidamente do dizer autoral da de mais

²¹¹ Após a desorientação inicial produzida pelo intenso levantamento prévio de informações existentes sobre o assunto que ia abordar [“Gente!, como é que eu vou escrever uma coisa que o mundo inteiro já escreveu falando desse menino, como é que eu vou usar outras palavras para poder falar o que todo o mundo já escreveu?” (00:25:20-00:25:32)], a aluna conseguiu associar o arcabouço teórico com que ia trabalhar e os dados de que dispunha, de modo que o texto fluiu com facilidade [“fui buscando um, um jeito de... ler a teoria de forma que na teoria eu pudesse ver aquilo que eu tinha que escrever” (00:25:49-00:25:58)]. Nos últimos momentos do grupo focal, fazendo espontaneamente – isto é, sem interpelação pela moderadora – um balanço da sua formação prévia ao ingresso na universidade, esta mesma participante dirá: “Meu ensino médio foi muito voltado para a literatura, assim, histórico e escolas literárias, e a parte gramatical, que você tem que passar no vestibular” (01:37:29-01:37:42). A vinculação da abordagem escolar com o processo de seleção do curso de Tradução Espanhol é nítida: a formação da aluna prévia ao ensino superior viu-se condicionada pela vontade de ingressar na universidade pública, a qual também influenciou no curso escolhido, cuja eleição parece ter sido determinada em grande medida pela nota mínima necessária para conseguir uma vaga, considerada acessível.

idade²¹². Ambas se diferenciam, por sua vez, da autora de idade intermediária, que é a que mantém uma relação mais dificultosa com a escrita, tanto que se disse desesperada²¹³ no momento que deu início a essa fase. A estratégia adotada por ela neste caso foi a elaboração duma lista de tópicos que foram sendo glosados sucessivamente, para terminar compondo o texto final. A sua satisfação com o resultado, ainda dubitativa e talvez surpresa, foi expressa pela frase: “Deu certo, eu acho” (00:24:55-00:24:56).

A realização de questionamentos como o anterior, para além de à reflexão sobre os perfis, bem diversos, das três participantes no grupo focal, foi destinada à criação de espaços de interação sobre a escrita, com vistas a que fossem levantadas inquietações sobre norma linguística pelas estudantes sem a interpelação direta da moderadora. Como isso não aconteceu, prosseguiram as perguntas acerca da existência ou não dalgum ponto que tivesse causado a interrupção do processo de escrita, ao qual as estudantes responderam novamente mencionando assuntos abordados no Projeto Final, mas não atinentes ao assunto alvo: a norma linguística.

Retomando, mais uma vez, os questionamentos genéricos na espera de se obter um *feedback* nesse sentido, a moderadora se voltou de novo sobre as escritas, que são descritas: uma como mais enxuta e direta; outra como mais canônica, no estilo das

²¹² A dificuldade, nesse caso, é associada ao momento do começo da escrita, que depois se desenvolve sem problema: “peguei, sentei, olhei o que a Gabi tinha começado e simplesmente escrevi. Foi a primeira página inteira, a segunda inteira, a terceira inteira, simplesmente foi” (00:27:19-00:27:26). De fato, neste caso a participante em questão parece ter uma elevada implicação sentimental com a escrita, como mostram suas ponderações ao respeito na fase final do grupo, numa longa exposição autobiográfica em que retrata o fato de seu estilo ter sido elogiado como modelar pelos professores desde os 9-10 anos: “Não sei, não sei se tem a ver com, eh, as leituras que eu fiz muito nova também. Desde, desde muito nova lembro de escrever muito certo. Muito, muito, muito, muito, muito, assim, eu lembro nas aulas, sei lá, eu quarta, quinta série, as minhas redações eram sempre as melhores. Eram sempre, por exemplo, na escola tinha concurso de, é, era, gente, tinha concurso de redação na escola, a minha era sempre vencia, da turma a minha sempre era a melhor, que a escrita era, era muito acima das, das outras meninas da, da sala. Do ensino fundamental ao ensino médio, os trabalhos, os meus sempre destacavam pela escrita, às vezes não era nem pelo conteúdo, que eu não pesquisava nada, mas a escrita chamava muito a atenção. Eu lembro no terceiro ano um trabalho de literatura que eu fiz sobre modernismo, segunda geração – eu lembro – (...) eu lembro a professora pegar o trabalho e mostrar para outras, para as outras turmas da escola e ela fala assim: ‘A escrita tem que seguir esse padrão, tem que ser, vocês têm que se acostumar com uma escrita um pouco mais elevada porque vocês vão ser cobrados dessa escrita mais elevada’. Eu lembro perfeitamente dela falando isso, dela com o meu trabalho na mão falando isso. (...) A minha forma de escrita é muito assim desde que eu me lembro de estar escrevendo” (01:38:13-01:40:02).

²¹³ Nas suas palavras: “No começo, eu estava bem desesperada, porque eu falei: ‘Gente, chegou a hora de escrever. Ferrou’” (00:24:20-00:24:25). Essa tensão em relação à escrita conflui com o perfil duma aluna que se vê criticamente no tocante a seu comprometimento com o processo formativo desde fases anteriores ao ingresso no ensino superior. Como ela própria mencionará na última fase do grupo focal: “A realidade é que meu ensino médio foi feito tão nas coxas!” (01:37:41-01:37:44).

ciências humanas; e a terceira, como mais antropológica e prolífica, mas que, no entanto, num momento determinado tivera dificuldades para fazer evoluir o texto. Nesse ponto, afirmou a moderadora: “Foi o único momento em que ela chegou para mim e falou: ‘Eu não sei o que eu vou escrever nesse negócio aqui’” (00:34:01-00:34:05). Tratava-se do cerne do conflito com a norma linguística, que não foi citada pela moderadora, apenas referida por ela como “o ponto em que eu fiz questão de não me posicionar” (00:34:24-00:34:25). A aluna em questão respondeu: “Foi no terceiro ponto. Eu não lembro, mas foi no terceiro ponto” (00:34:42-00:34:43).

Embora o item do Projeto Final a que a estudante se refere, como também e especialmente o seguinte, estivessem de fato relacionados com norma linguística, a estudante relatou que a dificuldade de escrita teria estado motivada pelo fato de o arcabouço teórico ao qual estava recorrendo ser proveniente dum artigo em inglês, motivo pelo qual não conseguiria entender adequadamente qual o assunto que precisava ser abordado no segmento em questão.

Ao não ter sido levantado o tema visado até o momento, a moderadora precisou então recorrer a uma pergunta direta sobre os debates internos realizados acerca de questões atinentes à norma linguística. Quando finalmente arguidas sobre o tema, responderam praticamente com modelos de tipos ideais, o que fornece maior clareza à questão. Assim reconstruíram as alunas o papel e o perfil de cada uma na sua ação tradutória:

JANAÍNA: Eu lembro de... que era bem gritante assim, que a minha forma de traduzir, as meninas falavam que era muito elitizada, que todo o meu era quase um... “comê-lo-ei”, (RISOS), aí o das meninas era mais de boa assim. A Carol queria baixar o registro. CAROLINA: O meu era completamente escrachado e o da Gabi era um meio termo. GABRIELA: Não, eu era, eu estava tentando buscar o meio termo porque eu li e o que eu li e quando eu li em espanhol... CAROLINA: Mas, mas entre o esculachado e o da Jana, ela preferiu o meu, não é? (RISOS). GABRIELA: Sim, porque o livro marginalizava um pouco mais, a Jana era: “Dar-te-ei o livro, imbecil!” (00:41:55-00:42:29).

As autoras, que ilustraram o conflito de norma linguística com dois exemplos de mesóclise²¹⁴ (“comê-lo-ei” e “Dar-te-ei o livro”), associaram o conflito intenso à tensão da fase final de revisão do texto do projeto, causada pelo cansaço e a pressão do tempo. Mas o atrito foi devido também ao fato de se tratar da fase de ajuste em que

²¹⁴ Lembre-se que, no capítulo anterior, tradutores e tradutoras profissionais escreviam em TRAD-PRT sobre a “abolição da mesóclise”, que no Brasil representa o mais elevado nível de saudosismo dum passado – escrito – cada vez mais dificilmente presente na contemporaneidade.

essas questões, que tinham estado latentes desde o começo, precisavam ser definidas de forma clara.

JANAÍNA: É, a minha forma de escrita é muito essa e a da Carol, ah!, então tá, tá bom, tá bom assim. Aí vinha a Gabi e arrumava tudo. Não, gente, pega um pouquinho daqui, um pouquinho daqui. Eu acho, o grande problema foi esse, dar aquela ajustada final na, na, na forma mesmo de, de... GABRIELA: Mas no ajuste final a gente teve, não sei se foi porque a gente estava muito estressada, a gente teve um leve atrito. JANAÍNA: É, teve um... de leve. GABRIELA: A Jana, a Jana já estava assim: “Não quero fazer essa merda mais não” (RISOS) Faz do jeito que vocês acharem bom. Tudo o que eu estou falando, vocês não estão gostando! (00:42:30-00:43:04)

A dureza do confronto, inicialmente amenizado nas falas, chegou ao ponto de fazer uma das autoras – a que aparenta ser mais tranquila e que tem mais idade das três – sair do lugar em que estavam para se acalmar, antes de continuar o trabalho [GABRIELA: “o final foi, aí ficou eu e a Carol fazendo, e depois a Jana saiu, deu um rolê, voltou...” (00:43:23-00:43:27)]. A intensidade do conflito provém da obviedade que esta atribui às soluções de norma linguística que entende serem válidas. O adjetivo “óbvio” é usado repetidamente para aludir às suas concepções ao respeito, como também à sua “forma de escrita”. Foi o que fez em:

JANAÍNA: “É, que, para mim, as minhas ideias eram muito óbvias, muito óbvias”; “para mim a minha forma de, de, de ver é muito óbvia. Eu leio daquele jeito e se não está escrito daquele jeito, para mim está ruim”; e “Foi muito óbvia, a minha forma de escrita é muito óbvia, então” (00:43:06-00:44:02).

Assim, aquela natureza “óbvia” – que faz parte, como já mencionado neste capítulo, dum leque de ideias que costumam estar presentes ao se tratar de questões relativas às línguas para profissionais da tradução – também é trazida à baila quando se fala do português do Brasil. Em palavras de Bourdieu (2003:208), a hegemonia se articula sobretudo pelos silêncios do implícito, do inquestionável e inquestionado, e, inclusive por isso, as posições hegemônicas estão pouco habituadas à contestação e à necessidade duma defesa explícita do dever ser, em socorro da qual vem com frequência o “óbvio”:

Contra as estratégias de subversão da vanguarda, os detentores da legitimidade, isto é, os ocupantes da posição dominante, terão sempre o discurso vago e pomposo do inefável “isto é óbvio”: assim como os dominantes no campo das relações entre as classes, eles possuem estratégias conservadoras, defensivas, que podem permanecer silenciosas, tácitas, pois eles têm que ser apenas aquilo que são para serem o que devem ser.

Depois de ter sido associado com o cansaço e a pressão derivada do prazo exíguo para a definição do texto final, o conflito de norma linguística passou a ser remetido a fenômenos derivados de preferências de estilo diversas (representadas pela eliminação de redundâncias e a subida do registro) e da própria natureza da prática tradutória.

Houve conflito, nesse sentido, pela insistência na retirada de repetições do texto traduzido, que, sendo necessária para uma das autoras da tradução, não era válida para as outras duas por entenderem que seriam resultantes dum fenômeno intencional presente no texto de partida. Está implícita nessas divergências a existência de concepções diversas da prática tradutória, em relação à posição de relevância que é concedida ao texto/língua de partida e aos de chegada, além, é claro, de diferenças no tocante àquela entidade citada cinco vezes seguidas no segmento a seguir precisamente pela mesma tradutora que rejeita as repetições: o “português”.

GABRIELA: A Jana tem toda essa preocupação do “não vou repetir a palavra, não vou repetir a frase porque eu já usei esse conectivo”. CAROLINA: Essa coisa de repetir a palavra, “Mas a gente já falou isso aqui, ó” (...) GABRIELA: Mas o livro, ele é repetitivo, eu e a Carol, a gente sempre frisava isso para a Jana. E a Jana: “Não, para mim, não”. JANAÍNA: É que para mim, apesar de ser uma tradução, você está escrevendo português. Você está escrevendo português, ele tem que estar em português. E a forma como a gente vinha traduzindo não estava em português!, estava uma tradução. E para mim tinha que soar como português (00:45:24-00:45:55).

Também se deram confrontos meramente relativos a questões de registro, como exemplifica a opção entre “Nós” e “a gente”. A segunda das formas – mera opção mais coloquial do que a anterior, mas sem qualquer restrição em termos de norma padrão²¹⁵ – não era aceita pela mesma tradutora que se recusava a utilizar repetições, agora com base numa alegada inadequação ao locutor (a mãe duma criança nos anos 1980, no caso).

GABRIELA: A Jana usava muito... não sei se era “nós” e a gente falava: “Vamos colocar ‘a gente’”, porque é um menino falando, está oral, entendeu? Registro oral e a gente tem que manter algo do oral do português, vamos colocar “a gente”. E a Jana: “Não, mas eu acho que a mãe delealaria ‘nós’” (00:47:08-00:47:24).

Esses espaços de tensão na avaliação linguística, gerados pela negativa a imprimir na norma uma margem de elasticidade, atuaram condicionando o possível,

²¹⁵ Cunha e Cintra (1985:214) dizem a esse respeito: “No colóquio normal, emprega-se *a gente* por *nós*”, seguido dum exemplo de Pessoa.

acionando interpretações de mundos, polarizando fala e escrita e agudizando a contradição até o “absurdo”:

JANAÍNA: Não, mas eu per, o que eu consigo lembrar mesmo era muito isso: a divergência, especialmente entre eu e a Carol... Era absurdo, era gritante, assim. Eu falo: “Assim está bom”. E ela vinha: “Não, mas assim, ninguém fala assim!”; eu falei: “Eu falo assim!”. (RISOS) GABRIELA: E a gente então, as três: quem é que fala assim? Não. Vamos começar a gravar fulaninho, sicraninho, para ver se falam assim, entendeu? (00:48:15-00:48:35)

A rejeição dos dois elementos anteriores (repetições e formas coloquiais) apontam para uma tendência essencialista no olhar dirigido ao português e à sua autenticidade, donde a insistência em que o texto precisa “estar em português” e em que a fronteira entre este e o Outro, a outra língua, aqui trazido pela a tradução, tem que ser preservada. No entanto, manter intocadas as fronteiras que marcam o espaço daquilo que corresponderia ao português parece requerer também expurgar a escrita das marcas da oralidade, denominadas “registro oral”, como se só nessa dimensão houvesse lugar para o incorreto e a escrita fosse, por definição, mais uma entidade a ser preservada de maneira separada, intocada.

Visando a introduzir polêmicas ainda mais agudas de norma linguística no foco da discussão, a moderadora apontou para uma questão concreta, associada de modo explícito com o Projeto Final das participantes no grupo focal, o qual incluiu uma retradução dum livro e a legendagem dum filme. A inserção desse ponto foi marcada pela presença dum silêncio que destoa na sequência contínua de fala que tinha se configurado até o momento. Nesse sentido, as palavras da moderadora – “Nesse vaivém intersemiótico de escrita, oralidade, que está no textos, na origem do texto (...) tem momentos em que a coisa complica em termos linguísticos. Por exemplo: ‘Dê-me, me dá’” (00:51:45-00:52:06) – foram seguidas dum pausa de cinco segundos, em que está incluída uma reformulação da colocação anterior: “Complicava? Não complicava?” Como resposta, uma vez retomado o fluxo pelas participantes no grupo, elas lembraram:

JANAÍNA: Isso rolou. Eu sempre, eu sempre colocava: “Dê-me” ou “Dei-me” e elas queriam colocar “Me dê”. GABRIELA: Isso, a gente invertia o pronome, tanto é que a Jana entrava em assuntos gramaticais. CAROLINA: Mas o que a gente fez depois foi: o que era fala ativa já dum personagem, a gente colocava num registro mais baixo, e o que era fala... JANAÍNA: De discurso indireto. CAROLINA: De discurso indireto, a gente colocava num registro mais alto (00:52:11-00:52:35).

Ao ter sido formulada a distinção entre “Dê-me” e “Me dá” novamente em termos de registro, a moderadora iniciou um questionamento direto, embora genérico, sobre o uso de ambas as variantes, de modo a obter as impressões das três participantes no que tange ao uso das duas formas. No entanto, quando a moderadora estava ainda começando a fazer a colocação – “Então, para vocês colocar uma coisa assim “Me dá”..., “Me, me, me passa tal coisa” (00:52:35-00:52:43) –, a participante de mais idade a interrompeu, seguida pelas colegas, dizendo:

JANAÍNA: Para mim isso é um sacrilégio, eterno, mas... GABRIELA: Isso, a Jana queria... em caso de verbos... JANAÍNA: Não, a gente não fala, mas a gente escreve, na escrita. CAROLINA: Mas o negócio é que o menino tinha que passar que era uma coisa nova! (RISOS) JANAÍNA: Era isso que rolava, era exatamente isso! (00:52:43-00:53:00)

Em mais um eco do discurso do religioso, de “sacrilégio, eterno” foi qualificada pela tradutora de mais idade a presença num texto escrito de marcas da oralidade do português do Brasil, numa avaliação de usos linguísticos sustentada com base em argumentos de prescrição²¹⁶ no tocante a fenômenos gramaticais e formulada ainda em termos de “ferimento” e “morte”, ou mesmo “loucura”. Assim prosseguiu a conversa:

GABRIELA: A gente tem que levar em consideração que é um livro, que vai ser impresso, entendeu?, tem que normas do português. Então no caso deixei para a Jana e ela vinha com argumento gramatical, como em caso de imperativo não se admite próclise, mesóclise, que, que, que.. (...) “Vocês estão loucas, vocês estão ferindo a gramática!” CAROLINA: “Estão matando”, não é? JANAÍNA: Elas colocavam desse jeito e eu falava: “Para mim não dá porque está errado” (00:53:09-00:53:40).

O impasse precisava ser resolvido por meio da tomada duma decisão que deveria seguir algum procedimento concreto. Perguntadas pela moderadora do grupo sobre o processo decisório em relação à tradutora divergente [“Mas vocês convenciam?” (00:54:09-00:54:10)], as participantes lembraram:

GABRIELA: Não, umas coisas ela até aceitava, e outras coisas falava assim: “Não, é maioria, eu e a Carol”. JANAÍNA: Várias coisas foi assim, eu ficava assim: “Não, então tá. Vocês duas querem assim? É, então tá, deixa”. Não é que eu aceitava, é que as duas queriam, então não podia fazer nada. CAROLINA: Era democracia. GABRIELA: Mas está aí a pergunta do Jean-Claude, não é? “Como é que vocês...?”, alguém tem que

²¹⁶ Pensando apenas nos clíticos e independentemente da flexão verbal, isso acontece apesar de gramáticos clássicos, como Cunha e Cintra (1985:226), afirmarem que: “A colocação dos pronomes átonos, no colóquio normal do Brasil, tende à próclise. Parece suceder o mesmo no português falado em África. Esta colocação é, assim, possível (...) no início de frases: – **Me desculpe** se falei demais. (Érico Veríssimo)”.

ceder. JANAÍNA: Na faca, a gente decidia tudo na faca, básica (RISOS). Não, mas era bem assim, eu, eu argumentava, mostrava o argumento gramatical, não dava certo, uai... (00:54:12-00:54:45)

Para as participantes, as divergências perante as questões de norma linguística do português do Brasil estão atreladas à relação pessoal de cada uma delas com a escrita já desde a primeira infância, representada pela leitura ou não de clássicos, ponderados enquanto lócus de anacronismo ou como modelos que seguem sendo válidos para as crianças na atualidade.

GABRIELA: E eu e a Carol era mais a estética, assim, a estética do receptivo: a criança vai ler isso aqui, a minha irmã se vai ler isso aqui, ela vai ler os outros livros que tem, sei lá, ela vai ler Monteiro Lobato, de 1940. JANAÍNA: Pois é, e aí eu paro e penso: “Monteiro Lobato escrevia: ‘Dar-te-ei uma flor’. Por que eu não posso escrever? E eu fui obrigada a ler, tipo, no ensino fundamental! E tinha que entender! Então, assim, a minha lógica é bem essa. CAROLINA: Os tempos mudaram, querida, eles querem iPad, eles querem computador... (00:54:46-00:55:15)

De fato, o histórico infantil como leitoras de duas das participantes diverge de forma notável, para o qual podem ter contribuído tanto os seis anos de diferença de idade que há entre elas (27 e 21), quanto as diferenças no tocante aos contextos de inserção escolar (público ou privado, respectivamente). Assim, ambos os relatos marcam modos extremamente diversos de acesso a clássicos da literatura em português, que podem ter exercido um impacto importante na relação com a escrita:

JANAÍNA: Nisso eu não sei porque, para a minha visão da leitura, não sei, aí que eu acho que vem um pouco a distância de idade, porque para mim o que eu li na, sei lá, na infância, que eu me lembro, o primeiro livro que eu li foi Machado de Assis, o primeiro, que eu peguei e assim, não, tem que ler, então vou ler. Peguei e li Machado de Assis, o primeiro livro da escola que eu li. Não teve essa, essa literatura infante, essas coisas, não, não teve! (...) GABRIELA: Eu fui conhecer Monteiro Lobato quando passou na televisão em 2003. JANAÍNA: Aí! Eu não. Eu conheci Monteiro Lobato com o livro, pegando no livro, lendo o livro. Conhecendo. Foi com o livro. Televisão? Muito depois que eu fui ver! GABRIELA: Então, eu só li os livros depois, eu já era, sei lá, eu já tinha oito, sete, oito anos (00:57:07-00:58:32).

De fato, a própria ideia de infância precisa ser ressignificada e objeto de problematização, com o qual a interpretação da adequação ao público alvo das obras literárias tradicionalmente destinadas ao público infantil pode ser também revista, do mesmo modo que as formas de escrita presentes nelas²¹⁷.

²¹⁷ Dizem as participantes: “GABRIELA: Por exemplo, a questão da criança, ser criança é uma, é uma coisa muito recente, entendeu? Você ter o sentimento da infância, você reconhecer, ah, porque antes era, ou era criança e já ia para o adulto. JANAÍNA: É. GABRIELA: Então, por mais que a gente não

Com vistas a retomar as discussões pelo grupo sobre norma linguística, e perante o questionamento acerca de se essas questões tinham sido abordadas em disciplinas do curso do qual eram quase egressas, a resposta recebida contornou uma negativa direta por meio da ponderação de diversas outras dimensões que teriam sido, essas sim, abordadas no curso, traçando um percurso ao longo de matérias que compõem o currículo em direção às práticas de tradução literária. Nesse espaço, onde se esperaria terem sido tratados esses temas, como afirmaram os membros do corpo docente cuja voz foi ouvida neste trabalho, as alunas disseram, na sua percepção, não ter havido debates sobre eles, introduzindo imediatamente uma reflexão acerca do que entendem ser uma lacuna do curso: a inexistência duma matéria sobre “gramática do português”. Quem sugeriu essa possibilidade, embora contando com a anuência das outras duas, e ainda voltaria sobre ela pouco depois²¹⁸, será precisamente a tradutora que tem maior facilidade em aceitar a presença de formas não padrão do português no texto.

JANAÍNA: Exatamente essas coisas aqui, que a gente precisa, que a gente precisou no TCC, a gente não viu. CAROLINA: O português por gramática, eu acho que faltava, eu acho que falta na verdade uma disciplina que seja obrigatória, na verdade. JANAÍNA: É. GABRIELA: Sim. CAROLINA: Português, gramática, porque assim, você é tradutor, você está lidando com a língua, então você tem que conhecer bem a sua língua e bem a outra língua (01:05:22-00:05:45).

Concebida como destinada a “conhecer bem a sua língua”, nessa disciplina seriam, então, abordados fenômenos como o uso de vírgula, salvando um dos aspectos em que – e de novo a religião – o curso “peca”.

GABRIELA: Mas essa parte gramatical peca. Porque talvez não é porque a gente passou num curso de Letras que a gente sabe a gramática de cor e salteado. (...) E quando eu abro a gramática e olho lá aquele milhões de funções da vírgula, não me tira das orações subordinadas adjetivas, que são restritivas ou não. Isso aí eu ainda, eu ainda lembro, entendeu? (01:10:59-01:11:30)

Ampliar os conhecimentos gramaticais não se entende aqui como o desenvolvimento da habilidade de elaborar um texto bem articulado em termos de recursos morfológicos e sintáticos, em benefício da sua coerência e coesão. Trata-se,

perceba, as produções literárias para esse tipo de, de leitor, é... é novo. E, por mais que tenham muitas produções, às vezes uma se sobressai porque é aquilo que a criança vive, aquilo que a criança quer imaginar, entendeu?” (00:55:47-00:56:21).

²¹⁸ Assim o fará quando diga: “CAROLINA: Até porque muita gente me pergunta umas coisas de português que eu falo; “Galera, não tenho ideia!”. (...) Gente!, não tem uma matéria de gramática, tipo obrigatória” (01:09:48-01:09:57).

isso sim, da tradicional identificação brasileira do termo gramática – e os ‘gramáticos’, como já mencionado – com a ideia de prescrição linguística, entendida como a aderência a normas de correção que legitimam os discursos e os convertem em válidos para contextos públicos, e em especial para os escolares. Por isso, mesmo tendo admitido e até defendido a presença de formas linguísticas não padrão no Projeto Final de que é coautora, a responsável por intermediar entre a participante mais liberal e a mais conservadora afirmou:

GABRIELA: E entra toda uma questão..., também, do que a gente está carregando traduzindo dessa maneira, porque, se você for levar isso para um ambiente acadêmico, como que você vai tratar, por exemplo, um livro traduzido numa aula de português? Talvez levaria para um debate mais, eh, cultural, de como anda a oralidade da língua, mas não quesito gramatical, não agrega nada (01:14:50-01:15:18).

Esse duplo gancho – tanto no que tange ao ensino, que é o perfil profissional onde disse melhor se enquadrar, quanto ao colocar em dúvida as soluções de norma adotadas – deu margem a uma dura crítica pela participante mais rígida nesse aspecto, a qual afirmou, contundente, ainda que recuando logo a seguir por meio da concessão de certa flexibilidade da norma em contextos literários:

JANAÍNA: Eu, por exemplo, se, se fosse professora e usasse isso numa aula, eu ia usar falando que entre a linguagem escrita e a linguagem oral há um distanciamento muito grande e que você não pode cometer esse tipo de asneira, mas tudo bem. (FALA SOBREPOSTA ININTELIGÍVEL DAS OUTRAS DUAS PARTICIPANTES) Mas, então, há toda uma licença poética, há toda uma licença, há toda uma estética que você pode usar (01:15:19-01:15:38).

Se até o momento as colocações de norma introduzidas pela moderadora afetaram a elementos não estigmatizados do ponto de vista sociolinguístico, esse tipo de questões foram abordadas a seguir pela referência a um traço descontínuo do português do Brasil: “Nós vai”.

A seleção desse exemplo esteve diretamente ligada com o fato de se tratar, junto à vocalização da lateral palatal comentada no começo desta seção, dum elemento com alto grau de estigmatização e de saliência entre as formas linguísticas brasileiras não padrão. Certamente, um dos traços que melhor definem o contraste entre o português do Brasil e as variedades europeias radica na notória simplificação que ocorre no sistema flexional dos verbos. Além da inexistência da forma “vós” no vernáculo do português do Brasil e da presença de “tu” apenas em áreas da região norte e sul do país (com o verbo flexionado de forma canônica ou não, segundo seja na primeira

área ou na segunda), diversas soluções em variação atingem também à concordância verbo-nominal com a 3ª e a 1ª pessoas do plural, como no exemplo citado (“Nós vai”). De fato, essa última modalidade de concordância verbal é, junto com os fenômenos que afetam as laterais, um marcador claro do dialeto caipira (Bortoni-Ricardo 2011:234-9)²¹⁹, independentemente de qual seja a realização não padrão segundo a qual se concretize: “nós vai”, “a gente vamos”, ou, também com mudança da vogal temática a>e nos pretéritos dos verbos da primeira conjugação, como “nós falemu” ou “falemu”.

Inquiridas sobre o assunto, quem tomou a palavra em primeiro lugar foi a tradutora mais herética (que, como se verá, se colocou também como a mais desconhecadora dos debates acadêmicos sobre o assunto). As suas vacilações e pausas mostram a dificuldade encontrada na hora de se abordar a questão, mesmo por ela. Durante a conversa, que é reproduzida a seguir, a moderadora escreveu “me dá” e “nós vai” numa folha de papel e a deixou em cima da mesa por volta da qual estão sentadas as participantes e ela, as quais se referiram às duas formas nas suas intervenções apenas apontando para elas. Esse movimento aparece descrito na transcrição em letras maiúsculas, como também a posição e duração das pausas que ocorrem durante esse segmento da interação:

MOD.: *O Manolito*, com todo o registro baixo que – assim, não alto – que ele tem, ele também não tem coisas tipo “nós vai”. JANAÍNA: Não. CAROLINA: Verdade. MOD.: “Me dá” e “nós vai” são diferentes? É a mesma coisa? O que é que acontece aí? “Me dá” e “nós vai”? CAROLINA: Para mim são diferentes, no sentido de... (PAUSA DE 2 SEG.), quer dizer, (NOVA PAUSA DE 2 SEG.) deixa eu ver se vou saber me explicar, (RISOS). (APONTANDO PARA “ME DÁ”) Isso aqui a gente fala e a gente não considera errado quando a gente fala; isso aqui (APONTANDO PARA “NÓS VAI”) é..., quem fala, não é?, a gente vê de fora quem fala e a gente fala: “Nossa! Olha como é que ele fala, ele está, tipo, completamente errado!, mas a gente não considera isso aqui errado na linguagem falada (APONTANDO PARA “ME DÁ”) e isso a gente considera errado na linguagem falada (APONTANDO PARA “NÓS VAI”)”. Mesmo que, gramaticalmente, nenhum dos dois esteja certo (01:16:05-01:16:59).

Junto às três reformulações prévias ao início da exposição da sua opinião, do fragmento anterior se infere a consciência de distância entre uso, a norma objetiva (“a gente fala”, “quem fala”) e avaliação linguística, a norma subjetiva (“a gente não considera errado”, “está, tipo, completamente errado”), entre ser e dever ser, ainda em

²¹⁹ Um terceiro elemento estudado por Bortoni-Ricardo (2011:215) como característica do dialeto caipira – que remete à redução de ditongos – não atinge um nível de saliência equivalente ao dos outros dois fenômenos, sendo que: “De fato, muitos falantes da língua padrão não têm consciência desse traço”. Por isso, optou-se por não mencioná-lo aqui.

relação com uma norma padrão, configurada na referência a que: “Mesmo que, gramaticalmente, nenhum dos dois esteja certo”, em que pese a apresentação duma gradação de tolerância entre as variantes.

Reformulando as palavras da colega, a participante de mais idade re-expressou então como “falta de concordância” a amostra de higiene verbal em que a rejeição do estigma sociolinguístico foi mais intensa e em relação ao qual a enunciadora tinha se posicionado “de fora” – “isso aqui (APONTANDO PARA “NÓS VAI”) é..., quem fala, não é?, a gente vê de fora quem fala e a gente fala: “Nossa! Olha como é que ele fala, ele está tipo completamente errado”:

JANAÍNA: Eu vejo isso como oralidade (APONTANDO PARA “ME DÁ”) e isso como falta de concordância (APONTANDO PARA “NÓS VAI”) (...). MOD.: Falta de concordância? JANAÍNA: “Nós vai” (01:17:00-01:17:12).

Anteriormente, quando da menção da possibilidade de acréscimo no currículo do curso duma disciplina de prescrição gramatical, a moderadora já tinha colocado a questão da relevância de interpretações de estruturas morfossintáticas para a avaliação sociolinguística. No entanto, a resposta conseguida naquele momento enveredara pela linha da defesa da licença poética (formulada como “fui estética”), em bem duma autenticidade que precisava se libertar das amarras da norma (“Eu não ouviria uma criança falando ‘Dá isso para mim’”):

MOD: Porque conhecer categorias gramaticais e análise sintática e tal te ajudaria a resolver se você pode ou se você não pode colocar numa tradução ‘Me dá’, ‘Dê-me’, ‘Me dê’? GABRIELA: Olha, eu vou ser sincera, eu fui estética. No *Manolito*, eu fui estética. JANAÍNA: Ahá. GABRIELA: Eu não ouviria uma criança falando “Dá isso para mim”, “Dá”. Fala: “Dá” (...). Então, está indo mesmo para uma redução (01:13:27-01:14:01).

Quando o assunto foi retomado, a tradutora mais herética fugiu do que tinha sido a sua interpretação inicial acerca do cerne do problema de tradução que encerra “Nós vai” – o estigma sociolinguístico – para se segurar de forma enfática (“Não!”, diz ela) ao argumento gramatical como elemento em função do qual seria construída a tradução: a falta de concordância verbal. Não se trataria, então, de recriar o estigma sociolinguístico que “Nós vai” carrega, mas de oferecer um tratamento tradutório adequado a uma lacuna de caráter morfossintático passível, ela sim, de ser dita – pois não cai no interdito, no preconceito – e ainda reconstruída na língua alvo. O tabu que implica a inserção no texto de marcas estigmatizadas foi retratado pela negativa

enfática²²⁰ da tradutora mais conservadora (“Eu não, jamais, em hipótese alguma, nunca”), a recusa mais discreta e sentida da tradutora liberal, que pareceu lamentar ver nesse fato uma limitação das potencialidades literárias da língua (“Ai!, eu não usaria não”), e a aceitação por parte da tradutora herética, porém justificada pelo respeito à presença do fenômeno no texto de partida e viabilizada pela interpretação do estigma sociolinguístico em termos gramaticais:

MOD.: Então vocês concebem a possibilidade de, numa tradução, vocês usarem um “Nós vai”? JANAÍNA: Eu não, jamais, em hipótese alguma, nunca. CAROLINA: Depende do que está no original. GABRIELA: Ai!, eu não usaria não. CAROLINA: Porque se no original tem o mesmo problema de concordância, daí eu vou estar mantendo aquilo que o autor, que o autor quis passar, não é?, mas noutro caso, não. GABRIELA: Mas até eu identificar que no espanhol existe um equivalente para o “Nós vai”.... CAROLINA: Não!, concordância, tipo em espanhol você vai ver que a concordância vai estar errado, tipo, aí você. GABRIELA: Você tentar aproximar do... CAROLINA: Aí você está, beleza, eu vou colocar concordância errada. GABRIELA: Que foi muito o que a Carol propôs no trabalho. Eu lembro muito disso. CAROLINA: O quê? GABRIELA: De você propor talvez colocar uma frase, você falar: “Gente, mas a mãe do menino não ia falar assim...”. CAROLINA: Ahá. GABRIELA: Eu acho que a gente tem que trazer mais para o que é que sua mãe fala?, falaria (...). CAROLINA: Depende muito da realidade. Não era um menino rico da... elite e não sei o quê. Então também não podia ser um registro muito alto porque o menino jamais falaria assim! GABRIELA: Por mais que fosse mãe e fosse mais velha, coisa que Jana defendia que ela deveria falar correto (01:19:04-01:20:13).

Finalmente, já encurralando as três participantes no grupo focal, a moderadora perguntou, lacônica: “‘Nós vai’ é um problema de concordância?”. A resposta proveio da tradutora mais herética, que disse, num volume de voz notavelmente baixo: “Do ponto de vista gramatical, sim”. A moderadora, então, insistiu, recriando a situação de desconforto vivida nas aulas de práticas de tradução quando estudantes lhes fazem frente a marcas estigmatizadas: “Mas é um problema de concordância? Qual é o problema que tem ‘Nós vai’ que faz que vocês falem ‘Nós vai’ a princípio não, a não ser que...?” (01:20:14-01:20:30)

A consciência da variação linguística e das diferenças na avaliação das variantes é, então, ressignificada em termos duma carga, dum fardo que o falante “carrega” e que é produto do “meio” – na verdade, tanto o sendo a própria avaliação quanto a consciência dela. Tudo isso é o que retrata o segmento seguinte:

GABRIELA: Para mim é muito... no meio que você está inserido. Você, a sua vida inteira você está inserido no meio acadêmico, pelo menos até, sei lá, até onde você

²²⁰ Lembre-se que precisamente foi ela a apontada pelas outras participantes como a responsável pela insistência na necessidade de retirar repetições do texto de chegada.

decidir estudar. Então, eu acho que a gente carrega muito essa questão do normativo. Você sabe que você fala errado, mas na hora de escrever você não escreve. Então, o “nós vai” é errado para o escrito. “Nós vai” é errado para o oral? Para mim pode ser errado, para a Carol não pode ser porque, se ela fala “nós vai”, ela não tem um conhecimento gramatical, não tem um conhecimento normativo. Pronto, está certo! Então, eu penso mais por esse lado, entendeu? Agora..., você não vai na entrevista de emprego e vai falar: “E aí, mano” (01:20:30-01:23:23).

Precisamente as entrevistas de emprego, como as provas escolares, estão entre as situações com as quais Bourdieu (2008) exemplifica como as produções linguísticas são expressamente apreciadas e cotadas, ao se lhes outorgar um valor determinado – ou um preço, do ponto de vista do comprador – dentro da economia dos bens simbólicos. No caso concreto da tradução, esse preço ultrapassa a concepção dos bens simbólicos para ter lugar literalmente, pois nela o capital linguístico se concretiza no valor dum texto/produto vendido por agentes da tradução e cuja cotação deriva tanto da lógica de produção do próprio campo da tradução (marcado pelas clássicas dicotomias que o configuram – como a distinção entre o técnico e o literário – e pela depauperação derivada do seu caráter de cópia, mera transposição suspeita dum discurso doutrem para uma língua diferente), como, também, das condições de produção do campo linguístico. “Há mercado linguístico sempre que alguém produz um discurso em intenção de receptores capazes de o avaliar, de o apreciar e de lhe dar um preço (Bourdieu 2003:129), do qual a tradução é um caso extremo que foge da metáfora para se converter num bem, objeto das leis do mercado.

No caso do português do Brasil, a contestação da norma padrão tradicional, pela constatação das diferenças entre ela e os usos cultos efetivos, a norma objetiva, gera uma situação de impasse no mercado linguístico, pois para que a língua legítima (seja em contextos bilíngues ou de conflito normativo) atue como tal, exercendo a sua dominação desconhecida sobre quem a padece, o mercado linguístico precisa estar unificado (Bourdieu 2009). O conflito no Brasil é notório, pelo menos como mostram universos como os aqui retratados: de profissionais e estudantes de tradução. Nesse país, a reformulação interna da concepção da oralidade, a partir sobretudo do ano 2000, pela constatação e valorização das diferenças na fala (ressaltando o fato de a correção depender da adequação ao contexto), veio acentuar contradições latentes em relação à escrita. O desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos que têm como alvo o português do Brasil desde finais do século XX vem tendo lugar à tentativa de se incorporar a língua oral às aulas de português no país. Trata-se de reconhecer o fato

de que não existe um vácuo entre a modalidade oral e a escrita, visto que ambas estão integradas num *continuum* de cuja consciência se podem obter subsídios fundamentais na hora, por exemplo, de desenvolver a escrita. No fundo, em termos de estratégias de ensino e aprendizagem, isto não dista muito do que vem sendo feito na formação em línguas estrangeiras, dado que nesse caso a própria ausência de habilidades orais gera a necessidade do seu desenvolvimento como um elemento que faz parte do percurso formativo e no qual esse processo estava integrado já antes do advento da abordagem comunicativa (na verdade, desde o próprio método direto de finais do XIX, ainda dentro da abordagem gramatical ou tradicional).

No Brasil, o impasse entre oralidade e escrita, então, tradicionalmente resolvido num dicotômico “não se escreve como se fala”, passou a ser colocado cada vez mais desde finais do século XX noutros termos, numa linha que oscila entre mais e menos monitorado. É o que faz Marcuschi (2001:41) na sua conhecida classificação de gêneros textuais a modo de *continuum*, em que descarta a visão dicotômica que contrapõe fala e escrita sob um ponto de vista sociointeracional. Para Marcuschi (2001:42),

o contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos.

Assim, a retextualização (entendida especialmente como a conversão de textos orais em escritos) em muito lembra o processo de tradução: fala-se em “texto base” e “texto alvo”; fala-se numa fase de compreensão, noutra de adaptação (desverbalização) e numa última de produção do texto final, mesmo ficando esquecido, contudo, o momento da revisão (Marcuschi 2001:72). Porém, o caráter não dicotômico desse olhar, como na ideia duma correção relativa na interação oral, pela queda de limites inquestionáveis, produz o conflito. Afinal, se os fenômenos estigmatizados são válidos em certos contextos da oralidade, por que não o seriam na escrita? Impõe-se a isso a percepção do peso “do normativo”: “Você sabe que você fala errado, mas na hora de escrever você não escreve”. E a consciência duma ideia de correção ligada ao normativo é vista como preconceito: “Sou preconceituosa porque para mim admito que eu fui inserida num campo que me faz reconhecer que aquilo está errado, entendeu?” De fato, se a vocalização da lateral palatal pode ser vista com

frequência, como aconteceu no começo do grupo focal, no discurso de falantes cultos que recorrem a essa marca como elemento humorístico (Bortoni-Ricardo 2011:195), o mesmo parece resultar menos frequente com “Nós vai”. Entretanto, quando questionada sobre a possibilidade de ela própria usar essa variante, a participante mais jovem respondeu, após uma pausa: “MOD.: Mas você fala “Nós vai”? (PAUSA DE 2 SEG.) GABRIELA: Falo quando eu quero caçoar de alguém. JANAÍNA: É..., é, é. GABRIELA: Muito do regionalismo, assim” (01:21:37-01:21:48).

Com vistas a aprofundar nesse processo de higiene verbal, sobre as representações que as participantes atribuem a essa forma, a moderadora perguntou “‘Nós vai’ é regional?”, para o qual obteve como resposta:

CAROLINA: Não sei. GABRIELA: “Nós vai” para mim é roceiro. Sou preconceituosa. Sou preconceituosa porque eu admito que eu fui inserida num local que me faz reconhecer que aquilo está errado, entendeu?, que eu vim. (...) CAROLINA: Que quem fala isso não tem estudo. GABRIELA: Não tem estudo, entendeu? Que pessoa que fala isso? A pessoa nunca abriu um livro, numa abriu uma gramática, nunca foi à escola. CAROLINA: Isso é coisa de interior também, não necessariamente que a pessoa não tem estudo. Às vezes ela sabe que está errado, mas é o que as pessoas falam, sei lá, em cidades pequenas, sei lá (01:21:53-01:22:24).

Houve, então, uma percepção, pelo menos por parte da tradutora mais jovem, da adscrição em termos dialetológicos dessa variante ao dialeto caipira, que a mais herética disse desconhecer (“Não sei”), enquanto a mais canônica permaneceu em silêncio. Curiosamente, foi nessa hora que, sem ter sido mencionado pela moderadora, as participantes introduziram o tópico do papel nessa discussão dos conteúdos trabalhados na matéria *Introdução à Linguística*²²¹. Trata-se duma disciplina do primeiro semestre do curso onde é abordada a constituição dos estudos linguísticos como ciência, passando por uma apresentação das bases do estruturalismo, gerativismo e funcionalismo, em direção a um terceiro bloco, intitulado “A Linguística e o ensino de língua portuguesa hoje”, cujo foco reside, além de na discussão da construção da coerência e coesão textuais, em questões relacionadas à variação e ao preconceito linguístico. Faz parte da bibliografia obrigatória da matéria o volume *A língua de Eulália. Novela sociolinguística* (Bagno 1998), que traça, sob a forma dum breve romance, um percurso por fenômenos do português não padrão abordados do ponto de vista da Sociolinguística, da Geolinguística e da Gramática

²²¹ A ementa, o programa e a bibliografia da matéria citada, *Introdução à Linguística*, estão disponíveis em: https://condoc.unb.br/matricula/web/graduacao/disciplina_pop.aspx?cod=140082. Acesso em: 15/03/2015.

Histórica, inclusive de modo comparado com outras línguas. Todas três elogiaram a disciplina e afirmaram, lembrando especificamente da professora:

GABRIELA: Era muito boa e tem muita coisa que ela falou na aula que eu lembro até hoje. Aquele livro que a gente teve que ler para fazer... não sei se foi um trabalho que a gente fez: *A língua de Eulália*. JANAÍNA: *A língua de Eulália*, exatamente. GABRIELA: Então, assim é errado de que ponto de vista? JANAÍNA: De que ponto de vista? GABRIELA: Da gramática normativa? Do campo que você está inserido? JANAÍNA: Exatamente. GABRIELA: Isso aqui (APONTANDO PARA “NÓS VAI”) no interior é normal! CAROLINA: Até porque, se você for pegar essa coisa de certo/errado, então na última verdade o errado não existiria, até porque você tem regionalismo, você tem várias coisas que implicam... GABRIELA: Isso. CAROLINA: que implicam aí na, na linguagem. Acho que seriam diferentes maneiras de... falar. GABRIELA: Mas, considerando que o nosso é um trabalho acadêmico, jamais a gente poderia colocar, na parte que desenvolvemos a teoria, a discussão da tradução, “Nós vai” (01:17:55-01:18:43).

Quando perguntadas se se recordavam doutras leituras de obras de Bagno para além de *A língua de Eulália*, da qual a única que disse não se lembrar foi a tradutora mais herética, a participante de mais idade afirmou já ter lido esse livro no ensino médio, junto a *Preconceito linguístico* (Bagno 1999) e *Português ou Brasileiro* (Bagno 2001). De novo curiosamente, quem teve contato mais intenso e antigo com obras de Bagno que problematizam a relação dos brasileiros com a variação linguística do português é quem adotou uma posição mais restritiva em relação à presença de marcas da oralidade na língua escrita. Já a tradutora mais liberal declarou desconhecer essas obras e a mais nova das três apontou só ter lido *A língua de Eulália* na universidade com motivo de atividades relacionadas à disciplina *Introdução à Linguística*, não anteriormente.

Ecoam na voz da participante de maior idade, ao explicar a sua opinião acerca das teses de Bagno, as palavras em que Monteiro²²², quando lembra a recusa de tradutores e tradutoras em formação a aceitar a presença de fenômenos da oralidade no texto escrito, aponta para o fato de o convencimento pela racionalidade não resultar suficiente em termos de adoção efetiva de formas com as quais se mantém uma relação próxima do tabu²²³:

²²² Como foi reproduzido na seção correspondente, em entrevista celebrada em 25/04/2015, Monteiro afirma em relação às reações de estudantes na hora de introduzirem marcas orais nas suas traduções para português do Brasil: “Eu falo: ‘Aqui é assim, gente, tem que se traduzir isso, traduzam: ‘Me dá aí o..., me dá o cigarro’’. ‘Ah, professor, não consigo escrever’ Tem gente que me diz isso! ‘Professor, não consigo escrever’. Tem uns que diz assim: ‘Minha mão não vai, professor!, minha mão não vai!’”.

²²³ No mesmo sentido, Faraco (2011:262) descreve, sobre as reações dum estudante perante os seus questionamentos da norma culta no Brasil, o seu “susto” perante “a reação de um aluno que me disse, ao cabo de uma unidade didática em que se discutia a questão da norma: ‘Professor, sua exposição é

JANAÍNA: Eu acho uma visão interessante, que eu acho totalmente aceitável, todos os argumentos são totalmente fun, fundamentados, é tudo muito certo para mim, só que, na hora de escrever, eu não consigo! Eu não consigo, simplesmente não consigo. Eu começo a escrever, assim, uma coisa mais solta, assim, aí quando eu vou revisando eu vou consertando tudo. Tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo (01:40:06-01:40:25).

Essa reação, contudo, precisa ser ponderada à luz duma afirmação dessa mesma participante, a qual, com a concordância das colegas, indicou não se lembrar de que as problematizações sobre a variação linguística em termos de avaliação abordadas em *Introdução à Linguística* tenham sido retomadas posteriormente noutras disciplinas do curso:

JANAÍNA: Mas da mesma forma ela (REFERINDO-SE À MOD.) falou um negócio muito certo: o que a gente aprendeu em *Introdução à Linguística* ficou lá, o que aprendeu no primeiro semestre ficou no primeiro semestre. Os outros (BATE AS MÃOS, INDICANDO NEGAÇÃO), a gente usou rigorosamente nada para nada do que a gente aprendeu lá, para nada! Nada, nada, nada, nada. Retomou ou algum conceito de algo, não, não retomou, pelo menos eu não lembro. GABRIELA: Durante o curso, também não (01:27:03-01:27:25).

O espaço de desconforto nesse aspecto afeta assim, ao que parece, tanto a estudantes quanto ao professorado de tradução, que precisa lidar com a variação linguística num contexto, o português do Brasil em começos do século XXI, que constitui um problema, uma vez que se busca mediar em relação às suas formas. Retomando de novo os termos de Abbagnano (2000:797), no seu verbete para o lema “problema”,

O [problema] é a situação que constitui o ponto de partida de qualquer indagação, ou seja, a situação *indeterminada*. (...) [U]m [problema] não é eliminado ou destruído pela sua solução. Um “[problema] resolvido” não é um [problema] que não se apresentará mais como tal, mas é um [problema] que continuará a se apresentar *com* probabilidade de solução. (...) [O] que a solução permite é, em certos limites, resolver o [problema] todas as vezes que ele se apresente.

Assim, ao se colocar às participantes frente ao problema de se “esse encontro entre vocês e o *Manolito* resolveu essas questões de português, de “Nós vai” e “Me dá” na tradução?”, as respostas recebidas ilustram a problematidade que persegue e

muito clara e seu raciocínio é muito bem amarradinho, mas, no fundo do meu coração, eu não consigo ainda aceitar o que você diz”. Comentando o acontecido, Faraco (2011:262-3) afirma: “O dizer dele nos mostra que na questão da língua há muito mais do que acredita nossa (vã?) ciência. Há uma trama de imagens e significações que recobre a língua e que é mais poderosa que toda a argumentação lógico-racional, mais poderosa que toda a argumentação empírica que possamos desenvolver”.

em relação à qual o trio atua a modo dum prisma triangular que ilustra a dificuldade inerente ao tratamento dessa situação-problema:

a) A tradutora mais herética assume, em relação à norma linguística, um lugar de fala conseqüente com a construção duma autoimagem marcada pelas dificuldades com a escrita e pela formação acadêmica mais precária. Sobre o assunto, ela diz: “Olha, eu não tenho muito problema com isso não, eu não me incomodo, tipo..., é porque eu sou um nível mais baixo” (01:29:40-01:29:45). O “sacrilégio” linguístico é tratado, então, como harmônico em relação ao perfil que a tradutora concebe para si.

b) A participante de mais idade, mais próxima das formas canônicas do ponto de vista da norma linguística, termina reelaborando a sua posição inicial (“Para mim isso é um sacrilégio, eterno”) pela ponderação da necessidade de adequação ao contexto, embora a sua linha de argumentação ao longo do grupo focal não tenha sido essa: “Não, (...) para mim não está resolvido e não vai resolver nunca, porque depende muito de quem está traduzindo, do que está traduzindo e para quem está traduzindo” (01:30:46-01:30:56). A própria reiteração inicial da frase (“Não, para mim não está resolvido e não vai resolver nunca”) sugere uma convergência muito mais forte com as concepções enunciadas ao longo do grupo focal do que com o último segmento, do qual não pode fugir em bem da racionalidade. Afinal, é ela que conhece com maior profundidade as discussões que levantam linguistas como Bagno, com cujas posições racionalmente concorda, mesmo sem aceitar as implicações práticas que podem derivar delas.

c) Finalmente, é a tradutora mais jovem que mais se estende na avaliação do *status* que atribui a esses problemas de norma linguística. O dilema se resume à constatação do seu caráter conflituoso. Por um lado, o problema está solucionado “porque eu que fiz, eu que traduzi, eu tentei aproximar daquilo que eu consegui absorver” (01:28:21-01:28:25). Isto é, a posição de responsabilidade pela autoria da tradução implica a adoção de decisões concretas no tocante a esses assuntos, como a outros; e isso foi feito, como prova a existência dum texto de chegada que compôs o Projeto Final, de que é coautora. No entanto, “dum ponto de vista não está” (01:28:16-01:28:17) resolvido porque, socialmente, o problema permanece. Variantes não padrão, algumas presentes na tradução em questão, provavelmente não seriam aceites pelo mercado brasileiro [“talvez (...) a gente conseguisse, sei lá, publicar com alguma editora, pegasse, ia ter muita restrição!” (01:28:37-01:28:42)]. No fim das

contas, o caráter sistêmico das normas que regem a atividade tradutória, enquanto prática socialmente regulada, não podem se furtar a incluir e dialogar com normas estritamente (sócio-)linguísticas²²⁴.

O desejo de preservação da autenticidade (formulada como “essência” por esta terceira participante) converge com a falta de poder de identificação que Woolard (2005:6), mencionada no capítulo 2 deste trabalho, atribui às formas padrão: “*The concept of misrecognition tells us that the standard isn't really everybody's language, and that it really does belong to specific 'someones' more than to others*”. Neste caso, a tradutora é descentralizada em relação à norma padrão não pela sua origem social, de classe média, mas pela sua inserção num contexto como o brasileiro, que se constrói de forma conflituosa em termos de padronização. Entrar em conflito com poderes, como as editoras, que condenam as variantes não padrão pela falta de anonimato, pelo seu caráter excessivamente óbvio, é visto por ela como uma luta perdida: “*Ja perder a essência, ia... O normativo ia prevalecer sobre todo o esforço que eu tive para poder tentar manter a essência, quando na verdade não é a essência que conta, que ninguém leva em conta a essência do 'Nós vai'*” (01:29:13-01:29:30).

Vale terminar esta seção tocando numa questão de ordem metodológica, importante no que diz respeito à natureza dos dados acima analisados. Apesar de a moderadora do grupo focal e orientadora do Projeto Final de graduação das participantes já ter apresentado trabalhos relacionados a questões de norma linguística na universidade pela qual todas transitam, quando, depois de encerrada a gravação, perguntou às alunas participantes qual a área de pesquisa em que ela atuava, as três estudantes disseram – surpreendentemente – desconhecer do que se tratava. Por um lado, essa afirmação ilustra a veracidade das informações coletadas, sobre as quais não teria ocorrido direcionamento no sentido de incentivar a presença das noções e termos recolhidos nos seus depoimentos. Por outro, ficou a nítida consciência da

²²⁴ Desde os anos 1980, com o abandono de perspectivas prescritivas – sobre como se deve traduzir – e o predomínio da preocupação descritiva, que se centra em conhecer como de fato se traduz, a ideia de normas se fez presente nos Estudos da Tradução. Entretanto, esse alargamento do foco, que permitiu o desenvolvimento de olhares mais sistêmicos do afazer tradutório, não pôde deixar de lado, precisamente por sua natureza social, a influência sobre essa prática de normas doutra natureza, como as derivadas das condições de padronização das línguas que participam do processo de tradução. Ao respeito, Schäffner (1998:5-6) afirma: “*Translational behaviour is contextualised as social behaviour, and translational norms are understood as internalised behavioural constraints which embody the values shared by a community. All decisions in the translation process are thus primarily governed by such norms, and not (dominantly or exclusively) by the two language systems involved*”. Portanto, a tradução se encontra, claro que não exclusivamente, mas sim também condicionada por normas originárias dos sistemas linguísticos envolvidos.

relevância das matérias em que o corpo docente atua para a imagem que discentes constroem do professorado, cuja figura tendem a atrelar apenas aos conteúdos abordados nas disciplinas ministradas, desconsiderando outras facetas que também se fazem presentes em contextos alheios à sala de aula.

4.5.2. Panorama da avaliação linguística por integrantes do corpo discente dum curso superior de formação tradutória no Brasil

Acabaram de ser apresentadas neste ponto percepções sobre norma linguística de três tradutoras quase egressas do curso de Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília, obtidas através da realização com elas dum grupo focal celebrado em 04/05/2015 e cujos resultados foram comentados na seção anterior deste trabalho. Consoante foi visto, a problematização por elas levantada incide em grande medida sobre impasses relacionados à inserção na escrita de marcas da oralidade do português do Brasil, em relação à tradução dum texto, concebido por elas como destinado ao público infantil na literatura de chegada.

A fim de retratar concepções de tradutoras e tradutores em formação sobre norma linguística do português do Brasil, agora levando em consideração o coletivo inserido no processo de ensino-aprendizagem, foi realizado nos dias 05 a 07 de maio de 2015 um novo levantamento de dados, agora com diversos grupos que frequentam as aulas de disciplinas do curso. Pela seleção de turmas idealmente pertencentes a distintos semestres letivos que compõem o currículo, pretendeu-se obter subsídios para desenhar um panorama geral das percepções de estudantes de tradução sobre o assunto em foco.

Para sua implementação, foram elaborados dois instrumentos de pesquisa e uma guia de aplicação²²⁵, de modo a organizar os procedimentos de coleta de dados adotados pelo grupo de cinco docentes que colaborou com ela. Pretendeu-se, através deles, diagnosticar o nível de saliência²²⁶ sociolinguística que participantes na

²²⁵ Os três elementos se juntam nos anexos 8, 9 e 10, respectivamente.

²²⁶ O conceito de “saliência fônica”, proposto nos anos 1970 por Naro e Lemle (Chaves 2014) vem sendo usado nos estudos variacionistas brasileiros para analisar o fato de que a ausência de marcas da concordância característica do português do Brasil (inicialmente verbal, depois também a nominal) não ocorrer com a mesma frequência em todos os contextos. A base do conceito consistiria em que maior diferença formal significaria maior saliência ou maior grau de percepção, que, por sua vez, gerariam uma presença maior de marcas de concordância. A neutralização seria mais habitual quando a flexão fosse menos notável em termos morfofonológicos. Assim, a forma “são” (no singular, “é”) seria mais

pesquisa atribuem a determinados fenômenos de variação do português do Brasil (pela sua detecção ou não num texto e pelas intervenções de revisão efetuadas sobre eles), como também abordar as suas concepções sobre alguns deles e sobre o processo de ensino-aprendizagem de que participam, sob a forma de higiene verbal em respostas a um questionário.

A elaboração de dois instrumentos diferentes foi originada por uma questão de ordem metodológica. A aplicação do primeiro, em que o comando da atividade pede para os alunos e alunas revisarem um texto, não deveria condicionar a do segundo, que inclui perguntas concretas capazes de dirigir o olhar de quem participa na pesquisa em direção aos assuntos nela mencionados. Por isso, na guia para a coleta de dados consta a instrução de que, durante a aplicação, o instrumento 4 precisaria ser preenchido e recolhido antes da distribuição do instrumento 5.

Os resultados obtidos, após análise dos dados coletados por meio dos dois instrumentos, são apresentados a seguir.

O universo donde foi retirada a amostra de participantes corresponde, portanto, à totalidade de 159²²⁷ estudantes de matérias obrigatórias do curso de curso de Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2015. Estão incluso nesse número alunas e alunos que, mesmo não fazendo parte do corpo discente de Tradução Espanhol, estão regularmente matriculados em disciplinas onde a coleta de dados foi efetuada.

Assim, observando a amostra em detalhe, percebe-se haver nela estudantes do curso de Tradução Espanhol (TRAD/ESP), junto com outros cursos de Letras e,

esperável do que “eram” (no singular, “era”), pela menor diferença neste caso entre o singular e o plural, e o mesmo aconteceria com “os menino”, mais frequente do que “os ovo” (realizado sem metafonia). Nessa abordagem, o foco recai, então, em parâmetros de ordem estrutural, internos ao sistema, ficando esquecido o papel da avaliação linguística – presente na ideia original, que concebia saliência como grau de percepção dos fenômenos pesquisados (Chaves 2014). Neste trabalho utiliza-se o termo saliência, abandonando o viés formalista pelo qual tem enveredado na Sociolinguística brasileira, em direção a um olhar que destaque precisamente o papel da avaliação linguística, em especial na sua forma explícita. Para Monteagudo (2011:26), falantes consideram com maior grau de saliência aqueles que denomina “sinalizadores do discurso”, entendidos por como “um número limitado de traços (fônicos, morfossintáticos e léxicos) (...) empregados como sintomas da identidade social do falante e do nível de formalidade da situação – portanto, das intenções comunicativas correspondentes –, suscitando dessa forma determinado tipo de reações do interlocutor – por sinal, gerando expectativas quanto ao curso previsível da interação”.

²²⁷ Essa cifra foi obtida através do somatório do número de matrículas em 14/05/2015 nas disciplinas com maior quantidade de estudantes, dentre as matérias destinadas a alunas e alunos do curso, e obrigatórias para cada semestre do fluxo.

também, outras áreas não conexas à do curso em questão. Em concreto, as cifras de participantes são as seguintes:

Tabela 34: Número de participantes por curso/área e gênero

	ESTUDANTES DE TRAD/ESP	ESTUDANTES DOUTROS CURSOS		TOTAL GERAL
		Área de Letras	Outras áreas	
M	18 (27,7%)	3 (23,1%)	5 (50%)	26 (29,5%)
F	47 (72,3%)	10 (76,9%)	5 (50%)	62 (70,5%)
Total	65 (100%)	13 (100%)	10 (100%)	88 (100%)

Trata-se, ao todo, de 88 participantes, 26 homens (29,5%) e 62 mulheres (70,5%). A desproporção em favor do gênero feminino, comum nos cursos da área de Letras, é notável, em especial se comparada com a percentagem apurada na amostra de estudantes provenientes doutras áreas, dividida no caso em 50% para cada gênero.

O coletivo de Tradução Espanhol está dividido, por sua vez, em dois grupos: o de quem já esteve matriculado ou matriculada anteriormente noutro curso, de nível técnico ou superior, concluído ou não, e o de estudantes que têm Tradução Espanhol como o primeiro curso que realizam após a conclusão do ensino médio. As cifras obtidas ilustram o perfil de segundo curso que caracteriza Tradução Espanhol, em grande medida por ser ministrado em turno noturno, o qual permite que seja realizado tanto por profissionais que estão atuando no mercado de trabalho, quanto por estudantes doutro curso diurno de maneira concomitante em instituições de ensino privadas²²⁸. Essa outra formação, habitual nas alunas e alunos de Tradução Espanhol, ainda sendo notavelmente heterogênea, costuma incluir estudantes provenientes da área de Letras (seja Português, licenciatura em Espanhol, ou Tradução Inglês e Francês) e de Relações Internacionais.

Neste caso, os números levantados são os que seguem:

Tabela 35: Número de participantes de Tradução Espanhol com matrícula noutros cursos, concluídos ou incompletos

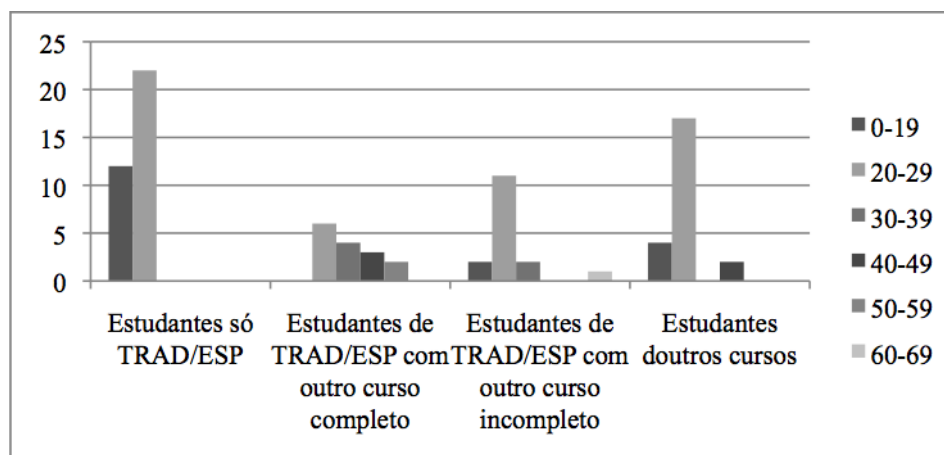
Só matrícula em TRAD/ESP	Matrícula noutros cursos			TOTAL
	Concluídos	Incompletos	Total	
34 (52,3%)	15	16	31 (47,7%)	65 (100%)

Atendendo às faixas etárias presentes na amostra, o retrato reflete nitidamente a diferença entre estudantes que têm Tradução Espanhol ou outros cursos como a sua

²²⁸ No caso, 20 dos 31 estudantes da amostra que estão ou estiveram matriculados ou matriculadas noutros centros de ensino declaram ter estudado em instituições particulares.

primeira formação posterior ao ensino médio, e quem já concluiu outro curso ou que recorre a Tradução Espanhol de forma concomitante a outro campo de estudos.

Figura 8: Gráfico de Número de participantes de Tradução Espanhol (com outros estudos, concluídos ou incompletos), e de estudantes doutros cursos, por faixa etária



A margem entre as idades mínima e máxima de quem participa na amostra como estudante de Tradução Espanhol confirma as diferenças de perfil entre o grupo de quem está realizando a sua primeira formação e o de quem procura em Tradução Espanhol uma segunda área de conhecimento. Observe-se também, nesse sentido, o promédio de idade dos alunos e alunas pertencentes a cada um dos grupos.

Tabela 36: Idades máxima, média e mínima de participantes por curso/área

	IDADE		
	Máx.	Mín.	Média geral dos participantes
Estudantes só de TRAD/ESP	25	17	18,47
Estudantes de TRAD/ESP com outro curso completo	55	20	33,36
Estudantes de TRAD/ESP com outro curso incompleto	64	19	26,31
Estudantes doutros cursos	49	17	24,69
a) Da área de Letras:	41	17	23,23
b) Doutras áreas:	49	21	26,6

Ouvem-se nas distâncias entre essas faixas etárias ecos do discurso das formandas em Tradução Espanhol que participaram do grupo focal estudado na seção anterior, no qual uma delas, de 27 anos de idade, se autoqualificava de “Veia”.

Ver-se-á doravante quais as percepções em relação à norma linguística do português do Brasil do grupo pesquisado. Para tanto, são analisadas em primeiro lugar as intervenções realizadas por participantes da amostra sobre um texto jornalístico,

com leves adaptações sobre a versão publicada, que receberam introduzido pelo seguinte comando: “Marque os erros que encontre e corrija o texto seguinte”²²⁹.

Ao não haver qualquer instrução relativa ao tipo de operações a serem feitas sobre o texto, infere-se que as que foram efetuadas apontam para o conceito de “erro” com que esse coletivo discente trabalha. Pretende-se, então, detectar concepções que orientam os critérios de correção, com especial atenção para elementos de ordem sociolinguística.

Para tanto, recorreu-se a uma notícia, usada como referência na atividade²³⁰, que foi selecionada por incluir marcas relevantes para a discussão (sobretudo, “presidenta”) e segmentos de discurso direto que facilitavam a inserção de fenômenos cuja saliência sociolinguística se pretendia observar. O artigo original foi modificado por meio da inserção de:

a) Duas concordâncias verbais inadequadas, uma delas dissimulada por trás da utilização do auxiliar “haver” num tempo composto, com uma importante elevação do registro (“havia feito”, referido a um sujeito plural), e a segunda, com inversão da ordem Sujeito-Verbo, “gritava (...) os sindicalistas”. Trata-se de:

Tabela 37: Adaptações em instrumento de pesquisa sobre concordância

Texto publicado	Os professores da rede estadual paulista, em greve desde 13 de março, aumentam a mobilização para pressionar o secretário de Educação, Herman Voorwald, e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) a abrir negociações com a categoria.
Texto adaptado	Os professores da rede estadual paulista, em greve desde 13 de março, aumentam a mobilização para pressionar o secretário de Educação, Herman Voorwald, e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) a cumprir a promessa que havia feito de abrir negociações com a categoria.
Texto publicado	"Se não tem nada de reajuste real, é zero", diz Bebel, e destaca a diferença de tratamento com as demais categorias do funcionalismo estadual.
Texto adaptado	"Se não tem nada de reajuste real, o aumento é zero", essa é a palavra de ordem que mais gritava no meio da manifestação os sindicalistas.

b) Mais três casos de uso de pronomes complemento, um deles átono com infinitivo (“de nos ignorar”); outro, tônico (“não foi apresentada a ela qualquer proposta”); e um terceiro, proclítico após vírgula a verbo no imperativo (“me

²²⁹ O instrumento aplicado aparece no anexo 5 deste trabalho.

²³⁰ Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/04/e-um-governo-insensivel-com-os-professores-afirma-a-presidenta-da-apeosp-2631.html>. Acesso em 01/05/2015.

explica”). Nesse último, a flexão verbal aparece na forma “tu”, não “você”. Não há no resto do texto nenhuma outra forma verbal na segunda pessoa, mas, em termos geoletais, importa considerar que os segmentos de discurso direto pertencem à presidenta dum sindicato docente do estado de São Paulo. Os contextos são os seguintes:

Tabela 38: Adaptações em instrumento de pesquisa sobre pronomes complemento

Texto publicado	"O governo está inerte, numa posição de não apresentar nada", afirma a presidenta do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Azevedo Noronha, a Bebel.
Texto adaptado	"O governo está inerte, numa posição de <u>nos ignorar</u> e não nos apresentar nada".
Texto publicado	A presidenta da Apeoesp afirma que, até o momento, não foi apresentada qualquer proposta significativa de reajuste.
Texto adaptado	A presidenta da Apeoesp afirma que, até o momento, <u>não foi apresentada a ela</u> qualquer proposta significativa de reajuste.
Texto publicado	"Os metroviários fazem greves e já reapresentam reajuste, por que conosco é diferente? Nós também somos importantes.
Texto adaptado	"Os metroviários fazem greves e já reapresentam reajuste. Então, <u>me explica</u> , por que conosco é diferente? Nós também somos importantes.

c) Houve, ainda, além doutras modificações de menor porte (no tocante a ortografia e pontuação, por exemplo), a substituição de dois elementos reiteradamente alvo de polêmica – como em TRAD-PRT – no que tange à norma linguística do português do Brasil, referidos em grande medida a questões de registro: a utilização do artigo com possessivos, que foi retirado do texto original (“de seu papel”) e a presença do verbo “possuir” no lugar de “contar com”, usado pelo autor do artigo, ambos em vez de “ter” (“Algumas salas de aula possuem mais de 60 alunos”). Essas alterações aconteceram especificamente em:

Tabela 39: Outras adaptações em instrumento de pesquisa

Texto publicado	Sobre a falta de atenção e cobertura por parte da imprensa tradicional, Bebel acusa o descumprimento do seu papel mais fundamental, o de informar: "Parece que nada está acontecendo. Tudo é mais importante do que a greve".
Texto adaptado	Sobre a falta de atenção e cobertura <u>por parte da imprensa tradicional</u> , Bebel acusa o descumprimento <u>de seu papel</u> mais fundamental, o de informar: “Parece que nada está acontecendo. Tudo é mais importante do que a greve”.
Texto publicado	Algumas salas de aula contam com mais de 60 alunos no ensino regular, e 90 em classes de Educação de Jovens e Adultos.

Texto adaptado	Algumas salas de aula possuem mais de 60 alunos no ensino regular, e 90 em classes de Educação de Jovens e Adultos.
----------------	---

Para tabular as informações coletadas após análise do instrumento 4, foi elaborada uma tabela na qual foi anotado o total das alterações efetuadas por cada participante, além de discriminados o número de participantes que realizara ou não intervenções nos seguintes 11 itens: “presidenta”, “assembleia”, “havia feito”, “numa”, “nos ignorar”, “esperam”, “a ela”, “gritava”, “me explica”, “possuem”, “de seu papel”. Os itens selecionados para tabulação foram escolhidos por incidirem sobre aspectos potencialmente problemáticos do ponto de vista da norma linguística do português do Brasil.

Fique ressaltado desde já que se entende aqui por alteração todo e qualquer tipo de intervenção, seja ele acorde com a norma padrão ou não, e que como tal é computada independentemente de a aluna ou aluno ter oferecido no instrumento uma alternativa concreta ao fenômeno marcado. Embora isso tenha acontecido na imensa maioria dos casos, há exemplos no corpúsculo de intervenções apenas apontadas, para as quais não se chega a oferecer nenhuma alternativa de correção.

A tabela seguinte apresenta um resumo dos dados coletados, distribuídos atendendo ao perfil acadêmico de quem participou da pesquisa. Foram computadas, por um lado, a totalidade das intervenções efetuadas pelos alunos e alunas, e, por outro, o número correspondente àquelas que representam algum tipo de ação sobre os elementos eleitos para tabulação. Os resultados levantados são estes, apresentados na sequência segundo a qual aparecem no texto usado no instrumento de coleta de dados:

Tabela 40: Total geral de intervenções e de intervenções selecionadas por curso/área

	Só TRAD/ESP	TRAD/ESP e curso incompleto	TRAD/ESP e curso completo	Outros cursos de Letras	Outros cursos não de Letras	TOTAL
Total de participantes	34	16	15	13	10	88
TOTAL GERAL DE INTERVENÇÕES	240	173	153	112	55	733
“presidenta”	3	8	5	0	1	17
“assembleia”	3	2	1	0	2	9
“havia feito”	10	6	5	4	3	28
“numa”	1	0	0	0	0	1
“nos ignorar”	0	1	1	0	1	3

“esperam”	1	0	0	0	0	1
“a ela”	2	3	1	1	0	7
“gritava”	14	10	10	6	2	42
“me explica”	4	1	0	1	1	7
“possuem”	0	0	0	0	0	0
“de seu papel”	2	0	0	0	0	2
Total de interv. selecionadas	40	31	23	12	10	117

Quando se leva em consideração a quantidade de intervenções – em termos gerais ou especificamente no que diz respeito aos itens selecionados –, as médias por participante mostram haver na amostra uma correlação perceptível (porém, não apurada em termos estatísticos) com as faixas etárias apuradas para cada grupo: maior idade, unida a percurso formativo mais longo, está associada com um aumento nas intervenções no geral e, também, nas que são aqui foco de estudo. A exceção é compreendida pelo grupo de estudantes de áreas não conexas a Letras, que inclui alunas e alunos de Administração, Arquivologia (2), Ciências Contábeis, Comunicação Social, Filosofia (2), Geologia, Gestão em Saúde Coletiva e História.

Tabela 41: Média geral de intervenções e de intervenções selecionadas por participante e área/corso

	Só TRAD-ESP	TRAD/ESP e curso incompleto	TRAD/ESP e curso completo	Outros cursos de Letras	Outros cursos não de Letras	TOTAL
Média de idade dos particip.	18,47	26,31	33,36	23,23	26,6	25,59
Média de interv./particip.	7,05	10,81	10,2	8,61	5,5	8,43
Média de interv. selec./particip.	1,17	1,93	1,53	0,92	1	1,31

A análise dos elementos presentes no instrumento 4, cujos dados foram tabulados e os resultados apresentados acima, mostra que os itens de maior saliência em termos de problematidade são os representados por “gritava” e “havia feito”. Trata-se, em ambos os casos, de fenômenos relacionados com a concordância verbal.

Tabela 42: Quantidade de intervenções por área/corso sobre concordância

	Só TRAD/ESP	TRAD/ESP e curso incompleto	TRAD/ESP e curso completo	Outros cursos de Letras	Outros cursos não de Letras	TOTAL
Total de partic.	34	16	15	13	10	88

Média de idade	18,47	26,31	33,36	23,23	26,6	25,59
“havia feito”	10 (29,41%)	6 (37,5%)	5 (33,33%)	4 (30,76%)	3 (30%)	28 (31,81%)
“gritava”	14 (41,17%)	10 (62,5)	10 (66,66%)	6 (46,15%)	2 (20%)	42 (47,72%)

Inegavelmente, esses constituem exemplos sociolinguisticamente marcados para o coletivo participante na pesquisa, donde a frequência das intervenções sobre eles. Contudo, as diferenças nos dados relativos às duas formas indicam que ambos não têm a mesma saliência para o coletivo analisado. De fato, a natureza problemática da concordância verbal na terceira pessoa provém do fato de que, se para a norma padrão é regra categórica – só opcional nos infinitivos flexionados e no sujeito posposto composto de unidades no singular –, ela oscila entre o caráter de traço gradual ou descontínuo, segundo cada responsável pela sua avaliação.

É descontínuo aquele traço marcado por uma forte estigmatização – como a que opera somente em certas marcas do português caipira, a exemplo da deslateralização da lateral palatal comentada na seção anterior. Já os traços graduais não padrão “ocorrem na fala de todos os grupos sociais em graus variados, (...) considerando os dialetos sociais dispostos no contínuo, que vai das variedades caipiras extremamente isoladas (dispostas no extremo esquerdo) até o padrão urbano (situado no polo direito)” (Bortoni-Ricardo 2011:23).

A dificuldade de classificar determinadas variantes do português do Brasil como descontínuas ou graduais é atribuída por Bortoni-Ricardo (2011:23) à existência de variedades rurbanas, quer dizer, correspondentes a migrantes rurais residentes na periferia dos grandes centros urbanos no país. Certamente, as migrações de grandes contingentes da população influenciam nos usos linguísticos adotados por eles, como também na sua percepção. Porém, a ocorrência de variantes que não marcam a concordância verbal de terceira pessoa parece ser um fenômeno condicionado, além de pela origem de quem as usa (incluídos aí idade, gênero e contato com a norma padrão), por fatores de natureza intralinguística. Entre eles estão a morfologia verbal, e a natureza e posição do sujeito.

No primeiro caso, a saliência da regra de concordância é maior no caso de desinências verbais acentuadas (como em “dá”/“dão”, “comeu”/“comeram” ou “é”/“são”) do que no das átonas (como em “fala”/“falam”, “come”/“comem” ou

“faz”/“fazem”). Esse é o fator com mais peso na aplicação ou não da regra de concordância no grupo de falantes estudado por Bortoni-Ricardo (2011:228-9), provenientes de meio rural e que moravam, à época da pesquisa realizada, na cidade de Brazlândia, periferia de Brasília.

Já no que concerne à natureza e posição do sujeito, são levados em consideração, na observância da concordância verbal de terceira pessoa, os casos de sujeito omitido, sujeito composto de duas unidades, a distância dele em relação ao verbo e a existência de sujeito em posposição à forma verbal. Os contextos com sujeito explícito, composto (tolerável até pelo padrão quando cada um dos elementos está no singular), posposto ao verbo e distante dele são facilitadores para a não ocorrência de marcação da concordância. Na pesquisa de Bortoni-Ricardo (2011:228-9), esses fatores são os terceiros em importância para a inobservância da regra de concordância verbal de terceira pessoa, precedidos pela idade: jovens mostram um índice de concordância mais elevado do que adultos e adultas, provavelmente pela sua inserção em instâncias de educação formal.

Somando esse elemento aos resultados doutra pesquisa realizada em 1981 por Bortoni-Ricardo (2011:24), em que a totalidade de participantes, que estudavam à época na Universidade de Brasília, percebera a falta de marca flexiva em verbos na terceira pessoa do plural, esperava-se que da análise das intervenções sobre “havia feito” e “gritava” no caso do grupo de tradutoras e tradutores em formação aqui estudado fossem obtidos números mais elevados de intervenções do que os que vieram a ser apurados: 42 de 88 (47,72%), para “gritava” e 28 de 88 (31,81%), para “havia feito”.

No instrumento 4, “gritava” exemplifica a não marcação de concordância verbal de terceira pessoa relacionada à desinência átona (“gritava”/ “gritavam”) e à posição pós-verbal do sujeito, que também não se encontra em posição imediata à forma verbal. Ainda que não aceita pela norma padrão, a ausência de marca de concordância em posição pós-verbal, mesmo que em posição imediata, é uma variante frequente no vernáculo popular brasileiro e, ainda, que se faz presente também na norma culta. Por esses motivos, Bagno (2011:651-7, 995) defende a aceitação do seu uso como forma alternativa à que tradicionalmente conta com a chancela da norma padrão.

Já a saliência de “havia feito”, contexto onde não é verificado o primeiro dos dois fatores anteriores, é menor para o coletivo pesquisado. Entretanto, nesse resultado podem ter influenciado igualmente o caráter ambíguo da construção²³¹ e o registro alto que se configura pela presença do auxiliar “haver”. Existiriam, então, elementos diversos – incluídos os anteriores –, que dariam lugar a que determinadas variantes funcionassem como traços graduais, não descontínuos. Eles atuariam como distratores que reduziriam o nível de monitoramento de falantes, em especial, como se percebe na tabela abaixo, com menor formação escolar e idade (correspondentes a alunas e alunos matriculados em Tradução Espanhol ou noutros cursos de Letras e que não realizaram outro curso anteriormente). O mesmo fenômeno se dá no caso de estudantes de cursos que não pertencem à área de Letras, apesar da sua média de idade, próxima da média geral.

Várias leituras podem ser feitas das cifras anteriores. Os dados podem ser reflexo duma mudança linguística em andamento, com o aumento progressivo da queda das marcas de plural de que seriam exemplo contextos como o estudado. É possível também tratar-se dum dos resultados das limitações do ensino secundário brasileiro, cujas avaliações foram ilustradas com dados de pesquisas internacionais na seção 4.5.1. deste trabalho. Já a questão do desprestígio que se costuma atribuir aos cursos de Letras, que atrairia estudantes com menor qualificação, destoa das cifras levantadas nesta ocasião para participantes provenientes de cursos doutras áreas. Isso ocorre em relação às intervenções sobre “havia feito”, que pouco distam das dos alunos e alunas de Letras, mas não, curiosamente, sobre “gritava”, onde apenas entre metade e um terço do coletivo de estudantes doutras áreas interveio, em comparação ao de Letras.

Nem instrumentos de gramatização mais tradicionais (Cunha e Cintra 1985:349, 356) nem outros mais contemporâneos (Neves 2003:200-1) divergem sobre o tratamento, no português do Brasil escrito, da norma relativa à marcação de número e pessoa em exemplos de concordância verbal como os analisados, recomendando-a²³².

²³¹ No contexto em que a forma “havia feito” está inserida, não é claro qual o sujeito da ação: o secretário de Educação, o governador do estado de São Paulo ou ambos. Diz o contexto usado no instrumento 4: “Os professores da rede estadual paulista, em greve desde 13 de março, aumentam a mobilização para pressionar o secretário de Educação, Herman Voorwald, e o governador Geraldo Alekmin (PSDB) a cumprir a promessa que havia feito de abrir negociações com a categoria”.

²³² Lembra-se aqui, de novo, a ressalva relativa à ambiguidade do sujeito na frase que contém a forma verbal “havia feito”.

Há, contudo, como se viu, posições que defendem a aceitação, na escrita culta brasileira, da ausência dessa marca, argumentando se tratar duma regra gradual (isto é, “variável”) cuja omissão na escrita não geraria críticas por parte de utentes do português do Brasil. É o que defende Bagno²³³ (2011:995), quando afirma que:

O que provoca a avaliação negativa imediata dos falantes mais letrados é a não-concordância entre sujeito e verbo quando esses constituintes estão nessa ordem e em contiguidade sintática, sem muita distância entre si. (...) Assim, é nesses casos que deve incidir a correção explícita do docente sobre a produção falada e/ou escrita mais monitorada de seus alunos e suas alunas. Nos demais casos, com o já ficou muito claro, os falantes urbanos mais letrados também empregam as regras de concordância de forma extremamente variável e em consonância com processamentos cognitivos cujos resultados não atraem a avaliação negativa.

No mesmo sentido envereda Scherre (2010 *apud* Chaves 2014:546) quando atribui o uso variável da concordância à saliência, “uma categoria seguramente de natureza cognitiva”, revestida neste caso de natureza eminentemente fônica, ligada à tonicidade da desinência, não ao tipo de verbo, que aparentemente não incidiria na variação das marcas de concordância verbal de terceira pessoa²³⁴ (Scherre, Naro e Cardoso 2007).

No entanto, as sucessivas pesquisas sobre o papel dos fatores linguísticos sobre o fenômeno em pauta parecem ter deixado de lado em grande parte elementos de avaliação que estão implícitos no próprio conceito de saliência. Assim o estavam nos anos 1970, quando começou a ser presente na Sociolinguística brasileira. É nessa linha que Chaves (2014:547) sugere dar destaque à avaliação linguística e retomar os clássicos testes de reação subjetiva, pois:

é imprescindível ressaltar que não há como falar de saliência, pelo menos se continuarmos fazendo uso dessa nomenclatura, sem correlacioná-la ao *problema da avaliação*. Seguindo essa linha de raciocínio, alguns questionamentos, a fim de problematizar essa relação, seriam pertinentes: o que é saliente para uma comunidade é saliente para outra também? Haveria uma única escala de saliência fixa para todos os estratos sociais, todos os níveis de escolaridade e todos os estilos de emprego da fala?

Dados apurados acerca de estudantes de cursos não de Letras na pesquisa que se apresenta podem confirmar a necessidade de esses elementos serem submetidos a estudos, pois apenas 20% entrevistaram sobre a forma “gritava”. Ao haver entre o

²³³ A defesa é baseada, também, ainda sendo pela crítica, na presença desses fenômenos em clássicos da literatura (Bagno 2011:654-5).

²³⁴ Vale lembrar que, já em 1998, Naro e Scherre (1998:13-4) apontaram a existência de variação em textos escritos no Brasil, em Portugal e no português arcaico, nos mesmos contextos, fundamentalmente com sujeitos pospostos ou com estrutura complexa.

coletivo pesquisado estudantes provenientes de cursos mais prestigiados²³⁵, entendidos como aqueles cuja nota mínima de ingresso é mais elevada do que a de Letras, dificilmente poderá ser considerado um grupo “menos culto” do que o de quem participou pertencente a esta última área. Parecem existir, então, diferenças de foco que fazem de estudantes de Letras falantes que apresentam uma relação peculiar com a norma culta e a norma padrão, a qual os faz mais sensíveis à possibilidade de avaliação negativa dos usos linguísticos, especialmente entre quem tem maior idade e um percurso formativo mais longo. No entanto, ao não ser esta uma pesquisa quantitativa e, ainda, pela relativa exiguidade dos dados coletados, vale ressaltar o fato de que não se pretende com eles comprovar estatisticamente a validade das afirmações anteriores, mas apenas apresentar uma reflexão conforme a qual as informações colhidas convergem com a preocupação sobre a língua, tradicionalmente atribuída às comunidades de profissionais da tradução – como TRAD-PRT –, que faz delas, como se viu, espaços em que questões de norma são insistentemente abordadas por quem delas participa.

Não são os fenômenos anteriores – representados por “gritava” e “havia feito” – marcados pelo mesmo nível de estigmatização de “Nós vai”, acerca de cujo uso se perguntou a participantes da pesquisa realizada no instrumento 5. Conforme mencionado na seção 4.5.1., essa modalidade de concordância verbal é um dos marcadores que definem o dialeto caipira (Bortoni-Ricardo 2011:234-9). Sobre essa forma, a maioria que participou no estudo declara não a usar (49 participantes), numa perspectiva amiúde “evolucionista” que atribui a sua utilização a falantes que “ainda” não aprenderam outras soluções sem avaliação negativa, e a que se descreve como com baixa escolaridade (56) e/ou baixa renda (12). Quem afirma não usar “Nós vai” pode, contudo, indicar que se vale dessa forma esporadicamente por motivos humorísticos (11), a fim de se aproximar do interlocutor ou interlocutora (9), ou, sobretudo, em contextos informais (19) – onde a utilização é entendida como mostra de descaso ou relaxamento. Já participantes que declaram ter usado com regularidade a forma “Nós vai” (5) dizem tê-lo feito por influência da comunidade ou pela sua origem regional, do Nordeste do Brasil. No entanto, o total anterior (5) diz “já” não usar mais a forma “Nós vai”.

²³⁵ Trata-se, como foi mencionado antes, de estudantes dos cursos de: Administração, Arquivologia (2), Ciências Contábeis, Comunicação Social, Filosofia (2), Geologia, Gestão em Saúde Coletiva e História.

Portanto, nenhum membro do grupo de estudantes que participaram na pesquisa declara usar regularmente a forma “Nós vai”. Os seus discursos são construídos a partir da referência a ela, quer seja como uma fase ultrapassada, ou como encapsulada em contextos informais e usos irônicos. Mas nem estabelecendo essa distância com a variante em questão, a higiene verbal se vê completamente livre de tensões.

Apenas em três ocasiões essa forma foi qualificada diretamente como “feia”, em duas se diz “que soa mal” (“é sonoricamente desagradável”) e numa se afirma que “não me agrada”. Para uma dupla de participantes o seu uso é “estranho” e três indicam que não se sentem “à vontade”, “confortável” ou que “me causa incômodo ou desconforto”.

Sobre “Nós vai”, cinco estudantes só conseguem dizer que a consideram “coloquial”, “muito coloquial” ou “um coloquialismo grande”. Não surpreende o recurso a coloquial como eufemismo para cobrir tudo aquilo que não é formal. Afinal, como citado anteriormente, Nogueira (2006:299), falando sobre preconceito racial, diz: “em casa de enforcado, não se fala em corda”. “Coloquial” convive com “informal” e “não formal”, usados em três ocasiões, assim como com “popular” e “forma muito básica”, ambas citadas uma vez. Também aparecem uma vez “inadequada” e “inapropriado”, respectivamente, junto a “vulgar”, num depoimento que surpreende não só pela presença desse termo, como por se tratar dum olhar informado sobre a variação linguística: “São falantes dos dialetos caipira e sertanejo (...). Sim, eu uso, mas na forma verbal, como no dia-a-dia”. Pelo contexto geral do depoimento, resulta, contudo, perceptível que “vulgar” aparece aqui desprovido das conotações extremamente pejorativas que falantes do Brasil costumam atribuir ao vocábulo em questão.

Só um par de participantes associa a forma com ambientes marginais, quando apontam que é usada por “adolescentes, como forma de gíria”, e pelo “povo mais pobre ou os metidos a malandros, da favela”.

Finalmente, só 26 participantes conseguiram verbalizar dalguma das maneiras anteriores o estigma sociolinguístico de “Nós vai”. Em contraposição, a quase totalidade de estudantes que participou da pesquisa, 88, recorre a “errado”, “incorreto” ou “em desacordo” para retratar o que é para esse grupo a avaliação básica de “Nós vai”: aquela que incide unicamente no “erro” de concordância verbal,

discrepante no geral da norma culta e da norma padrão. Assim, ao ser o uso de “Nós vai” estigmatizado, a higiene verbal sobre essa forma também resulta desconfortável e a sua realização é evitada.

Outro dos itens sobre o que se consultou ao coletivo participante na pesquisa através do instrumento 5 é “Me dá isso aí”. Esse sim coloquial, informal, é precisamente alvo de mostras de higiene verbal mais severas do que a forma “Nós vai”, marcada por um traço descontínuo.

Em termos de frequência, acontece o oposto do que com “Nós vai”: apenas oito estudantes dizem não usar a forma “Me dá isso aí”. Mas o uso não implica necessariamente a sua avaliação como correta, embora ela seja claramente predominante neste caso e associada a contextos concretos (orais e informais), ou simplesmente descrita como “comum”. Assim, mesmo julgada como correta e descrita como usada por participantes na pesquisa, ou precisamente por isso, a higiene verbal em que se expressa a avaliação do uso de “Me dá isso aí” é mais dura e direta do que a relativa a “Nós vai”. Vejam-se, por exemplo, os casos de três estudantes que afirmam, respectivamente: num caso, usar a expressão quando está “com raiva ou com desejo enorme por comida”; noutro, esperar ouvir essa forma na boca de “jovens falando com amigos ou ladrões assaltando pessoas”; e, no terceiro, usar “Me dá isso aí”, “mas não de forma arrogante”.

O grupo que considera “Me dá isso aí” incorreto abrange quem defende esse caráter por causa da diferença com o padrão (“Dê-me isso aí”), ou por indicar falta de cortesia. No primeiro caso se encaixam nove participantes na pesquisa. As suas amostras de higiene verbal menos eufemísticas são as seguintes: “Não uso, porque escuto e penso antes de falar e escrever”, e a expressão é “vista como vulgar e errada pela norma culta”. Cinco estudantes associaram o erro que atribuem a “Me dá isso aí” com uma questão de cortesia. Nesses casos, os exemplos de higiene verbal mais direta são os representados pelos segmentos seguintes, que apresentam quem usa dita expressão como: “uma pessoa que não se preocupa com a polidez” (diferente de quem escreveu o anterior, a qual diz: “costumo ser educada”); um “maleducado”; alguém “que está impaciente, (...) em momentos de raiva, nervosismo ou agitação”; ou quem “não é educado”. A forma representa, ainda, “um uso mais infantil, (...) um pouco grosseiro” da língua.

O segmento “Me dá isso aí” contém, de fato, distintos elementos problemáticos do ponto de vista da sua avaliação sociolinguística e pragmática: o imperativo “dá”, o clítico “me” e o demonstrativo “isso”.

Começando pelo demonstrativo, vale lembrar que a sua problematicidade parece derivar da redução ou flexibilização de uso, no vernáculo do português do Brasil, de “este/-a/-es/-as” e “isto”. Pode constatar-se o seu caráter problemático pela menção duma aluna participante na pesquisa, que afirma explicitamente utilizar “isto” na frase anterior, não “isso”, apesar da presença do advérbio “aí”. Em resposta à pergunta de quem usa “Me dá isso aí”, ela aponta: “É uma forma bastante usada, porém não uso o ‘isso’ e sim o ‘isto’ pois é um demonstrativo mais correto”.

Como é sabido, o esquema ternário ideal da norma padrão (que associa os demonstrativos com as três pessoas do discurso) é questionado pelos próprios instrumentos de gramatização tradicionais do português, que o apresentam como flexível em função de fatores subjetivos. Sobre o assunto, Cunha e Cintra (1985:235) indicam que: “Estas distinções que nos oferece o sistema ternário dos demonstrativos em português não são, porém, rigorosamente obedecidas na prática”.

Consoante Bagno (2011:794), o sistema dos demonstrativos no vernáculo brasileiro é organizado mediante o par “esse”/“aquele” (mais femininos, plurais e neutros), ficando “este” reservado para contextos caracterizados pelo monitoramento estilístico (Bagno 2011:795). Marine (2005), porém, recolhe as formas “este/-a/-es/-as” e “isto” como exofóricas (referência espaço-temporal), enquanto “esse/-a/-es/-as”, junto a “isso”, apareceriam no vernáculo brasileiro desde a década de 1990 como endofóricos (referência textual). Conforme Marine (2005), no Brasil o sistema dos demonstrativos contemporâneo seria resultado dum processo de mudança, ocorrido desde o século XIX, que deu lugar à progressiva especialização de uso – respectivamente como exofóricos e endofóricos – de “este” e “esse” (incluídos os femininos, plurais e neutros). Já Neves (2000) registra tanto “este” como “esse” como referências endofórica e exofórica. No entanto, sugere a expansão do uso de “esse” em duas ocasiões, quando diz (Neves 2000:501):

O lugar pode, entretanto, ser um *AQUI* compartilhado entre as duas formas do discurso, caso em que *ESTE* e *ESSE* podem, praticamente, alternar-se:

ESSE pessoal AQUI fala demais. (FP)

ESTAS ondas AQUI, olhe AQUI, ESTAS mais gordinhas AQUI, que dão ESSA achatadazinha AQUI. (SL)

Ou também, em Neves (2000:501):

A vinculação de *ESSE* com a segunda pessoa, singular, entretanto, muitas vezes se afrouxa; falante e ouvinte muitas vezes ficam envolvidos na relação:

Tire ESSE moço de meu lado, arraste para o canto do compartimento. (DM)

Doutor, tire ESSE guardanapo de cima de mim. (BO)

(Berrando e sacudindo o colar para o alto). A que tiver os peitinhos mais bonitos ganha ESSE colar. (BO)

Na mesma linha, Azeredo (2008:248) afirma: “A perda de distinção entre *este* e *esse* é compensada, na fala, pelo reforço dos advérbios *aqui* e *aí*, respectivamente (*esta/essa camisa aqui é minha; a sua é essa/esta aí no seu armário*)”.

Defender o uso de “isto” em “me dá isso aí”, implica adotar um movimento semelhante ao apontado por Neves (2000:501) e Azeredo (2008:248) – não pela associação de “isso” com “aqui”, mas de “isto” com “aí” –, contraposto à descrição do sistema de demonstrativos de Bagno (2011:794), para o qual “isto” não faz parte do vernáculo brasileiro contemporâneo. Ainda sendo um caso de referência exofórica, à qual Marine (2005) adscrive o uso de “este”, a combinação de “este” com o advérbio “aí” pode constituir uma mostra de hipercorreção, derivada da reação a formas como “isso aqui”. A hipercorreção²³⁶ é sugerida pela pontualização explícita que a participante que defende o emprego de “isto” em “Me dá isso aí” faz do critério de correção (“não uso o ‘isso’ e sim o ‘isto’ pois é um demonstrativo mais correto”, disse). E ela o faz sem qualquer ressalva sobre o clítico ou o imperativo, pois das suas palavras, pela ausência de afirmação em contrário, é possível deduzir que tanto o pronome em posição proclítica absoluta, como a flexão do imperativo, são “corretos”. Como a participante indica: “É uma forma bastante usada”.

A hipercorreção é, necessariamente, um sintoma de monitoramento, de intervenção consciente, ou, pelo menos, voluntária, em direção a um ideal de correção, mais ainda numa ocasião como a anterior, em que a falante recorre à forma “isto” em vez de “isso” quando aquela tem maior presença em estilos monitorados (Bagno 2011:795). A avaliação negativa do fenômeno deriva, então, da aplicação dum critério inicial de referência, visto que a hipercorreção se concretiza como um intento de atingir um modelo, tido como correto por quem o avalia como tal, mesmo que por

²³⁶ Bagno (2011:954) considera hipercorreção “a alta frequência de emprego dos demonstrativos *este/esta/estes/estas*, quando não seu uso exclusivo, embora já saibamos que esses demonstrativos estão praticamente extintos na gramática do PB”.

meios considerados equivocados ou a sua consecução, incompleta. Como produto da insegurança linguística ligada à tensão entre o reconhecimento e o conhecimento, a hipercorreção tem, para Bourdieu (1983) a sua correspondência espelhada na hipocorreção, na competência do desconhecimento fingido do coletivo dominante quando faz um uso proposital ou ocasionalmente relaxado da língua, embora ao seu discurso – produto da *persona* social – nem sequer nessas ocasiões lhe seja atribuído o mesmo valor do que ao dos grupos dominados. Desse modo, “os membros da classe dominante são capazes do que é reconhecidamente a forma suprema da proeza linguística: manter o desembaraço no perigo, o *relaxamento na tensão*” (Bourdieu 1983:176).

O caso do português do Brasil vem sendo considerado como representativo dum grau elevado de insegurança linguística (Lucchesi 2011:178), para a qual apontam os exemplos de hipercorreção (Bagno 2011:954). No entanto, dificilmente se pode defender que a marca do estigma sociolinguístico em si, no caso de traços descontínuos, seja a força geradora da hipercorreção “na produção de textos escritos mais monitorados” (Bagno 2011:954), pois, infelizmente, não parece provável que utentes de variantes marcadas pela estigmatização se encontrem perante a necessidade de produzi-los. O que há na origem é uma percepção da diferença entre marcas de estilo monitorado e as vernaculares, como também um intento de se aproximar daquelas. Pode se problematizar se esse processo é voluntário, decisão de cada utente – que, pelo recurso a determinadas variantes, pretende construir uma *persona* social com um estilo outro, diverso do que caracteriza o quotidiano, para (con)textos formais –, ou produto duma violência exercida sobre quem fala uma língua, que dessa forma tenta preservar a sua imagem perante a ameaça dum julgamento negativo pelo coletivo, mesmo que neste caso por um “gesto involuntário”²³⁷ (Goffman 1985:191). E isso é especialmente difícil de determinar na tensão criada perante a existência de avaliações divergentes de traços contínuos como as que se fazem presentes hoje em português do Brasil, tal como ilustraram, por exemplo, os conflitos avaliativos retratados na seção 4.5.1. pelas tradutoras participantes no grupo focal nela analisado.

Segundo Goffman (1985:120-1),

²³⁷ Goffman (1985:191) entende “gestos involuntários” como “ações insignificantes e inadvertidas [que] podem às vezes transmitir impressões inapropriadas ao momento”.

em toda a sociedade ocidental tende a haver uma linguagem de comportamento informal ou de bastidores e outra linguagem de comportamento para ocasiões em que uma representação está sendo exibida. A linguagem dos bastidores consiste (...) [no] uso de linguagem dialetal ou abaixo do padrão (...). A linguagem do comportamento na região de fachada pode ser considerada como a ausência (e de certa forma, o oposto) disto.

Nesse contexto, bastaria definir qual o registro adequado, o nível necessário de formalidade ou informalidade, e se se trata dum cenário de fachada ou de fundos (Goffman 1985). Mas, em português do Brasil, haverá ainda que optar por alguma das posições no que tange à norma linguística – mais ou menos conservadoras –, considerando que qualquer uma delas estará sujeita à contestação, pois conta com coletivos partidários e detratores. O problema do conflito normativo²³⁸ é, portanto, só conjunturalmente solúvel: o texto é escrito, a tradução é realizada, e em ocasiões o julgamento virá só depois, sem as regras do jogo terem estado claras do início. Certamente, não é isso que acontece no caso do emprego de “isto” em “Me dá isso aí”, que falantes das normas urbanas cultas brasileiras podem considerar até explicável (por hipercorreção e pela instabilidade dos demonstrativos), mas tenderão a ver como errado. Porém, a tensão avaliativa se eleva no tocante à forma do imperativo, “dá”, e mais ainda no caso do clítico “Me”.

Assim, retomando agora a análise da problematidade do segmento “Me dá isso aí”, será comentada a seguir a avaliação sociolinguística e pragmática do imperativo “dá”, cuja natureza problemática no português do Brasil se configura do ponto de vista da cortesia conversacional e, também, por questões de ordem flexiva e de avaliação normativa.

O imperativo é uma das possibilidades disponíveis para a concretização de atos de fala diretivos, isto é, aqueles por meio dos quais falantes esperam obter um comportamento determinado da pessoa ou pessoas a quem se dirigem. Na realização

²³⁸ Faraco (2009:86) denomina “normas em conflito” à distância entre certos usos descritos, e amiúde prescritos, em instrumentos normativos, e os correlatos presentes na(s) norma(s) urbana(s) culta(s) do português do Brasil, exemplificados com a mesóclise. O impasse é resumido como segue: “Objetivamente, a língua precede sempre os instrumentos e estes devem, portanto, estar sempre em consonância com ela. Culturalmente, porém, dá-se um valor quase sagrado aos instrumentos normativos, como se eles é que precedessem a língua e garantissem sua preservação”. Observem-se o adjetivo “sagrado”, atribuído aqui aos instrumentos de gramatização, e também a ênclise em “dá-se”, que não faz parte de nenhum vernáculo brasileiro. Para o problema da mesóclise, que também não faz parte do vernáculo brasileiro, mas sim de textos acadêmicos – como também o faz “dá-se” – Faraco (2009:88) defende que “basta adequar a norma gramatical ao uso”. A questão que se coloca, então, é se a ênclise no geral também não deveria estar inclusa nesse processo e, ainda, no tocante a formas em variação como as dos imperativos, qual a norma urbana culta, dentre as possíveis, deveria ser a tomada como referência nesse processo.

de atos diretivos, e apesar da sua origem etimológica, o imperativo é “mais o modo da exortação, do conselho, do convite, do que propriamente do comando, da ordem” (Cunha e Cintra 1985:340). Até precisamente por essa flexibilidade, a interpretação da sua força ilocucionária depende em grande parte da presença de marcas de reforço do pedido ou da ordem – como repetições ou advérbios –, ou de atenuação do pedido. As soluções de mitigação incluem mecanismos gramaticais e léxico-frasais. Entre os primeiros estão a flexão do verbo e o uso do condicional [de elevada frequência no português do Brasil como atenuador do ato diretivo, segundo Dias e Godoi (2011), em pesquisa sobre Curitiba]. Já na segunda categoria, o marcador de polidez apurado como mais corriqueiro é “por favor” (Dias e Godoi 2011:2697). No entanto, a intuição linguística de quem escreve aponta para que, pelo menos no Centro-Oeste do Brasil, outra das soluções mais habituais de mitigação, que costuma ser acompanhada pelo marcador “por favor”, implica a formulação do ato diretivo através duma pergunta que inclua o verbo “poder”²³⁹. E o que acontece no exemplo “Maria, você pode ir ali no posto rapidinho trocar esta nota?”, sobre o qual Dias e Godoi (2011:2699) ressaltam a mitigação por meio do advérbio, como também o farão em relação ao diminutivo. Chama a atenção, então, não ter sido considerada como variável objeto de quantificação, na pesquisa de Dias e Godoi (2011), a formulação do ato diretivo como pergunta introduzida por “poder”, sobretudo considerando que os exemplos citados no artigo indicam a sua presença no *cópus*.

No caso específico de “Me dá isso aí”, não há qualquer forma de mitigação do ato diretivo. Apesar disso, como já foi visto, só cinco participantes na pesquisa (5,68% de 88, portanto) problematizam o segmento explicitamente do ponto de vista da cortesia conversacional. Nesse sentido, as suas mostras de higiene verbal no tocante à questão – que são as que apareceram reproduzidas acima – estão marcadas pela rejeição direta enquanto violação da polidez. Nesse sentido, a ausência de elementos de atenuação parece autorizar uma maior agressividade nas formas que adquire a higiene verbal. Pelo fato de 90,9% de quem participou na pesquisa (80 de 88) afirmar que usa ou usaria essa solução, com o qual admite que ela faz parte do seu repertório linguístico, pode-se deduzir que a auto-atribuição de uso duma variante determinada resulta um facilitador para a higiene verbal, inclusive para as formas em que a percepção subjetiva se faz presente de maneiras mais duras e diretas, com

²³⁹ Essa estrutura constitui igualmente uma estratégia de evitação do contexto com imperativo, mais suscetível a uma avaliação negativa.

menor recurso a análises formais, com conceitos e terminologia “científicas”, a fim de justificar a sua existência.

Consoante mencionado acima, o imperativo no português do Brasil apresenta ainda problematidade na avaliação sociolinguística no que tange a questões flexionais, e, portanto, à sua avaliação. Em distintas regiões do Brasil se verifica uma tendência, mais ou menos intensa, à variação no emprego das formas gramaticais que codificam o modo imperativo, a qual não ocorre unicamente na língua falada (Cardoso 2006:323). O convívio de variantes retrata, segundo Scherre *et alii* (2007:210), a inexistência duma

associação clara e inequívoca entre contexto interacional marcado pelo traço [-distanciamento] e uso de imperativo verdadeiro (*olha; abre; faz*), por um lado; e contexto interacional marcado pelo traço [+distanciamento] e uso de imperativo supletivo (*olhe; abra; faça*), por outro.

A distribuição do imperativo verdadeiro e do supletivo varia entre as diversas regiões brasileiras, duns 90% de imperativo verdadeiro no Sudeste e Centro-Oeste, contrário aos dados levantados por estudos acerca de cidades do Nordeste, que indicam que “esse uso é da ordem máxima de 50%, na fala de Recife, mas pode chegar a cerca de 30% em Salvador, em João Pessoa e em Fortaleza” (Scherre *et alii* 2007:195). A variabilidade na distribuição é ilustrada pela região Sul, onde “há evidências de predominância de imperativo verdadeiro em Florianópolis (100%) e de imperativo supletivo em Lages (79%), duas cidades do estado de Santa Catarina” (Scherre *et alii* 2007:195). No entanto, e em que pese a sua denominação, o imperativo verdadeiro não coincide com a prescrição da norma padrão quando, por exemplo, o emprego se verifica em contextos nos quais “você” é a forma de tratamento adotada. Haveria, desse ponto de vista, uma “mistura de tratamentos”: “tu”, no imperativo verdadeiro, e “você”, no resto dos verbos flexionados. Mas em certos ambientes e regiões, como no Centro-Oeste do Brasil, essa é a forma nitidamente predominante no vernáculo, encarnando, para as participantes no grupo focal comentado em 4.5.1., a tensão da norma padrão com o “autêntico”, pois “ninguém fala assim”²⁴⁰. Trata-se do não reconhecimento de unidade nas variantes,

²⁴⁰ É reproduzido à continuação um segmento da transcrição do grupo focal donde provém a frase acima: “JANAÍNA: Não, mas eu per, o que eu consigo lembrar mesmo era muito isso: a divergência, especialmente entre eu e a Carol... Era absurdo, era gritante, assim. Eu falo: “Assim está bom”. E ela vinha: “Não, mas assim, ninguém fala assim!”; eu falei: “Eu falo assim!”. (RISOS) GABRIELA: E a

cuja verossimilhança precisa ser preservada pela adscrição às personagens das soluções que lhes correspondem, do ponto de vista de cada tradutora, ainda não fazendo parte da norma padrão e também não sendo as variantes do padrão de modo algum impossíveis no vernáculo brasileiro. A autenticidade do padrão é, assim, negada por duas das três tradutoras que participaram do grupo focal citado, pois estaria desprovido de capacidade de identificação identitária pelo anonimato que o caracteriza. E, aliás, essa falta de autenticidade legítima, mesmo que sob tensão, a decisão de não seguir a norma padrão tomada por duas delas, em desacordo com a terceira.

Ainda que pertençam ao uso declarado, não constatado, os dados coletados em Brasília com participantes na pesquisa que agora se analisa confirmam o panorama dialetológico apresentado antes. Residentes na região Centro-Oeste, onde se situa o Distrito Federal e onde Scherre *et alii* (2007:195) localizam uns 90% de imperativo verdadeiro, 90,9% de quem participou na pesquisa (80 de 88) dizem empregar a forma “Me dá isso aí”, mas fazê-lo somente na fala informal, espaço em que é considerada válida. Apenas cinco de 88 estudantes aceitam explicitamente a presença de “Me dá isso aí” na escrita, com restrições de adequação de uso, e num caso em relação a si mesmo. Esse participante, aluno regular do curso de Letras/Português e matriculado em disciplinas de Tradução Espanhol, diz: “Mesmo falantes escolarizados, urbanos e com curso superior completo usam a referida frase na oralidade e mesmo na escrita. Pessoalmente, eu deixaria essa forma na oralidade, evitando, assim, começar um período com pronome dessa natureza”. A descrição do tipo de falante que esse participante toma como referência na sua avaliação de uso coincide essencialmente com o delimitado para informantes do projeto NURC, apresentado no capítulo 1 e do qual participaram representantes de normas urbanas cultas brasileiras. Contudo, para ele o tabu da frase iniciada por clítico continua vigorando.

Finalmente, vale mencionar, a efeitos metodológicos, que a escolha do verbo “dar” em “Me dá isso aí” respondeu ao fato de ser um dos mapeados por Jesus (2006:107) como especialmente saliente na fala do Recife, onde em 80% das ocorrências presentes no *cópus* pesquisado apareceu como imperativo autêntico,

gente então, as três: quem é que fala assim? Não. Vamos começar a gravar fulaninho, cicraninho, para ver se falam assim, entendeu?”

embora, como já foi mencionado, “esse uso é da ordem máxima de 50%, na fala de Recife” (Scherre *et alii* 2007:195). Esperava-se, então, intensificar o grau de problematidade pela seleção do imperativo dum verbo de saliência elevada até em contextos, como na cidade do Recife, onde a distribuição de frequência entre ambas as soluções do imperativo é equivalente.

Encerram-se a partir deste ponto os comentários sobre o segmento “Me dá isso aí”, no tocante ao terceiro elemento problemático delimitável nele: o clítico “me”, que tem relação com os exemplos de “a ela” e “me explica”²⁴¹, presentes no instrumento 4. Os dados apurados a partir das intervenções realizadas no que tange a cada um deles aparecem na tabela apresentada a seguir:

Tabela 43: Quantidade de intervenções por área/curso sobre pronomes complemento

	Só TRAD/ESP	TRAD/ESP e curso incompleto	TRAD/ESP e curso Completo	Outros cursos de Letras	Outros cursos não de Letras	TOTAL
Total de partic.	34	16	15	13	10	88
Média de idade	18,47	26,31	33,36	23,23	26,6	25,59
“a ela”	2 (5,88%)	3 (18,75%)	1 (6,66%)	1 (7,69%)	0 (0%)	7 (7,95%)
“me explica”	4 (11,76%)	1 (6,25%)	0 (0%)	1 (7,69%)	1 (10%)	7 (7,95%)

Na saliência dos fenômenos representados pelos exemplos em questão, intervêm tanto a flexão do imperativo (“explica”/“explique”) quanto os clíticos, pela sua presença, embora proclítica (no caso do “me”), ou ausência (no que diz respeito a “a ela” frente a “lhe”). Interessava observar, então, se esse acúmulo de fatores – imperativo e clíticos – faria que o número de intervenções sobre “me explique” fosse mais elevado do que sobre “a ela”, ainda se tratando de discurso direto, o qual, pela

²⁴¹ “Me explica” coincide com “Me dá isso aí” tanto na presença do clítico em próclise absoluta (após vírgula, neste caso), quanto no uso de imperativo autêntico. Consoante foi comentado, 90,9% de quem participou na pesquisa (80 de 88) afirmaram empregar a forma “Me dá isso aí”, mas apenas cinco (5,68%) aceitaram explicitamente a sua presença na escrita. No entanto, perante “me explica” somente 7 de 88 (7,95%) intervieram. Esta percentagem indica, então, que um número muito maior de participantes do que se poderia pensar aceitam na escrita uma forma semelhante a “Me dá isso aí”. Não há, contudo, dados para analisar a higiene verbal que poderia relacionar essa decisão com o gênero textual ou o discurso direto, visto que não foi solicitada uma posição explícita ao respeito. Porém, a escassez de mudanças sobre “me explica” no contexto em questão aponta certamente para a sua falta de saliência em relação à maior parte do grupo de tradutores e tradutoras em formação que participou da pesquisa. A título de hipótese, há de se considerar o fato de o verbo “dar” parecer ter uma saliência especialmente notável no caso dos imperativos autênticos. A diferença nos dados pode provir igualmente da diferença no que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados 4 e 5, o primeiro menos diretivo do que o segundo. Lembre-se ao respeito que “me explica” aparece citado no instrumento 4 e “Me dá isso aí”, no 5.

representação da fala vernacular que implica, poderia legitimar a presença de fenômenos concebidos como próprios da oralidade. Entretanto, nos resultados obtidos não há diferença no tocante aos dois elementos aqui analisados, visto que em ambos os casos foram sete as intervenções apuradas.

Quando considerado o fator etário em relação aos dois itens, chama a atenção o fato de que os grupos em que as intervenções são mais habituais não se destacam por pertencer a uma média de idade mais elevada. No entanto, isso pode derivar do fato de a amostra não ser representativa do universo total do corpo discente da instituição em termos quantitativos – nem pretender sê-lo, pois a pesquisa é de cunho qualitativo. Assim, ainda que na amostra utilizada os alunos e alunas que só cursam Tradução Espanhol sejam o coletivo mais jovem, comparado com o doutros cursos de Letras, por exemplo, esse fator é meramente conjuntural. Deve-se a que estudantes desses outros cursos somente conseguem efetuar a matrícula em disciplinas de Tradução Espanhol, para eles optativas, depois de contar com uma percentagem relativamente elevada de créditos cursados na instituição.

Já quando se observam especificamente as idades do coletivo de informantes que interveio nos itens agora tratados, observa-se um promédio um pouco mais alto do que o correspondente à média etária geral de participantes (que é de 25,59): 27,71, no caso de “a ela” e 30,42, no de “me explica”. Portanto, são elementos mais salientes, do ponto de vista da avaliação, para participantes numa faixa de idade relativamente elevada, fundamentalmente no que afeta a “me explica”, já que as idades da maioria de informantes que participaram da pesquisa se encontram na faixa compreendida entre os 20 e os 29 anos.

No tocante aos tipos de intervenção, pode-se mencionar que:

a) O sintagma preposicionado “a ela” foi substituída por “lhe” por parte de três participantes, enquanto três usam objeto nulo, e numa ocasião foi substituído por “a”.

b) Por sua vez, as intervenções sobre “me explica” consistiram na sua maioria na substituição por “me explique” (em cinco ocasiões), no seu sublinhado em apenas um caso e também uma vez, na substituição por “explique-me”.

Passa-se, então, a comentar esses resultados, começando pelas ocorrências de intervenções sobre “a ela”.

As soluções adotadas no vernáculo brasileiro para realizar a função de dativo incluem clíticos, como também sintagmas preposicionais (SP) anafóricos introduzidos pelas preposições “a” ou “para”. Segundo Camargo Jr. (2007:25), no caso da segunda pessoa do singular, podem ser usados os clíticos “te” e “lhe”, cuja distinção pertence ao campo do registro, mais alto, no caso de “lhe” (Camargo Jr 2007:21), além dos SP “para você/ti” e “a você/ti”, conforme quem fala esteja adstrito a uma área onde predomine “você” ou “tu” como pronomes retos. Já para o dativo na terceira pessoa do singular, como no caso de “a ela”, o vernáculo brasileiro só recorre aos SP anafóricos “para ele/a” ou “a ele/a”, não sendo usado o clítico “lhe” nessa pessoa e função (Bagno 2011:765). No caso de SP anafórico, é mais frequente a presença da preposição “para” do que “a” na realização do dativo, nas três pessoas gramaticais (Bagno 2011:745-6).

A norma culta escrita, por sua parte, reconhece o uso de “lhe” e “lhes” para o dativo, mas não para o acusativo²⁴², tanto no que concerne a gramáticos tradicionais (Cunha e Cintra 1985:217) como a propostas mais recentes (Neves 2000:454, Azeredo 2008:258).

Portanto, as intervenções realizadas por informantes no caso de “a ela” (substituição por “lhe”, objeto nulo, ambas em três casos e substituição por “a”) ilustram três práticas diferentes perante uma situação-problema na norma linguística do português do Brasil: a primeira, que adota, no lugar da forma original, mais próxima do vernáculo, uma solução mais culta ou mais conservadora, de acordo com o ponto de vista de quem a avalie; a segunda, que opta pela evitação do problema, eliminando o contexto suscetível de gerá-lo; e a terceira, que, no afã de resolver o problema detectado, incorre numa hipercorreção.

Olhando agora para as intervenções sobre “me explica”, constata-se que todas incidem sobre o imperativo²⁴³ e só numa ocasião, na ênclise. Sobre as explicações gramaticais e a avaliação sociolinguística da denominada “mistura de tratamento” em relação ao imperativo (Bagno 2011:757-9), o assunto já foi discutido quando se abordou “Me dá isso aí”. Resta, portanto, tecer comentários acerca da próclise

²⁴² Em português do Brasil, fundamentalmente no Nordeste, há casos de *lheísmo*, ou seja, de ocorrência do clítico “lhe” como acusativo de terceira pessoa, já documentados em português medieval e clássico (Almeida 2011).

²⁴³ Supõe-se neste caso que é isso que ocorre no tocante à interpretação do sublinhado efetuado por um participante na pesquisa.

absoluta²⁴⁴ dos clíticos, um dos elementos mais tensos na avaliação sociolinguística do português do Brasil.

Como é sabido, a próclise, inclusive a absoluta, é a posição que o clítico ocupa sistematicamente no vernáculo brasileiro, mas a sua presença na escrita, até informal ou literária, é frequentemente questionada. Assim aconteceu no que diz respeito a profissionais da tradução – como foi visto anteriormente em TRAD-PRT ou nas palavras de Benedetti –, na formação em tradução – como no caso de Pedro – ou, ainda, no caso de estudantes da área – como no grupo focal da seção 4.5.1.

O vernáculo do português brasileiro é predominantemente proclítico. Herdou esta característica do português clássico, estendendo-a para a posição inicial absoluta, “tendo em vista, no entender de Carvalho (1989:432-3), o fato de o português brasileiro evidenciar padrão prosódico que estabelece ligação com elementos seguintes, à direita, e não com elementos precedentes, à esquerda” (Scherre *et alii* 2007:218). No português clássico também estavam em competição as variantes enclíticas e as proclíticas, como ilustram as personagens populares do teatro vicentino, sendo “essa a gramática que constitui o ‘elo (quase) perdido’ do percurso evolutivo do português antigo ao português europeu contemporâneo” (Martins 2011:98). Tendo saído vitoriosa na Galiza e em Portugal, a ênclise se faz presente no vernáculo brasileiro de modo esporádico (11% das ocorrências em pesquisa sobre *corpora* do Rio de Janeiro, realizada por Vieira 2003a:1344), atrelada a motivos:

- de ordem linguística – os pronomes “o/a(s)” e o “se”, este especialmente em estrutura de indeterminação/apassivação e em contextos sem a presença de um tradicional “operador de próclise
- de ordem extralinguística – a fala de indivíduos com mais de 55 anos de idade

Já na escrita, as cifras são outras. Vieira (2003b) apura 54% de próclise e 46% de ênclise num *córpus* elaborado com base em textos extraídos, no caso brasileiro, do *Jornal do Brasil* e *O Globo*. A gramatização do português do Brasil, por sua vez, oscila entre: remeter a próclise, inclusive a absoluta, ao “colóquio normal”, ainda que exemplificado por uma frase de Érico Veríssimo (Cunha e Cintra 1985:226, semelhante a Bechara 2009:588); negar o uso forçoso da ênclise em qualquer contexto

²⁴⁴ Ainda que no instrumento 4 não exista propriamente uma próclise absoluta, pela anteposição do advérbio “então” seguido de vírgula ao clítico, o contexto “Então, me explica” será tratado como tal por ser susceptível de ênclise na norma padrão e por ser comumente associada no Brasil com próclise absoluta qualquer ocorrência de clítico após sinal de pontuação.

(Bagno 2011:761); e nem sequer abordar o assunto, embora os exemplos citados durante a apresentação dos pronomes átonos recolham abundantes casos de colocação enclítica (Neves 2000:451-70).

Portanto, as divergências de uso ou avaliação não remetem unicamente ao desconhecimento da norma padrão por estudantes de tradução, pois os próprios instrumentos atuais da gramatização do português do Brasil são testemunho da tensão avaliativa desse assunto, cuja explicitação chega até a ser evitada, como um tabu, por Neves (2000).

Prossegue-se agora na análise dos elementos presentes no instrumento 4, abordando o item “presidenta”, já comentado no tocante à avaliação que sobre ele fazem profissionais da prática tradutória em TRAD-PRT. Como esse grupo, também lhe conferem problematidade estudantes da área na instituição pesquisada. O caráter problemático do vocábulo pode ser constatado tanto pelo número de intervenções de que foi objeto no instrumento 4, quanto pelos depoimentos sobre a avaliação do seu uso colhidos na quinta pergunta do instrumento 5, que versa: “Além de no texto que você acabou de ler, você já viu usar antes a palavra “presidenta” em português? É certa ou errada? Por quê?” No caso do instrumento 4, as quantidades e percentagens de intervenções apuradas foram as seguintes:

Tabela 44: Quantidade de intervenções por área/curso sobre “presidenta”

	Só TRAD/ESP	TRAD/ESP e curso incompleto	TRAD/ESP e curso Completo	Outros cursos de Letras	Outros cursos não de Letras	TOTAL
Total de partic.	34	16	15	13	10	88
Média de idade	18,47	26,31	33,36	23,23	26,6	25,59
“presidenta”	3 (8,82%)	8 (50%)	5 (33,33%)	0 (0%)	1 (10%)	17 (100%)

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar novamente que a problematidade de “presidenta” não está ligada ao prescritivismo tradicional, que a considera correta. Junto aos argumentos sobre a sua correção provenientes de instrumentos de gramatização citados no capítulo anterior, veja-se a esse respeito o contraste entre Cegalla²⁴⁵ (2008:336) e Neves (2003:619-20). O prescritivismo que se costuma atribuir àquele lhe permite oferecer uma avaliação de uso do vocábulo “presidenta”

²⁴⁵ A referência citada para Cegalla (2008) é a segunda edição do volume, sendo a primeira de 1996. Não deve, portanto, inferir-se que se trate duma obra com datação posterior à de Neves (2003).

bem menos tensa do que a posição descritiva adotada por Neves, que começa por uma afirmação direta seguida duma ressalva, a qual, apesar de não ser contraditória, pode ser sim inesperada para quem lê, haja vista a aparente definição da primeira parte do verbete. Vejam-se a seguir o que dizem as duas obras²⁴⁶:

presidenta. Mulher que está na presidência (dum país, duma associação). É forma dicionarizada e correta, ao lado de *presidente*: *A presidenta da Nicarágua fez um pronunciamento à nação. / A presidente das Filipinas pediu o apoio do povo para o seu governo* (Cegalla 2008:336).

presidente Usa-se a forma presidente tanto para homem como para mulher. ▪ *Para comemorar os 10 anos, completados neste mês, a PRESIDENTE Lúcia Pacifico Homen prepara uma jornada para conscientizar os consumidores contra o desperdício* (EM). Também é usual, entretanto, a forma regular de feminino, **presidenta**. ▪ *Afinal, era dar ou não dar a renúncia da PRESIDENTA da Argentina* (NBN). (Neves 2003:619-20)

Como se mencionou no primeiro capítulo, é precisamente em termos de tensão que Neves (2003:20) se refere não a esse verbete do seu guia, mas à obra como um todo, a qual, a partir duma descrição de usos escritos cultos documentados de português do Brasil, não tem como se furtar, nem o pretende, a “marcar melhor a tensão entre o uso e a norma prescritiva, tensão que é fundamental que o falante sinta, mesmo que isso lhe custe maior trabalho do que simplesmente obedecer as regras sem refletir”.

De fato, só ultrapassam as intervenções sobre “presidenta” dois outros elementos, ambos relacionados à concordância – “havia feito” e “gritava” –, o qual aponta para o conflito que subjaz à sua avaliação. Em concreto, “presidenta” é objeto de intervenção por parte de 19,31% de quem participou pesquisa, frente aos 31,81% que atuam sobre “havia feito” e os 47,72%, sobre “gritava”. Como acontece no caso de profissionais da tradução, segundo foi estudado no capítulo anterior, há núcleos que organizam a argumentação sobre “presidenta” de estudantes do ofício que participaram nesta pesquisa, para além de que seja favorável à correção do uso do vocábulo ou não. Assim, costumam se fazer presentes nos dados coletados por meio do instrumento 5:

²⁴⁶ Observe-se ainda a forma selecionada, em cada caso, como lema do verbete: “presidenta” (por Cegalla 2008) e “presidente” (por Neves 2003), ainda que a existência do verbete, no caso da última obra, só se justifique pela menção da atribuição do vocábulo a mulheres. Repare-se ainda na referência nos exemplos de ambos, como em TRAD-PRT, a países de língua espanhola para ilustrar o uso de “presidenta”.

a) Explicações que, embora com maior ou menor validade dentro da disciplina, são construídas sobre o argumento de autoridade das descrições linguísticas (normalmente gramaticais, relativas à flexão de gênero) ou, com bastante menos frequência, de instrumentos de gramatização (dicionário, no caso). Articulam-se, por meio delas, defesas tanto do caráter correto como incorreto de “presidenta”.

b) Alusões ao uso como critério de validação da correção desse vocábulo (por Dilma Rousseff, pela “mídia”, pelos “falantes”, pelo “povo”, por “nós”), associadas a afirmações sobre a consciência da mudança linguística. Contudo, o estado de trânsito no que tange à avaliação linguística de “presidenta” é ressaltado amiúde, bem pela sua consideração como uma fase concluída, bem pelo reconhecimento de que pode estar em andamento.

c) Referências ao estranhamento, tanto por quem é a favor quanto por quem é contra o uso do vocábulo em questão, que o descreve, neste caso, como “estranho” ou “feio”.

Pouco há de original no anterior. No entanto, nos discursos das alunas e alunos de tradução que participaram da pesquisa, embora mais pobres do ponto de vista argumentativo do que os acompanhados em TRAD-PRT, há pegadas de discursos outros, essas sim dignas de menção. Trata-se de ecos da tensão na avaliação sociolinguística citada por Neves (2003:20), que se concretizam em contradições aparentes como: “Diria que está errada de acordo com a norma culta, padrão. E na questão linguística, seria aceita, e acredito que não seja errada”; “Está certo e errado ao mesmo tempo”, “Seria uma variante, por isso, na minha concepção, não julgo certo nem errado”. Portanto, três estudantes de Letras/Tradução Espanhol, que não contam com outro curso, completo ou incompleto, e cuja higiene verbal sobre “presidenta” é representada pelas intervenções anteriores, aceitaram como válidas as ocorrências de “presidenta”, do momento em que não fizeram qualquer intervenção sobre elas. Entretanto, as suas avaliações sobre essa forma são articuladas por volta duma indefinição entre certo e errado que parece ser resultante do contato com discursos em defesa da variação linguística. Trata-se da suspensão da avaliação – pela negação da possibilidade de avaliar – emanada da necessidade de reconhecer variantes linguísticas como existentes e não passíveis de serem submetidas a um critério de correção. Não se trata de mero desconhecimento, como acontece com quem na pesquisa declara não ter opinião formada ao respeito, mas dum impasse derivado

precisamente dum saber acerca das tensões que subjazem ao conflito entre o uno e o múltiplo, inerente, na verdade, a todas as línguas vivas, mas especialmente tenso nalguns contextos.

Como na primeira das afirmações anteriores – “Diria que está errada de acordo com a norma culta, padrão. E na questão linguística, seria aceita, e acredito que não seja errada” –, outras há em que se recorre igualmente à dicotomia Gramática/Linguística, ressignificada como prescrição/descrição. É isso que ocorre, por exemplo, no caso de estudantes de Tradução Espanhol, agora que cursam ou já cursaram estudos noutras áreas, quer seja incompletos ou completos. No primeiro caso, uma aluna escreve: “Com certeza, é uma forma não-gramatical, mas acredito ser possível que seja aceita”. No segundo, outra diz: “Nem certo nem errado. Soa horróroso, mas linguistas e gramáticos dizem estar correto. Eu uso o que me agrada, então eu só usaria ‘presidenta’ como xingamento”.

Escasseiam, embora existam, participantes que assumem interpretações ideologizadas, não formuladas taxonomicamente em termos de Gramática/Linguística, como base para a avaliação linguística da forma “presidenta”. O desvio da curva é constituído por um aluno do curso de Tradução Espanhol, de 64 anos de idade, tradutor brasileiro juramentado de italiano, que diz sobre o vocábulo: “Foi um neologismo criado propositalmente, politicamente. Os opositores apresentaram a gramática como uma arma de combate (‘presidente é o/a que preside’); mas afirmar a condição feminina violando as velhas regras gramaticais e vícios de linguagem machistas é válido”. Indicativo da heterogeneidade do corpo discente, esse tradutor voltará a ser citado na seção de conclusões acerca dum conflito relativo à tradução juramentada de documentos em português.

Prossegue a análise dos itens tabulados no instrumento 5 com o seguinte elemento de maior saliência para participantes na pesquisa: “assembleia”. São consideradas intervenções no vocábulo aquelas ocasiões em que são operadas modificações nalguma das suas três ocorrências no texto constante no instrumento 5. As intervenções incidem sobre o acento retirado após o Acordo Ortográfico de 1990.

Tabela 45: Quantidade de intervenções por área/curso sobre o Acordo Ortográfico de 1990

	Só TRAD/ESP	TRAD/ESP e curso incompleto	TRAD/ESP e curso Completo	Outros cursos de Letras	Outros cursos não de Letras	TOTAL
Total de partic.	34	16	15	13	10	88
Média de idade	18,47	26,31	33,36	23,23	26,6	25,59
“assembleia”	3 (8,82%)	2 (12,5%)	1 (6,66%)	0 (0%)	2 (20%)	8 (9,59%)

A saliência do vocábulo em questão chama a atenção pela quase total ausência de intervenções semelhantes sobre “consequente”, que também ocorre no texto, sem trema desde o Acordo de 1990, mas que só foi alvo de modificações semelhantes às exercidas sobre “assembleia” numa ocasião, e através da inserção de acento circunflexo, não do trema. Acerca do Acordo versa uma das perguntas do instrumento 5, que diz: “Você já ouviu falar do Acordo Ortográfico da língua portuguesa? Você o adota? Por quê?”

De que há problematidade no tocante à adoção do Acordo Ortográfico entre profissionais da tradução, os debates em TRAD-PRT dão testemunho. Porém, se a intensidade das polêmicas em que se envolvem listeiras e listeiros representa com frequência a firmeza das posições que defendem, os depoimentos de estudantes de tradução estão em grande medida permeados pela insegurança e as suas ações, pela inconseqüência ou pelo desconhecimento.

Raras são as vezes em que esse coletivo se posiciona num lugar de fala donde assuma exercer o seu poder de decisão. Unicamente três participantes na pesquisa dizem não ter opinião formada a respeito da adoção do Acordo. O resto está dividido entre quem o usa, uma imensa maioria, e quem não o usa e é contrário a ele (9). Não há, contudo, coincidência entre quem intervém sobre “assembleia” (e “consequente”) e quem discorda da adoção do Acordo; nem sequer o faz quem tem uma opinião mais enfaticamente contra, por considerá-lo “uma ideia equivocada”. De fato, em contraposição ao resto do coletivo, somente um estudante, dentre oito que entrevistaram sobre “assembleia”, diz não adotar o Acordo. Esse mesmo aluno, quando perguntado se o usa no instrumento 5, responde que: “Ainda não. aguardo o início da vigência obrigatória”. Vale ressaltar que se trata dum aluno de mais de 50 anos de idade, formado em Direito.

Essa divergência retrata o tom que marca uma boa parcela dos depoimentos de quem participou da pesquisa: “ainda não” usam o Acordo Ortográfico, não o usam sempre ou corretamente porque afirmam não ter aprendido as regras completamente. Só 17 estudantes constroem um discurso favorável ao Acordo (falando em “escrita comum” ou em “evolução” do português), não de submissão a uma vontade externa ou a uma necessidade amiúde associada à correção (pois devem seguir a norma padrão) e, surpreendentemente, à adequação. Assim, é habitual a afirmação por participantes na pesquisa de que recorrem ao Acordo “às vezes”, “parcialmente”, “sempre que possível” ou “quando necessário”, pois “depende da ocasião”. A sua utilização corresponde, segundo esses alunos e alunas, a contextos “formais”, como em “provas, textos, redações, resenhas”, porque “é necessário para a melhor compreensão e entendimento da língua portuguesa”.

Parecem coincidir nesse ponto, portanto, os discursos de profissionais e estudantes da prática tradutória, ambos os coletivos obedientes aos desígnios da clientela, independentemente de que ela seja quem encomendou a tradução, no primeiro caso, ou bem o professorado, no segundo.

Para encerrar os comentários acerca do instrumento 4 desta pesquisa, devem-se citar outros três fenômenos cujos resultados foram objeto de tabulação: a contração “numa”, o uso do verbo “possuir” no lugar de “ter” e a presença do adjetivo possessivo sem artigo.

Nesses três casos, os resultados obtidos após a tabulação das respostas do coletivo participante são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 46: Quantidade de intervenções por área/curso sobre outros assuntos selecionados

	Só TRAD/ESP	TRAD/ESP e curso incompleto	TRAD/ESP e curso Completo	Outros cursos de Letras	Outros cursos não de Letras	TOTAL
Total de partic.	34	16	15	13	10	88
Média de idade	18,47	26,31	33,36	23,23	26,6	25,59
“numa”	1 (2,94%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1,13%)
“possuem”	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
“de seu papel”	2 (5,88%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (2,27%)

No que tange à contração “numa”, conforme referido na seção 3.3.5. deste trabalho, ainda não havendo qualquer restrição, Neves (2000) e Bagno (2011) confirmam a tendência brasileira a uma estigmatização das contrações em processo de difusão no Brasil. Entretanto, apenas numa ocasião (isto é, 1,13% do total de participantes) se interveio nesse ponto, o que indica a escassa saliência do fenômeno para o grupo.

O verbo “possuir” como mecanismo de elevação do registro é considerado hipercorreção por Bagno (2011:956-9). Esse uso pode estar relacionado com a evitação do verbo “ter” com sentido de existência, presente no português europeu do século XVI (Bagno 2011:625), geral no vernáculo brasileiro contemporâneo (Perini 2010:79-80), mas esse sim passível de ser avaliado negativamente. Consoante Neves (2003:744), “[s]egundo as lições da gramática tradicional, o verbo **ter** não deve ser usado no sentido do verbo ‘haver’ (existencial). Entretanto, a construção é usual especialmente na linguagem menos formal”. Acrescentado pela que escreve ao texto original, adaptado por motivos metodológicos, não foi avaliado negativamente por nenhum membro do grupo de informantes. Nesta ocasião, a sua saliência resultou, portanto, nula.

Finalmente, no que concerne ao uso do adjetivo possessivo não precedido de artigo em “de seu papel”, cabe mencionar que, dos três fenômenos agora em questão, esse é o que recebeu maior atenção, embora somente em duas ocasiões (ou seja, por 2,27% do coletivo que fez parte da pesquisa). A sua problematidade também foi constatada em relação a profissionais da tradução que participam de TRAD-PRT, como foi citado na seção 3.3.5. deste trabalho. Lembra-se aqui, no mesmo sentido, que, ainda especialistas em Gramática – como Neves (2000:475) e Bechara (2009:189) – afirmando ser facultativo o uso do artigo nesses contextos, a problematização duma questão como essa, aparentemente pacífica do ponto de vista da norma padrão, pode ser causadora de tensões avaliativas na norma culta.

Todos os exemplos acima comentados, os quais representam aqueles casos em que houve intenção da pesquisadora em avaliar a saliência sociolinguística de certos fenômenos problematizados em diversas instâncias do ponto de vista da norma do português do Brasil atual, traçam maioritariamente um panorama do “feito”. O “dito”, isto é, as concepções explícitas sobre “norma linguística” e “preconceito linguístico” do grupo de estudantes de tradução participantes da pesquisa, será comentado em

maior medida à continuação. Versam sobre ambas as questões as perguntas 2 e 9 do instrumento 5.

Preconceito linguístico é, como se sabe, um termo difundido no Brasil por Bagno (1999), através do qual esse linguista retrata aqueles que entende ser os oito mitos que o sustentam no Brasil: a surpreendente unidade do português falado no país, só em Portugal se fala bem essa língua, português é muito difícil, as pessoas sem instrução falam tudo errado, no Brasil é no Maranhão onde melhor se fala português, fala-se como se escreve, é preciso saber gramática para escrever bem e a norma culta serve à ascensão social. Apenas a simples enumeração dos assuntos que toca deixa transparecer o fato de a língua escrita e o próprio conceito de língua serem essenciais na análise de Bagno (1999). Também é fundamental nela a articulação dos mitos do preconceito linguístico como elementos causadores de insegurança linguística de “Nós”, brasileiros, pois está conformado por uma “série de afirmações que já fazem parte da imagem negativa que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui” (Bagno 1999:13). Uma primeira versão da mitologia do preconceito linguístico foi apresentada pelo autor no volume *A língua de Eulália* (Bagno 1998:160), citado pelas participantes no grupo focal apresentado na seção 4.5.1. deste trabalho²⁴⁷. Nele, Bagno (1998) retrata, num cenário romanceado, o encontro de três moças urbanas com o mundo rural, para refletir sobre certas formas do preconceito linguístico no Brasil através do seu estranhamento com as falas locais, representadas por Eulália (antropônimo que, etimologicamente, significa “que fala bem”).

O foco em Bagno (1998), na trama construída, consiste na discussão de marcas da oralidade do Outro a partir da tese de que entre o português padrão e o não padrão há uma relação de diferença, não de inferioridade (Bagno 1998:30-1, 161). O exame do assunto é feito pelas quatro personagens que, quase exclusivamente, têm direito à fala na novela: as três visitantes, professoras do ensino primário e, especialmente, a tia duma delas, Emília²⁴⁸, professora universitária de Linguística, já aposentada.

²⁴⁷ Como referido na seção 4.5.1., essa obra faz parte das leituras obrigatórias que estudantes do curso de Letras/Tradução Espanhol da Universidade de Brasília realizam na matéria *Introdução à Linguística*, obrigatória e correspondente ao primeiro semestre do fluxo.

²⁴⁸ Já mencionada no capítulo um, o nome da personagem da obra em questão deriva – consoante Bagno (1999:43) – do da boneca de pano falante, e faladora, de Monteiro Lobato, nascida em *A Menina do Narizinho Arrebitado* (1920). Voz transgressora e destemida, livre dos limites humanos, não duvida em subverter a ordem do mundo adulto, que questiona com curiosidade a modo de alter ego do autor, ou dos autores neste caso.

Da própria natureza das personagens deduz-se que o ponto de vista adotado na apresentação do preconceito linguístico realizada em Bagno (1998) está atrelada ao contraste do “Nós” (falantes cultas urbanas, com curso superior) em oposição, fundamentalmente, a “Ela”, Eulália (representante do mundo rural e alfabetizada aos 40 anos de idade). Só de forma colateral são abordadas problematizações que afetam a fala do Nós urbano culto, as quais, entretanto, também aparecem no texto, normalmente como exemplificações de fenômenos de evolução linguística parelhos a soluções não padrão. É o que ocorre, por exemplo, quando são comentados “brasileirismos” já presentes em Camões, como a locução verbal “estar” mais gerúndio, ou a preposição “em” indicando direção (Bagno 1998:121-2).

É essa predominantemente, e não a de Bagno (1999), a visão de preconceito linguístico a que recorrem informantes desta pesquisa, exceto num único caso, em que o participante afirma: “Preconceito linguístico é uma balela que inventaram para que nós deixássemos de fazer bom uso da língua portuguesa. Eu entrei nessa durante o curso de Letras e desaprendi tudo que tinha estudado na escola”. Trata-se dum egresso do curso de Letras Português de 30 anos de idade, o qual põe de relevo, com o seu discurso herético (pelo menos, nos ambientes acadêmicos de Letras, como se deduz das suas palavras), a distância, que parece conceber como insalvável, entre o saber científico e o consensual. Interessa especialmente, em função disso, observar a maneira como as representações sociais construídas pela comunidade vêm oferecer uma releitura, no coletivo pesquisado, de noções de difícil harmonização com o senso comum, como o preconceito linguístico.

No discurso de participantes na pesquisa, é pacífico que ser preconceituoso resulta inaceitável. No entanto, como em Bagno (1998) e com a exceção da crítica acima reproduzida, o preconceito linguístico é representado como tido por Nós (num plural retórico, que esconde o Eu no contexto social) ou Eles e Elas contra outras pessoas, e nunca do Eu/Nós em relação a si. Isto é, quem participou da pesquisa assume explicitamente, no máximo, fazer parte do coletivo – do Nós – passível de ter preconceitos contra o Outro, mas nunca de padecê-los. Não se consideram, então, nem alvo do preconceito linguístico por parte doutrem, nem admitem a possibilidade de poderem ser alvo do próprio preconceito linguístico, destoando nitidamente da afirmação de Bagno (1999:75-6), consoante o qual: “o tipo mais trágico de

preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma”.

Há heterogeneidade no coletivo de informantes na conceptualização que fazem sobre o preconceito linguístico, ao entendê-lo: em 44 casos, como o dirigido contra usos “errados” ou distintos da norma culta ou padrão – com menção direta à variação geoletal; frente a outros 25, em que parecem entendê-lo como aquele que se refere a usos linguísticos diferentes dos usados por quem é agente do preconceito. Nesse caso, o parâmetro de correção é constituído pelo sujeito, que é concebido como padrão de medição a partir do qual determinar as divergências doutras formas linguísticas sujeitas a discriminação.

Confirma o fato de que se trata de dois olhares diferentes a existência de escassos exemplos, como os dois seguintes, em que informantes da pesquisa mostram consciência da dupla abordagem de que é suscetível a ideia de preconceito linguístico: “É o preconceito motivado pela forma como certos falantes duma língua a utilizam. Muitas vezes por não seguirem a norma padrão; outras pelo simples fato de falarem de forma ‘diferente’”; ou “É o preconceito que as pessoas em geral têm duma forma de falar diferente da sua (no caso de sotaques) ou do que rege a norma ‘cultura’, por exemplo, quando alguém fala uma palavra ‘errada’”.

Os depoimentos acima ilustram outra das características predominantes nas representações sobre preconceito linguístico do coletivo estudado: trata-se dum fenômeno ligado à oralidade, não raro relacionando-a a “sotaques” e “regionalismos”. Apenas 12 participantes aludem para a língua escrita de maneira explícita.

Em termos gerais, portanto, não se trata dum elemento que venha a problematizar, menos ainda subverter a norma padrão, pois fica restrito à avaliação de marcas da oralidade que são atribuídas ao Outro, não a quem escreve, que se exime do conflito por não se ver nem como a sua causa – visto que “ter preconceito é errado” – nem o alvo da discriminação.

Nada há aqui das implicações do discurso de Bagno (2011), latentes em Bagno (1999:98²⁴⁹), sobre o que seja o português do Brasil e os contornos da sua norma

²⁴⁹ Em 1999, Bagno diz: “Na verdade, falamos latim, um latim que sofreu tantas transformações que deixou de ser *latim* e passou a ser *português*. Da mesma forma, o português do Brasil – queiram os gramáticos ou não – também está se transformando, e um dia, daqui a alguns séculos, será uma língua diferente da falada em Portugal – *mais* diferente do que já é...”. Doze anos mais tarde, em 2011, o

padrão. A ausência de cruzamentos entre o preconceito linguístico e a ideia de norma pode estar associada às concepções prescritivas que, ao seu respeito, predominam entre o coletivo de informantes. De fato, só 11 recorrem a um conceito de norma linguística que implique uma abordagem descritiva, onde tenha cabida a variedade possível que configura qualquer língua viva. Já 61 participantes apresentam um olhar prescritivo sobre a questão, ao entender norma linguística, com frequência denominada “padrão”, como uma ideia ligada predominantemente a “regras” que determinam quais os usos linguísticos “certos”.

Escasseiam os membros do grupo informante que percebem a ambiguidade do termo em questão. É o que acontece, por exemplo, com o mesmo estudante antes mencionado, formado em Letras, o qual afirma: “Estou desatualizado. Porém, acredito que norma linguística pode ser muita coisa. Ela pode estar relacionada com a gramática, seja ela normativa ou não. A comunicação entre integrantes de uma comunidade pode constituir uma norma linguística”. Ambas as acepções do termo também podem estar presentes no depoimento doutro informante, este formado em Ciências Militares, que diz: “Norma linguística é um padrão diferente do que prevê a gramática, mas que é de uso comum a uma coletividade”. Nessa definição está presente a já referida dicotomia brasileira que contrapõe Gramática/Linguística, com a leitura de prescrição/descrição, a qual se fará presente com mais força noutros depoimentos, como no seguinte: “Ao meu ver não sei explicar norma linguística, pois pra mim a linguística não disponibiliza de uma norma”.

Com essa frase, um estudante de 22 anos, acabado de ingressar na universidade, demonstra a sua desorientação no tocante a uma expressão, norma linguística, que lhe parece uma *contradictio in terminis*: como pode haver uma “norma linguística” se a Linguística rejeita a prescrição? A intensidade com que a contraposição Gramática/Linguística organiza as representações deste participante é nítida, mas os ecos dessa organização do campo da Linguística também se ouvem nas vozes de mais informantes, quando se defrontam com o dilema de se posicionar entre discursos em conflito. O vencedor, contudo, é o da prescrição, em que pese a imensa maioria dos alunos e alunas já terem cursado ou estarem cursando a matéria *Introdução à*

mesmo autor dá início à sua *Gramática pedagógica do português brasileiro* afirmando que “pretende examinar e descrever o funcionamento de uma língua específica, o português brasileiro contemporâneo. Esse exame-descrição, no entanto, não é exaustivo, pois o mais importante nesse projeto é destacar as especificidades da nossa língua, as que tornam ela diferente das outras línguas de seu grupo [o português (...)] e também das demais línguas da família românica”.

Linguística, obrigatória no primeiro semestre do curso de Letras/Tradução Espanhol, em que essas questões, como se viu, são abordadas. Apenas duas formandas, como também outro par de estudantes – um homem e uma mulher – que já tinham outro curso superior completo (pelo qual já tinham tratado dos conteúdos no passado), declaram não se lembrar dos assuntos abordados. Já ninguém dentre dez estudantes de cursos que não são da área de Letras, mas que também participaram da pesquisa, dizem tê-la cursado.

Portanto, com a exceção do último grupo, o conjunto de estudantes teve a oportunidade de refletir explicitamente sobre questões de norma e preconceito linguísticos no ambiente acadêmico. No entanto, lembrando de novo as participantes no grupo focal da seção 4.5.1., o impacto sobre a forma como essas questões são representadas – individual, social e praticamente – pode requerer algo que já apontavam as informantes em 4.5.1. e que confirmam aqui mais estudantes: o assunto pode não ter sido tratado tanto quanto se deveria ao longo do curso, de modo a facilitar uma maior reelaboração da problemática que implica.

Para encerrar esta seção, resta comentar as respostas a três dos questionamentos presentes no instrumento 5, relativos ao papel de profissionais da tradução em relação à língua portuguesa, ao uso de palavras de baixo calão em textos traduzidos e do uso de formas de interação com profissionais da área em ambientes virtuais.

Em relação ao primeiro item, “a responsabilidade dos tradutores pelo futuro da língua portuguesa”, cabe esclarecer o paralelo entre a pergunta e o questionário usado como referência por Benedetti e Sobral (2003), que organizaram o volume *Conversas com tradutores*. Sobre os resultados tabulados, vale destacar que 16 participantes disseram não saber ou não responderam. Já nove ou declinaram ou ponderaram a responsabilidade de profissionais da tradução para com a língua portuguesa, quer por considerar a questão “romântica” ou “forte demais”, quer por entender que a responsabilidade é, bem da comunidade que fala uma língua, ou bem “de linguistas e estudiosos do português”. No entanto, as respostas da maioria que participou – 63, no caso – foram positivas, mas organizadas em dois blocos: a de quem defende a importância do coletivo de profissionais da tradução na preservação da língua (“guardiões” ou “zeladores” que devem evitar “que a língua se misture” pela entrada de “estrangeirismos”), frente à de quem entende que o papel principal que corresponde a agentes da tradução consiste em “contribuir à evolução da língua”,

especialmente pela inserção de “neologismos”, que, contudo, tem de ser feita “com cautela”. Entre ambos os blocos, algumas vezes combinam as duas abordagens, como a dum informante, que diz: “Usar a língua de acordo com o contexto em que está inserido o texto, buscando aplicar a gramática ou a linguística”. Nas suas palavras se ouvem, novamente, os ecos da discussão sobre norma no Brasil, a partir da alusão das categorias segundo as quais se organiza, denominadas como a dos “gramáticos” e dos “linguistas”.

Estudantes de tradução, contudo, nem sempre se veem afetados por contextos tensos no tocante à avaliação sociolinguística. Como se esperava, a colocação acerca do uso de palavras de baixo calão – que encarnam o tabu por definição nos Estudos Linguísticos – se resolve, por parte de 84 de 88 participantes, com maior ou menor facilidade, por meio do recurso à blindagem fornecida pela prática tradutória. Estudantes de tradução, ao se alienarem em relação à autoria do discurso que produzem, assumem, não poucas vezes contra o que dizem ser a sua vontade, o uso de palavrões em prol do respeito pela “fidelidade” ao texto de partida. Só 4 informantes se recusam a aceitar a presença de palavras de baixo calão, e unicamente em duas ocasiões por não ser “meu estilo”. Sem dúvida, o discurso traduzido não é discurso não traduzido, mas também não é uma mera repetição, aliás impossível, dum texto outro, submetido a uma simples operação de substituição de unidades léxicas e estruturas morfossintáticas. O senso comum sobre a prática tradutória – nem tão distante assim do afazer profissional, por dever das vontades do mercado e de quem encomenda cada tradução – se apresenta aqui com força, inclusive num espaço onde as normas culturais da tradução agem de forma mais intensa. É notória, por exemplo, a tendência à eufemização (suavizando-as ou eliminando-as, conforme as instruções de cada encargo e, inclusive, as preferências de quem traduz) das palavras de baixo calão nas traduções audiovisuais contemporâneas para o português do Brasil (Carvalho 2005:128), ou até nas traduções escritas de meados do século XX (Milton 2002). Nada disso foi, entretanto, considerado nem abordado por participantes da pesquisa.

Finalmente, e também confere com o esperado, apenas 10 de 88 participantes afirmaram conhecer algum espaço de interação virtual de profissionais da tradução. Não é computado nesse número um informante que mencionou o programa de

tradução automática do Google, pelo fato de a sua resposta não guardar relação com o solicitado.

Quem mencionou páginas na Internet em que há realmente intercâmbios entre profissionais da área, a maior parte citou páginas do Facebook, como Tradutores & Intérpretes, ou também ProZ, salientando tanto as suas potencialidades positivas (no tocante, fundamentalmente, ao seu caráter colaborativo), quanto os seus problemas (como a repetição de dúvidas semelhantes, ou a relativa lentidão das respostas). Um dos participantes, ainda, já tradutor profissional, lembra que, se umas são “extremamente úteis”, outras são apenas “perda de tempo, panelas, fofoca, intrigas”. Uma afirmação como essa, proveniente dum profissional há décadas no mercado da tradução, é indicativa do quanto há nesse universo relativamente acessível para estudantes de tradução, que podem fazer dessas ferramentas instrumentos de crescimento e inserção profissional, pois elas são hoje essenciais para qualquer membro da área. Trata-se de cenários onde um olhar atento muito tem a lucrar em termos de formação tradutória propriamente dita, como no relativo ao desenvolvimento de habilidades relacionais, básicas para a interlocução de tradutores e tradutoras iniciantes com o coletivo de profissionais atuantes no mercado.

A partir deste ponto, encerra-se esta parte, na qual foi destacado o papel da subjetividade – frente à posição racionalista que nega a emoção – e o desconforto que se encontram imbricados na atitude perante conflitos com o português do Brasil de membros da coletividade da formação em tradução que atuam com dita variedade. Às vezes assumidas enfaticamente, outras relegadas ao silêncio, tabuizadas, evitada a sua abordagem, as tensões por volta do português do Brasil afetam a agentes alvo deste capítulo, causando um incômodo do qual costumam a se livrar.

Assim, sem negar a natureza de mediação cultural da tradução em sentido amplo, este capítulo ressalta questões de natureza sociolinguística ligadas à reflexão sobre as línguas e a sua presença na formação de profissionais dessa prática. Trata-se dum campo objeto dum certo descaso, ao se entender que o conhecimento linguístico faz parte dos elementos implícitos à competência tradutória, sendo um aspecto menor no tocante à sua potencial problematização pelos Estudos da Tradução. Para abordar problemas específicos de norma linguística e as reações que suscitam entre

participantes dum cenário de formação na prática tradutória, ouvem-se vozes de docentes e discentes que se encontram num âmbito concreto do ensino público superior brasileiro. Delas se infere que, além de fenômenos da contemporaneidade, como a linguagem inclusiva de gênero – segundo ilustram as reações perante “presidenta” –, questões derivadas de reflexões intensamente presentes na Sociolinguística brasileira – como a avaliação linguística, em especial de variantes estigmatizadas, e as críticas ao conhecido como preconceito linguístico – fazem parte de fatores de caráter local cuja importância não é sentida como menor por quem participa de contextos como o pesquisado. Há conflito de avaliação (sócio)linguística perante a legitimidade da presença na escrita não apenas de traços descontínuos, como de formas coloquiais perante as quais linguistas da atualidade se comportam de modos diversos. Cria-se assim um ambiente permeado por tensões, onde as divergências não se situam de maneira dicotômica numa contraposição entre as concepções de docentes e discentes, entre vozes autorizadas e em vias de legitimação, mas entre sujeitos que, ainda divergindo nas posições adotadas, convergem na rede de conflitividades que os seus depoimentos e ações conseguem articular.

Lembrado deste modo o caminho realizado neste capítulo, começa logo a seguir a última seção deste trabalho, em que, a modo de considerações finais destinadas a retomar o percurso traçado até aqui, serão retomadas as asserções e subasserções apresentadas na introdução para, num diálogo com os cenários e personagens apresentados ao longo desta tese, refletir sobre implicações sociolinguísticas e didáticas na abordagem do ensino das línguas a profissionais da tradução, especialmente de quem trabalha hoje, como visto até agora, com português do Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES. IMPLICAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS **NA FORMAÇÃO TRADUTÓRIA EM PORTUGUÊS DO BRASIL**

Os amantes da concisão, do modo lacónico, da economia de linguagem, decerto se estarão perguntando porquê, sendo a ideia assim tão simples, foi preciso todo este arrazoado para chegarmos enfim ao ponto crítico. A resposta também é simples, e vamos dá-la utilizando um termo actual, moderníssimo, com o qual gostaríamos de ver compensados os arcaísmos com que, na provável opinião de alguns, temos salpicado de mofo este relato, Por mor do background.

Saramago, J. (2005:66)

A seção que agora se inicia se destina a apresentar os resultados obtidos nesta pesquisa através dum texto pontuado pelas subasserções apresentadas nas considerações metodológicas no começo do trabalho, independentemente da sequência em que elas foram geradas de início. A fim de acompanhar a relação entre o raciocínio e as distintas subasserções enunciadas, elas são inseridas em caixas de texto ao longo das disquisições tecidas à continuação. Logo a seguir, são expostas as conclusões correspondentes a este estudo, incidindo nas repercussões didáticas para contextos como o pesquisado e novas problematizações possíveis em relação à norma linguística ligadas à tradução do português do Brasil.

1.1. RESULTADOS: ASSERÇÕES INICIAIS RETOMADAS

Coletivos de profissionais, estudantes e professorado de tradução estão inseridos em contextos socialmente marcados de formas diversas por representações sociais sobre norma linguística e a prática tradutória. Afinal, a tradução, enquanto geradora de produtos, fornece ao mercado obras avaliadas não apenas por especialistas – como no caso das equipas editoriais ou das agências de tradução – quanto pelo público leigo nessa seara. Deste ponto de vista, as representações sociais (Moscovici 2015) sobre o afazer tradutório e sobre as línguas envolvidas no processo atuam também como normas, ao lado das reflexões académicas sobre ambos os campos, no sentido de fornecerem critérios de avaliação a que se submete quem pratica o ofício.

Enquanto mais ou menos detentores dum conhecimento especializado, os segmentos acima mencionados – profissionais, estudantes e professorado da área – pode-se esperar que não sejam influenciados na mesma medida ou da mesma forma, no seu afazer em relação às línguas e à tradução, pelas representações sociais que

pesam sobre todas elas. Estudantes da prática tradutória no início do seu percurso formativo seriam mais dependentes das representações sociais, pela distância que ainda precisariam percorrer em direção ao saber de profissionais da área. Agentes da tradução atuantes no mercado, por sua vez, padeceriam de forma intensa as contradições derivadas da distância entre as representações sociais sobre as línguas e sobre o afazer tradutório, por um lado, e as concepções derivadas do pensamento sobre eles surgido em instâncias acadêmicas, desde que conhecedores dele. Já o professorado de tradução se encontraria num outro lugar, pois, ao dispor duma legitimidade nem sempre assente na prática profissional, mas num pensar sobre ela, esse grupo faz precisamente da problematização dos saberes acadêmicos e do senso comum, na criação de discursos autorizados, o seu âmbito de atuação.

No caso brasileiro, apesar dessas distinções no que tange à relação com as representações sociais que rodeiam as línguas e a prática tradutória por parte desses diferentes setores, dizeres de todos eles mostram em determinados momentos, em especial quando arguidos sobre essas questões, uma **insegurança** relacionada, além de à própria atividade tradutória, à necessidade da tomada de decisões – e não ao mero conhecimento limitado – acerca de norma linguística sobre o português do Brasil.

Vários são, então, os aspectos que incentivam o sentimento de insegurança no seio dessa comunidade tradutória, até pela heterogeneidade dos segmentos que a compõem. Uma reconhecida tradutora brasileira, Ivone Benedetti – entrevistada na seção 3.2.2.2. desta pesquisa –, descreve os seus primeiros passos na profissão como marcados por uma insegurança que atribui, no seu caso pessoal, além de à sua posição como iniciante, às características laborais da prática²⁵⁰ e à carência de embasamento²⁵¹ teórico para o afazer tradutório, ambas contornadas por um fluxo constante de serviço e pelo seu investimento em formação na atividade. Já Danilo Nogueira – outro reconhecido profissional da tradução, entrevistado em 3.2.2.1. – destaca, nas suas intervenções em TRAD-PRT, uma lista de discussão da área, âmbito

2.1. No discurso de praticantes da tradução profissionais, estudantes e quem forma esse grupo, podem ser encontradas problematizações da norma que apontam para uma insegurança linguística relacionada com a situação de padronização do português do Brasil.

²⁵⁰ Em concreto, Benedetti disse: “comecei assim um pouco amedrontada porque eu pensei ‘à hora que começar a faltar tradução, o que é que eu faço com a minha vida?’, mas nunca faltou”.

²⁵¹ Nesse sentido, recorda-se que Benedetti realizou, de início, um curso de especialização em Tradução na USP, seguido dum mestrado em Língua e Literatura Francesa que viria a ser reconhecido pela mesma instituição como tese de doutorado.

de interação e de pesquisa com um valor ímpar pelo seu pioneirismo, a tensão que subjaz às sucessivas tomadas de decisão²⁵² inerentes à prática tradutória.

Estudantes de tradução, por sua vez, costumam atrelar a sua insegurança à falta de competência linguística na língua estrangeira e à própria natureza da prática tradutória, além de aos conhecimentos e habilidades que requer. Os resultados obtidos em pesquisa apresentada na seção 4.4. apontam para o peso da percepção negativa²⁵³ em relação à escrita naquela que, para o grupo de informantes que participou dela, funciona como língua B, convergente, apesar das inconsistências, com a avaliação negativa da versão²⁵⁴ em comparação à tradução. Na contramão desses resultados, a totalidade de participantes julgou como boa ou muito boa a sua habilidade de redigir em português, não havendo aqui confirmação da percepção duma falta de competência em português que linguistas como Bagno (1999:20) consideram circular intensamente no Brasil. A avaliação desse coletivo contrasta, ainda, com as deficiências que membros do corpo docente, como Magali Pedro²⁵⁵ – entrevistada em 4.3.1. – encontram na formação prévia de estudantes do curso, em especial no tocante às suas competências em língua portuguesa. Vários fatores podem contribuir para explicar essa dissensão: a posição de poder e legitimidade que esse coletivo pode estar se atribuindo em função de serem estudantes de Letras, o contraste percebido pelo próprio grupo de informantes entre as suas competências na língua A e na língua estrangeira, o fato de a coleta de dados ter versado sobre as percepções não acerca das crenças sobre os conhecimentos de português, mas da escrita nessa língua, como também a ausência dum contato consistente do coletivo estudantil com a

²⁵² Lembra-se aqui que, segundo Nogueira (mensagem 157300 de TRAD-PRT), “[t]radução exige decisão e decisão que conte com aprovação unânime é coisa raríssima”, pois, como discurso que é, “[h]á um tanto de subjetividade em toda tradução” (mensagem 191986).

²⁵³ Os resultados levantados pela análise do instrumento 1, aplicado no primeiro semestre de 2010, indicam que quatro participantes consideraram fraca e quatro avaliaram como boa a sua habilidade de escrever em espanhol, sendo descrito, pelo primeiro grupo, como um processo que produz “insegurança” (mediante esse termo explicitamente ou indicando sentir “com certos tipos de dificuldades”, ficar “um pouco assustada” ou considerá-la “um desafio”), enquanto o outro diz ser algo “relativamente fácil e prazeroso”, de que “gosto muito” e em relação ao qual “tenho uma atitude boa”.

²⁵⁴ O instrumento 2, aplicado no mesmo momento, informou como a insegurança marca o sentimento de estudantes em relação à versão, mais ainda quando comparada com a tradução (“Máis fácil e natural que o contrário. Geralmente me sinto tranquilo”, “Meu sentimento é de ter mais segurança porque tô traduzindo para a minha língua materna e que domino melhor”, “Maior segurança que do português para o espanhol”). No entanto, apesar desses depoimentos, apenas três de oito estudantes concederam um conceito mais baixo à sua habilidade de fazer versão do que a de fazer tradução.

²⁵⁵ Nesse sentido, Pedro afirma sobre o corpo docente: “Eles entram num curso de quatro anos com deficiências em língua portuguesa. (...) Chegam com um português do segundo grau, chegam muitas vezes com uma gramática normativa dentro da cabeça e até que ponto? O ponto suficiente para passar no vestibular”.

problematização relativa à norma linguística do português do Brasil, prévio ao seu ingresso na universidade.

A inserção de estudantes como quem aparece acima em espaços de formação em Tradução de nível universitário não se pode considerar comum no Brasil. Frente aos 8798²⁵⁶ cursos de Letras reconhecidos em 2015 pelo Ministério da Educação do país, Costa (2013:217) localiza apenas 28 cursos superiores de Tradução em atuação no território brasileiro em 2013. No entanto, embora escassos, não deixam de ser alguns dos âmbitos de socialização nos quais convivem hoje agentes da prática tradutória, que se combinam na contemporaneidade com outros espaços provenientes do mundo virtual. Um exemplo de *loci* como estes últimos, ainda pouco estudados no caso da tradução do português, é a comunidade do Orkut Tradutores/Intérpretes BR, pesquisada por Fernandes (2009:103), a qual, irônica, retrata as interações que encontra lá – protegidas por São Jerônimo e a equipe de moderação do grupo – como um mecanismo que “parece acalmar a insegurança, pois, aliados às novas tecnologias os sujeitos não se encontram mais sós, pertencem ao grupo dos tradutores - mas não qualquer grupo, um grupo protegido pela ação divina”. Criada em 30/04/2004 e identificada por Fernandes (2009:110) como “a mais antiga e maior comunidade de tradutores e intérpretes brasileiros”, seguiu na verdade a esteira de modelos como TRAD-PRT, uma lista de discussão de tradutores de português fundada²⁵⁷ em 1995 e estudada ao longo do capítulo 3 deste trabalho. Ambas convergem, contudo, na construção dum antes e um depois discursivos, visto que, como afirma a mensagem 6143 (de 11/02/1999), TRAD-PRT “deu a oportunidade a nós – antes solitários e inseguros – de colocarmos toda a cultura inútil que nos encanta a serviço dos outros”. Afinal, a vocação para uma modernidade atomizada e virtual não é de se estranhar num universo profissional onde agentes como Nogueira lembram (já em 12/02/1999, na mensagem 6164): “Nos primeiros 28 anos de carreira, mal conheci uma dúzia de colegas. Nos últimos dois, conheci mais de 300, graças à lista”.

²⁵⁶ A cifra foi obtida em 16/07/2015 no *site* do Cadastro da Educação Superior, em que o Ministério da Educação brasileiro divulga informações sobre as instituições públicas e privadas de ensino superior do país autorizadas a ofertar cursos desse nível: <http://emec.mec.gov.br/>.

²⁵⁷ Na mensagem 6143, postada em 11/02/1999, Renato Beninato, o seu proprietário, afirma que TRAD-PRT tinha nascido três anos antes, com 17 membros à época, “em uma reunião de tradutores da Portuguese Language Division (PLD) da ATA em Orlando”. Já a página de abertura da lista, reproduzida na seção 3.2., cita explicitamente o ano de 1995 como o da fundação de TRAD-PRT.

Entretanto, e apesar do encantamento inicial, não será um universo em harmonia que virá a caracterizar nem as interações em TRAD-PRT, nem em fórmulas sucessoras como Tradutores/Intérpretes BR. A candidez primeva que idealizara a força da (re)união de profissionais frente a um mundo hostil deu passagem, ao longo dos anos, a **confrontos e desavenças** gerados pela heterogeneidade de quem participa delas. Como bem afirmou Bauman (2003:22), a “comunidade realmente existente será diferente da de seus sonhos — mais semelhante a seu contrário: aumentará seus temores e insegurança em vez de diluí-los ou deixá-los de lado”.

Todos esses espaços, como também ambientes de ensino-aprendizagem formal da prática tradutória, ainda que marcados pela diversidade física – uns vivenciados na *web*, em contraposição a outros, associados com trocas face-a-face – e pela natureza dos seus objetivos, são palcos de polêmicas sobre assuntos diversos, dentre os quais os relacionados à norma linguística do português do Brasil. Os distintos ambientes de interação mostram diversas configurações de relações de poder em que se articulam as dimensões micro – ligada à comunidade imediata e aos membros que a compõem, com as suas peculiares idiossincrasias – e macro, cujos conflitos são em maior medida herdados de contradições sociais mais amplas e anteriores às trocas efetivas. Ambas entrecruzando-se de formas diversas, articulam em diversos lugares de encontro, em que pese o seu suporte divergente, momentos de reelaboração de conflitos identitários – como questões de gênero –, amiúde ressignificadas por quem participa das trocas sob formas outras, como tipicamente acontece com o falar sobre as línguas ou “higiene verbal” (Cameron 1995).

Nesse sentido, foi questionado se haveria alguma relação entre as tensões que caracterizam as interações de TRAD-PRT – como se viu, amiúde apelidada TRAD-BARRACO – e fatores de gênero ou de empoderamento, acompanháveis através da análise dos pisos conversacionais segundo os quais se organizam as interações na lista. Afinal, estão sendo tratados aqui problemas intensamente polêmicos, fazendo ainda as próprias questões de gênero – de modos diversos – parte do leque de debates que se configuram por volta dos conflitos de norma linguística.

2.2. Enquanto “profissionais da língua” e apesar da sua heterogeneidade, interna e entre ambas as categorias, a norma linguística é alvo de tensos debates por parte de agentes da tradução de português do Brasil, tanto em formação como profissionais, quando se integram em espaços de interação que se debruçam sobre a prática tradutória.

Sob esse viés, foi estudada na seção 3.2.3., a maior das linhas conversacionais daquelas em que a unidade “norma culta” é mencionada em TRAD-PRT, inclusive por a sua longitude poder estar atrelada à maior problematidade dos assuntos nela abordados. Trata-se da iniciada em 19/09/2005 pela mensagem 161765, composta de 95 postagens e que se prolongou ao longo de cinco dias.

Após análise, constatou-se que, embora a participação em termos de gênero seja equivalente (13 homens e 12 mulheres), os listeiros homens postaram proporcionalmente mais mensagens, maior quantidade de palavras e, ainda, as mensagens mais longas da série estudada. Observando em detalhe, pôde se apreciar que, embora uma listeira tenha coincidido no número máximo de envios com outro participante, homem, ela tinha postado um volume de palavras inferior não apenas a ele, mas aos outros dois participantes, homens, que, depois dela, mais mensagens postaram.

O predomínio da voz masculina na linha analisada não foi confirmado, entretanto, no relativo às atitudes de alinhamento e desalinhamentos de listeiros e listeiros – ou seja, às concordâncias ou discordâncias com a mensagem que responderam –, para as quais se registrou uma divisão de gênero quase idêntica.

Já quando se estudou a distribuição por gênero das intervenções ratificadas (isto é, que receberam resposta), obteve-se um total geral de turnos não ratificados muito superior no caso dos listeiros homens (66,7%) do que mulheres (33,3%). Em contrapartida, tanto o maior número de mensagens quanto o de participantes cujas postagens foram ratificadas mais uma vez corresponderam claramente a listeiros homens. O fator de gênero não funcionou aqui, portanto, dum modo consistente, o qual indicou a necessidade de aprofundamento da análise, levando-se em conta também o fator empoderamento.

Observou-se, nesse sentido, que duas das listeiros atuantes na linha estudada tinham obtido um índice de ratificação somente inferior ao de M1, o listeiro que lhe dera início. As práticas que assumiu F1, a listeira mais ratificada, indicaram a sua relevância em termos de poder na comunidade, como põe de relevo, além do índice de ratificação que receberam as suas intervenções, o seu papel na gestão da estrutura de tópicos da linha em questão. No entanto, não apenas as suas práticas interacionais e antiguidade na lista (ao ter sido a quinta mulher a postar mensagens em TRAD-PRT)

como também a sua formação acadêmica e percurso profissional podem contribuir para explicar a sua adscrição ao grupo de indivíduos empoderados na lista. O fato de o perfil de M1 – no relativo à sua experiência profissional, idade e antiguidade em TRAD-PRT – destoar intensamente do de F1 levantou, então, a dúvida acerca do que teria ocasionado a fortuna do piso inicial de M1, que originou a maior linha de discussão com presença da unidade “norma culta”. A resposta pode estar, precisamente, na relevância do tópico para essa comunidade de prática.

Num espaço como TRAD-PRT, em que política e a religião são assuntos proibidos segundo as normas de Netiqueta da comunidade, os conflitos ideológicos são ressignificados através de questões outras, como as de norma linguística e as atinentes às concepções sobre a prática tradutória. Nesses âmbitos, os campos tabu se fazem presentes como ecos que formulam discursos de matriz ideológico/religiosa por meio de termos cuja origem etimológica denuncia a sua adscrição original.

As pegadas da memória discursiva do **campo religioso** em relação ao português do Brasil e à tradução, presentes hoje nos falares de agentes da prática tradutória, encontram-se ancoradas, já de origem, na empresa evangelizadora pela qual o catolicismo foi introduzido nos primeiros séculos de vida da colônia portuguesa entre as populações nativas e escravizadas, além de no coletivo de colonos. Tendo construído uma relação com os fenômenos linguísticos marcada pela religiosidade – independentemente de qual fosse a língua veicular do projeto –, o sistema colonial português, desde os primórdios da sua instalação, fez da expressão religiosa um “traço marcante da cultura brasileira que se reflete na mentalidade e na conduta religiosa da população”. De fato, “trata-se de característica amplamente reconhecida, dada a visibilidade com que se manifesta” (Andrade 2009:108).

Nesse sentido, ao longo do tempo conhecidas polêmicas brasileiras sobre norma linguística foram recorrentemente enunciadas e interpretadas em termos religiosos. Se o romântico Alencar reclamou de que “os cânones desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV” (Melo 1972:37), as

2.3. Os ecos do campo religioso se fazem presentes no Brasil em relação à língua e à tradução, considerando os seus espaços de poder enquanto normas, pois alusões a estas duas são formuladas não raro naqueles termos por aprendizes e profissionais da tradução.

discussões das polêmicas alencarianas, em épocas posteriores, foram lidas por Pagotto (1998) em termos de interface entre os campos científico e religioso. Para Pagotto (1998:61-2), Melo (1972), através duma leitura saussureana, moldada para se adequar aos seus objetivos argumentativos, tentou “salvar das garras da tentação do inferno a própria pessoa de Alencar”, que “não estaria contaminado por ‘pensamentos impuros’”.

Quando os debates sobre o português do Brasil foram retomados na literatura de inícios do século XX, os ecos religiosos reaparecem claramente em “O colocador de pronomes”, de Monteiro Lobato. Aldrovando Cantagalo, o protagonista, é um “mártir” da gramática mais conservadora: “A língua lusa era-lhe um tabú sagrado que atingira a perfeição com Frei Luís de Sousa, e daí para cá, salvo lucilações esporádicas, vinha chafurdando no ingranzéu barbaresco” (Lobato 2008:117). A norma linguística, associada com o português de Portugal e, em especial, com a colocação pronominal, é identificada com a verdade religiosa, que a converte em intocável, com o qual perante ela qualquer alternativa é tida como heresia.

Porém, fora do universo literário, o discurso religioso também exerce efeitos significativos sobre coletivos diversos, como o tradutório, ao encarnar a exigência de não modificação do discurso que se (re)produz. Não há autonomia, autoria, em relação à voz que se representa, pois apenas se repete, como mera correia de transmissão. Nem sequer há realmente apropriação, dado que até a interpretação do discurso religioso é regulada. “Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia” (Orlandi, 1996:246). Num mundo de indefinições²⁵⁸, de negociação de sentidos, de deslizamento entre as línguas como o da tradução, essa ilusão de congelamento oferece um porto seguro, oposto por definição à realidade – insegura – da prática tradutória. Por esse caminho envereda o recurso a termos de origem religiosa por parte de profissionais da tradução, que se referem ao uso dum “jargão consagrado” ou de “termos ‘consagrados’ (pelo uso e pela história)” (Benedetti e Sobral 2003:36, 74). O fato de as alusões à religião serem mais ou menos naturalizadas é posto de relevo pela presença das aspas na segunda citação, ou até a consciência crítica da ressignificação religiosa. Assim acontece na

²⁵⁸ Nesse sentido, na mensagem 157300 (de 18/07/2005) de TRAD-PRT Nogueira lembra as tomadas de posição que a prática tradutória exige: “[t]radução exige decisão e decisão que conte com aprovação unânime é coisa raríssima”. Já sobre a formação em Tradução, Monteiro afirmou em entrevista analisada na seção 4.3.2.: “As pessoas vêm em busca de certezas. As nossas aulas só oferecem incertezas, possibilidades...”

seguinte crítica explícita dum tradutor profissional, citado no capítulo 3, que diz: “A Fé e os Dogmas cabem melhor dentro de um contexto de religiosidade” (Benedetti e Sobral 2003:81).

De fato, foi constatada em 3.3.5. a frequência com que termos da família léxica de (CON)SAGR- são aplicados à interpretação das práticas tradutórias em TRAD-PRT, especialmente se comparada à sua escassa presença em textos acadêmicos dessa área de conhecimento. Na lista, as ocorrências detectadas oscilam entre atribuir o caráter “consagrado” duma tradução ao critério de correção, seja corroborando-o ou descartando-o, ou ao campo da publicação, que vê como tradução consagrada aquela que foi publicada (Pereira e Stella 2008:154) ou que “alcança um valor único”, como “tradução imortal ou definitiva” (Barbosa 2012:148-9). O sentido dos termos da família léxica de (CON)SAGR- é polemizado sobretudo nos Estudos da Tradução. Já em agentes da tradução profissional que participam de TRAD-PRT, alheios a contextos acadêmicos, é raro o recurso a esses termos de forma pejorativa, seja lá qual for o objeto consagrado.

No entanto, não é apenas no tocante à prática que realizam que o campo religioso atua como referência em discursos de profissionais da tradução no Brasil. Nogueira, como se viu em 3.2.2.1., formula como segue o conflito do coletivo especificamente no tocante às línguas de trabalho: “A luta contra a língua é o nosso pão nosso de cada dia”. Parte dessas tensões provém, segundo Nogueira, na mensagem 206317 de TRAD-PRT (de 23/07/2007), do fato de que: “É importante ter em mente que gramáticas e dicionários não são as Tábuas da Lei”. No mesmo sentido, afirmara em 11/02/2004, na mensagem 114215: “Quanto ao Houaiss, o seu dicionário, como todos os dicionários, reflete meras opiniões e não são a palavra de Deus”.

Já para Benedetti, entrevistada em 3.2.2.2., o caso concreto dos problemas de norma do português do Brasil também se formulam em termos religiosos:

[a] heresia está se tornando ortodoxia. Você pega..., você vai ver um filme legendado, o indivíduo que está lá falando está usando os pronomes de acordo com as normas de sua língua, porque nas outras línguas o problema pronominal não é tão complicado como em português. Brasileiro. Como em português brasileiro. (...) Mas o tradutor traduz, ele usa o pronome sujeito no lugar do objeto. Então, aí ele está fazendo algo... eh... ele está mudando o registro.

Problemas como o uso dos clíticos – “porque nas outras línguas o problema pronominal não é tão complicado como em português. Brasileiro”, diz Benedetti – se resolve reduzindo-o a uma mera questão de registro, o qual não deveria ser alterado, como bem saberiam estudantes de tradução em ambiente universitário, que não correriam o risco de cometer semelhante “heresia” – como Bagno (2011:5) define a sua proposta – pelos seus conhecimentos de Linguística e Tradução.

É também em termos religiosos que é formulada na seção 4.5.1., por uma tradutora em fase final de formação, a inserção num texto literário de marcas da oralidade do português do Brasil, quando afirma: “Para mim isso é um sacrilégio, eterno”. Para ela, conhecedora das argumentações contemporâneas em defesa das formas não padrão, a racionalidade não resultar suficiente em termos de adoção efetiva de formas com as quais se mantém uma relação próxima do tabu:

JANAÍNA: Eu acho uma visão interessante, que eu acho totalmente aceitável, todos os argumentos são totalmente fun, fundamentados, é tudo muito certo para mim, só que, na hora de escrever, eu não consigo! Eu não consigo, simplesmente não consigo. É como se eu começo a escrever, assim, uma coisa mais solta, assim, aí quando eu vou revisando eu vou consertando tudo. Tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo.

Trata-se duma reação parecida com a que o professor Monteiro, em 4.3.2., encontra em alunas e alunos de tradução perante a presença de elementos do campo da oralidade na escrita em português do Brasil:

[O]s alunos ficam paralisados. (...) Eu falo: “Aqui é assim, gente, tem que se traduzir isso, traduzam: ‘Me dá aí o..., me dá o cigarro’” “Ah, professor, não consigo escrever” Tem gente que me diz isso! “Professor, não consigo escrever”. Tem uns que diz assim: “Minha mão não vai, professor!, minha mão não vai!”

Ditas respostas, interpretadas por Monteiro como devidas ao doutrinamento escolar, nem sempre conseguem ser contornadas por meio de ferramentas de reflexão racional como as fornecidas pela Linguística: “Eles entendem, mas eles não incorporam a seu discurso, nem à sua prática tradutória. (...) Porque aquilo é feio, é um tabu”. E esse tabu se aplica tanto a traços descontínuos, quanto a fenômenos vernaculares do português do Brasil, o qual põe de manifesto que se trata duma reação que afeta a formas não padrão no geral. Há, contudo, idiosincrasia entre membros do coletivo da tradução – que oscila entre a recusa terminante a essas marcas e a aceitação embasada numa concepção da prática tradutória que vê os seus produtos como uma repetição pela cuja natureza agentes da prática não se responsabilizam.

Mas a tensão entre o puro o impuro, o ser e o dever ser, que opera na percepção dos âmbitos coloquial/formal e oral/escrito/ como uma dicotomia, não um *continuum*, segue aí, incentivando que se veja o “autêntico”, a variação, o não anônimo, como aquilo que, ao modo do tabu, do obsceno, precisa permanecer separado.

No caso específico do português do Brasil, as representações sociais sobre norma linguística, nos finais do século XX e começos do XXI, tendem a ver-se caracterizadas por elementos que incidem sobre a tensão entre as abordagens descritiva e prescritiva da variação linguística, formulada localmente em termos dum conflito entre dois polos denominados **Linguística** e **Gramática**. Trata-se dum confronto que resulta do aprofundamento nas descrições da realidade linguística do português do Brasil nesse período, acompanhado de análises que denunciam a severa estratificação e proscricção de usos estigmatizados que é operada no seio da sociedade brasileira, as suas repercussões no ensino e as suas projeções nos instrumentos de gramatização do português do Brasil (Faraco e Castro 1999, Narzetti 2009, Kansog, 2014, Farias 2014).

Nesse contexto, como põem de relevo os comentários de estudantes de tradução estudados na seção 4.5.2., as representações sociais atribuídas pelo senso comum à norma linguística remetem predominantemente à segunda das concepções, desconsiderando a primeira, ao ser entendida norma somente como critério de correção, de validação de usos, e não também como retrato das diversas possibilidades de atuação linguística. Deriva deste último sentido a defesa dum avaliação positiva de alternativas linguísticas não cultas e não padrão com base na sua adequação, sob a forma da denúncia do denominado “preconceito linguístico” (Bagno 1999). Nesse caso, as representações sociais que adquire dito termo no senso comum brasileiro – como mostraram estudantes de tradução em 4.5.2. – estão não raro associadas com a operação de atitudes de discriminação em relação a variantes linguísticas diferentes daquelas de quem as avalia, havendo, então, uma alienação no tocante à percepção crítica do estigma sociolinguístico que impregna certas variantes

1.2. A descrição da variedade linguística do português do Brasil veio acompanhada de debates acerca do ser e o dever ser formulados em termos do par dicotômico que contrapõe a Gramática (com que se remete para a delimitação dum norma padrão, não para o sistema morfossintático) e a Linguística (que alude à descrição e defesa da variação linguística e, fundamentalmente, das formas não padrão). Essas controvérsias podem ter sido representadas de formas peculiares no Brasil por coletivos como o de estudantes de Tradução.

do português do Brasil, assunto sobre o qual se evita falar. Na verdade, a discriminação não pode derivar de os usos linguísticos avaliados se distinguirem daqueles de quem faz a sua avaliação, pois, se assim fosse, o fenômeno adquiriria dinâmicas bidirecionais, quer dizer, tanto ocorreria das formas prestigiadas para as estigmatizadas quanto ao contrário. Essa abordagem do preconceito linguístico impediria, igualmente, a percepção negativa dos próprios usos linguísticos por utentes de certas variantes, pois apenas existiria a partir da alteridade. Assim, formulações do preconceito linguístico como essas reduzem as atitudes discriminatórias, de segregação, de separação no espaço do incorreto, do inválido, a um fenômeno de natureza individual, ao entendê-las apenas como derivadas de decisões idiossincráticas mais do que produto em boa parte de dinâmicas sociolinguísticas e culturais sistêmicas, alienando-as de fatores sociais macro, essenciais à sua aparição.

É aí que se percebem os contornos da apropriação como representação social do conceito de “**preconceito linguístico**” por parte de alunos e alunos de Tradução que fazem parte da comunidade pesquisada: não sendo apenas um pensar sobre, em que pese a existência da possibilidade de ser verbalizável quando requerido, ele é imbuído do poder de orientar o fazer. Na prática, esse fazer pode consistir na recusa, em distintos graus, à utilização de formas não padrão ou de marcas estigmatizadas, ou na justificativa da sua inserção numa tradução negando a responsabilidade por ela de quem a produz – que se concebe como mero agente de reprodução das intenções de quem criou o texto de partida. As divergências provêm do fato de as representações sociais serem conformadas por um prisma em cujos lados se assentam, respectivamente, percepções individuais, sociais e direcionadoras da ação. E, dentre elas, o componente individual é ativado de forma diversa perante os dilemas encontrados em relação à norma linguística.

Isso é o que mostram as abordagens contraditórias sobre a norma linguística do português do Brasil por parte das três tradutoras participantes no grupo focal

**3.1. No Brasil, a atribuição
duma natureza preconceituosa
à higiene verbal –
independentemente de esse
caráter ser de fato adequado –
vem na contramão da sua
realização por estudantes de
tradução em contextos de
ensino formal. De fato, o
tratamento de questões
problemáticas do ponto de vista
da norma linguística parece ser
evitado em contextos de
formação tradutória, exceto
naqueles em que não há
alternativa à sua abordagem e
onde tendem a ficar
encapsuladas.**

comentado neste trabalho, na seção 4.5.1. Matriculadas no mesmo curso superior, após quatro anos de estudo, decorridos sempre numa atividade o mais próxima possível, as posições adotadas por cada uma divergem intensamente no tocante à norma linguística: a de mais idade das três não só a reconhece como óbvia e a acata, como a sacraliza; outra, que também é a que a maneja com menor habilidade, não reconhece a sua validade pela sua incapacidade de representar o autêntico, pois “ninguém fala assim”; a terceira reclama da falta de uma elasticidade suficiente para atender essa autenticidade, mas reconhece que a sua posição de poder só pode ser desconsiderada em contextos fictícios (inautênticos?) como os acadêmicos, em tanto que alienados dos conflitos de poder que operam na sociedade, pois dedicados prioritariamente a tentar ocupar espaços dentro do seu próprio campo.

Socialmente, a competência linguística opera a partir dum apagamento da imposição inicial, a uma norma de correção (seja lá qual for) que passa a funcionar como normal e, portanto, introjetada para agir de modo inconsciente. Por isso os dois sentidos de norma linguística se implicam mutuamente enquanto formas do poder simbólico: o modelo naturalizado do dever ser deixa de ser visto como padrão para ser concebido como o ser. As normas somente aparecem com intensidade ao olhar quando ocorre um estranhamento derivado, ou bem da sua infração, ou bem do seu questionamento. A norma linguística, como as outras normas sociais, precisa idealmente moldar comportamentos num processo que passa despercebido à consciência dos sujeitos/agentes. Nesse caso, como poder estruturante, a norma tem que estar estruturada, e da forma mais severa possível, sobretudo porque o valor das formas linguísticas aumenta quando a solução modélica é única, o qual não acontece hoje com total clareza no caso do português do Brasil.

O maior ou menor desconhecimento da norma não implica, certamente, a existência dum conflito normativo, mas sim a possibilidade conflituosa do seu não reconhecimento, pela ocorrência de normas em confronto. Sendo essa a situação quando observados determinados aspectos de instrumentos de gramatização do português do Brasil no século XXI, não basta afirmar que profissionais da tradução precisam ter um elevado nível de competência linguística nas suas línguas de trabalho, fazendo-se necessário explicar em que deve consistir precisamente essa competência.

Embora as subcompetências linguística e extralinguística não sejam uma exclusividade de profissionais da tradução (Albir 1999:45), pois qualquer utente com competência numa língua e com uma ampla cultura geral também as possui, nesse coletivo adquirem uma forma especial: além de precisar ser utentes exemplares das línguas, com uma grande capacidade de compreensão na língua de origem e de reexpressão na língua de chegada, a ponderação dos contextos normativos em que ambas estão inseridas pode ser essencial para tomada de decisões implícita à prática tradutória. Por isso, num momento em que as denúncias de falta de desenvolvimento da subcompetência linguística de estudantes de tradução, como de falantes no geral, parecem proliferar, seja na primeira língua, seja – no caso de agentes da tradução – na B ou na C²⁵⁹, não está demais lembrar com Berenguer (1996:10), falando sobre a situação no Estado espanhol, que:

la enseñanza de lenguas impartida en la mayoría de centros de traducción de nuestro país ha bebido de las fuentes teóricas de la didáctica de lenguas, pero no ha atendido – o, si lo ha hecho, ha sido de forma parcial y sin apenas reflexión teórica– a las necesidades que surgen de la práctica profesional de la traducción.

O comentário anterior resulta válido para o Brasil. Albir (1996:12) lembra também que “*aprender una lengua significa (...) preguntarse por la realidad social y cultural que se ‘esconde’ detrás de las palabras*”. Dentro desse saber muito têm a dizer os estudos sociolinguísticos. Tradicionalmente, as contribuições da Sociolinguística nos Estudos da Tradução têm se centrado na noção de registro, como ilustra Fouces (1999:122-3), o qual apresenta os conceitos de campo, modo e tom como aqueles em que o registro se articula. Deles, o campo “*no queda reducido al ‘tema’, sino que tiene que ver con el propósito de la interacción comunicativa, con aquello a lo que se refiere, con la experiencia que es verbalizada y con lo que se produce mediante el lenguaje*”. O modo remete para o “*medio a través del cual se produce la actividad lingüística*”. Trata-se das diversas dimensões em que oralidade, escrita e monitoramento se entrecruzam. Já o tom ou teor remete para “*[l]os grados de formalidad*”. Lembrando as palavras de Benedetti, bastaria nesse sentido, para elaborar uma boa tradução, detectar e recriar o registro do texto de partida no texto de chegada. Se assim fosse, qual a origem dos dramas vivenciados pelas informantes que participaram no grupo focal analisado neste trabalho? Do momento em que a questão da norma padrão é debatida, e controversa, tanto no discurso quanto na prática, o

²⁵⁹ Veja-se a este respeito, por exemplo, Larrauri Giamporcaro (2008:317, em relação à Venezuela).

capital linguístico se vê ameaçado pela situação de indefinição, e a garantia de lucros suspensa. No caso do português do Brasil, portanto, as variantes dianormativas são essenciais, pois não são simplesmente “variantes contrárias ao que se chama ‘uso correto’” (Silva 2007:286). Quando o seu questionamento ultrapassa o mero desconhecimento para adentrar numa contestação explícita, tratar dita problemática desse modo é, no mínimo, ingênuo.

Certamente, os campos das normas sociais não são estáveis, como não o são as culturas. Pertencem ao mundo do dizível os discursos que pedem a subtração de certos campos à normatividade (como os que questionam o preconceito racial ou de gênero). Porém, noutros campos, como o linguístico, parece que o máximo que se alcança é ver questionada a forma que assume a sua normatividade num momento determinado (Cameron 1995). Reconhece-se que não há línguas melhores ou piores, ou variantes e variedades mais bonitas nem mais feias (Yaguello 1988), mas a correção continua funcionando como modelo de referência: no ocidente, não há saída para a cultura da padronização enquanto representação social (Milroy 2011), difundida nos bancos escolares e justificada pela necessidade e a bondade da unificação da escrita. Mesmo não sendo adquirida, como o vernáculo, é aprendida e introjetada. A inexistência duma norma padrão ameaça o capital associado às formas linguísticas que ela inclui, por exclusão das outras alternativas possíveis, com o qual corre riscos igualmente o capital atribuído ao produto da tradução, também cotado do ponto de vista linguístico, constituindo um novo elemento que vem se somar à tradicional insegurança que paira sobre a prática tradutória.

A expansão desde finais do século XX do processo de descrição do vernáculo brasileiro veio acompanhada de discursos outros, ligados à contestação da situação de padronização e ao próprio conceito de língua, em mais uma fase dum movimento cíclico que pode ser acompanhado em distintos momentos na história das ideias linguísticas no país. Nada há de novo nisso, então, num contexto como o da atualidade brasileira, onde os discursos sobre a língua majoritária, a bem da verdade, vêm sendo submetidos a debates semelhantes de longa data.

Não tem como se negar a percepção da existência de conflitos normativos entre instrumentos de gramatização do português do Brasil publicados no século XXI, que outra coisa não são além do que a constatação de divergências na avaliação linguística

de fenômenos característicos dessa variedade. Sempre há, como é sabido, várias normas atuantes numa mesma comunidade de fala. A questão é analisar se ocorrem discordâncias no relativo a usos linguísticos tidos como modélicos – à sua avaliação, portanto –, ou se a sua validade é contestada na realização das diversas funções que lhes cabem. E, sobretudo, em que termos se dá essa contestação. No Brasil, discute-se até hoje a quem serve a norma linguística: se às elites, pela recusa da sua aproximação à oralidade, com o qual contribui para a manutenção da intensa hierarquização social brasileira, ou **a outro senhor**. Discute-se se o modelo de língua da escola é artificial, não autêntico, “uma língua estrangeira” (Rodrigues 2007:44) por ter o foco na escrita – desconsiderando a oralidade – ou porque a norma tomada como referência, ultrapassada pelo uso (sem qualquer evolucionismo nesse comentário), segue servindo a outro senhor.

1.3. Esses debates se unem a uma teia discursiva onde convergem diversos momentos, no percurso sócio-histórico do português do Brasil, em que a questão da norma linguística foi problematizada em termos da relação com o Outro, o português.

Esses debates, contudo, são vivenciados basicamente em ambientes acadêmicos, pois, como mostram os resultados do *Atlas linguístico do Brasil*, dentre quem participou como informante nas capitais do país, “a grande maioria (92%) acredita falar o português ou língua portuguesa. Outras manifestações minoritárias (o falar brasileiro, o cuiabano, o nativo) eram corrigidas na reformulação da pergunta em favor da crença majoritária” (Aguilera 2008:109). Isso não significa a inexistência de variação linguística nem da sua percepção, como é lógico. Porém, a intensidade com a qual profissionais da tradução convivem com a diferença, com a variação, gera afirmações como a de Nogueira, que aponta: “Nós falamos português; falamos assim, como se diz em inglês, ‘*after a fashion*’, ‘de certo modo’”.

De fato, as discussões sobre norma linguística do português do Brasil são recorrentes entre agentes da prática tradutória desde os inícios da geração de espaços de encontro contemporâneos, como a pioneira TRAD-PRT, cuja página de abertura a descreve como: “A mais antiga lista de tradutores de língua portuguesa da internet - Fundada em 1995”. A perspectiva linguística é definida aqui pela declaração inicial de que quem participa da lista tem “o português como um de seus idiomas”, permitindo “projetos conjuntos entre equipes (ou equipas) d’aquém e d’além-mar”. A abordagem explícita de determinados aspectos, como os conflitos associados às relações entre variedades do português, desponta em momentos específicos com

maior intensidade, em que pese a filosofia que fez nascer TRAD-PR. Nessa linha se menciona na lista, acerca do Acordo Ortográfico de 1990 – um dos pontos álgidos das tensões normativas atuais –, a existência de portuguesas e portugueses que afirmam que “não irão ‘abrasileirar’ o português deles se for para baixar a qualidade da língua de Camões” (mensagem 213643, de 26/11/2007).

Nos espaços de formação em tradução, essa consciência de movimento e de tensão é reelaborada por meio de práticas de ensino-aprendizagem, como faz Pedro ao abordar, duma perspectiva crítica, tanto a questão do Acordo Ortográfico quanto fases anteriores de confronto entre variedades. É o que faz essa professora ao propor em sala uma atividade em que recorre a “[u]m texto de João do Rio da década de 30 em que (...) criticava o fato de ele usar a palavra trem e não comboio, (...) na década de trinta ele estava brigando pelo direito de usar trem em lugar de comboio”. A percepção de conflito entre variedades parece mais intensa ainda em Monteiro, que, além de dizer que “nós escrevemos um português e falamos outro”²⁶⁰, entende essa situação como derivada do fato de ser usada “uma norma que ainda é baseada no português europeu dos autores do século XVII no Brasil do século XXI”.

Pode ser com base em percepções nesse sentido que tradutoras brasileiras dizem, em 4.5.1., “A gente não fala assim”, na hora de descartar determinadas soluções de tradução para a voz duma criança, o que sugere que, do seu ponto de vista, em certas formas não está representada a fala do Nós, mas a dum Outro, diferente de Nós. O fantasma do senhor colonial segue aí, pela sua constituição como o Outro que, explicita Monteiro, faz possível esse discurso. São os discursos outros que possibilitam os novos-velhos discursos, os ecos que ressoam nas falas atuais.

Mattos e Silva (2004b:11) diz haver “alguns, até muito numerosos sem dúvida, que, desligados da realidade da nação brasileira, desejam recuperar o que nunca fomos”. Percebe-se um vácuo, construído como insalvável, entre determinada prescrição e o uso, um questionamento geral sem convergência, entretanto, na avaliação de quais seriam então as soluções linguísticas padrão. Não é apenas o desconhecimento das formas prestigiadas que gera tensões na avaliação, pois num contexto de normas em confronto resulta difícil se sentir pisando em chão firme do momento em que é preciso questionar o que é o “certo”. Contextos pós-coloniais

²⁶⁰ Na mesma linha vai a pergunta duma intérprete brasileira, citada na introdução, que se questiona: “como é que eu traduzo? Como eu escrevo ou como eu falo?”

mantêm uma relação peculiar com a norma linguística, que atribuem ao Outro (Portugal, aqui). Nas discussões sobre o assunto ecoam os discursos decimonônicos de construção da nação frente ao Outro, que precisa ser proscrito:

não reconhecer a língua legítima do Brasil, que é a língua, a gramática adquirida desde a infância pelos brasileiros e internalizada em sua mente/cérebro e, em contrapartida, querer impor as normas de uma língua alheia, com regras gramaticais, no sentido biológico, diferentes da língua do Brasil (Simões 2010:126).

Há de fato diferenças paramétricas entre o vernáculo europeu e o brasileiro, como ilustram as normas ligadas às formas e usos dos clíticos ou certos fenômenos de concordância, mas a concepção do dialeto da escola como língua estrangeira não é exclusividade brasileira. O que sim é particular ao Brasil são os contornos sócio-históricos desse estranhamento, que põem de relevo o fato de a questão pós-colonial da língua portuguesa não ser na atualidade um tema completamente resolvido no país. Integrar a língua portuguesa na construção nacional do Brasil – como aliás também o foi, à época, a própria família real portuguesa – era necessário para as elites locais manterem uma superioridade social inquestionável. No entanto, o apagamento das marcas dessa origem Outra precisava ser realizado, e dele é testemunho a visão negativa do povo português no imaginário coletivo brasileiro. O colonizador português – no masculino, pois era homem – foi descrito no Brasil como o “semeador” desleixado (Holanda 1988:76), que não teve nem as forças nem o interesse, pois “não vale a pena”, em virar o “ladrilhador” espanhol, construtor das cidades hispano-americanas, que, em contraste com improvisação lusitana, mostram a “sua inclinação para subordinar esta vida a normas regulares e abstratas” (Holanda 1988:75). De pouco valeram as releituras de DaMatta (1991), que viu nas dinâmicas coloniais brasileiras uma rigidez em tudo distante do caos lânguido que Holanda (1988) atribuiu à colonização portuguesa. Esse Outro, o povo português, ficará congelado no senso comum brasileiro como o degredado indigno, alvo de tanto desprezo quanto necessário seja para apagar da memória a origem da língua do Brasil, elemento útil para a manutenção da superioridade das elites do país.

No Brasil, o questionamento da língua implica, portanto, ou um questionamento das elites, ou desse Outro, português, que seguiria aí, assombrando a antiga colônia. No caso, por exemplo, do uso dos clíticos na escrita, elemento especialmente sensível do ponto de vista da avaliação linguística, é comprovado que o uso escrito culto brasileiro os inclui em posição enclítica. A rejeição desse uso pela sua diferença com

as práticas do vernáculo brasileiro pode implicar numa crítica das elites, por adotarem um modelo derivado da pressão duma norma ultrapassada e excludente, ou na consideração dessa utilização como ilegítima por ser resultado do influxo do Outro, o colonizador português, de cujo fantasma o Nós brasileiro ainda não teria se livrado, apesar das tentativas de esquecer o *evil twin* (Fishman 2006:90). O gêmeo diabólico não ameaça aqui o irmão mais novo, mas constitui um eco do necessário distanciamento que se pensa ser preciso para ter um Nós em paz, livre dum conflito latente pelo qual no Brasil é culpado o grupo denominado dos “gramáticos”, já que corresponderia a esse coletivo de homens e mulheres a responsabilidade por ter trazido o Outro até Nós. Os “gramáticos” são acusados de detentores do complexo do colonizado, de quinta coluna, aliados do Outro que impede a libertação definitiva do Nós.

De qualquer modo, em nenhum dos dois casos – seja pela recusa da norma padrão por excludente ou por colonizada – é possível afirmar que o uso seja reconhecido como o modelo pacífico, pela sua heterogeneidade, que segue sendo objeto de avaliação. E, ainda, optar por um ou outro argumento para rejeitar um fenômeno linguístico do ponto de vista normativo só muda os termos em que se coloca o conflito, mas não o resolve. Assim, não há escapatória perante a urgência de se responder à pergunta: quem somos Nós? Se Nós somos heterogêneos, qual de Nós é o modelo? Afinal, já diz o adágio: “a rei morto, rei posto”.

Debates sobre língua entre especialistas (o que ela é e o seu modelo ideal) são metabolizados nas representações sociais da comunidade leiga. Assim, a Sociolinguística variacionista brasileira de alguma maneira contribui para suspender transitoriamente a abordagem do problema da avaliação, ao centrar o seu foco na descrição da variação linguística. Limita o seu alvo à apresentação da diversidade e à interpretação avaliativa de utentes de cada variedade, na hipótese de que seria convergente (Labov 2008:287). Há diferenças, no entanto, entre (des)conhecer a sua existência e reconhecer a sua legitimidade: que se conheça dialetologicamente falando, embora imprescindível para a Linguística, não resolve a *questione della lingua*, pois não suspende a avaliação de usos. Descrição não é o mesmo que avaliação ou seleção, não as substitui, apesar de fornecer subsídios para questionar as formas que elas assumem.

A construção do discurso sobre e da própria homogeneidade linguística brasileira remonta no Brasil ao papel da língua geral, o tupi jesuítico, tupinambá disciplinado pelo padre Anchieta como instrumento de catequização, cuja gramática foi publicada em 1595. A língua geral, ao mesmo tempo em que enfraqueceu a **heterogeneidade linguística** originária – a Babel indígena que Anchieta encontrara –, viu negada, pela gramatização, a variação de que o próprio tupi jesuítico seria portador ao se converter em vernáculo local, tanto de indígenas e de colonos da Europa, quanto de africanas e africanos escravizados. Calcula-se que o tráfico regular, iniciado em 1549, tenha levado ao Brasil de três milhões e meio a mais de seis milhões de pessoas (Mattos e Silva 2004a:100), falantes de 200 a 300 línguas distintas, além de com diferenças étnicas e culturais marcantes. Essa foi mais uma heterogeneidade negada pelas políticas da metrópole portuguesa. Como, para evitar a sua organização, Portugal não permitia que africanos e africanas da mesma origem se concentraram nas distintas capitanias, a busca de intercompreensão teria originado um processo de aquisição incompleto, seja da língua geral, seja do português, aprendidos na oralidade e de modo precário, com influência posterior na configuração do português do Brasil.

A necessidade da colônia de garantir a posse das terras conquistadas deu lugar, em 1757, à expedição do *Diretório dos Índios*, o qual, negando o poder simbólico dos jesuítas e da língua geral, inaugura mais uma onda de homogeneização linguística, agora dotando de novos sentidos a língua portuguesa. A instauração pelo *Diretório* da obrigação do uso do português implicou uma maior percepção da distância entre a oralidade e a escrita, tensão antes menor porque, ao ter sido até o momento o latim a Língua (por definição) foco do ensino, “jamais entre os brasileiros fora possível escrever o que e como falavam” (Silva 1996). Todo o percurso sócio-histórico que a colônia percorrerá até o momento precisou defrontar mais intensamente a partir de então as tensões derivadas da *questione della lingua*.

Exceto no caso de Celso Cunha, pouco falaram do *Diretório* a historiografia e os estudos da história da língua portuguesa no Brasil, que a partir do século XVIII não precisará mais “ser imposta” como hegemônica no país (Cunha 1979:73), apagando o mais uma vez a

1.1. Se ainda Cunha e Cintra (1985:15) afirmavam que o português do Brasil era menos heterogêneo que o europeu, em especial desde os 1990 a Linguística brasileira investe em ressaltar a heterogeneidade linguística do país.

memória da heterogeneidade num silêncio necessário para a constituição duma nação “civilizada” por meio da língua do dominador, do Outro. O oitocentos, contudo, não implicará somente a difusão da língua portuguesa entre a população brasileira, mas a sua disciplinação por meio da documentação pública – como as Constituições do Império, de 1824, e da República, de 1892 –, que põe de relevo como, ao longo desse século, a norma do português clássico (mais próxima do vernáculo local) foi substituída no Brasil por um padrão lusitanizante.

Já no século XX, a progressiva descrição e a assunção discursiva da heterogeneidade inerente ao português do Brasil – quer seja nos questionamentos e na subversão do cânone por discursos literários, como no romantismo ou no modernismo, quer pelos avanços dos estudos dialetológicos – trouxeram consigo a necessidade duma reorganização do caos aparente que ambas trazem à tona. Trata-se, diz Lucchesi (2006:86), de “[i]ntegrar na análise da estrutura lingüística, bem como nos processos de mudança que definiram a sua configuração atual, a complexidade da história social do Brasil, a violência de suas diferenças econômicas e a riqueza de seu mosaico étnico”. No Brasil, a relação com a língua portuguesa e a sua concretização em usos e avaliações específicos têm relação com um pensamento nacional marcado pela classificação de categorias hierarquizadas e o posterior esquecimento delas. Nesse sentido, na articulação do português do Brasil por Lucchesi (2004:76) num par dicotômico de normas – denominadas “cultas” e “populares” –, ouve-se o eco da fábula das três raças (DaMatta 2010), que permite conceber uma sociedade altamente dividida como uma unidade integrada, para, finalmente, entendê-la como algo singular. As pressões normativas espelham, então, conflitos outros, tão profundos quanto, que também se projetam sobre a forma como se entende a origem da situação “diglósica” brasileira em relação ao percurso sócio-histórico da língua/povo no país.

O papel do contato de línguas/povos na formação histórica do português do Brasil – em especial, na formação das variedades populares – tem sido abordado pela Linguística consoante três hipóteses: a da crioulização, a da deriva e a da transmissão linguística irregular. Já presentes em Portugal (como defende a deriva) ou não, “a aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados” teria feito que diversos fenômenos “se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares

do português do Brasil” (Lucchesi 2012a:250). A situação teria afetado fundamentalmente “mecanismos gramaticais que não têm valor informacional” (Lucchesi 2012a:250), como as regras redundantes de concordância nominal e verbal.

O processo de construção de interpretações sociolinguísticas sobre as origens das especificidades do português do Brasil se desenvolveu em paralelo e em diálogo, a partir dos anos 1940, com pesquisas geolinguísticas, ambas dialetológicas segundo Cardoso (2010:26). A Geolinguística do português do Brasil deu os primeiros passos, com as palavras do visconde de Pedra Branca (Pinto 1978:5-7), na introdução ao *Atlas Etnográfico do Globo* de Adrien Balbi, datado de 1826, para, passando pelos trabalhos de Amadeu Amaral, Antenor Nascentes e Mário Marroquim, entre 1920 e 1930, enveredar rumo ao início das intervenções do Estado brasileiro na questão, com o Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que atribuiu à Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a missão de elaborar o *Atlas linguístico do Brasil* (hoje conhecido como o ALiB). Precedido por diversos projetos com escopo menor ou características diversas, como o NURC, o ALiB, apenas iniciado enquanto tal em 1996, deixa contudo em aberto o estudo de atitudes linguísticas através da avaliação linguística explícita – isto é, avaliação metalinguística (Valle e Margotti 2012) ou higiene verbal (Cameron 1995) – tocada por ele apenas marginalmente. Tanto o ALiB quanto projetos anteriores, como o NURC, têm vindo a servir de embasamento a propostas de gramatização nos finais do século XX e começos do XXI. Contudo, e muito embora a diversidade linguística precise certamente ser (re)conhecida, isso não resolve, mas agudiza o impasse do ensino e da delimitação do uso “autorizado”, “prestigiado”. De fato, quanto mais (re)conhecida a heterogeneidade, maiores as tensões entre ela e a homogeneidade que os instrumentos de gramatização pretendem construir.

O processo da gramatização brasileira do português do Brasil, enquanto língua da nação, colocado em curso na segunda metade do século XIX (Guimarães 1996:127), construiu um novo lugar enunciativo visando a dar consciência histórica da sua língua ao povo brasileiro (Orlandi 2001:24), pela inauguração duma voz autoral de gramáticas de quem, sendo do Brasil, fala à população pelo dever cívico de informar/dar uma língua ao país. O paradigma inicial das obras elaboradas por gramáticos-linguistas como Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2009, na última edição) – que assumem um lugar de prescrição – será substituído no século XXI por uma

nova fase de gramatização, quando linguistas assumem a tarefa de produzir gramáticas. Abre esse novo momento Neves (2000), seguida por todo um conjunto doutras publicações do gênero (Azeredo 2008, Perini 2010, Castilho 2010, Bagno 2011).

Nessa nova função autoral, há uma disputa dialógica com o discurso da função anterior, sobretudo na perspectiva descritiva e no recorte linguístico alvo da apresentação no texto gramatical. Mas existem também polêmicas internas a essa nova função autoral, acerca da relação entre língua do Brasil e a de Portugal, entre as modalidades falada e escrita, e entre as variedades sociais culta e popular (Farias 2014:110). Trata-se, primeiro, de descrever a língua do Brasil e não dum “português” genérico. Diverge-se, contudo, entre contrastar implicitamente as modalidades faladas em distintos espaços de enunciação do português frente à unidade da escrita, e estabelecer uma distinção que postula a existência duma língua própria brasileira (como no caso de Bagno 2011, em contraposição às demais citadas). No tocante à modalidade de língua que se propõem descrever, se Neves (2000) e Azeredo (2008) privilegiam a língua escrita, Castilho (2010) e Perini (2010) focam na língua falada, enquanto Bagno (2011) prefere combinar o objeto tradicional – a língua escrita – com o novo – a língua falada. Já no relativo à representação da divisão social da língua, ainda se pronunciando pelo respeito à diversidade, selecionam, como na gramática tradicional, uma variedade culta como objeto de descrição, agora identificada com os usos cultos brasileiros. Elas se situam, então, num lugar ambíguo, entre uma perspectiva da língua como norma, modelo a ser seguido, e como uso, heterogêneo e, ainda, sujeito a avaliação. Se, por um lado, confrontam a norma padrão tradicional – a qual, desde finais do século XIX, “já está dada, não se constrói, já é ‘clássica’, já é ‘nosso passado’” (Pagotto 1998:57) –, também repassam em boa parte à sociedade a tensão ligada ao modo de constituição da língua no Brasil, pela sua filiação a Portugal e os seus desdobramentos ideológicos na manutenção do *status* das elites do país. Linguistas há, ainda – como Faraco (2007:83) – explicitamente contrários à regulação dos usos linguísticos, talvez pelo impasse derivado da *questione della lingua*: havendo variantes linguísticas mais ou menos extendidas e prestigiadas, delimitar um modelo implica assumir uma posição política que, por definição, exclui outras. Espaços como a lista de discussão estudada no capítulo 3 deste trabalho são testemunha de elaborações explícitas de identidades linguísticas de brasileiros e brasileiras que no

século XXI, conforme Mattos e Silva (1988:27), “se degladiam em torno do que seja a norma culta, a norma de prestígio, que deve conduzir o português brasileiro”.

Coloca-se que no Brasil são usadas determinadas formas, na oralidade e na escrita. Coloca-se que são corretas para quem as usa, ou para a comunidade “cultura” (que, por sua vez, é definida de determinada maneira). Mas é assim que funciona? Onde reside o critério de correção? Na própria comunidade? Mas em qual comunidade? O critério é único, isto é, todos os membros da comunidade definida como “cultura” coincidem na avaliação? E, quando não é assim, o que é que se faz? Mattos e Silva (2004c:302) diz: “Assim, de acordo com os estudos sociolinguísticos, para a questão da *norma*, ‘poder-se-á defini-la como sistema de realizações sociais e culturais avaliadas positivamente por uma comunidade’”. Mas e essa mesóclise? Mera citação do discurso do Outro, já que entre aspas?

Certamente, as questões relacionadas aos clíticos fazem parte dos problemas de norma mais tradicionais do português do Brasil, já que se integram, consoante Faraco e Castro (1999:2), entre “alguns tópicos de gramática (principalmente aqueles mais relacionados aos cuidados básicos que se deve ter na produção de um texto escrito, tais como, concordância verbal e nominal, colocação pronominal, por exemplo)”. Para estudantes de tradução que participaram de pesquisa na seção 4.5.2., a marcação da concordância constitui, de fato, o elemento mais saliente, do ponto de vista normativo. Já a mesóclise serviu em 4.5.1.²⁶¹ como metáfora para representar as posições normativas mais conservadoras, usada por três tradutoras brasileiras na fase final do seu curso de graduação. Outros fenômenos, por sua vez, também relacionados ao uso dos clíticos receberam, em 4.5.2., menor atenção do que a destinada, respectivamente, a “presidenta” ou ao Acordo Ortográfico de 1990, que retratam conflitos contemporâneos – como os ligados à linguagem inclusiva de gênero – e prolongações atuais de tensões normativas reiteradamente vivenciadas no português durante o século passado – como as relacionadas à norma ortográfica.

Trata-se do impasse entre teoria e prática, das representações sociais: da maneira como as ideias são acolhidas pela comunidade leiga. Como diz o adágio, “na

²⁶¹ Naquele contexto, uma das tradutoras disse, associando a mesóclise com um problema de registro: “Eu lembro de... que era bem gritante assim, que a minha forma de traduzir, as meninas falavam que era muito elitizada, que todo o meu era quase um... ‘comê-lo-ei’, (RISOS), aí o das meninas era mais de boa assim. A Carol queria baixar o registro”.

prática, a teoria é outra”, e não o é só por inércia, por reprodução de modelos ultrapassados, “sacramentados” pelo peso da tradição, que os congela num *status* irreal e desconectado da contemporaneidade. As línguas não só variam quanto mudam; as normas também mudam, mas elas existem. Não há identidade sem avaliação, que só existe em relação a uma norma.

Pode se mudar a norma, o padrão de referência, mas não suspender o ato avaliativo, inerente à identidade, pois definidor do que “autêntico”. Pela associação entre as normas linguísticas com outras normas sociais – como as do preconceito racial –, substitui-se o ideal de acatamento da norma pelo ideal de avaliação equitativa; isto é, pela não avaliação. Por isso “preconceito linguístico” é descrito como uma avaliação negativa daquilo que é diferente dos usos adotados por quem avalia.

Perante o risco de cair em atitudes discriminatórias, opta-se por não avaliar, ou melhor por esconder a avaliação – num fingimento, uma máscara que esconde a essência do fazer língua.

Como levar ao ensino uma situação problema? Questionar é ensinar, perguntar mais do que responder, mas no final algo precisa ser resolvido, nem que seja conjunturalmente: o texto precisa ser escrito, a tradução entregue, a prova corrigida, a nota dada. E fazer língua, ou até fala, é um ato tanto individual quanto social, sujeito a avaliação. Deslocar a resposta ao problema da norma linguística para o gênero textual não resolve a questão, como ilustraram as participantes do grupo focal discutido na seção 4.5.1. Se assim fosse, não teriam vivenciado um conflito normativo. O problema é claro – fala ou oralidade fingida dum personagem infantil num texto literário – mas a solução não, por isso as tensões. Para profissionais da tradução como Benedetti, trata-se de puro diletantismo; já para Nogueira a norma linguística é um problema que se apresenta em qualquer gênero textual, por estar ligado não só ao registro adequado, mas à situação de padronização. Para o professorado de tradução resta lidar com o conflito.

3.2. Como discurso racional e prática não necessariamente coincidem, pode existir um fazer contrário ao dito, no tocante ao uso linguístico, por parte de agentes da tradução, como de qualquer falante. Em contextos de ensino-aprendizagem, cabe ao professorado criar espaços de verbalização dessas contradições, único mecanismo para que sejam reelaboradas por aprendizes da tradução, e tratadas no sentido que, enquanto agentes, decidirem.

Se a norma só serve à manutenção da hierarquia social, se todas e quaisquer formas são moralmente legítimas – desde que não produto do Outro, da submissão (pós-)colonial –, o dilema deixa de ser onde começa o Nós e termina o Outro, para se recolocar na definição de quem é esse Nós. Numa fugida para a frente, para evitar a necessidade de definir o Nós, centra-se a avaliação moralmente válida naquela que afasta o Outro de Nós, pois este não pode ser delimitado, definido, recortado sem eliminar uma parte dele. Quem é o “autêntico” Nós entre os vários que o compõem? Conforme lembra Benedetti, o Outro é uno, o Nós é múltiplo. É a leitura local, e atual, por membros do coletivo coletivo tradutório brasileiro, da *questione della lingua*.

1.2. CONCLUSÕES: REPERCUSSÕES DIDÁTICAS E NOVOS CAMINHOS POSSÍVEIS

A pesquisa que nesta seção se encerra traçou um percurso – articulado ao longo de dois movimentos, de imersão e análise bibliográfica, seguido por mais dois de mergulho etnográfico – derivado duma ida até diversos cenários de disputas sobre a norma linguística, em que se confrontam agentes da prática tradutória do português do Brasil. Acompanhando os passos de praticantes da tradução estratificados nas camadas profissional, docente e estudantil, os olhares dirigidos às suas práticas e aos seus discursos permitiram mapear os contornos que no século XXI assumem os conflitos sobre o assunto em foco no seio da comunidade tradutória brasileira.

Para tanto, foram observados de perto contextos que ainda não tinham sido merecedores de reflexões aprofundadas, sob a luz de contribuições da Sociolinguística. Nesse sentido, foram trazidos à baila conceitos como o das comunidades de prática (Eckert 2000, Eckert e McConnell-Ginet 2010, Lave e Wenger 1991, Wenger 1998, 2006), enquanto locus de articulação de identidades e ideologias linguísticas – com foco em ambientes de interação virtual – e o da higiene verbal (Cameron 1995), ao qual se dirige um olhar transversal que percorre âmbitos e dizeres diversos, mas ligados por um fio condutor: o da tradução e o do português do Brasil.

Se a tradução é um espaço de desconforto por natureza, de tomada de decisões e de questionamentos, a formação nessa prática carrega consigo o ônus derivado da

necessidade de lidar com problemas diversos, dentre os quais os provenientes do campo linguístico. A forma como as controvérsias são metabolizadas em distintos contextos – quando expressas sob a forma de higiene verbal – avança facilmente sobre espaços considerados inadequados – ou sentidos como proibidos – segundo as perspectivas normativas que regulam cada um deles, por causa da intensa imbricação das questões linguísticas com outros campos que as pessoas costumam efetuar quando arguídas sobre elas.

Assim, como explorado no texto, o banimento da política na lista de discussão estudada – TRAD-PRT – é, ele próprio, uma proibição intensamente política, agindo como uma demarcação do dizível não apenas impossível por incoerente, pois em tudo há ideologia, como também por confusão nos seus limites: onde termina a língua e começa a ideologia? Existe esse limite? Nos ambientes acadêmicos pesquisados, por sua vez, ainda sendo eles espaços de cientificidade – alienados, então, a priori, do peso da assunção acrítica, ou apolítica, de formas de pensamento acientíficas, como a religiosa –, a presença de percepções ligadas a esse campo, e explicitamente formuladas como tais, mostra a consistência do peso dos ecos do discurso religioso na conformação metafórica do dizer noutros campos, como o linguístico. Trata-se dum jogo entre o permitido e o silenciado, que passa pela repressão ou a contenção de elementos não racionais, cuja presença no pensamento científico é vista como ilegítima desde o racionalismo da modernidade.

Ultrapassando o dilema acerca das concepções das funções da religião entre o olhar de Durkheim, que a entende como “em favor do ‘corpo social’”, e a abordagem weberiana, que a reduz à “legitimação das formas de dominação”, Bourdieu (2007:32-3) ressalta o processo como atua o pensamento religioso ao apontar que, mesmo não havendo um condicionamento completo entre as estruturas de poder e as mentais – como a língua ou a religião –, estas contribuem para que a ação daquelas se dê de maneira despercebida. Não se trata, então, de reduzir as relações entre estruturas como língua, religião e poder a um automatismo reducionista, mas de constatar a existência de entrecruzamentos nos dizeres que sujeitos reais efetuam entre esses campos, por encontrar neles lógicas que concebem como de certa forma paralelas. O caráter coral dessas comparações, se por um lado surpreende, em especial quando provenientes de indivíduos e âmbitos declaradamente laicos, não pode deixar de ser notado. Opera-se aí um apagamento confuso, pois ao mesmo tempo em que os

questionamentos acerca dos usos linguísticos permitem a elaboração simbólica de determinados conflitos sociais (Cameron 1995:11), até em espaços em que a expressão religiosa literal é proibida a língua é que permite a ressignificação de confrontos ideológicos, não raro formulados em termos de origem religiosa.

Pela observação dos cenários pesquisados, ficou manifesta a relevância das questões de norma linguística na configuração das tensões encontradas, numa problematidade ligada não apenas ao pensamento da contemporaneidade (como no relativo a questões de gênero ou alterações ortográficas), mas também no tocante às propostas atuais e à relação de brasileiros e brasileiras com o padrão do português no século XXI. A norma linguística do português do Brasil é fonte de problemas – que só se resolvem conjunturalmente nas diversas modalidades da atividade linguageira, não anulando a existência do problema enquanto tal.

Em contextos de ensino-aprendizagem em tradução, o tratamento tradicional das tensões derivadas da variação linguística e da situação de padronização recorre de maneira predominante à racionalidade e à cientificidade, representadas pela descrição do ponto de vista gramatical de fenômenos linguísticos, acentuando a sua economia e o paralelo com outras línguas. A acidez das reações de falantes de português do Brasil perante eles mostra como, embora de conhecimento imprescindível para profissionais de Letras, ditas explicações não eliminam o conflito, assente em bases escassamente motivadas por um pensamento racional. Nega-se e desautoriza-se desse modo o componente emocional, cuja intensidade está embasada no percurso sócio-histórico da cultura brasileira, como no caso de qualquer outra, onde as ideologias linguísticas convivem com as demais concepções de mundo. A proscricção do emocional em defesa, imprescindível, dos direitos linguísticos envereda rumo a um beco sem saída, visto que a razão não resolve, não apaga as tensões, só as faz calar, até o momento em que elas, por algum motivo, podem ou devem ser abordadas de maneira explícita. Na formação em tradução, a avaliação linguística gera tensões derivadas da sua não formulação em termos objetivos/neutros/científicos, sob a forma de preconceitos e de tabus. Há conflitos de normas: estudantes têm concepções e ações que divergem, professores e professoras divergem de estudantes, como também entre si, ou dalguns e algumas delas, profissionais da tradução entram em conflito por problemas de norma reiteradamente... No caso brasileiro, os componentes emocionais convergem com a religiosidade, até nos termos em que se expressam, inclusive por parte de pessoas não

religiosas, porque em tudo lembram a lógica da religião: alienada da racionalidade, a sua força define normas sentidas como com uma intensidade ímpar.

Portanto, embora a racionalidade seja imprescindível, não resulta suficiente. O conflito tem que ser emocionalmente elaborado por quem o padece, pois a problemática sociolinguística do português do Brasil no campo da formação tradutória incide, na passagem do declarativo ao procedimental, num âmbito ligado de forma intensa à subjetividade de participantes no processo didático. O fato de reconhecer formalmente o papel da afetividade em relação à competência e ao uso das línguas, e de abordar de maneira explícita questões dessa índole implica afirmar a necessidade de (re)elaborar problemas sociolinguísticos por parte de agentes e em espaços concretos, como no seio do processo didático, onde o ensino-aprendizagem é pensado e observado em situação, *in loco*. Na perspectiva didática, é fundamental o reconhecimento da relevância no processo de ensino-aprendizagem de quem dele participa (docentes e discentes), não como agentes secundários, subsidiários, mas essenciais, num tripê cujo terceiro suporte é o saber, alvo de tratamento através da recontextualização, da mediação didática, que pretende “estabelecer as condições ideais à ativação do processo de aprendizagem (...) na busca das condições ótimas de transformação das relações que o aprendiz mantém com o saber” (Libâneo 2009:17-8).

Dentro do campo didático, nesta tese foi observado quem aprende o quê com a facilitação de quem, quais as problemáticas que são observadas num contexto situado, ligadas tanto a sujeitos/agentes concretos, quanto a saberes abordados nesse meio específico. Neste caso, o processo de ensino-aprendizagem estudado não passa por uma mera transmissão de conteúdos, não apenas pelo fato de essa postura atentar contra um processo formativo concebido de maneira crítica, mas porque na essência do contexto – e do saber em questão – se encontra a sua problematicidade. Em ambientes de formação em tradução como o aqui estudado, não se trata de ensinar norma linguística, canonizada e intocável, mas de colocar elementos para discutir as propostas contemporâneas existentes, a fim de que cada tradutora ou tradutor disponha de competências para tomar as decisões que considere cabíveis em relação aos contextos tradutórios específicos com os quais se defronte no seu labor profissional.

Num mundo como o atual, em que o conhecimento científico deixa de ser visto como reprodução exata da realidade, como a sua imagem no espelho – à moda da modernidade –, para entender-se como uma possibilidade de representação da realidade dentre as várias existentes, num momento em que a homogeneização global convive com a heterogeneização das subjetividades – pelo reconhecimento da presença do Outro e do papel da diferença na sua construção –, a inserção de agentes de qualquer âmbito no seu contexto profissional pode implicar com facilidade a necessidade de lidar, cada vez em maior medida, com situações problema. Na verdade, o objetivo geral da Didática – o que fazer, especificamente, num contexto formativo determinado – só faz sentido pleno se combinado com a reflexão acerca do para que/por que ensinar. Reconhecendo não haver possibilidade de ensino neutro, como também inexisterem a pesquisa ou a tradução neutras, a única posição ética é aquela que implica o reconhecimento da diversidade, frente a visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar, relacionadas à lógica da modernidade, que “prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um ‘problema’ a resolver” (Candau 2011:241). No entanto, a sua resolução didática, enquanto autêntico problema, implica a sua abordagem permanente, não a sua negação.

Assim, para discutir as repercussões específicas de problemas de norma do português do Brasil em processos concretos de ensino-aprendizagem como os aqui abordados, deve se partir duma análise descritiva da realidade didática específica em que se inserem, de modo a, retratados os cenários micro e macro, refletir sobre caminhos a ser seguidos para dar tratamento suficiente às questões colocadas.

Por um lado, no nível do curso, o contexto descrito parece sugerir a necessidade de discussão dos procedimentos de inserção curricular dos aspectos sociolinguísticos. Coloca-se, então, o dilema de qual o foro e as possíveis modalidades de tratamento de conflitos sociolinguísticos da natureza dos aqui descritos do ponto de vista curricular: o seu encapsulamento numa disciplina, a abordagem de maneira transversal ao currículo, ou ambas as perspectivas de forma combinada.

De modo semelhante a debates acerca do tratamento didático de contradições de gênero e étnico-raciais, as características da inserção das questões sociolinguísticas no currículo da formação em tradução do português do Brasil precisam ser debatidas. No

caso da problemática de natureza étnico-racial, a abordagem transversal, até certo ponto aceita no ensino médio brasileiro, foi criticada no tocante à sua aplicação na educação de nível superior. Isto se deveu ao fato de se entender que, nesse contexto específico, a não obrigatoriedade da abordagem explícita desse tipo de problemas num âmbito concreto, localizado de forma definida nalgum local do currículo, provavelmente reduziria as propostas de tratamento da problemática étnico-racial a uma mera declaração retórica de boa vontade, sem garantia de repercussões concretas em termos didáticos. Já a criação dum componente curricular destinado a tal fim – sob a modalidade dum disciplina com foco nessas questões – forçaria a sua abordagem direta, além de construir um lócus percebido como tal por parte do coletivo estudantil.

Pelos cenários retratados no capítulo 4, percebe-se haver uma desconjunção na formação em tradução no ambiente universitário pesquisado, ou pelo menos nas percepções de quem dela participa: os problemas de caráter sociolinguístico relacionados ao português do Brasil são abordados de maneira direta numa disciplina, *Introdução à Linguística*, mas o tratamento dado a eles não é sentido como suficiente. Tudo aponta para uma falta empoderamento da disciplina: dita matéria aparece no primeiro semestre do curso – percebido por estudantes como introdutório e de menor importância – e os assuntos tratados são abordados sem vínculos intensos com a Tradução. De fato, quando foi solicitado ao corpo discente – conforme apresentado na seção 4.5.2. – uma reflexão sobre os conteúdos e a importância da matéria em questão na sua formação, os comentários tenderam a destacar a apresentação dum panorama geral da história da Linguística e não as discussões sobre a problemática sociolinguística brasileira, raramente mencionada. Contudo, o desenvolvimento da disciplina foi muito elogiado pelas três participantes no grupo focal estudado em 4.5.1., que também declararam que problemas sociolinguísticos – como os discutidos neste trabalho e aos quais elas precisaram dar tratamento com motivo da realização do seu Projeto Final de Curso – não foram discutidos posteriormente, durante a sua formação.

A inserção de mais uma matéria no currículo, com foco nas questões sociolinguísticas especificamente em relação à formação em tradução, resolveria o apagamento desses problemas? Ou a percepção dessas estudantes em concreto está mais ligada ao fato de não ter havido um momento – com o destaque suficiente que mereceria a sua relevância, do ponto de vista das alunas em questão – em que a

problemática de norma tenha sido retomada? Ou, ainda, será que a própria problematização da norma – sem “soluções” automáticas e unívocas – é que influencia na percepção de esses assuntos não terem sido (re)elaborados durante o curso?

Do mesmo modo em que a própria existência de *Introdução a Linguística* põe de manifesto, depoimentos de membros do corpo docente entrevistados em 4.3., que afirmam que esses assuntos são sim discutidos nas aulas, vão de encontro aos depoimentos das alunas do grupo focal, embora o seu teor geral coincida com a sua posição no relativo à tendência ao encapsulamento de problemas de norma linguística na disciplina de tradução de textos literários. Entretanto, ainda que mais intensos nesse contexto, problemas desse tipo afetam a qualquer texto escrito em português do Brasil, como mostra o fato de não ter sido dessa natureza a notícia usada para a coleta de dados no instrumento 4 da seção 4.5.2., reproduzido a seguir no anexo 9. Por isso, reflete-se a seguir sobre possibilidades de tratamento didático em sala de aula da problemática em questão, sugerindo recorrer a técnicas como os *hypomnemata* e à entrada em contacto com espaços de interação virtual de profissionais da tradução, enquanto vias que podem contribuir para a elaboração das posições do corpo discente sobre o assunto.

Dentro dos questionamentos sobre o ensino de línguas para a tradução, Canuto (1996:288), em relação ao Estado espanhol, diz ter repensado o labor nessa seara, da forma como vinha sendo realizado por ela, em função da “*comprensión de qué es la lengua y cómo funciona*” e da necessidade de “*profundizar en lo que significa ser un usuario de la lengua*”. O procedimento adoptado para atingir o objetivo seria:

llevar a cabo un trabajo de investigación me parece una actividad de enorme utilidad. Los temas pueden ser muy variados: adquisición y desarrollo de la lengua; el uso de la lengua en periódicos, revistas, cómics; análisis de variantes diatópicas, diastráticas y diafásicas; etc. No se pretende en absoluto que los estudiantes realicen un estudio filológico de estas cuestiones. Los docentes e investigadores que procedemos del campo filológico siempre hemos tenido presente que los intereses de los alumnos de Traducción son diferentes a los de un futuro filólogo. No obstante, la posibilidad de reflexionar por escrito sobre fenómenos que están viviendo a diario en sus clases como estudiantes de lenguas puede resultar verdaderamente apropiada. (Canuto 1996:287-8)

De fato, a abordagem sugerida parece ressaltar o viés racionalista que, ainda que válido, pode não ser suficiente para tratar problemáticas de caráter mais subjetivo, ao ficar num plano complementar que precisa ser ampliado com perspectivas doutra

ordem. Nesse sentido enveredam as propostas de Foucault, um dos filósofos que no século XX abordaram a articulação entre subjetividade, poder e verdade, tendo se destacado no seu olhar da questão pelo viés histórico. Foucault perguntou-se quais os efeitos das verdades culturalmente atribuídas sobre a relação que o sujeito estabelece consigo mesmo. Tal interrogante parte do fato de que em qualquer cultura há enunciações sobre o sujeito que, independentemente dos seus valores de verdade, funcionam, são admitidas e circulam como se fossem verdadeiras (Candiotto 2008).

Para Foucault, o fio condutor da articulação entre subjetividade e verdade é o *cura sui* latino, traduzido para o português como cuidado de si. Trata-se da atitude do sujeito consigo, com os outros e com o mundo; sugere ao sujeito a realização de ações para consigo a fim de tentar modificar-se a si mesmo. Nesse aspecto, os conhecimentos úteis ao ser humano são aqueles que têm caráter etopoético, já que são capazes de produzir o *ethos* – o lar, um abrigo permanente, o lugar onde o humano se reconhece como pessoa – e de modificar a maneira de ser de alguém.

A permanente terapêutica converte-se em tarefa fundamental do cuidado de si, de modo a constituir-se o sujeito em médico de si próprio. Para ele se dar, a conversão do olhar é uma exigência fundamental que difere da introspecção do sujeito, visto que implica mais uma realização de atos de proteção e de defesa, e de tomada de atitudes de respeito pelo eu, do que da vigilância íntima. No campo pedagógico, Larrosa (1994) distingue cinco dimensões em torno das quais se organizam os dispositivos que produzem e medeiam a “experiência de si”: a ótica, a discursiva, a jurídica, a narrativa e a prática.

a) *O desdobramento do sujeito (dimensão ótica ou ver-se)*: para conseguir algum conhecimento de si mesmo, um autoconhecimento, o sujeito precisa uma exteriorização e objetivação da própria imagem.

b) *A dicotomia entre o interior e exterior (dimensão discursiva ou expressar-se)*: a linguagem apresenta num meio exterior o que já estava visível no interior. Nesta dimensão discursiva é estabelecido aquilo que a pessoa pode e deve dizer acerca si mesma.

c) *A cisão entre o presente e o rastro do passado (dimensão narrativa ou narrar-se)*: a narrativa abrange processos relacionados com a ativação da memória, pois, ao se narrar, a pessoa diz o que manteve daquilo que viu em si mesma.

d) *A lógica jurídica do dever (dimensão jurídica ou julgar-se)*: moralmente, a construção e intervenção da experiência de si nos remetem ao juízo determinado pela lei, à norma e aos estilos.

e) *A crítica das práticas (dimensão prática ou praticar-se)*: consciente da lei, da norma e do valor, o sujeito tem que fazer algo consigo mesmo, buscar o domínio do sujeito por si mesmo.

Estas cinco dimensões podem ser trabalhadas em discentes de tradução mediante práticas da escrita de si, um possível caminho para a elaboração de crenças e subjetividade. A escrita de si é um mecanismo para o desdobramento do sujeito pela linguagem, por meio do qual se ativam as dimensões do presente e do passado a fim de que, conscientemente, o sujeito se construa a si mesmo. Não se trata, como foi dito acima, da vigilância do sujeito sobre si herdada do cristianismo, dum policiamento sempre vigilante do eu que pretenda achar nela ou nele próprio, à maneira da psicanálise, alguma verdade escondida, recalcada. Trata-se de formas de escrita como os *hypomnemata*, que Foucault resgata da Antiguidade grega, como diários de vida que pretendem que a pessoa se construa não através duma narrativa confessional e salvadora, mas de anotações sobre o fazer. Estas narrativas de si adentram em territórios existenciais, em representações construídas e aprendizagens elaboradas a partir da experiência como estudante. Como lembra Uyeno (2006:3):

Os *hypomnemata*, no sentido técnico, constituíam os livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais, anotações de qualquer natureza, enfim, realizadas por comerciantes, destinadas ao seu controle contábil. O procedimento da anotação de citações, fragmentos de obras lidas ou de passagens ouvidas, exemplos de ações testemunhadas, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que lhe vierem à mente para compor o livro de vida, guia de conduta parece ter-se constituído a transposição desse hábito técnico para os cidadãos comuns.

Na Grécia antiga, os *hypomnemata* se converteram num elemento capaz de contribuir para que houvesse uma transformação do sujeito pelo exercício de escrita, ao fazer que, após ler e ouvir o discurso doutrem, o sujeito o (re)escrevesse à sua maneira, com liberdade. Resgatados por Foucault, o uso dos *hypomnemata* foi sugerido como subsídio para a escrita acadêmica (Uyeno 2006) e, explicitamente, como instrumento para o desenvolvimento profissional do professorado (Moura 2008). Indiretamente, o recurso a eles foi mencionado também como mecanismo para a construção da subjetividade na formação universitária (Oliveira 2010). Não foi

sugerida ainda, contudo, a elaboração de *hypomnemata* por parte de estudantes de tradução como uma das atividades para disciplinas de práticas de tradução, para disciplinas teóricas sobre os Estudos da Tradução ou para qualquer outro espaço curricular. Neste contexto, os *hypomnemata* podem constituir um mecanismo válido para a construção dum saber prático profissional, mediado pela observação, reflexão e registro, adequado, portanto, não apenas para o professorado reflexivo, mas para a formação de estudantes de tradução também com competência reflexiva.

Como foi dito acima, a pesquisa desenvolvida nesta tese ilustra também a potencial relevância de espaços de interação virtual de agentes da prática tradutória, dentro da construção de profissionais da tradução com competências para lidar com situações problema, tanto por parte de estudantes quanto de docentes da área. Conforme foi visto na seção 4.5.2. desta tese, somente 10 de 88 discentes de tradução que participaram de pesquisa sobre a saliência dum conjunto de elementos linguísticos mostraram ter conhecimentos sobre esse tipo de *loci* de encontro, em relação aos quais muitos elementos e abordagens estão ainda à espera de discussão.

Para viabilizar esse tipo de pesquisas, e a inserção das interações virtuais como elemento didático para a formação em tradução, fugindo ao deslumbramento inicial que produziu a emergência dos espaços de trocas via Internet, é preciso assumir uma criticidade que permita fazer dessas ferramentas de encontro algo além duma mera roupagem nova para velhos clichês, repetidos sem qualquer atitude reflexiva. Aprender num e dum universo desse tipo não significa necessariamente reproduzir de maneira mimética a voz doutrem, pois aprendizagem social não tem um sentido único, o da aprendizagem vicária, por repetição, mas pode constituir um ponto de partida para tentar ultrapassar, ou ao menos reduzir o tradicional contraste formação/atuação profissional.

Observar de perto o mundo virtual de profissionais da tradução, personalidades que agora interagem no ciberespaço e que até pouco tempo atrás pouco se encontravam, pode permitir a reflexão sobre as formas que assumem as relações interpessoais, sobre a natureza dos conflitos e sobre as configurações de poder e a criação de identidades que membros do coletivo articulam nesses *loci*. Estudantes que saíram de contextos acadêmicos, ou que neles ainda se encontram, podem vir a se relacionar desse modo com um afazer tradutório coletivo, colaborativo, com maior facilidade do que quem não passou por essa experiência de ensino-aprendizagem – em

especial se nesse sentido for dirigido o processo de formação em tradução. O contato de alunas e alunos com relacionamentos que estabelecem profissionais da tradução via Internet pode fornecer subsídios a um pensamento reflexivo, crítico, sobre a atividade tradutória, pela observação dos contornos que apresentam as identidades profissionais criadas nesse espaço, as relações de poder e os processos de empoderamento lá estabelecidos (sob formas como as acompanhadas na seção 3.2.3., na análise duma linha conversacional de TRAD-PRT).

Ultrapassado um olhar ingênuo, de simples idealização do encontro, a inserção de estudantes em espaços de interação virtual de tradutoras e tradutores em atuação pode enveredar, então, em direção a uma atuação comprometida com a geração duma identidade profissional tradutória e a defesa de interesses da categoria. Nesses âmbitos, pode se acompanhar o relato da constituição de comunidades profissionais, a sua ascensão e queda, os conflitos que lhes são inerentes, os assuntos que se consideram relevantes e as abordagens que merecem. Também pode se observar, como foi visto nesta tese, a reelaboração de confrontos sobre temas como os ligados à língua portuguesa, cuja historicização os insere em discursos recorrentes, alguns de emergência mais datada – pois atrelada a estímulos imediatos –, mas também provenientes de âmbitos alargados, ilustrando as linhas concretas que caracterizam a tensão contemporânea com o português do Brasil da comunidade tradutória.

Os ambientes virtuais constituem ainda um *cópus*, ou um somatório de *corpora*, múltiplas fontes suscetíveis de ser alvo de pesquisas sobre diversos viéses, dentre os quais as formas como múltiplas ideias são representadas – tradução, autoria, agentes da tradução, formação em tradução... – ou como é gerido o contraste de olhares e o encontro de divergências entre diferentes visões de mundo e concepções sobre temas diversos que conformam o escopo de cada ambiente. De fato, campos correlatos aos aqui estudados podem ser alvo de pesquisas posteriores, nos entrelugares da norma do português do Brasil. Delas, duas serão destacadas a seguir: os conflitos sociolinguísticos vivenciados internamente ao curso, como o derivado da presença de intercambistas de origem africana provenientes de países de língua oficial portuguesa (PALOP, em diante) e de problemas, também dessa ordem, no campo da tradução juramentada, no tocante a pedidos de tradução de documentos oficiais provenientes dos PALOP.

No primeiro caso, associado à problemática sociolinguística vivenciada a intercambistas dos PALOP no Brasil, a percepção da relevância do contexto surgiu a partir da participação numa banca de Projeto Final em Letras/Tradução Inglês da Universidade de Brasília, no segundo semestre de 2011. Nesse momento, o trabalho entregue para a defesa – uma tradução para o português dum trecho dum *best-seller* e a correspondente discussão – apresentava, como característica linguística mais destacável, uma redação marcada pela alternância, aparentemente aleatória, de variantes gramaticais e léxicas do português europeu e do Brasil. Quando colocada à aluna a possibilidade de repensar a proposta tradutória na variedade de português usada em Cabo Verde, donde ela provinha, a orientadora do Projeto interveio afirmando essa possibilidade não existir por causa de “o curso” em que a estudante estava se formando trabalhar com o português do Brasil.

A posição em questão denuncia o não reconhecimento do *status* de “língua legítima” (Bourdieu 2008) à variedade da aluna, ação escondida por trás da atribuição formal da decisão de privação do direito à palavra a uma entidade difusa (“o curso”). Trata-se, no fim das contas, de reclamar a proteção dos direitos linguísticos (Couto 2007) de coletivos de imigrantes, filhas e filhos do trânsito, estudados no Brasil predominantemente em relação a comunidades maiores em número (em especial, a italiana e a alemã), e não ainda no tocante a este coletivo.

É, sem dúvida, um lugar comum qualificar como imigração forçada aquela que trouxe milhões de africanas e africanos ao Brasil durante o longo período de escravidão. Já a denominação que hoje se dá ao deslocamento de pessoas dessa origem até o Brasil na procura de formação de nível superior pode resultar mais polêmica. Será apenas “provocada” (Pedro 2000) e temporária²⁶², ou ainda “forçada”, a imigração dos homens e mulheres traduzidas (*a la* Rushdie) que dela participam, enquanto coagida por alguma forma de violência, como a situação econômica ou política dos seus países de origem? E, já no caso dos PALOP, constituirão esses movimentos migratórios em direção ao Brasil um exemplo das ondas contemporâneas de integração cultural, regadas com muita retórica de irmandade entre países e com o recurso (consciente?) à língua portuguesa, ainda, como metáfora dos “vínculos de sangue” e duma identificação/identidade comum? Ou será essa tão citada cooperação Sul-Sul apenas uma reprodução de dinâmicas (neo)coloniais, agora entre o Brasil e

²⁶² Ver críticas a essa concepção em Gusmão (2012).

PALOP? Caminha o Brasil em direção a uma modernidade encarnada na diáspora global, rumo a uma nação pós-colonial desterritorializada, ou o deslocamento (re)produz uma exclusão de imigrantes na nação de acolhimento?

Em relação a essa problemática, interessa investigar, através de documentos institucionais e instrumentos legais, como se constroem no Brasil representações sociais da África através dos vínculos acadêmicos com a África lusófona derivados dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G, doravante), que permitem a estrangeiras e estrangeiros – “preferencialmente” de “países em desenvolvimento” (como se descrevem no Art. 1º, Parágrafo Único, do Decreto nº 7.948/2013) – cursar estudos em nível de graduação em universidades públicas brasileiras. Por outro, vale analisar como a identidade de intercambistas de PEC-G provenientes de países africanos de língua portuguesa se (re)constrói em relação a questões etnolinguísticas, à luz de sua imersão no contexto brasileiro. Um espaço como esse é um lócus de conflito linguístico derivado do contato de variedades onde o (re)fazer identidades em português se processa de forma veemente, embora despercebida institucionalmente, em função do discurso da homogeneidade que apaga o estar *fora de lugar* (Gusmão 2011) característico das realidades em trânsito. Segundo Pedro (2000:15), esses sujeitos convivem com uma situação de tensão derivada da combinação duma identidade prestigiada (estudantes de nível universitário com uma condição financeira que permite participar do programa) e outra estigmatizada, pela qual “são expostos a toda discriminação racial e social, quando confundidos com afro-brasileiros”. O seguinte trecho, que faz parte do depoimento dum caboverdiano, aluno de PEC-G em Fortaleza colhido por Mourão (2006:87), ilustra a tensão entre língua, etnia e identidade:

Quando você chega no Brasil rola uma questão de identificação. Você é o quê? De onde você veio, né? Você não é português. Mas o meu sotaque era totalmente português, então os meus colegas até ficavam brincando comigo me chamando de português. Tinha um colega meu baiano que é completamente português no aspecto, na fisionomia, que ficava me chamando de português. Eu dizia: ‘não cara, você é que é português. Você veio de lá há mais tempo’.

Os candidatos dos PALOP são atraídos ao Brasil para cursar estudos superiores, entre outros motivos, pelo discurso de “laços de amizade” (Subuhana 2005:173), sem aspas, entre a África e o Brasil, e por uma convergência linguística que permite aos candidatos e candidatas nativas desses países terem sua competência nesse campo

automaticamente reconhecida pelo programa de intercâmbio. Em palavras de Mungoi (2006:61), cuja afirmação coincide essencialmente com a de Subuhana (2005:173), “estudar num país como o Brasil, em que a língua portuguesa é oficial, pode trazer vantagens para os estudantes dos PALOP, devido à facilidade de comunicação”. Embora não colocado pelas pesquisas anteriores, esse coletivo de falantes “doutro” português também se reconstrói atendendo à sua consciência etnolinguística (Ançã 2012:258), entendida como aquela que “permite ao sujeito relacionar o seu repertório linguístico com a sua definição identitária, considerando a língua como um elemento ‘geneticamente constitutivo de sua identidade’ (Dabène 1994:103, tradução de Ançã) e ainda uma marca de pertença a uma dada comunidade”.

Inseridos no contexto de acolhimento, (re)fazem sua consciência e identidade etnolinguísticas pela diferença (Silva 2010), de modo diverso ao postulado pelo senso comum, segundo o qual a identidade é construída a partir da identificação, do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características partilhadas, e não pelo confronto com o Outro. A consciência etnolinguística dos sujeitos pesquisados no contexto de acolhimento é remodelada, essencialmente, pela inserção num contexto de contacto linguístico que, como bem lembra Couto (2007:283) nada mais é do que um contacto com o Outro (entendido como os falantes “Outros”), e não entre “línguas” em abstrato, ou entre “dialetos”, como também contempla Couto (2007:289).

No caso em questão, do ponto de vista da Ecolinguística, a situação configurada por este contacto de variedades pode ser colocada em termos de proteção aos direitos linguísticos, nos moldes da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), cujo Art. 4º, parágrafo 2, afirma que:

a assimilação – entendida como a aculturação das pessoas na sociedade que as acolhe, de tal maneira que substituam as suas características culturais de origem pelas referências, pelos valores e pelos comportamentos próprios da sociedade de acolhimento – em caso nenhum deve ser forçada ou induzida, antes sendo o resultado de uma opção plenamente livre.

Além de com estudantes de PEC-G provenientes dos PALOP (inscritos em cursos da área de Tradução, mas não só), essa situação problema – a do desencaixe sociolinguístico e da reformulação da identidade linguística em função de problemas de norma – também se relaciona com um segundo espaço onde indivíduos que

participam de movimentos migratórios se encontram com a tradução do português do Brasil. Trata-se do campo da tradução juramentada. Atividade regulamentada pelo Decreto nº 13.609, de 21/10/1943²⁶³, o seu artigo 18 dispõe que:

Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza que fôr exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União dos Estados e dos municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade dêste regulamento.

Parágrafo único. Estas disposições compreendem também os serventuários de notas e os cartórios de registro de títulos e documentos que não poderão registrar, passar certidões ou públicas-formas de documento no todo ou em parte redigido em língua estrangeira.

Como se vê, no Brasil a validade de documentação redigida num “idioma estrangeiro” ou “língua estrangeira” – como constam no corpo e no parágrafo único, respectivamente, do artigo anterior – está associada à apresentação duma tradução para aquele que o decreto em questão denomina, sucessivamente, “o vernáculo” [art. 5º, a)], a “língua vernácula” [art. 17, a)], “língua vulgar” [art. 17, c)] ou “o idioma do país” [art. 17, c)]. Conforme o texto constitucional²⁶⁴, cujo artigo nº 13 reza: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, através das referências anteriores o Decreto nº 13.609/1943, em vigor, alude para aquela a que a Constituição brasileira de 1988 se refere como “língua portuguesa”. No mesmo sentido, o artigo 224 do Código Civil diz: “Os documentos redigidos em língua estrangeira serão traduzidos para o português para ter efeitos legais no País”.

Embora não escritos nessa língua, há jurisprudência no Brasil acerca da dispensa de tradução de textos de fácil entendimento, por a ausência de tradução juramentada ou de nomeação de intérprete não trazer consequências ao processo. É o caso da falta de tradução de documentos provenientes da Guiné Equatorial, arguida como argumento em recurso, não considerado válido no entendimento da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais por não haver acarretado prejuízo para a reclamada, nem, portanto, a nulidade de decisão transitada em julgado²⁶⁵.

²⁶³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D13609.htm. Acesso em 15/03/2015.

²⁶⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15/03/2015.

²⁶⁵ Disponível em: <http://trt-3.jusbrasil.com.br/noticias/112172255/turma-dispensa-traducao-juramentada-de-documentos-em-lingua-estrangeira-de-facil-compreensao>. Acesso em 15/03/2015.

No caso específico do espanhol, o Acordo MERCOSUL/CMC/DEC Nº 45/00 dispõe sobre a dispensa de tradução de documentos administrativos para efeitos de imigração entre os estados parte do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.

No cenário geral, portanto, a legislação brasileira exige que a documentação não redigida em português que transite pelas suas instituições venha acompanhada de tradução com fé pública, ainda que com certas exceções. Os problemas – de norma linguística – se colocam, então, na hora de determinar o que se entende, nesse caso, por português. Nesse sentido, a seguinte situação foi vivenciada recentemente por Iraê Sassi, tradutor brasileiro juramentado de italiano, ao qual lhe foram apresentadas, para a sua tradução para o português, certidões de nascimento e casamento dum cidadão português, expedidas respetivamente em Portugal e em Angola, pelo fato de não terem sido reconhecidas por um cartório do estado do Sergipe como já escritas nessa língua. A posição do cartório foi apoiada por uma juíza de direito, que afirmou que os documentos em questão deveriam ser traduzidos para terem a sua validade reconhecida no Brasil. Não sendo aceita perícia que esclarecesse qualquer eventual problema de variação linguística, o cliente de Iraê Sassi se encontra, assim, na conjuntura de precisar achar um ou uma profissional brasileira com habilitação para traduzir, na modalidade juramentada, de português para português.

As posições de Iraê Sassi sobre a situação muito dizem sobre um perfil de profissionais da tradução pouco infrequente: o de deslocadas ou deslocados, em migrações por motivos políticos e/ou econômicos, que desenvolveram competências e uma atividade nesse campo por mor de fatores conjunturais. Iraê Sassi, com 64 anos de idade, se apresenta, no depoimento reproduzido logo a seguir, como estudante de Letras 45 anos após a sua primeira tentativa de realizar um curso superior no Brasil. Tendo sido aprovado no vestibular em 1970 para cursar Engenharia Mecânica na Universidade de Brasília, foi impedido de efetivar a sua matrícula pelas suas atividades políticas no movimento secundarista. Quando, após interposição de recurso, conseguiu finalmente ser registrado pela instituição como estudante, o regime militar iniciava uma fase repressiva mais dura, pelo qual Sassi entraria na clandestinidade e iria morar na Europa no início dos anos 1980. Lá residiu por 19 anos, trabalhando como tradutor e intérprete. Após o seu retorno a Brasília em 2000, solicitou a sua integração como estudante da Universidade de Brasília, aprovada

pela instituição em 22/06/2010, agora para realizar o curso de Letras/Tradução. Sassi é tradutor juramentado de língua italiana, habilitado pelo estado do Sergipe, desde 2013.

Referindo-se a uma recente entrevista²⁶⁶ com Bagno, as opiniões de Sassi incidem na dificuldade de se colocar uma fronteira entre o pós-colonismo e a necessária descolonização, por um lado, e um neocolonialismo de excolônia que pensa se libertar das amarras subjugando o Outro (seja lá quem for), como antes foi subjugada por ele. E nesse bojo de descolonização cabem até os países africanos, inclusive os de língua oficial portuguesa.

Li a longuíssima entrevista do professor Marcos Bagno e fiquei muito preocupado. Entendo o seu ponto de vista, os argumentos são sólidos, afinal, ele é um especialista. Longe de mim desprezar as variações linguísticas, do “nosso” próprio português e de outras línguas. E desconhecer a trajetória muitas vezes divergente das línguas (já tive que encarar este problema quando traduzia para os países de língua portuguesa atendidos pela FAO, que me pedia para fazer traduções num português “universal” - logo eu, nada especialista!).

Claro está que é preciso reconhecer a(s) língua(s) pelo uso que os povos dela(s) fazem. Declaro-me, além disso, uma vítima da gramática normativa, que sempre me atormentou, a qual sempre rechacei, levando “0” nas provas de gramática, mas em compensação, “10” em qualquer redação.

Mas nada disso me aproxima à ideia de uma secessão linguística, e tanto menos de uma hegemonia numérica (somos muitos mais milhões de falantes do “brasileiro” que do “português”, e daí?). Ora, se lutamos para legitimar as NOSSAS variações linguísticas, os nossos idioletos, porque haveríamos de deslegitimar as variações dos portugueses, angolanos, timorenses, cabo-verdianos, moçambicanos e outros? Se o professor insiste em colocar a questão em termos políticos, eu não defenderia uma nova hegemonia “brasileira” sobre as outras variações.

Vejamos o caso concreto de que nos ocupamos: um burocrata de um cartório, que não entende a variação linguística de Angola ou de Portugal, ou de Moçambique - numa simples certidão de nascimento ou casamento, usa o seu “poder de chancela” para complicar a vida de um cidadão de outro país, com o perdão do professor Bagno, “lusófono”. Na contramão do que fazem os governantes destes países para criar pontes, aproximar, facilitar, unir ex-colônias com a “matriz”, mas já em pé de absoluta igualdade, sem preconceitos, divisões, num esforço enorme para superar as barreiras da herança colonial.

Este é o ponto: se a língua foi usada para separar, segregar, como instrumento de poder, todos os esforços devem ser empreendidos para unir os povos, e elevar a cultura geral para que todos nos enriqueçamos com as variações linguísticas, e não conduzir a nau para a separação. Estive em Angola trabalhando, e os corações e ouvidos dos angolanos expressavam enorme simpatia pelo nosso “português”. A disposição para superar barreiras, encontrar um “dialeto” comum - partindo de uma raiz comum da língua - era total. A recíproca de quem vos escreve era verdadeira: todos queremos aprender um pouco da herança original de Camões. Melhor ainda se introduzimos em Portugal ou em outras paragens um pouco de tupi-guarani, como é o caso - pelo menos assim me dizia a minha mãe - do meu próprio nome.

²⁶⁶ Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-portugues-brasileiro-precisa-ser-reconhecido-como-uma-nova-lingua-e-isso-e-uma-decisao-politica-37991/>. Acesso em 15/06/2015.

Mas não sou eu, simples estudante de letras, embora usuário contumaz da língua, que vou entrar num embate com ilustres acadêmicos, ao contrário, estou pedindo o seu apoio para uma causa bem concreta, em defesa dos interesses dos cidadãos de outros países de fala portuguesa que aqui querem se radicar, porque creio firmemente na integração dos povos, numa era cheia de xenofobia, de tragédias derivadas das migrações, à qual temos que dar respostas de sinal totalmente contrário. Se seguimos assim, amanhã um cartório do Rio Grande do Sul vai pedir a “tradução” de uma certidão de um cidadão nordestino, antes de transcrevê-la em seus livros. Como se a linguagem cartorial não fosse, ela própria, um dialeto incompreensível para os comuns mortais!

Em todo caso, por enquanto, temos tratados e acordos internacionais entre os países lusófonos. Pois façamos com que sejam cumpridos, na base da igualdade e da reciprocidade. Se algum dia os ilustres linguistas destes nossos países optarem pelo divórcio, que assim seja. Por enquanto, defendo intransigentemente que os cidadãos estrangeiros, e em particular os que falam a nossa língua de maneira tão bela e original, sejam tratados com igualdade e respeito no nosso país, cuja brasilidade tem um componente fundamental: a generosidade e o acolhimento.

As palavras acima descrevem com perfeição o dilema brasileiro, no qual a heterogeneidade linguística interna – que desde o século XIX se teima em rejeitar (insistindo na homogeneidade duma nação/um povo/uma língua) – parece querer se resolver na base duma constituição do Outro como inimigo. Externo, claro, pois sempre resulta desejável situar o problema lá fora.

Sem pretender esgotar as abordagens potenciais de questões dessa ordem, contextos como os dois anteriores ilustram a possibilidade de se afunilarem novos caminhos de pesquisa para discutir problemas de norma linguística do português do Brasil em relação à formação de profissionais da tradução, ambos indicativo do desencaixe sociolinguístico de cidadãos e cidadãs dos PALOP no Brasil do ponto de vista da sua inserção em contextos formativos e, ainda, no tocante a procedimentos administrativos onde se faz presente a tradução, sob a modalidade juramentada. Vários são, portanto, os focos da interface entre os estudos sociolinguísticos e a formação em tradução que incidem em problemas ligados à variação linguística. Ela, sendo inerente às línguas e os seus contornos marcados culturalmente, é um problema tradutório por definição, dentro do qual se integra a situação de padronização local e, ligadas a ela, atitudes e ideologias linguísticas que, como se pretendeu mostrar, em muito podem exercer impactos concretos sobre os contextos profissional e formativo da prática tradutória.

BIBLIOGRAFIA:

Obras de consulta primária

Abbagnano, N. (2000): *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes. Disponível em: <http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.

Abranches, G. (2009): *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. Disponível em: <http://www.cm-lousa.pt/uploads/Igualdade%20de%20G%C3%A9nero/Documenta%C3%A7%C3%A3o/guia.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.

Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (2004): *Libro Blanco – Título de grado en Traducción e Interpretación*. Disponível em: http://www.aneca.es/var/media/150288/libroblanco_traduc_def.pdf. Acesso em 15/11/2011.

Aguilera, V. A. (2008): “Crenças e atitudes lingüísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras”. *ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, vol. 37, nº 2, maio-ago. São Paulo. 105-112. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_11.pdf. Acesso em: 15/03/2015.

Albir, A. (dir.) (1999): *Enseñar a traducir. Metodología en la formación de traductores e intérpretes*. Madri: Edelsa.

Albir, A. H. (2001): *Traducción y Traductología: introducción a la traductología*, Madri: Cátedra.

Alcaide, M. J. M. (2010) *La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico*. Berna: Peter Lang.

Alencar, J (1893): “Como e por que sou romancista”. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.

Almeida, G. S. (2011): “Prescrição gramatical e uso: o caso do pronome *lhe* no português brasileiro”. *Cadernos do CNLF*, vol. XV, nº 5. Rio de Janeiro:

CiFEFiL. 2398-2408. Disponível em:
http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_3/204.pdf. Acesso em: 15/03/2015.

Almeida, N. M. (2002): *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

Alsina, V. (2002): “Estandardització i traducció: la llengua colloquial”. Fouces, O. D. / González, M. G. / Carreras, J. C. (orgs.) *Traducció i dinàmica sociolingüística*. Barcelona: Llibres de l'índex. 134-150.

Alves, J. E. D. (2010): “Evolução recente da população brasileira e projeções para as próximas décadas”. Alves, J. E. D. / Vasconcelos, D. S. / Carvalho, A. A. C. *Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho*. Brasília: CEPAL – Escritório no Brasil, IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs_Ipea_Cepal/tdcepal_010.pdf. Acesso em: 15/03/2015. 10-11.

Alvira, N. B. (2009): *Traducción y género: propuestas para nuevas éticas de la traducción en la era del feminismo transnacional*. Tese de Doutorado. Salamanca: Universidade de Salamanca. Disponível em: http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/76219/1/DTI_BrufauAlviraN_TraduccionyGenero.pdf. Acesso em: 15/03/2015.

Ançã, M. H. (2012): “Insularidades em contexto migratório português: o papel da língua portuguesa”. *Atas do 18º Colóquio da Lusofonia*. Ourense.

Anderson, B. (2008): *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Andrade, M. (1976): *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Andrade, M. (1987): *Poesias completas*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora USP.

Andrade, M. (1988): *Macunaíma: um herói sem nenhum caráter*. Florianópolis: Editora UFSC.

Andrade, M. O. (2010): “A dimensão simbólica e espiritual da biodiversidade nas cosmologias indígenas e nas abordagens filosóficas”. *Horizonte*, vol. 8, nº 17, abr./junho. Belo Horizonte: PUCMinas. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2010v8n17p11>. Acesso em: 15/03/2015. 11-25.

- Andrade, O. (1924): “Manifesto da poesia pau-brasil”. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em 15/03/2015.
- Andrade, O. (1971): *Obras completas*, vol. 7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Disponível em: http://monoskop.org/images/3/39/Oswald-de-andrade-Obras_Completas-vol7.pdf. Acesso em 15/03/2015.
- Andrade, O. (1981): “Carta a Monteiro Lobato”. *Ciência e Trópico*, vol. 9 nº 2, jul./dez. Recife. 195-199. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/271/164>. Acesso em: 15/03/2015.
- Andrea, C. F. B. / Ribeiro, A. E. (2010): “Retextualizar e reescrever, editar e revisar: Reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial”. *Revista Veredas on line*. Juiz de Fora: UFRJ. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/ARTIGO-5.pdf>. Acesso em: 27/10/2010. 64-74.
- Arnoux, E. N. (2008): *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862). Estudio glotopolítico*. Buenos Aires: Santiago Arcos.
- Araujo, S. S. F. (2008): “O embate *NORMA POPULAR/ NORMA CULTA/ NORMA PADRÃO*: implicações no trabalho com análise lingüística para falantes de português rural afro-brasileiro”. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/silvanaaraujo.pdf>. Acesso em: 12/10/2011. 1-13.
- Arrojo, R. (1986): *Oficina de Tradução*. São Paulo: Ática.
- Aubert, F. H.; Tagnin, S. E. O. (2004): “Um corpus de traduções juramentadas - material de pesquisa lingüística, sociológica e histórica”. *TRADTERM*, 10. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/47161/50882>. Acesso em: 15/03/2015. 163-178.
- Auroux, S. (1992): *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Austin, J. L. (1962): *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://www.dwrl.utexas.edu/~davis/crs/rhe321/Austin-How-To-Do-Things.pdf>. Acesso em 15/03/2015.
- Azeredo, J. C. (2008): *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.

- Bagno, M. (1998): *A língua de Eulália. Novela sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto.
- Bagno, M. (1999): *Preconceito lingüístico*. São Paulo: Edições Loyola.
- Bagno, M. (2001): *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bagno, M. (2003): *A norma oculta*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bagno, M. (2007): *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bagno, M. (2011): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bagno, M. (2012): “Norma linguística, hibridismo e tradução”. *Revista Traduzires*, nº 1. Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10546/1/ARTIGO_NormaLinguisticaHibridismo.pdf. Acesso em: 15/03/2015. 19-32.
- Bagno, M. (2014): “Uma gramática propositiva”. Neves, M. H. M. / Casseb-Galvão, V. C. (org.) *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra os autores / Evanildo Bechara... [et al.]*, I Parte, cap. 7. São Paulo: Parábola Editorial. 91-111.
- Barcelos, A. M. F. / Vieira-Abrahão, M. H. (2006): *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas: Pontes.
- Baron, N. (2013): “Enunciados segmentados em MIs”. Shepherd, T. G. / Saliés, T. G. *Linguística da Internet*. São Paulo: Editora Contexto. 125-156.
- Bassnett, S. (1992): “Writing in no man’s land: questions of gender and translation”. *Ilha do Desterro*, 28. 63-73.
- Batoréo, H. J. (2014): “Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica?”. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ*, vol. 16. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/view/File/362/318>. Acesso em: 15/03/2015. 1-15.
- Battafarano, I. M. (2006): *Dell’arte di tradur poesia*. Berna: Peter Lang.

- Bauman, Z. (2001): *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2003): *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beauvoir, S. (1970): *O Segundo Sexo. 1 Fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bechara, E. (2009): *Moderna gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Moderna e Ed. Lucerna.
- Bechara, E. (2010): “A língua dos modernistas: Revolução ou Tradição?”. *Estudo da Língua Portuguesa: textos de apoio*. Brasília: Funag. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/696-Estudos_da_lingua_portuguesa.pdf. Acesso em: 15/03/2015.
- Bechara, E. (2014): “Para quem se faz uma gramática?” Neves, M. H. M. / Casseb-Galvão, V. C. (org.) *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra os autores / Evanildo Bechara... [et al.]*, I Parte, cap. 1. São Paulo: Parábola Editorial. 19-30.
- Beck, C. L. C. / Gualda, D. L. M. / Hoffmann, I. C. / Ressel, L. B. / Sehnem, G. D. / Silva, R. M. (2008): “O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa”. *Contexto Enferm*, 17(4). Florianópolis, out./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/21.pdf>. Acesso em: 15/03/2015. 779-786.
- Becker, E. R. (2006): *Forças motrizes de uma contística pré-modernista: o papel da tradução na obra ficcional de Monteiro Lobato*. Tese de doutorado. Porto Alegre; UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppglettras/defesas/2006/ElizamariRodriguesBecker.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.
- Benedetti, I. C. (2003): “O tradutor e o português”. *Tradução e comunicação. Revista Brasileira de Tradutores*, nº 12, maio. São Paulo. 35-46.
- Benedetti, I. C. / Sobral, A. (org.) (2003): *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Benhaddou Hanhi, E. / Fernández, M. / Fiol, C. / Nombela, R. G. / González, L. / Sancho, A. M. / Lorenzo, M. D. O. / Blázquez, S. P. / Navaza, B. / Alonso, L. V. (2011): *Libro Blanco de la traducción e interpretación institucional*. Disponível em: http://ec.europa.eu/spain/pdf/libro_blanco_traducion_es.pdf. Acesso em 15/11/2011.

- Berenguer, L. (1996): “Didáctica de segundas lenguas en los Estudios de Traducción” *La enseñanza de la traducción*. Castellón de la Plana: Universidad Jaime I. 9-30.
- Biaggi, E. M. (2011): “As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações”. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty: UFSCAR. 1-19. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/DE_BIAGGI_ENALI_M.pdf. Acesso em: 15/03/2015.
- Biderman, M. T. C. (2002): “Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo”. *Filologia e Linguística Portuguesa*, nº 5. São Paulo: USP. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59701/62799>. Acesso em: 15/03/2015. 85-116.
- Borba, L. R. (2006): *Língua e mestiçagem: Uma leitura das reflexões lingüísticas de Gilberto Freyre*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/novembro2013/sociologia_artigos/borba_tese.pdf. Acesso em 15/03/2015.
- Borges, L. C. (2001): “A instituição de línguas gerais no Brasil”. Orlandi, E. *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes e UNEMAT Editora. 155-166.
- Bornemann, N. B. O. / Cox, M. I. P. (2013): “Mário de Andrade e a polêmica em torno da identidade linguística brasileira”. *Polifonia*, vol. 20, nº 27, jan./jun. Cuiabá. 291-323. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1457/1123>. Acesso em: 15/03/2015.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2003): “Processos interativos em sala de aula e a pedagogia culturalmente sensível”. *Polifonia*, nº 7. Cuiabá: EdUFMT. Disponível em: <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/234.pdf>. Acesso em: 15/03/2015. 119-136.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2004): *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2005): *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolingüística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2008): *O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2011): *Do campo para a cidade: estudo sociolingüístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial.

- Bortoni-Ricardo, S. M. (s/d): “Contribuições da Sociolinguística Educacional para o processo de ensino e aprendizagem da linguagem”. Disponível em: http://www.stellabortoni.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=707:iotaibuicõis ia soiiolioguistiia iuiiaiioal paaa o paoisso iosioo i apaioizagim ia lioguagim&catid=1:post-artigos&Itemid=61. Acesso em: 19/10/2011.
- Bourdieu, P. (1996): *Razões práticas*. Campinas: Papirus.
- Bourdieu, P. (2003): *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século.
- Bourdieu, P. (2008): *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP.
- Bourdieu, P. (2010): *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Braga, A. C. V. (2013): *Norma linguística e oralidade fingida na tradução de Persépolis*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15782/1/2013_RafaelaMoreiradosSantos.pdf. Acesso em: 15/03/2015.
- Britain, D. / Matsumoto, K. (2005): “Languages, Communities, Networks and Practices”. Ball, M. J. (ed) *Clinical Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd. 3-14.
- Britto, L. P. L. (1997): *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, ALB/Mercado de Letras.
- Britto, P. H. (2007): “As condições de trabalho do tradutor”. *Cadernos de Tradução*, vol. 1, nº 19. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6998/6483>. Acesso em 15/03/2015. 193-204.
- Britto, P. H. (2008): “Desconstruir para quê?” *Cadernos de Tradução*, vol. 2, nº 8. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5883>. Acesso em: 11/05/2010. 41-50.
- Bucholtz, M. (2003): “Sociolinguistic nostalgia and the authentication of identity”. Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: http://www.linguistics.ucsb.edu/faculty/bucholtz/sites/secure.lsit.ucsb.edu.ling.cms_bucholtz/files/docs/publications/Bucholtz2003-JofS.pdf. Acesso em: 15/02/2015. 398-416.

- Bucholtz, M. / Liang, A. C. / Sutton, L. A. (1999): *Reinventing Identities: The Gendered Self in Discourse*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Calvet, L-J. (2002): *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Calvo, L. C. S. (2013): *Reflexões sobre uma comunidade de prática constituída a partir das interações de formadoras de professores de inglês em um grupo de estudos*. Tese de Doutorado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- Calvo, L. C. S. / Freitas, M. A. / Cantarotti, A. / Borgh, C. L. B. / Conejo, C. / Olivo, J. / Perin, R. / Moser, S. M. C. S. (2014): *Comunidades de Prática Aspectos de Formação de Professores de Línguas em Foco*. Campinas: Pontes.
- Camargo Júnior, A. R. (2007): *A realização do objeto direto em referência ao interlocutor*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-03032008-114747/pt-br.php>. Acesso em 15/03/2015.
- Cameron, D. (1995): *Verbal Hygiene*, Londres: Routledge.
- Cameron, D. (2005): “Desmitologizando a sociolinguística”, mimeo. Trad. por M. Bagno.
- Candau, V. M. F. (2011): “Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas”. *Currículo sem Fronteiras*, vol. 11, nº 2, jul./dez. 240-255. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>. Acesso em: 20/5/2011. 87-103.
- Candiotto, C. (2008): “Subjetividade e verdade no último Foucault”. *Trans/Form/Ação*, vol. 31, nº 1. Marília. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732008000100005. Acesso em: 20/5/2011. 87-103.
- Canuto, M. L. M. (1996): “La enseñanza de español a futuros traductores. Propuesta de un marco didáctico”. *Lenguaje y textos*, 8. Disponível em: http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/7974/1/LYT_8_1996_art_18.pdf. Acesso em: 10/10/2011. 285-293.
- Cardoso, S. A. (2010): *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Cardoso, S. A. / Mota, J. A. (2013): “Percursos da Geolinguística no Brasil”. *Linguística*, vol. 29, nº 1, junho. Montevideu. 115-142. Disponível em:

<http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v29n1/v29n1a06.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.

Cardoso de Oliveira, R. (2006): *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP.

Carvalho, C. A. (2005): *A tradução para legendas: dos polissistemas à singularidade do tradutor*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scribatraducoes.com.br/files/CarolinaAlfaroCarvalho_2005_TraducaoParaLegendas_Dissertacao.pdf. Acesso em 15/03/2015.

Carvalho, J. A. M. / Rodríguez-Wong, L. L. (2008): “A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI”. *Cad. Saúde Pública*, vol. 24, nº 3, mar. Rio de Janeiro: CEPAL – Escritório no Brasil, IPEA. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n3/13.pdf>. Acesso em: 15/03/2015. 597-605.

Carvalho, M. S. R. M. (2006): *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nethistory.info/Resources/Internet-BR-Dissertacao-Mestrado-MSavio-v1.2.pdf>. Acesso em 15/03/2015.

Castells, M. (1999): *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. La sociedad red*, vol 1. México: Siglo XXI Editores.

Castells, M. (2000): *A sociedade em rede. Volume 1*. 8ª ed. totalmente revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra.

Castilho, A. T. (2004): “Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa”. Bagno, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola. 27-36.

Castilho, A. T. (2005): “Estudos de Língua Falada: uma entrevista com Ataliba Teixeira de Castilho”. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, vol. 3, nº 4, março. 1-11. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/37169/39890>. Acesso em: 15/03/2015.

Castilho, A. T. (2007): “As letras no ensino e na pesquisa”. *Veredas on line - Ensino*, vol. 2. Juiz de Fora: UFJF. 5-21. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo011.pdf>. Acesso em: 15/03/2015.

Castilho, A. T. (2010): *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.

- Chaves, R. G. (2014): “Princípio de saliência fônica: isso não soa bem”. *Letrônica*, vol. 7, nº 2. Porto Alegre, jul./dez. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/17892>. Acesso em 15/03/2015. 522-550.
- Cintrão, H. P. (2006): *Colocando lupas, transcribando mapas*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-08082007-145636/pt-br.php>. Acesso em: 27/10/2010.
- Clyne, M. (ed.) (1992): *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlim, Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- Coelho, F. S. (2003): “La questione della lingua in Italia”. *Soletras*, ano 3, nº 5 e 6. São Gonçalo: UERG. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/soletras/5e6/08.pdf>. Acesso em: 15/03/2015. 116-123.
- Coseriu, E. (1980): *Lições de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A.
- Costa, D. N. (2012): “Os objetivos da tradução: da história à contemporaneidade e seu ensino no Brasil”. *Entrepalavras*, vol. 2, nº 1. Fortaleza, jan./jul. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/49/100>. Acesso em 15/03/2015. 155-174.
- Costa, P. R. (2013): *Do ensino de tradução literária*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15077/1/2013_PatriciaRodriguesCosta.pdf. Acesso em 15/03/2015.
- Coupland, M. (2007): *Style. Language Variation and Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coupland, M. (2010): “The authentic speaker and the speech community”. LLAMAS, C. / WATT, D. (eds.) *Language and Identities*. Edinburgh University Press. Disponível em: http://www.cf.ac.uk/encap/resources/the_authentic_speaker_and_the_speech_community_final.pdf. Acesso em: 15/02/2015. 99-112.
- Couto, H. H. (2007): *Ecolingüística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora.

- Crystal, D. (2008): *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 6ª ed. Malden: Blackwell Publishing. Disponível em: http://data.ulis.vnu.edu.vn/jspui/bitstream/123456789/1966/1/54_1405152974.pdf. Acesso em: 15/03/2015.
- Cruz, P. C. (2011): *A contribuição do romance-folhetim O Guarani na formação do público leitor brasileiro do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA.
- Cuba, P.M. (2007): “El Uti Possidetis en la Sentencia de la Corte Internacional de Justicia sobre el Asunto del Diferendo Fronterizo entre Burkina Faso y Mali (1986)”. *Agenda Internacional*, ano XIV, nº 25. 283-298. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/agendainternacional/article/download/7348/7566>. Acesso em: 15/03/2015.
- Cunha, C. (1979): “Linguagem e condição social no Brasil”. *Revista de Letras*, vol. 1, nº 3. Fortaleza. 55-78. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2944/1/1979_Art_CCunha.pdf. Acesso em: 15/03/2015.
- Cunha, C. (1981): *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Cunha, C. (1985): *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Cunha, C.; Cintra, L. (1985): *Breve gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa Ltda.
- DaMatta, R. (1991): *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- DaMatta, R. (2010): *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- D’Angelis, W. D. (2005): “Unificação x diversificação ortográfica: um dilema indígena ou de lingüístas?”. Rodrigues, A. D. / Cabral, A. S. A. C. *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 23-33.
- Darin, L. C. M. (1998): “O ensino da tradução em nível universitário: indagações e propostas”. *Cadernos de Tradução*. vol. 1, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/viewFile/5395/4938>. Acesso em: 27/10/2010. 419-428.

Darin, L. C. M. (2008): “A articulação entr